ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVII Nº 233

Brasília - DF, terça-feira, 3 de dezembro de 2019

SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 3
Atos do Poder Executivo 3
Presidência da República 8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 10
Ministério da Cidadania 12
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 20
Ministério da Defesa 24
Ministério do Desenvolvimento Regional 24
Ministério da Economia 26
Ministério da Educação 34
Ministério da Infraestrutura 38
Ministério da Justiça e Segurança Pública 39
Ministério do Meio Ambiente 46
Ministério de Minas e Energia 46
Ministério da Saúde 55
Ministério do Turismo 70
Ministério Público da União 70
Tribunal de Contas da União 76
Poder Legislativo 116
Poder Judiciário 116
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 117

Esta edição completa do DOU é composta de 119 páginas.

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.306 **(1)**
ORIGEM : ADI - 20776 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT
ADV.(A/S) : JÚLIO CÉSAR DE SÁ DA ROCHA (0011589/BA)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal indeferiu o pedido de medida liminar. Votou o Presidente. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Moreira Alves. Plenário, 30.6.95.

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto da Relatora, Ministra Cármen Lúcia, Presidente, julgou improcedente o pedido, vencidos os Ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski, e, em parte, o Ministro Roberto Barroso. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 13.6.2018.

EMENTA: *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DECRETO N. 4.264/1995 DA BAHIA. DIREITO DE GREVE DO SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.*

1. Cabe ação direta de inconstitucionalidade contra decreto autônomo.

2. Decreto do Governador da Bahia determinante aos secretários e dirigentes da Administração Pública direta de convocação para grevistas reassumirem seus cargos, instauração de processo administrativo disciplinar, desconto em folha de pagamento dos dias de greve e contratação temporária de servidores não contraria os arts. 9º, 22, inc. I, e 37, incs. VII e IX, da Constituição da República. Precedentes.

3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.335 **(2)**
ORIGEM : ADI - 24841 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO - CNTE
ADV.(A/S) : ESMERALDA OLIVEIRA (9995/BA)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto da Relatora, Ministra Cármen Lúcia, Presidente, julgou improcedente o pedido, vencidos os Ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski, e, em parte, o Ministro Roberto Barroso. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 13.6.2018.

EMENTA: *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DECRETO N. 4.264/1995 DA BAHIA. DIREITO DE GREVE DO SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.*

1. Cabe ação direta de inconstitucionalidade contra decreto autônomo.

2. Decreto do Governador da Bahia determinante aos secretários e dirigentes da Administração Pública direta de convocação para grevistas reassumirem seus cargos, instauração de processo administrativo disciplinar, desconto em folha de pagamento dos dias de greve e contratação temporária de servidores não contrariam os arts. 9º, 22, inc. I, e 37, incs. VII e IX, da Constituição da República. Precedentes.

3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.333 **(3)**
ORIGEM : ADI - 101367 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ALAGOAS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO (PI002525/) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : RAFAEL BARBOSA DE CASTILHO (19979/DF)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Ministros Cármen Lúcia e Luiz Fux. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 10.10.2019.

SERVIDORES - CARGOS - ESCOLARIDADE. Surge constitucional ato normativo que, sem versar ascensão funcional, estabelece exigência de escolaridade para transposição de classes, prevendo transformação, ante similitude entre a função extinta e aquela que a substituiu.

INCONSTITUCIONALIDADE - INTERPRETRAÇÃO - DISTINÇÃO. A inconstitucionalidade é definida considerada a norma em si mesma, sendo impróprio, a partir da capacidade intuitiva no campo da interpretação, concluir no sentido da pecha, presumindo não o normal, mas o extraordinário.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.023 **(4)**
ORIGEM : ADI - 131947 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou parcialmente procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade da expressão "*sob o regime de custas privatizadas*" constante do *caput* dos arts. 13, 14, 15, 16, 19 e 20 da Lei estadual gaúcha 10.720/1996, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 27.9.2019 a 3.10.2019.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EXPRESSÃO "SOB REGIME DE CUSTAS PRIVATIZADAS". LEI ESTADUAL GAÚCHA 10.720/1996 QUE CRIA SERVENTIAIS DO FORO JUDICIAL SOB ESSE REGIME. AFRONTA AO ART. 31 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. ADI JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE.

I - O art. 31 do ADCT é impositivo ao determinar a estatização das serventias do foro judicial vagas, bem como daqueles ainda ocupadas na medida em que forem declaradas vagas.

II - Não é possível, na atual ordem jurídica, a criação de serventias do foro judicial sob o regime de custas privatizadas.

III - Tratando-se da criação de novos cartórios não há falar em direito adquirido daqueles que já eram titulares desse serviço, pois a exceção posta no art. 31 do ADCT refere-se, tão somente, às serventias privatizadas criadas antes da promulgação da atual Constituição.

IV - Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.094 **(5)**
ORIGEM : ADI - 164571 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da expressão "*ressalvados os atuais ocupantes*" constante do art. 512 da Lei nº 12.342/1994 do Estado do Ceará, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 20.9.2019 a 26.9.2019.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGO 512 DA LEI ESTADUAL N. 12.342/94-CE. PROIBIÇÃO DA PRÁTICA DE NEPOTISMO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL. EXCEÇÃO AOS SERVIDORES QUE ESTIVESSEM EM EXERCÍCIO DO CARGO NO MOMENTO DA EDIÇÃO DA NORMA. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, MORALIDADE E IMPESSOALIDADE. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO DIRETA.

1. A vedação ao nepotismo na Administração Pública decorre diretamente da Constituição Federal e sua aplicação deve ser imediata e verticalizada.

2. Viola os princípios da moralidade, impessoalidade e isonomia diploma legal que excepciona da vedação ao nepotismo os servidores que estivessem no exercício do cargo no momento de sua edição.

3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.145 **(6)**
ORIGEM : ADI - 16361 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : DEMOCRATAS
ADV.(A/S) : FABRICIO JULIANO MENDES MEDEIROS
REQTE.(S) : PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB
ADV.(A/S) : GUSTAVO ARTHUR COELHO LOBO DE CARVALHO (15641/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

Decisão: Retirado de pauta ante a aposentadoria do Senhor Ministro Eros Grau (Relator). Ausente, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 04.08.2010.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu parcialmente da ação direta e, nessa parte, julgou improcedente o pedido, para declarar a constitucionalidade do artigo 11 da Lei federal nº 10.869/2004, Lei de Conversão da Medida Provisória 163/2004, nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento, a Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 03.10.2019.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGO 11 DA LEI FEDERAL 10.869/2004, LEI DE CONVERSÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 163/2004. CRIAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL. COORDENAÇÃO E FOMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. ATRIBUIÇÕES DE CHEFIA, DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO. PROPORCIONALIDADE ENTRE CARGOS EM COMISSÃO E CARGOS EFETIVOS. INEXISTÊNCIA DE BURLA À EXIGÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A INVESTIDURA EM CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS (ARTIGO 37, II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). ARTIGO 14 DA LEI FEDERAL 10.869/2004. EFICÁCIA EXAURIDA. PREJUDICIALIDADE PARCIAL DO FEITO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA PARTE, JULGADO IMPROCEDENTE O PEDIDO.

1. Cargos em comissão e funções de confiança pressupõem o exercício de atribuições atendidas por meio do provimento em comissão, que exige relação de confiança entre a autoridade competente para efetuar a nomeação e o servidor nomeado. Tais atribuições são aquelas que apresentam poder de comando, inerente aos cargos de chefia e direção, ou configuram assessoria técnica aos membros do Poder nomeante (artigo 37, II e V, da Constituição Federal).

2. Atribuições meramente executivas ou operacionais não autorizam a criação de cargos em comissão e funções de confiança, sob pena de burla à obrigatoriedade de concurso público, instrumento de efetivação dos princípios da isonomia, da impessoalidade e da moralidade, que garante aos cidadãos o acesso aos cargos públicos em condições de igualdade. Precedentes: ADI 1.269, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, *DJe* de 28/8/2018; ADI 3.602, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Plenário, *DJe* de 7/6/2011; ADI 3.706, Rel. Min. Gilmar Mendes, Plenário, DJ de 5/10/2007; ADI 3.233, Rel. Min. Joaquim

Barbosa, Plenário, DJ de 14/9/2007; ADI 2.427, Rel. Min. Eros Grau, Plenário, DJ de 10/11/2006; ADI 1.141, Rel. Min. Ellen Gracie, Plenário, DJ de 29/8/2003; ADI 2.364-MC, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, DJ de 14/12/2001.

3. O número de cargos em comissão deve guardar relação de equilíbrio com a quantidade de cargos efetivos, em respeito ao princípio da proporcionalidade. Precedentes: ADI 4.125, Rel. Min. Cármen Lúcia, Plenário, *DJe* de 15/2/2011; RE 365.368-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJ de 29/6/2007.

4. *In casu,* o artigo 11 da Lei federal 10.869/2004, Lei de Conversão da Medida Provisória 163/2004, respeitou os lindes constitucionais ao criar 1.321 cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e 1.472 funções gratificadas - FG no âmbito da Administração Pública federal, destinados à ocupação por fomentadores e coordenadores de políticas públicas. Apesar do número elevado, esses cargos guardaram relação de proporcionalidade e equilíbrio com o quantitativo de cargos efetivos do Poder Executivo federal, que contabilizava, à época, 495.464 vínculos.

5. Resta exaurida a eficácia normativa do artigo 14 da Lei federal 10.869/2004, que autorizou o Poder Executivo federal a remanejar, transpor, transferir ou utilizar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2004 em favor de órgãos extintos, transformados, transferidos, incorporados ou desmembrados, o que prejudica o conhecimento da ação direta de inconstitucionalidade no ponto. Precedentes: ADI 4.365, Rel. Min. Dias Toffoli, Plenário, *DJe* de 8/5/2015; e ADI 4.663-MC-Ref, Rel. Min. Luiz Fux, Plenário, *DJe* de 16/12/2014; ADI 4.620-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Plenário, *DJe* de 1º/8/2012; ADI 1.445-QO, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, DJ de 29/4/2005; e ADI 709, Rel. Min. Paulo Brossard, Plenário, DJ de 20/5/1994.

6. Ação direta de inconstitucionalidade parcialmente conhecida e, nessa parte, julgado improcedente o pedido, para declarar a constitucionalidade do artigo 11 da Lei federal 10.869/2004, Lei de Conversão da Medida Provisória 163/2004.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.519 **(7)**

ORIGEM : ADI - 70616 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL - ANOREG/BR
ADV.(A/S) : FREDERICO HENRIQUE VIEGAS DE LIMA (06448/DF, 24128A/RS)
INTDO.(A/S) : GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S) : ESEQUIAS PEGADO CORTEZ NETO (109119/RJ, 426-A/RN, 191386/SP)

Decisão: Retirado de pauta em razão da aposentadoria do Relator. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Plenário, 06.08.2014.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para, confirmando a medida cautelar, declarar a inconstitucionalidade do § 7º do art. 231 da Lei Complementar nº 165 do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 13.9.2019 a 19.9.2019.

Ementa: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 231, §7º, DA LEI COMPLEMENTAR 165/1999 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. INGRESSO DE SUBSTITUTO NA TITULARIDADE DE SERVENTIA. OFENSA AO PRINCÍPIO DO CONCURSO PÚBLICO. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE.

1. A Constituição da República erigiu a exigência de concurso público como verdadeiro pilar de moralidade e impessoalidade, assegurando à Administração a seleção dos melhores e mais preparados candidatos e aos administrados chances isonômicas de demonstrar conhecimento.

2. É inconstitucional a lei estadual que propicie ao substituto da serventia investir-se na titularidade sem prévia aprovação em concurso público específico destinado ao seu provimento, conforme previsão do art. 236, §3º, da Constituição da República.

3. Ação direta julgada procedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.631 **(8)**

ORIGEM : ADI - 145917 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO - CONSIF
ADV.(A/S) : MARCOS JORGE CALDAS PEREIRA (02475/DF, 298527/SP) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da expressão "*e a seguradora*" presente no inciso XI do § 1º do artigo 15 da Lei estadual nº 2.657/96, do Rio de Janeiro, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Ministros Cármen Lúcia e Luiz Fux. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 10.10.2019.

IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - SEGURO - SALVADOS. Por não consubstanciar mercadoria, mas elemento do contrato de seguro, ao lado do prêmio e da indenização, o resultado da alienação do salvado não é passível de incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Precedentes: recurso extraordinário nº 588.149/SP e ação direta de inconstitucionalidade nº 1.648/MG, ambos da relatoria do ministro Gilmar Mendes, com decisões proferidas em 16 de fevereiro de 2011, bem como verbete vinculante nº 32 da Súmula do Supremo: "O ICMS não incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras". Inconstitucionalidade da expressão "e a seguradora" presente no inciso XI do § 1º do artigo 15 da Lei nº 2.657/96, do Estado do Rio de Janeiro.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.870 **(9)**

ORIGEM : ADI - 31831 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CNTEEC
ADV.(A/S) : HUMBERTO PERON FILHO (144943/SP)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: Após os votos dos Ministros Roberto Barroso (Relator), Gilmar Mendes e Edson Fachin, que julgavam procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 12.547, de 31 de janeiro de 2007, do Estado de São Paulo, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 16.8.2019 a 22.8.2019.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 12.547, de 31 de janeiro de 2007, do Estado de São Paulo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 20.9.2019 a 26.9.2019.

Ementa: Direito constitucional. Ação direta. Lei estadual que dispensa músicos da apresentação de carteira da ordem dos músicos do Brasil. Competência privativa da União. Inconstitucionalidade formal.

1. A Lei Estadual nº 12.547, de 31 de janeiro de 2007, do Estado de São Paulo, dispensa músicos que participem de shows e espetáculos que se realizem naquele estado da apresentação da Carteira da Ordem dos Músicos do Brasil, além de prever punições para quem exigir o documento.

2. As Confederações Nacionais possuem legitimidade ativa para a propositura de ações diretas de inconstitucionalidade, pois são entidades de alcance nacional e atuação transregional dotadas de expresso mandato para representação de interesses de setores econômicos, comportando diversas classes. Precedente.

3. A invocação de invasão da competência legislativa da União envolve, diretamente, a confrontação da lei atacada com a Constituição, não havendo que se falar nessas hipóteses em ofensa reflexa à Lei Maior. Precedentes.

4. A competência para legislar sobre condições para o exercício de profissões é privativa da União (CF, art. 22, XIV). Ainda que a Lei Federal nº 3.857/1960 tenha sido declarada materialmente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em recurso extraordinário com repercussão geral (RE 795467 RG, Rel. Min. Teori Zavascki, j. 05.06.2014), não se negou a competência federal para tratar do tema. Não cabe à lei estadual regular as condições para o exercício da profissão de músico, mesmo que a pretexto de garantir a livre atuação dos artistas.

5. Procedência do pedido.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.021 **(10)**

ORIGEM : ADI - 16963 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : PARTIDO PROGRESSISTA - PP
ADV.(A/S) : HERMAN TED BARBOSA (10001/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

Decisão: Retirado de pauta ante a aposentadoria do Senhor Ministro Eros Grau (Relator). Ausente, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 04.08.2010.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta e julgou improcedente o pedido, nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento, a Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 03.10.2019.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO TRIBUTÁRIO. ARTIGO 32 DA LEI FEDERAL 9.430/1996. PROCEDIMENTO DE "SUSPENSÃO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA, EM VIRTUDE DE FALTA DE OBSERVÂNCIA DE REQUISITOS LEGAIS". ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ARTIGO 146, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RESERVA DE LEI COMPLEMENTAR. INEXISTÊNCIA. DEVEM SER VEICULADAS POR LEI COMPLEMENTAR AS NORMAS QUE DIGAM RESPEITO ÀS CONDIÇÕES PARA O GOZO DAS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS REFERENTES À FISCALIZAÇÃO E AO CONTROLE ADMINISTRATIVO DO ATENDIMENTO DAS FINALIDADES CONSTITUCIONAIS DAS REGRAS DE IMUNIDADE SÃO PASSÍVEIS DE DEFINIÇÃO POR LEI ORDINÁRIA. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE CONHECIDA E JULGADO IMPROCEDENTE O PEDIDO.

1. A Constituição Federal reserva à lei complementar a veiculação das normas que digam respeito às condições para o gozo das imunidades tributárias - atualmente previstas na Lei federal 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), recepcionada pela ordem constitucional vigente com o *status* de lei complementar.

2. Os aspectos procedimentais necessários à verificação do atendimento das finalidades constitucionais das regras de imunidade, referentes à fiscalização e ao controle administrativo, são passíveis de definição por lei ordinária. Precedentes.

3. *In casu*, o artigo 32 da Lei federal 9.430/1996 trata do procedimento de "*suspensão da imunidade tributária, em virtude de falta de observância de requisitos legais*", fazendo referência expressa à inobservância de "*requisito ou condição previsto nos arts. 9º, § 1º, e 14, da Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional*". Assim, o dispositivo legal ora impugnado não versa requisitos para gozo de imunidade tributária, mas dispõe sobre normas de procedimento administrativo fiscal, matéria que pode ser validamente veiculada por lei ordinária.

4. Ação direta conhecida e julgado improcedente o pedido.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Atos do Poder Legislativo

LEI COMPLEMENTAR Nº 169, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para autorizar a constituição de sociedade de garantia solidária e de sociedade de contragarantia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Capítulo IX da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), passa a vigorar acrescido da seguinte Seção I-A:

"**Seção I-A**

Da Sociedade de Garantia Solidária e da Sociedade de Contragarantia

Art. 61-E. É autorizada a constituição de sociedade de garantia solidária (SGS), sob a forma de sociedade por ações, para a concessão de garantia a seus sócios participantes.

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Os atos da sociedade de garantia solidária serão arquivados no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

§ 4º É livre a negociação, entre sócios participantes, de suas ações na respectiva sociedade de garantia solidária, respeitada a participação máxima que cada sócio pode atingir.

§ 5º Podem ser admitidos como sócios participantes os pequenos empresários, microempresários e microempreendedores e as pessoas jurídicas constituídas por esses associados.

§ 6º (VETADO).

§ 7º Sem prejuízo do disposto nesta Lei Complementar, aplicam-se à sociedade de garantia solidária as disposições da lei que rege as sociedades por ações.

Art. 61-F. O contrato de garantia solidária tem por finalidade regular a concessão da garantia pela sociedade ao sócio participante, mediante o recebimento de taxa de remuneração pelo serviço prestado, devendo fixar as cláusulas necessárias ao cumprimento das obrigações do sócio beneficiário perante a sociedade.

Parágrafo único. Para a concessão da garantia, a sociedade de garantia solidária poderá exigir contragarantia por parte do sócio participante beneficiário, respeitados os princípios que orientam a existência daquele tipo de sociedade.

Art. 61-G. A sociedade de garantia solidária pode conceder garantia sobre o montante de recebíveis de seus sócios participantes que sejam objeto de securitização.

Art. 61-H. É autorizada a constituição de sociedade de contragarantia, que tem como finalidade o oferecimento de contragarantias à sociedade de garantia solidária, nos termos a serem definidos por regulamento.

Art. 61-I. A sociedade de garantia solidária e a sociedade de contragarantia integrarão o Sistema Financeiro Nacional e terão sua constituição, organização e funcionamento disciplinados pelo Conselho Monetário Nacional, observado o disposto nesta Lei Complementar."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Brasília, 2 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 10.147, DE 2 DE DEZEMBRO 2019

Dispõe sobre a qualificação de unidades de conservação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, e na Resolução nº 79, de 29 de agosto de 2019, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam qualificadas, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI, e incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND as seguintes unidades de conservação, para fins de concessão da prestação dos serviços públicos de apoio à visitação, com previsão do custeio de ações de apoio à conservação, à proteção e à gestão das referidas unidades:

I - Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no Estado do Maranhão;

II - Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará; e

III - Parque Nacional do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Art. 2º O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES poderá ser contratado para elaborar os estudos necessários às concessões de que trata o art. 1º e para apoiar as atividades de supervisão dos serviços técnicos e de revisão de produtos contratados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Luis Gustavo Biagioni
Onyx Lorenzoni

DECRETO Nº 10.148, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal, dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o Conselho Nacional de Arquivos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I
DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Arquivo Nacional, a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal - Comissão de Coordenação do Siga, à qual compete:

I - propor diretrizes e normas relativas à gestão e à preservação de documentos e arquivos, no âmbito da administração pública federal;

II - orientar os órgãos integrantes do Siga quanto às modificações necessárias ao aprimoramento dos mecanismos de gestão de documentos e arquivos;

III - monitorar a aplicação das normas e seus resultados, com vistas à modernização e ao aprimoramento do Siga;

IV - fornecer informações sobre os órgãos setoriais e seccionais ao órgão central do Siga; e

V - assessorar o órgão central do Siga na execução de suas competências.

Parágrafo único. Compete ao Arquivo Nacional, na qualidade de órgão central do Siga, submeter as propostas de que trata o inciso I do **caput**, aprovadas pela Comissão de Coordenação do Siga, à aprovação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

Art. 2º A Comissão de Coordenação do Siga é composta:

I - pelo Diretor-Geral do Arquivo Nacional, que a presidirá;

II - por representantes:

a) do Arquivo Nacional;

b) do órgão central do Sistema de Serviços Gerais; e

c) do órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação; e

III - pelos Presidentes das Subcomissões de Coordenação do Siga dos órgãos da administração pública federal.

§ 1º Cada membro da Comissão de Coordenação do Siga terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º O membro da Comissão de Coordenação do Siga de que trata a alínea "a" do inciso II do **caput** e respectivo suplente serão indicados pelo Diretor-Geral do Arquivo Nacional e designados pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 3º Os membros da Comissão de Coordenação do Siga de que tratam as alíneas "b" e "c" do inciso II do **caput** e respectivos suplentes serão indicados pelo Ministro de Estado da Economia e designados pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 4º Os membros da Comissão de Coordenação do Siga de que trata o inciso III do **caput** e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 5º O Presidente da Comissão de Coordenação do Siga poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicos ou privados e especialistas na matéria em discussão para participar das reuniões, sem direito a voto.

Art. 3º A Comissão de Coordenação do Siga se reunirá em caráter ordinário semestralmente e em caráter extraordinário sempre que convocada por seu Presidente ou por solicitação de dois terços dos membros.

§ 1º O quórum de reunião da Comissão de Coordenação do Siga é de um terço dos membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Além do voto ordinário, o Presidente da Comissão de Coordenação do Siga terá o voto de qualidade em caso de empate.

Art. 4º A Secretaria-Executiva da Comissão de Coordenação do Siga será exercida pelo Arquivo Nacional.

Art. 5º É vedada a divulgação das discussões em curso na Comissão de Coordenação do Siga sem anuência prévia do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

Art. 6º As Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal - Subcomissões de Coordenação do Siga serão instituídas no âmbito dos órgãos setoriais do Siga, com o objetivo de:

I - propor as modificações necessárias ao aprimoramento dos mecanismos de gestão de documentos e arquivos à Comissão de Coordenação do Siga;

II - avaliar a aplicação das normas e seus resultados no âmbito setorial e seccional e propor os ajustes necessários, com vistas à modernização e ao aprimoramento do Siga; e

III - implementar, coordenar e controlar as atividades de gestão de documentos e arquivos nos âmbitos setorial e seccional.

§ 1º Cada Subcomissão de Coordenação do Siga será composta por um representante:

I - do respectivo órgão setorial, que a presidirá; e

II - de cada um dos órgãos seccionais.

§ 2º Os membros da Subcomissão de Coordenação do Siga serão indicados pelos titulares dos órgãos ou das entidades que representam.

§ 3º As Subcomissões de Coordenação do Siga se reunirão em caráter ordinário semestralmente e em caráter extraordinário sempre que convocada por seu Presidente ou por solicitação de dois terços dos membros.

§ 4º O quórum de reunião das Subcomissões de Coordenação do Siga é de um terço de seus membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

Art. 7º Os membros da Comissão de Coordenação do Siga e das Subcomissões de Coordenação do Siga que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 8º A participação na Comissão de Coordenação do Siga e nas Subcomissões de Coordenação do Siga será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

CAPÍTULO II
DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

Art. 9º Serão instituídas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal, órgãos técnicos com o objetivo de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos e acumulados no seu âmbito de atuação para garantir a sua destinação final, nos termos da legislação vigente e das normas do Siga, com as seguintes competências:

I - elaborar os códigos de classificação de documentos e as tabelas de temporalidade e destinação de documentos, que são instrumentos técnicos de gestão relativos às atividades-fim de seus órgãos e entidades e submetê-los à aprovação do Arquivo Nacional;

II - aplicar e orientar a aplicação do código de classificação de documentos e a tabela de temporalidade e destinação de documentos das atividades-meio da administração pública federal e de suas atividades-fim aprovada pelo Arquivo Nacional;

III - orientar as unidades administrativas do seu órgão ou entidade, analisar, avaliar e selecionar o conjunto de documentos produzidos e acumulados pela administração pública federal, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos documentos destituídos de valor;

IV - analisar os conjuntos de documentos para a definição de sua destinação final, após a desclassificação quanto ao grau de sigilo; e

V - observado o disposto nos incisos I e II, submeter as listagens de eliminação de documentos para aprovação do titular do órgão ou da entidade.

Parágrafo único. As Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos serão instituídas por ato dos titulares dos órgãos ou das entidades.

Art. 10. A autorização para a eliminação de documentos de que trata o art. 9º da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, ocorrerá por meio da aprovação das tabelas de temporalidade e destinação de documentos do órgão ou da entidade pelo Arquivo Nacional, condicionada ao cumprimento do disposto nos incisos I, II e V do **caput** do art. 9º.

Parágrafo único. A eliminação de documentos públicos será efetuada de forma que a descaracterização dos documentos não possa ser revertida.

Art. 11. As Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos serão compostas pelos seguintes servidores do órgão ou da entidade:

I - servidor arquivista ou servidor responsável pelos serviços arquivísticos, que a presidirá; e

II - servidores das unidades organizacionais às quais se referem os conjuntos de documentos a serem avaliados e destinados para guarda permanente ou eliminação.

§ 1º Cada membro da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos serão designados pelo titular do órgão ou da entidade dentre os seus servidores.

§ 3º A Secretaria-Executiva da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos será exercida por um dos servidores a que se refere o inciso II do **caput**.

§ 4º O Presidente de cada Comissão Permanente de Avaliação de Documentos poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicos ou privados e especialistas na matéria em discussão para participar das reuniões, sem direito a voto.

Art. 12. A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos se reunirá em caráter ordinário, no mínimo, semestralmente e em caráter extraordinário sempre que convocada por seu Presidente ou por solicitação de um terço dos membros.

§ 1º O quórum de reunião da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos é de maioria absoluta de seus membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Além do voto ordinário, o Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos terá o voto de qualidade em caso de empate.

Art. 13. A participação na Comissão Permanente de Avaliação de Documentos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 14. Os membros da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos que se encontrarem no mesmo ente federativo da reunião participarão presencialmente e os membros que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

CAPÍTULO III
DAS ALTERAÇÕES DOS DECRETOS Nº 4.915, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2003, E Nº 4.073, DE 3 DE JANEIRO DE 2002

Art. 15. A ementa do Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal." (NR)

Art. 16. O Decreto nº 4.915, de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º As atividades de gestão de documentos no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal ficam organizadas sob a forma de sistema denominado Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos - Siga.

§ 1º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se arquivo o conjunto de documentos produzidos e recebidos pela administração pública federal, em decorrência do exercício de atividades específicas, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos

....." (NR)

"Art. 2º .....

I - garantir ao cidadão e aos órgãos e entidades da administração pública federal o acesso aos arquivos e às informações neles contidas, de forma ágil e segura, resguardados os aspectos de sigilo e as restrições legais;

II - integrar e coordenar as atividades de gestão de documentos e arquivo desenvolvidas pelos órgãos setoriais e seccionais que o integram;

III - divulgar normas relativas à gestão e à preservação de documentos e arquivos;

.....

VII - articular-se com os demais sistemas que atuam direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal; e

VIII - fortalecer os serviços arquivísticos nos órgãos e nas entidades da administração pública federal, com vistas à racionalização e eficiência de suas atividades." (NR)

"Art. 3º .....
.....

II - como órgãos setoriais, as unidades responsáveis pela coordenação das atividades de gestão de documentos e arquivos nos órgãos e nas entidades da administração pública federal; e

III - como órgãos seccionais, as unidades responsáveis pela coordenação das atividades de gestão de documentos e arquivos nas entidades vinculadas aos órgãos da administração pública federal." (NR)

"Art. 4º .....

I - planejar, coordenar e supervisionar os assuntos relativos ao Siga, em conjunto com a Comissão de Coordenação do Siga;

II - definir, elaborar e divulgar as diretrizes e as normas gerais relativas à gestão de documentos e arquivos a serem implementadas nos órgãos e nas entidades da administração pública federal, com apoio da Comissão de Coordenação do Siga;

III - editar normas para regulamentar a padronização dos procedimentos técnicos relativos às atividades de gestão de documentos, independentemente do suporte da informação ou da natureza dos documentos;

IV - orientar a implementação, a coordenação e o controle das atividades e das rotinas de trabalho relacionadas à gestão de documentos nos órgãos setoriais;

V - divulgar normas técnicas e informações para o aprimoramento do Siga junto aos órgãos setoriais e seccionais;

VI - promover cooperação técnica com instituições e sistemas afins, nacionais e internacionais; e

VII - promover a capacitação, o aperfeiçoamento e o treinamento dos servidores que atuam na gestão de documentos e arquivos." (NR)

"Art. 5º .....

I - implementar e coordenar as atividades de gestão de documentos e arquivos, em seu âmbito de atuação e dos órgãos seccionais do Siga;

II - coordenar as rotinas de trabalho, no seu âmbito de atuação e dos órgãos seccionais do Siga, com vistas à padronização dos procedimentos técnicos relativos à gestão de documentos arquivísticos;

.....

VII - proporcionar a capacitação, o aperfeiçoamento e o treinamento aos servidores que atuam nos serviços arquivísticos e garantir sua atualização." (NR)

Art. 17. O Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º O Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, órgão colegiado instituído no âmbito do Arquivo Nacional, criado pelo art. 26 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados." (NR)

"Art. 2º .....
.....

III - propor ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública atos normativos necessários ao aprimoramento e à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados;

.....

V - estimular programas de gestão e de preservação de documentos públicos de âmbito federal, estadual, distrital e municipal, produzidos ou recebidos pelo Poder Público;

.....

X - propor ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública a declaração de interesse público e social de arquivos privados;

.....

XIV - manter, por meio do Arquivo Nacional, intercâmbio com outros colegiados e instituições, cujas finalidades sejam relacionadas ou complementares às suas, para prover e receber elementos de informação e juízo, conjugar esforços e encadear ações;

XV - articular-se com outros órgãos do Poder Público formuladores de políticas nacionais nas áreas de educação, cultura, ciência, tecnologia, informação e informática;

XVI - propor a celebração, por meio do Arquivo Nacional, de acordos, convênios, parcerias e termos de cooperação técnica com órgãos e entidades públicas e privadas em matéria de interesse mútuo; e

XVII - editar orientações técnicas para a implementação da política nacional de arquivos, por meio de resolução." (NR)

"Art. 2º-A Compete ao Arquivo Nacional, quanto à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados, no âmbito da administração pública federal:

I - celebrar acordos, convênios, parcerias e termos de cooperação com órgãos e entidades públicas e privadas em matéria de interesse mútuo;

II - propor atos normativos ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública relativos ao aprimoramento e à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados;

III - fornecer subsídios para o arquivamento de documentos públicos em meio eletrônico, óptico ou equivalente, observado a legislação; e

IV - estabelecer as diretrizes para a preservação e o acesso aos documentos públicos, independentemente de sua forma ou natureza." (NR)

"Art. 3º .....
.....

III - um representante do Poder Judiciário federal;

.....

V - um representante dos arquivos públicos estaduais e distrital;

VI - um representante dos arquivos públicos municipais;

VII - um representante de associações de arquivistas; e

VIII - quatro representantes de instituições de ensino e pesquisa, organizações ou instituições com atuação na área de tecnologia da informação e comunicação, arquivologia, história ou ciência da informação.

§ 1º Cada membro do CONARQ terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros do CONARQ e respectivos suplentes serão indicados:

I - na hipótese do inciso II do **caput:**

a) um pelo Ministro de Estado da Economia; e

b) um pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República;

II - na hipótese do inciso III do caput, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal;

III - na hipótese do inciso IV do **caput**:

a) um pelo Presidente da Câmara dos Deputados; e

b) um pelo Presidente do Senado Federal; e

IV - nas hipóteses dos incisos V a VIII do **caput**, por meio de seleção pública realizada nos termos do disposto em ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 3º Os membros do CONARQ e respectivos suplentes serão designados pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 4º Os membros do CONARQ de que tratam os incisos VII e VIII do **caput** e respectivos suplentes terão mandato de dois anos.

....." (NR)

"Art. 5º .....

§ 1º O CONARQ funcionará junto ao Arquivo Nacional.

§ 2º As reuniões do CONARQ serão realizadas preferencialmente por meio de videoconferência." (NR)

"Art. 6º O quórum de reunião do CONARQ é de maioria absoluta dos membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

Parágrafo único. Além do voto ordinário, o Presidente do CONARQ terá o voto de qualidade em caso de empate." (NR)

"Art. 7º O CONARQ poderá instituir câmaras técnicas consultivas com a finalidade de auxiliar o Conselho a elaborar estudos e propostas normativas e propor soluções para questões da política nacional de arquivos públicos e privados e do funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos.

§ 1º As câmaras técnicas consultivas serão compostas na forma de ato do CONARQ e seus membros poderão ser conselheiros do CONARQ ou especialistas convidados.

§ 2º Os membros das câmaras técnicas consultivas serão designados pelo Presidente do CONARQ, **ad referendum** do Conselho.

§ 3º As câmaras técnicas do CONARQ:

I - não poderão ter mais de cinco membros;

II - terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e

III - estão limitadas a cinco operando simultaneamente.

§ 4º Os membros das câmaras técnicas que se encontrarem no Distrito Federal ou no Rio de Janeiro, a depender do local de realização da reunião, participarão de forma presencial e os membros que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência." (NR)

"Art. 7º-A Fica instituída a Comissão de Avaliação de Acervos Privados, no âmbito do CONARQ, de caráter permanente, à qual compete:

I - receber as propostas de declaração de interesse público e social de acervos privados e instruir o processo de avaliação;

II - convidar especialistas para análise do acervo privado, quando necessário;

III - emitir parecer conclusivo sobre o interesse público e social do acervo privado para apreciação pelo Plenário do CONARQ; e

IV - subsidiar o monitoramento dos acervos declarados como de interesse público e social pelo Poder Executivo federal.

§ 1º A Comissão de Avaliação de Acervos Privados terá de três a cinco membros e respectivos suplentes, nos termos do disposto em ato do CONARQ.

§ 2º Os membros da Comissão de Avaliação de Acervos Privados e respectivos suplentes, incluído o seu Presidente:

I - poderão ser conselheiros do CONARQ ou especialistas convidados; e

II - serão designados pelo Presidente do CONARQ, **ad referendum** do Conselho.

§ 3º A Comissão de Avaliação de Acervos Privados se reunirá em caráter ordinário sempre que houver solicitação para análise de acervo privado e por convocação do seu Presidente e em caráter extraordinário por convocação do seu Presidente ou solicitação de seus membros.

§ 4º O quórum de reunião da Comissão de Avaliação de Acervos Privados é de maioria absoluta dos membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 5º Além do voto ordinário, o Presidente da Comissão de Avaliação de Acervos Privados terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 6º A Secretaria-Executiva da Comissão de Avaliação de Acervos Privados será exercida pelo Arquivo Nacional.

§ 7º Os membros da Comissão de Avaliação de Acervos Privados que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente no Arquivo Nacional e os membros que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

§ 8º A participação na Comissão de Avaliação de Acervos Privados será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada." (NR)

"Art. 9º-A O Presidente do CONARQ encaminhará relatório anual das atividades do CONARQ ao Ministro da Justiça e Segurança Pública." (NR)

"Art. 13 .....

.....

XII - possibilitar a participação de especialistas de órgãos e entidades, públicos e privados, nas câmaras técnicas e na Comissão de Avaliação de Acervos Privados; e

....." (NR)

"Art. 20. Após nomeação dos inventariantes, liquidantes ou administradores de acervos para órgãos e entidades extintos, o Ministério da Economia solicitará ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública a assistência técnica do Arquivo Nacional para a orientação necessária à preservação e à destinação do patrimônio documental acumulado, nos termos do disposto no § 2º do art. 7º da Lei nº 8.159, de 1991." (NR)

"Art. 21. O Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, mediante proposta do Arquivo Nacional, editará instrução a respeito dos procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, para a execução das medidas constantes desta Seção." (NR)

"Art. 22. Os arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional podem ser declarados de interesse público e social por ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

....." (NR)

"Art. 23. A Comissão de Avaliação de Acervos Privados, por iniciativa própria ou mediante provocação, encaminhará solicitação relativa à declaração de interesse público e social de arquivos privados, acompanhada de parecer, para deliberação do Conselho Nacional de Arquivos.

§ 1º O parecer será instruído com avaliação técnica da Comissão de Avaliação de Acervos Privados de que trata o art. 7º-A.

§ 2º Da decisão do CONARQ caberá recurso ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, na forma prevista na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999." (NR)

"Art. 30. O Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública poderá editar normas complementares à execução do disposto neste Decreto." (NR)

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Os atuais membros do CONARQ designados com fundamento nos incisos VII e VIII do **caput** do art. 3º do Decreto nº 4.073, de 2002, com a redação anterior às alterações promovidas por este Decreto, manterão seus mandatos, excepcionalmente, até 31 de março de 2020.

Art. 19. Ficam revogados:

I - os art. 6º, art. 7º, art. 8º e art. 11 do Decreto nº 4.915, de 2003*;*

II - os seguintes dispositivos do Decreto nº 4.073, de 2002:

a) os incisos IX e X do **caput** do art. 3º;

b) o parágrafo único do art. 7º;

c) os art. 8º e art. 18;

d) o § 3º do art. 23; e

e) art.31;

III - o parágrafo único do art. 15 do Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996; e

IV - o inciso V do **caput** do art. 51 do Anexo I ao Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Sérgio Moro

DECRETO Nº 10.149, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.160, de 26 de setembro de 2017, para dispor sobre o Grupo Gestor do Plano Progredir.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 9.160, de 26 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica instituído o Plano Progredir, no âmbito do Ministério da Cidadania, que constitui um conjunto articulado de ações de inclusão produtiva para pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único.

....." (NR)

"Art. 5º Fica instituído o Grupo Gestor do Plano Progredir - GGPP, órgão colegiado de natureza consultiva composto por um representante dos seguintes órgãos:

I - Ministério da Cidadania, que o coordenará;

II - Ministério da Economia;

III - Ministério da Educação;

IV - Ministério do Desenvolvimento Regional; e

V - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

.....

§ 2º Os membros do GGPP e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados pelo Ministro de Estado da Cidadania.

§ 3º Poderão ser convidados a participar das reuniões do GGPP representantes de outros órgãos, de entidades públicas e de organizações da sociedade civil.

.....

§ 5º É vedada a criação de subcolegiados." (NR)

"Art. 5º-A O GGPP se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu Coordenador.

§ 1º O quórum de reunião do GGPP é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º O Coordenador do GGPP terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 3º Os membros do GGPP que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

§ 4º A Secretaria-Executiva do GGPP será exercida pela Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana do Ministério da Cidadania." (NR)

Art. 2º O GGPP terá duração de quatro anos, contados da data de publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Osmar Terra

DECRETO Nº 10.150, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, para dispor sobre o Programa de Aquisição de Alimentos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e na Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

Parágrafo único. O Ministério da Cidadania, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GGPAA, no âmbito de suas competências, poderão editar normas complementares para dispor sobre o PAA." (NR)

"Art. 4º .....
.....

§ 2º A comprovação da aptidão dos beneficiários fornecedores será feita com a apresentação da Declaração de Aptidão - DAP ao Pronaf ou por outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com outros órgãos da administração pública federal, em suas respectivas áreas de atuação.

....." (NR)

"Art. 9º .....
.....

§ 1º O Ministério da Cidadania estabelecerá as condições e os critérios para distribuição direta de alimentos aos beneficiários consumidores e de participação e priorização de unidades recebedoras.

§ 2º A população em situação de insegurança alimentar e nutricional decorrente de situações de emergência ou calamidade pública, reconhecidas nos termos do disposto na Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, poderá ser atendida, no âmbito do PAA, em caráter complementar e articulado à atuação da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional.

....." (NR)

"Art. 10. Os estoques públicos de alimentos constituídos no âmbito do PAA serão gerenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com o Ministério da Cidadania.

§ 1º Os estoques públicos de alimentos constituídos com recursos do Ministério da Cidadania serão prioritariamente doados e somente poderão ser vendidos, com a sua autorização, em casos excepcionais.

§ 2º Os estoques públicos de alimentos constituídos com recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento serão prioritariamente vendidos, admitida a doação, se caracterizada uma das seguintes situações:

.....

§ 3º Nas situações previstas no § 2º, os estoques públicos de alimentos serão transferidos para o Ministério da Cidadania para a realização da doação." (NR)

"Art. 11. .....
.....

§ 2º Poderão ser adquiridos, para estoques constituídos com recursos do Ministério da Cidadania e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, produtos destinados à alimentação animal para venda com deságio aos beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, nos Municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública, reconhecida nos termos do disposto no § 1º e no § 2º da Lei nº 12.340, de 2010.

....." (NR)

"Art. 20. O GGPAA, órgão colegiado de caráter deliberativo vinculado ao Ministério da Cidadania, tem como objetivos orientar e acompanhar a implementação do PAA.

§ 1º .....

I - Ministério da Cidadania, que o coordenará;

II - Ministério da Economia;

III - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento; e

IV - Ministério da Educação.

§ 2º Os membros do GGPAA serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados pelo Ministro de Estado da Cidadania." (NR)

"Art. 21-A O GGPAA se reunirá em caráter ordinário semestralmente e em caráter extraordinário sempre que convocado por qualquer um de seus membros.

§ 1º O quórum de reunião do GGPAA é de maioria simples dos membros e o quórum de aprovação é de maioria absoluta dos membros presentes.

§ 2º Os membros do GGPAA que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência." (NR)

"Art. 22. O GGPAA poderá instituir comitês consultivos com o objetivo de assessorar a formulação de normas técnicas específicas.

§ 1º Os comitês consultivos poderão contar com a participação de representantes de outros entes federativos ou da sociedade civil.

§ 2º Os comitês consultivos:

I - serão compostos na forma de ato do GGPAA;

II - não poderão ter mais de cinco membros;

III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e

IV - estarão limitados a três operando simultaneamente.

§ 3º Os membros dos comitês consultivos que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência." (NR)

"Art. 23. A participação no GGPAA e nos comitês consultivos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada." (NR)

"Art. 24. O Ministério da Cidadania fornecerá o apoio técnico-administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do GGPAA." (NR)

"Art. 26. O Ministério da Cidadania, em articulação com outros órgãos da administração pública federal, estabelecerá os meios para a identificação e a emissão de documento de comprovação de aptidão para participação no PAA." (NR)

"Art. 27. São Unidades Gestoras do PAA o Ministério da Cidadania e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento." (NR)

"Art. 33. .....
.....

II - fiscalizar as operações realizadas, conforme metodologia a ser definida pelo Ministério da Cidadania." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os incisos V e VI do **caput** do art. 20 do Decreto nº 7.775, de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Osmar Terra

DECRETO Nº 10.151, DE 2 DE DEZEMBRO DE2019

Institui o Programa Ciência na Escola.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 205 e art. 218, **caput** e § 3º, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Ciência na Escola, com os seguintes objetivos:

I - aprimorar o ensino de Ciências nas escolas de educação básica;

II - promover o ensino por investigação voltado à solução de problemas;

III - intensificar a qualificação de professores da educação básica para o ensino de Ciências;

IV - estimular o interesse dos alunos da educação básica pelas carreiras científicas;

V - identificar jovens talentos para as Ciências;

VI - fomentar a implementação de soluções inovadoras que contribuam para aprimorar o ensino e o aprendizado de Ciências;

VII - incentivar o uso de novas tecnologias educacionais e novos métodos de ensino de Ciências;

VIII - fortalecer a interação entre escolas de educação básica, instituições de ensino superior e outras instituições de ciência, tecnologia e inovação; e

IX - democratizar o conhecimento e popularizar a ciência.

Art. 2º O Programa Ciência na Escola compreende as seguintes ações:

I - chamada pública para instituições, destinada a selecionar redes para o aprimoramento do ensino de Ciências na educação básica;

II - chamada pública para pesquisadores, destinada a selecionar projetos para o aprimoramento do ensino de Ciências na educação básica;

III - Olimpíada Nacional de Ciências; e

IV - curso de especialização a distância em ensino de Ciências, denominado "Ciência é Dez!".

§ 1º Outras ações consideradas relevantes poderão ser desenvolvidas no âmbito do Programa Ciência na Escola, a critério do Comitê Gestor do Programa.

§ 2º As ações do Programa Ciência na Escola poderão ser acompanhadas por meio de plataforma específica disponibilizada na internet.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do Programa Ciência na Escola correrão à conta de dotações orçamentárias destinadas ao Ministério da Educação e ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, consignadas no Orçamento Geral da União.

§ 1º As ações previstas nos incisos I e IV do **caput** do art. 2º correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério da Educação.

§ 2º As ações previstas nos incisos II e III do **caput** do art. 2º correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 4º Fica instituído o Comitê Gestor do Programa Ciência na Escola, a quem compete:

I - deliberar sobre as estratégias de implantação e sobre a política de monitoramento e avaliação do Programa;

II - aprovar o regimento interno do Comitê Gestor, no prazo de sessenta dias, contado da data de sua instalação, e suas modificações; e

III - recomendar a contratação de estudos e pesquisas.

Art. 5º O Comitê Gestor do Programa Ciência na Escola será composto pelos seguintes representantes:

I - um do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que o coordenará;

II - um do Ministério da Educação;

III - um da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;

IV - um do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; e

V - um representante da sociedade civil.

§ 1º Cada membro do Comitê Gestor terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros de que tratam os incisos I a IV do **caput** e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam, respectivamente, dentre os ocupantes de cargos em comissão equivalentes ou superiores aos níveis 6 e 5 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.

§ 3º O membro de que trata o inciso V do **caput** e respectivo suplente serão indicados pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, ou, na ausência de indicação, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá convidar especialistas nas áreas de ensino e pesquisa.

§ 4º Os membros do Comitê Gestor do Programa Ciência na Escola e respectivos suplentes serão designados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 5º O Comitê Gestor do Programa Ciência na Escola poderá convidar para participar de suas reuniões, sem direito a voto, representantes de outros órgãos públicos federais, de instituições de ensino superior e de instituições de ciência, tecnologia e inovação, entre outras.

Art. 6º O Comitê Gestor do Programa Ciência na Escola se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente, e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu Coordenador.

§ 1º O quórum de reunião é de três membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Além do voto ordinário, o Coordenador do Comitê Gestor terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 3º Os membros do Comitê Gestor que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

§ 4º A participação no Comitê Gestor do Programa Ciência na Escola será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7º A Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Programa Ciência na Escola será exercida pela Secretaria de Políticas para Formação e Ações Estratégicas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e terá as seguintes competências:

I - elaborar proposta de regimento interno do Comitê Gestor do Programa Ciência na Escola, no prazo de quarenta e cinco dias, contado da data da sua instalação, e submetê-lo à aprovação do Comitê Gestor;

II - elaborar as pautas e preparar as reuniões do Comitê Gestor do Programa Ciência na Escola;

III - elaborar o relatório de atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Ciência na Escola, a fim de subsidiar as deliberações do Comitê Gestor do Programa Ciência na Escola;

IV - disponibilizar periodicamente informações sobre as ações implementadas no âmbito do Programa Ciência na Escola; e

V - prestar assessoria geral ao Comitê Gestor do Programa Ciência na Escola.

Parágrafo único. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações prestará apoio administrativo ao funcionamento da Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Programa Ciência na Escola.

Art. 8º Os primeiros membros do Comitê Gestor do Programa Ciência na Escola serão designados no prazo de trinta dias, contado da data de publicação deste Decreto.

Art. 9º A primeira reunião ordinária do Comitê Gestor do Programa Ciência na Escola ocorrerá no prazo de sessenta dias, contado da data de publicação deste Decreto.

Art. 10. Ficam convalidadas as ações previstas no art. 2º já efetivadas pelos órgãos e entidades de que trata o art. 5º.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub
Marcos César Pontes

DECRETO Nº 10.152, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, na forma do Anexo.

Art. 2º O Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste , observado o disposto na Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, poderá apresentar ao Ministério do Desenvolvimento Regional proposta de alteração a este Decreto, a ser submetida ao Presidente da República.

Art. 3º O financiamento a estudantes de que trata o inciso II do **caput** do art. 16 da Lei Complementar nº 129, de 2009, atenderá aos requisitos previstos na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e a sua aplicação será orientada pelo Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil - CG-Fies.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 8.067, de 14 de agosto de 2013.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto

ANEXO

REGULAMENTO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

Seção I
Da natureza e da finalidade

Art. 1º O Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, criado pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, é instrumento de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e tem por finalidade assegurar recursos para:

I - a implementação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura, ações e serviços públicos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRDCO; e

II - o financiamento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco.

Seção II
Da origem dos recursos

Art. 2º Constituem recursos do FDCO:

I - as dotações orçamentárias que lhe forem consignadas no Orçamento Geral da União;

II - os resultados de suas aplicações financeiras;

III - o produto da alienação de valores mobiliários, dividendos de ações e outros a ele vinculados;

IV - a reversão dos saldos anuais não aplicados;

V - o produto do retorno das operações de financiamentos concedidos, incluídos o principal, os juros e os demais encargos financeiros, descontada a parcela que corresponder à remuneração do agente operador, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional; e

VI - outros recursos que lhe forem destinados por lei.

Parágrafo único. A aplicação das disponibilidades decorrentes do disposto nos incisos II a VI do caput será feita na conta única do Tesouro Nacional.

Seção III
Das despesas

Art. 3º Constituem despesas do FDCO o equivalente a um inteiro e cinco décimos por cento do valor a que se refere o inciso V do caput do art. 2º, a ser destinado ao apoio de atividades de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional.

§ 1º O percentual a que se refere o **caput** será custodiado e operacionalizado pelo Banco do Brasil S.A. e aplicado na forma a ser definida pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

§ 2º São consideradas receitas da Sudeco as transferências do FCDO equivalentes a dois por cento do valor de cada liberação de recursos, de que trata o inciso II do **caput** do art. 7º da Lei Complementar nº 129, de 2009.

Seção IV
Da execução orçamentária e financeira

Art. 4º As disponibilidades financeiras do FDCO ficarão depositadas na conta única do Tesouro Nacional.

Art. 5º A execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do FDCO será realizada exclusivamente no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi e atenderá às normas expedidas pelos órgãos centrais de planejamento e orçamento, de administração financeira, de contabilidade e de controle interno do Poder Executivo federal.

Seção V
Dos critérios e das condições gerais

Art. 6º Os critérios, as condições, os prazos e a remuneração do agente operador nas operações de crédito para investimentos no âmbito do FDCO previstas no art. 13 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 7º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional compatibilizará os valores de subvenção econômica aos investimentos a serem realizados em cada exercício.

Art. 8º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional estabelecerá as normas para estruturação e padronização dos procedimentos básicos relativos aos investimentos a serem realizados, inclusive quanto às informações necessárias à supervisão, ao acompanhamento, ao controle e à avaliação da aplicação dos recursos.

Parágrafo único. As normas previstas no caput serão observadas na elaboração do ato normativo que disporá sobre a participação do FDCO nos projetos de investimento a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, observadas as competências estabelecidas em lei.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Seção I
Do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste

Art. 9º Compete à Sudeco, por meio do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste:

I - editar normas no âmbito do FDCO, observadas as competências e as prioridades para aplicação dos recursos de que trata a Lei Complementar nº 129, de 2009, e este Regulamento;

II - estabelecer anualmente, até 15 de agosto, em consonância com o PRDCO, as diretrizes, as prioridades e o programa de financiamento do FDCO, observadas a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e as orientações gerais fixadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e ouvidos os Estados e o Distrito Federal;

III - supervisionar o cumprimento das prioridades de que trata o inciso II;

IV - fixar os critérios para o estabelecimento de contrapartida dos Estados e dos Municípios nos investimentos do FDCO; e

V - definir, por meio de resolução, os critérios de aplicação dos recursos de que trata o inciso II do caput do art. 3º.

Seção II
Das competências da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste como gestora do FDCO

Art. 10. Compete à Sudeco, como gestora do FDCO:

I - verificar a adequação dos pedidos de financiamento do FDCO em relação às prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste;

II - celebrar contrato único com o agente operador para autorizá-lo a financiar projetos aprovados com recursos do FDCO, observados os limites orçamentários e financeiros do FDCO;

III - autorizar, no início de cada semestre, a disponibilização dos recursos do FDCO destinados aos financiamentos pelo agente operador, de acordo com o cronograma físico-financeiro e os desembolsos previstos no período para os projetos aprovados, observado o disposto no inciso V do caput do art. 11, descontados eventuais recursos não aplicados no semestre anterior;

IV - aprovar as liberações de recursos, nos termos do disposto neste Regulamento e em normas complementares;

V - autorizar o agente operador a efetivar as liberações de recursos, observadas as condicionantes constantes do parecer de análise do projeto quanto às garantias da operação, as regras deste Regulamento e das normas complementares;

VI - auditar a aplicação dos recursos do FDCO;

VII - editar normas complementares à execução do disposto neste Regulamento;

VIII - representar ao Ministério Público Federal, quando identificados desvios de recursos do FDCO;

IX - editar normas, em articulação com os agentes operadores, para estabelecer as informações necessárias sobre participação do FDCO nos projetos;

X - verificar a conformidade dos procedimentos, previamente à formalização dos atos relacionados à gestão do FDCO;

XI - propor ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste as diretrizes e as prioridades para aplicação dos recursos do FDCO, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, o PRDCO e as orientações gerais do Ministério do Desenvolvimento Regional;

XII - propor ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste os critérios de aplicação dos recursos de que trata o inciso II do **caput** do art. 3º;

XIII - administrar a aplicação dos recursos de que trata o inciso II do **caput** do art. 3º em projetos específicos relacionados com as atividades de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional;

XIV - verificar a adequabilidade dos pedidos de apoio financeiro e dos projetos à Política Nacional de Desenvolvimento Regional, observadas as diretrizes e as orientações do Ministério do Desenvolvimento Regional e as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, nos termos do disposto no inciso II do **caput** do art. 9º;

XV - monitorar as atividades desenvolvidas e avaliar os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FDCO, em articulação com o Ministério do Desenvolvimento Regional, com base nas informações prestadas pelos agentes operadores do crédito no Sistema de Informações do Desenvolvimento Regional;

XVI - propor, em articulação com o Ministério do Desenvolvimento Regional, medidas de ajustes para o cumprimento das orientações, diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste;

XVII - propor critérios para o estabelecimento de contrapartida dos Estados e dos Municípios nos investimentos do FDCO;

XVIII - elaborar proposta de regulamento que disporá sobre a participação do FDCO nos projetos de investimento;

XIX - acompanhar os projetos, por meio dos relatórios de desempenho do empreendimento emitido pelo agente operador e dos relatórios decorrentes do exercício da competência prevista no inciso IV do **caput** do art. 11, quanto à consecução dos objetivos e das metas econômicas e sociais;

XX - avaliar, ao final de cada projeto, a aplicação dos recursos, por meio da análise do Certificado de Conclusão de Empreendimento, a ser preenchido pelo agente operador, observado o disposto no inciso II do **caput** do art. 9º;

XXI - realizar os demais atos de gestão relativos ao FDCO;

XXII - autorizar a participação do FDCO em eventual complementação de recursos, proposta e aprovada pelo agente operador, observados os limites orçamentários e financeiros do FDCO, as condicionantes definidas no parecer de análise do projeto e as regras deste Regulamento e dos atos complementares; e

XXIII - divulgar as avaliações de impactos do FDCO, de acordo com os normativos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

§ 1º Os saldos diários dos recursos disponibilizados na forma do inciso III do **caput**, enquanto não desembolsados pelo agente operador, serão remunerados, **pro rata die**, pela taxa média referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos públicos federais, divulgada pelo Banco Central do Brasil, ou por outra taxa que venha a substituí-la.

§ 2º A Sudeco poderá autorizar a primeira disponibilização de recursos ao agente operador no decorrer do semestre em que o projeto for aprovado, desde que previsto no cronograma físico-financeiro.

Seção III
Dos agentes operadores

Art. 11. O FDCO terá como agentes operadores as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, às quais compete:

I - fiscalizar e atestar as informações apresentadas pelo proponente e, por meio de proposta da Sudeco, as condicionantes do parecer de análise do projeto;

II - decidir se há interesse em atuar como agente operador;

III - assumir o risco de crédito em cada operação, na forma que dispuser o Conselho Monetário Nacional, por proposta do Ministério do Desenvolvimento Regional;

IV - fiscalizar e atestar a regularidade física, financeira, econômica e contábil dos beneficiários e dos projetos durante sua implementação e sua execução;

V - solicitar a liberação semestral de recursos financeiros para os projetos contemplados no Mapa de Previsão de Desembolso Financeiro - MDF do FDCO, conforme o cronograma físico-financeiro e os desembolsos previstos nos projetos aprovados, desde que estejam em situação de regularidade e haja solicitação do interessado;

VI - analisar a necessidade e a viabilidade de eventual complementação dos recursos previstos nos projetos aprovados;

VII - apresentar as informações solicitadas pela Sudeco relativas à análise e a execução da carteira de projetos do FDCO;

VIII - analisar a viabilidade econômico-financeira dos projetos que demandam o apoio do FDCO;

IX - negociar a contratação das operações de apoio financeiro do FDCO, observados os critérios e as condições definidos pelo Conselho Monetário Nacional e os limites estabelecidos por este Regulamento e pelas normas complementares;

X - decidir pela contratação das operações com apoio financeiro do FDCO, em projetos em que a participação do FDCO tenha a aprovação da Sudeco, observadas as normas internas do agente operador aplicáveis ao assunto;

XI - creditar os valores devidos ao FDCO nas datas correspondentes;

XII - acompanhar e supervisionar a carteira de projetos financiados com recursos do FDCO; e

XIII - exercer outras atividades relativas à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, incluída a renegociação de dívidas, observadas as regras específicas da política de crédito do agente operador.

§ 1º A remuneração do agente operador pela análise de viabilidade econômico-financeira dos projetos será paga pelos proponentes, nos termos definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º A instituição financeira que analisar a viabilidade econômico-financeira e de riscos do projeto ficará responsável pelas informações e opiniões emitidas em seu parecer.

§ 3º Para fins do disposto neste Regulamento, consideram-se projetos de infraestrutura os projetos que trata o art. 1º da Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999.

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 628, de 29 de novembro de 2019. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 36.796.

Nº 629, de 2 de dezembro de 2019. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.247.

Nº 630, de 2 de dezembro de 2019. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 7.204.

Nº 631, de 2 de dezembro de 2019. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 7.238.

Nº 632, de 2 de dezembro de 2019.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 113, de 2015 - Complementar (nº 106/11 - Complementar na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para autorizar a constituição de sociedade de garantia solidária e de sociedade de contragarantia".

Ouvido, o Ministério da Economia manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

§ 1º do art. 61-E da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, acrescido pelo art. 1º do projeto de lei complementar

"§ 1º Na sociedade de garantia solidária poderão tomar parte sócios de 2 (duas) categorias:

I - os sócios participantes, que serão, preferencialmente, microempresas e empresas de pequeno porte, observados o número mínimo de 10 (dez) participantes e a participação máxima individual de 10% (dez por cento) do capital social;

II - os sócios investidores, que serão pessoas físicas ou jurídicas, que efetuarão aporte de capital na sociedade, com o objetivo exclusivo de auferir rendimentos, não podendo sua participação, em conjunto, exceder a 49% (quarenta e nove por cento) do capital social."

Razões do veto

"O inciso I do § 1º prevê o limite de 49% do capital para a participação de sócios investidores ou patrocinadores nas sociedades de garantia solidária, o que contraria o interesse público, pois tal limite não se alinha à realidade brasileira, a exemplo do que ocorre nas sociedades de garantia de crédito, nas quais o patrimônio exposto ao risco de crédito em boa parte decorre de aportes de investidores em torno de 85%. Com o veto ao inciso I, o veto por arrastamento ao inciso II é medida que se impõe, sob pena de se viabilizar a interpretação de que as sociedades de garantia solidária admitiriam exclusivamente os sócios participantes, sendo excluída a figura do sócio investidor."

§ 2º do art. 61-E da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, acrescido pelo art. 1º do projeto de lei complementar

"§ 2º A sociedade de garantia solidária terá como finalidade social exclusiva a concessão de garantias pessoais ou reais a seus sócios participantes."

Razões do veto

"O dispositivo limita como exclusiva finalidade social da sociedade de garantia solidária a concessão de garantias pessoais ou reais a seus sócios participantes, o que contraria o interesse público, pois reduz a capacidade dessas sociedades de se sustentarem, atuando de forma eficiente, o que reduz os atrativos aos eventuais investidores. Ocorre que a possibilidade de prestar outros tipos de serviços aos beneficiários será regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, que delimitará a natureza dessas atividades complementares, visando evitar conflitos de interesse, contágios de risco e desvirtuamento dos propósitos originais das sociedades. De outro lado, a possibilidade de ampliação de escopo, além de aumentar o volume e diversidade de receitas, viabilizará também ganhos de sinergia e segurança operacional por meio da aquisição de informações estratégicas ou do controle de processos complementares à sua atividade principal de identificação, mensuração e mitigação de risco de crédito."

§ 6º do art. 61-E da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, acrescido pelo art. 1º do projeto de lei complementar

"§ 6º A sociedade de garantia solidária poderá receber recursos públicos e outros tipos de incentivos estatais voltados ao fomento de sua atividade principal, na forma definida por lei."

Razões do veto

"O dispositivo proposto, ao estabelecer que a sociedade de garantia solidária poderá receber recursos públicos, sem especificá-los, contraria o interesse público por ser redundante ao que dispõe a Seção I do Capítulo IX da Lei Nacional do Simples (Lei Complementar nº 123, de 2006), que trata das disposições gerais aplicáveis a todas as microempresas e empresas de pequeno porte, estabelecendo com maiores detalhes e de forma mais adequada regras sobre as linhas de crédito disponíveis para estímulo ao crédito e capitalização."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 633, de 2 de dezembro de 2019. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Projeto de Apoio à Melhoria da Segurança Hídrica e Fortalecimento da Inteligência na Gestão Pública de Estado do Ceará (IPF Ceará).

Nº 634, de 2 de dezembro de 2019. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III - 2ª Fase".

Nº 635, de 2 de dezembro de 2019.Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo de Cooperação no Âmbito da Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Argelina Democrática e Popular, assinado em Brasília/Argel, em 12 de dezembro de 2018.

Nº 636, de 2 de dezembro de 2019. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo-Quadro sobre o Estabelecimento da Aliança Solar Internacional (ASI), assinado em Nova Delhi, República da Índia, em 15 de novembro de 2016, ao tempo que, solicita a retirada de tramitação da Mensagem nº 94, de 23 de fevereiro de 2018, que também trata dessa matéria.

Nº 637, de 2 de dezembro de 2019. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, assinado em Brasília, em 12 de agosto de 2016.

CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 100, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019

Recomendação de adoção de medida que confere agilidade às propostas deliberadas pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, **caput**, incisos I e V, alínea "c", todos da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016 e o artigo 6º, inciso II, alínea "f", da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997,

Considerando o interesse estratégico e a prioridade nacional dos projetos qualificados por este Conselho, nos termos do artigo 5º da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016; e

Considerando a necessidade de simplificar e dar celeridade às recomendações do CPPI; resolve:

Art. 1º Após a edição das Resoluções deste Conselho, as recomendações exaradas por este colegiado deverão ser encaminhadas pelo Ministro da Casa Civil à deliberação do Presidente da República.

§ 1º As recomendações serão encaminhadas através de Exposição de Motivos do Ministro da Casa Civil, sempre instruída com nota técnica e parecer jurídico.

§ 2º Os Ministérios setoriais, proponentes das matérias deliberadas pelo Conselho, deverão ser ouvidos pela Casa Civil durante a elaboração da Exposição de Motivos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

MARTHA SEILLIER
Secretária Especial do Programa de Parcerias de
Investimentos da Casa Civil da Presidência da República

RESOLUÇÃO Nº 101, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019

Estabelece procedimentos simplificados para desestatização de empresas de pequeno e médio porte.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CPPI, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 4º, 5º, 7º e 8º, inciso IV, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, os artigos 4º e 6º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, bem como o artigo 33 do Decreto 2.594, de 15 de maio de 1998,

Considerando a possibilidade de o Conselho Nacional de Desestatização - CND estabelecer procedimentos simplificados para os processos de desestatização, inclusive para fixação do preço mínimo ou do preço de emissão das ações, conforme o caso, na desestatização de empresas de pequeno e médio porte;

Considerando que compete ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - CPPI, nos termos do artigo 7º, inciso V, alínea "c" da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, exercer as funções atribuídas ao Conselho Nacional de Desestatização pela Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997; resolve:

Art. 1º Estabelecer procedimentos simplificados para desestatização de empresas de pequeno e médio porte, independentemente da modalidade operacional aplicável.

Art. 2º Para fins desta Resolução, considera-se:

I - Receita Operacional Bruta para Empresas Dependentes: igual ao valor total das vendas de bens ou da prestação de serviços antes de qualquer dedução, sem considerar os valores recebidos a título de subvenção do Tesouro Nacional;

II - Receita Operacional Bruta para Empresas de Participação: igual ao Resultado de Equivalência Patrimonial;

III - Receita Operacional Bruta para Empresas do Setor Financeiro: soma das Receitas da Intermediação Financeira, de Prestação de Serviços e de Tarifas Bancárias;

IV - Receita Operacional Bruta para Demais Empresas: valor total das vendas de bens ou da prestação de serviços antes de qualquer dedução;

V - Empresas de médio porte: empresas cuja Receita Operacional Bruta anual seja inferior a R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e superior a R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais);

VI - Empresas de pequeno porte: empresas cuja Receita Operacional Bruta anual seja igual ou inferior a R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais).

Art. 3º A determinação do preço mínimo dos ativos de que trata esta Resolução, para desestatização mediante as modalidades operacionais previstas no artigo 7º do Decreto 2.594, de 15 de maio de 1998, será realizada mediante análise expedita de mercado, da situação econômico-financeira e da rentabilidade da empresa.

§ 1º A análise de que trata o caput poderá ser baseada em relatórios, documentos e dados secundários, informados pela própria empresa, ou proveniente de fontes oficiais ou usualmente adotadas pelo mercado.

§ 2º O preço mínimo poderá ser fixado com base em estudos de avaliação elaborado por única empresa, conforme determinação do CPPI.

§ 3º A critério do Gestor do Fundo Nacional de Desestatização - FND, a avaliação do valor econômico da empresa poderá ser realizada por meio de fluxo de caixa descontado ou de outro método amplamente praticado no mercado, elaborados por consultorias técnicas especializadas ou por funcionários de seus quadros próprios, com o auxílio de servidores da Administração Direta ou Indireta.

Art. 4º O Presidente do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, conjuntamente com o Ministro de Estado da Economia, poderá, dispensada aprovação do CPPI, aprovar o seguinte:

I - a modalidade operacional a ser aplicada a cada desestatização;

II - os ajustes de natureza societária, operacional, contábil ou jurídica e o saneamento financeiro, necessários às desestatizações;

III - as condições aplicáveis às desestatizações; e

IV - a contratação, pelo Gestor do Fundo Nacional de Desestatização, de pareceres ou estudos especializados necessários à desestatização.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

MARTHA SEILLIER
Secretária Especial do Programa de Parcerias de
Investimentos da Casa Civil da Presidência da República

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIRETORIA DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO

DEAPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AR SULBAHIA SERVIÇOS; Processo nº 00100.005655/2019-64.

DEFIRO o credenciamento da AR GTC CERTIFICADORA; Processo nº 00100.005493/2019-64.

DEFIRO o credenciamento da AR CERTCONT; Processo nº 00100.005990/2019-62.

DEFIRO o credenciamento da AR FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE DIRIGENTES LOJISTAS DO RIO GRANDE DO SUL; Processo nº 00100.006265/2019-10.

DEFIRO o credenciamento da AR V & B APOIO ADMINISTRATIVO LTDA; Processo nº 00100.006145/2019-12.

DEFIRO o credenciamento da AR RCERTI; Processo nº 00100.006315/2019-51.

DEFIRO o credenciamento da AR GIANTECH CERTIFICADO DIGITAL; Processo nº 00100.006045/2019-88.

DEFIRO o credenciamento da AR SMG4 CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE SEGUROS; Processo nº 00100.005053/2019-15.

DEFIRO o credenciamento da AR C T CONSULTORIA ADMINISTRATIVA; Processo nº 00100.006290/2019-95.

DEFIRO o credenciamento da AR J.B. CERTIFICADORA DIGITAL; Processo nº 00100.006293/2019-29.

DEFIRO o descredenciamento da AR CONSULT; Processo nº 00100.007022/2019-91.

ÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA
Diretora

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIAS DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 e Portaria SE/MAPA nº 326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº 5.485 - Habilitar o Médico Veterinário JOÃO PAULO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, CRMV-PR Nº 14178 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das espécies AVES no Estado do Paraná (Processo nº 21034.015311/2019-74).

Nº 5.486 - Habilitar a Médica Veterinária JULLIANNA MANFRON, CRMV-PR Nº 14731 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para as espécies EQUINOS, ASININOS E MUARES no Estado do Paraná (Processo nº 21034.015309/2019-03).

Nº 5.488 - Habilitar a Médica Veterinária MARISTELA NUNES BENETTI, CRMV-PR Nº 15988 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das espécies AVES no Estado do Paraná (Processo nº 21034.015306/2019-61).

CLEVERSON FREITAS

PORTARIA Nº 5.523, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 e Portaria SE/MAPA nº 326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

Habilitar o Médico Veterinário ANDRÉ LUÍS DOS SANTOS, CRMV-PR Nº 17272 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das espécies AVES no Estado do Paraná (Processo nº 21034.015478/2019-35).

CLEVERSON FREITAS

PORTARIAS DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 e Portaria SE/MAPA nº 326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº 5.551 - Habilitar a Médica Veterinária VANESSA ISSUZU MIYAKAWA, CRMV-PR Nº 7226 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL de BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS exclusivamente para a saída de eventos agropecuários no Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná (processo nº 21034.015546/2019-66).

Nº 5.550 - Habilitar a Médica Veterinária JULIA DALL'ANESE, CRMV-PR Nº 11936 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL das espécies EQUINA, ASININA E MUAR no Estado do Paraná (processo nº 21034.015484/2019-92).

CLEVERSON FREITAS

PORTARIA Nº 5.568, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 e Portaria SE/MAPA nº 326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

Cancelar a habilitação do Médico Veterinário PAULO JUARES PRADO JUNIOR, CRMV-PR Nº 4534, de acordo com o item VII do Art. 9º da Instrução Normativa nº 22 de 20/06/2013, revogando a Portaria nº 1246 de 11/12/2008 (Processo nº 21034.015621/2019-99).

CLEVERSON FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SERVIÇO DE SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 5.597, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O Chefe do Serviço de Sanidade Vegetal da Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria Ministerial nº 1.429 de 26/06/2017, publicada no DOU de 28/06/2017, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267, concomitante com o artigo 274 e seu Parágrafo único e artigo 276 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa SDA n° 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo Administrativo nº 21050.005285/2019-97, resolve:

Art. 1º Alterar o credenciamento sob o nº BR-SC692 da empresa KOALA ENERGY LTDA, CNPJ Nº 05.346.462/0001-89, localizada na Rua Alberto Francisco Muller, nº 401 Bairro Industrial Sul, Rio Negrinho/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeiras, executar os seguintes tratamentos: TRATAMENTO TERMICO - HT e SECAGEM EM ESTUFA (KD).

Art. 2º A presente alteração não modifica o prazo de validade do credenciamento estabelecido na Portaria nº 4274 de 12 de setembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no D.O.U.

JORGE JACINTO CALIXTO

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 85, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

1. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foram aprovadas as alterações das marcas comerciais dos pleitos de registro dos produtos: De Ciproconazole 100 SL Genbra para Haleb, processo nº 21000.005296/2014-39; de Clomazone 500 EC Genbra II para Sequest, processo nº 21000.006543/2016-86; de Trifloxissulfuron 750 WG Genbra para Voleo, processo nº 21000.037344/2016-10; de Abamectin 18 EC Genbra II para Acarigen, processo nº 21000.062030/2016-55; de Azoxystrobin 200 + Ciproconazole 80 SC Tecnomyl para Avert, processo nº 21000.055228/2018-44; de Fipronil 800 WG Genbra para Luxer, processo nº 21000.008107/2015-61; de Judoka Super 250 para Judoka Super 250 CS; de Picloram 240 SL Genbra para Kolyna, processo nº 21000.018809/2016-33; e de Clorfenapir 240 SC para Adver 240 SC, processo nº 21000.008003/2015-56; solicitação feita através do processo nº 21000.083849/2019-07.

2. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão das culturas arroz, banana, batata, café, maçã, tomate e uva; e alteração da marca comercial de Controller para Controller NT, no produto registro nº 1914, conforme processo nº 21000.083708/2019-86.

3. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão das culturas feijão, soja e trigo do produto Fore NT, registro nº 2012, conforme processo nº 21000.083755/2019-20.

4. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão das culturas feijão, soja e trigo do produto Dithane NT, registro nº 2438798, conforme processo nº 21000.083707/2019-31.

5. De acordo com o Artigo 22 §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Wuxi Jiabao Pesticide & Pharmaceutical Co., Ltd. - Zona Industrial Songshan Locadade de Anzhen (Hougiao), Distrito de Xishan, Cidade Wuxi, Província de Jiangsu República Popular da China no produto Flonicamid Técnico ISK, registro nº 4505, conforme processo nº 21000.006909/2018-89.

6. De acordo com o Artigo 22 §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulínia/SP no produto Avatar, registro nº 1415, conforme processo nº 21000.026935/2019-12.

7. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ofício nº 2162/2019-IBAMA foi aprovada a exclusão do produto técnico Chlorothalonil Técnico, registro nº 3088299, e de seus fabricantes aprovados, do produto formulado Zetanil WG, registro nº 15708, conforme processo nº 21000.078742/2019-39.

8. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, o Ofício IBAMA nº 2130/2019 alterou a classificação ambiental do produto Malathion 1000 EC Cheminova, registro nº 418705, de Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente para Classe I - Altamente Perigoso ao Meio Ambiente.

9. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Picloram Técnico YN, registro nº 2611, no produto Pastor, registro nº 40918, conforme processo nº 21000.017914/]2019-06.

10. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, o Ofício IBAMA nº 2128/2019 alterou a classificação ambiental do produto Malathion Prentiss, registro nº 3288392, de Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente para Classe I - Altamente Perigoso ao Meio Ambiente.

11. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ofício nº 2167/2019-IBAMA foi aprovada a exclusão do produto técnico Chlorothalonil Técnico, registro nº 3088299, e seus fabricantes aprovados, do produto formulado Duetto WG, registro nº 12509, conforme processo nº 21000.078745/2019-72.

12. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Glifosato XW Técnico, registro nº 28118, no produto Zafera, registro nº 5517, conforme processo nº 21000.010642/2019-13.

13. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Tetraconazole Técnico, registro nº 4708, no produto Eminent Gold, registro nº 1410, conforme processo nº 21000.051617/2019-81.

14. De acordo com o Artigo 22 §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Isagro S.p.A. - Plant of Aprilia Via Nettunense Km 23400 - 04011 Aprilia (Lt) - Itália; no produto Eminent Gold, registro nº 1410, conforme processo nº 21000.006591/2015-93.

15. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Yang, registro nº 6518, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura da Soja, conforme processo nº 21000.030409/2018-68.

16. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Premerlin 600 EC, registro nº 5789, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto para aplicação em cana-soca, na cultura da Cana-de-Açúcar, conforme processo nº 21000.027058/2018-16.

17. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Diurom Técnico UPL, registro nº 11315, no produto Dizone, registro nº 19707, conforme processo nº 21000.009753/2019-79.

18. De acordo com o Artigo 22 §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Fersol Indústria e Comércio S.A. - Mairinque/SP, no produto Wild, registro nº 18618, conforme processo nº 21000.034934/2019-33.

19. De acordo com o Artigo 22 §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Qingdao Rainbow Chemical Co., Ltd. - Xinhe Eco-Chemical Science and Technology Industry Base, Qingdao Shandong - China, no produto Wild, registro nº 18618, conforme processo nº 21000.052099/2019-13.

20. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Bug Agentes Biológicos CP2 Ltda. - ME para CP2 Ltda., e a alteração do endereço - Rua Severino Alberto Ferraz, 87/97 - Bairro Vila Independência - CEP: 13418-365 - Piracicaba/SP para Rua Via Vicente Verdi, nº 528, Sala 2, Bairro Bela Vista, Distrito Industrial 3 CEP: 13515-000 - Charqueada/SP, esta alteração contempla os registros dos produtos onde esta conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.084973/2019-81.

21. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto Diafentiuron 500 SC OF, registro nº 42819, para EssencialBR, conforme processo nº 21000.085002/2019-59.

22. De acordo com o Artigo 22 §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Bayer CropSciences LP - 8400 Hawthorn Road, Kansas City MO64120 - USA, no produto Soberan Técnico, registro nº 5008, conforme processo nº 21000.023942/2018-73.

23. De acordo com o Artigo 22 §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do formulador Servatis S.A. - Resende/RJ, no produto Certero, registro nº 4899, conforme processo nº 21000.084883/2019-91.

24. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Iharabras S.A. Indústrias Químicas - CNPJ Nº 61.142.550/0001-30 - Sorocaba/SP, Filial: CNPJ nº 61.142.550/0013-73 - Cambé/PR, a importar o produto Lambda-Cyhalothrin Técnico Rotam, registro nº 8610, conforme processo nº 21000.084888/2019-13.

25. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Captan Fersol 500 WP, registro nº 818805, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de batata, cebola, citros, gladíolo, melancia, melão, pepino, pêssego, rosa, tomate e uva, conforme processo nº 21000.013788/2019-11.

26. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Curbix 200 SC, registro nº 10806, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura da soja, conforme processo nº 21000.007119/2019-00.

27. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foram aprovadas as inclusões dos produtos técnicos 2,4-D Técnico Agrisor, registro nº 20418; 2,4-D Técnico AL, registro nº 7314; e 2,4-D Técnico Nortox CH, registro nº 3719, no produto Pooper, registro nº 3309, conforme processo nº 21000.013775/2019-33.

28. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foram aprovadas as inclusões dos produtos técnicos 2,4-D Técnico Agrisor, registro nº 20418; 2,4-D Técnico AL, registro nº 7314; e 2,4-D Técnico Nortox CH, registro nº 3719; no produto Pri-Mordial, registro nº 11509, conforme processo nº 21000.015842/2019-54.

29. De acordo com o Artigo 22 §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária S.A. - Salto de Pirapora/SP, no produto Tebufort, registro nº 1710, conforme processo nº 21000.064279/2019-48.

30. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Glifosato XW Técnico, registro nº 28118, no produto Glifoready Nufarm, registro nº 3018, conforme processo nº 21000.024928/2019-78.

31. De acordo com o Artigo 22 §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Jiangsu Good Harvest-Weien Agrochemical Co., Ltd. - Laogang, Qidong City, Jiangsu 226221 - China, no produto Glifosato 72 WG Alamos, registro nº 17219, conforme processo nº 21000.061756/2019-13.

32. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, o Ofício IBAMA nº 2108/2019 alterou a classificação ambiental do produto Malathion UL Cheminova, registro nº 6207, de Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente para Classe I - Altamente Perigoso ao Meio Ambiente.

33. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Cletodim Técnico UPL, registro nº 23216, no produto Select 240 EC, registro nº 479097, conforme processo nº 21000.012909/2019-07.

34. De acordo com o Artigo 22 §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foram aprovadas as inclusões dos formuladores UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A. - Ituverava/SP; UPL Limited (Unit 3) - Plot nº 3101/3102, G.ID.C. Ankleshwar 393002, District Bharuch Gujarat Índia; e United Phosphorus (Índia) LLP. Plot nº 3210/3201-A, GIDC Estate, Ankleshwar, District Bharuch, Gujarat, 393002, Índia; no produto Select 240 EC, registro nº 479097, conforme processo nº 21000.060202/2019-07.

35. De acordo com o Artigo 22 §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co., Ltd. - North area Of Dongsha Chem-Zone, 215600 Zhangjiagang, Jiangsu - China no produto Tebutiurom Técnico Alta, registro nº 4013, conforme processo nº 21000.016447/2018-16.

36. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro a alteração da formulação do produto Ousado, registro nº 32017, conforme processo nº 21000.043162/2018-40.

37. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão da cultura da cana-de-açúcar no produto Calaris, registro nº 9419, conforme processo nº 21000.086141/2019-08.

38. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo ao Ofício nº 0809367189/ANVISA indeferimos o pleito de registro do produto Pardella, processo nº 21000.016333/2018-68.

39. De acordo com o Artigo 22 §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foram aprovadas as inclusões dos formuladores CAC Nantong Chemical Co., Ltd. - (Fourt huanghai Road) Yangkou Chemical Industrial Park Rudong County, Nantong Jiangsu Province, China; Jiangxi Tianyu Chemical Co., Ltd. - Yanhua Road, Xingan Slat Chemical Industrial Park, Xingan Jiangxi Province China; e Jiangsu Lionchem Co., Ltd. - nº 16, Haibin Second Road, Chemical Industry Park, Yangkou Coastal Economic Development Zone, Rudong Jiangsu Province,, China; no produto Fluente, registro nº 20916, conforme processo nº 21000.031837/2019-99.

40. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Tebutiurom Técnico Alta III, registro nº 5119, no produto Ameris, registro nº 5514, conforme processo nº 21000.015182/2019-10.

41.De acordo com o Artigo 22 §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foram aprovadas as inclusões dos formuladores Zhejiang Zhongshan Chemical Industry Group Co., Ltd. - Changxing Zhejiang - China; Jiangsu Kuaida Agrochemical Co., Ltd. - Jiangsu - China; Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co., Ltd. - Jiangsu China; Sulphur Mills Limited (Planta 1) - Dist. Bharuch Gujarat - Índia; Sulphur Mills Limited (Planta 2) - Dist. Bharuch Gujarat Índia e Sulphur Mills Limited (Planta 3) - Dist. Bharuch Gujarat, Índia; no produto Ameris, registro nº 5514, conforme processo nº 21000.015182/2019-10.

42. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Galileo Excell, registro nº 15112, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura do café, conforme processo nº 21000.030145/2018-42.

43. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Chemark KFT para Chemark ZRT, mantendo o mesmo endereço, esta alteração contempla os registros dos produtos onde esta conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.064065/2019-71.

44. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D Técnico Agrisor, registro nº 20418, no produto 2,4-D 806 RN, registro nº 1215, conforme processo nº 21000.005340/2019-15.

45. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D Técnico Agrisor, registro nº 20418, no produto Tractor, registro nº 2708, conforme processo nº 21000.005339/2019-91.

46. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D Técnico Agrisor, registro nº 20418, no produto U-46 D Fluid 2,4-D, registro nº 4118103, conforme processo nº 21000.005341/2019-60.

47. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico 2,4-D Técnico Agrisor, registro nº 20418, no produto U-46 Prime, registro nº 2704, conforme processo nº 21000.005337/2019-00.

48. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a incorporação da empresa Arysta Lifescience do Brasil Química e Agropecuária S.A., CNPJ nº 62.182.092/0001-25 - sito à Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 2041 - Torre E - 12º andar (parte) e 13º andar, Condomínio W Torre JK, Vila Nova Conceição CEP: 04543-011 - São Paulo/SP, e suas filiais: CNPJ nº 62.182.092/0012-88 - Salto de Pirapora/SP, CNPJ nº 62.182.092/0002-06 - Ibiporã/PR pela empresa UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A., CNPJ nº 02.974.733/0001-52 - sito à Avenida Maeda, s/nº, Prédio Comercial Térreo Distrito Industrial CEP: 14500-000 - Ituverava/SP, e as Filiais CNPJ nº 02.974.733/0010-43 - Salto de Pirapora/SP, CNPJ nº 02.974.733/0004-03 - Ibiporã/PR, conforme processo nº 21000.086197/2019-54.

49. De acordo com o Artigo 22, §1º Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do pleito de registro do produto Boscalid Técnico ZS, processo nº 21000.025376/2018-34, da empresa Proregistros de Produtos Ltda. - sito à Rua Santa Catarina, 40 - Conj. 502, Bairro Santa Maria Goretti, CEP: 91030-330 - Porto Alegre/RS para a empresa Zhongshan Química do Brasil Ltda. - sito à Rua Santa Catarina, 40 - Conj. 707, Bairro Santa Maria Goretti - CEP: 91030-330 - Porto Alegre/RS, conforme processo nº 21000.086372/2019-11.

50. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo a solicitação da empresa requerente cancelamos o registro do produto Cobox, registro nº 928499, conforme processo nº 21000.086336/2019-40.

51. De acordo com o Artigo 22, §1º Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do pleito de registro do produto Diurom Técnico ZS, processo nº 21000.044419/2018-81, da empresa Proregistros de Produtos Ltda. - sito à Rua Santa Catarina, 40 - Conj. 502, Bairro Santa Maria Goretti, CEP: 91030-330 - Porto Alegre/RS para a empresa Zhongshan Química do Brasil Ltda. - sito à Rua Santa Catarina, 40 - Conj. 707, Bairro Santa Maria Goretti - CEP: 91030-330 - Porto Alegre/RS, conforme processo nº 21000.086369/2019-90.

52. De acordo com o Artigo 22, §1º Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do pleito de registro do produto Penoxsulam Técnico CS, processo nº 21000.052956/2019-85, da empresa Proregistros de Produtos Ltda. - sito à Rua Santa Catarina, 40 - Conj. 502, Bairro Santa Maria Goretti, CEP: 91030-330 - Porto Alegre/RS para a empresa Zhongshan Química do Brasil Ltda. - sito à Rua Santa Catarina, 40 - Conj. 707, Bairro Santa Maria Goretti - CEP: 91030-330 - Porto Alegre/RS, conforme processo nº 21000.086350/2019-43.

53. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Verdict Max, registro nº 3518, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de café, cana-de-açúcar e milho, conforme processo nº 21000.046931/2018-61.

54. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foram aprovadas as inclusões dos produtos técnicos Glifosato XW Técnico, registro nº 28118, e Glyphosate Técnico Fuhua, registro nº 29218, no produto Glizmax Prime, registro nº 3914, conforme processo nº 21000.042206/2018-14.

55. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração do endereço da empresa CAC Química do Brasil Ltda. - Avenida Antônio Carlos Couto de Barros, 2278 Cj. 11 - Jardim Conceição - CEP: 13105-000 - Campinas/SP para Rua Tasso Magalhães, 217 Jardim Sorirama, CEP: 13107-110 - Campinas/SP, esta alteração contempla os registros dos produtos onde esta conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.087312/2019-16.

56. De acordo com o Artigo 22, §1º Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do pleito de registro do produto Shark 250 EC, processo nº 21000.018554/2019-51, da empresa Cropchem Ltda. - sito à Avenida Cristóvão Colombo nº 2834, Conj. 803/804, CEP: 90.560-002 - Porto Alegre/RS para a empresa BRA Defensivos Agrícolas Ltda. - Rua Treze de Maio nº 768 sala 62 - Bairro Centro CEP: 13400-300 - Piracicaba/SP, conforme processo nº 21000.087035/2019-33.

57. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Mirant, registro nº 6908, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a alteração de adequação na dosagem de 1 a 2 litros de produto comercial/100 litros de calda para 1 a 2 L de P.C./ha na cultura de pastagens, conforme processo nº 21000.042697/2017-12.

58. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foram aprovadas as inclusões dos produtos técnicos Glifosato XW Técnico, registro nº 28118, e Glyphosate Técnico Fuhua, registro nº 29218, no produto Enlistduo Colex-D, registro nº 16617, conforme processo nº 21000.042207/2018-69.

59. Tornar sem efeito o item 22 do Ato nº 70, de 2 de outubro de 2019, publicado na seção 1 do Diário Oficial da União do dia 03 de outubro de 2019.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 13 de fevereiro de 2012, em Ato nº 2, Seção 1, item 23, pág. 11, onde se lê: ... Marca comercial: Clorpiri 480 SL, leia-se: ... Clorpiri 480 EC, processo nº 21000.014453/2011-69.

No DOU de 03 de outubro de 2019, em Ato nº 70, Seção 1, item 56, pág. 9, onde se lê: ... produto Profix, registro nº 38119, leia-se: ... produto Sticker, registro nº 38119.

No DOU de 23 de outubro de 2019, em Ato nº 73, Seção 1, item 20, pág. 2, onde se lê: ... produto Dimilin 80 WG, registro nº 2607, leia-se: ... produto Du Dim 80 WG, registro nº 12408.

No DOU de 23 de outubro de 2019, em Ato nº 73, Seção 1, item retificações, onde se lê: ... no DOU de 08 de outubro de 2029, leia-se: ... no DOU de 08 de outubro de 2019.

No DOU de 06 de novembro de 2019, em Ato nº 77, Seção 1, item 17, pág. 4, onde se lê: ... foi aprovada a inclusão do fabricante ESIM Chemical GmbH - St. Peter-Strasse 25, 4020 Lins, Austria, Koc Co. Ltd. - 67-34 Ljin-ro, Onsan-Eup, Uljin-gun 44998Ulsan, South Korea no produto Hidrazida Maleica Técnico 970, registro nº 4394, leia-se: ... foi aprovada a inclusão do fabricante ESIM Chemical GmbH - St. Peter-Strasse 25, 4020 Lins - Austria, Koc Co., Ltd. - 67-34, Ijin-ro, Onsan-eup, Ulju-gun 449998 Ulsan, Coréia do Sul, no produto Hidrazida Maleica Técnico 970, registro nº 4394.

No DOU de 12 de novembro de 2019, em Ato nº 79 Seção 1 item 8, onde se lê: ... registro nº 38819, leia-se: ... registro nº 32819.

No DOU de 12 de novembro de 2019, em Ato nº 79, Seção 1, item 11, pág. 15, onde se lê: ... foi aprovada a inclusão do formulador Biovalens Ltda. - Rio Verde/GO e Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A. - São Joaquim da Barra/SP no produto Bovéria-Turbo, registro nº 12516, leia-se: ... foi aprovada a inclusão do formulador Biovalens Ltda. - Uberaba/MG e Vittia Fertilizantes e Biológicos S.A. - São Joaquim da Barra/SP no produto Bovéria-Turbo, registro nº 12516.

No DOU de 22 de novembro de 2019, em Ato nº 80, Seção 1, item 12, pág. 20, onde se lê: ... foi aprovada a transferência de titularidade do RET AGVLPROT/001, registro nº 113916, da empresa BRA Defensivos Agrícolas Ltda. - sito à Rua Treze de Maio, nº 768 sala 62 - Bairro Centro, Piracicaba/SP para a empresa Cropchem Ltda. - sito à Avenida Cristóvão Colombo, nº 2834, Conj. 803/804, Porto Alegre/RS; conforme processo nº 21000.077271/2019-41, leia-se: ... foi aprovada a transferência do RET AGVPROT/001 registro nº 113916 da empresa Prophyto Comércio de Serviços Ltda. - sito à Avenida Ipiranga 318 - Sala 05 - Bloco A - B. República - CEP: 01046-010 - São Paulo/SP para a empresa Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda. - sito à Avenida Tranquillo Giannini, 1090, - B. Distrito Industrial - CEP: 13329-600 - São Paulo/SP, conforme processo nº 21000.070217/2019-75.

No DOU de 22 de novembro de 2019, em Ato nº 80, Seção 1, item 21, pág. 20, onde se lê: ...cultura do Fumo 1,0 a 2,0 i.a./m^3 , leia-se: ... cultura do Fumo 1,0 a 2,0 g i.a./m^3 .

Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.235, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Designa a Comissão Temporária de Transição para elaborar relatório de prestação de contas extraordinária da extinta AGLO.

O MINISTRO DE ESTADO DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, no uso das atribuições e considerando a extinção da Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO) em 30 de junho de 2019, conforme art. 4º do Decreto nº 9.299, de 05 de março de 2018 e o art. 1º, parágrafo único, inciso IV, da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, resolve:

Art. 1º Designar a Comissão Temporária de Transição, instituída pela Portaria nº 1.312/GM/MC para elaborar relatório de prestação de contas extraordinária da extinta Autoridade de Governança do Legado Olímpico - AGLO, nos termos da IN TCU 63/2010, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de junho de 2019.

Art. 2º O documento deverá ser composto pelas peças a seguir relacionadas:

I - rol de responsáveis, observado o disposto no capítulo III do título II da IN TCU 63/2010 e na decisão normativa de que trata o art. 4º da referida IN;

II - relatório de gestão dos responsáveis, conforme conteúdos e formatos estabelecidos pelo Tribunal na decisão normativa de que trata o art. 3º da IN TCU 63/2010; e

III - relatórios e pareceres de órgãos, entidades ou instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão dos responsáveis pela unidade jurisdicionada, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos, observados os formatos e conteúdos definidos na decisão normativa de que trata o art. 4º da IN TCU 63/2010.

Art. 3º A comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de publicação desta Portaria, para entrega do relatório final, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Art. 4º A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Governança prestará o apoio técnico necessário à elaboração do referido documento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

PORTARIA Nº 2.236, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, c/c art. 57, II, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 01231/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU e NOTA n. 00848/2019/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.048685/2017-70, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade "FUNDAÇÃO MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL", do Rio de Janeiro/RJ, para manter a decisão da Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 154, de 29 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 30 de agosto de 2017, que indeferiu o seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, por descumprimento do disposto no art. 18 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

PORTARIA Nº 2.241, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das competências que lhes foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal e pelo Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, e tendo em vista a Instrução Normativa SGP/MP nº 2, de 12 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º O horário de funcionamento do Ministério da Cidadania será, em dias úteis, das 8 (oito) às 20 (vinte) horas, e o atendimento ao público externo ocorrerá das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.

Art. 2º Os dirigentes das unidades do Ministério ficam autorizados a adequar os horários de funcionamento às necessidades operacionais de suas unidades, obedecendo ao disposto no Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, e observada a compatibilidade das atividades a serem desempenhadas.

Parágrafo único. Consideram-se unidades os setores de nível não inferior ao de Secretaria ou equivalentes no âmbito do Ministério.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

PORTARIA Nº 2.253, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Institui o "Prêmio Pátria Voluntária" - Edição 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições regulamentares conferidas pelos incisos I e II, parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e com fundamento no art. 16 do Decreto nº 9.906, de 09 de julho de 2019, considerando a importância de reconhecer a atuação de cidadãos e de entidades responsáveis por atividades voluntárias de relevante interesse social com impactos transformadores na sociedade, voltadas para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, nos âmbitos nacional, regional e local, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Prêmio Nacional de Incentivo ao Voluntariado, denominado "Prêmio Pátria Voluntária - Edição 2020", de iniciativa do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado e natureza simbólica, a ser concedido anualmente pelo Presidente da República.

Art. 2º A Edição 2020 do Prêmio Pátria Voluntária será realizada conforme Regulamento disposto no Anexo I desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

ANEXO I

PRÊMIO PÁTRIA VOLUNTÁRIA - EDIÇÃO 2020

REGULAMENTO

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Prêmio Nacional de Incentivo ao Voluntariado - "Prêmio Pátria Voluntária - Edição 2020" - é uma iniciativa do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, instituído pelo Decreto nº 9.906, de 09 de julho de 2019, de natureza simbólica, a ser concedido anualmente pelo Presidente da República em reconhecimento à atuação de cidadãos e de entidades responsáveis por atividades voluntárias de relevante interesse social com impactos transformadores na sociedade, voltadas para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, nos âmbitos nacional, regional e local.

1.2 Entende-se por atividade voluntária a iniciativa pública ou privada não remunerada e sem fins lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, esportivos, ambientais, recreativos ou de assistência à pessoa, que vise ao benefício e à transformação da sociedade com o engajamento de voluntários.

1.3 A Coordenação-Geral do Prêmio Pátria Voluntária - Edição 2020 será exercida pela Secretaria-Executiva do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado - Pátria Voluntária.

2. PÚBLICO ALVO

2.1 Poderão concorrer ao Prêmio Pátria Voluntária - Edição 2020: organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, organizações públicas e empresas privadas, formalmente constituídas no Brasil, e, ainda, pessoas físicas que desenvolvam diretamente atividades de voluntariado.

2.2 Poderão ser inscritas para concorrer ao Prêmio Pátria Voluntária - Edição 2020 apenas iniciativas de voluntariado desenvolvidas no Brasil.

2.3 Não poderão concorrer ao Prêmio Pátria Voluntária - Edição 2020 organizações ou membros do Conselho do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado.

3. DAS CATEGORIAS DO PRÊMIO

3.1 O Prêmio Pátria Voluntária - Edição 2020 divide-se nas seguintes categorias:

a) Voluntariado na Região Norte	Atividades de voluntariado localizados na Região Norte do país, que gerem impactos transformadores na sociedade desenvolvidas por Organizações da Sociedade Civil, no Setor Público, Empresarial ou por pessoas físicas que gerem impactos transformadores na sociedade.
b) Voluntariado na Região Nordeste	Atividades de voluntariado localizados na Região Nordeste do país, que gerem impactos transformadores na sociedade desenvolvidas por Organizações da Sociedade Civil, no Setor Público, Empresarial ou por pessoas físicas que gerem impactos transformadores na sociedade.
c) Voluntariado na Região Centro-Oeste	Atividades de voluntariado localizados na Região Centro-Oeste do país, que gerem impactos transformadores na sociedade desenvolvidas por Organizações da Sociedade Civil, no Setor Público, Empresarial ou por pessoas físicas que gerem impactos transformadores na sociedade.
d) Voluntariado na Região Sudeste	Atividades de voluntariado localizados na Região Sudeste do país, que gerem impactos transformadores na sociedade desenvolvidas por Organizações da Sociedade Civil, no Setor Público, Empresarial ou por pessoas físicas que gerem impactos transformadores na sociedade.
e) Voluntariado na Região Sul	Atividades de voluntariado localizados na Região Sul do país, que gerem impactos transformadores na sociedade desenvolvidas por Organizações da Sociedade Civil, no Setor Público, Empresarial ou por pessoas físicas que gerem impactos transformadores na sociedade.

3.2 A mesma iniciativa de voluntariado não poderá ser inscrita em mais de uma categoria.

3.3 Serão premiadas 01 (uma) iniciativa de voluntariado por categoria, no total de cinco iniciativas premiadas.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1 As inscrições ao Prêmio Pátria Voluntária - Edição 2020 são gratuitas, individuais e devem ser realizadas mediante o preenchimento de formulário eletrônico, disponibilizado no endereço https://patriavoluntaria.org/pt-BR.

4.2 As inscrições deverão seguir as orientações do Guia de inscrições do Prêmio Pátria Voluntária disponível em: https://patriavoluntaria.org/pt-BR.

4.3 O prazo de inscrição será de 05/12/2019 a 31/01/2020. Somente serão analisadas as iniciativas cujos formulários de inscrição forem preenchidos eletronicamente no formato e prazo indicados.

4.4 É condição para participação o preenchimento completo do formulário eletrônico de inscrição com as informações cadastrais obrigatórias e a informação sobre a atividade ou ação de voluntariado desenvolvida. Antes de fazer a inscrição, o participante deverá conhecer este Regulamento e aceitar todas as condições.

4.5 O autor deverá indicar no formulário eletrônico de inscrição a categoria à qual estará concorrendo, sob pena de desclassificação.

4.6 A inscrição será invalidada caso o candidato não envie todos os documentos especificados para a categoria para a qual se inscreveu.

4.7 Os materiais didáticos e documentação adicional que atestem o desenvolvimento da experiência poderão ser apresentados em imagens, desenhos ou outra forma gráfica, e anexados no campo específico (ANEXOS) no ato da inscrição.

4.8 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a não veracidade das informações implicará a imediata desclassificação da iniciativa, ou, caso tenha sido a iniciativa contemplada, o cancelamento da premiação, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

4.9 A qualquer tempo, poderá ser solicitada documentação comprobatória de responsabilidade administrativa pela execução das iniciativas inscritas, ou dados complementares que evidenciem informações descritas no formulário de inscrição.

4.10 Caso a solicitação não seja atendida, a inscrição poderá ser anulada em qualquer etapa do ciclo de premiação.

4.11 É de inteira responsabilidade do participante a efetivação de sua inscrição e a finalização no sistema, devendo preencher o formulário por completo e com dados precisos de forma que permita a verificação de sua procedência, veracidade e autenticidade.

4.12 Uma vez finalizada a inscrição, os dados cadastrados e as informações sobre a atividade de voluntariado desenvolvida não poderão ser alterados.

4.13 O Prêmio Pátria Voluntária - Edição 2020 não se responsabiliza pelo não recebimento de inscrição por motivos de ordem técnica dos computadores dos usuários, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação e outros fatores que impossibilitem a transferência eletrônica das informações.

4.14 As inscrições incompletas ou finalizadas fora do prazo não serão aceitas.

4.15 Os cadastrados declaram expressamente que os dados pessoais e as demais informações fornecidas quando do preenchimento do formulário eletrônico são verdadeiros e próprios.

4.16 As iniciativas inscritas deverão indicar, para efeito de seleção e premiação, para qual(is) dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), abaixo elencados, a atividade de voluntariado contribui, em atendimento à Agenda 2030:

a) Erradicação da Pobreza
b) Fome Zero e Agricultura Sustentável
c) Saúde e Bem Estar
d) Educação de Qualidade 6
e) Igualdade de Gênero
f) Água Potável e Saneamento
g) Energia Limpa e Acessível
h) Trabalho decente e crescimento econômico
i) Indústria, Inovação e Infraestrutura
j) Redução das Desigualdades
k) Cidades e Comunidades Sustentáveis
l) Consumo e Produção Responsáveis
m) Ação contra a Mudança Global do Clima
n) Vida na Água
o) Vida Terrestre
p) Paz Justiça e Instituições Eficazes
q) Parcerias e Meios de Implementação

4.17 Mais informações acerca dos ODS podem ser encontradas em https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/.

5. DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO

5.1 Caberá ao Comitê de Avaliação proceder à escolha das pessoas físicas ou jurídicas a serem agraciadas em cada uma das categorias de premiação.

5.2 O Comitê de Avaliação será composto por nove (09) conselheiros a serem nomeados pelo Conselho do Programa Nacional de Voluntariado, a Secretaria-Executiva do Programa exercerá a presidência do referido Comitê.

5.3 O Comitê de Avaliação reunir-se-á por convocação de seu presidente.

5.4 As decisões do Comitê de Avaliação serão tomadas pela maioria simples dos votos dos membros presentes.

5.5 A participação no Comitê de Avaliação será considerada serviço público relevante e não ensejará remuneração de qualquer espécie.

6. DA SELEÇÃO DAS INICIATIVAS

6.1 O processo de seleção das iniciativas de voluntariado será realizado em três etapas sequenciais:

(i) Inscrição e envio da documentação;

(ii) Etapa eliminatória; e

(iii) Etapa classificatória.

6.2 A etapa eliminatória consistirá na conferência pelo Comitê de Avaliação dos requisitos constantes nos itens 2, 3 e 4 deste edital, bem como do correto preenchimento das inscrições de acordo com o Guia de Inscrições do Prêmio Pátria Voluntária - Edição 2020, a fim de identificar as inscrições válidas que seguirão para a etapa classificatória.

6.3 A etapa classificatória consistirá na avaliação de cada iniciativa pelo Comitê de Avaliação, nos termos do item 7 deste Regulamento. A nota final será a média aritmética das notas atribuídas pelos avaliadores, ponderadas pelos pesos atribuídos aos critérios de avaliação listados neste Edital.

6.4 O conjunto de notas formará uma listagem ordenada da maior para a menor, sendo considerada a vencedora a iniciativa que obtiver a melhore nota por categoria.

6.5 As iniciativas serão avaliadas com base nas informações fornecidas no Guia de Inscrições do Prêmio Pátria Voluntária - Edição 2020.

6.6 Em caso de empate, a melhor colocação será dada à iniciativa que obtiver maior nota no somatório de pontos auferidos nos critérios de classificação de peso 3 (três). Mantendo-se o empate, a melhor colocação será da iniciativa com maior somatório de pontos nos critérios de peso 2(dois).

6.7 Os resultados do processo seletivo serão publicados no seguinte endereço eletrônico: https://patriavoluntaria.org/pt-BR.

6.8 Os representantes das iniciativas vencedoras serão comunicados, via e-mail institucional com antecedência de 15 (quinze) dias da data do evento.

6.9 Cada iniciativa vencedora deverá indicar o representante para participação na cerimônia de premiação, nos prazos solicitados.

6.10 As despesas com a execução do disposto neste Edital serão de responsabilidade do Conselho do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado.

7. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

7.1 Para seleção das iniciativas de voluntariado serão utilizados os seguintes critérios:

Quadro 1 - Critérios de Avaliação

Nº	Critérios	Nota	Peso
1	Frequência de realização da iniciativa inscrita nos últimos 12 meses.	0 a 3	1
2	Quantitativo de público beneficiado diretamente com a iniciativa nos últimos 12 meses.	0 a 3	1
3	Diversidade e características do público beneficiado pela iniciativa de voluntariado.	0 a 3	1
4	Impacto transformador no público beneficiado pela iniciativa de voluntariado.	0 a 3	3
5	Contribuição da iniciativa para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.	0 a 3	1
6	Potencial de reaplicabilidade da iniciativa.	0 a 3	1
7	Sustentabilidade.	0 a 3	1
8	Inovação.	0 a 3	1
9	Acessibilidade.	0 a 3	2

7.2 Poderão ser agregados ao formulário materiais adicionais que ilustrem a iniciativa, bem como depoimentos dos beneficiários da iniciativa, por meio de fotos (máximo de 10 fotos) e vídeo com duração máxima de 30 segundos.

7.3 O material recebido das candidaturas, ao final do processo de premiação, passará a integrar o acervo do Conselho do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado.

8. DA PREMIAÇÃO

8.1 As iniciativas vencedoras serão agraciadas com Prêmio de natureza simbólica e Certificado, destinados às organizações e personalidades responsáveis pelas respectivas iniciativas de voluntariado.

8.2 As iniciativas vencedoras das categorias poderão apresentar projeto no valor de R$ 50.000 (cinquenta mil reais) que será apoiado pela Fundação Banco do Brasil. As iniciativas vencedoras receberão da Fundação Banco do Brasil os normativos e modelos específicos para a elaboração do projeto. Não aplicável às iniciativas de Voluntariado Empresarial.

8.3 A etapa de premiação ocorrerá em evento presencial, a ser realizado no Palácio do Planalto, em Brasília-DF, no primeiro semestre de 2020.

8.4 Os responsáveis pelas iniciativas vencedoras poderão ser convidados, num período de até 1(um) ano após a premiação, a participar de eventos e ou missões organizadas pelo Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado e eventuais parceiros, com o objetivo de valorizar, incentivar e disseminar atividades de voluntariado.

8.5 Outras premiações poderão ser disponibilizadas aos participantes por meio de parceiros do Prêmio Pátria Voluntária - Edição 2020.

8.6 O Prêmio Pátria Voluntária - Edição 2020 não se vincula a nenhuma modalidade de sorteio ou a qualquer exigência de pagamento pelos concorrentes, tampouco está condicionado à aquisição ou ao uso de quaisquer bens, direitos ou serviços.

9. DOS PRAZOS

9.1 Este regulamento atenderá aos seguintes prazos:

Etapas	Prazos
Inscrições	De 05/12/2019 a 31/01/2020
Etapas Eliminatória e Classificatória	De 03/02/2020 a 02/03/2020
Publicação do Resultado	10/03/2020
Cerimônia de Premiação	24/03/2020

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 A inscrição na premiação implica a concordância e na aceitação de todas as condições previstas neste Edital.

10.2 As organizações e as pessoas físicas que concorrerem ao Prêmio Pátria Voluntária - Edição 2020 aceitam disponibilizar a divulgação de suas iniciativas na íntegra e de modo não oneroso, em qualquer meio de comunicação, com a finalidade de dar visibilidade valorizar a prática do voluntariado, independentemente do resultado final da premiação.

10.3 Os responsáveis pelas inciativas de voluntariado inscritas no Prêmio Pátria Voluntária - Edição 2020 autorizam, sem quaisquer ônus, a publicação em bancos de boas práticas, a divulgação em meios de comunicação, bem como a utilização do nome, imagem e voz de todos os envolvidos na prática.

10.4 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Coordenação-Geral do Prêmio Pátria Voluntária - Edição 2020.

10.5 As decisões da Coordenação-Geral do Prêmio Pátria Voluntária - Edição 2020 e do Comitê de Avaliação não serão passíveis de recursos.

10.6 Os resultados e comunicados desta premiação serão publicados no endereço https://patriavoluntaria.org/pt-BR.

PORTARIA Nº 2.257, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nas Leis nº 12.395, de 16 de março de 2011 e nº 10.891, de 09 de julho de 2004, no Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005, nas Portarias ME nº 67, de 4 de abril de 2013, e pela nº 164, de 6 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º Contemplar 293 (duzentos e noventa e três) atletas, sendo 122 (cento e vinte e dois) de modalidades olímpicas e 171 (cento e setenta e um) de modalidades paralímpicas, que tiveram seus Planos Esportivos aprovados no âmbito do Programa Atleta Pódio, relacionados no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Os Atletas contemplados deverão imprimir, assinar e enviar ao Ministério da Cidadania o Termo de Adesão conforme estabelecido no item 9.4.1 do Edital nº 01, de 12 de julho de 2019, publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União de 15 de julho de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

ANEXO ÚNICO

ESPORTES QUE COMPÕEM O PROGRAMA PARALÍMPICO
BOLSA ATLETA - CATEGORIA ATLETA PÓDIO
Edital n° 01, de 12 de julho de 2019

Nº	CPF	Nome do Atleta	Modalidade	Prova/Classificação funcional	Valor de Bolsa
1	056.886.814-54	AGNALDO FRANCISCO DA SILVA	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T13	R$ 11.000,00
2	529.001.182-04	ALAN FONTELES CARDOSO DE OLIVEIRA	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T44/62/64	R$ 15.000,00
3	221.343.918-47	ALESSANDRO RODRIGO DA SILVA	ATLETISMO PARALÍMPICO	Lançamento de Disco F11	R$ 15.000,00
4	020.770.240-38	ALEX DOUGLAS PIRES DA SILVA	ATLETISMO PARALÍMPICO	Maratona T46	R$ 15.000,00
5	124.848.457-66	ALICE DE OLIVEIRA CORREA	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T11	R$ 11.000,00
6	078.638.074-84	ANA CLAUDIA MARIA DA SILVA	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T42	R$ 11.000,00
7	859.582.801-63	ARIOSVALDO FERNANDES DA SILVA	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T53	R$ 11.000,00
8	020.335.860-06	ASER MATEUS ALMEIDA RAMOS	ATLETISMO PARALÍMPICO	Salto em Distância T38	R$ 11.000,00
9	289.673.178-40	CAIO VINICIUS DA SILVA PEREIRA	ATLETISMO PARALÍMPICO	Arremesso de Peso F12	R$ 15.000,00
10	071.147.694-23	CICERO VALDIRAN LINS NOBRE	ATLETISMO PARALÍMPICO	Lançamento de Dardo F57	R$ 15.000,00
11	295.581.038-02	CLAUDINEY BATISTA DOS SANTOS	ATLETISMO PARALÍMPICO	Lançamento de Disco F56	R$ 15.000,00
12	080.618.817-05	DANIEL MENDES DA SILVA	ATLETISMO PARALÍMPICO	400m T11	R$ 15.000,00
13	456.749.668-00	DANIEL TAVARES MARTINS	ATLETISMO PARALÍMPICO	400m T20	R$ 15.000,00
14	739.453.581-91	DAVI WILKER DE SOUZA	ATLETISMO PARALÍMPICO	400m T13	R$ 11.000,00
15	033.172.579-70	EDEVALDO PEREIRA DA SILVA	ATLETISMO PARALÍMPICO	Lançamento de Dardo F44/64	R$ 11.000,00
16	069.851.629-08	EDILENE TEIXEIRA BOAVENTURA	ATLETISMO PARALÍMPICO	Maratona T12	R$ 11.000,00
17	254.980.128-88	EDNEUSA DE JESUS SANTOS DORTA	ATLETISMO PARALÍMPICO	Maratona T12	R$ 15.000,00
18	640.469.072-15	EDSON CAVALCANTE PINHEIRO	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T38	R$ 15.000,00
19	035.503.738-64	ELIZABETH RODRIGUES GOMES	ATLETISMO PARALÍMPICO	Lançamento de Disco F53	R$ 15.000,00
20	137.087.767-63	EMANOEL VICTOR SOUZA DE OLIVEIRA	ATLETISMO PARALÍMPICO	Arremesso de Peso F37	R$ 15.000,00
21	009.496.614-14	EMICARLO ELIAS DE SOUZA	ATLETISMO PARALÍMPICO	400m T47	R$ 11.000,00
22	142.946.357-03	FABIO DA SILVA BORDIGNON	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T35	R$ 15.000,00
23	102.896.649-00	FABRICIO JUNIOR BARROS FERREIRA	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T12	R$ 15.000,00
24	109.010.857-58	FELIPE DE SOUZA GOMES	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T11	R$ 15.000,00
25	068.917.664-35	FERNANDA YARA DA SILVA	ATLETISMO PARALÍMPICO	400m T47	R$ 15.000,00
26	050.459.719-13	FLAVIO REITZ	ATLETISMO PARALÍMPICO	Salto em Altura T42	R$ 11.000,00
27	038.628.683-38	FRANCISCO JEFFERSON DE LIMA	ATLETISMO PARALÍMPICO	Lançamento de Dardo F44/F64	R$ 11.000,00
28	055.112.131-95	GABRIELA MENDONCA FERREIRA	ATLETISMO PARALÍMPICO	Salto em Distância T12	R$ 15.000,00
29	429.809.788-92	GUSTAVO HENRIQUE DE OLIVEIRA DIAS	ATLETISMO PARALÍMPICO	400m T20	R$ 11.000,00
30	102.768.176-05	GUSTAVO HENRIQUE FARIA ARAUJO	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T13	R$ 5.000,00
31	061.709.166-80	IZABELA SILVA CAMPOS COELHO	ATLETISMO PARALÍMPICO	Lançamento de Disco F11	R$ 15.000,00
32	081.612.314-43	JEOHSAH BESERRA DOS SANTOS	ATLETISMO PARALÍMPICO	Salto em Altura T44/64	R$ 11.000,00
33	526.744.522-34	JERUSA GEBER DOS SANTOS	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T11	R$ 11.000,00
34	894.589.902-20	JHULIA KAROL DOS SANTOS	ATLETISMO PARALÍMPICO	400m T11	R$ 15.000,00
35	154.269.567-82	JOAO VICTOR TEIXEIRA DE SOUZA SILVA	ATLETISMO PARALÍMPICO	Arremesso de Peso F37	R$ 15.000,00
36	075.876.034-50	JOEFERSON MARINHO DE OLIVEIRA	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T12	R$ 11.000,00
37	122.756.637-97	JORGE VEIGA MARTINS	ATLETISMO PARALÍMPICO	Salto em Altura T47	R$ 11.000,00
38	409.898.738-46	JULIO CESAR AGRIPINO DOS SANTOS	ATLETISMO PARALÍMPICO	1500m T11	R$ 15.000,00
39	120.556.167-65	JULYANA CRISTINA DA SILVA	ATLETISMO PARALÍMPICO	Arremesso de Peso F57	R$ 11.000,00

40	012.930.342-90	KESLEY JOSUE PEREIRA TEODORO	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T12	R$ 11.000,00
41	012.930.352-62	KETYLA PAULA PEREIRA TEODORO	ATLETISMO PARALÍMPICO	400m T12	R$ 15.000,00
42	013.012.351-05	LEONARDO MORAES DA SILVA MESSIAS AMORIM	ATLETISMO PARALÍMPICO	Maratona T12	R$ 11.000,00
43	041.413.011-16	LORENA SALVATINI SPOLADORE	ATLETISMO PARALÍMPICO	200m T11	R$ 15.000,00
44	442.163.908-70	LUCAS DE SOUSA LIMA	ATLETISMO PARALÍMPICO	400m T47	R$ 11.000,00
45	002.869.371-07	LUCAS PRADO	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T11	R$ 15.000,00
46	070.363.254-02	MARIVANA OLIVEIRA DA NOBREGA	ATLETISMO PARALÍMPICO	Arremesso de Peso F35	R$ 15.000,00
47	003.359.732-48	MATEUS EVANGELISTA CARDOSO	ATLETISMO PARALÍMPICO	200m T37	R$ 15.000,00
48	505.756.356-49	MAURO EVARISTO DE SOUSA	ATLETISMO PARALÍMPICO	Arremesso de Peso F42	R$ 11.000,00
49	286.032.098-98	MAURO LINO ALVES PENA JUNIOR	ATLETISMO PARALÍMPICO	Arremesso de Peso F36	R$ 11.000,00
50	438.333.998-05	MICHEL GUSTAVO ABRAHAM DE DEUS	ATLETISMO PARALÍMPICO	Salto em Distância T47	R$ 11.000,00
51	080.372.514-03	PETRUCIO FERREIRA DOS SANTOS	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T47	R$ 15.000,00
52	096.924.496-70	RAISSA ROCHA MACHADO	ATLETISMO PARALÍMPICO	Lançamento de Dardo F56	R$ 15.000,00
53	029.397.221-45	RAYANE SOARES DA SILVA	ATLETISMO PARALÍMPICO	400m T13	R$ 15.000,00
54	043.849.501-28	RENATO CAETANO DE OLIVEIRA	ATLETISMO PARALÍMPICO	400m T12	R$ 8.000,00
55	930.995.331-49	RICARDO COSTA DE OLIVEIRA	ATLETISMO PARALÍMPICO	Salto em Distância T11	R$ 11.000,00
56	070.799.046-76	RODRIGO PARREIRA DA SILVA	ATLETISMO PARALÍMPICO	Salto em Distância T36	R$ 11.000,00
57	019.233.701-70	SILVANIA COSTA DE OLIVEIRA	ATLETISMO PARALÍMPICO	Salto em Distância T11	R$ 15.000,00
58	394.836.638-14	SIVALDO DE SOUZA SANTOS	ATLETISMO PARALÍMPICO	400m T12	R$ 8.000,00
59	287.016.824-15	SONIA MARIA PEREIRA DE GOUVEIA	ATLETISMO PARALÍMPICO	Lançamento de Disco F53	R$ 11.000,00
60	144.670.347-90	TASCITHA OLIVEIRA CRUZ	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T36	R$ 15.000,00
61	623.584.303-82	TERESINHA DE JESUS CORREIA DOS SANTOS	ATLETISMO PARALÍMPICO	200m T47	R$ 11.000,00
62	014.841.856-25	TEREZINHA APARECIDA GUILHERMINA DE CASTRO	ATLETISMO PARALÍMPICO	400m T12	R$ 11.000,00
63	072.800.824-67	THALITA VITORIA SIMPLICIO DA SILVA	ATLETISMO PARALÍMPICO	400m T11	R$ 15.000,00
64	351.448.378-75	THIAGO PAULINO DOS SANTOS	ATLETISMO PARALÍMPICO	Arremesso de Peso F57	R$ 15.000,00
65	405.091.598-77	THOMAZ RUAN DE MORAES	ATLETISMO PARALÍMPICO	400m T47	R$ 15.000,00
66	146.427.287-59	TUANY PRISCILA BARBOSA SIQUEIRA	ATLETISMO PARALÍMPICO	Arremesso de Peso F57	R$ 11.000,00
67	412.830.038-13	VERONICA SILVA HIPOLITO	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T37	R$ 11.000,00
68	373.819.248-46	VINICIUS GONCALVES RODRIGUES	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T63	R$ 15.000,00
69	174.891.097-36	VITOR ANTONIO DE JESUS	ATLETISMO PARALÍMPICO	200m T37	R$ 15.000,00
70	147.075.887-35	VIVIANE FERREIRA SOARES	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T12	R$ 15.000,00
71	104.911.907-00	WALLACE ANTONIO DE OLIVEIRA DOS SANTOS	ATLETISMO PARALÍMPICO	Arremesso de Peso F55	R$ 11.000,00
72	165.024.977-21	WASHINGTON ASSIS DO NASCIMENTO JUNIOR	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T47	R$ 11.000,00
73	142.093.157-10	YAGONNY REIS DE SOUSA	ATLETISMO PARALÍMPICO	1500m T46	R$ 11.000,00
74	019.554.941-42	YELTSIN FRANCISCO ORTEGA JACQUES	ATLETISMO PARALÍMPICO	1500m T12	R$ 11.000,00
75	068.180.584-69	YOHANSSON DO NASCIMENTO FERREIRA	ATLETISMO PARALÍMPICO	100m T47	R$ 15.000,00
76	033.884.369-83	ELISEU DOS SANTOS	BOCHA	BC4	R$ 8.000,00
77	339.847.408-08	EVANI SOARES DA SILVA CALADO	BOCHA	BC3	R$ 5.000,00
78	354.495.378-16	EVELYN VIEIRA DE OLIVEIRA	BOCHA	BC3	R$ 8.000,00
79	353.872.678-70	GUILHERME GERMANO MORAES	BOCHA	BC1	R$ 11.000,00
80	016.683.716-42	JOSE CARLOS CHAGAS DE OLIVEIRA	BOCHA	BC1	R$ 11.000,00
81	226.318.778-29	MACIEL DE SOUSA SANTOS	BOCHA	BC2	R$ 15.000,00
82	001.356.760-88	JOVANE SILVA GUISSONE	ESGRIMA EM CR	Espada B	R$ 15.000,00
83	073.683.469-90	ALINE DOS SANTOS ROCHA	ESQUI PARALÍMPICO	Cross Country Sitting	R$ 11.000,00
84	364.365.418-96	CRISTIAN WESTEMAIER RIBERA	ESQUI PARALÍMPICO	Sitting/LW11	R$ 11.000,00
85	382.871.928-70	BRUNO PINHEIRO CARRA	HALTEROFILISMO	-54Kg	R$ 11.000,00
86	011.741.895-17	EVANIO RODRIGUES DA SILVA	HALTEROFILISMO	-88Kg	R$ 11.000,00
87	493.433.758-08	MARIANA D'ANDREA	HALTEROFILISMO	-67Kg	R$ 11.000,00
88	130.849.827-67	TAYANA DE SOUZA MEDEIROS	HALTEROFILISMO	-86Kg	R$ 11.000,00
89	344.054.558-05	RODOLPHO RISKALLA DE GRANDE	HIPISMO PARAEQUESTRE	Grau 4	R$ 15.000,00
90	539.370.661-87	SERGIO FROES RIBEIRO DE OLIVA	HIPISMO PARAEQUESTRE	Grau 1	R$ 11.000,00
91	439.445.268-64	ALANA MARTINS MALDONADO	JUDÔ DE CEGOS	-70Kg B2	R$ 15.000,00
92	149.287.548-16	ANTONIO TENORIO DA SILVA	JUDÔ DE CEGOS	-100Kg B1	R$ 15.000,00
93	084.853.294-57	ARTHUR CAVALCANTE DA SILVA	JUDÔ DE CEGOS	-90kg B1	R$ 11.000,00
94	391.618.328-12	GIULIA DOS SANTOS PEREIRA	JUDÔ DE CEGOS	-48Kg B2	R$ 5.000,00
95	314.878.138-48	HARLLEY DAMIÃO PEREIRA DE ARRUDA	JUDÔ DE CEGOS	-81Kg B1	R$ 8.000,00
96	094.982.087-35	KARLA FERREIRA CARDOSO	JUDÔ DE CEGOS	-52Kg B3	R$ 8.000,00
97	303.488.818-00	LUCIA DA SILVA TEIXEIRA ARAUJO	JUDÔ DE CEGOS	-63Kg B3	R$ 11.000,00
98	110.120.587-35	MARIA NÚBEA DOS SANTOS LINS	JUDÔ DE CEGOS	-57kg B3	R$ 11.000,00
99	073.824.739-10	MEG RODRIGUES VITORINO EMMERICH	JUDÔ DE CEGOS	+70 Kg B3	R$ 11.000,00
100	404.417.078-90	REBECA DE SOUZA SILVA	JUDÔ DE CEGOS	+70Kg B3	R$ 15.000,00
101	113.762.147-84	WILIANS SILVA DE ARAÚJO	JUDÔ DE CEGOS	+100Kg B1	R$ 11.000,00
102	430.700.468-00	ANDREY PEREIRA GARBE	NATAÇÃO PARALÍMPICA	100m costas S9	R$ 11.000,00
103	088.053.019-73	BEATRIZ BORGES CARNEIRO	NATAÇÃO PARALÍMPICA	100m peito SB14	R$ 11.000,00
104	059.319.049-13	BRUNO BECKER DA SILVA	NATAÇÃO PARALÍMPICA	200m livre S2	R$ 15.000,00
105	145.084.507-09	CAIO AMORIM MUNIZ DE OLIVEIRA	NATAÇÃO PARALÍMPICA	400m livre S8	R$ 11.000,00
106	312.490.318-85	CARLOS ALONSO FARRENBERG	NATAÇÃO PARALÍMPICA	50m livre S13	R$ 8.000,00
107	013.560.454-05	CECILIA KETHLEN JERONIMO DE ARAÚJO	NATAÇÃO PARALÍMPICA	50m livre S8/SM8/SB8	R$ 15.000,00
108	080.179.746-20	DANIEL DE FARIA DIAS	NATAÇÃO PARALÍMPICA	50m livre S5	R$ 15.000,00
109	088.050.929-59	DEBORA BORGES CARNEIRO	NATAÇÃO PARALÍMPICA	100m e 200m peito SB14	R$ 11.000,00
110	013.880.164-94	EDENIA NOGUEIRA GARCIA	NATAÇÃO PARALÍMPICA	50m costas S3	R$ 15.000,00
111	350.384.758-84	ESTHEFANY DE OLIVEIRA RODRIGUES	NATAÇÃO PARALÍMPICA	200m medley SM5	R$ 11.000,00
112	087.497.476-30	GABRIEL ALVES TOMELIN	NATAÇÃO PARALÍMPICA	100m costas S10	R$ 11.000,00
113	358.990.598-00	GABRIEL CRISTIANO SILVA DE SOUZA	NATAÇÃO PARALÍMPICA	100m borboleta S8	R$ 11.000,00
114	082.526.926-13	GABRIEL GERALDO DOS SANTOS ARAUJO	NATAÇÃO PARALÍMPICA	200m livre S2	R$ 11.000,00
115	392.083.878-52	GUILHERME BATISTA SILVA	NATAÇÃO PARALÍMPICA	100m peito SB13	R$ 11.000,00
116	030.463.871-48	ITALO GOMES PEREIRA LIMA	NATAÇÃO PARALÍMPICA	100m costas S7	R$ 11.000,00
117	076.482.724-31	JOANA MARIA JACIARA DA SILVA NEVES EUZÉBIO	NATAÇÃO PARALÍMPICA	100m livre S5	R$ 15.000,00
118	135.988.187-50	JOSE LUIZ PERDIGAO MAIA	NATAÇÃO PARALÍMPICA	100m borboleta S11	R$ 11.000,00
119	072.027.376-55	LAILA SUZIGAN GARCIA	NATAÇÃO PARALÍMPICA	400m livre S6	R$ 11.000,00
120	332.055.228-77	LUCAS LAMENTE MOZELA	NATAÇÃO PARALÍMPICA	200m medley SM9	R$ 11.000,00
121	017.652.832-64	LUCIENE DA SILVA SOUSA	NATAÇÃO PARALÍMPICA	100m livre S12	R$ 11.000,00
122	360.604.038-59	MAIARA REGINA PEREIRA BARRETO	NATAÇÃO PARALÍMPICA	50m costas S3	R$ 15.000,00
123	057.203.674-46	MARIA CAROLINA GOMES SANTIAGO	NATAÇÃO PARALÍMPICA	100m livre S12	R$ 15.000,00
124	153.889.187-50	MARIANA GESTEIRA RIBEIRO	NATAÇÃO PARALÍMPICA	50m livre S10	R$ 8.000,00
125	069.183.689-23	MATHEUS RHEINE CORREA DE SOUSA	NATAÇÃO PARALÍMPICA	400m livre S11	R$ 11.000,00
126	071.615.987-29	PATRICIA PEREIRA DOS SANTOS	NATAÇÃO PARALÍMPICA	50m livre S4	R$ 15.000,00
127	093.088.774-36	PHELIPE ANDREWS MELO RODRIGUES	NATAÇÃO PARALÍMPICA	50m livre S10	R$ 15.000,00
128	311.194.528-64	RAQUEL VIEL	NATAÇÃO PARALÍMPICA	100m costas S12	R$ 11.000,00
129	833.522.870-15	ROBERTO ALCALDE RODRIGUEZ	NATAÇÃO PARALÍMPICA	100m peito SB5	R$ 11.000,00
130	396.795.908-28	RUAN FELIPE LIMA DE SOUZA	NATAÇÃO PARALÍMPICA	100m peito SB9/SB11	R$ 11.000,00
131	009.258.401-22	RUITER ANTÔNIO GONÇALVES SILVA	NATAÇÃO PARALÍMPICA	50m livre S9	R$ 11.000,00
132	670.746.930-49	SUSANA SCHNARNDORF RIBEIRO	NATAÇÃO PARALÍMPICA	150m medley S4/SB5/SM4	R$ 15.000,00
133	068.677.279-21	TALISSON HENRIQUE GLOCK	NATAÇÃO PARALÍMPICA	200m medley S6 / 100m costas S6	R$ 11.000,00
134	036.816.121-88	VANILTON ANTONIO DO NASCIMENTO FILHO	NATAÇÃO PARALÍMPICA	100m borboleta S9	R$ 8.000,00

135	051.318.111-39	WENDELL BELARMINO PEREIRA	NATAÇÃO PARALÍMPICA	100m livre S12	R$ 11.000,00
136	294.069.818-07	JULIO CESAR GODOY	PARABADMINTON	WH2	R$ 8.000,00
137	020.384.301-01	MARCELO ALVES CONCEIÇÃO	PARABADMINTON	WH1	R$ 8.000,00
138	095.851.969-21	VITOR GONÇALVES TAVARES	PARABADMINTON	SS6	R$ 15.000,00
139	126.555.397-10	CAIO RIBEIRO DE CARVALHO	PARACANOAGEM	VL3 200m, KL3 200m	R$ 15.000,00
140	734.805.091-34	DEBORA RAIZA RIBEIRO BENEVIDES	PARACANOAGEM	KL2 200m	R$ 11.000,00
141	010.152.511-70	FERNANDO RUFINO DE PAULA	PARACANOAGEM	KL2	R$ 11.000,00
142	042.228.559-52	IGOR ALEX TOFALINI	PARACANOAGEM	VL2	R$ 8.000,00
143	010.548.873-90	LUIS CARLOS CARDOSO DA SILVA	PARACANOAGEM	VL2 200m, KL1 200m	R$ 15.000,00
144	024.514.439-01	MARI CHRISTINA SANTILLI	PARACANOAGEM	200m KL3	R$ 11.000,00
145	007.849.961-56	CARLOS ALBERTO GOMES SOARES	PARACICLISMO	Estrada C1	R$ 11.000,00
146	060.236.829-44	JADY MARTINS MALAVAZZI	PARACICLISMO	Road Race e Time Trial	R$ 11.000,00
147	229.428.578-62	LAURO CESAR MOURO CHAMAN	PARACICLISMO	Road Race e Time Trial	R$ 15.000,00
148	371.144.498-95	MARCIA RIBEIRO GONÇALVES FANHANI	PARACICLISMO	Tandem B - Estrada	R$ 15.000,00
149	068.387.084-00	CRISTHIANE NEVES DO NASCIMENTO	PARATAEKWONDO	-58Kg/K44	R$ 8.000,00
150	058.854.984-31	DEBORA BEZERRA MENEZES	PARATAEKWONDO	+58Kg/K44	R$ 15.000,00
151	333.979.818-40	NATHAN CESAR SODARIO TORQUATO	PARATAEKWONDO	-61kg/K44	R$ 11.000,00
152	399.792.718-92	CARLOS RAFAEL FONSECA VIANA	PARATRIATLO	PTS5	R$ 8.000,00
153	284.785.958-64	FERNANDO ARANHA ROCHA	PARATRIATLO	PTWC	R$ 8.000,00
154	362.324.928-97	JESSICA MOREIRA FERREIRA	PARATRIATLO	PTWC H1	R$ 8.000,00
155	048.263.499-55	JORGE LUIS CAMARGO FONSECA	PARATRIATLO	PTS4	R$ 11.000,00
156	576.458.689-53	JOSIANE DIAS DE LIMA	REMO PARALÍMPICO	PR2 Mix2x	R$ 11.000,00
157	111.727.847-60	MICHEL GOMES PESSANHA	REMO PARALÍMPICO	PR2 Mix2x	R$ 11.000,00
158	803.249.085-04	RENE CAMPOS PEREIRA	REMO PARALÍMPICO	Single Skiff 2000m PR1	R$ 11.000,00
159	082.578.699-10	BRUNA COSTA ALEXANDRE	TÊNIS DE MESA PARALÍMPICO	Classe 10	R$ 15.000,00
160	383.981.308-57	CATIA CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA	TÊNIS DE MESA PARALÍMPICO	Classe 2	R$ 11.000,00
161	086.032.889-92	DANIELLE RAUEN	TÊNIS DE MESA PARALÍMPICO	Classe 9	R$ 11.000,00
162	004.985.431-37	GUILHERME MARCIÃO COSTA	TÊNIS DE MESA PARALÍMPICO	Classe 2	R$ 8.000,00
163	347.881.178-35	ISRAEL PEREIRA STROH	TÊNIS DE MESA PARALÍMPICO	Classe 7	R$ 11.000,00
164	349.444.458-73	JENNYFER MARQUES PARINOS	TÊNIS DE MESA PARALÍMPICO	Classe 9	R$ 8.000,00
165	354.798.308-80	JOYCE FERNANDA DE OLIVEIRA	TÊNIS DE MESA PARALÍMPICO	Classe 4	R$ 8.000,00
166	333.992.468-62	PAULO SERGIO SALMIN FILHO	TÊNIS DE MESA PARALÍMPICO	Classe 7	R$ 8.000,00
167	028.789.059-70	WELDER CAMARGO KNAF	TÊNIS DE MESA PARALÍMPICO	Classe 3	R$ 11.000,00
168	072.735.516-35	DANIEL ALVES RODRIGUES	TÊNIS EM CR	Open	R$ 8.000,00
169	041.286.719-24	YMANITU GEON DA SILVA	TÊNIS EM CR	Quad	R$ 8.000,00
170	800.420.901-72	JANE KARLA RODRIGUES GÖGEL	TIRO COM ARCO PARALÍMPICO	Arco Composto ARW2	R$ 11.000,00
171	227.730.868-48	ALEXANDRE AUGUSTO GALGANI	TIRO ESPORTIVO PARALÍMPICO	R5 -Carabina de Ar 10m Misto SH2	R$ 11.000,00

ESPORTES QUE COMPÕEM O PROGRAMA OLÍMPICO
BOLSA ATLETA - CATEGORIA ATLETA PÓDIO
Edital n° 01, de 12 de julho de 2019

Nº	CPF	Nome do Atleta	Modalidade	Prova	Valor de Bolsa
1	135.490.757-40	ALDEMIR GOMES DA SILVA JUNIOR	ATLETISMO	200m	R$ 8.000,00
2	069.801.629-77	ALEXSANDRO DO NASCIMENTO DE MELO	ATLETISMO	Salto Triplo	R$ 8.000,00
3	343.926.088-75	ALISON BRENDOM ALVES DOS SANTOS	ATLETISMO	400m c/ barreiras	R$ 11.000,00
4	049.201.991-63	ALMIR CUNHA DOS SANTOS	ATLETISMO	Salto Triplo	R$ 8.000,00
5	389.785.298-52	AUGUSTO DUTRA DA SILVA DE OLIVEIRA	ATLETISMO	Salto com vara	R$ 11.000,00
6	033.497.121-77	CAIO OLIVEIRA DE SENA BONFIM	ATLETISMO	20Km e 50km Marcha	R$ 8.000,00
7	065.346.079-13	DARLAN ROMANI	ATLETISMO	Arremesso de Peso	R$ 15.000,00
8	423.698.798-82	EDUARDO DOS SANTOS RODRIGUES DE DEUS	ATLETISMO	110m c/barreiras	R$ 8.000,00
9	009.667.289-71	ELIANE MARTINS	ATLETISMO	Salto em Distância	R$ 5.000,00
10	061.870.314-40	ERICA ROCHA DE SENA	ATLETISMO	20Km Marcha	R$ 15.000,00
11	015.270.330-66	FERNANDA RAQUEL BORGES MARTINS	ATLETISMO	Lançamento de Disco	R$ 11.000,00
12	145.260.827-08	GABRIEL OLIVEIRA CONSTANTINO	ATLETISMO	110m c/barreiras	R$ 11.000,00
13	412.542.248-66	THIAGO BRAZ DA SILVA	ATLETISMO	Salto com vara	R$ 11.000,00
14	158.548.037-12	VITORIA CRISTINA SILVA ROSA	ATLETISMO	100m	R$ 8.000,00
15	118.053.876-50	BEATRIZ IASMIN SOARES FERREIRA	BOXE	-60Kg	R$ 15.000,00
16	407.398.048-39	GRAZIELE JESUS DE SOUZA	BOXE	-51Kg	R$ 11.000,00
17	438.537.058-39	JUCIELEN CERQUEIRA ROMEU	BOXE	-54Kg	R$ 11.000,00
18	108.003.247-90	HENRIQUE DA SILVA AVANCINI	CICLISMO	MTB - XCM	R$ 15.000,00
19	429.310.338-47	PRISCILLA ANDREIA STEVAUX CARNAVAL	CICLISMO	BMX	R$ 8.000,00
20	040.467.701-04	ANA SATILA VIEIRA VARGAS	CANOAGEM	C1W / K1W	R$ 15.000,00
21	052.775.995-33	ERLON DE SOUZA SILVA	CANOAGEM	C2 1000m	R$ 15.000,00
22	074.193.269-59	FELIPE BORGES DA SILVA	CANOAGEM	C1M	R$ 5.000,00
23	054.803.065-02	ISAQUIAS QUEIROZ DOS SANTOS	CANOAGEM	C1 1000m / C2 1000m	R$ 15.000,00
24	397.624.798-74	PEDRO HENRIQUE GONÇALVES DA SILVA	CANOAGEM	K1M	R$ 8.000,00
25	043.661.325-59	VALDENICE CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO	CANOAGEM	C1 200m	R$ 8.000,00
26	039.237.335-18	ANA MARCELA DE JESUS SOARES DA CUNHA	MARATONA AQUÁTICA	10Km	R$ 15.000,00
27	401.427.488-89	BRANDONN PIERRY CRUZ DE ALMEIDA	NATAÇÃO	400m medley	R$ 8.000,00
28	172.522.497-60	BRENO MARTINS CORREIA	NATAÇÃO	100m livre	R$ 8.000,00
29	033.641.395-55	BRUNO GIUSEPPE FRATUS	NATAÇÃO	50m livre	R$ 15.000,00
30	352.646.108-27	CAIO RODRIGUES PUMPUTIS	NATAÇÃO	200m medley	R$ 8.000,00
31	073.235.864-70	ETIENE MEDEIROS	NATAÇÃO	50m livre	R$ 8.000,00
32	038.128.870-61	FERNANDO MUHLENBERG SCHEFFER	NATAÇÃO	200m Livre	R$ 11.000,00
33	339.349.778-20	GUILHERME AUGUSTO GUIDO	NATAÇÃO	100m costas	R$ 11.000,00
34	145.791.227-98	GUILHERME PEREIRA DA COSTA	NATAÇÃO	1500m Livre	R$ 5.000,00
35	109.086.347-06	JOÃO LUIZ GOMES JUNIOR	NATAÇÃO	100m peito	R$ 8.000,00
36	117.566.367-02	LEONARDO COELHO SANTOS	NATAÇÃO	200m medley	R$ 8.000,00
37	023.416.781-57	LEONARDO GOMES DE DEUS	NATAÇÃO	200m borboleta	R$ 11.000,00
38	021.254.143-92	LUIZ ALTAMIR LOPES MELO	NATAÇÃO	200m borboleta	R$ 5.000,00
39	353.919.488-60	MARCELO CHIERIGHINI	NATAÇÃO	100m livre	R$ 11.000,00
40	428.956.468-21	PEDRO HENRIQUE SILVA SPAJARI	NATAÇÃO	100m Livre	R$ 5.000,00
41	834.481.950-49	GUILHERME AMARAL TOLDO	ESGRIMA	Florete	R$ 8.000,00

42	237.081.758-59	NATHALIE MARIE MOELLHAUSEN	ESGRIMA	Espada	R$ 15.000,00
43	365.782.758-78	ARTHUR NABARRETE ZANETTI	GINÁSTICA ARTÍSTICA	Argolas	R$ 15.000,00
44	403.463.308-58	ARTHUR NORY OYAKAWA MARIANO	GINÁSTICA ARTÍSTICA	Barra	R$ 15.000,00
45	108.462.167-36	CAIO CAMPOS SOUZA	GINÁSTICA ARTÍSTICA	Salto Mesa	R$ 8.000,00
46	166.992.057-73	FLAVIA LOPES SARAIVA	GINÁSTICA ARTÍSTICA	Trave/Solo	R$ 11.000,00
47	365.782.728-52	FRANCISCO CARLOS BARRETTO JÚNIOR	GINÁSTICA ARTÍSTICA	Barra/Cavalo	R$ 8.000,00
48	425.036.138-10	REBECA RODRIGUES DE ANDRADE	GINÁSTICA ARTÍSTICA	Salto/Trave	R$ 11.000,00
49	367.163.488-08	THAIS FIDELIS DOS SANTOS	GINÁSTICA ARTÍSTICA	Individual Geral	R$ 8.000,00
50	025.517.280-02	ALEXIA TAIS WILLRICH CASTILHOS	JUDÔ	-63Kg	R$ 5.000,00
51	424.308.188-33	BEATRIZ RODRIGUES DE SOUZA	JUDÔ	+78kg	R$ 11.000,00
52	031.967.090-27	DANIEL BORGES CARGNIN	JUDÔ	-66Kg	R$ 8.000,00
53	003.409.151-37	DAVID MOURA PEREIRA DA SILVA	JUDÔ	+100kg	R$ 11.000,00
54	365.197.108-22	ELEUDIS DE SOUZA VALENTIM	JUDÔ	-52Kg	R$ 5.000,00
55	367.265.588-05	ERIC GOMES TAKABATAKE	JUDÔ	-60kg	R$ 8.000,00
56	439.025.818-40	LARISSA CINCINATO PIMENTA	JUDÔ	-52Kg	R$ 8.000,00
57	446.904.508-03	LEONARDO RIBEIRO GONÇALVES	JUDÔ	-100Kg	R$ 8.000,00
58	012.982.920-00	MARIA DE LOURDES MAZZOLENI PORTELA	JUDÔ	-70kg	R$ 8.000,00
59	358.886.788-05	MARIA SUELEN ALTHEMAN	JUDÔ	+78kg	R$ 11.000,00
60	019.993.510-61	MAYRA AGUIAR DA SILVA	JUDÔ	-78kg	R$ 15.000,00
61	350.121.828-12	RAFAEL AUGUSTO BUZACARINI	JUDÔ	-100Kg	R$ 5.000,00
62	063.832.499-83	RAFAEL CARLOS DA SILVA	JUDÔ	+100kg	R$ 11.000,00
63	403.050.478-76	RAFAEL GODOY DE MACEDO	JUDÔ	-90kg	R$ 8.000,00
64	134.671.247-63	RAFAELA LOPES SILVA	JUDÔ	-57kg	R$ 15.000,00
65	057.861.929-62	DOUGLAS SANTOS BROSE	CARATÊ	-60Kg	R$ 11.000,00
66	227.648.028-97	VALERIA KUMIZAKI	CARATÊ	-55Kg	R$ 11.000,00
67	084.789.919-56	VINICIUS REZENDE FIGUEIRA	CARATÊ	-67Kg	R$ 15.000,00
68	352.259.818-01	FERNANDO SARAIVA REIS	LEVANTAMENTO DE PESOS	+109Kg	R$ 11.000,00
69	114.746.507-08	JAQUELINE ANTÔNIA FERREIRA	LEVANTAMENTO DE PESOS	-87Kg	R$ 11.000,00
70	372.865.718-26	FILIPE RODRIGUES CASTRO DE TOLEDO	SURFE	Elite	R$ 15.000,00
71	396.972.638-76	GABRIEL MEDINA PINTO FERREIRA	SURFE	Elite	R$ 15.000,00
72	113.189.394-88	ITALO FERREIRA DA COSTA	SURFE	Elite	R$ 15.000,00
73	010.175.653-41	SILVANA LIMA SANTIAGO DA SILVA	SURFE	Elite	R$ 15.000,00
74	065.029.757-12	TATIANA GUIMARAES WESTON-WEBB	SURFE	Elite	R$ 11.000,00
75	019.365.470-90	CARLOS EDUARDO RIBEIRO DA SILVA	SKATE	Street M	R$ 8.000,00
76	522.251.966-85	DORA VARELLA GALLACCI PEREIRA	SKATE	Park W	R$ 11.000,00
77	011.136.911-82	FELIPE GUSTAVO ALVES MACEDO	SKATE	Street M	R$ 5.000,00
78	131.174.999-38	ISADORA PACHECO RODRIGUES	SKATE	Park W	R$ 11.000,00
79	405.358.118-45	KELVIN HOEFLER RODRIGUES	SKATE	Street M	R$ 11.000,00
80	392.938.918-59	LETICIA BUFONI E SILVA	SKATE	Street W	R$ 11.000,00
81	465.911.428-78	LUIZ FRANCISCO CANETTIERI NUNES MARIANO	SKATE	Park M	R$ 15.000,00
82	454.819.588-21	MURILO FEITOSA PERES	SKATE	Park M	R$ 8.000,00
83	423.900.828-07	PAMELA LEITE ROSA	SKATE	Street W	R$ 15.000,00
84	077.889.459-07	PEDRO DE SILVA BARROS	SKATE	Park M	R$ 15.000,00
85	042.943.309-37	YNDIARA LOSEKANN ASP	SKATE	Park W	R$ 8.000,00
86	048.569.726-26	BRUNO FRAGA SOARES	TÊNIS	Dupla	R$ 11.000,00
87	053.323.096-94	MARCELO PINHEIRO DAVI DE MELO	TÊNIS	Dupla	R$ 11.000,00
88	125.777.247-30	MARCUS VINICIUS CARVALHO LOPES D´ALMEIDA	TIRO COM ARCO	Arco Recurvo	R$ 8.000,00
89	051.490.981-16	CAROLINE GOMES DOS SANTOS	TAEKWONDO	-67Kg	R$ 15.000,00
90	086.432.764-13	EDIVAL MARQUES QUIRINO PONTES	TAEKWONDO	-68Kg	R$ 11.000,00
91	421.741.368-80	GABRIELE CRISTINA RIBEIRO DE SIQUEIRA	TAEKWONDO	+67Kg	R$ 8.000,00
92	313.032.678-29	HENRIQUE PRECIOSO DE MOURA	TAEKWONDO	-80Kg	R$ 5.000,00
93	103.477.436-09	ICARO MIGUE MARTINS SOARES	TAEKWONDO	+80Kg	R$ 15.000,00
94	134.614.167-38	IRIS SILVA TANG SING	TAEKWONDO	-49Kg	R$ 8.000,00
95	116.831.246-93	MAICON DE ANDRADE SIQUEIRA	TAEKWONDO	+80Kg	R$ 15.000,00
96	391.386.988-38	MILENA TITONELI GUIMARÃES	TAEKWONDO	-67Kg	R$ 15.000,00
97	122.492.724-92	PAULO RICARDO SOUZA DE MELO	TAEKWONDO	-58Kg	R$ 15.000,00
98	370.194.218-81	RAFAELA VIEIRA DE ARAUJO	TAEKWONDO	-57Kg	R$ 11.000,00
99	123.711.806-96	RAIANY FIDELLIS PEREIRA	TAEKWONDO	+67Kg	R$ 5.000,00
100	437.401.888-39	SANDY CAMILA LEITE MACEDO	TAEKWONDO	-57Kg	R$ 11.000,00
101	020.040.811-98	TALISCA JEZIERSKI DOS REIS	TAEKWONDO	-49Kg	R$ 11.000,00
102	144.935.077-13	HUGO MARINHO BORGES CALDERANO	TÊNIS DE MESA	Individual	R$ 11.000,00
103	043.269.919-84	AGATHA BEDNARCZUK RIPPEL	VÔLEI DE PRAIA	Senior Feminino	R$ 11.000,00
104	109.022.227-08	ALISON CONTE CERUTTI	VÔLEI DE PRAIA	Senior Masculino	R$ 15.000,00
105	090.283.454-18	ALVARO MAGLIANO DE MORAIS FILHO	VÔLEI DE PRAIA	Senior Masculino	R$ 15.000,00
106	133.419.276-62	ANA PATRÍCIA SILVA RAMOS	VÔLEI DE PRAIA	Senior Feminino	R$ 15.000,00
107	010.070.561-85	BRUNO OSCAR DE ALMEIDA NOGUEIRA SCHMIDT	VÔLEI DE PRAIA	Senior Masculino	R$ 11.000,00
108	057.224.875-03	EDUARDA SANTOS LISBOA	VÔLEI DE PRAIA	Senior Feminino	R$ 11.000,00
109	133.165.517-00	EVANDRO GONÇALVES DE OLIVEIRA JUNIOR	VÔLEI DE PRAIA	Senior Masculino	R$ 11.000,00
110	036.052.363-32	REBECCA CAVALCANTE BARBOSA DA SILVA	VÔLEI DE PRAIA	Senior Feminino	R$ 15.000,00
111	015.797.210-01	ANA LUIZA BUSATO BARBACHAN	VELA	470	R$ 11.000,00
112	808.606.720-34	FERNANDA RYFF MOREIRA DE OLIVEIRA HORN	VELA	470	R$ 11.000,00
113	123.046.557-00	GABRIELA NICOLINO DE SÁ	VELA	Nacra 17	R$ 11.000,00
114	411.768.658-54	JORGE JOÃO ZARIF	VELA	Finn	R$ 15.000,00
115	145.858.107-14	KAHENA KUNZE	VELA	49er FX	R$ 15.000,00
116	137.982.307-22	MARTINE SOFFIATTI GRAEL	VELA	49er FX	R$ 15.000,00
117	129.425.097-32	PATRÍCIA DACOSTA FREITAS	VELA	RS:X	R$ 8.000,00
118	988.119.750-34	SAMUEL REIS ALBRECHT	VELA	Nacra 17	R$ 11.000,00
119	080.465.247-35	ANTOINE BRAGA ABOU JAOUDE	LUTAS	FS +125Kg	R$ 5.000,00
120	163.649.017-43	JOILSON DE BRITO RAMOS JUNIOR	LUTAS	-67Kg	R$ 8.000,00
121	012.780.631-88	KAMILA BARBOSA VITO DA SILVA	LUTAS	-50Kg	R$ 5.000,00
122	041.058.381-21	LAIS NUNES DE OLIVEIRA	LUTAS	-62Kg	R$ 15.000,00

SECRETARIA EXECUTIVA
COMISSÃO TÉCNICA

DELIBERAÇÃO Nº 1.331, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/10/2019 e 06/11/2019, e na reunião extraordinária realizada em 28/11/2019.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/10/2019 e 06/11/2019, e na reunião extraordinária realizada em 28/11/2019.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO LUIS GOMES DA SILVA GASTAUD
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 71000.051811/2019-35
Proponente: ADD Associação Desportiva para Deficientes
Título: ADD - Equipes de Basquete em Cadeira de Rodas - Ciclo Paralímpico II
Registro: 02SP001802007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 01.207.939/0001-94
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 2.446.451,45
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3567 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 41723-8
Período de Captação até: 28/11/2021

2 - Processo: 71000.058182/2019-74
Proponente: Ajudôu
Título: Cidade Olímpica ano III
Registro: 02MG001962007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.444.603/0001-04
Cidade: Timóteo UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 499.638,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2877 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 39855-1
Período de Captação até: 28/11/2021

3 - Processo: 71000.051720/2019-08
Proponente: Associação Futsal de Cachoeirinha
Título: Craque Nota 10
Registro: 02RS078922010
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 07.839.436/0001-18
Cidade: Cachoeirinha UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 289.874,28
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2867 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 55301-8
Período de Captação até: 28/11/2021

4 - Processo: 71000.050774/2019-48
Proponente: Associação Escola Graduada de São Paulo
Título: Plano Anual de Esportes Coletivos - Ano 1
Registro: 02SP180022019
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 61.060.448/0001-95
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.073.992,83
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4285 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 13503-8
Período de Captação até: 28/11/2021

5 - Processo: 71000.050266/2019-60
Proponente: Associação de Basquete Cearense
Título: Escolinha de Basquete do Carcará
Registro: 02CE129542013
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 16.602.563/0001 -90
Cidade: Fortaleza UF: CE
Valor autorizado para captação: R$ 1.385.767,58
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3515 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 15648-5
Período de Captação até: 28/11/2019

6 - Processo: 71000.050376/2019-21
Proponente: Associação de Basquete Cearense
Título: Escolinha de Basquete Carcará Cearense
Registro: 02CE129542013
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 16.602.563/0001 -90
Cidade: Fortaleza UF: CE
Valor autorizado para captação: R$ 1.359.817,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3515 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 15649-3
Período de Captação até: 28/11/2021

7 - Processo: 71000.050817/2019-95
Proponente: Associação de Pais e Amigos da Natação Ituana
Título: Escolinha de Triathlon Itu
Registro: 02SP026342008
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 00.952.459/0001-95
Cidade: Itu UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 209.014,69
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0354 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 69641-2
Período de Captação até: 28/11/2021

8 - Processo: 71000.050751/2019-33
Proponente: Associação de Pais e Amigos da Natação Ituana
Título: Escolinha de Triathlon Campinas
Registro: 02SP026342008
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 00.952.459/0001-95
Cidade: Itu UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 207.709,88
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0354 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 69642-0
Período de Captação até: 28/11/2021

9 - Processo: 71000.051872/2019-01
Proponente: Associação Educacional, Esportiva e Social do Brasil
Título: Superliga Ano III
Registro: 02MG148302015
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 20.767.192/0001-73
Cidade: Montes Claros UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 1.579.687,39
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3209 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 39380-0
Período de Captação até: 28/11/2021

10 - Processo: 71000.051859/2019-43
Proponente: Associação Educacional, Esportiva e Social do Brasil
Título: Escolinhas de Futebol Montes Claros
Registro: 02MG148302015
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 20.767.192/0001-73
Cidade: Montes Claros UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 594.290,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3209 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 39381-9
Período de Captação até: 28/11/2021

11 - Processo: 71000.049769/2019-92
Proponente: Confederação Brasileira de Desportos para Surdos
Título: Vôlei Feminino no Mundial de Surdos
Registro: 02GO062502010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 28.636.504/0001-11
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 511.122,15
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 7065 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 9098-0
Período de Captação até: 03/06/2020

12 - Processo: 71000.041394/2019-12
Proponente: Conselho Estadual de Associações Atléticas Banco do Brasil do Estado do Paraná
Título: AABB Esporte na Areia
Registro: 02PR144602015
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 06.075.289/0001-94
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 254.562,07
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1243 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 79008-7
Período de Captação até: 28/11/2021

13 - Processo: 71000.043770/2019-11
Proponente: Conselho Estadual de Associações Atléticas Banco do Brasil do Estado do Paraná
Título: Futsal AABB Curitiba
Registro: 02PR144602015
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 06.075.289/0001-94
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 392.509,95
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1243 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 79007-9
Período de Captação até: 28/11/2021

14 - Processo: 71000.051328/2019-51
Proponente: Fundação Cultural de Araxá
Título: Xadrez para Todos - UNIARAXÁ
Registro: 02MG091672011
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 17.806.696/0001-40
Cidade: Araxá UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 373.725,14
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0210 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 64328-9
Período de Captação até: 28/11/2021

15 - Processo: 71000.051074/2019-71
Proponente: Fundação Cultural de Araxá
Título: Voleibol para Todos - UNIARAXÁ
Registro: 02MG091672011
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 17.806.696/0001-40
Cidade: Araxá UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 775.350,85
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0210 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 64329-7
Período de Captação até: 28/11/2021

16 - Processo: 71000.052417/2019-14
Proponente: Instituto Esporte Educação
Título: Rede de Escolas ativas IEE
Registro: 02SP002062007
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 04.381.220/0001-63
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 2.262.247,59
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0300 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 76200-8
Período de Captação até: 28/11/2021

17 - Processo: 71000.053756/2019-18
Proponente: Instituto Guga Kuerten
Título: Ano 12- Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida - 3 Núcleos
Registro: 02SC010852007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 04.003.206/0001-26
Cidade: Florianópolis UF: SC

Valor autorizado para captação: R$ 1.643.785,46
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3174 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 30314-3
Período de Captação até: 28/11/2021

18 - Processo: 71000.035854/2019-73
Proponente: Instituto Reação
Título: Reação Faixa Preta e Educação (Escola de Judô e Lutas) - Ano IV
Registro: 02RJ000792007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.658.523/0001-43
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 3.635.534,66
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3519 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 25190-9
Período de Captação até: 02/10/2021

19 - Processo: 71000.056470/2019-94
Proponente: Instituto Rugby Para Todos
Título: Rugby Para Todos - Paraisópolis - Ano 15
Registro: 02SP067102010
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 10.979.371/0001-10
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 593.786,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5988 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 7229-X
Período de Captação até: 28/11/2021

20 - Processo: 71000.051726/2019-77
Proponente: Instituto Rugby Para Todos
Título: Rugby Para Todos - Capitais
Registro: 02SP067102010
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 10.979.371/0001-10
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 630.786,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3519-X DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 25264-6
Período de Captação até: 28/11/2021

21 - Processo: 71000.053657/2019-36
Proponente: Instituto Superação - Formação Pelo Esporte
Título: Formação Pelo Esporte III Pilar Desenvolvimento
Registro: 02SP157202016
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 13.914.561/0001-48
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.816.211,95
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 51509-4
Período de Captação até: 28/11/2021

22 - Processo: 71000.046541/2019-41
Proponente: Instituto Tênis
Título: Equipe de Treinamento do Instituto Tênis
Registro: 02SC017032007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 05.206.043/0001-41
Cidade: Barueri UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 6.206.780,07
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1821 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 66391-3
Período de Captação até: 28/11/2021

23 - Processo: 71000.056685/2019-13
Proponente: Instituto Trilhar
Título: Escolas Esportivas II
Registro: 02MG129822013
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 10.239.821/0001-39
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 263.999,62
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3368 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 55015-9
Período de Captação até: 28/11/2021

24 - Processo: 71000.056884/2019-13
Proponente: Instituto Trilhar
Título: Escola de Lutas II
Registro: 02MG129822013
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 10.239.821/0001-39
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 263.858,76
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3368 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 55014-0
Período de Captação até: 28/11/2021

25 - Processo: 71000.056644/2019-19
Proponente: Instituto Trilhar
Título: Novos Tenistas
Registro: 02MG129822013
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 10.239.821/0001-39
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 213.751,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3368 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 55016-7
Período de Captação até: 21/11/2021

26 - Processo: 71000.051944/2019-10
Proponente: Liga Nacional de Basquete
Título: Jogos das Estrelas III
Registro: 02SP053572009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.435.803/0001-22
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 893.401,06
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1744 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 24605-0
Período de Captação até: 28/11/2021

RETIFICAÇÕES

Processo Nº 71000.045061/2019-62
No Diário Oficial da União nº 230, de 28 de novembro de 2019, na Seção 1, página 08 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1239/2019, ANEXO I, onde se lê: Valor autorizado para Captação: R$ 970.885,10, leia-se: Valor aprovado para captação, após recurso aprovado na Reunião da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 28 de novembro de 2019, no valor de R$ 1.130.537,54.

Processo Nº 71000.037731/2019-77
No Diário Oficial da União nº 196, de 09 de outubro de 2019, na Seção 1, página 06 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1313/2019, ANEXO I, onde se lê: Valor autorizado para Captação: R$ 2.353.640,93, leia-se: Valor aprovado para captação, após recurso aprovado na Reunião da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 28 de novembro de 2019, no valor de R$ 3.371.516,73.

Processo Nº 71000.038767/2019-78
No Diário Oficial da União nº 211, de 31 de outubro de 2019, na Seção 1, página 11 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1320/2019, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 3.010.314,48, leia-se: Valor aprovado para captação, após recurso aprovado na Reunião da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 28 de novembro de 2019, no valor de R$ 3.216.120,66.

SECRETARIA DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS

PORTARIA Nº 20, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Portaria nº 942, de 17 de maio de 2019, e o art. 53 da Instrução Normativa MC nº 02/2019, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) COM RESSALVA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso I do art. 51 da Instrução Normativa nº2, de 23 de abril de 2019, conforme anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) COM RESSALVA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso II do art. 51 da Instrução Normativa nº2, de 23 de abril de 2019,, conforme anexo II.

Art. 3º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO TERRA CAMARGO

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO (R$)
110331	Ouro Preto 300 Anos - Uma História Escrita no Ouro	Assoc. Universo Cult. e Ass.	Editar um livro comemorativo ao Tricentenário da fundação de Ouro Preto.	293.140,00
126393	Festival Úmbria Jazz 2012	Fed. Nac. das Assoc. do Pessoal da CEF	Realizar a sexta edição do evento em seis capitais brasileiras.	364.073,04
112757	Grey Gardens - o musical	Oz Prod. Art., Mus. e Cinemat. Ltda.	Realização da estreia nacional e temporada no Rio de Janeiro do premiado musical da Broadway, "Grey Gardens".	500.000,00
105649	Vânia Braga Esculturas	Vânia Lúcia Braga Valadão	Realizar, em Belo Horizonte- MG., edição de livro com trabalhos da renomada artista plástica Vânia Braga.	75.000,00
110233	Banda Mirim: Turnê Nacional Felizardo	Cooperativa Paulista de Teatro	Circulação do musical infantil FELIZARDO capitais brasileiras, 2 em cada localidade, seguidas por Oficinas.	221.910,00
110764	Biomas brasileiros - Retratos de um país plural	Casa da Palavra Prod. Ed. LTDA ME	Livro que contara com textos de especialistas sobre os biomas brasileiros, com representações artísticas dessas paisagens	322.765,00
126293	Piraí Fest Paladar Fest. de Gast. E Cult. 2012	Vezes Três Prod. e Eventos Ltda ME	Preservação do patrimônio cultural imaterial da gastronomia, além da valorização da música instrumental e artes cênicas.	250.000,00
1112370	Circuito Sinfônico 2012	ASJOV Associação Sinfônica Jovem	Realizar 16 concertos gratuitos de música sinfônica e 16 ensaios-aula, também gratuitos, em 11 cidades do estado de Pernambuco.	660.000,00
111963	Tavoletta - Inst. de Arnaldo Pappalardo em Museu.	Fundação Stickel	Instalação artística ocupando as 3 salas principais e o jardim do Museu da Casa Brasileira de São Paulo.	73.081,00
086851	GTPAÊ Faz Arte - Ano 02	GTPAÊ -Fernanda Ferreira e Silva	Realização de oficinas cênicas para pessoas portadora de necessidades especiais.	160.204,23
090506	Seleção Brasil em Cena 2009	Assoc. Quarto Ato de Projetos Culturais	concurso de dramaturgia, Seleção Brasil em Cena, promovido pelo CCBB Rio.	200.000,00

1012785	Universidade Livre de Niterói	Fundação de Arte de Niterói - FAN	Articular os espaços culturais da cidade com ciclos de palestras agrupados em duas temáticas.	143.849,78
128844	VIII RioHarpFestival - Música no Museu	Carpex Emp. e Prom. LTDA - ME	concertos gratuitos que busca privilegiar a música de boa qualidade, sem distinção de procedência, escola ou época.	232.000,00
128930	A Vida no Teatro ou Vida de Ator	M&G RICCA Prod. Art. LTDA - EPP	Montagem e temporada de espetáculo teatral homônimo.	221.400,00
096131	Ponte Nova - do Café ao Comércio Atacadista	Escritório de Histórias LTDA.	Contar a marcante história do surgimento do comércio atacadista na região de Ponte Nova, na Zona da Mata Mineira	128.458,00
126349	Caravana Cultural Conscienciarte	Fundação Conscienciarte	Desenvolver 10 ações itinerantes, com 10 apresentações de teatro 10 de teatro de fantoche e 20 musicais.	168.724,50
113113	III Tocando Pífanos	Página 21 Comunicação Ltda	Realizar a terceira edição de Tocando Pífanos, encontro de bandas de pífanos, com pesquisadores, estudiosos e amantes do tema.	151.357,00
129836	Histórias de um Lobo	Avis Brasilis Com. de Art. Eco., Cult.e Ed.	Publicação de um livro sobre o Folclore e a História Natural que rodeiam lobo-guará.	271.605,00
118682	Prêmio Carlos Gomes de Ópera e Música Erudita	Algol Editora LTDA	Premiação de artistas e instituições por suas realizações durante o ano anterior à realização desse projeto.	150.000,00
110998	Água para Vida Água para Todos	Companhia de Prom.e Eventos K S LTDA - ME	Apresentação de teatro infantil dramatizando o ciclo da água.	254.945,00

0810611	Circuito de Arte e Cultura - Ano II	Comida Di Buteco Prod. Gastron. LTDA	Demarcação de um roteiro urbano de música e artes cênicas, com apresentações gratuitas.	255.000,00
104920	Trib. de Salomão e Julg. das meias-verdades inteiras	Barracão Cult. Prod. Art. SS LTDA ME	Criação de um espetáculo teatral para ruas e espaços abertos, com 20 apresentações.	328.000,00
125836	Formas e Riscados	Insight Eng. de Com. & Marketing LTDA	Produção e publicação de obra literária intitulada Formas e Riscados	296.502,75
123967	24° Festival Nipobrasileiro - Programação Cultural	Associação Cultural e Esportiva de Maringá - ACEMA	Apresentações de espetáculos de artes cênicas, musica instrumental e exposição de artes visuais relacionadas à cultura oriental.	180.000,00
119850	Orquestra Cidades _Sinfonia do Cerrado	Assoc. dos Amigos da Cult. de Niquelândia	Manter a orquestra e dimensionar qualitativamente o curso de formação musical, para crianças e adolescentes	450.000,00
114943	O Futuro está em Jogo! - IV	Velloni Produções Artísticas - EIRELI	Aprofundar as oficinas teatrais já iniciadas, contemplar novas turmas e realizar a 5ª Mostra Cultural.	175.000,00
126820	Plínio Palhano 2013; 40 anos de arte	Jaragua Produções e Servicos LTDA - ME	Exposição retrospectiva da carreira do artista plástico pernambucano Plínio Palhano.	98.175,00
078346	Mawo Ewri - Casa da Cultura Ikpeng	Assoc. Indígena Moygu Com. de Ikpeng	formar jovens indígenas para o trabalho e valorização da sua cultura tradicional.	197.264,76
090326	Jorge HUE - Trajetória e Obra	Roberto F. Padilla EIRELI - ME	Realizar pesquisa, produção e publicação de livro de arte sobre o arquiteto Jorge Hue.	227.969,96
103357	Os Holandeses No Brasil - 100 Anos De Imigração Positiva	Gallas, Disperati Serviços Empresariais LTDA	Livro de História dos séc. XIX e XX relatando as primeiras tentativas de imigração holandesa para o Brasil.	250.000,00
086359	Museu de Arte Jovem 2009 - Grupo II	Instituto Brasil Com	Distribuir kits com material de pintura e ministrando aulas sobre história da arte, ética, cidadania, pintura e artesanato.	219.774,26
110186	FEDEGUNDA	Borogodó Emp.Cult. EIRELI - ME	Circulação da peça infanto-juvenil musical Fedegunda.	227.900,00
113910	23º Festival Int. de Teatro De Bonecos De Canela	Fundação Cultural de Canela	Evento de teatro de bonecos da américa latina.	160.000,00
109360	Concertos Apresenta	MP Brasil Projetos e Eventos Culturais LTDA - ME	Realização de concertos de grupos instrumentais e corais de música erudita na cidade de São Paulo e Mogi Guaçu.	107.361,21
1111751	Exposição Opinião: O que o Brasil acha do Brasil	Magnetoscopio Prod. LTDA	Realizar uma exposição que fala da história recente, da cultura e dos costumes dos brasileiros.	250.000,00
151242	Circulação do espetáculo teatral Florescerro	Lucas André Fiorindo	Circulação do espetáculo teatral "Florescerro" pelas cidades paranaenses num total de quatro apresentações.	15.000,00
1310975	Diversidade Em Cena, Expo-Terneira - Edição I	Cristiano Caraffa Casali e Cia Ltda - ME	Realizar 04 dias de eventos artísticos e musicais no município de Três de Maio/RS, totalizando 73 apresentações ao final do projeto.	50.000,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO (R$)
119797	Aquarela no Paraná	Livraria Solar do Rosário LTDA. ME	Edição de um livro de onze artistas plásticos do Paraná, que utilizaram e utilizam a aquarela em suas pinturas.	233.180,00
125877	Festival Cultural de Minaçu 2012	Conexão Cidadã	Estimular o conhecimento e a disseminação das tradições e costumes do povo do Cerrado por meio de 08 apresentações teatrais e folclóricas.	149.180,00
098191	Anônimos Famosos de São Paulo	Perkins Editora EIRELI	Livro de arte sobre um fenômeno urbano comum nas cidades brasileiras, os anônimos famosos.	304.424,00
086949	Oficina de Artes com Massas de Modelar	Incentivar Fomento de Projetos LTDA	Realizar 60 Oficinas de Artes Plásticas com Massas de Modelar, biscuit e plasticina para educadores da rede escolar pública de São Paulo.	53.020,00
113046	Plano de Fuga	Abilio Marcondes de Godoy	Bolsa de dez meses para a produção e publicação da obra editorial intitulada PLANO DE FUGA.	50.500,00
120671	19º Janeiro de Grandes Espetáculos	Assoc. dos Prod. De Art. Cênicas	Espetáculos de teatro e dança no âmbito local, nacional e internacional; oficinas; leituras dramatizadas, debates, entre outros.	300.000,00

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 18 de 27/11/2019, publicada no D.O.U. n.º 231 de 29/11/2019, Seção 1, página 57, referente ao valor a ser restituído ao FNC (R$) Projeto " Prod. e Distrib. de livros Braille e Falados para cegos" - Pronac: 095510:

Onde se lê: 217.383,51,

Leia-se: 3.889.952,54.

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 702, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
164081 - Mostra Paranaense de Dança - 10 Anos
ASSOCIACAO BRASILEIRA DE APOIADORES BENEMERITOS DO TEATRO GUAIRA
CNPJ/CPF: 09.234.896/0001-48
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

171483 - MULHERES DE SHAKESPEARE (TÍTULO PROVISÓRIO)
ANA THOMASIA MAGALHAES GUASQUE ARTES CENICAS - ME
CNPJ/CPF: 14.687.450/0001-09
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 29/11/2019 à 31/12/2019

182163 - Reciclar é Preciso
A. A. CARDOSO - PRODUCOES - ME
CNPJ/CPF: 14.029.511/0001-40
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 02/12/2019 à 31/12/2019

182716 - Na Hora Certa
Procenium Produções artisticas Ltda.
CNPJ/CPF: 06.979.988/0001-69
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

182748 - Fortalecendo Laços IV
STARSHOW PROMOCOES MARKETING LTDA ME
CNPJ/CPF: 07.641.488/0001-85
Cidade: Canoas - RS;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

183403 - Plano Anual Grupo Pronto Sorrir: Intervenções artísticas-teatrais em hospitais pediátricos
Associação Cultural Sem Fins Lucrativos Pronto Sorrir
CNPJ/CPF: 25.452.623/0001-26
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 02/12/2019 à 31/12/2019

184295 - LENDAS PANTANEIRAS - O ESPETÁCULO
Render Brasil Produções EIRELI - EPP
CNPJ/CPF: 07.642.548/0001-84
Cidade: Campo Grande - MS;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

184463 - TransFormações em Artes Cênicas
Os Geraldos Teatro Ltda - ME
CNPJ/CPF: 22.156.953/0001-86
Cidade: Campinas - SP;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

184477 - CONTANDO AS ESTRELAS
CINTRA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.606.114/0001-01
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 02/12/2019 à 31/12/2019

185436 - OUTRAS CIDADES DESERTAS
OS JAVALIS SELVAGENS COMUNICACAO E PRODUCAO EIRELI
CNPJ/CPF: 31.044.808/0001-02
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

185570 - TRAMA FESTIVAL TEATRO EM CONTAGEM
Grupo Trama de Teatro
CNPJ/CPF: 02.817.071/0001-07
Cidade: Contagem - MG;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

190029 - Tutankaton
Cubo Produções LTDA
CNPJ/CPF: 12.998.320/0001-61
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

190170 - She Loves Me: É Amor
Gabriel Ribeiro
CNPJ/CPF: 126.788.347-27
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

191254 - I FESTIVAL DE DANÇAS DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO
UNIAO DE MORADORES DO BAIRRO COHAB E ADJACENCIAS UMBCA
CNPJ/CPF: 18.270.489/0001-87
Cidade: São Luís - MA;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

191405 - Projeto Nas Ondas da Leitura e do Teatro
LINDON LOPES DA SILVA
CNPJ/CPF: 544.448.886-87
Cidade: Varginha - MG;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
171296 - Implementação de Coral na cidade da Lapa/PR
Paulo Rogério da Silva Valente
CNPJ/CPF: 200.772.542-87
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

171296 - Implementação de Coral na cidade da Lapa/PR
Paulo Rogério da Silva Valente
CNPJ/CPF: 200.772.542-87
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

184165 - Concertos Ihara 3a Edição
MAROLO PRODUCOES CULTURAIS E ARTISTICAS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 08.360.491/0001-93
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

185154 - SOM CLUBE
NEW VIEW ENTRETENIMENTO E COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 15.521.676/0001-06
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 30/11/2019 à 31/12/2019

185233 - CD DE FREVO VOLTANDO PRA CASA
Décio Rocha de Oliveira
CNPJ/CPF: 102.562.534-04
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 30/11/2019 à 31/12/2019

186142 - Viola & Violetas
ELIANA MANZAN
CNPJ/CPF: 150.691.738-04
Cidade: Sertãozinho - SP;
Prazo de Captação: 02/12/2019 à 31/12/2019

190424 - FESTA FARROUPILHA DE CHARQUEADAS - FESTIVAL INSTRUMENTAL
M.J. PRODUTORA DE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.911.103/0001-67
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

190995 - Sergipe Amor e Forró 2019
Grupo Vocal Vivace Empreendimentos Culturais
CNPJ/CPF: 32.896.037/0001-36
Cidade: Aracaju - SE;
Prazo de Captação: 30/11/2019 à 31/12/2019

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
184690 - Exposição Mário Fava e a Carretera Panamericana
Next Produções Artísticas e Marketing Ltda
CNPJ/CPF: 07.311.055/0001-61
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 30/11/2019 à 31/12/2019

185162 - Circuito de Exposições Claro Gustavo Jansson Â- O fotógrafo do Contestado
ROSA MARIA TESSER
CNPJ/CPF: 376.184.669-04
Cidade: Balneário Piçarras - SC;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

190341 - Super XP
LEONARDO VINICIUS PIRONDI
CNPJ/CPF: 006.057.159-47
Cidade: Joinville - SC;
Prazo de Captação: 02/12/2019 à 31/12/2019

190808 - GALERIA AMAZONIA
MOSAIKY EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 23.486.796/0001-30
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

192553 - DESIGN FOR A BETTER WORLD
Centro de Design do Paraná
CNPJ/CPF: 03.119.126/0001-78
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
180214 - Preservação e difusão do acervo museológico da Casa-museu Magdalena e Gilberto Freyre
Fundação Gilberto Freyre
CNPJ/CPF: 11.869.674/0001-43
Cidade: Recife - PE;
Prazo de Captação: 02/12/2019 à 31/12/2019

184361 - MUSEU DE ARQUEOLOGIA BÍBLICA DO UNASP - Campus Engenheiro Coelho
Instituto Adventista de Ensino
CNPJ/CPF: 43.586.056/0014-05
Cidade: Engenheiro Coelho - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
180401 - LIVRO ILUSTRADO DE ARTE - VIDA E OBRA DE LUISE WEISS
INSTITUTO OLGA KOS DE INCLUSAO CULTURAL
CNPJ/CPF: 08.745.680/0001-84
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 30/11/2019 à 31/12/2019

181331 - A Formação da Identidade Feminina Nipo Brasileira
Regina Chiga Akama
CNPJ/CPF: 131.420.578-11
Cidade: Indaiatuba - SP;
Prazo de Captação: 30/11/2019 à 31/12/2019

182161 - Trilogia Pimentas no Paraíso - PRIMEIRO LIVRO
Estúdio 43 Artes & Projetos Ltda ME
CNPJ/CPF: 09.604.048/0001-83
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

183666 - Cultura Alimentar do Brasil
Flamingo Comunicação Eireli
CNPJ/CPF: 16.700.448/0001-58
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

184811 - 25+25 Sustentabilidade: o estado da arte
ANDREA JAKOBSSON ESTUDIO EDITORIAL LTDA – EPP
CNPJ/CPF: 04.295.246/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

184946 - Rio esportivo por natureza-águas
ANDREA JAKOBSSON ESTUDIO EDITORIAL LTDA – EPP
CNPJ/CPF: 04.295.246/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

185660 - Festival Literario de Taió (Flit)
Ezequias Salla
CNPJ/CPF: 084.215.069-27
Cidade: Rio do Sul - SC;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

190212 - Almanaque da beleza: 100 anos de tendência, comportamento e estética no Brasil
ANDREA JAKOBSSON ESTUDIO EDITORIAL LTDA – EPP
CNPJ/CPF: 04.295.246/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

191121 - O Hospital sobre o Pasto das Palmeiras
Associação Hansahoehe
CNPJ/CPF: 83.782.987/0001-70
Cidade: Ibirama - SC;
Prazo de Captação: 30/11/2019 à 31/12/2019

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
179709 - Preservando Tradições: saberes e fazeres artesanais do oeste catarinense
Associação Cultural mais Cultura
CNPJ/CPF: 13.237.324/0001-90
Cidade: Pinhalzinho - SC;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
180570 - Pedro Mariano DNA
PPR Produções Artisticas Ltda
CNPJ/CPF: 05.021.559/0001-11
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 02/12/2019 à 31/12/2019

182762 - Alison Heringer ao Vivo
ALISON HERINGER
CNPJ/CPF: 091.866.659-79
Cidade: Cascavel - PR;
Prazo de Captação: 01/12/2019 à 31/12/2019

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3.320, DE 22 DE JULHO DE 2019

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 3.217, de 12 de julho de 2019, e o SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 263, de 3 de maio de 2019, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 22, § 2º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC nº 01250.057644/2018-28 , de 24/09/2018, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa Acumuladores Moura S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 09.811.654/0010-60, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

Acumulador elétrico para equipamentos de telecomunicações e conversores estáticos (no-breaks).

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTIC nº 01250.057644/2018-28, de 24 de setembro de 2018.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3.321, DE 22 DE JULHO DE 2019

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 3.217, de 12 de julho de 2019, e o SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 263, de 3 de maio de 2019, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 22, § 2º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC nº 01250.070244/2018-16, de 27/11/2018, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa DPR Telecomunicações Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 00.422.413/0004-07, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Caixa de emenda para Fibra Óptica.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTIC nº 01250.070244/2018-16, de 28 de novembro de 2018.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3.323, DE 22 DE JULHO DE 2019

Habilitação à Fruição dos Benefícios Fiscais de que Trata o Art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de Outubro de 1991.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 3.217, de 12 de julho de 2019, e o SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 263, de 3 de maio de 2019, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 22, § 2º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC nº 01250.070222/2018-48, de 22 de novembro de 2018, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa DPR Telecomunicações Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 00.422.413/0004-07, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Caixa de terminação de redes de comunicação de fibras ópticas, interna.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTIC nº 01250.070222/2018-48, de 28 de novembro de 2018.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3.325, DE 22 DE JULHO DE 2019

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 3.217, de 12 de julho de 2019, e o SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 263, de 3 de maio de 2019, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 22, § 2º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC nº 01250.019208/2017-70, de 31 de março de 2017, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa DPR Telecomunicações Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 00.422.413/0001-64, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Caixa de terminação de redes de comunicação de fibras ópticas, externa.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTIC nº 01250.019208/2017-70, de 31 de março de 2017.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3.341, DE 22 DE JULHO DE 2019

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 3.217, de 12 de julho de 2019, e o SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 263, de 3 de maio de 2019, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 22, § 2º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC nº 01200.703726/2016-80 de 08 de setembro de 2016, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa DPR Telecomunicações Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 00.422.413/0001-64, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Caixa de terminação de redes de comunicação de fibras ópticas, interna.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTIC nº 01200.703726/2016-80, de 8 de setembro de 2016.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3.357, DE 23 DE JULHO DE 2019

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 3.217, de 12 de julho de 2019, e o SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 263, de 3 de maio de 2019, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 22, § 2º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC nº 01250.070231/2018-39, de 28 de novembro de 2018, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa DPR Telecomunicações Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 00.422.413/0004-07, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Caixa de terminação de redes de comunicação de fibras ópticas, externa.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTIC nº 01250.070231/2018-39, de 28 de novembro de 2018.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4.955, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 3.217, de 12 de julho de 2019, e o SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 263, de 3 de maio de 2019, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 22, § 2º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC nº 01250.034193/2017-70, de 9 de junho de 2017, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa DPR Telecomunicações Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 00.422.413/0001-64, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

Caixa de emenda para fibra óptica.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTIC nº 01250.034193/2017-70, de 9 de junho de 2017.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.710/2019

Processo nº 01250.008066/2019-87
Requerente: Lallemand Brasil Ltda.
CQB: 0409/16
Endereço: Alameda A, Lote 186 - Chácara São Pedro, Aparecida de Goiânia - GO, 74923-090.
Assunto: Consulta sobre linhagem melhorada M20544 de Saccharomyces cerevisiae com uso de Técnicas Inovadoras de Melhoramento e Precisão.
Extrato Prévio: 6426/2019, publicado em 12 de março de 2019.
Reunião: 227 ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 07 de novembro de 2019.
Decisão: deferido

A CTNBio, após apreciação da Consulta sobre linhagem melhorada M20544 de Saccharomyces cerevisiae com uso de Técnicas Inovadoras de Melhoramento e Precisão e conclui-se que a linhagem M20544 da levedura S. cerevisiae não é considerada um organismo geneticamente modificado de acordo com o que é descrito no artigo 3º da Lei 11.105 de março de 2005, nos termos deste Parecer Técnico.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

PARECER TÉCNICO

1. Fundamentação técnica

Ementa: O Representante Legal e o Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Lallemand Brasil Ltda., Sr. Paulo Roberto Alvares Soeiro e Sr. Rudhi Colombaroli Carneiro, respectivamente, apresentam consulta sobre linhagem de levedura Saccharomyces cerevisiae M20544 melhorada com Técnicas Inovadoras de Melhoramento e Precisão, nos termos da Resolução Normativa 16 da CTNBio. Foram apresentadas as informações requeridas nos anexos da Resolução Normativa 16 da CTNBio.

O requerente solicita que as informações apresentadas no Anexo II da solicitação sejam consideradas sigilosas. A Presidência da CTNBio deferiu o pedido de sigilo para as informações contidas no documento de acordo com a NOTA TÉCNICA Nº 14/2019/SEI-CTNBio - Membros.

A linhagem M20544 foi auto-clonada, sendo derivada de uma linhagem da levedura selvagem não-modificada de S. cerevisiae (M20292) isolada de uma usina de etanol combustível e escolhida por sua tolerância às condições de alta concentração de etanol e resistência a lavagem ácida. O processo de isolamento da linhagem M20292 foi semelhante ao da levedura Pe-2, que é a hospedeira de linhagens auto-clonadas previamente aprovadas pela CTNBio como não OGM (M10682 e M15980) e de outras linhagens Geneticamente Modificadas (culturas da empresa Amyris para produção de farneseno), bem como de outras linhagens de leveduras que são vendidas amplamente no Brasil e que foram originalmente isoladas do processo de fermentação.

A linhagem M20544 não contém nenhuma sequência de DNA além de S. cerevisiae e, por conseguinte, não é um microrganismo transgênico, mas "auto-clonada" por técnicas de engenharia genética incluídas dentro da Resolução Normativa Nº 16.

Descrição do produto: (SIGILOSO)

Produto da expressão da(s) região(ões) genômica(s) manipulada(s), descrito em detalhes, quando aplicável.

Nesse produto foram silenciados genes nativos da linhagem e superexpressão de genes envolvidos em vias metabólicas da Levedura Saccharomyces cerevisiae com uso de tecnologias

A linhagem M20544 é derivada de uma linhagem de Saccharomyces cerevisiae isolada diretamente de uma usina de etanol no Brasil, da mesma forma que a cultura PE-2. Estas linhagens de S. cerevisiae assim isoladas são usadas comercialmente para produção de etanol combustível comum no país. A linhagem M20544 não possui DNA exógeno e apresenta modificações internas que melhoram a sua capacidade para produzir etanol de alto desempenho durante a fermentação e que ajudam na sua contenção e identificação. Assim, a linhagem não contém nenhum vetor ou gene utilizado para sua obtenção, cumprindo, dessa forma, os requisitos da RN N216. As informações sobre o melhoramento feito na linhagem M20544 estão descritos no Anexo II.

A linhagem M20544 é auto-clonada, sendo derivada de uma levedura robusta não-modificada de S. cerevisiae (M20292) isolada de uma usina de etanol combustível e escolhida por sua tolerância às condições de alto etanol e lavagem ácida. O isolamento da linhagem M20292 foi muito semelhante ao isolamento da levedura Pe-2, que é a hospedeira de linhagens auto-clonadas previamente aprovadas pela CTNBio como não OGM (M10682 e M15980) e de outras linhagens GM (culturas da Amyris para farneseno), bem como de SA-1, BG1, Cat-1, FT858 e Fermell, todas as leveduras que agora são vendidas amplamente no Brasil, mas foram originalmente isoladas do processo de fermentação.

A linhagem M20544 não contém nenhuma sequência de DNA além de S. cerevisiae e, por conseguinte, não é um microrganismo transgênico, mas "auto-clonada" por técnicas de engenharia genética incluídas dentro da Resolução Normativa N. 16.

Avaliação de eventuais efeitos não intencionais (off-target) da tecnologia que possam estar presentes no produto.

A presença de eventuais efeitos não intencionais foi avaliada pela empresa e constam as metodologias e resultados nesse processo. A pedido da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, o Laboratório de Bioinformática do Laboratório Nacional de Computação Cientifica verificou a ausência de sequências de DNA heterólogas referentes aos vetores utilizados nos experimentos.

Parecer:

Com base no descrito na carta consulta, particularmente no seu Anexo II, elaborado de acordo com a Resolução Normativa Nº 16, conclui-se que a linhagem M20544 da levedura S. cerevisiae não é considerada um organismo geneticamente modificado de acordo com o que é descrito no artigo 3º da Lei 11.105 de março de 2005.

MARIA LÚCIA ZAIDAN DAGLI
Presidente da Comissão
Substituta

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 6.394-SEI, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, na Portaria nº 932, de 22 de agosto de 2014, e na Portaria nº 217, de 25 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Autorizar o reuso do canal 38 (trinta e oito), no município de BROTAS/SP à TV STUDIOS DE JAÚ S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 49.931.645/0001-37, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em tecnologia digital, na localidade de DOIS CÓRREGOS/SP, visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

Art. 2º Aprovar o local de instalação e equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.031188/2018-96 e da Nota Técnica 22809/2019/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 6.298, DE 15 DE NOVEMBRO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Arquivar o processo, abaixo relacionado, sem aplicação de sanção.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Portaria
53548.002252/2011	Associação Comunitária Cativa	RADCOM	Rio Brilhante	MS	Portaria DECEF n° 6298 de 15/11/2019

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI

PORTARIAS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade, abaixo relacionada, a penalidade de multa e/ou suspensão, que por este ato fica convertida em multa, ou cassação

Art. 2º Reconsiderar a decisão exarada por meio da Portaria nº 1308, de 19/07/2012, publicada no Diário Oficial da União de 24/07/2012, do processo nº 53000.065729/2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.028051/2013	Associação Beneficente Comunitária Abc-Shalon (Radio Shalon)	RADCOM	Cuiabá	MT	Multa	2.741,59	Art. 40, VII e XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 4231 de 17/11/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

53000.076667/2013	Radio Alterosa De Calcado Ltda - Me	FM	São José do Calçado	ES	Multa	3.358,44	Art. 62 da Lei n° 4.117/62.	Portaria DECEF n° 4858 de 17/11/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.065729/2010	Rede Central De Comunicações Ltda	FM	São Paulo	SP	Multa	53.200,14	Art. 38, "e" da Lei nº 4.117/62 c/c o art. 28, item 12, letra "f", do Decreto nº 52.795/63.	Portaria DECEF n° 5621 de 17/11/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008
53900.017668/2014	Prefeitura Municipal De Tutoia	RTV	Tutoia	MA	Multa	1.485,03	Art. 25 do Decreto nº 5.371/05.	Portaria DECEF n° 5689 de 17/11/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.004592/2014	Associação Cultural Santanense.	RADCOM	Santana do Manhuaçu	MG	Multa	913,86	Art. 40, XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 5817 de 17/11/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53524.006324/2013	Prefeitura Municipal De Padre Paraíso	RTV	Padre Paraíso	MG	Cassação		Parágrafo único do art. 30 do citado Decreto nº 5.371/05	Portaria DECEF n° 5945 de 17/11/2019	Portaria MC n° 112/2013
01250.006545/2017	Associação De Comunicadores De Arrozal	RADCOM	Pirapi	RJ	Multa	935,06	Art. 40, VI do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 5947 de 17/11/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.005455/2014	Radio Ita Fm Ltda	FM	Itaberaí	GO	Multa	4.477,93	Art. 2º, da Portaria nº 26/96.	Portaria DECEF n° 6235 de 17/11/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.055668/2015	Fundação Cultural Francisco E Clara De Assis	FME	Linhares	ES	Multa	3.005,56	Art. 3º, da Portaria Interministerial nº 651/99.	Portaria DECEF n° 6238 de 17/11/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53504.012295/2016	Associação De Integração São Manuel	RADCOM	São Manuel	SP	Multa	3.686,83	Art. 40, incisos XIX e XXII do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECEF n° 6274 de 17/11/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53569.000987/2017	Associação De Radiodifusão Comunitária Barcarena Fm	RADCOM	Barcarena	PA	Multa	1.068,64	Art. 40, incisos XIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECEF n° 6277 de 17/11/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53569.001327/2017	Fundação Barcarena De Comunicação E Assistência Social	FME	Barcarena	PA	Multa	1.836,73	Art. 3° da Portaria Interministerial MC/MEC nº 651/99.	Portaria DECEF n° 6297 de 17/11/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
01250.030845/2017	Associação Comunitaria De Radiodifusão De Piripiri - Ascorapi	RADCOM	Pipiri	PI	Multa	1.870,13	Art. 40, incisos VI do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECEF n° 6359 de 17/11/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 26 da Portaria n° 112, de 22 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 23 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Arquivar o processo, abaixo relacionado, sem aplicação de sanção.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Portaria
53528.002484/2016	Rádio E Tv Portovisão Ltda	TV	Porto Alegre	RS	Portaria DECEF n° 5834 de 17/11/2019
01250.074710/2018	Rádio Piratininga De São José Dos Campos Ltda - Epp	FM	São José dos Campos	SP	Portaria DECEF n° 6020 de 17/11/2019
53900.049175/2015	Associacao Cultural Ideal	RADCOM	Boituva	SP	Portaria DECEF n° 6176 de 17/11/2019
01250.001460/2016	Prefeitura Municipal De Guarabira	RTV	Guarabira	PB	Portaria DECEF n° 6184 de 17/11/2019
53900.012335/2014	Prefeitura Municipal De Valenca	RTV	Valença	RJ	Portaria DECEF n° 6190 de 17/11/2019
53900.012333/2014	Prefeitura Municipal De Valenca	RTV	Valença	RJ	Portaria DECEF n° 6192 de 17/11/2019
53524.001767/2017	Rádio Ipê Ltda	FM	Arcos	MG	Portaria DECEF n° 6262 de 17/11/2019
53000.043008/2013	Prefeitura Municipal De Areial	RTV	Areial	PB	Portaria DECEF n° 6267 de 17/11/2019
53000.047966/2012	Rede Central De Comunicação Ltda	FM	Rio de Janeiro	RJ	Portaria DECEF n° 6269 de 17/11/2019

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI

DESPACHO Nº 1.367, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade ao recurso da entidade abaixo relacionado:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53542.000692/2013	AGÊNCIA BRASIL CENTRAL	RTV	São Luís de Montes Belos	PB	Não conhece	1367

MARCUS VINÍCIUS PAOLUCCI

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 5.878-SEI, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

O Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária decide:

Tornar sem efeito. Portaria referente à "ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM", cujo processo tramita sob o nº 01250.044725/2018-68 publicada no Diário Oficial da União em 12 de novembro de 2019, Seção 1, Página 258, devido já ter sido publicada com efeito anteriormente.

YROÁ ROBLÊDO FERREIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Expede, ao abaixo identificado, autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 7.555 - Processo nº 53516.005116/2019-18: VERDE PARANA AGROFLORESTAL LTDA, CNPJ nº 32.807.286/0002-99.

Outorga, aos abaixo identificados, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 7.556 - Processo nº 53516.005131/2019-58: ALBERT REINDER BARKEMA, CPF nº 572.474.129-68.

Nº 7.557 - Processo nº 53516.005317/2019-15: MADERO INDUSTRIA E COMERCIO S/A, CNPJ nº 13.783.221/0004-78.

Nº 7.558 - Processo nº 53516.005246/2019-42: TELEVISAO CULTURA DE MARINGA LIMITADA, CNPJ nº 79.135.760/0001-66.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO Nº 5.213, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

Processo 53528.002587/2017-65.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA BETEL, CNPJ nº 07146688000161, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 7.002, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo nº 53528.003991/2019-18.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CONDOMINIO LINDOIA SHOPPING CENTER, CNPJ nº 97261069000100, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 7.021, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo nº 53528.003821/2019-33.

Expede autorização à MALTHA & LIMA MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 30118663000176, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

LUIZA MARIA THOMAZONI LOYOLA GIACOMIN
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.050, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo nº 53528.001587/2018-29.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) Superintendência do Porto de Rio Grande, CNPJ nº 01039203000154, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 7.100, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo nº 53528.001382/2019-24.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) HERMANUS JOSEF LEONARDUS VAN ASS, CPF nº 08678669004, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 7.101, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo nº 53528.004278/2019-91.

Expede autorização à O B CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA, CNPJ nº 88838206000136, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 7.102, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo 53528.003777/2019-61. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) SISTEMA SYRIA DE COMUNICACÕES LTDA, CNPJ nº 01785132000139, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 7.103, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo 53528.001116/2019-00.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) RÁDIO CLUBE ALTO URUGUAI LTDA, CNPJ nº 11540921000163, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 7.104, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo 53528.000169/2019-03.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE RELVADO, CNPJ nº 07701266000100, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 7.105, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo nº 53528.001345/2019-16.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) COTRIJUC - COOPERATIVA AGROPECUARIA JULIO DE CASTILHOS, CNPJ nº 91023168000178, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 7.106, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo 53528.000423/2019-65.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) REDE DE COMUNICAÇÃO DE PELOTAS LTDA, CNPJ nº 87209136000194, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 7.107, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo nº 53528.003772/2019-39.

Expede autorização à CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ nº 28610005000155, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 7.195, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo 53500.008522/2019-01.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) GAZETA COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 87330411000123, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 7.302, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo nº 53528.004461/2019-97.

Expede autorização à JEAN PIERRY SCHENEIDER MEDINA, CNPJ nº 24883940000134, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATO Nº 7.468, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Expede autorização à BATTRE - BAHIA TRANSFERENCIA E TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA, CNPJ nº 03.558.482/0001-98, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATO Nº 7.547, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à RIO SÃO FRANCISCO RADIODIFUSÃO LTDA - ME, CNPJ: 16.356.669/0001-50, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO 7.479, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Outorgar autorização de uso de radiofrequência à MINERAÇÃO VALE VERDE LTDA, CNPJ 08.650.571/0001-83, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

RICARDO HENRIQUE FERREIRA CAVALCANTI
Gerente
Substituto

ATO 7.491, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Outorgar autorização de uso de radiofrequência à EBFT EMPRESA BRASILEIRA DE FRUTAS TROPICAIS LTDA, CNPJ 01.527.750/0002-60, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

RICARDO HENRIQUE FERREIRA CAVALCANTI
Gerente
Substituto

Ministério da Defesa

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO

PORTARIA Nº 4.698/SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

O CHEFE DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria nº 1.350/MD, de 25 de maio de 2011, e o que consta no Processo NUP 60000.008915/2019-11, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), à empresa PROHAWK PROJETOS E TOPOGRAFIA LTDA., com sede social à Alameda Prudente de Moraes, 536 - Mercês, Curitiba/PR, CEP: 80.430-234, inscrita no CNPJ sob o nº 26.795.046/0001-38, como entidade privada executante de aerolevantamento, categoria "A".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 06 de dezembro de 2022.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição, a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

General de Exército LAERTE DE SOUZA SANTOS

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.860, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Estabelece procedimentos para acompanhamento, revisão das metas de regularização fundiária e encerramento dos Contratos de Repasse e Termos de Compromisso custeados pelas ações Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social, Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade, Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários e Saneamento Integrado.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VII e XVIII do art. 29 da Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, juntamente com os incisos VII e XVIII do art. 1º do Anexo I do Decreto n. 9.666, de 2 de janeiro de 2019,

CONSIDERANDO a edição da Portaria n. 670, de 20 de novembro de 2018, que altera o Manual de Instruções das ações de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários e de Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários, integrantes do Programa MORADIA DIGNA, constante do PPA 2016-2019,

CONSIDERANDO a definição do universo de obrigatoriedade da ação de regularização fundiária bem como a possibilidade de dispensa de exigência das metas iniciais de regularização fundiária para fins de encerramento de operações em andamento por motivos alheios à governabilidade do Tomador, introduzidas pela Portaria n. 670, de 2018, e

CONSIDERANDO a possibilidade de extensão dos efeitos da Portaria n. 670, de 2018, aos Contratos de Repasse e Termos de Compromisso em andamento, resolve:

Art. 1º Os Contratos de Repasse e Termos de Compromisso em vigor que tenham sido firmados até 21 de novembro de 2018 e sejam custeados pelas ações Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social, Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade, Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários e Saneamento Integrado observarão os procedimentos de acompanhamento, de revisão da meta de regularização fundiária e de encerramento estabelecidos nesta Portaria.

§ 1º As diretrizes e os conceitos estabelecidos nesta Portaria também poderão ser aplicados pela Caixa Econômica Federal (CAIXA), na qualidade de mandatária da União, na análise da Prestação de Contas Final de Contratos de Repasse e Termos de Compromisso já concluídos ou com vigência vencida.

§ 2º Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

I - Operação: conjunto de atividades pactuadas expressas em um Contrato de Repasse ou Termo de Compromisso custeado pelas ações Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social, Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade, Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários e Saneamento Integrado.

II - Tomador: ente público com o qual a União tenha pactuado uma operação.

III - Infraestrutura essencial: é constituída de abastecimento de água potável coletivo ou individual; coleta e tratamento do esgotamento sanitário coletivo ou individual; rede de energia elétrica domiciliar; soluções de drenagem, quando necessário; e outros equipamentos públicos definidos pelo município em função das necessidades locais e características regionais.

IV - Novas unidades habitacionais - imóveis construídos e destinados ao uso habitacional da população beneficiada com recursos da operação.

V - Outras edificações - imóveis novos destinados à instalação de equipamentos públicos ou, ainda, edificações auxiliares à prestação de serviços de infraestrutura essencial, construídos com recursos da operação.

VI - Prestação de Contas Final (PCF): demonstração e verificação de resultados físicos e financeiros com elementos que permitam avaliar a execução do objeto da operação e o alcance das metas nela previstas.

VII - PCF aprovada com ressalva: prestação de contas em que é evidenciado descumprimento de obrigação assumida na operação, impropriedade ou outra falta de natureza formal que não resulte em dano financeiro ao erário.

VIII - Regularização fundiária: conjunto de ações que objetivem a regularização jurídico-fundiária do assentamento objeto da intervenção, com titulação em favor das famílias moradoras.

IX - Titularidade de áreas com novas edificações: exercício de plenos poderes sobre imóvel em que tenham sido erigidas novas unidades habitacionais e outras edificações, cuja comprovação dar-se-á com a apresentação de um dos documentos relacionados na tabela constante do Anexo II;

X - Titulação das famílias: registro do direito real sobre imóvel, na matrícula do lote ou da unidade habitacional, em nome das famílias beneficiárias da operação; e

XI - Revisão das metas de regularização fundiária: redefinição das áreas e do universo de famílias que deverão ser obrigatoriamente contempladas pela regularização fundiária, a partir da análise dos perímetros que tenham recebido novas unidades habitacionais ou daqueles que possuam infraestrutura essencial e nos quais os investimentos em abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica ou pavimentação tenham sido custeados com recursos da operação.

Art. 2º A CAIXA, na qualidade de mandatária da União, deverá verificar o estágio de execução das metas pactuadas de cada uma das áreas abrangidas pelas operações, solicitando ao TOMADOR a apresentação de relatório contendo:

I - Documentação que permita aferir o estágio alcançado no processo de regularização fundiária, tais como protocolos de cartórios, registro do projeto de regularização fundiária ou de loteamento na matrícula da gleba, matrículas individualizadas de lotes ou novas unidades habitacionais, minuta de instrumentos de garantia de direito real de propriedade em favor das famílias, instrumentos de transferência de direito real sobre o imóvel, termos administrativos, contratos e registros de títulos em nome das famílias;

II - Cronograma atualizado de execução das metas de regularização fundiária e, quando for o caso, de equacionamento da titularidade das áreas, considerado o prazo da vigência da operação; e

III - Documentação atualizada que indique a situação da titularidade dos imóveis em que tenham sido construídas novas unidades habitacionais ou outras edificações, conforme quadro constante do Anexo II.

§1º O TOMADOR deverá indicar no relatório, quando existirem, áreas cuja regularização fundiária não seja obrigatória, nos termos da Portaria n. 670, de 2018, apresentando proposta de revisão das metas, de acordo com o modelo constante do Anexo I, acompanhada de planta da poligonal ou poligonais da intervenção com indicação do perímetro ou perímetros dotados de infraestrutura essencial completa e as áreas nas quais os investimentos em abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica ou pavimentação tenham sido realizados com recursos da operação, com indicação da quantidade de lotes, bem como das novas unidades habitacionais.

§2º O TOMADOR deverá mencionar no relatório, quando existirem, fatores que estejam impedindo que a meta de regularização fundiária se cumpra no prazo definido no cronograma em vigor, podendo, neste caso, solicitar eventual prorrogação de prazo da operação.

§3º O TOMADOR deverá mencionar no relatório, quando existirem, motivos alheios a sua governabilidade que impeçam a continuidade da regularização fundiária, apresentando os documentos correspondentes, nos termos do art. 10 desta Portaria.

Art. 3º A CAIXA deverá solicitar ao TOMADOR que apresente no relatório referido no art. 2º, nos prazos a seguir especificados, em conformidade com o status de execução das operações:

I - até 30 (trinta) dias da solicitação da CAIXA, para operações com obra física e trabalho social concluídos;

II - até 60 (sessenta) dias da solicitação da CAIXA, para operações em andamento, com execução acima de 50% (cinquenta por cento); e

III - até 90 (noventa) dias da solicitação da CAIXA, para operações em andamento, com execução até 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo único. O descumprimento dos prazos sujeitará a operação à instauração de Tomada de Contas Especial.

Art. 4º A CAIXA deverá analisar o relatório, ratificar as metas de regularização fundiária e enquadrar cada área objeto da operação em uma das seguintes situações:

I - regularização fundiária concluída: documentação apresentada permite atestar que a meta de regularização fundiária foi concluída em todas as áreas consideradas obrigatórias, nos termos da Portaria n. 670, de 2018;

II - regularização fundiária em andamento: documentação apresentada permite atestar que não há obstáculos para continuidade das ações de regularização fundiária para o universo de famílias previsto;

III - regularização fundiária dispensada: documentação apresentada permite atestar que há fatores fora da governabilidade do TOMADOR que estão impedindo, temporariamente, a continuidade dos procedimentos de regularização fundiária para o universo previsto, nos termos definidos no art. 8º desta Portaria; ou

IV - regularização fundiária inexigível: documentação entregue permite atestar que existem áreas que não apresentam os requisitos para exigência de obrigatoriedade da execução das metas de regularização fundiária, nos termos da Portaria n. 670, de 2018.

Parágrafo único. A existência de mais de uma situação em uma mesma operação deverá ser identificada, quantificada e representada na poligonal.

Art. 5º Findos os prazos previstos no art. 3º, as operações cujo processo de regularização fundiária de todas as áreas esteja integralmente enquadrado nos incisos I ou IV do art. 4º poderão ser encerradas e ter aprovada a Prestação de Contas Final, desde que:

I - estejam concluídas as obras físicas e o trabalho social; e

II - seja comprovado o equacionamento da titularidade de outras edificações, conforme quadro constante do Anexo II.

Art. 6º Operações que possuam áreas enquadradas no inciso II do art. 4º deverão ser monitoradas de acordo com a meta e o cronograma atualizado e só poderão ser encerradas quando estiverem concluídas as obras físicas, o trabalho social e tenha sido alcançada a meta global pactuada de regularização fundiária.

Parágrafo único. No final da vigência da operação, o descumprimento sem motivo justificável da meta de regularização fundiária ou do cronograma repactuado será caracterizado como desídia do TOMADOR e dará ensejo à abertura de processo de Tomada de Constas Especial (TCE).

Art. 7º Operações enquadradas no inciso III do art. 4º poderão ser encerradas e a conclusão da regularização poderá ser delegada ao TOMADOR, desde que:

I - estejam concluídas as obras físicas e o trabalho social;

II - seja comprovado o equacionamento da titularidade dos imóveis em que tenham sido erigidas novas unidades habitacionais e outras edificações; e

III - estejam cumpridas outras condições para dispensa previstas nos §§1º a 4º do art. 8º desta Portaria.

Art. 8º. Para fins de enquadramento na situação prevista no inciso III do art. 4º entende-se como fatores fora da governabilidade do TOMADOR:

I - existência de imóvel vazio ou cujo beneficiário não tenha sido identificado ou se recuse a entregar a documentação necessária ao registro;

II - existência de ação judicial que, comprovadamente, interfira na conclusão da meta de regularização fundiária; ou

III - existência de um ou mais fatores não atribuíveis ao TOMADOR e que, comprovadamente, interfiram na conclusão da meta de regularização fundiária.

§1º Em qualquer uma das situações apresentadas nos incisos do caput deste artigo, o TOMADOR deverá apresentar à CAIXA, juntamente com a solicitação de dispensa de cumprimento de meta, termo em que se comprometa a executar e finalizar a meta dispensada com recursos próprios.

§2º A operação enquadrada no inciso I do caput e na qual a titulação registrada em cartório, tenha alcançado, no mínimo, 20% das famílias que compõem o universo da regularização fundiária poderá ser encerrada, desde que o TOMADOR demonstre ter esgotado as medidas administrativas cabíveis para mobilizar as famílias para a titulação, tais como dar ampla publicidade e realizar visitas e eventos no local.

§3º Nos casos enquadrados no inciso II do caput, a justificativa para a dispensa da regularização fundiária deverá ser fundamentada em parecer do Procurador Jurídico do TOMADOR ou, quando não existir, em advogado designado pelo TOMADOR que conclua pela existência de ações judiciais que interfiram diretamente na conclusão da meta de regularização fundiária e deve ser objeto de manifestação técnica conclusiva da CAIXA, a ser submetida ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) para homologação.

§4º Nos casos enquadrados no inciso III do caput, a justificativa para a dispensa da regularização fundiária deverá ser acompanhada de documentos que demonstrem a existência de fatores não atribuíveis ao TOMADOR que impeçam a continuidade dos procedimentos de regularização fundiária e deve ser objeto de manifestação técnica conclusiva da CAIXA, que será submetida ao MDR para homologação.

§5º Em quaisquer dos casos descritos nos parágrafos anteriores, a Prestação de Contas Final deverá conter ressalva, que será comunicada pela CAIXA ao Tribunal de Contas da União, com cópia para o MDR.

Art. 9º. A manifestação técnica conclusiva da CAIXA, de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 8º, deverá abordar, no mínimo, a vigência da operação, o enquadramento da dispensa, o status da execução da obra física e do trabalho social, o equacionamento da titularidade das áreas em que tenham sido construídas novas unidades habitacionais ou outras edificações, a existência do compromisso do TOMADOR em executar e finalizar a meta de regularização fundiária com recursos próprios e o posicionamento sobre os fatores impeditivos para conclusão da meta de regularização fundiária.

Art. 10. Em nenhuma hipótese, mesmo quando concluídas obras físicas e trabalho social, a operação poderá ser encerrada e ter aprovação da Prestação de Contas Final sem que tenha sido equacionada a titularidade das áreas em que foram edificadas novas unidades habitacionais ou outras edificações.

§1º Para fins de comprovação do exercício de plenos poderes inerentes à área ou áreas em que foram implantadas novas unidades habitacionais ou outras edificações, será exigida a documentação comprobatória correspondente, constante da relação apresentada no Anexo II.

§2º O encerramento da operação sem a comprovação de que trata o §1º ensejará a instauração de processo de Tomada de Contas Especial.

§3º O encerramento da operação ocorrerá com ressalva registrada na Prestação de Contas Final caso a titulação não tenha alcançado, ao menos, 80% (oitenta por cento) das famílias que compõem o universo da regularização fundiária.

Art. 11. A CAIXA deverá enviar ao MDR, na base de dados rotineiramente disponibilizada, as informações relativas às metas revisadas de cada operação e, quando for o caso, às metas delegadas e às ressalvas imputadas às Prestações de Contas Final.

Parágrafo único. Quando a alteração substancial das metas se restringir à regularização fundiária, a CAIXA fica dispensada do cumprimento do subitem 10.4, do item 10, do Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades, divulgado pela Portaria n. 164, de 12 de abril de 2013, e alterações.

Art. 12. Fica revogada a Portaria n. 780, de 31 de dezembro de 2018.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GUSTAVO H. RIGODANZO CANUTO

ANEXO I

PROPOSTA DE REVISÃO DE METAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Declaro que, em decorrência da publicação da Portaria n. 670, de 20 de novembro de 2018, a presente proposta de revisão da meta de regularização fundiária constante do Contrato de Repasse ou Termo de Compromisso n. XXXX.XXX-XX/XXXX, firmado com este (Município/UF ou Estado), tem fundamento na documentação anexa e será alterada de acordo com os valores a seguir apresentados.

Meta de regularização fundiária homologada na Síntese do Projeto Aprovado-SPA	Quantidade
- unidades habitacionais	_____
- equipamentos públicos ou edificações auxiliares à prestação de serviços de infraestrutura essencial	_____
- lotes da poligonal objeto da operação	_____
Meta de regularização fundiária revisada	Quantidade
- unidades habitacionais	_____
- equipamentos públicos ou edificações auxiliares à prestação de serviços de infraestrutura essencial	_____
- lotes que possuem ou venham a possuir infraestrutura essencial executada e nos quais os investimentos em abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica ou pavimentação tenham sido custeados com investimentos da operação	_____
Meta de regularização fundiária dispensada / delegada ao TOMADOR	Quantidade
- unidades habitacionais	_____
- lotes que possuem ou venham a possuir infraestrutura essencial executada e nos quais os investimentos em abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica ou pavimentação tenham sido custeados com investimentos da operação	_____

(Cidade), ...de ..... de 2019.

Assinatura: _____

(NOME DO TOMADOR)

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

1.Para fins de Contratação ou de Autorização de Início do Objeto enquadradas no art. 1º desta Portaria, foram aceitos, alternativamente à certidão da matrícula e nos termos do art. 23 da Portaria Interministerial nº 424/2016 e do Anexo 2 do Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (MICE/PAC), divulgado pela Portaria nº 164/2013 e alterações, os documentos listados na coluna A da Tabela a seguir apresentada.

2.Para fins de encerramento das operações, poderão ser apresentados, alternativamente à certidão de matrícula, os documentos listados na coluna B, relativos às áreas em que foram implantados novos imóveis residenciais, equipamentos públicos ou edificações auxiliares à prestação de serviços públicos.

DOCUMENTAÇÃO ACEITA COMO COMPROBATÓRIA DA TITULARIDADE

(A) Contratação ou de Autorização de Início de Objeto	(B) Encerramento do Contrato ou Termo de Compromisso
Declaração de posse da área pública do Chefe do Poder Executivo (Portaria Interministerial-PI n. 424/2016, art. 23, § 1º)	Registro do parcelamento do solo na matrícula do imóvel, com indicação da ou das áreas públicas
Desapropriação (Portaria Interministerial-PI n. 424/2016, art. 23, § 2º, I, a; 3º)	Imissão provisória na posse registrada na matrícula do imóvel
(Decreto de desapropriação, imissão provisória na posse ou sentença transitada em julgado)	Sentença judicial transitada em julgado
Área devoluta (Portaria Interministerial-PI n. 424/2016, art. 23, § 2º, I, b)	Termo de encerramento de discriminação administrativa ou sentença judicial, nos termos da Lei Federal nº 6.383/1976, ou legislação estadual específica.
Lei ou Termo de doação por outro ente público (Portaria Interministerial-PI n. 424/2016, art. 23, § 2º, I, c, 1)	Para novas UH e outras edificações: Equacionada Para titulação de famílias: formalização da transferência de propriedade ou o ente proprietário assume a responsabilidade pela regularização
Em área da União (Portaria Interministerial-PI n. 424/2016, art. 23, § 2º, I c, 1)	Contrato de cessão, de aforamento, de doação. de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) ou portaria autorizativa
Promessa formal de doação irretratável e irrevogável de Pessoa Física ou Pessoa Jurídica (Portaria Interministerial-PI nº 424/2016, art. 23, § 2º, I, c, 2)	Registro da doação na matrícula do imóvel
Dispositivo constitucional ou legal (Portaria Interministerial-PI n. 424/2016, art. 23, § 2º, I, d)	Para novas UH e outras edificações: Equacionada Para titulação de famílias: formalização da transferência de propriedade ou o ente proprietário assume a responsabilidade pela regularização
Ato de outro ente que autoriza intervenção (Portaria Interministerial-PI n. 424/2016, art. 23, § 2º, I, e)	Para novas UH e outras edificações: equacionada
	Para titulação de famílias: formalização da transferência de propriedade ou o ente proprietário assume a responsabilidade pela regularização
Documentos ZEIS (Portaria Interministerial-PI n. 424/2016, art. 23, § 2º, I, f)	Registro na matrícula do imóvel em nome do ente
	Demarcação urbanística averbada na matrícula do imóvel
	Registro do parcelamento o solo na matrícula do imóvel
	Doação pelo proprietário com registro na matrícula do imóvel
	Documento de aquisição pelo COMPROMISSÁRIO/MUTUÁRIO (compra e venda, permuta, desapropriação, etc.) registrado na matrícula do imóvel
CUEM ou usucapião transitada em julgado (Portaria Interministerial-PI n. 424/2016, art. 23, § 2º, I, g)	Equacionada
Contrato ou compromisso irretratável e irrevogável de constituição de direito real sobre imóvel (Portaria Interministerial-PI n. 424/2016, art. 23, § 2º, II)	Registro na matrícula do imóvel
Ato administrativo de demarcação ou declaração de que trata de área ocupada por quilombo (Portaria Interministerial-PI n. 424/2016, art. 23, § 2º, III, a)	Equacionada
Documento expedido pela FUNAI (Portaria Interministerial-PI n. 424/2016, art. 23, § 2º, III, b)	Equacionada
Termo de Permissão ou Documento de Autorização do Proprietário em casos de obras lineares de saneamento básico (adutoras, coletores, interceptores e similares) (Manual de Instruções para Contratação e Execução-MICE/PAC, Anexo 2, item 2.1, b)	Equacionada

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 2.861, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1° de dezembro de 2010, da Portaria nº 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.001073/2012-37, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 4° da Portaria n. 34, de 26 de janeiro de 2012, que autorizou empenho e a transferência de recursos ao Município de Balneário Piçarras - SC, para ações de Defesa Civil, para até 07/06/2020.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº 17944.000743/2013-55
Interessados: Estado do Amazonas - AM e Banco do Brasil S/A.
Assunto: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 20/02013-9, celebrado, com garantia da União, entre o Estado do Amazonas - AM e o Banco do Brasil S/A, no valor de R$ 764.000.000,00 (setecentos e sessenta e quatro milhões de reais), cujos recursos são destinados à execução do Programa de Infraestrutura para a Criação de Oportunidades no Amazonas - PROINFRA.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, assim como o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, ratifico a concessão da garantia da União referente ao Terceiro Termo Aditivo ao contrato acima mencionado.

Revogue-se o Despacho Ministerial de 20 de fevereiro de 2019.

PAULO GUEDES
Ministro

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo a Resolução nº 8, de 20 de junho de 2008, do Grupo Mercado Comum do Mercosul.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, tendo em vista a deliberação de sua 2ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 20 de novembro de 2019, no uso das atribuições que lhe confere o 7º, inciso IV, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, tendo em vista o disposto na Diretriz nº 60, datadas de 25 de setembro de 2019, da Comissão de Comércio do Mercosul - CCM, e na Resolução nº 8, de 20 de junho de 2008, do Grupo Mercado Comum do Mercosul, sobre ações pontuais no âmbito tarifário por razões de desabastecimento, resolve:

Art. 1º Fica alterada para dois por cento a alíquota ad valorem do Imposto de Importação da mercadoria classificada no código 5303.10.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, pelo prazo de 12 meses, a partir de 28 de dezembro de 2019, conforme quota discriminada na tabela abaixo:

NCM	DESCRIÇÃO	QUOTA
5303.10.10	Juta	7.000 toneladas

Art. 2º A alíquota correspondente ao código acima, da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, fica assinalado com o sinal gráfico **, enquanto vigorar a referida redução tarifária.

Art. 3º A Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia editará norma complementar, visando estabelecer os critérios de alocação das quotas mencionadas nesta Resolução.

Art. 4º Observado o disposto no Artigo 1º, esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê
Substituto

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 11.863, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTOS E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 18, inciso II e §§ 2º a 5º e 7º, e 42 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nos arts. 95 e 96 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04985.001676/2014-49, e considerando a deliberação do Comitê Central de Destinação dos Imóveis da União - CCD, criado pela Portaria nº 83, de 28 de agosto de 2019, constante de Ata de Reunião realizada em 5 de novembro de 2019, que faz parte do Processo Administrativo nº 10154.142925/2019-45, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso onerosa à empresa Petrobrás Distribuidora S/A, inscrita sob o CNPJ nº 34.274.233/0001-02, referente ao Espaço Físico em Águas Públicas, destinada à regularização da estrutura náutica constituída por Estação de Transbordo de Carga com área de 6.588,74 m² contígua ao imóvel caracterizado como parcialmente da União cadastrado sob RIP 0255.0100178-10, situado Rua Pajurá, 171 - Vila Buriti, no município de Manaus/AM, com as características descritas a seguir: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice DT-01, definido pelas coordenadas E: 171.203,271 m e N: 9.651.094,137 m com azimute 76° 17' 34,91'' e distância de 5,12 m até o vértice DT-02, definido pelas coordenadas E: 171.208,243 m e N: 9.651.095,350 m com azimute 7° 39' 06,78'' e distância de 12,53 m até o vértice DT-03, definido pelas coordenadas E: 171.209,912 m e N: 9.651.107,773 m com azimute 7° 39' 06,81'' e distância de 25,82 m até o vértice DT-04, definido pelas coordenadas E: 171.213,350 m e N: 9.651.133,363 m com azimute 7° 39' 06,80'' e distância de 127,02 m até o vértice DT-05, definido pelas coordenadas E: 171.230,264 m e N: 9.651.259,255 m com azimute 7° 39' 06,79'' e distância de 101,70 m até o vértice DT-06, definido pelas coordenadas E: 171.243,805 m e N: 9.651.360,044 m com azimute 7° 39' 06,88'' e distância de 57,50 m até o vértice DT-07, definido pelas coordenadas E: 171.251,462 m e N: 9.651.417,034 m com azimute 350° 09' 30,45'' e distância de 72,05 m até o vértice DT-08, definido pelas coordenadas E: 171.239,147 m e N: 9.651.488,023 m com azimute 350° 09' 30,46'' e distância de 111,78 m até o vértice DT-09, definido pelas coordenadas E: 171.220,041 m e N: 9.651.598,155 m com azimute 358° 23' 19,50'' e distância de 107,91 m até o vértice DT-10, definido pelas coordenadas E: 171.217,007 m e N: 9.651.706,019 m com azimute 354° 28' 36,86'' e distância de 49,83 m até o vértice DT-11, definido pelas coordenadas E: 171.212,211 m e N: 9.651.755,622 m com azimute 354° 28' 36,93'' e distância de 26,46 m até o vértice DT-12, definido pelas coordenadas E: 171.209,664 m e N: 9.651.781,964 m com azimute 244° 47' 53,02'' e distância de 35,86 m até o vértice DT-13, definido pelas coordenadas E: 171.177,214 m e N: 9.651.766,693 m com azimute 269° 43' 07,92'' e distância de 16,56 m até o vértice DT-14, definido pelas coordenadas E: 171.160,656 m e N: 9.651.766,611 m com azimute 161° 38' 17,01'' e distância de 17,10 m até o vértice DT-15, definido pelas coordenadas E: 171.166,043 m e N: 9.651.750,383 m com azimute 64° 47' 53,02'' e distância de 44,03 m até o vértice DT-16, definido pelas coordenadas E: 171.205,881 m e N: 9.651.769,132 m com azimute 174° 28' 36,88'' e distância de 67,37 m até o vértice DT-17, definido pelas coordenadas E: 171.212,366 m e N: 9.651.702,072 m com azimute 178° 31' 33,24'' e distância de 65,33 m até o vértice DT-18, definido pelas coordenadas E: 171.214,046 m e N: 9.651.636,766 m com azimute 178° 31' 33,15'' e distância de 39,12 m até o vértice DT-19, definido pelas coordenadas E: 171.215,052 m e N: 9.651.597,661 m com azimute 170° 09' 30,48'' e distância de 119,79 m até o vértice DT-20, definido pelas coordenadas E: 171.235,528 m e N: 9.651.479,631 m com azimute 170° 09' 30,36'' e distância de 32,74 m até o vértice DT-21, definido pelas coordenadas E: 171.241,123 m e N: 9.651.447,377 m com azimute 170° 09' 30,47'' e distância de 17,01 m até o vértice DT-22, definido pelas coordenadas E: 171.244,030 m e N: 9.651.430,619 m com azimute 170° 09' 30,44'' e distância de 13,89 m até o vértice DT-22, definido pelas coordenadas E: 171.246,404 m e N: 9.651.416,938 m com azimute 187° 39' 06,81'' e distância de 91,34 m até o vértice DT-23, definido pelas coordenadas E: 171.234,241 m e N: 9.651.326,407 m com azimute 187° 39' 06,90'' e distância de 72,86 m até o vértice DT-24, definido pelas coordenadas E: 171.224,540 m e N: 9.651.254,200 m com azimute 187° 39' 06,78'' e distância de 68,48 m até o vértice DT-25, definido pelas coordenadas E: 171.215,421 m e N: 9.651.186,327 m com azimute 187° 39' 06,69'' e distância de 36,78 m até o vértice DT-26, definido pelas coordenadas E: 171.210,524 m e N: 9.651.149,878 m com azimute 187° 24' 50,64'' e distância de 11,79 m até o vértice DT-27, definido pelas coordenadas E: 171.209,003 m e N: 9.651.138,188 m com azimute 187° 24' 50,62'' e distância de 11,35 m até o vértice DT-28, definido pelas coordenadas E: 171.207,538 m e N: 9.651.126,928 m com azimute 187° 24' 50,60'' e distância de 15,24 m até o vértice DT-29, definido pelas coordenadas E: 171.205,571 m e N: 9.651.111,816 m com azimute 187° 24' 50,58'' e distância de 7,55 m até o vértice DT-30, definido pelas coordenadas E: 171.204,597 m e N: 9.651.104,329 m com azimute 187° 24' 50,56'' e distância de 10,28 m até o vértice DT-01, encerrando este perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 63 WGr, fuso 20S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destinada à regularização da estrutura náutica constituída por estação de transbordo de carga de derivados de petróleo e biocombustíveis.

Art. 3º O prazo da cessão será de 25 (vinte e cinco) anos, a contar da data da assinatura do contrato de cessão, vinculado ao prazo da autorização, cláusula oitava do Contrato de Adesão Nº 002/2019 MTPA, de 11/04/2017, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos.

Art. 4º Durante o prazo previsto no art. 3º fica a outorgada cessionária obrigada a pagar mensalmente à União, a título de retribuição pelo uso do imóvel, o valor de R$1.401,10 (mil quatrocentos e um reais e dez centavos).

§ 1º O valor da retribuição à União será pago em parcelas mensais e sucessivas vencíveis no último dia útil de cada mês e, nas parcelas não pagas até o vencimento será acrescido multa de mora, calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) e juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, do primeiro dia do mês posterior ao vencimento até o mês anterior ao efetivo pagamento, acrescida de 1% (um por cento) relativo ao mês do pagamento.

§ 2º O valor anual do contrato de R$ 16.813,15 (dezesseis mil oitocentos e treze reais e quinze centavos), equivalente a 12 parcelas mensais do valor previsto no caput será corrigido a cada 12 (doze) meses, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou índice que vier a substituí-lo.

§ 3º O valor da retribuição pela utilização do imóvel poderá ser revisado a qualquer tempo, desde que comprovada existência de fatores supervenientes que alterem o equilíbrio econômico do contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 5º Fica a cessionária obrigada a arcar com as retribuições devidas entre a data da ocupação dos espaços físicos em águas públicas e a assinatura do instrumento de cessão onerosa relativamente à área ocupada sem autorização prévia, podendo o montante ser parcelado no prazo de até 60 (sessenta) meses.

Art. 6º A assinatura do contrato fica condicionada à obtenção, pela pretensa cessionária, de todos os licenciamentos, autorizações, documentos e alvarás necessários ao funcionamento da estrutura náutica de que trata o art. 2º desta Portaria, bem como à rigorosa observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 7º A pretensa cessionária deverá, após convocação, comparecer à Superintendência do Patrimônio da União no Amazonas, no prazo de 30 (trinta) dias, para a assinatura do contrato de cessão de uso onerosa, em regime de arrendamento, sob pena de revogação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTON BASUS BISPO

PORTARIA Nº 11.870, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 18, inciso II e §§ 2º a 5º e 7º, e 42 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nos arts. 95 e 96 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, no art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04941.000136/2017-05, e considerando a deliberação do Comitê Central de Destinação dos Imóveis da União - CCD, criado pela Portaria nº 83, de 28 de agosto de 2019, constante de Ata de Reunião realizada em 5 de novembro de 2019, que faz parte do Processo Administrativo nº 10154.142925/2019-45, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso onerosa a André Luiz Duarte Teixeira, inscrito no CPF 216.187.395-49, do espaço físico em águas públicas, com área total de 5.255,97 m², localizado na Ponta das Caieiras, Ilha dos Frades, Salvador/BA, contígua à área cadastrada sob o RIP 3849.0013720-76, com as características descritas a seguir: Inicia-se a descrição deste perímetro, partindo-se do ponto P1, de coordenadas E =539231,49 m e N =8588439,41 m, ponto inicial da poligonal do entorno do empreendimento píer de atracação e com azimute 358° 25' 40"e distância de 5,21 m, chega-se ao ponto P26, de coordenadas E=539231,35 m e N= 8588444,62 m; daí, com azimute 88° 28' 35"e distância de 5,23 m, chega-se ao ponto P25, de coordenadas E=539236,68 m e N=8588444,76 m; daí, com azimute 177° 11' 53"e distancia 1,35 m, chega-se ao ponto P24, de coordenadas E=539236,64 m e N=8588443,41 m; daí, com azimute 88° 36' 28"e distância de 49,15 m, chega-se ao ponto P23, de coordenadas E = 539285,78 m e N =8588444,60 m; daí, com azimute 90° 34' 20" e distância de 11,45 m, chega-se ao ponto P22, de coordenadas E=539297,22 m e N=8588444,49 m; daí, com azimute 358° 52' 26" e distancia 6,19 m, chega-se ao ponto P21, de coordenadas E=539297,10 m e N=8588450,68 m; daí, com azimute 88° 33'16" e distância de 3,94m, chega-se ao ponto P20, de coordenadas E=539301,04 m e N=8588450,77 m; daí, com azimute 358° 39' 39" e distância de 18,53 m, chega-se ao ponto P19, de coordenadas E=539300,61 m e N=8588469,30 m; daí, com azimute 88° 22' 30" e distância de 79,12 m, chega-se ao ponto P18, de coordenadas E=539379,69 m e N=8588471,55 m; daí, com azimute 178° 19' 30" e distância de 23,20 m, chega-se ao ponto P17, de coordenadas E=539380,37 m e N=8588448,36 m; daí, com azimute 88° 25' 18" e distância de 4,11m, chega-se ao ponto P16, de coordenadas E=539384,48 m e N=8588448,47 m; daí, com azimute 358° 44' 56" e distância de 6,15 m, chega-se ao ponto P15, de coordenadas E=539384,34 m e N=8588454,62 m; daí, com azimute 88° 07' 21" e distância de 6,31 m, chega-se ao ponto P14, de coordenadas E=539390,65 m e N=8588454,83 m; daí, com azimute 178° 36' 41" e distância de 28,04 m, chega-se ao ponto P13, de coordenadas E=539391,33 m e N=8588426,80 m; daí, com azimute 269°12' 51" e distância de 6,25 m, chega-se ao ponto P12, de coordenadas E=539385,08 m e N=8588426,71 m; daí, com azimute 358°24' 50"e distância de 7,66 m, chega-se ao ponto P11, de coordenadas E=539384,87 m e N=8588434,37 m; daí, com azimute 268°57' 25"e distância de 4,02 m, chega-se ao ponto P10, de coordenadas E=539380,84 m e N=8588434,30 m; daí, com azimute 178°50' 06" e distância de 23,44 m, chega-se ao ponto P9, de coordenadas E=539381,32 m e N=8588410,86 m; daí, com azimute 268°32' 49"e distância de 78,87 m, chega-se ao ponto P8, de coordenadas E=539302,47 m e N=8588408,86 m; daí, com azimute 358°09' 38" e distância de 27,86 m, chega-se ao ponto P7, de coordenadas E=539301,58 m e N=8588436,70 m; daí, com azimute 269°49' 43"e distância de 4,12 m, chega-se ao ponto P6, de coordenadas E=539297,46 m e N=8588436,69 m; daí, com azimute 358°28' 33" e distância de 6,23 m, chega-se ao ponto P5, de coordenadas E=539297,29 m e N=8588442,92 m; daí, com azimute 265°51' 52"e distância de 11,50 m, chega-se ao ponto P4, de coordenadas E=539285,82 m e N=8588442,09 m; daí, com azimute 268°33' 02"e distância de 49,13 m, chega-se ao ponto P3, de coordenadas E=539236,70 m e N=8588440,85 m; daí, com azimute 178°55' 41"e distância de 1,29 m, chega-se ao ponto P2, de coordenadas E=539236,73 m e N8588439,55 m; daí, com azimute 268°29' 33"e distância de 5,24m chega-se ao ponto P1, ponto inicial de descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 39 (fuso 24), tendo como Datum o WGS-84. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à construção do Píer das Caieiras, para atracação de embarcações de uso recreativo e lazer.

Art. 3º O prazo da cessão será de 20 (vinte) anos, a contar da data da assinatura do contrato de cessão, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos.

Art. 4º Durante o prazo previsto no art. 3º, fica o outorgado cessionário obrigado a pagar mensalmente à União, a título de arrendamento, o valor de R$ 420,17 (quatrocentos e vinte reais e dezessete centavos).

§ 1º A retribuição anual deverá ser recolhida diretamente à União até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencimento e, em caso de atraso no pagamento, incidirá multa de 10% (dez por cento) e juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente do primeiro dia do mês posterior ao vencimento até o mês anterior ao efetivo pagamento, acrescida de 1% (um por cento) relativo ao mês do pagamento.

§ 2º O valor anual do contrato de 5.402,02 (cinco mil quarenta e dois reais e dois centavos), equivalente a 12 parcelas mensais do valor previsto no caput será corrigido a cada 12 (doze) meses, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou índice que vier a substituí-lo.

§ 3º O valor da retribuição pela utilização do imóvel poderá ser revisado a qualquer tempo, desde que comprovada existência de fatores supervenientes que alterem o equilíbrio econômico do contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 5º Fica o cessionário obrigado a arcar com as retribuições devidas entre a data da ocupação dos espaços físicos em águas públicas e a assinatura do instrumento de cessão onerosa relativamente à área ocupada sem autorização prévia, podendo o montante ser parcelado no prazo de até 60 (sessenta) meses.

Art. 6º A assinatura do contrato fica condicionada à obtenção, pelo pretenso cessionário, de todos os licenciamentos, autorizações, documentos e alvarás necessários ao funcionamento da estrutura náutica de que trata o art. 2º desta Portaria, bem como à rigorosa observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 7º O pretenso cessionário deverá, após convocação, comparecer à Superintendência do Patrimônio da União na Bahia, no prazo de 30 (trinta) dias, para a assinatura do contrato de cessão de uso onerosa, em regime de arrendamento, sob pena de revogação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTON BASUS BISPO

PORTARIA Nº 11.872, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 18, inciso II e §§ 2º a 5º e 7º, e 42 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nos arts. 95 e 96 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04985.000218/2016-54, e considerando a deliberação do Comitê Central de Destinação dos Imóveis da União - CCD, criado pela Portaria nº 83, de 28 de agosto de 2019, constante de Ata de Reunião realizada em 5 de novembro de 2019, que faz parte do Processo Administrativo nº 10154.142925/2019-45, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso onerosa, sob o regime de arrendamento, à CIAGRAM PORTOS E NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA LTDA., CNPJ nº 02.900.972/0001-68, de espaço físicos em águas públicas, com área total de 36.797,49 m², contígua ao terreno regularmente cadastrado sob o regime de ocupação em nome da pretensa cessionária, sob o RIP nº 0235.0100002-97, localizada na Estrada da Portobrás, Quadra E, Lote 2, s/nº, Setor Industrial, Município de Humaitá, Estado do Amazonas/AM, com as características descritas a seguir: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M-01, definido pelas coordenadas E: 497.353,62 m e N: 9.172.667,48 m com azimute 76° 02' 39,15'' e distância de 186,55 m até o vértice M-02, definido pelas coordenadas E: 497.534,66 m e N: 9.172.712,47 m com azimute 167° 01' 31,26'' e distância de 200,03 m até o vértice M-03, definido pelas coordenadas E: 497.579,57 m e N: 9.172.517,55 m com azimute 256° 02' 35,84'' e distância de 185,21 m até o vértice M-04, definido pelas coordenadas E: 497.399,83 m e N: 9.172.472,88 m com azimute 350° 14' 47,00'' e distância de 7,44 m até o vértice M-05, definido pelas coordenadas E: 497.398,57 m e N: 9.172.480,21 m com azimute 334° 59' 34,98'' e distância de 20,89 m até o vértice M-06, definido pelas coordenadas E: 497.389,74 m e N: 9.172.499,14 m com azimute

351° 35' 54,47'' e distância de 14,03 m até o vértice M-07, definido pelas coordenadas E: 497.387,69 m e N: 9.172.513,02 m com azimute 355° 30' 16,70'' e distância de 32,28 m até o vértice M-08, definido pelas coordenadas E: 497.385,16 m e N: 9.172.545,20 m com azimute 355° 08' 04,52'' e distância de 13,56 m até o vértice M-09, definido pelas coordenadas E: 497.384,01 m e N: 9.172.558,71 m com azimute 353° 14' 47,13'' e distância de 12,24 m até o vértice M-10, definido pelas coordenadas E: 497.382,57 m e N: 9.172.570,87 m com azimute 356° 26' 25,71'' e distância de 10,63 m até o vértice M-11, definido pelas coordenadas E: 497.381,91 m e N: 9.172.581,48 m com azimute 332° 50' 15,13'' e distância de 13,30 m até o vértice M-12, definido pelas coordenadas E: 497.375,84 m e N: 9.172.593,31 m com azimute 334° 05' 50,27'' e distância de 11,61 m até o vértice M-13, definido pelas coordenadas E: 497.370,77 m e N: 9.172.603,75 m com azimute 3° 21' 59,26'' e distância de 6,13 m até o vértice M-14, definido pelas coordenadas E: 497.371,13 m e N: 9.172.609,87 m com azimute 303° 14' 33,57'' e distância de 6,04 m até o vértice M-15, definido pelas coordenadas E: 497.366,08 m e N: 9.172.613,18 m com azimute 344° 40' 15,88'' e distância de 8,17 m até o vértice M-16, definido pelas coordenadas E: 497.363,92 m e N: 9.172.621,06 m com azimute 68° 42' 42,25'' e distância de 14,93 m até o vértice M-17, definido pelas coordenadas E: 497.377,83 m e N: 9.172.626,48 m com azimute 355° 47' 43,56'' e distância de 10,64 m até o vértice M-18, definido pelas coordenadas E: 497.377,05 m e N: 9.172.637,09 m com azimute 254° 21' 50,89'' e distância de 17,29 m até o vértice M-19, definido pelas coordenadas E: 497.360,40 m e N: 9.172.632,43 m com azimute 3° 02' 48,64'' e distância de 8,84 m até o vértice M-20, definido pelas coordenadas E: 497.360,87 m e N: 9.172.641,26 m com azimute 343° 48' 26,31'' e distância de 10,18 m até o vértice M-21, definido pelas coordenadas E: 497.358,03 m e N: 9.172.651,04 m com azimute 315° 00' 00,00'' e distância de 6,69 m até o vértice M-22, definido pelas coordenadas E: 497.353,30 m e N: 9.172.655,77 m com azimute 349° 05' 37,47'' e distância de 4,18 m até o vértice M-23, definido pelas coordenadas E: 497.352,51 m e N: 9.172.659,87 m com azimute 8° 17' 55,25'' e distância de 7,69 m até o vértice M-01, encerrando este perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 63 WGr, fuso 20S, tendo como Datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à regularização e implantação de rampa, balsa flutuante, estrutura metálica, cais e berço de atracação, para atuar nas operações Portuárias e de transporte fluvial de carga, transbordo e armazenagem em instalação portuária própria, movimentação de granéis sólidos e de contêineres, transporte, armazenagem e processamento de fertilizantes, comercialização de grãos e seus derivados no mercado interno ou para o exterior e na prestação de serviços de transportes fluviais e correlatos.

Art. 3º prazo da cessão será de 25 (vinte e cinco) anos, a contar da data da assinatura do contrato de cessão, vinculado ao prazo da autorização do Contrato de Adesão Nº 005/2017 MTPA, de 18/04/2017, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos.

Art. 4º Durante o prazo previsto no art. 3º, fica a outorgada cessionária obrigada a pagar mensalmente à União, a título de retribuição pelo uso do imóvel, o valor de R$ 370,94 (trezentos e setenta reais e noventa e quatro centavos).

§ 1º O valor da retribuição à União será pago em parcelas mensais e sucessivas vencíveis no último dia útil de cada mês e, nas parcelas não pagas até o vencimento será acrescido multa de mora, calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) e juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, do primeiro dia do mês posterior ao vencimento até o mês anterior ao efetivo pagamento, acrescida de 1% (um por cento) relativo ao mês do pagamento.

§ 2º O valor anual do contrato de R$ 4.451,23 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e três centavos), equivalente a 12 parcelas mensais do valor previsto no caput será corrigido a cada 12 (doze) meses, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou índice que vier a substituí-lo.

§ 3º O valor da retribuição pela utilização do imóvel poderá ser revisado a qualquer tempo, desde que comprovada existência de fatores supervenientes que alterem o equilíbrio econômico do contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 5º Fica a cessionária obrigada a arcar com as retribuições devidas entre a data da ocupação dos espaços físicos em águas públicas e a assinatura do instrumento de cessão onerosa relativamente à área ocupada sem autorização prévia, podendo o montante ser parcelado no prazo de até 60 (sessenta) meses.

Art. 6º A assinatura do contrato fica condicionada à obtenção, pela pretensa cessionária, de todos os licenciamentos, autorizações, documentos e alvarás necessários ao funcionamento da estrutura náutica de que trata o art. 2º desta Portaria, bem como à rigorosa observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 7º A pretensa cessionária deverá, após convocação, comparecer à Superintendência do Patrimônio da União no Amazonas, no prazo de 30 (trinta) dias, para a assinatura do contrato de cessão de uso onerosa, em regime de arrendamento, sob pena de revogação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTON BASUS BISPO

PORTARIA Nº 12.080, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DA COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTOS E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 18, inciso II e §§ 2º a 5º e 7º, e 42 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, os arts. 95 e 96 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, no art. 17, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04916.000467/2016-63, e considerando a deliberação do Comitê Central de Destinação dos Imóveis da União - CCD, criado pela Portaria nº 83, de 28 de agosto de 2019, constante de Ata de Reunião realizada em 5 de novembro de 2019, que faz parte do Processo Administrativo nº 10154.142925/2019-45, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso onerosa ao Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA, referente à Cessão de Uso Onerosa de Espaço Físico em Águas Públicas, com área total de 53.604,95 m², inserida na área denominada Zona de Uso Turística de Maracajaú, inscrita sob o RIP nº 1749 00024.500-6, com as características descritas a seguir: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P1, definido pelas coordenadas X=249973.9900 Y=9403863.1700 e distância de 213,57 m até o vértice P2, definido pelas coordenadas X=250187.5600 Y=9403863.1700 e distância de 325,24 m até o vértice P3, definido pelas coordenadas X=250187.5600 Y=9403537.9300 e distância de 130,30 m até o vértice P4, definido pelas coordenadas X=250317.8600 Y=9403537.9300 e distância de 35,88 m até o vértice P5 definido pelas coordenadas X=250317.9200 Y=9403502.0500 e distância de 145,52 m até o vértice P6, definido pelas coordenadas X=250182.4500 Y=9403448.9100 e distância de 24,29 m até o vértice P7, definido pelas coordenadas X=250158.1600 Y=9403448.9100 e distância de 278,09 m até o vértice P8, definido pelas coordenadas X=250158.1700 Y=9403727.0000 e distância de 60,74 m até o vértice P9, definido pelas coordenadas X=250097.4300 Y=9403727.0000 e distância de 67,60 m até o vértice P10, definido pelas coordenadas X=250097.4300 Y=9403659.4000 e distância de 123,44 m até o vértice P11, definido pelas coordenadas X=249973.9900 Y=9403659.4000 e distância de 203,77 m retornando até o P1, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 53.604,95 m2.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destinada-se à regularização da estrutura náutica existente e seu entorno, de apoio aos passeios turísticos, para posteriormente regularizar a utilização privada, conforme informações constantes no Relatório Técnico do IDEMA SEI nº 1547353, em que o concessionário deverá proceder à abertura de processo licitatório, objetivando a habilitação dos interessados, na exploração de referida atividade.

Art. 3º O prazo da cessão será de 20 (vinte) anos, a contar da data da assinatura do contrato de cessão, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos.

Art. 4º Durante o prazo previsto no art. 3º, fica a outorgada cessionária obrigada a pagar mensalmente à União, a título de retribuição pelo uso do imóvel, o valor de R$ 1.172,16

§ 1º O valor da retribuição à União será pago em parcelas mensais e sucessivas vencíveis no último dia útil de cada mês e, nas parcelas não pagas até o vencimento será acrescido multa de mora, calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) e juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, do primeiro dia do mês posterior ao vencimento até o mês anterior ao efetivo pagamento, acrescida de 1% (um por cento) relativo ao mês do pagamento.

§ 2º O valor anual do contrato de R$ 14.065,94 (Quatorze mil sessenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), equivalente a 12 parcelas mensais do valor previsto no caput será corrigido a cada 12 (doze) meses, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou índice que vier a substituí-lo.

§ 3º O valor da retribuição pela utilização do imóvel poderá ser revisado a qualquer tempo, desde que comprovada existência de fatores supervenientes que alterem o equilíbrio econômico do contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 5º Fica a cessionária obrigada a arcar com as retribuições devidas entre a data da ocupação dos espaços físicos em águas públicas e a assinatura do instrumento de cessão onerosa relativamente à área ocupada sem autorização prévia, podendo o montante ser parcelado no prazo de até 60 (sessenta) meses.

Art. 6º A assinatura do contrato fica condicionada à obtenção, pelo pretenso cessionário, de todos os licenciamentos, autorizações, documentos e alvarás necessários ao funcionamento da estrutura náutica de que trata o art. 2º desta Portaria, bem como à rigorosa observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 7º O pretenso cessionário deverá, após convocação, comparecer à Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte, no prazo de 30 (trinta) dias, para a assinatura do contrato de cessão de uso onerosa, em regime de arrendamento, sob pena de revogação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTON BASUS BISPO

PORTARIA Nº 12.251, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 225, de 16 de maio de 2019, tendo em vista o disposto no art. 205 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e os elementos que integram o Processo nº 04916.000968/2019-92, resolve:

Art. 1º Autorizar a Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte - SPU/RN a proceder a inscrição em regime de ocupação do terreno de marinha com área de domínio da União de 184,56m², integrante de área maior com de 1.162,47m², localizado na Rua Francisco Gurgel, 125, Praia de Ponta Negra, no Município de Natal/RN, conforme Escritura Pública de Compra e Venda lavrada em 18 de maio de 1994, em benefício de Gianpaolo Guazzi, de nacionalidade italiana, titular do Passaporte nº YA1226429, e o representante legal Francisco Xavier Iglesias Alves Pereira, brasileiro, titular do CPF nº 126.003.181-00 e RG nº 582.764 - SSP/GO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTON BASUS BISPO

PORTARIA Nº 12.309, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTOS E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, Portaria SPU nº 83, de 28 de agosto de 2019, tendo em vista o disposto nos arts. 18, inciso I e §§3º a 5º, e 42 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, os arts. 95 e 96 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos elementos que integram os Processos Administrativos nº 04988.000066/2019-11 e 10154.100138/2019-26, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuita ao Estado do Ceará, de parte de um todo maior com área de 85.539,81m², do imóvel denominado Esplanada da Estação Prof. João Felipe, localizado no município de Fortaleza/CE, registrado sob a Matrícula nº 53.273, do Cartório de 3º Ofício de Registro de Imóveis - Manoel Castro Filho, R. 06/53273, com as características descritas a seguir: uma área de terra, construída por um polígono irregular, composto por 20 vértices retilíneos, o primeiro segmento no ponto P1 de coordenadas x=550904,7382 e y=9588996,3587 na direção nordeste medindo 67,11m, limita-se a Rua Aprendizes Marinheiro até o ponto P2 de coordenadas x=550971,8355 e y=9588995,3191 na direção nordeste medindo 72,85m limita-se a Rua Aprendizes Marinheiro até o ponto P3 de coordenadas x=551044,5974 e y=9588991,7842 na direção nordeste medindo 53,61m limita-se a Rua Aprendizes Marinheiro até o ponto P4 de coordenadas x=551097,8003 e y=9588985,2048 na direção nordeste medindo 56,55m limita-se a Rua Aprendizes Marinheiro até o ponto P5 de coordenadas x=551153,2284 e y=9588973,9913 na direção poente/nascente medindo 230,35m limita-se a Rua Marinheiro até o ponto P6 de coordenadas x=551373,2588 e y=9588905,8027 na direção poente/nascente medindo 359,37m limita-se a Rua Aprendizes Marinheiro até o ponto P7 de coordenadas x=551718,0088 e y=9588804,3407, na direção norte sul medindo 4,62m, limita-se com terreno da União, ao ponto P8 de coordenadas x=551716,5867 e y=9588799,9437, na direção poente/nascente medindo 73,64m, limita-se com terreno da União, ao ponto P9 de coordenadas x=551787,5017 e y=9588780,0890, na direção poente/nascente medindo 68,52m, limita-se com terreno da União, ao ponto P10 de coordenadas x=551852,9059 e y=9588759,6545, na direção poente/nascente medindo 20,151m, limita-se com terreno da União, ao ponto P11 de coordenadas x=551872,8190 e y=9588756,5930, na direção nordeste medindo 53,10m, limita-se com terreno da União, ao ponto P12 de coordenadas x=551925,6064 e y=9588750,7960, na direção nordeste medindo 24,40m, limita-se com terreno da União, ao ponto P13 de coordenadas x=551949,9897 e y=9588751,6829, na direção nordeste medindo 45,60m, limita-se com terreno da União até o ponto P14 de coordenadas x=551995,3948 e y=9588755,9414 na direção poente/nascente medindo 113,17m, limita-se com a Rua Aprendizes Marinheiro até o ponto P15 de coordenadas x=552102,7837 e y=9588720,2476 na direção norte/sul medindo 46,49m, limita-se com o terreno da União, até o ponto P16 de coordenadas x=552089,2745 e y=9588675,7632 na direção nascente/poente medindo 105,88m, com terreno da União, até o ponto P17 de coordenadas x=551988,0469 e y=9588706,8099 na direção norte/sul medindo 70,24m, com terreno da União, até o ponto P18 de coordenadas x=551958,2703 e y=9588643,1962 na direção nascente/poente medindo 453,61m, limita-se com o móvel nº 15, da Av. do Imperador, com a "caixa" (passeio e rolamento) da Av. do Imperador, com o imóvel nº 02, da Av. do Imperador, com o imóvel nº 01 da Rua Princesa Isabel, com a "caixa" (passeio e rolamento) da Rua Princesa Isabel, com o imóvel nº 02 da Rua Princesa Isabel, com um beco denominado Vila Férrea, com a "caixa" (passeio e rolamento) da Rua Dona Teresa Cristina, com o imóvel nº 30, da Rua Dona Teresa Cristina, com o imóvel nº 421, da Rua Padre Mororó, até o ponto P19 de coordenadas x=551525,9595 e y=9588780,5507 na direção nascente/poente medindo 649,87m, com o lado norte do Cemitério São João Batista, até o ponto P20 de coordenadas x=550907,0605 e y=9588978,7893 na direção sul/norte medindo 17,72m, finalizando até o ponto P1, onde fecha o polígono, apresentando um perímetro de 2.586,85m e área de 85.539,18m². Estabelecido com o sistema de coordenadas DATUM SIRGAS 2000 UTM 24 SUL.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se implantação da Linha Leste do Metrô de Fortaleza, cujas obras de execução serão de responsabilidade da Secretaria da Infraestrutura do Estado do Ceará - SEINFRA.

Parágrafo único. A implantação do Linha Leste do Metrô de Fortaleza descrita no Caput deverá ser iniciada dentro do prazo de 1 (um) ano e finalizada dentro do prazo de 4 (quatro) anos, contados a partir da assinatura do contrato de cessão de uso.

Art. 3º A cessão terá vigência pelo prazo previsto no parágrafo único do artigo 2º desta Portaria para a finalização da implantação da Linha Leste do Metrô de Fortaleza ou até a conclusão das obras, o que acontecer primeiro.

Art. 4º Após a implantação do equipamento a que se refere o caput do art. 2º, as partes celebrarão novo contrato relativo à destinação do trecho do imóvel necessário à operação do serviço metroviário, oportunidade em que serão definidos o regime jurídico e a exigência de eventual contrapartida.

Parágrafo único. No prazo de um ano a seis meses antes do encerramento do contrato, o Estado do Ceará provocará formalmente a União, por meio da Superintendência do Patrimônio da União no Ceará, visando à celebração do instrumento necessário para a destinação da área do imóvel que será necessária à operação do equipamento, apresentando informações detalhadas sobre a forma de operação e demais documentos que vierem a ser solicitados.

Art. 5º É vedada a exploração econômica, com finalidade lucrativa, do imóvel a que se refere o artigo 1º durante a vigência da cessão autorizada nesta portaria.

Art. 6º Ocorrerá quebra de cláusula contratual por parte do cessionário, incidindo multa de 30% correspondente ao valor venal do imóvel, além das demais penalidades legais, se não atendidos os expressos nos arts. 2º e 3º desta portaria.

Art. 7º A assinatura do contrato fica condicionada à obtenção, pela cessionária, de todos os licenciamentos, autorizações, documentos e alvarás necessários ao funcionamento Linha Leste do Metrô de Fortaleza de que trata o art. 2º desta Portaria, bem como à rigorosa observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 8º Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas, por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive no que se refere às benfeitorias ali existentes.

Art. 9º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2° desta Portaria, se descumprido o prazo previsto em seu parágrafo único ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 10 A cessionária deverá, após convocação, comparecer à Superintendência do Patrimônio da União no Ceará, no prazo de 30 (trinta) dias, para a assinatura do contrato de cessão de uso gratuita, sob pena de revogação desta Portaria.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTON BASUS BISPO

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

PORTARIA Nº 12.545, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO CEARÁ, DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo Art. 15, Capítulo VII, da Portaria nº 83, de 28 de agosto de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a nova redação que lhe foi conferida pela Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, e de acordo com os elementos que integram o Processo Nº 04988.000921/2018-02, resolve:

Art. 1º Conceder autorização ao Município de Acaraú para realização da obra de implantação de pavimentação das vias e das áreas de circulação em pedra tosca e meios fios a serem executados em pré-moldados de concreto no acesso à praia do Distrito de Aranaú, de acordo com a poligonal do terreno da União, totalizando 2.744,49m², conforme plantas de localização, memorial descritivo e especificações técnicas da obra acostados ao processo em epígrafe.

Art. 2º A poligonal do terreno da União inicia-se no ponto P8, de coordenadas UTM X= 363520.53 E e Y=9688448.69 N desta com 34,38 m até o ponto P9, de coordenadas UTM X= 363515.81 E e Y= 9688482.74 N desta com 162.38 m até o ponto P10, de coordenadas UTM X= 363496.17 E e Y=9688643.93 N desta com 11,20 m até o ponto P11, de coordenadas UTM X= 363495.49 E e Y= 9688655.11 N desta com 23,02 m até o ponto P12, de coordenadas UTM X= 363494.07 E e Y=9688678.08 N desta com 3,10 m até o ponto P13, de coordenadas UTM X= 363490.96 E e Y=9688677.89 N desta com 116,14 m até o ponto P14, de coordenadas UTM X= 363483.87 E e Y=9688793.81 N desta com 12,00 m até o ponto P15, de coordenadas UTM X= 363495.85 E e Y=9688794.54 N desta com 116,34 m até o ponto P16, de coordenadas UTM X= 363502.95 E e Y=9688678.42 N desta com 3,11m até o ponto P17, de coordenadas UTM X= 363499.84 E e Y=9688678.23 N desta com 23,01 m até o ponto P18, de coordenadas UTM X= 363501.23 E e Y=9688655.26 N desta com 11,20 m até o ponto P19, de coordenadas UTM X= 363501.91 E e Y=9688644.08 N desta com 161,79 m até o ponto P20, de coordenadas UTM X= 363521.75 E e Y=9688483.51 N desta com 33,36 m até o ponto P21, de coordenadas UTM X= 363526.34 E e Y=9688450.47 N desta com 6,08 m até o ponto P8, de coordenadas UTM X= 363520.53 E e Y=9688448.69 N Fechando a primeira poligonal do terreno da união, com área de 2.744,49 m².

Parágrafo único. Os trechos que compreendem a área alodial da referida obra, não estão no exercício da competência desta Superintendência do Patrimônio da União.

Art. 3º A obra a que se refere o art. 1º, destina-se a dotar a área de infraestrutura adequada para acesso à praia, conforme planta planimétrica de situação do imóvel georreferenciada, com as coordenadas dos vértices do polígono da área de intervenção constante no art. 2º e das licenças ambientais anexadas aos autos.

§ 1º O início das obras fica condicionado ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas, sanitárias e ambientais, conforme legislação vigente, em conformidade com a Resolução COEMA nº 07, de 12 de setembro de 2019, e com o Termo de Cooperação Técnica nº 04/2019 (3227002), celebrado entre a Superintendência Estadual de Meio Ambiente - SEMACE e o Município de Acaraú, apensado aos autos, tendo por finalidade a delegação da competência administrativa para realizar o licenciamento ambiental das atividades de impacto regional, repassadas ao Município.

§ 2º Caberá ao Município de Acaraú, por meio de sua Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA, assegurar o cumprimento rigoroso das condicionantes impostas pela Secretaria de Meio Ambiente de Acaraú - SEMMA, na Licença de Instalação - LI nº 008/2019, como também acatar o que sugere a Nota Informativa nº 5992/2019-MP (3197057), acerca da manifestação do Projeto Orla.

Art. 4º O prazo de vigência desta Portaria é de 06 (seis) meses a contar da expedição da ordem de serviço para o início das obras, em conformidade com o cronograma físico-financeiro apresentado.

Art. 5º Responderá o Município de Acaraú, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da realização da obra de que trata esta Portaria.

Art. 6º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 7º A autorização da obra a que se refere esta Portaria não implica transferência de posse ou constituição de direitos ou domínio sobre a área, ou qualquer tipo de indenização, tratando-se de ato precário, revogável a qualquer tempo.

Art. 8º Durante o período de execução da obra a que se refere a presente Portaria, fica o Município de Acaraú obrigado a afixar na área em que será realizada a obra e em local visível ao público 01 (uma) placa, confeccionada segundo o Manual de placas da SCGPU, com a seguinte informação: "ÁREA JURISDICIONADA AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, COM OBRAS E SERVIÇOS AUTORIZADOS PELA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO-SPU, NA FORMA DA PORTARIA Nº 12545, DE 02/12/2019".

VANDESVALDO DE CARVALHO MOURA

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GESTÃO

PORTARIA Nº 12.473, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 1º da Portaria GM nº 371, de 23 de julho de 2019, resolve:

Art. 1º - Fica estabelecido no âmbito da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, o horário de funcionamento, em dias úteis, de 6 (seis) às 23 (vinte e três) horas.

Art. 2º - Ficam convalidados os registros de ponto realizados durante o horário de funcionamento estabelecido no art. 1º, no período de 19 de novembro de 2019 até a data da publicação desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTIANO ROCHA HECKERT

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

DESPACHO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo nº 17944.101197/2019-64
Interessado: Município de Macaíba/RN
Assunto: Contrato de Garantia, a ser firmado entre a União e o Município de Macaíba/RN, com a interveniência da Caixa Econômica Federal, e Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, a ser firmado entre a União e o Município de Macaíba/RN, com a interveniência da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S/A, ambos relativos a Contrato de Financiamento a ser celebrado entre o Município e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 18.652.894,71 (dezoito milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e um centavos), cujos recursos serão destinados ao Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana - Pavimentação de vias.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da adimplência do referido ente subnacional para com a União e suas entidades controladas, bem como dos requisitos legais e das certidões comprobatórias da capacidade do aludido ente subnacional para contratar com a União, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Especial

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

PORTARIA Nº 1.343, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Estabelece as condições mínimas de segurança, sanitárias e de conforto nos locais de espera, de repouso e de descanso dos motoristas profissionais de transporte rodoviário de passageiros e de cargas. (Processo nº 19964.106354/2019-15).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem nos arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e no inciso V do art. 71 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019, e considerando o disposto no art. 9º da Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015 e no Art. 4º do Decreto nº 8.433, de 16 de abril de 2015, resolve:

Art. 1º As condições mínimas de segurança, sanitárias e de conforto nos locais de espera, de repouso e de descanso dos motoristas profissionais de transporte rodoviário de passageiros e de cargas devem atender ao disposto nesta Portaria, nos termos da Lei n° 13.103, de 02 de março de 2015.

Art. 2º As instalações sanitárias devem:

I - ser separadas por sexo;

II - possuir gabinetes sanitários privativos, dotados de portas de acesso que impeçam o devassamento, com dispositivo de fechamento, além de cesta de lixo e papel higiênico;

III - dispor de lavatórios dotados de materiais para higienização e secagem das mãos;

IV - ser dotadas de chuveiros com água fria e quente;

V - seguir a proporção mínima de 1 (um) gabinete sanitário, 1 (um) chuveiro e 1 (um) lavatório, por sexo, para cada 20 (vinte) vagas ou fração, considerando a quantidade de vagas no estacionamento destinadas ao atendimento dos motoristas profissionais de transporte;

VI - ser providos de rede de iluminação; e

VII - ser mantidas em adequadas condições de higiene, conservação, funcionamento e organização.

§ 1º Os vasos sanitários devem possuir assento com tampa.

§ 2º O local dos chuveiros pode ser separado daquele destinado às instalações com gabinetes sanitários e lavatórios.

§ 3º Nas instalações sanitárias masculinas é permitida a instalação adicional de mictórios.

§ 4º As instalações sanitárias femininas podem ser reduzidas em até 70% da proporção prevista no inciso V, nos locais em que houver baixa demanda de usuárias, desde que assegurada a existência de pelo menos uma instalação sanitária feminina.

§ 5º Para cumprimento do disposto nesta Portaria, não é permitida a utilização de banheiros químicos.

Art. 3º Os compartimentos destinados aos chuveiros devem:

I - ser individuais;

II - ser dotados de portas de acesso que impeçam o devassamento, com dispositivo de fechamento;

III - possuir ralos sifonados com sistema de escoamento que impeça a comunicação das águas servidas entre os compartimentos e que escoe toda a água do piso; e

IV - dispor de suporte para sabonete e cabide para toalha.

Art. 4º Medidas adequadas devem ser adotadas para garantir que o esgotamento das águas utilizadas não seja fonte de contaminação.

Art. 5° Os ambientes para refeições, quando existirem, podem ser de uso exclusivo ou compartilhado com o público em geral, devendo sempre:

I - ser dotados de mesas e assentos;

II - ser mantidos em adequadas condições de higiene, limpeza e conforto; e

III - permitir acesso fácil às instalações sanitárias e às fontes de água potável.

Art. 6° Poderá ser permitido que os usuários dos locais de espera, de repouso e de descanso utilizem a própria caixa de cozinha ou equipamento similar para preparo de suas refeições, desde que em local que não comprometa as condições de segurança do estabelecimento.

Art. 7° Deve ser disponibilizada, gratuitamente, água potável em quantidade suficiente, por meio de copos individuais ou bebedouro de jato inclinado ou outro equipamento similar que garanta as mesmas condições.

Art. 8° Todo local de espera, de repouso e de descanso deve conter sinalização informando as áreas destinadas ao estacionamento de veículos, bem como a indicação da localização das instalações sanitárias e, quando existirem, dos ambientes de refeição.

Art. 9º Todo local de espera, de repouso e de descanso deve possuir vigilância ou monitoramento eletrônico.

Parágrafo único. O local de espera, de repouso e de descanso que exija dos usuários pagamento de taxa para permanência do veículo deve ser cercado e possuir controle de acesso.

Art. 10. A venda, o fornecimento e o consumo de bebidas alcoólicas nos locais de espera, de repouso e de descanso deve respeitar o disposto na Lei n° 11.705, de 19 de junho de 2008.

Art. 11. É vedado o ingresso e a permanência de crianças e adolescentes nos locais de espera, de repouso e de descanso, salvo quando acompanhados pelos responsáveis ou por eles autorizados.

Art. 12. Aos estabelecimentos de propriedade do transportador, do embarcador ou do consignatário de cargas, bem como nos casos em que esses mantiverem com os proprietários destes locais contratos que os obriguem a disponibilizar locais de espera, de repouso e de descanso aos motoristas profissionais, aplicam-se as Normas Regulamentadoras de saúde e segurança no trabalho.

Art. 13. Os locais de espera, de repouso e de descanso terão o prazo de 1 (um) ano, a contar da publicação desta Portaria, para se adequarem ao disposto no inciso IV do art. 2º, no que se refere ao fornecimento de água quente, e no inciso V do art. 2º, no que se refere ao dimensionamento de chuveiros.

Art. 14. Revoga-se a Portaria MTE nº 944, de 08 de julho de 2015.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

PORTARIA Nº 1.344, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 71 do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019 - (Processo nº 19964.104311/2019-03), resolve:

Art. 1º O art. 11 da Portaria SEPRT/ME nº 1.001, de 4 de setembro de 2019, publicada no DOU de 12/9/2019, seção 1, página 17, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 11. O GAET deverá apresentar suas propostas ao Secretário Especial de Previdência e Trabalho até 10 de fevereiro de 2020." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 37, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de fixação do Processo Produtivo Básico - PPB de EMBALAGEM FLEXÍVEL EM TECIDO DE RÁFIA SINTÉTICA.

O texto completo está disponível no sítio da Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/ppb/3788-consulta-ppb-2019

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri@suframa.gov.br.

GUSTAVO LEIPNITZ ENE

ANEXO

PROPOSTA Nº 052/19 - ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO DE PARTES E PEÇAS DE CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS, ATUALMENTE ESTABELECIDO PELA PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 171, DE 1º DE JULHO DE 2016.

PROPOSTA Nº 049/19 - FIXAÇÃO DE PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA EMBALAGEM FLEXÍVEL EM TECIDO DE RÁFIA SINTÉTICA

I. ETAPAS PRODUTIVAS:

I - riscar, quando aplicável;

II - cortar;

III - chulear, quando aplicável;

IV - costurar;

V - casear, quando aplicável; e

VI - acabamento.

II. CONDICIONANTES:

a) Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus.

b) As atividades ou operações inerentes às etapas de produção estabelecidas no processo produtivo poderão ser realizadas por terceiros, na Zona Franca de Manaus, desde que obedecido o Processo Produtivo Básico e que pelo menos uma delas não seja objeto de terceirização.

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019

Declara alfandegada a área administrada pela empresa PARANAPANEMA S/A, nos termos e condições que menciona.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no artigo 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 11613.720009/2016-14, declara:

Art. 1o Alfandegada, a título permanente e em caráter precário, a área de 31.303,50 m², contendo um galpão de 15.000 m², para movimentação e armazenagem de concentrado de cobre sulfetado, com capacidade máxima de armazenagem de 100.000 toneladas métricas, localizada dentro do Porto Organizado de Aratu, município de Candeias/BA, administrada pela empresa PARANAPANEMA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 60.398.369/0004-79, estabelecida na Via do Cobre, nº 3.700, Área Industrial Oeste, Complexo Petroquímico de Camaçari, Dias D'Ávila/BA.

Art. 2º O prazo de vigência do alfandegamento será o mesmo da medida cautelar consubstanciada no processo judicial nº 29828-70.2014.01.3400, sendo passível de suspensão ou cancelamento por aplicação de sanção administrativa, nos termos da legislação pertinente, ou extinção a pedido do interessado.

Art. 3º A fiscalização aduaneira será exercida, em caráter eventual, sobre as operações de armazenagem e movimentação de mercadoria procedente do exterior e despacho de importação.

Art. 4º O recinto ora alfandegado ficará sob a jurisdição da Alfândega de Salvador, que poderá estabelecer as rotinas operacionais necessárias.

Art. 5º Fica mantido o código Siscomex 5.92.14.12-0 para o recinto alfandegado.

Art. 6º Obriga-se a administradora do recinto a ressarcir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, conforme disposto na Instrução Normativa SRF nº 48, de 23 de agosto de 1996.

Art. 7º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeito retroativo a partir de 22/06/2019.

RICARDO DA SILVA MACHADO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Concede, à pessoa jurídica que menciona, coabilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758/2007, vigente à época de protocolização dos autos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO RIO DE JANEIRO II, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 - inciso III do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no caput do artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D. O. U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações e, considerando o que consta do processo administrativo nº 18470.734.173/2018-91, declara:

Art. 1º. Coabilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 e procedimentos para coabilitação estabelecidos pela Instrução Normativa RFB nº 758/2007, com suas alterações:

EMPRESA: TOZZI LATAM DO BRASIL MONTAGENS E EQUIPAMENTOS LTDA.

CNPJ nº: 18.628.613/0001-33

NOME DO PROJETO: UFV SÃO GONÇALO 2

PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO: PORTARIA MME Nº 153, DE 08 DE MAIO DE 2018 - MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO: DE 1º DE JANEIRO DE 2020 A 1 º DE JANEIRO 2021.

Art. 2º. Apurado que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ou coabilitação ao regime, ocorrerá o respectivo cancelamento da habilitação ou coabilitação no Reidi.

Art. 3º. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação nos termos do inciso I do art. 588 (Lei nº 11.488, de 2007, art. 1º, parágrafo único; e Decreto nº 6.144, de 2007, art. 9º, com redação dada pelo Decreto nº 7.367, de 2010, art. 1º).

Art. 4º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FÁBIO CARDOSO DO AMARAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Concede, à pessoa jurídica que menciona, coabilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758/2007, vigente à época de protocolização dos autos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO RIO DE JANEIRO II, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 - inciso III do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no caput do artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D. O. U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações e, considerando o que consta do processo administrativo nº 18470.734.173/2018-91, declara:

Art. 1º. Coabilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 e procedimentos para coabilitação estabelecidos pela Instrução Normativa RFB nº 758/2007, com suas alterações:

EMPRESA: TOZZI LATAM DO BRASIL MONTAGENS E EQUIPAMENTOS LTDA.

CNPJ nº: 18.628.613/0001-33

NOME DO PROJETO: UFV SÃO GONÇALO 5

PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO: PORTARIA MME Nº 154, DE 08 DE MAIO DE 2018 - MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO: DE 1º DE JANEIRO DE 2020 A 1 º DE JANEIRO 2021.

Art. 2º. Apurado que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ou coabilitação ao regime, ocorrerá o respectivo cancelamento da habilitação ou coabilitação no Reidi.

Art. 3º. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação, nos termos do inciso I do art. 588 (Lei nº 11.488, de 2007, art. 1º, parágrafo único; e Decreto nº 6.144, de 2007, art. 9º, com redação dada pelo Decreto nº 7.367, de 2010, art. 1º).

Art. 4º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FÁBIO CARDOSO DO AMARAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Concede, à pessoa jurídica que menciona, coabilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758/2007, vigente à época de protocolização dos autos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO RIO DE JANEIRO II, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 - inciso III do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no caput do artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D. O. U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações e, considerando o que consta do processo administrativo nº 18470.734.173/2018-91, declara:

Art. 1º. Coabilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 e procedimentos para coabilitação estabelecidos pela Instrução Normativa RFB nº 758/2007, com suas alterações:

EMPRESA: TOZZI LATAM DO BRASIL MONTAGENS E EQUIPAMENTOS LTDA.

CNPJ nº: 18.628.613/0001-33

NOME DO PROJETO: UFV SÃO GONÇALO 4

PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO: PORTARIA MME Nº 155, DE 08 DE MAIO DE 2018 - MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO: DE 1º DE JANEIRO DE 2020 A 1 º DE JANEIRO 2021.

Art. 2º. Apurado que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ou coabilitação ao regime, ocorrerá o respectivo cancelamento da habilitação ou coabilitação no Reidi.

Art. 3º. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação, nos termos do inciso I do art. 588 (Lei nº 11.488, de 2007, art. 1º, parágrafo único; e Decreto nº 6.144, de 2007, art. 9º, com redação dada pelo Decreto nº 7.367, de 2010, art. 1º).

Art. 4º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FÁBIO CARDOSO DO AMARAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Concede, à pessoa jurídica que menciona, coabilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758/2007, vigente à época de protocolização dos autos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO RIO DE JANEIRO II, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 - inciso III do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no caput do artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D. O. U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações e, considerando o que consta do processo administrativo nº 18470.734.173/2018-91, declara:

Art. 1º. Coabilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 e procedimentos para coabilitação estabelecidos pela Instrução Normativa RFB nº 758/2007, com suas alterações:

EMPRESA: TOZZI LATAM DO BRASIL MONTAGENS E EQUIPAMENTOS LTDA.

CNPJ nº: 18.628.613/0001-33

NOME DO PROJETO: UFV SÃO GONÇALO 3

PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO: PORTARIA MME Nº 161, DE 09 DE MAIO DE 2018 - MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO: DE 1º DE JANEIRO DE 2020 A 1 º DE JANEIRO 2021.

Art. 2º. Apurado que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ou coabilitação ao regime, ocorrerá o respectivo cancelamento da habilitação ou coabilitação no Reidi.

Art. 3º. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação, nos termos do inciso I do art. 588 (Lei nº 11.488, de 2007, art. 1º, parágrafo único; e Decreto nº 6.144, de 2007, art. 9º, com redação dada pelo Decreto nº 7.367, de 2010, art. 1º).

Art. 4º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FÁBIO CARDOSO DO AMARAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Concede, à pessoa jurídica que menciona, coabilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758/2007, vigente à época de protocolização dos autos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO RIO DE JANEIRO II, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 - inciso III do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no caput do artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D. O. U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações e, considerando o que consta do processo administrativo nº 18470.734.173/2018-91, declara:

Art. 1º. Coabilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 e procedimentos para coabilitação estabelecidos pela Instrução Normativa RFB nº 758/2007, com suas alterações:

EMPRESA: TOZZI LATAM DO BRASIL MONTAGENS E EQUIPAMENTOS LTDA.

CNPJ nº: 18.628.613/0001-33

NOME DO PROJETO: UFV SÃO GONÇALO 10

PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO: PORTARIA MME Nº 168, DE 15 DE MAIO DE 2018 - MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO: DE 1º DE JANEIRO DE 2020 A 1 º DE JANEIRO 2021.

Art. 2º. Apurado que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ou coabilitação ao regime, ocorrerá o respectivo cancelamento da habilitação ou coabilitação no Reidi.

Art. 3º. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação, nos termos do inciso I do art. 588 (Lei nº 11.488, de 2007, art. 1º, parágrafo único; e Decreto nº 6.144, de 2007, art. 9º, com redação dada pelo Decreto nº 7.367, de 2010, art. 1º).

Art. 4º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FÁBIO CARDOSO DO AMARAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Concede, à pessoa jurídica que menciona, coabilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758/2007, vigente à época de protocolização dos autos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO RIO DE JANEIRO II, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 - inciso III do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no caput do artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D. O. U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações e, considerando o que consta do processo administrativo nº 18470.734.173/2018-91, declara:

Art. 1º. Coabilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 e procedimentos para coabilitação estabelecidos pela Instrução Normativa RFB nº 758/2007, com suas alterações:

EMPRESA: TOZZI LATAM DO BRASIL MONTAGENS E EQUIPAMENTOS LTDA.

CNPJ nº: 18.628.613/0001-33

NOME DO PROJETO: UFV SÃO GONÇALO 1

PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO: PORTARIA MME Nº 214, DE 01 DE JUNHO DE 2018 - MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO: DE 1º DE JANEIRO DE 2020 A 1 º DE JANEIRO 2021.

Art. 2º. Apurado que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ou coabilitação ao regime, ocorrerá o respectivo cancelamento da habilitação ou coabilitação no Reidi.

Art. 3º. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação, nos termos do inciso I do art. 588 (Lei nº 11.488, de 2007, art. 1º, parágrafo único; e Decreto nº 6.144, de 2007, art. 9º, com redação dada pelo Decreto nº 7.367, de 2010, art. 1º).

Art. 4º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FÁBIO CARDOSO DO AMARA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 154, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Libera restrição de veículo importado que especifica.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, no uso das atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº 13031.032235/2019-63-, declara:

Art 1o - Com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009, que devido à dispensa de tributos por efeito de depreciação, após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, encontra-se liberado, com a finalidade de transferência de propriedade, sem promitente comprador, o veículo Tipo CAMIONETA, Marca/Modelo I/FORD EXPLORER BASE FWD, Espécie MIS, Chassi 1FMHK8B88CGA76314, Placa LRJ5516, Renavam nº 01051126379, Ano de Fabricação 2012, Ano Modelo 2012, cor: CINZA, combustível: GASOLINA, em nome do CONSULADO GERAL DOS ESTADOS UNIDOS NO RIO DE JANEIRO, CNPJ 04.141.058/0001-06, importado por meio da DI nº 15/0592873-9, desembaraçada em 02/04/2015, pela Alfândega do Porto do Rio de Janeiro.

Art. 2o - Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Cancela e inclui inscrições no Registro de Despachantes Aduaneiros e no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL EM VIRACOPOS, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovada pela Portaria MF nº 430/2017, publicada no DOU em 11/10/2017, bem como o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759/2009, publicado no DOU em 06/02/2009, com redação dada pelo Decreto nº 7.213/2010, publicado no DOU em 16/06/2010, declara:

Art. 1º Cancelada, no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, em razão de inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, a seguinte inscrição:

NOME	CPF	PROCESSO
THOMAS PESCARINI TASCA	359.484.548-60	10831.720845/2019-12

Art. 2º Incluída, no Registro de Despachantes Aduaneiros, a seguinte inscrição:

NOME	CPF	PROCESSO
THOMAS PESCARINI TASCA	359.484.548-60	10831.720845/2019-12

Art. 3º Incluídas, no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

NOME	CPF	PROCESSO
INGRID DE ANDRADE SILVA	378.350.038-99	10831.720847/2019-01
JANAINA OLIVEIRA FAGUNDES MARQUES	366.188.788-29	10831.720951/2019-98
MARCOS ALESSANDRO FERREIRA	493.753.418-10	10831.720982/2019-49
EVELLYN CRISTINE NONATO QUIRINO	444.725.548-01	10831.720810/2019-75
VINICIUS CAE DOS SANTOS RODRIGUES	452.424.798-09	10831.720907/2019-88
ISAEL NATIVIDADE NEVES	408.247.148-06	10831.720683/2019-12

Art. 4º Os profissionais ora nomeados deverão realizar os procedimentos de inclusão no sistema informatizado de que trata o art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.273/2012, publicada no DOU de 08/06/2012, e o ADE COANA nº 16/2012, publicado no DOU de 11/06/2012.

Art. 5º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

CAMILO PINHEIRO CREMONEZ

PORTARIA Nº 137, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Inclui grupo na estrutura do Gabinete da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos e estabelece suas competências e atribuições.

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 226 e 340 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200/67, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, com a alteração do Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, resolve:

Art. 1º Incluir na estrutura do Gabinete desta Alfândega o Grupo de Atividades Integradas - GATI.

Art. 2º Compete ao Grupo de Atividades Integradas - GATI:

I- Estudar e analisar ocorrências de tráfico internacional de drogas e de tráfico internacional de armas e munições visando a uma adequada compreensão dos eventos e à produção de comunicados e alertas a setores específicos da Alfândega que atuem em processos relacionados aos temas ou, eventualmente, a outros órgãos a que a informação possa ser relevante, preservado o sigilo fiscal;

§ 1° Os casos a serem estudados e analisados poderão se originar:

a) de informações recebidas de outras equipes da ALF VCP com suspeita ou indício de prática das ocorrências mencionadas no inciso I;

b) de denúncias recebidas do público interno ou externo ou de notícias veiculadas na imprensa;

c) de informações provenientes de outros órgãos que atuem no combate ao tráfico de drogas e de armas e munições;

§ 2° Os comunicados e alertas serão repassados preferencialmente à chefia do setor ou, na impossibilidade e em casos urgentes, a servidor responsável para apurar as informações pertinentes às ocorrências mencionadas no inciso I;

§ 3º As análises e estudos mencionados no parágrafo primeiro serão realizados através de pesquisas aos sistemas informatizados da Receita Federal e de diligências, quando necessárias.

§ 4º Quando necessário, o GATI poderá instaurar Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal (TDPF) e/ou solicitar Ordem de Vigilância e Repressão (OVR), de acordo com a legislação vigente, para a realização de suas pesquisas e diligências citadas no parágrafo terceiro.

II - Realizar a integração e controle de informações sobre drogas, armas e munições nesta Alfândega, sem prejuízo das atribuições do SEREP;

Art. 3º Os serviços, seções, equipes e grupos da estrutura desta Alfândega deverão remeter ao GATI todas as informações e dados relativos a drogas, armas e munições que obtiverem durante suas atividades.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CAMILO PINHEIRO CREMONEZ

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O DELEGADO SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS, no uso das atribuições previstas no art 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, considerando a inexistência de perito credenciado para a área de aeronáutica nesta Unidade, resolve:

Art 1º - Designar ad hoc, nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1.800, de 21/03/2018, o Sr HUGO SANTANA DE ARAUJO , CPF Nº 221.373.928-52, credenciado na Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos (SP) , através do ADE nº 03, de 13/02/17, prorrogado pelo ADE nº 1 de 23/01/2019, para a prestação de serviço de perícia aeronáutica, a título precário e sem vínculo empregatício, nas mercadorias objeto da Declaração de Importação nº 19/2172882-7 de 25/11/2019.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO AUGUSTO ANGELINI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6.502, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Declara nula(s) a(s) inscrição(ões) no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ).

O COORDENADOR REGIONAL DE CADASTRO DA 9ª REGIÃO FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do Parágrafo Único do art. 2º da Portaria SRRF09 nº 176, de 04 de abril de 2019, pelo presente ato, considerando o que consta no(s) respectivo(s) processo(s) administrativo(s) e com fundamento no inciso II do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, declara:

Art. 1° - NULA(S) a(s) inscrição(ões) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, desde a data de sua inscrição, em virtude de ter sido constatado vício no ato cadastral.

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	NOME	PROCESSO
13.098.883/0001-66	ACADEMIA CERCFIT LTDA	19985.720429/2018-46
14.048.002/0001-65	VERGOLINO ADAUTO VIEIRA 20157339904	10909.722235/2019-02
15.637.107/0001-12	PAULO BERNARDES 48931934904	12278.720420/2019-53
20.788.884/0001-06	CAROLINA GALVAO SANCAO 01078315973	10920.725039/2019-23
22.304.624/0001-35	MARCOS ROCHA FILHO 10326886966	11089.720132/2018-82
22.943.684/0001-06	MARIA CLAUDETE DA SILVA 51792893434	19985.722434/2019-74
24.265.278/0001-59	JOSE JOCELINO FERREIRA DA SILVA LIMA 11192833961	10920.725829/2019-17
24.447.304/0001-60	EDINEI DA SILVA 06025185980	13369.721967/2019-10
26.107.727/0001-66	BRUNA DE PAULA 09900731905	19985.724035/2018-67
28.470.046/0001-93	JULIANO SANTOS PEREIRA 06940201920	19985.724406/2018-19
29.076.275/0001-90	ALEXANDRE GOMES NOGUEIRA 03827973961	19985.721354/2018-11
29.519.548/0001-24	CICERA MARIA DA SILVA 19474073848	19985.724055/2018-38
29.979.336/0001-20	VALTOIR DOS SANTOS PROENÇA 04741695964	10950.725654/2019-82
30.748.797/0001-70	RODRIGO DOMINGUES SOUZA MOTTA 14789583759	10886.720510/2019-51
30.806.922/0001-51	ALEXANDER CESAR SILVA DOS SANTOS 44967606814	10920.727019/2019-97
31.362.029/0001-47	EVERTON DOS SANTOS SILVA	13811.723318/2018-05
31.621.452/0001-14	MARIA JOSE DOS SANTOS 02711027996	10935.726050/2019-41
32.008.827/0001-38	LEANDRO ALVES DE SOUZA 06099224912	13906.720095/2019-48
32.252.525/0001-00	JEAN CARLOS DE ALMEIDA RODRIGUES 57930074315	10930.720165/2019-72
32.427.378/0001-62	MARIA ROSA DOS REIS 06065339903	19985.723018/2019-93
32.709.766/0001-36	KARINE MACIEL BARBOSA DA SILVA SANTOS 13107181722	10980.724099/2019-14

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

COORDENAÇÃO REGIONAL DE CADASTRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6.296, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2019

Baixa de ofício de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O COORDENADOR REGIONAL DE CADASTRO DA 9ª REGIÃO FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do Parágrafo Único do art. 2º da Portaria SRRF09 nº 176, de 04 de abril de 2019, pelo presente ato, considerando o que consta no(s) respectivo(s) processo(s) administrativo(s) e com fundamento no art. 80-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e no inciso IV do art. 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, declara:

Art. 1º BAIXADA(S) de ofício a(s) inscrição(ões) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, em razão de estar com seu registro cancelado no respectivo órgão de registro.

Nº de Inscrição no CNPJ	Nome	Processo
05.122.144/0001-34	COMERCIAL MANZUA LTDA	13906.720052/2019-62
04.937.258/0001-70	COMERCIAL URUCARI LTDA	13906.720053/2019-15

Art. 2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 176, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do art. 810 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e no parágrafo único do art. 1º da IN RFB nº 1.209, de 07 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Incluído no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro:

NOME	CPF	PROCESSO
THIAGO ANTUNES BRUNING	060.735.179-98	10935.735734/2019-34

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO SÉRGIO CORDEIRO BINI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe foi delegada pela Portaria DRF/JOI nº 26, de 31 de agosto de 2018, publicada no DOU nº 170, de 3 de setembro de 2018, de acordo com o art. 340, incisos III e VIII, da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido da empresa AC COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA, CNPJ nº 07.415.554/0001-07, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09202/036, formulado nos autos do processo nº 10920.723431/2018-57, situada na Rua Prudente de Moraes, nº 673, Sala 10, Bairro Santo Antônio, em Joinville/SC, CEP 89218.000, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 2.550 (dois mil, quinhentos e cinquenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UISQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, nas especificações e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Característica do Produto
150	50	Whisky Chivas Regal 25YO	Uisque escocês, em caixas de 3 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade 25 anos.
2.400	400	Whisky Chivas Royal Saut Malt Edition	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade 21 anos.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HOMERO COELHO FILHO

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ SEÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO ADUANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Inclusão no Registro Informatizado de ajudantes de despachante aduaneiro.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO ADUANEIRO - SAATA, DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ/SC, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ALF/ITJ nº 30, de 11 de janeiro de 2018 (DOU de 16/01/2018), alterada pelas Portarias ALF/ITJ nº 105, de 17 de agosto de 2018 (DOU de 22/08/2018) e nº 75, de 03 de setembro de 2019 (DOU de 04/09/2019), resolve:

Art. 1º Incluir no Registro Informatizado de ajudantes de despachante aduaneiro a seguinte inscrição:

NOME	CPF	PROCESSO
LUIZ CARLOS ESPERON FILHO	520.737.180-00	10909.722736/2019-81

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROBERTO JACOB NICOLAU MUSSI FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

Exclusão de pessoa jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 340, inciso VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017 e tendo por base o Parecer nº 5 - DRF/PEL/Saort, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, desde 1º de janeiro de 2017, com impedimento de nova opção por 10 (dez) anos, a pessoa jurídica Centro Educacional Bagé Ltda., CNPJ 01.838.055/0001-38, com estabelecimento matriz localizado na rua Marechal Deodoro, nº 166, no município de Bagé, RS, por terem sido constatadas (1) que a escrituração do Livro Caixa não permite a plena identificação da movimentação financeira, inclusive bancária; (2) que a empresa, de forma reiterada, não emite documento fiscal de venda ou prestação de serviço e (3) a prática reiterada de infração ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006, com a utilização de artifício, ardil ou qualquer meio fraudulento que tenha induzido ou mantido a fiscalização em erro, com o fim de suprimir ou reduzir tributo apurável na forma do Simples Nacional, conforme apurado no processo administrativo nº 11040.727605/2019-18.

Art. 2º A exclusão de ofício e seus efeitos obedecem ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006, artigo 29, incisos V, VIII e XI e §§ 1º, 2º e 9º, inciso II, sujeitando-se a pessoa jurídica excluída, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas, em conformidade com o previsto no artigo 32 da referida Lei Complementar.

Art. 3º É facultado à pessoa jurídica, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Ato, manifestar sua inconformidade quanto à exclusão de ofício, ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, observada a legislação relativa ao processo tributário administrativo, nos termos do artigo 15 do Decreto 70.235, de 6 de março de 1972, e, não havendo manifestação nesse prazo a exclusão tornar-se-á definitiva.

ADRIANE CISMOSKI DA SILVA

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.014, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMPREGADOR RURAL PESSOA JURÍDICA. CONTRIBUIÇÃO SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS. INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS E TRABALHADORES AVULSOS. OPÇÃO DE RECOLHIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. A inexistência de empregados e/ou trabalhadores avulsos impede o direito à opção da forma de tributação de que trata o parágrafo 7º do artigo 25 da Lei n.º 8.870, de 1994, na redação dada pela Lei n.º 13.606, de 9 de janeiro de 2018, uma vez que é condição exigida do empregador o pagamento da contribuição incidente sobre a folha de salários relativa a janeiro de cada ano, ou à primeira competência subsequente ao início da atividade rural.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 286, de 10 de outubro de 2019

Dispositivos Legais: Lei nº 8.870, de 1994, art. 25, § 7º.

MIRZA MENDES REIS
Coordenadora

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 17.534, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 39 da Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara:

Cancelado na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir de 23/11/2019, por solicitação do próprio, o registro do Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Física
JOSÉ ALBERTO TOZZI
CPF: 542.384.478-91

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Nº 17.528 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a PAULO CESAR AZEVEDO RITTO, CPF nº 149.530.567-87, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 17.529 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a MARCELO ABREU MURAD, CPF nº 149.530.567-87, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 17.530 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a BERNARDO PROA BRESSANE, CPF nº 108.541.947-97, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 17.531 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza ALESSANDRO DEL DRAGO, CPF nº 325.790.028-71, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 17.532 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza MARCELO GUIMARÃES LOPO LIMA, CPF nº 132.483.688-10, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 17.533 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a AUGUSTO JANISZEWSKI, CPF nº 147.717.649-72, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATOS DECLARATÓRIOS DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Nº 17.535 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza FERNANDO ABE OHARA, CPF nº 263.126.068-64, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 17.536 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza CRISTIANE REGINA DOS REIS, CPF nº 253.877.278-89, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 17.537 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza ANTONIO CARLOS GOMES JUNIOR, CPF nº 021.429.269-08, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 17.538 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza FERNANDO CARVALHO DE CASTRO, CPF nº 102.510.127-86, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 17.539 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza RODOLFO TORÍBIO FARIAS NAZARIO, CPF nº 736.559.021-15, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 17.540 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a ROBERTO DE OLIVEIRA HARGREAVES, CPF nº 028.203.707-13, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 17.541 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza JOÃO MARCO BRAGA DA CUNHA, CPF nº 056.780.527-13, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 17.542 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza LUIZ CASTELO BRANCO CAVALCANTE, CPF nº 054.141.433-07, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 17.543 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza RAUL MONTEIRO PAES GOUVÊA, CPF nº 188.638.348-06, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 17.544 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a VR ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA., CNPJ nº 11.878.268, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

OVIDIO ROVELLA
Em Exercício

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 1.022, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005990/2019-37, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão celebrado entre a ABRHRS - Associação Brasileira de Recursos Humanos do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 87.135.919/0001-70, na condição de instituidora do Plano Família Previdência Associativo, CNPB nº 2010.0042-56, e a entidade Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL ROBSON AGUIAR

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
DIRETORIA TÉCNICA 1
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES

PORTARIA Nº 140, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.630758/2019-09, resolve:

Art. 1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pela Diretoria da MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 33.608.308/0001-73, com sede na cidade de Rio de Janeiro/RJ, na reunião de diretoria realizada em 30 de setembro de 2019:

I - abertura de filial da Barra da Tijuca - RJ; e

II - alteração dos endereços das filiais da companhia de Florianópolis - SC, CNPJ nº 33.608.308/0026-21, de São José dos Campos - SP, CNPJ nº 33.608.308/0044-03, e de Preves - ES, CNPJ nº 33.608.308/0082-39.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 142, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.628876/2019-49, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pela acionista de VANGUARDACAP CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 11.467.788/0001-67, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 25 de setembro de 2019:

I - redução do capital social em R$ 19.487.468,00, passando-o para R$ 12.000.000,00, dividido em 12.000.000 ações ordinárias, nominativas e com valor nominal unitário de R$ 1,00; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 143, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.628332/2019-87, resolve:

Art. 1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas da MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S. A., CNPJ nº 33.608308/0001-73, representando a totalidade do capital social, na assembleia geral extraordinária realizada em 22 de agosto de 2019:

I - destituição e eleição de membros do conselho de administração;

II - ratificar a composição do conselho de administração.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 144, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.628559/2019-22 e nº 15414.631865/2019-46, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo único acionista de BMG SEGUROS S.A., CNPJ nº 19.486.258/0001-78, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 28 de agosto de 2019:

I - aumento do capital social em R$ 1.000.000,00, elevando-o para R$ 19.750.000,00, dividido em 19.582.704 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 145, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº15414.630536/2019-88, resolve:

Art. 1° Aprovar a reeleição de dois membros do comitê de auditoria do IRB BRASIL RE, CNPJ nº 33.376.989/0001-91, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na 227ª reunião do conselho de administração realizada em 27 de setembro de 2019.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

SUPERINTENDÊNCIA-ADJUNTA DE PROJETOS

DESPACHOS DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Com fundamento nos termos do art. 25, da Lei n.º 8.666/93 e, considerando o contido na Proposição n.º 88, de 16/09/2019, na Resolução CAS n.º 90, de 04/10/2019, aprovada na 288ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Parecer Técnico nº 83/2018/COAPA/CGPRI/SPR, de 04/10/2018, e seu Adendo, de 14/12/2018, no Parecer Jurídico nº 00054/2019/GAB/PFSUFRAMA/PGF/AGU, de 10/09/2019, e no Parecer Técnico Conclusivo, de 13/09/2019, além do cumprimento da Decisão n.º 153/2001 - TCU Plenário, prolatada nos autos do Processo n.º TC 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para alienação do lote nº 12-B-8, com área de 44.041,05 m², localizado na Rua Leucena, s/nº, Gleba D2I - Expansão do Distrito Industrial, à empresa SR LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA., por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único, do Decreto-lei n.º 288/67, referente à implantação do projeto aprovado pela SUFRAMA, tudo de acordo com o processo n.º 52710.001363/2007-34.

GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS
Superintendente Adjunto de Projetos

Ratifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 26, da Lei n.º 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JÚNIOR
Superintendente

Ministério da Educação

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DE PARECER Nº 22, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Reunião ordinária dos dias 4, 5, 6 e 7 do mês de novembro/2019
CONSELHO PLENO

Processos: 23001.000018/2006-09, 23001.000133/2007-56 e 23000.040581/2018-55 Parecer: CNE/CP 22/2019 Comissão: Maria Helena Guimarães de Castro (Presidente), Mozart Neves Ramos (Relator), Alessio Costa Lima, Antonio de Araújo Freitas Júnior, Antonio Carbonari Netto, Aurina Oliveira Santana, Francisco César de Sá Barreto, Ivan Cláudio Pereira Siqueira, Luiz Roberto Liza Curi, Nilma Santos Fontanive e Suely Melo de Castro Menezes Interessado: Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno - Brasília/DF Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) Voto da Comissão: À vista do exposto, nos termos deste Parecer, a Comissão Bicameral submete à apreciação do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação a aprovação do anexo Projeto de Resolução, definindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituindo a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por unanimidade.

PAULO ROBERTO COSTA E SILVA
Secretário-Executivo

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA CONJUNTA Nº 108, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento - Fade, CNPJ nº 11.735.586/0001-59, a atuar como fundação de apoio à Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf, Processo nº 23000.026024/2019-11.

Art. 2º A validade da autorização fica condicionada à apresentação, em 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Portaria, da aprovação, pelo órgão colegiado superior da Ata de deliberação do órgão colegiado superior da instituição a ser apoiada mediante autorização, manifestando prévia concordância com a solicitação de autorização, nos termos do art. 4º, IV, da Portaria Interministerial MEC/MCTI nº 191, de 13/3/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNALDO LIMA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas

PORTARIA CONJUNTA Nº 109, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba - PaqTcPB, CNPJ nº 09.261.843/0001-16, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, processo nº 23000.025943/2019-69.

Art. 2º A validade da autorização fica condicionada à apresentação, em 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Portaria, a ata de deliberação do órgão colegiado superior da instituição a ser apoiada mediante autorização, nos termos do art. 4º, IV da Portaria Interministerial MEC/MCTI nº 191, de 13-3-2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNALDO LIMA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas

PORTARIA CONJUNTA Nº 110, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE, CNPJ nº 20.320.503/0001-51, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG, processo nº 23000.026266/2019-04.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNALDO LIMA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas

PORTARIA CONJUNTA Nº 111, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais - Funcate, CNPJ nº 51.619.104/0001-10, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Nacional de Tecnologia - INT, processo nº 23000.026258/2019-50.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNALDO LIMA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas

PORTARIA CONJUNTA Nº 112, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão e Inovação - Fadex, CNPJ nº 07.501.328/0001-30, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal do Piauí - IFPI, Processo nº 23000.022271/2019-30.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNALDO LIMA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas

PORTARIA CONJUNTA Nº 113, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - Fadesp, CNPJ nº 05.572.870/0001-59, a atuar como fundação de apoio ao Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG, processo nº 23000.028175/2019-03.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNALDO LIMA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas

PORTARIA CONJUNTA Nº 114, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais - Funcate, CNPJ nº 51.619.104/0001-10, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, Processo nº 23000.026215/2019-74.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNALDO LIMA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas

PORTARIA CONJUNTA Nº 115, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação Luiz Englert - FLE, CNPJ nº 92.971.845/0001-42, a atuar como fundação de apoio à Universidade Federal do Pampa - Unipampa, Processo nº 23000.027296/2019-20.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNALDO LIMA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas

PORTARIA CONJUNTA Nº 116, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais - Funcate, CNPJ nº 51.619.104/0001-10, a atuar como fundação de apoio ao Hospital das Forças Armadas - HFA, Processo nº 23000.026741/2019-34.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNALDO LIMA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas

PORTARIA CONJUNTA Nº 117, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais - Funcate, CNPJ nº 51.619.104/0001-10, a atuar como fundação de apoio ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA, Processo nº 23000.027579/2019-71.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNALDO LIMA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas

PORTARIA CONJUNTA Nº 118, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba - Funepu, CNPJ nº 20.054.326/0001-09, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM, Processo nº 23000.023166/2019-18.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNALDO LIMA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas

PORTARIA CONJUNTA Nº 119, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FAI-UFSCar, CNPJ nº 66.991.647/0001-30, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP, Processo nº 23000.008988/2019-79.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNALDO LIMA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas

PORTARIA CONJUNTA Nº 122, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização do Ifam - Faepi, CNPJ nº 04.623.300/0001-88, a atuar como fundação de apoio à Universidade Federal do Amazonas - Ufam, Processo nº 23000.029879/2019-95.

Art. 2º A validade da autorização fica condicionada à apresentação, em 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Portaria, da comprovação da participação de no mínimo dois terços de pessoas vinculadas à instituição apoiada mediante autorização nos projetos desenvolvidos pela fundação de apoio em parceria com a referida instituição, nos termos do art. 5º, inciso II, da Portaria Interministerial MEC/MCTI nº 191, de 13 de março de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNALDO LIMA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas

PORTARIA CONJUNTA Nº 123, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura - Fapec, CNPJ nº 15.513.690/0001-50, a atuar como fundação de apoio ao Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian - Humap-UFMS-Ebserh, Processo nº 23000.024525/2019-54.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNALDO LIMA
Secretário de Educação Superior

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 2.988, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

A REITORA SUBSTITUTA EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria IFMT nº 877, de 20.04.2017 e considerando os fatos apurados no PAAI - Processo Administrativo de Apuração de Irreguralidade nº. 23753.000117.2019-02 (IFMT - Campus Avançado Tangará da Serra).resolve:

Art.1 Aplicar sanção à empresa SANTOS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº. 13.290.129/0001-23, na modalidade de Impedimento e Licitar e contratar com a Administração e Descredenciamento no SICAF pelo período de 06 (Seis) meses, a contar do registro no SICAF, com base prevista no Art. 7º da lei nº 10.520/02 e do Art. 28 do Decreto Federal nº 5.450/05.

Art.2º A aplicação da sanção se dá, motivada em síntese, por ter descumprido obrigação estabelecida no Manual de Fiscalização de Contratos e itens 13.8, 13.9.2, 13.12, 15.5 e 17.12 do Contrato nº 04/2018 e itens 19.1.1 e 19.2.2 do termo de referência anexo do Edital 01/2018 (IFMT- Campus Alta Floresta), pela inexecução total ou parcial das obrigações contatuais, falta do depósito garantia, não envio de EPIs e uniforme atraso no pagamento dos salários e obrigações trabalhistas à funcionários em conformidade com a legislação pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.Art. 4º Cientifique-se e cumpra-se.

GLAUCIA MARA DE BARROS

PORTARIA Nº 3.007, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

A REITORA SUBSTITUTA EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria IFMT nº 877, de 20.04.2017 e considerando os fatos apurados no PAAI - Processo Administrativo de Apuração de Irreguralidade nº. 23192.000035.2019-52 (IFMT - Campus Campo Novo do Parecis).resolve:

Art.1 Aplicar sanção à empresa COMLIMP LTDA inscrita no CNPJ sob o nº. 08.785.473/0001-53, na modalidade de Impedimento e Licitar e contratar com a Administração e Descredenciamento no SICAF pelo período de 05 (Cinco) anos, a contar do registro no SICAF, com base prevista no Art. 7º da lei nº 10.520/02 e do Art. 28 do Decreto Federal nº 5.450/05.

Art.2º A aplicação da sanção se dá, motivada em síntese, por ter descumprido obrigação estabelecida no Manual de Fiscalização de Contratos e itens 19.3, 19.3.1, 19.3.2.4, 19.3.2.5 e 19.3.3 do termo de referência anexo do Edital 01/2018 (IFMT- Campus Alta Floresta), pela inexecução total ou parcial das obrigações contatuais, atraso no pagamento dos salários e obrigações trabalhistas à funcionários em conformidade com a legislação pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Cientifique-se e cumpra-se.

GLAUCIA MARA DE BARROS

PORTARIA Nº 3.025, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

A REITORA SUBSTITUTA EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, designada pela Portaria IFMT nº 877, de 20.04.2017, publicada no D.O.U. em 25.04.2017 e considerando o Edital IFMT nº57/2019, publicado no D.O.U de 31.05.2019, e seus editais complementares/retificadores, resolve:

I - Homologar o resultado do Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Carreira de Técnico Administrativo em Educação de que trata a Lei n.º 11.091/2005, deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, apresentando a relação dos candidatos aprovados e classificados no concurso, obedecida à ordem de classificação, conforme o número de vagas ofertadas no Edital n.º 57/2019 e o Anexo II do Decreto 6.944/2009 alterado pelo Decreto nº 9.739/2019, conforme segue:

CAMPUS ALTA FLORESTA
CARGO: TÉCNICO DE LABORATÓRIO/QUÍMICA - NÍVEL "D"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Letícia Barbosa de Oliveira	83	Aprovado
2º	Gracy Kelly Faria Oliveira	78	Classificado
3º	José Victor Lopes Candela	77	Classificado
4º	Matias Monçalves Araújo	73	Classificado
5º	Willian Tsuyoshi Kume	73	Classificado

CARGO: TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NÍVEL "D"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Vinícius Barbosa da Silva	71	Aprovado
2º	Cristiano José Frassato	64	Classificado
3º	Iraecio de Sousa Carvalho	63	Classificado
4º	Silvio Márcio Inoui Filho	57	Classificado
5º	Margarido Sebastião Vilarinho Neto	54	Classificado

CAMPUS CÁCERES - PROF. OLEGÁRIO BALDO
ENFERMEIRO - NÍVEL "E" (NEGROS)

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Érico Mariano Deniz	59	Aprovado
2º	Ariadne Fabiola Ortega de Araújo	59	Classificado
3º	Emanuella Lisboa Baião Lira	58	Classificado
4º	Jeferson Oliveira Silva	58	Classificado
5º	Vanessa Alves Mendes	57	Classificado
6º	Verônica Silva Sales	57	Classificado
7º	Tâmara Silva e Silva	57	Classificado

CARGO: TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - NÍVEL "E"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Ana Cláudia Braz Onezorg	84	Aprovado
2º	Bruno de Melo Delatin	80	Classificado
3º	Rosimeire Aparecida Penariol	75	Classificado
4º	Eunice Medeiros Alves dos Reis	73	Classificado
5º	Eliane Nunes Viana	72	Classificado
6º	Rosana Arruda de Souza	72	Classificado

CARGO: TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA - NÍVEL "D"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Bruno Neves de Campos	68	Aprovado
2º	Mateus da Silva Tonon	67	Classificado
3º	Murillo Vieira dos Santos	65	Classificado
4º	Edivan Queiroz Pereira Regis	65	Classificado
5º	Eder Barbosa Cruz	62	Classificado

CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS
CARGO: TÉCNICO DE LABORATÓRIO/AGROPECUÁRIA - NÍVEL "D"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Wilker Kaio dos Santos Nogueira	70	Aprovado
2º	Thiago Montagner Souza	69	Classificado
3º	Géssica Tais Zanetti	67	Classificado
4º	Eliza Vitória Marinho Viana	67	Classificado
5º	Renato Jaqueto Goes	64	Classificado
6º	Vitor Vicente Klein	64	Classificado

CARGO: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA - NÍVEL "D" (NEGROS)

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Agnaldo dos Santos Sousa	77	Aprovado
2º	Gislaine Paola de Oliveira Barbosa	70	Classificado
3º	Fernanda Porto	65	Classificado
4º	Eden Adriel Campos Silva	64	Classificado
5º	Fernanda Gonçalves de Souza	64	Classificado

CARGO: TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS - NÍVEL "D"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Flavia Campello	78,3	Aprovado
2º	Stella Martins Pereira	78,3	Classificado
3º	Jéssica Fernanda de Souza	68,3	Classificado
4º	Gilliard Pereira de Oliveira	68,2	Classificado
5º	Thalita Mayrink Xavier Passos	65,0	Classificado

CARGO: TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - NÍVEL "E"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Lucas Monteiro Caldeira	83	Aprovado
2º	Bruna da Costa Pereira	81	Classificado
3º	Solange Arnoldt Bertotti	81	Classificado
4º	Carlos Lisboa Rodrigues	78	Classificado
5°	Marília Queiros Costa Müller	76	Classificado

CARGO: TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - NÍVEL "E" (NEGROS)

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Wagner Tenório dos Santos	82	Aprovado
2º	Carlos Lisboa Rodrigues	78	Classificado
3º	Walkíria Mathias Romão	71	Classificado
4º	Edivania Maria de Jesus Silvia Sousa	67	Classificado

CARGO: TÉCNICO DE LABORATÓRIO/INFORMÁTICA - NÍVEL "D" (PcD)

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Luiz Paulo Carneiro Pereira Filho	70	Aprovado
2º	Matheus Guido Hack	51	Classificado

CAMPUS CONFRESA
CARGO: TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA - NÍVEL "E"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Vitor José Batista Vittorazi	87	Aprovado
2º	Manoel Alves de Souza	75	Classificado
3º	Luana Zapelini da Silveira	73	Classificado
4º	Junior Rafael de Souza	71	Classificado
5º	Lucimara Farias Pereira	70	Classificado
6º	Betânia Maria Canei de Almeida	70	Classificado

CARGO: TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS - NÍVEL "D"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Luciano Bruno dos Santos Lobato	76,2	Aprovado
2º	Ícaro Paiva Fernandes	76,2	Classificado
3º	Taiene Marcela dos Santos Almeida Domelide	70,3	Classificado
4º	Lucas Baracho Sousa	64,5	Classificado
5º	Styviani Martins Pereira da Silva	62,3	Classificado

CAMPUS AVANÇADO DIAMANTINO
CARGO: TÉCNICO DE LABORATÓRIO/QUÍMICA - NÍVEL "D"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Luana Laiame de Oliveira	79	Aprovado
2º	Francyele dos Santos Correia	75	Classificado
3º	Vitor Alves de Oliveira	72	Classificado
4º	Devalnir Manoel de Arruda	63	Classificado
5º	Isabella Adjany Sella Silva	63	Classificado

CARGO: TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - NÍVEL "E"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Roberta Lillyan Rodrigues Reis	86	Aprovado
2º	Marcos Aurélio Bitencourt dos Santos	76	Classificado
3º	Ronaldo Alves Ribeiro dos Santos	74	Classificado
4º	Myriã Letycia Silva do Nascimento	74	Classificado
5º	Aparecida Maria Santos Guimarães	73	Classificado

CARGO: TÉCNICO DE LABORATÓRIO/INFORMÁTICA - NÍVEL "D" (NEGROS)

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Maurício Humberto dos Santos Pereira	71	Aprovado
2º	Andrew Ribeiro Silva	68	Classificado
3º	Wellington Junior de Jesus	67	Classificado
4º	Laider Lucas Comin Vieira	65	Classificado

CAMPUS AVANÇADO GUARANTÃ DO NORTE
CARGO: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA - NÍVEL "D"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Giselly Juchnievski de Oliveira	83	Aprovado
2º	Jorge Diógenes de Souza	78	Aprovado
3º	Gabriel Saraiva da Rocha	75	Classificado
4º	Tulio Martinez Santos	74	Classificado
5º	Éllen Cristina Alves Anicésio	71	Classificado
6º	Antonio Aparecido de Barros	69	Classificado
7º	Alex de Paula Santos	68	Classificado
8º	Rafael Natan dos Santos Guerreiro Campos	67	Classificado
9º	Rafael Benetti	67	Classificado
10º	Osvaldo Junior Cavalcante Silva	67	Classificado

CAMPUS CUIABÁ - CEL. OCTAYDE JORGE DA SILVA
CARGO: ENFERMEIRO - NÍVEL "E"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Jéssica Almeida Rodrigues	76	Aprovado
2º	Natania Candeira dos Santos	75	Classificado
3º	Wilma Nunes Martins Zorzan	75	Classificado
4º	Nathalia Fernandes	74	Classificado
5º	Édyla Paula Xavier dos Santos	69	Classificado
6º	Marielle Jeani Prasnievski da Silva	69	Classificado

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL - NÍVEL "E"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Felipe Luiz Cacefo Alfino	84	Aprovado
2º	Robson Júnior Pereira Peres	72	Classificado
3º	Eliton Lopes de Souza	70	Classificado
4º	Ana Taís Góes Freitas	66	Classificado
5º	Francisco Cezar Rodrigues Alves	65	Classificado

CAMPUS JUÍNA
CARGO: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO - NÍVEL "D"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Hubaldo Baren Soares de Freitas	85	Aprovado
2º	Michele Tatiane dos Santos	84	Classificado
3º	Darlan Chagas da Cruz	84	Classificado
4º	Eliane de Campos Rodrigues	81	Classificado
5º	Juliana Bruning Azevedo	80	Classificado
6º	Viviane Lacerda Amaral	80	Classificado

CARGO: TÉCNICO DE LABORATÓRIO/QUÍMICA - NÍVEL "D" (NEGROS)

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Weber Lara Lima da Silva	79	Aprovado
2º	Fernando Santos da Silva	75	Classificado
3º	Durval Cesar Batista de Carvalho	71	Classificado

CAMPUS AVANÇADO LUCAS DO RIO VERDE
CARGO: ASSISTENTE DE ALUNO - NÍVEL "C"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Juliana Kolodziey Alves	80	Aprovado
2º	Bruna Santos Araújo	74	Classificado
3º	Thomas Santos Correa	72	Classificado
4º	Marcos de Moraes Pereira	71	Classificado
5º	Ana Paula Zimmer Dias	68	Classificado

CAMPUS PRIMAVERA DO LESTE
CARGO: CONTADOR - NÍVEL "E" (PcD)

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Carlos Eliano Silva Araújo	71	Aprovado
2º	Liria Ivanice Bretano dos Santos	65	Classificado
3º	Samila Dalva de Jesus Silva	58	Classificado
4º	Anderson Moraes de Souza Silva	56	Classificado
5º	Gabriel Joanol Dysarsz	53	Classificado

CARGO: TÉCNICO EM AUDIOVISUAL - NÍVEL "D"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Phelipe Dall'apria Paes de Barros Campos	68	Aprovado
2º	Emanuel Dezanetti	66	Classificado
3º	Thiago Luiz Setubal de Almeida	62	Classificado
4º	Rodrigo Henrique de Oliveira	61	Classificado
5º	Matheus Magno de Campos Bispo	57	Classificado

REITORIA
CARGO: ARQUIVISTA - NÍVEL "E" (NEGROS)

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Francisco Sávio da Silva	72	Aprovado
2º	Luana de Almeida Nascimento	71	Classificado
3º	Luiz Fernando Andrade Lima Júnior	53	Classificado

CAMPUS RONDONÓPOLIS
CARGO: ARQUIVISTA - NÍVEL "E"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Luiz Henrique Souza de Giácomo	80	Aprovado
2º	Maríllia Cunha Câmara Quixaba da Silva	77	Classificado
3º	Anelise Heidi Rempel	69	Classificado
4º	Caroline Teixeira da Silva Polli	69	Classificado
5º	Marcílio Herculano da Costa	64	Classificado
6º	Marcelo de Araújo Matos	64	Classificado

CARGO: TÉCNICO DE LABORATÓRIO/QUÍMICA - NÍVEL "D"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Alanna Evellin Alves Ferreira	89	Aprovado
2º	Aline do Couto Freire	89	Classificado
3º	Valeria Ferreira Oliveira	83	Classificado
4º	Paulo César Cavalcante Vila Nova	79	Classificado
5º	Jailton Marques da Silva	78	Classificado

CAMPUS SÃO VICENTE
CARGO: CONTADOR - NÍVEL "E"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Eleia Santos Costa de Oliveira	90	Aprovado
2º	Jadde Auxiliadora de Amorim Barbosa	86	Classificado
3º	Evandro Maciel Garcia	80	Classificado
4º	Igor Melk Marques Oliveira	80	Classificado
5º	Franklyn Oliveira Firmo	78	Classificado
6º	Matheus Magalhães de Souza	78	Classificado

CARGO: TÉCNICO DE LABORATÓRIO/BIOLOGIA - NÍVEL "D" (NEGROS)

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	André Silva	92	Aprovado
2º	Vanessa Mendes Rego	83	Classificado
3º	Gabriela Santos Borges da Silva	71	Classificado
4º	Bruna dos Santos França	69	Classificado
5º	Eliude Boaventura Matos	68	Classificado

CAMPUS SORRISO
CARGO: ASSISTENTE DE ALUNO - NÍVEL "C"

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Caroline Lopes Queiroz	80	Aprovado
2º	Rafael Médici Olini	78	Classificado
3º	Tamires Araújo de Oliveira	72	Classificado
4º	Alice Francisca da Silva Vechi	70	Classificado
5º	Alex Soares Hertzog	68	Classificado
6º	Altaide Gomes de Sousa Franco	68	Classificado
7º	Francielly Moraes dos Anjos	68	Classificado

CARGO: TÉCNICO EM AUDIOVISUAL - NÍVEL "D" (NEGROS)

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Helder Silva de Melo	52	Aprovado

CAMPUS AVANÇADO TANGARÁ DA SERRA
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - NÍVEL E

Ordem	Nome	Pontuação Final	Situação
1º	Tainan Cristina de Araújo Bogo	85	Aprovado
2º	Sarah da Silva Soares	76	Classificado
3º	Elielmax Eduardo Ramos	74	Classificado
4º	Soraide Isabel Ferreira	69	Classificado
5º	Joseany Luiza de Amorim	67	Classificado
6º	Cássyo André Sonda	67	Classificado

II - A classificação neste concurso público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Serviço Público Federal, mas apenas a expectativa de ser nele admitido, seguindo a ordem classificatória e ficando a concretização do ato condicionada às disposições legais pertinentes e, sobretudo ao interesse e conveniência da Administração.

III - O concurso público de que trata o Edital IFMT nº 057/2019 terá validade de 01 (um) ano, a contar da data de publicação desta Portaria de Homologação do Resultado Final no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, de acordo com a conveniência e necessidade deste IFMT.

IV - Cientifiquem-se e Cumpram-se.

GLÁUCIA MARA DE BARROS

PORTARIA Nº 3.035, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Presidencial de 11/04/2017, publicado no DOU de 12/04/2017, e considerando o Ofício nº 161/2019 - BAG-GAB/BAG-DG/CBGARCA/RTR/IFMT, de 19/09/2019, resolve:

I - Extinguir a nomenclatura da função comissionada da Estrutura Organizacional do IFMT Campus Barra do Garças, de Coordenação dos Cursos Técnicos da Área de Informática, código FCC;

II - Criar na Estrutura Organizacional do IFMT Campus Barra do Garças, a função comissionada a Coordenação do Curso Técnico em Alimentos, código FCC.

III - Cientifiquem-se e cumpram-se.

WILLIAN SILVA DE PAULA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 2.467, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

A Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência n° 448, de 17/05/2011, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, conforme Edital n° 02/2018, publicado no DOU de 27/12/2018.

Campus: Salvador	Unidade: Faculdade de Direito
Departamento: Direito Público	Área de Conhecimento: Teoria Geral do Processo, Direito Processual Civil e Prática Jurídica Cível
Classe: Assistente A	Regime de Trabalho: 40 horas
Processo: 23066.059775/19-41	Vagas Ampla Concorrência: 1
Ord Classif Geral	Nome
1º	Elie Pierre Eid
2º	Gabriela Expósito Tenório Miranda de Morais

DENISE VIEIRA DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 1.372, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que consta do Documento avulso nº 23068.081179/2019-27, resolve:

Prorrogar, pelo período de 01 (um) ano, a partir de 27/12/2019, a validade do Concurso Público para provimento dos cargos do Quadro de Pessoal Técnico Administrativo desta Universidade de que trata o Edital nº 70/2018-R, publicado do DOU em 20/08/2018, homologação publicada no DOU em 27/12/2018.

REINALDO CENTODUCATTE

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 640, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

A Pró-Reitora de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor Substituto nº 23109.003792/2019-80; resolve:

Art. 1º. Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 061/2019, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Pediatria, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Sanny Kemelly Miquelante Yoshida.

Art. 2º A seleção de que trata a presente Portaria terá validade de 01 (um) ano, contada a partir da publicação desta no Diário Oficial da União/DOU.

RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÕES DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Nº 7.909 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 396ª reunião ordinária, realizada em 29 de novembro de 2019, no uso de suas atribuições legais, Considerando a resolução CEPE nº 7.657, que homologou o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 47/2018 (44) DEQUI/ICEB; Considerando o disposto no Processo UFOP nº 23109.001722/2018-14, resolve:

Prorrogar por um ano, a partir de 20 de dezembro de 2019, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, Nível 1, para a área de Análise de Traços e Química Ambiental, do Departamento de Química (DEQUI) do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, de que trata o Edital PROAD nº 47/2018 (44), cujo resultado foi homologado pela resolução CEPE n.º 7.657.

Nº 7.910 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 396ª reunião ordinária, realizada em 29 de novembro de 2019, no uso de suas atribuições legais, Considerando a resolução CEPE nº 7.656, que homologou o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 24/2018 (37) DECBI/ICEB; Considerando o disposto no Processo UFOP nº 23109.001731/2018-05, resolve:

Prorrogar por um ano, a partir de 20 de dezembro de 2019, final do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, Nível 1, para a área de Fisiologia dos Órgãos e Sistemas, do Departamento de Ciências Biológicas (DECBI) do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, de que trata o Edital PROAD nº 24/2018 (37), cujo resultado foi homologado pela resolução CEPE n.º 7.656.

Nº 7.911 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 396ª reunião ordinária, realizada em 29 de novembro de 2019, no uso de suas atribuições legais, Considerando a resolução CEPE nº 7.636, que homologou o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 24/2018 (19) DEURB/EM; Considerando o disposto no Processo UFOP nº 23109.001798/2018-31, resolve:

Prorrogar por um ano, a partir de 19 de dezembro de 2019, a validade do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, Nível 1, para a área de Matemática Aplicada, do Departamento de Engenharia Urbana (DEURB) da Escola de Minas, de que trata o Edital PROAD nº 24/2018 (19),cujo resultado foi homologado pela resolução CEPE n.º 7.636.

Nº 7.912 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 396ª reunião ordinária, realizada em 29 de novembro de 2019, no uso de suas atribuições legais, Considerando a resolução CEPE nº 7.639, que homologou o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 24/2018 (33) DECSI/ICEA; Considerando o disposto no Processo UFOP nº 23109.001735/2018-85, resolve:

Prorrogar por um ano, a partir de 19 de dezembro de 2019, final do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Assistente A, Nível 1, para a área de Ciência da Computação / Sistemas de Computação e Teleinformática, do Departamento de Computação e Sistemas (DECSI) do Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas, de que trata o Edital PROAD nº 24/2018 (33), cujo resultado foi homologado pela resolução CEPE n.º 7.639.

Nº 7.914 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 396ª reunião ordinária, realizada em 29 de novembro de 2019, no uso de suas atribuições legais, Considerando o disposto no Processo UFOP nº 23109.001921/2019-03, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor Classe A, denominação Adjunto A, nível 1, na área de Línguas Estrangeiras Modernas do Departamento de Letras (DELET) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), de que trata o Edital PROAD nº 39/2019 (33), de 03 de maio de 2019, publicado no DOU em 06 de maio de 2019, com suas retificações, no qual foram aprovadas as candidatas:

AMPLA CONCORRÊNCIA		
Nome	Classificação	Nota final
Viviane Raposo Pimenta	1ª	33,82
Larissa Ceres Rodrigues Lagos	2ª	25,54

CANDIDATOS QUE SE DECLARARAM NEGROS
Não houve candidatos aprovados

CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA
Não houve candidatos aprovados

Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata esta resolução será de (01) um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da data da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme disposto no item 11.4 do Edital PROAD nº 39/2019.

CLÁUDIA APARECIDA MARLIÉRE DE LIMA
Presidente do Conselho

Ministério da Infraestrutura

COMISSÃO NACIONAL DE AUTORIDADES AEROPORTUÁRIAS

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Manual para Alocação de Áreas em Aeroportos para Órgãos Públicos Membros da CONAERO.

A COMISSÃO NACIONAL DE AUTORIDADES AEROPORTUÁRIAS - CONAERO, na forma dos artigos 36 e 39, inciso IV, ambos do Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019; e nos termos da competência delineada no inciso III, do art. 3º do Decreto nº 7.554, de 15 de agosto de 2011, resolve, ad referendum:

Art. 1º O item C e a tabela C.2.3 do Manual para Alocação de Áreas em Aeroportos para Órgãos Públicos Membros da CONAERO, passam a vigorar com a seguinte redação nas páginas 16 e 17:

"C. IDENTIFICAÇÃO, LOCAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DAS ÁREAS ÚTEIS MÍNIMAS NECESSÁRIAS NOS TERMINAIS DE PASSAGEIROS EM FUNÇÃO DA QUANTIDADE DE PASSAGEIROS INTERNACIONAIS PROCESSADOS ANUALMENTE (PAX/ANO).

(...)

C.2.3 Dimensionamento

Categoria do Aeroporto	Nº PAX/ANO	Área mínima em m^2	Nº de servidores
Pequeno Porte	até 1 milhão de PAX/ANO	30	Até 3
Médio Porte	entre 1 e 5 milhões de PAX/ANO	39	4
Grande Porte	entre 5 e 10 milhões de PAX/ANO	48	5
Porte Especial	entre 10 e 15 milhões de PAX/ANO	57	6
Porte Especial I	entre 15 e 20 milhões de PAX/ANO	66	7
Porte Especial II	entre 20 e 25 milhões de PAX/ANO	75	8
Porte Especial III	acima de 25 milhões de PAX/ANO	84	9 em diante

C.3. ...

C.3.4 Para o dimensionamento das Áreas 1 a 7 previstas na tabela abaixo, deverão ser consideradas as equações das "Premissas do Cálculo de Áreas Mínimas Operacionais para a Chegada de PAX Int. por Hora", adotando o número máximo de passageiros internacionais segundo a frequência e a escala realmente previstas para o aeroporto. Os valores previstos na tabela abaixo são para fins ilustrativos de cálculo.

" (NR)

Parágrafo único. O inteiro teor do Manual para Alocação de Áreas em Aeroportos para Órgãos Públicos Membros da CONAERO encontra-se disponível no sítio do Ministério da Infraestrutura na rede mundial de computadores endereço: https://www.infraestrutura.gov.br/conaero.html.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO OTAVIO MOREIRA DA CRUZ
Coordenador
Substituto

SECRETARIA DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS

PORTARIA Nº 4.949, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

Aprova a alteração da Descrição do Projeto da empresa UTE GNA I Geração de Energia S.A. aprovado para fins de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, no projeto que consiste na implantação de um terminal de importação, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) destinado à atração de embarcação adaptada para operação de regaseificação (Floating Storage Regasification Unit - FSRU).

O SECRETÁRIO DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria GM/MINFRA nº 2.787, de 24 de junho de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 35 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007; no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e o que consta no Processo nº 50000.045113/2018-40, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração da Descrição do Projeto da empresa UTE GNA I Geração de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n° 23.449.511/0001-90, cujo Projeto consiste na implantação de um terminal de importação, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) destinado à atração de embarcação adaptada para operação de regaseificação (Floating Storage Regasification Unit - FSRU), no Estado do Rio de Janeiro, objeto do Contrato de Adesão nº 01/2019 - Minfra, referente à Portaria do Ministério da Infraestrutura nº 1034, de 28 de março de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 2 de abril de 2019, e ao Ato Declaratório Executivo DRF/CGZ nº 10, de 9 de maio de 2019.

Art. 2° A Descrição do Projeto da empresa UTE GNA I Geração de Energia S.A. constante do Anexo da Portaria do Ministério da Infraestrutura nº 1034, de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Descrição do Projeto	O Projeto consiste na implantação de um terminal de importação, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito (GNL), o Terminal de GNL, que integra o Terminal 2 do Complexo Portuário do Açu
	e será composto por uma instalação *offshore* para o recebimento de GNL e uma Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação (*Floating Storage Regasification Unit* -
	FSRU), com cerca de 66.684,27 m², onde será instalada superestrutura a ser construída nos caixões que constituem o Molhe Norte, que irá receber o GNL a partir de navios transportadores de GNL,
	armazená-lo e regasificá-lo; e instalações *onshore* para a movimentação do gás natural, incluindo o gasoduto, com área total de
	aproximadamente 58.819,36 m², objeto do Contrato de Adesão nº 01/2019 - Minfra.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÉRICO REIS GUZEN

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 4.976, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições que lhe confere o Art. 19, da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB);

Considerando o que dispõe a Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015;

Considerando a publicação da Resolução CONTRAN nº 691, de 27 de setembro de 2017;

Considerando o que consta no processo administrativo nº 50000.028581/2019-31, resolve:

Art. 1º Esta Portaria credencia, por 04 (quatro) anos, a partir da sua publicação, nos termos do § 1º, do art. 10, da Resolução CONTRAN nº 691, de 2017, a pessoa jurídica JM BIOANALISES SOCIEDADE SIMPLES LTDA, CNPJ nº 07.056.044/0001-82, sediada na Rua Humberto Milanesi, nº 436, Parque Residencial Primavera, CEP 18.610-385, Botucatu/SP, para realização de exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias.

Art. 2º A credenciada registrará o resultado do exame toxicológico diretamente na Base do RENACH Nacional.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE
GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 3.559, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1942, de 22 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 145, e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.061111/2019-56, resolve:

Art. 1º Tornar pública a suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 1209-01/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico ARIA ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE AERONAVES LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

PORTARIA Nº 3.701, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1942, de 22 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 145 e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.029601/2019-68, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção nº 1910-32/ANAC, emitido em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico TOWER PROJECTS & AVIATION LTDA - EPP.

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 3.642, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.002958/2019-98, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Guarulhos - Governador André Franco Montoro;

II - código identificador do aeródromo - CIAD: SP0002;

III - município (UF): São Paulo (SP); e

IV- ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 13° 02' 16'' S / 055° 57' 01'' W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 271/DGAC de 18 de novembro de 1984, publicada no Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 29 de novembro de 1984,

II - a Portaria nº 19/SOP de 11 de janeiro de 1989, publicada no Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 27 de janeiro de 1989, e

III - a Portaria nº 436/SOP de 26 de dezembro de 1991, publicada no Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 5 de fevereiro de 1992.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 3.698, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1260, de 24 de abril de 2019, no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 137 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.023450/2019-23, resolve:

Art. 1º Tornar Pública a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2019-11-0OFW-00-00, emitido em 19 de novembro de 2019, em favor da sociedade empresária AGRO RAÇA AEROAGRÍCOLA EIRELI, CNPJ - 32.375.059/0001-50.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO DINIZ DEL BEL

PORTARIA Nº 3.699, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1260, de 24 de abril de 2019, no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 137 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.018060/2019-31, resolve:

Art. 1º Tornar Pública a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2019-11-0OFX-01-00, emitido em 26 de novembro de 2019, em favor da sociedade empresária GUSTAVO BAZEGGIO DA ROCHA PULVERIZACAO EIRELI, CNPJ - 32.025.498/0001-33.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO DINIZ DEL BEL

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 7.402, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.019173/2019-11 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 698-ANTAQ, de 29 de setembro de 2019, de titularidade da empresa SEADE & GURGEL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.457.158/0001-01, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 4º Termo Aditivo, em virtude de mudança do Esquema Operacional.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

PORTARIA Nº 426, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, com base na Instrução Normativa nº 01/2019, de 10 de janeiro de 2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.001552/2019-47, ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Aprovar a inclusão de novos itens ao Plano Anual de Contratações da ANTAQ referente ao exercício de 2020, nos termos da lista SEI nº 0915068.

Art. 2º Conferir ao Superintendente de Administração e Finanças a atribuição de lançar no Sistema de Planejamento de Contratações - PGC, do Governo Federal, os itens de que trata o artigo anterior.

Art. 3º Condicionar a execução do Plano Anual de Contratações da ANTAQ de 2020 à disponibilidade orçamentária e à avaliação de conveniência e oportunidade por parte da autoridade competente quando da autorização da contratação.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO POVIA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 869, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a excepcional prorrogação do emprego da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária no Estado de Roraima.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 37 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, e a Portaria nº 65, de 25 de janeiro de 2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 204, de 21 de novembro de 2018, do Ministério da Segurança Pública, que autorizou o emprego da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária no Estado de Roraima pelo período de 22 de novembro de 2018 a 19 de fevereiro de 2019, prazo prorrogado até 29 de novembro de 2019 pela Portaria nº 106, de 11 de fevereiro de 2019, pela Portaria nº 292, de 28 de março de 2019 e pela Portaria nº 756, de 27 de setembro de 2019, todas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e o contido no Processo nº 08000.043442/2019-71, resolve:

Art. 1º Autorizar, excepcionalmente, a prorrogação do emprego da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária, em caráter episódico e planejado, em apoio ao Governo do Estado de Roraima, por mais sessenta dias, a contar de 30 de novembro de 2019 até 28 de janeiro de 2020, para exercer atividades e serviços de guarda, vigilância e custódia de presos, previstas no inciso IV do art. 3º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico e a supervisão dos órgãos de administração penitenciária e segurança pública do ente federado solicitante, nos termos do convênio de cooperação firmado entre as partes, durante a vigência da portaria autorizativa.

Art. 3º O número de profissionais a ser disponibilizado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, que será gradativamente reduzido, obedecerá ao planejamento definido pelos entes envolvidos na operação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MORO

PORTARIA Nº 867, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre o emprego dos servidores mobilizados da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública em operações integradas de segurança pública e defesa social.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, o art. 37 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, os arts. 29 a 31 do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º A presente Portaria dispõe sobre o emprego dos servidores mobilizados da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública em operações integradas de segurança pública e defesa social.

Parágrafo único. Consideram-se operações integradas de segurança pública e defesa social aquelas planejadas e coordenadas a partir de ambiente comum, gerenciadas ou apoiadas pela Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que envolvam órgãos de segurança, fiscalização e controle, federais, estaduais, municipais ou distrital.

Art. 2º Os servidores mobilizados da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública poderão ser empregados em operações integradas de segurança pública e defesa social em qualquer parte do território nacional mediante solicitação expressa:

I - do Governador do Estado e do Distrito Federal;

II - de Ministro de Estado;

III - dos Secretários de Segurança Pública ou equivalentes;

IV - da Polícia Federal;

V - da Polícia Rodoviária Federal;

VI - do Departamento Penitenciário Nacional; ou

VII - dos órgãos de fiscalização e controle federais, estaduais, municipais ou distrital.

Parágrafo único. Para efetivo emprego, a Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública deverá levar em consideração os servidores mobilizados que tenham experiência na área em que serão empregados.

Art. 3º A autorização de emprego será conferida mediante ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, desde que precedida de manifestação técnica favorável da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

§ 1º Para fins do disposto no caput, competirá à Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública analisar a:

I - oportunidade e conveniência da medida;

II - viabilidade operacional da solicitação; e

III - disponibilidade orçamentária para atendimento do pleito do solicitante.

§ 2º O ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública que determinar o emprego dos servidores mobilizados da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública conterá as diretrizes que nortearão o desenvolvimento das operações integradas de segurança pública e defesa social.

Art. 4º Os servidores mobilizados da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública que venham a responder a inquérito policial ou a processo judicial em função do seu emprego nas operações integradas de segurança pública e defesa social serão representados judicialmente pela Advocacia-Geral da União, nos termos do § 11 do art. 5º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MORO

PORTARIA Nº 876, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio à Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no Estado de Mato Grosso, nas ações de combate à criminalidade organizada transfronteiriça e na implementação do Programa VIGIA.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e os Convênios de Cooperação Federativa celebrados entre a União e os Estados, e tendo em vista o contido no Processo nº 08020.005716/2019-95, , resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, nas ações de polícia judiciária, no combate à criminalidade organizada transfronteiriça e na implementação do Programa VIGIA, no Estado de Mato Grosso, em caráter episódico e planejado, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º O prazo do apoio prestado pela Força Nacional de Segurança Pública poderá ser prorrogado, se necessário, conforme o disposto no inciso I do § 3º do art. 4º do Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004.

Art. 5º Caso a renovação não seja solicitada pelo órgão apoiado, tempestivamente, o efetivo será retirado imediatamente após o vencimento desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MORO

POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 7.242, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/85855 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REVOLUÇÃO VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 07.727.700/0001-21, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2255/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.243, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/87342 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGITEC - SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 03.144.992/0001-19, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2216/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.244, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/103814 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALTIVO PEDRAS LTDA, CNPJ nº 26.183.699/0001-66 para atuar em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.245, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/104134 - DPF/CAC/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COPACOL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA, CNPJ nº 76.093.731/0001-90 para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2672/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.246, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/104231 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PORTO BELO ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA., CNPJ nº 28.474.019/0001-99 para atuar em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.247, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/104281 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS, CNPJ nº 61.750.345/0001-57 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.248, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/104458 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HIPER EXPORT TERMINAIS RETROPORTUÁRIOS S/A, CNPJ nº 31.807.464/0001-38 para atuar no Espírito Santo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.251, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/70623 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SALGADO AGROPECUÁRIA, CNPJ nº 35.483.965/0001-67 para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2518/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.252, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/78551 - DPF/ITZ/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 50.844.182/0025-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 2327/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.253, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/83041 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa O.F. SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 11.207.983/0001-58, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2217/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.254, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/94502 - DPF/AQA/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MARCHESAN IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRICOLAS TATU S/A, CNPJ nº 52.311.289/0001-63 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2730/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.255, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/95135 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JUIZ DE FORA EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.717.460/0002-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2442/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.256, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/98599 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PREVIX SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 29.689.516/0001-77, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2532/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.257, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/100271 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0018-20, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2599/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.258, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/102163 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEFIX EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 13.277.344/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 2643/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.259, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/104495 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JOHANN ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 87.226.528/0001-61 para atuar no Rio Grande do Sul.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.260, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/104667 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO LAGOA DO MIGUELAO, CNPJ nº 42.765.685/0001-07 para atuar em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.261, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/105420 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TEKSID DO BRASIL, CNPJ nº 16.694.812/0001-14 para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2656/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.262, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/106132 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TREVO CENTRO AUTOMOTIVO EIRELI-ME, CNPJ nº 04.592.987/0001-31 para atuar no Espírito Santo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.263, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/106178 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO SHOPPING PRAÇA DA MOÇA, CNPJ nº 09.281.025/0001-85 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.264, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/106248 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGEX SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 12.751.850/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2702/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.265, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/106365 - DPF/CXS/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LOJAS COLOMBO S.A COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS, CNPJ nº 89.848.543/0001-77 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2653/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.266, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/106407 - DPF/UDI/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LEVINCE DIVERSOES E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 22.551.519/0001-09 para atuar em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.267, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/106544 - DPF/CXS/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AR COLOMBO ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S.A, CNPJ nº 90.293.077/0001-90 para atuar no Rio Grande do Sul.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.268, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/107144 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HELMUT TESSMANN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÓLEOS VEGETAIS LTDA, CNPJ nº 91.597.617/0001-91 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2651/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.269, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/107161 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE JARDINS MÔNACO, CNPJ nº 05.104.437/0001-99 para atuar em Goiás.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.270, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/94781 - DPF/FIG/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa ITAIPU BINACIONAL, CNPJ nº 00.395.988/0012-98, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

60 (sessenta) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

20 (vinte) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

10 (dez) unidades de Espargidores de pimenta (OC) tipo Aerosol

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.271, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/107605 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FILATI INDUSTRIA DE MALHAS S/A, CNPJ nº 08.823.011/0001-83 para atuar no Ceará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.278, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/110072 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Conceder autorização à empresa ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES CORONEL GUANABARA EIRELI, CNPJ nº 19.769.784/0001-45, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

60848 (sessenta mil e oitocentas e quarenta e oito) Espoletas calibre 38

18000 (dezoito mil) Gramas de pólvora

60848 (sessenta mil e oitocentos e quarenta e oito) Projéteis calibre 38

3000 (três mil) Espoletas calibre .380

3000 (três mil) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.279, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/110993 - DPF/CAC/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa S PRADO - CENTRO DE TREINAMENTOS E FORMACAO DE VIGILANTES EIRELI - EPP, CNPJ nº 04.801.623/0001-14, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1400 (uma mil e quatrocentas) Munições calibre 12

70000 (setenta mil) Espoletas calibre 38

14000 (quatorze mil) Gramas de pólvora

70000 (setenta mil) Projéteis calibre 38

2500 (duas mil e quinhentas) Espoletas calibre .380

2500 (dois mil e quinhentos) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 7.280, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/110995 - DPF/SMA/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa GAT CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 01.893.350/0001-97, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2160 (duas mil e cento e sessenta) Munições calibre 12
20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38
6221 (seis mil e duzentos e vinte e um) Gramas de pólvora
20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38
4000 (quatro mil) Espoletas calibre .380
4000 (quatro mil) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

DIVISÃO DE ESTUDOS, LEGISLAÇÃO E PARECERES

DESPACHOS DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019

Nº 534/2019 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2018/83678 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 21/09/2018
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: DESTILARIA GENERALCO S/A, CNPJ Nº 44.845.915/0001-73

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - penalidade aplicada de Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 31370/2019-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 796/2019 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2019/56760 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, de 25/07/2019
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: MONTANHA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 04.516.678/0001-82

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - penalidade aplicada de Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 26404/2019-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 797/2019 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2019/69962 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, de 21/08/2019
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FFTL VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ Nº 28.185.905/0001-00

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - penalidade aplicada de Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 31505/2019-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 799/2019 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2019/76202 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 03/09/2019
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: IDEAL CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES E APERFEIÇOAMENTO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ Nº 00.934.005/0001-91

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - penalidade aplicada de Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 31508/2019-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

MAURICIO LEITE VALEIXO
Diretor-Geral

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

PORTARIA Nº 29, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO NACIONAL DO CONSUMIDOR DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 17 do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, a Portaria nº 442, de 24 de abril de 2019, e a Portaria nº 1.008, de 25 de abril de 2019, ambas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e tendo em vista o disposto nos art. 12 e art. 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nos art. 11 e art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e no Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada competência ao Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e, nos seus impedimentos e afastamentos legais e eventuais, a seu substituto legal, para ordenar despesas no âmbito da Secretaria Nacional do Consumidor, Unidade Gestora 200.400.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 28 de novembro de 2019.

LUCIANO BENETTI TIMM

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHO Nº 1.563, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo n. 08000.038616/2014-79
Representante: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP)
Representado: Banco Santander S.A.

1. Compulsando os autos, verifico que o Recurso interposto pelo Representado é tempestivo, vez que foi observado o prazo estabelecido pelo caput dos artigos 49 e 50 do Decreto n. 2.181/97, alterado pelo Decreto n. 7.738/2012, bem como pelo art. 59 da Lei n. 9.784/99.

2. Considerando que o Recurso interposto traz em seu bojo os mesmos argumentos já apreciados e rebatidos na Decisão proferida no curso deste Processo Administrativo, não vejo razão para reconsiderá-la.

3. Diante do exposto e pelo que mais dos autos consta, recebo o Recurso no efeito suspensivo em relação às sanções impostas, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei n. 9.784/99 e dos artigos 49 e 50 do Decreto n. 2.181/97, considerando que há receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação ao representado, caso a decisão seja reformada.

4. Assim, determino o seu encaminhamento ao Secretário Nacional do Consumidor deste Ministério, conforme norma do art. 56, § 1º, da Lei n. 9.784/99.

FERNANDO MENEGUIN
Diretor

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 1.243, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

DECLARAR a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma do Art. 249 do Decreto nº 9.199/2017:

JUSCILENE FONTES PALMEIRA, nascida em 21 de maio de 1977, filha de Juscelino Pinheiro Palmeira e de Maria Eliene Fontes Palmeira, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo n° 08000.003676/2019-85);

EMERSON DE OLIVEIRA BENJOINO, nascido em 29 de abril de 1976, filho de Jeová e de Valdete, adquirindo a nacionalidade estadunidense (Processo nº 08018.000245/2019-78);

RAIZA FELIX DOS SANTOS NUNES PEREIRA, nascida em 06 de abril de 1990, filha de Adalberto Nunes Pereira e de Liane Felix dos Santos, adquirindo a nacionalidade Austríaca (Processo n° 08000.011713/2019-29);

CLEYTON MICHEL AFONSO, nascido em 18 de julho de 1988, filho de José Claudinei Afonso e de Lucimara dos Santos Afonso, adquirindo a nacionalidade Chinesa (Processo n° 08000.037422/2017-07);

GIOVANE ALVES DA SILVA, nascido em 25 de novembro de 1982, filho de José Henrique Alves da Silva e de Carolina Varela da Silva, adquirindo a nacionalidade Chinesa (Processo n° 08000.071620/2017-91);

KYUNG JIN KIM, nascido em 17 de junho de 1975, filho de Yong Min Kim e de Koon Aei Kim Paek, adquirindo a nacionalidade Coreana (Processo n° 08018.002873/2019-98);

SHIRLEY CARVALHO BRAGA, nascida em 24 de julho de 1979, filha de Honorio Braga e de Julia Rocha Carvalho, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo n° 08018.018320/2019-57);

SOON TAE SO, nascido em 16 de novembro de 1959, filho de Won Suck So e de Young Ae Cho, adquirindo a nacionalidade Coreana (Processo n° 08018.002101/2019-56);

ALBERTO AKIRA MASUDA, nascido em 14 de abril de 1990, filho de Takashi Masuda e de Miyako Masuda, adquirindo a nacionalidade japonesa (Processo nº 08000.040874/2019-20)

CLAUDIA DOURADO MOURÃO, nascida em 17 de novembro de 1984, filha Claudio Soares Mourão e de Mary Lene Gomes Dourado, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.004010/2019-55);

SUSANA SCHMIDT RIOS, que passou assinar SUSANA MULLER, nascida em 19 de maio de 1992, filha de Sebastião Rios Corrêa Júnior e de Clarissa Geneviève Schmidt, adquirindo a nacionalidade Austríaca (Processo n° 08018.003920/2019-11) e

REJANE KHOURY ABOUD, que passou assinar REJANE SIBBALD, nascida em 23 de fevereiro de 1976, filha de Saleme Salomão Aboud e de Victoria Khoury Aboud, adquirindo a nacionalidade Canadense (Processo n° 08000.040376/2019-87).

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 1.244, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ASHRAF ALI TAHA AL FALANEH - V370167-N, natural da Palestina, nascido em 07 de maio de 1973, filho de Ali Taha Al Falaneh e de Zhour Ali Taha Al Falaneh, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n° 08444.000866/2019-21);

FRANCISCO ELEAZAR RIVAS DOMINGUEZ - V044950-R, natural da Venezuela, nascido em 29 de janeiro de 1953, filho de Manuel Rivas e de Juana Dominguez de Rivas, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08707.004222/2018-93);

ILCA MAVUBA DA SILVA - V158552-6, natural da Angola, nascido em 27 de março de 1967, filho de João da Silva e de Maria Madalena, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 08460.002888/2019-28);

JORGE ERNESTO VADILLO OTAROLA - V425854-2, natural do Peru, nascido em 17 de janeiro de 1958, filho de Fabio Ruben Vadillo Otarola e de Julia Marina Otarola Garcia, residente no Estado do Acre (Processo n° 08220.005167/2019-01);

MAXIMO ASCARIO SANCHEZ PAREDES - W011046-5, natural do Peru, nascido em 11 de maio de 1947, filho de Alberto Sanchez Alarcon e de Maximiliana Paredes Yallico, residente no Distrito Federal (Processo n° 08280.015836/2019-30) e

RONG JI WEI - V388547-4, natural da China, nascido em 28 de novembro de 1965, filho de Rong Guo Ming e de Chen Mei Zhen, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08389.003744/2019-07).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 1.245, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

HOUSSAYNATOU SOUSA SOW - F085156-Z, natural de Cabo Verde, nascida em 12 de abril de 2015, filha de Alpha Amadou Sow e de Lidia Cristina Sousa Cruz, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.023675/2019-76);

HUMAYRA SIDDIKA - F117619-9, natural de Bangladesh, nascida em 11 de outubro de 2009, filha de Sun Miah e de Sultana Begum, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.023655/2019-03);

IBRAHIMA SOUSA SOW - F085163-1, natural de Cabo Verde, nascido em 25 de junho de 2010, filho de Alpha Amadou Sow e de Lidia Cristina Sousa Cruz, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.023672/2019-32);

MERVEILLE BAKA DIFUENINDANGI, natural da República Democrática do Congo, nascida em 24 de janeiro de 2008, filha de Vicki Lube Ndangi e de Elodie Dimbu Nzonkatu, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.023776/2019-47);

MOHAMMAD GHASSAN AL JAIROUDI - G309259-O, natural dos Emirados Árabes, nascido em 21 de fevereiro de 2008, filho de Ahmad Aljairoudi e de Roba Kwider, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.010929/2019-60) e

SAFIA ATTAFI - F025471-Q, natural da Tunísia, nascida em 29 de abril de 2016, filha de Anouar Attafi e de Oumaima Ben Marzouk Ep Attafi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.023644/2019-15).

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 1.246, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALAAEDDIN ALI YACOUB SALAMAEH - G430241-Q, natural da Palestina, nascido em 20 de junho de 1988, filho de Ali Yacoub Younes Salamaeh e de Wafia Khader Radwan Salamaeh, residente no Estado de Goiás (Processo n° 08795.001031/2019-17);

ALBERTO ISAACS PARRA SOJO - V525322-S, natural da Venezuela, nascido em 07 de dezembro de 1966, filho de Miguel Antonio Parra e de Nibua Griselda Sojo de Parra, residente no Estado de Minas Gerais (Processo n° 08354.002015/2019-22);

ALEXEI ESSIPTCHOUK - V185706-2, natural da Rep. da Bielorussia, nascido em 16 de junho de 1964, filho de Mikhail Essiptchouk e de Sophia Essiptchouk, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08514.001380/2019-30);

ANAS AI MASRI - G350061-N, natural da Síria, nascido em 04 de agosto de 1982, filho de Mhd Zin e de Zinab, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08385.020021/2019-02);

ANA PAULA SIMÕES DE MORAIS - W374204-F, natural de Portugal, nascida em 06 de maio de 1963, filha de Diogo Jose Castro de Morais e de Adelina Maria Martins Simoes, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08506.002186/2019-71);

ANGY KATHERINE AREVALO CANA - V606296-3, natural da Colômbia, nascida em 07 de agosto de 1987, filha de Pablo Jesus Arevalo Solano e de Saida Esther Cana Pedrozo, residente no Estado do Maranhão (Processo n° 08086.000881/2019-96);

ANISLEY QUINTANA ESTEVEZ - G012405-F, natural de Cuba, nascida em 25 de outubro de 1986, filha de Osmar Quintana Quevedo e de Teresa Estevez Rodriguez, residente no Estado de Minas Gerais (Processo n° 08702.001101/2019-11);

CARLOS EYMEL CAMPOS RODRIGUEZ - V619452-V, natural de Cuba, nascido em 16 de abril de 1981, filho de Juan Carlos Campos Avella e de Celia Rosa Rodriguez Portell, residente no Estado de Minas Gerais (Processo n° 08354.005633/2018-43);

CESAR ADRIEN BONAVENTURE COMLAN BOSSOU - G011514-F, natural de Benin, nascido em 07 de janeiro de 1978, filho de Joseph Bossou e de Agnes Nassarah, residente no Estado da Bahia (Processo n° 08255.019825/2018-55);

CHARLES ROBINSON VALIENTE - G009838-T, natural de Cuba, nascido em 26 de março de 1985, filho de Fidel Robinson Jay e de Maritza Valiente Hernandez, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo n° 08420.003312/2019-54);

CHEN CHAI LING - V623822-B, natural da Malasia, nascida em 08 de julho de 1994, filha de Chen Ah Foong e de Tan Yang Hong, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n° 08444.000090/2019-40);

DAYAMI MOREIRA LORES - G006956-1, natural de Cuba, nascida em 08 de março de 1984, filha de Ilde Moreira Arquello e de Esperanza Lores Terrero, residente no Estado da Bahia (Processo n° 08255.018314/2018-16);

FABRICIO MUACA MIGUEL - V730986-K, natural da Angola, nascido em 12 de novembro de 1988, filho de João Miguel e de Adelaide Muaca, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08707.002723/2019-16);

FADIA BALBAKI - G188973-A, natural da Síria, nascida em 28 de julho de 1978, filha de Mohi Eddin Balbaki e de Zainab Balbaki, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08491.000699/2019-53);

FRITZNEL CADET - V961684-0, natural do Haiti, nascido em 15 de novembro de 1980, filho de German Cadet e de Dieucula Cenatus, residente no Estado de Minas Gerais (Processo n° 08354.001524/2019-38);

IDILIA ISABEL RODRIGUES GALINA BARBOSA - V531118-4, natural da Guiné Bissau, nascida em 14 de outubro de 1987, filha de Jaimi Dartanha Galina Barbosa e de Justina Gomes Rodrigues da Silva, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08391.000115/2019-78);

IRIS MENDOZA DEZA - V872782-W, natural do Peru, nascida em 19 de novembro de 1981, filha de Carlos Humberto Mendoza Panduro e de Maria Ruth Deza Zapata, residente no Estado de Minas Gerais (Processo n° 08701.003634/2019-47);

ISABEL VICENTE GARCIA VILAS BOAS - V969723-C, natural de Cuba, nascida em 25 de janeiro de 1969, filha de Ramon Sifrino Viente Puig e de Angela Antonia Garcia Lastre, residente no Estado da Bahia (Processo n° 08255.002169/2019-32);

ISSIFOU TAKPARA - V793849-G, natural do Togo, nascido em 31 de dezembro de 1988, filho de Zakari Takpara e de Fati Abdoudramane, residente no Distrito Federal (Processo n° 08280.012828/2019-31);

JUBERTH JOSE PEREZ - G097890-K, natural da Venezuela, nascido em 20 de julho de 1981, filho de Nelly Josefina Perez, residente no Estado de Roraima (Processo n° 08485.029137/2019-71);

LE THI THU - V616924-V, natural do Vietnam do Sul, nascida em 15 de julho de 1971, filha de Le Ngoc Tan e de Tran Thi Thom, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.066737/2017-72);

MARGARIDA LAURA ALEXANDRE TIMBANE - V705908-X, natural de Moçambique, nascida em 27 de setembro de 2000, filha de Alexandre Antonio Timbane e de Florencia Paulo Nhavenge, residente no Estado da Bahia (Processo n° 08255.001405/2019-01);

MICAELA LUCIA ROZO SANTAELLA - V353218-T, natural da Argentina, nascida em 20 de dezembro de 1995, filha de Victor Fernando Rozo e de Ines Raquel Del Carmen Santaella, residente no Estado de Minas Gerais (Processo n° 08354.302185/2016-61);

NANCY PATRICIA FUENTES DE HERNANDEZ - V513121-H, natural da Venezuela, nascida em 12 de fevereiro de 1963, filha de Alvaro Fuentes Velis e de Carmen Macias de Fuentes, residente no Estado da Bahia (Processo n° 08255.000638/2019-89);

NELSON ANGULO LOPEZ - V595562-3, natural da Colômbia, nascido em 26 de setembro de 1988, filho de Maria Elisa Angulo Lopez, residente no Estado do Amazonas (Processo n° 08240.022939/2018-41);

OSMANY MATOS REYES - V957637-L, natural de Cuba, nascido em 03 de outubro de 1972, filho de Luis Matos Diaz e de Elena Reyes Camejo, residente no Estado da Bahia (Processo n° 08255.016269/2018-65);

ROBERTO FREIRE RANGEL - V994280-R, natural de Cuba, nascido em 18 de fevereiro de 1959, filho de Secundino Freire Cano e de Caridad Rangel Guerrero, residente no Estado do Pará (Processo n° 08362.000888/2019-00);

ROBERTO MAMBU - G108504-J, natural da Angola, nascido em 28 de maio de 1973, filho de Sebastião Mambu e de Simba Josefina, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.046984/2018-33);

ROSSANA NAIR FERREIRA GONZALEZ - V462639-Y, natural do Uruguai, nascida em 05 de agosto de 1968, filha de Miguel Ferreira e de Violeta Gonzalez, residente no Estado da Bahia (Processo n° 08255.003375/2019-60);

SENLY CASTELLON ROQUE - G084139-W, natural de Cuba, nascido em 11 de março de 1984, filho de Jose Angel Castellon Veliz e de Margarita Roque Rodriguez, residente no Estado do Ceará (Processo n° 08270.009827/2018-48);

SHIRAZ AHMAD - G294625-3, natural do Líbano, nascida em 28 de outubro de 1993, filha de Fares Mohamad Ahmad e de Fahda Ahmad, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08389.003405/2019-12) e

YASER KHATIBI - G093985-T, natural do Iran, nascido em 18 de março de 1980, filho de Ahmadreza Khatibi e de Tahereh Hamidi Novin, residente no Estado do Acre (Processo n° 08797.000698/2019-74).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 1.247, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000853/2018-00, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JHONATAN FERNANDO TRIANA RENFIGO, de nacionalidade colombiana, filho de Carlos Fernando Triana e de Fanery Renfigo, nascido na República Federal da Colômbia, em 16 de novembro de 1984, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 2 (dois) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 1.248, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08270.005340/2018-96, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JAVIER ALEJANDRO SILVA MORA, de nacionalidade mexicana, nascido em Guadalajara, nos Estados Unidos Mexicanos, filho de Jaime Raul Silva Trujillo e de Iolanda Mora Vasques, em 31 de dezembro de 1986, ficando a efetivação da medida condicionado ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 1.249, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.008838/2012-95, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, BAHIA OUTIZE, de nacionalidade marroquina, filho de Jamaa Bem Mmbarek e Jeamaa Bent Lahoucine, nascido na Reino de Marrocos, em 1º de janeiro de 1964, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos, 1 (um) mês e 10(dez) dias, a partir de sua saída.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 1.250, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08704.000986/2012-44, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, FERNANDO PEREIRA COELHO, denacionalidade portuguesa, filho de Valentin Pereira Coelho e de Maria Cristina, nascido na República Portuguesa, em 11 de agosto de 1953, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 1.251, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.002969/2011-07, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, LEONIDES FLORES GONGORA, de nacionalidade boliviana, filho de Horacio Flores e de Manoela Gongora, nascido no Estado Plurinacional da Bolivia , em 14 de setembro de 1940, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 1.252, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.013761/2010-13, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, FELIX FAUSTO HIDALGO BLANCO, de nacionalidade boliviana, filho de Nestor Hidalgo Castro e de Júlia Blanco Rios, nascido no Estado Plurinacional da Bolívia, em 20 de novembro de 1969, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 7 (sete) anos e 9 (nove) meses e 10 (dez) dias, a partir de sua saída.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 1.253, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001899/2010-81, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, EMMANUEL ONYEKA OKOYE, de nacionalidade nigeriana, filho de Rafael Okoye e de Clina Okoye, nascido em Onitsha, na República Federal da Nigéria, em 27 de fevereiro de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, a partir de sua saída

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 1.254, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.023196/2009-70, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, RENATA DACYTE ou LOUISE CHARLOTTE COSTER, de nacionalidade lituana, filha de Arimantas Dacys e de Zita Daciene, nascida na República da Lituânia, em 11 de agosto de 1980, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses, a partir de sua saída.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 1.255, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.009664/2008-10, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JUSTINE TASHA CREMONY, de nacionalidade holandesa, filha de Rosemary de Windt, nascida em San Nicolas, em Aruba, em 1º de março de 1984, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir de sua saída.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 1.256, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.022960/2007-17, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ROBERT VICTOR TROMP, de nacionalidade holandesa, filho de Victor Sabino Tromp e de Griselda Veres Tromp, nascido em Curaçau, em 23 de dezembro de 1955, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 1.257, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.005388/2008-11, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ARTIERE ULISSES LEGUES RAMON, de nacionalidade argentina, filho de Eldoze Egala, nascido em Cordoba, República da Argentina, em 7 de dezembro de 1984, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (tres) anos e 4 (quatro) meses, a partir de sua saída.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 1.258, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.016275/2007-51, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, PEDRO JUAN MARECO, de nacionalidade paraguaia, filho de Juan Maltita Mareco e de Adelaida Alcameida, nascido em Villarrica, na República do Paraguai, em 16 de janeiro de 1960, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos a partir de sua saída.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 1.259, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.009623/2007-34, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, HARDEEP SINGH, de nacionalidade indiana, filho de Harpal Singh e de Sarnd Kur, nascido em Balouki, na República da Índia, em 12 de dezembro de 1981, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

ALEXANDRE RABELO PATURY

DESPACHOS

Despacho nº 12382/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido de naturalização
Interessada: EMANN ALAA JAMEEL ABUSIDU
Processo: 08495.000075/2019-04

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não comprovou domínio da Língua Portuguesa, contrariando o disposto no inciso III, do artigo 65, da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 12395/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: ROKAY OSMAN SHIRZAD
Processo: 08389.014365/2017-72

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, considerando não se tratar o requerente de migrante, conforme previsto no artigo 70 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 12440/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: JULIAN ESTEBAN BARRERA TORRES
Processo: 08495.004079/2018-72

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não cumpre o disposto no parágrafo 2º do Art. 233 do Decreto 9.199/2017

Despacho nº 12404/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: CESAR AUGUSTO HERNANDEZ VALERA
Processo: 08255.000581/2019-18

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não cumpre o disposto no inciso IV do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 12392/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: MARIU KATHERINE VILORIA SOUQUETT
Processo: 08460.005446/2019-33

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não comprovou domínio da Língua Portuguesa, contrariando o disposto no inciso III, do artigo 65, da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 12451/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: RUSSEL ASLAN
Processo: 08125.002156/2019-49

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido pelo não cumprimento do disposto no Art. 70, da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 12330/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: MUHAMMAD YASIR
Processo: 08280013767201920

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que o estrangeiro não atende à exigência contida nos incisos II e III, do Artigo 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 12383/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: HENRY ALBERTO CIFUENTES RODRIGUEZ
Processo: 08241000685/2019-81

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não cumpre o disposto no inciso II do art. 65 c/c com o inciso III do art. 66, ambos da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 12426/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Interessado: MOKHTAR AL ATWAN
Processo: 08385.0020030/2019-95

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, o indeferimento do processo, por não atender o naturalizando o disposto no inciso II do Art. 65 da Lei nº 13.445/17.

Despacho nº 12437/2019/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/M
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: MOHAMMAD JAMAL SHAHADEH
Processo: 08385.015610/2019-61

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou residência em território nacional pelo prazo mínimo de 04 anos, contrariando o disposto no inciso II, do artigo 65, da Lei 13.445/2017.

ALEXANDRE RABELO PATURY

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA Nº 190, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: DIA SEM FIM (A DAY (AKA: HA-ROO), Coréia do Sul - 2017)
Produtor(es): Sun-Ho Cho
Diretor(es): Sun-Ho Cho
Distribuidor(es): FINECUT CO LTD
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das vinte e uma horas.
Contém: Violência , Atos criminosos e Temas Sensíveis
Processo: 08000.001896/2019-74
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Filme: RIO POR ELES - O RIO DE JANEIRO QUE OS BRASILEIROS NUNCA VIRAM NA TELA (RIO POR ELES, Brasil - 2015)
Produtor(es): Ernesto Rodrigues
Diretor(es): Ernesto Rodrigues

Distribuidor(es): BIZUM COMUNICAÇÃO LTDA.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.024644/2015-90
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Filme: A TUMBA DO DRAGÃO (LEGENDARY, China - 2013)
Produtor(es): Christopher Milburn/Xiaodong Liu
Diretor(es): Eric Styles
Distribuidor(es): Swen do Brasil
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das vinte horas
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.027394/2019-73
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Filme: MEU AMIGO, MEU AVÔ (Brasil - 2011)
Produtor(es): Rodoferrô
Diretor(es): Renan Montenegro
Classificação Pretendida: livre
Classificação Atribuída: livre
Contém: Temas Sensíveis
Processo: 08000.059767/2019-75
Requerente: RODOFERRÔ CONTEÚDO AUDIOVISUAL EIRELI ME

Série: BARRY - 1ª TEMPORADA (BARRY - FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Aida Rodgers
Diretor(es): Alec Berg/Bill Hader
Distribuidor(es): HBO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001021/2019-93

Série: TREME - 1ª TEMPORADA (TREME - SEASON 1, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Joseph Incaprera
Diretor(es): Joseph Incaprera
Distribuidor(es): HBO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001102/2019-93

Série: YEARS AND YEARS - 1ª TEMPORADA (YEARS AND YEARS - SEASON 1, Reino Unido - 2019)
Produtor(es): Karen Lewis
Diretor(es): Simon Cellan Jones/Lisa Mulcahy
Distribuidor(es): HBO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001103/2019-38

Filme: A INCRÍVEL AVENTURA DE RICK BAKER (HUNT FOR THE WILDERPEOPLE, Nova Zelândia - 2016)
Diretor(es): Taika Waititi
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Aventura
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência e Atos criminosos
Processo: 08017.001588/2019-60

Filme: SNIPER: OPERAÇÕES ESPECIAIS (SNIPER, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Fred Olen Ray
Diretor(es): Fred Olen Ray
Distribuidor(es): SNAP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Policial
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das vinte e uma horas
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001663/2019-92
Requerente: TV SBT CANAL 4 DE SÃO PAULO

Filme: A ROSA AZUL DE NOVALIS (Brasil - 2019)
Produtor(es): Carneiro Verde Filmes
Diretor(es): Gustavo Vinagre/Rodrigo Carneiro
Distribuidor(es): VITRINE FILMES EIRELI LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Drama/Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Sexo Explícito , Violência e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001767/2019-05
Requerente: VITRINE FILMES EIRELI

Filme: MINHA MÃE É UMA PEÇA 3 (Brasil - 2019)
Produtor(es): Midgal Filmes
Diretor(es): Susana Garcia
Distribuidor(es): Freespirit Distribuidora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Drogas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001770/2019-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Filme: DONA VIOLANTE MIRANDA (Brasil - 1960)
Produtor(es): Oswaldo Massaini
Diretor(es): Fernando de Barros
Distribuidor(es): CINEDISTRI LTDA
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Temática Sensíveis, Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001794/2019-70
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Trailer: A CHANCE DE FAHIM (FAHIM, França - 2019)
Produtor(es): Patrick Godeau
Diretor(es): Pierre François Martin-Laval
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001816/2019-00
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Trailer: O PARAÍSO DEVE SER AQUI (IT MUST BE HEAVEN, França, Qatar, Canadá, Turquia, Alemanha e Palestina - 2019)
Produtor(es): Édouard Weil/Laurine Pelassy/Elia Suleiman/Thanassis Karathanos
Diretor(es): Elia Suleiman
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: livre
Contém: Atos criminosos
Processo: 08017.001818/2019-91
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

PATRÍCIA GRASSI OSÓRIO

DESPACHO Nº 275, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Nº 275/2019
Processo MJ nº 08017.001776/2019-98
Filme: MATRIX

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

CONSIDERANDO que no dia 25 de novembro de 2019 a empresa SET - Serviços Empresariais Eirelli, protocolou neste órgão o Processo de nº 08017.001776/2019-98, referente à classificação indicativa da obra "MATRIX".

CONSIDERANDO que o referido filme possuía classificações distintas para as plataformas de cinema e televisão, conforme os processos 08017.000506/99-28 e 08017.000627/2002-63.

CONSIDERANDO que o Artigo 20 da Portaria MJ 1.189/2018 estabelece que "a classificação indicativa, uma vez atribuída pelo Ministério da Justiça, é válida para todos os veículos".

CONSIDERANDO que a decisão final sobre a classificação atribuída fundamenta-se no previsto na Portaria MJ nº 1.189, de 3 de agosto de 2018, em especial no artigo 9°, que especifica que a classificação indicativa tem como eixos temáticos os conteúdos de sexo e nudez, violência e drogas (incisos I, II e III) e acrescenta em seu parágrafo único que o grau de incidência dos critérios temáticos nos eixos definidos no caput deste artigo, determinará as faixas etárias a que não se recomendam as obras, nos termos dos Guias Práticos de Classificação Indicativa. Além, disto, baseia-se, ainda, no fato de que a atribuição da classificação indicativa é o resultado da ponderação das fases descritiva e contextual (artigo 16, inciso V).

CONSIDERANDO que, procedida uma nova análise, verificou-se que desde a primeira classificação da obra, a política pública da Classificação Indicativa se consolidou com intensa participação da sociedade e hoje tem critérios e métodos claros, distintos dos daquela época, resolve:

Revisar a classificação da obra "MATRIX", alterando-a para "não recomendado para menores de 14 (catorze) anos" por conter violência e drogas lícitas, sendo aplicada a decisão, de forma uniforme, a todas as matrizes diversas.

PATRÍCIA GRASSI OSÓRIO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DESPACHO Nº 47, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Ato de Concentração nº 08700.003244-2019-87. Requerentes: Prosegur Brasil Transportadora de Valores e Segurança S.A. e Transvip - Transporte de Valores e Vigilância Patrimonial Ltda. Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Exposto, Guilherme Morgulis e outros. Terceiro Interessado: Tecnologia Bancária S.A. Advogados: Mario Andre Machado Cabral, Luís Nagalli, José Del Chiaro e outros. Em atenção à solicitação de dilação de prazo protocolada pela Tecnologia Bancária S.A. (SEI 0691331), decido pelo deferimento de apenas um (01) dia, tendo em vista o avançado estágio de instrução do caso e o fato de que a terceira interessada já teve a oportunidade de extensamente se manifestar e produzir documentos no âmbito do presente ato de concentração.

PAULA FARANI DE AZEVEDO SILVEIRA
Conselheira-Relatora

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 1.518, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Ato de Concentração nº 08700.005482/2019-27. Requerentes: Technip Ships (Netherlands) B.V., OOG Pipe Laying B.V. e Technip Odebrecht PLSV B.V. Advogadas: Joyce Midori Honda, Maria Carolina Bernardo de Souza e outras. Decido pela aprovação sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 655, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019

Permuta cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE de mesmo nível e categoria no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 8º do Decreto nº 9.672, de 2 de janeiro de 2019, e nos arts. 16 e 18 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, e o que consta no Processo nº 02000.013288/2019-26, resolve:

Art. 1º Fica efetivada a permuta do cargo de Coordenador-Geral de Apoio Administrativo do Gabinete do Ministro, código DAS 101.4, pelo cargo de Coordenador-Geral de Acompanhamento de Projetos de Cooperação Multilateral, código FCPE 101.4, do Departamento de Recursos Externos da Secretaria-Executiva deste Ministério.

Art. 2º O detalhamento dos cargos em comissão e funções de confiança, constantes do Anexo a esta Portaria, serão refletidas no regimento interno e nas alterações futuras do decreto de aprovação de estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor sete dias uteis após sua publicação.

RICARDO SALLES

ANEXO

ALTERAÇÕES DO QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
(Anexo II, alínea "a" do Decreto nº 9.672, de 2 de janeiro de 2019)

DE				PARA			
UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	DAS/FCPE/ FG	UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO /Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	DAS/FCPE/ FG
GABINETE				GABINETE			
Coordenação-Geral de Apoio Administrativo	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4	Coordenação-Geral de Apoio Administrativo	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
DEPARTAMENTO DE RECURSOS EXTERNOS				DEPARTAMENTO DE RECURSOS EXTERNOS			
Coordenador-Geral de Acompanhamento de Projetos de Cooperação Multilateral	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4	Coordenador-Geral de Acompanhamento de Projetos de Cooperação Multilateral	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 8.361 - Processo nº 27100.001641/1988-42. Interessado: Suzano S.A.. Objeto: (i) registrar a alteração de razão social da empresa Suzano Papel e Celulose S.A. para Suzano S.A.; e (ii) autorizar a exploração da UTE Aracruz, CEG UTE.FL.ES.000127-9.01, outorgada pela Resolução nº 443/1998, c/c Resolução n° 667/2001, Despacho nº 1.297/2005 e Resoluções Autorizativas nº 2.582/2010 e n° 7.638/2019, localizada no município de Aracruz, estado do Espírito Santo, por meio da matriz da empresa Suzano S.A., assim como de sua filial, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 16.404.287/0461-47;

Nº 8.362 - Processo nº 48500.004485/2007-81. Interessado: Suzano S.A.. Objeto: (i) registrar a alteração de razão social da empresa Suzano Papel e Celulose S.A. para Suzano S.A.; e (ii) autorizar a exploração da Fibria-MS, CEG UTE.FL.MS.029694-5.01, outorgada pela Resolução Autorizativa nº 1.326/2008, c/c Resolução Autorizativa nº 6.759/2017 e nº 7.691/2019, localizada no município de Três Lagoas, estado de Mato Grosso do Sul, por meio da matriz da empresa Suzano S.A., assim como de sua filial, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 16.404.287/0448-70; e

Nº 8.363 - Processo nº 48500.003348/2017-09. Interessado: Suzano S.A.. Objeto: (i) registrar a alteração de razão social da empresa Suzano Papel e Celulose S.A. para Suzano S.A.; e (ii) autorizar a exploração da UTE Fibria MS-II, CEG UTE.FL.MS.037624-8.01, outorgada pela Resolução Autorizativa nº 6.540/2017, c/c Resoluções Autorizativas nº 6.760/2017 e nº 7.692/2019, localizada no município de Três Lagoas, estado de Mato Grosso do Sul, por meio da matriz da empresa Suzano S.A., assim como de sua filial, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 16.404.287/0448-70.

As íntegras dessas Resoluções constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.364, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000341/2016-46. Interessado: ADM do Brasil Ltda. Objeto: Autoriza a exploração da UTE Algar Agro, CEG UTE.FL.MG.035567-4.01, outorgada por meio da REA n° 6.447/2017 c/c REA n° 8.195/2019, localizada no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais, pela matriz da empresa ADM do Brasil Ltda e por sua filial, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 02.003.402/0046-77. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no Art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 8.365 - Processo nº 48500.002727/2017-73. Interessado: Enel Green Power São Gonçalo 14 S/A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.791.620/0001-10, a implantar e explorar a UFV São Gonçalo 14, CEG UFV.RS.PI.037581-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 43.032 kW de Potência Instalada, localizada no município de São Gonçalo da Gurguéia, estado do Piauí. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 8.366 - Processo nº 48500.002729/2017-62. Interessado: Enel Green Power São Gonçalo 15 S/A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.752.283/0001-51, a implantar e explorar a UFV São Gonçalo 15, CEG UFV.RS.PI.037582-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 43.032 kW de Potência Instalada, localizada no município de São Gonçalo da Gurguéia, estado do Piauí. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 8.367 - Processo nº 48500.002744/2017-19. Interessado: Enel Green Power São Gonçalo 17 S/A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.752.229/0001-97, a implantar e explorar a UFV São Gonçalo 17, CEG UFV.RS.PI.037584-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 43.032 kW de Potência Instalada, localizada no município de São Gonçalo da Gurguéia, estado do Piauí. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 8.368 - Processo nº 48500.002745/2017-55. Interessado: Enel Green Power São Gonçalo 18 S/A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.752.294/0001-31, a implantar e explorar a UFV São Gonçalo 18, CEG UFV.RS.PI.037585-3.01 , sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 43.032 kW de Potência Instalada, localizada no município de São Gonçalo da Gurguéia, estado do Piauí. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 8.378 - Processo nº 48500.002746/2017-08. Interessado: Enel Green Power São Gonçalo 19 S/A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.752.301/0001-03, a implantar e explorar a UFV São Gonçalo 19, CEG UFV.RS.PI.037586-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 43.032 kW de Potência Instalada, localizada no município de São Gonçalo da Gurguéia, estado do Piauí. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

A íntegra destas Resoluções consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.373, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005399/2019-29 Interessado: Copel Distribuição S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Copel Distribuição S.A., a área de terra necessária à passagem do trecho de linha de distribuição que perfaz o seccionamento da Linha de Distribuição 138 kV Vila Carli - Santa Clara, na Subestação Guarapuava Oeste, localizada no estado do Paraná. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 861, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a definição da Base de Dados das Instalações de Transmissão de energia elétrica e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nos artigos 3º- A e 6º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 10 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com redação dada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, no art. 4º , incisos IV e XVI do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, e no que consta do Processo nº 48500.001091/2018-23, resolve:

Art. 1º Estabelecer, na forma desta Resolução, a Base de Dados das Instalações de Transmissão de Energia Elétrica - BDIT formada a partir de um conjunto de informações fornecidas pelas concessionárias de serviço público de transmissão ou equiparadas a concessionária de serviço público de transmissão, conforme §7º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Para os fins e efeitos desta Resolução são estabelecidos os seguintes termos e definições:

I - Transmissora - concessionária de serviço público de transmissão ou equiparada a concessionária de serviço público de transmissão, conforme §7º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;

II - BDIT - Base de Dados das Instalações de Transmissão de Energia Elétrica - conjunto estruturado de dados geográficos, técnicos, contábeis e de receita das instalações de transmissão de energia elétrica.

Art. 3º As Transmissoras são responsáveis pelo fornecimento e atualização dos dados da BDIT das instalações sob sua concessão.

Parágrafo único. A estrutura, a formatação, as especificações técnicas e a forma de envio dos dados geográficos e técnicos da BDIT são definidas nos Procedimentos de Rede.

Art. 4º Até 31 de março de cada ano, as Transmissoras devem atualizar os dados da BDIT relativos à condição das instalações sob sua concessão em 31 de dezembro do ano anterior.

§ 1º Até a entrada em operação, as Transmissoras devem enviar os dados da BDIT referentes às novas instalações ou equipamentos.

§ 2º O não envio dos dados da BDIT será caracterizado como pendência não impeditiva própria da Transmissora na emissão dos termos de liberação, conforme estabelecido pela regulamentação vigente.

Art. 5º O ONS deve disponibilizar sistema para receber e armazenar os dados geográficos e técnicos que compõem a BDIT.

§ 1º O sistema de que trata o caput deve dispor de ferramentas de validação qualitativa de consistência dos dados.

§ 2º Os dados armazenados pelo ONS devem ser disponibilizados para a ANEEL de forma contínua.

Art. 6º As áreas técnicas da ANEEL responsáveis pela regulação dos serviços de transmissão e pela gestão da informação podem, por meio de decisão em conjunto, alterar os Procedimentos de Rede no que diz respeito às especificações da BDIT.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º As obrigações previstas nos Arts. 4º e 5º passam a vigorar após 1 (um) ano da publicação desta resolução.

§ 1º Os dados referentes às instalações de transmissão com data de entrada em operação igual ou posterior a 1º de janeiro de 2013 devem ser enviados em até 1 (um) ano e 3 (três) meses após a publicação desta resolução.

§ 2º Os dados referentes às instalações de transmissão com data de entrada em operação igual ou posterior a 1º de janeiro de 2001 e anterior a 1º de janeiro de 2013 devem ser enviados em até 1 (um) ano e 6 (seis) meses após a publicação desta resolução.

§ 3º Os dados referentes às instalações de transmissão com data de entrada em operação anterior a 1º de janeiro de 2001 devem ser enviados em até 1 (um) ano e 9 (nove) meses após a publicação desta resolução.

Art. 8º Fica alterado o Anexo da Resolução Normativa nº 669, de 14 de julho de 2015, conforme o Anexo 1 desta Resolução.

Art. 9º Fica aprovada a Revisão 2019.11 do Submódulo 2.2 dos Procedimentos de Rede, conforme Anexo.

Parágrafo único. O Anexo de que trata o caput está disponível no endereço SGAN - Quadra 603 - Módulo I - Brasília - DF, bem como no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br.

Art. 10 A presente Norma será objeto de Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) decorridos 7 (sete) anos de vigência.

Art. 11 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

ANEXO I

ANEXO À RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 669, DE 14 DE JULHO DE 2015.

1. Requisitos Mínimos de Manutenção

1.1 Os Requisitos Mínimos de Manutenção definem as atividades mínimas de manutenção preditiva e preventiva e suas periodicidades para transformadores de potência e autotransformadores, reatores de potência, banco de capacitores paralelos, disjuntores, chaves seccionadoras, transformadores para instrumentos, para-raios, linhas de transmissão e para chaves de alta velocidade, medidores de tensão e corrente, filtros e válvulas de instalações de transmissão em Corrente Contínua em Alta Tensão - CCAT.

1.2 As atividades e periodicidades de manutenção para outros equipamentos, inclusive para os sistemas de proteção e serviços auxiliares, apesar de não constarem nos Requisitos Mínimos de Manutenção, devem estar especificadas nos planos de manutenção das transmissoras.

1.3 As atividades estabelecidas neste documento não constituem o conjunto completo de atividades necessárias à manutenção dos equipamentos e linhas de transmissão, mas o mínimo aceitável do ponto de vista regulatório. Assim, cabe à transmissora estabelecer seu plano de manutenção, com base nas normas técnicas, nos manuais dos fabricantes, nas boas práticas de engenharia e nos conhecimentos específicos adquiridos pelas concessionárias na manutenção dos equipamentos, a fim de garantir a prestação do serviço adequado e a conservação das instalações sob sua concessão.

1.4 A partir dos resultados das manutenções preditivas e preventivas a transmissora deve programar as manutenções decorrentes ou monitorar as anomalias verificadas.

1.5 As manutenções preventivas só poderão ser realizadas em intervalos superiores aos estabelecidos neste plano quando forem adotadas técnicas de manutenção baseadas na condição ou na confiabilidade. Neste caso, deverá ser apresentado laudo técnico que aponte a condição do equipamento que justifique a postergação da manutenção preventiva baseada no tempo.

2. Manutenção Preditiva

2.1 As atividades mínimas de manutenção preditiva em subestações consistem em:

a) Inspeções Termográficas nos equipamentos e em suas conexões;

b) Ensaios do Óleo Isolante dos equipamentos.

2.2 As inspeções termográficas em subestações devem ser realizadas, no mínimo, a cada seis meses, devendo ser avaliados todos os equipamentos de alta tensão da subestação e não apenas as conexões.

2.3 Para os ensaios do óleo isolante, como envolvem equipamentos específicos, os critérios e periodicidades estão definidos no item referente aos equipamentos.

2.4 As inspeções visuais devem ser realizadas regularmente visando verificar o estado geral de conservação da subestação, incluindo a limpeza dos equipamentos, a qualidade da iluminação do pátio e a adequação dos itens de segurança (por exemplo, extintores e sinalização). Durante as inspeções visuais devem ser verificados, entre outras coisas, a existência de vazamentos de óleo, gás ou água nos equipamentos e de ferrugem e corrosão em equipamentos e estruturas metálicas, a existência de vibração e ruídos anormais, o nível de óleo, gás e água dos principais equipamentos e o estado de conservação dos armários e canaletas e as condições dos aterramentos.

3. Transformadores de Potência e Autotransformadores

3.1 As atividades mínimas de manutenção em transformadores e autotransformadores consistem em:

a) Análise dos gases dissolvidos no óleo isolante;

b) Ensaio físico-químico do óleo isolante;

c) Manutenção preventiva periódica.

3.2 A análise dos gases dissolvidos e o ensaio físico-químico do óleo isolante devem ser realizados conforme as normas técnicas específicas e com a periodicidade definida na Tabela 1.

3.3 A manutenção preventiva periódica de transformadores deve ser repetida em período igual ou inferior a seis anos, com a realização, no mínimo, das seguintes atividades:

¸ Inspeção do estado geral de conservação: limpeza, pintura e corrosão nas partes metálicas;

¸ Verificação da existência de vazamentos de óleo isolante;

¸ Verificação da existência de vazamentos de gás;

¸ Verificação do estado de conservação das vedações dos painéis;

¸ Verificação do aterramento do tanque principal;

¸ Verificação do funcionamento dos circuitos do relé de gás, do relé de fluxo e da válvula de alívio de pressão do tanque principal;

¸ Verificação do estado de saturação do material secante utilizado na preservação do óleo isolante;

¸ Verificação do adequado funcionamento das bolsas e membranas do conservador;

¸ Verificação dos indicadores de nível do óleo isolante e dos indicadores de temperatura;

¸ Verificação do funcionamento dos ventiladores e bombas do sistema de resfriamento;

¸ Verificação da comutação sob carga na função manual e automática;

¸ Verificação do nível do óleo do compartimento do comutador;

¸ Inspeção da caixa de acionamento motorizado do comutador;

¸ Ensaios de fator de potência e de capacitância das buchas com derivação capacitiva.

3.4 Em função das manutenções preditivas e preventivas realizadas e do número de comutação (em transformadores com comutador em carga) deve ser avaliada a necessidade de realização das seguintes atividades na manutenção preventiva periódica:

¸ Inspeção interna do comutador;

¸ Verificação do estado das conexões elétricas do comutador e do sistema de isolação;

¸ Verificação do desgaste dos contatos elétricos e troca dos componentes desgastados;

¸ Ensaio de relação de transformação nos pontos de comutação central e extremos;

¸ Verificação do estado do óleo isolante dos comutadores (quando aplicável);

¸ Verificação do mecanismo de acionamento do comutador;

¸ Ensaios de fator de potência, de resistência de isolamento e de resistência ôhmica dos enrolamentos.

3.5 A Tabela 1 resume as atividades mínimas e periodicidades para a manutenção de transformadores de potência e autotransformadores.

Tabela 1

Atividade	Periodicidade máxima (meses)
Análise de gases dissolvidos no óleo isolante	6
Ensaio físico-químico do óleo isolante	24
Manutenção preventiva periódica	72

4. Reatores de Potência

4.1 As atividades mínimas de manutenção em reatores consistem em:

a)Análise dos gases dissolvidos no óleo isolante;

b)Ensaio físico-químico do óleo isolante;

c)Manutenção preventiva periódica.

4.2 A análise dos gases dissolvidos e o ensaio físico-químico do óleo isolante devem ser realizados conforme as normas técnicas específicas e com a periodicidade definida na Tabela 2.

4.3 A manutenção preventiva periódica de reatores deve ser repetida em período igual ou inferior a seis anos, com a realização, no mínimo, das seguintes atividades:

¸ Inspeção do estado geral de conservação: limpeza, pintura e corrosão nas partes metálicas;

¸ Verificação da existência de vazamentos de óleo isolante;

¸ Verificação do estado de conservação das vedações dos painéis;

¸ Verificação do aterramento do tanque principal;

¸ Verificação do funcionamento dos circuitos do relé gás, do relé de fluxo e da válvula de alívio de pressão do tanque principal;

¸ Verificação do estado de saturação do material secante utilizado na preservação do óleo isolante;

¸ Verificação do adequado funcionamento das bolsas e membranas do conservador;

¸ Verificação dos indicadores de nível do óleo isolante e dos indicadores de temperatura;

¸ Verificação do funcionamento dos ventiladores e bombas do sistema de resfriamento;

¸ Ensaios de fator de potência e de capacitância das buchas com derivação capacitiva.

4.4 Em função das manutenções preditivas e preventivas realizadas deve ser avaliada a necessidade de realização dos ensaios de fator de potência, de resistência de isolamento e de resistência ôhmica dos enrolamentos.

4.5 A Tabela 2 resume as atividades mínimas e periodicidades para a manutenção de reatores.

Tabela 2

Atividade	Periodicidade máxima (meses)
Análise de gases dissolvidos no óleo isolante	6
Ensaio físico-químico do óleo isolante	24
Manutenção preventiva periódica	72

5. Banco de Capacitores Paralelos e Filtros

5.1 As manutenções preventivas de bancos de capacitores paralelos devem ser realizadas, no mínimo, a cada três anos e as de filtros, no mínimo, a cada quatro anos, quando devem ser realizadas as seguintes atividades:

¸ Inspeção do estado geral de conservação: limpeza, pintura e incrustações;

¸ Inspeção geral das conexões e verificação da existência de vazamentos e deformações;

¸ Medição da capacitância;

¸ Medição da resistência;

¸ Reaperto de conexões e substituição de componentes, quando necessário.

6. Disjuntores e Chaves de Alta Velocidade

6.1 As manutenções preventivas periódicas de disjuntores e de chaves de alta velocidade devem ser realizadas, no mínimo, a cada 72 meses e consistem nas seguintes atividades mínimas de manutenção:

¸ Verificação geral na pintura, estado das porcelanas e corrosão;

¸ Inspeção geral das conexões;

¸ Remoção de indícios de ferrugem;

¸ Lubrificação, onde aplicável;

¸ Verificações do sistema de acionamento e acessórios;

¸ Verificação do funcionamento de densímetros, pressostatos e manostatos;

¸ Verificações do circuito de comando e sinalizações e dos níveis de alarmes;

¸ Verificação de vazamento em circuitos hidráulicos e amortecedores;

¸ Verificação de vazamentos de gás ou óleo;

¸ Execução de ensaios de resistência de contatos do circuito principal;

¸ Execução de ensaios nas buchas condensivas com tap capacitivo;

¸ Medição dos tempos de operação: abertura e fechamento;

¸ Verificação das bobinas e sistema antibombeamento;

¸ Teste do comando local e a distância e acionamento do relé de discordância de polos;

¸ Verificação do tanque de ar e do óleo do compressor;

¸ Ensaios de fator de potência e capacitância dos capacitores de equalização, quando for o caso;

¸ Ensaios de capacitância e indutância dos equipamentos do circuito ressonante, quando for o caso.

6.2 No caso de disjuntores GVO, além das atividades do item 6.1

¸ Ensaio de rigidez dielétrica do óleo.

¸ Ensaio de resistência de isolamento no circuito principal.

6.3 No caso de disjuntores a PVO, além das atividades do item 6.1:

¸ Ensaios de fator de potência ou de resistência de isolamento do disjuntor.

6.4 No caso de disjuntores a ar comprimido, além das atividades do item 6.1:

¸ Verificação dos reservatórios de ar comprimido;

¸ Ensaios nos reservatórios de ar comprimido, quando necessário.

6.5 No caso de disjuntores a SF6, além das atividades do item 6.1:

¸ Reposição de gás SF6.

6.6 A partir dos resultados das manutenções preditivas, preventivas e do número de operações dos disjuntores, deve ser avaliada a necessidade de abertura da câmara de extinção e da substituição de contatos, vedações, rolamentos, buchas, molas, gatilhos, amortecedores e componentes elétricos do painel.

7. Chaves Seccionadoras, Transformadores para Instrumento, Para-Raios e Medidores em CCAT

7.1 As manutenções preventivas periódicas de chaves seccionadoras, transformadores para instrumento, para-raios e medidores de tensão e corrente em CCAT devem ser realizadas no mínimo a cada 72 meses, preferencialmente coincidindo com a manutenção preventiva do equipamento principal da Função Transmissão - FT a qual estes equipamentos estão associados, buscando o aproveitamento dos desligamentos e uma maior disponibilidade da FT.

7.2 As manutenções em chaves seccionadoras, transformadores para instrumentos, para-raios e medidores de tensão e corrente em CCAT devem ser registradas no sistema de acompanhamento de manutenção do ONS, relacionando estas atividades ao equipamento principal da Função Transmissão.

7.3 Para as chaves seccionadoras, as atividades mínimas de manutenção a serem realizadas nas manutenções preventivas periódicas são:

¸ Inspeção geral do estado de conservação;

¸Verificação da necessidade de limpeza, lubrificação ou substituição dos contatos;

¸ Inspeção dos cabos de baixa tensão e de aterramento;

¸ Inspeção do armário de comando e seus componentes;

¸ Inspeção e limpeza de isoladores, das colunas de suporte e dos flanges dos isoladores;

¸ Lubrificação dos principais rolamentos e articulações das hastes de acoplamento, quando aplicável;

¸ Verificação do funcionamento dos controles locais e da operação manual;

¸ Verificação dos ajustes das chaves de fim de curso;

¸ Verificação de ajustes, alinhamento e simultaneidade de operação das fases;

¸ Verificação da operação da resistência de aquecimento.

7.4 Em função das manutenções preditivas e preventivas realizadas deve ser avaliada a necessidade de realização dos ensaios de medição de resistência de contato.

7.5 No caso de transformadores para instrumento e medidores de tensão e corrente em CCAT, as atividades mínimas de manutenção preventiva consistem em:

¸ Verificações do estado geral de conservação;

¸ Inspeção geral das conexões;

¸ Verificações da limpeza de isoladores;

¸ Verificação da existência de vazamentos de óleo isolante e/ou gás;

¸ Reposição de óleo e/ou gás SF6;

¸ Verificação do estado do material secante utilizado.

7.6 Em função das manutenções preditivas e preventivas realizadas deve ser avaliada a necessidade de realização dos ensaios de resistência de isolação e de fator de potência.

7.7 Na manutenção preventiva de para-raios devem ser realizadas verificações gerais do estado de conservação das ferragens e da porcelana, dos invólucros, dos miliamperímetros e dispositivo contador de descargas, caso existam.

8. Linhas de Transmissão

8.1 A atividade mínima de manutenção para as linhas de transmissão é a inspeção de rotina, que deve ser realizada, no mínimo, a cada doze meses.

8.2 Nas inspeções de rotina devem ser verificados: o estado geral da linha de transmissão, a situação dos estais, a integridade dos cabos condutores e para-raios, a estabilidade das estruturas, a integridade das cadeias de isoladores, a situação dos acessos às estruturas, a proximidade da vegetação aos cabos , a existência de vegetação que coloque em risco a operação da linha de transmissão em caso de incidência de queimadas e os casos de invasão de faixa de servidão.

8.3 Os cronogramas de inspeções e execução de serviços de limpeza de faixas de servidão devem ser informados em sistema da ANEEL, à critério da fiscalização.

8.4 Nas inspeções de rotina para verificação da proximidade da vegetação aos cabos e da existência de vegetação que coloque em risco a operação da linha de transmissão em caso de incidência de queimadas, a critério a fiscalização, deverá ser utilizado o aplicativo da ANEEL para dispositivos móveis específico para esta finalidade, de modo que sejam registradas evidências fotográficas geoespacializadas que representem nitidamente as situações de todos os vãos das linhas de transmissão. Nos vãos em que forem constatadas necessidades de realização de podas e/ou roçadas, deverão ser registradas novas evidências fotográficas geoespacializadas após a realização dessas atividades.

8.5 A partir da análise do desempenho da linha de transmissão e dos resultados das inspeções regulares de rotina deve ser avaliada a necessidade de inspeções detalhadas das estruturas, inspeções termográficas, inspeções noturnas para observação de centelhamento em isolamentos ou de inspeções específicas para identificação de defeitos (oxidação de grelhas, estado das cadeias, danificação de condutores internos a grampos de suspensão ou espaçadores, degradação dos aterramentos (contrapesos), etc.). Também deve ser avaliada a necessidade de medição da resistência de aterramento em estruturas onde haja suspeita de mau desempenho do sistema de aterramento, de verificação de tração de estais e de manutenção preventiva e corretiva em estruturas, cabos e acessórios.

8.6 Deve ser avaliada a necessidade de realização de inspeções adicionais nas áreas com risco potencial de vandalismo (trechos urbanos com alta concentração demográfica), áreas de implantação industrial (com alta concentração de poluentes) e áreas junto ao litoral.

8.7 As concessionárias devem manter cadastro atualizado das linhas de transmissão, contendo as restrições ambientais e as periodicidades de podas e roçadas recomendadas internamente, bem como as dificuldades legais de realização de limpeza de faixa.

9. Válvulas

9.1 A manutenção preventiva periódica de válvulas de instalação de transmissão em CCAT deve ser repetida em período igual ou inferior a dois anos, com a realização, no mínimo, das seguintes atividades:

¸ Inspeção do estado geral de conservação: limpeza e corrosão nas partes metálicas;

¸ Inspeção da conexão elétrica com o eletrodo;

¸ Verificação dos tiristores e dos circuitos snubbers nos módulos das válvulas;

¸ Verificação dos barramentos de conexão nos módulos das válvulas;

¸ Verificação das conexões e dos tubos do circuito de resfriamento;

¸ Verificação do sistema de detecção de vazamento de água das válvulas;

¸ Inspeção e limpeza dos isoladores, das colunas de suporte e dos flanges dos isoladores;

¸ Inspeção, limpeza e verificação do adequado funcionamento do sistema de resfriamento das válvulas;

¸ Inspeção, limpeza e verificação do adequado funcionamento do sistema de ventilação das válvulas;

¸ Inspeção, limpeza e verificação do adequado funcionamento do sistema anti-incêndio da sala das válvulas.

9.2 Os ensaios de fator de potência e de capacitância das buchas com derivação capacitiva devem ser realizados, no mínimo, a cada seis anos.

10. Resumo das Periodicidades de Manutenção

10.1 A Tabela 3 abaixo apresenta o resumo das periodicidades e das tolerâncias para a realização das atividades de manutenção, as quais consideram as eventuais reprogramações de intervenções por interesse sistêmico.

Tabela 3

Atividade	Equipamento	Periodicidades máximas (meses)	Tolerância (meses)
Inspeções Termográficas	Equipamentos de Subestações	6	1
Análise de gases dissolvidos no óleo isolante	Transformadores de Potência ou Autotransformadores	6	1
	Reatores de Potência		
Ensaio físico-químico do óleo isolante	Transformadores de Potência ou Autotransformadores	24	4
	Reatores de Potência		
Manutenção Preventiva Periódica	Transformadores de Potência ou Autotransformadores	72	12
	Reatores de Potência		
	Disjuntores		
	Chave Seccionadora		
	Chave de Alta Velocidade		
	Medidores de Tensão e Corrente em CCAT		
	Transformadores para Instrumento		
	Para-raios		
Manutenção Preventiva Periódica	Banco de Capacitores Paralelos	36	6
Manutenção Preventiva Periódica	Filtros	48	8
Manutenção Preventiva Periódica	Válvulas	24	4
Inspeção de Rotina	Linha de Transmissão	12	2

PORTARIA Nº 6.151, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 16 do Anexo à Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, e conforme deliberação da Diretoria, considerando o disposto no art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, e o que consta dos autos do Processo nº. 48500.005986/2005-23, resolve:

Art. 1º Fixar a distribuição dos quantitativos de cargos comissionados da ANEEL, conforme quadro abaixo:

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS COMISSIONADOS		
CARGO COMISSIONADO DE	CÓDIGO	QUANTITATIVO
DIREÇÃO	CD I	01
	CD II	04
GERÊNCIA EXECUTIVA	CGE I	19
	CGE II	03
	CGE III	19
	CGE IV	14
ASSESSORIA	CA I	08
	CA II	03
	CA III	17
ASSISTÊNCIA	CAS I	01
	CAS II	02
TÉCNICO	CCT V	15
	CCT IV	86
	CCT III	01
	CCT II	44
	CCT I	53

Art. 2º O custo total dos cargos comissionados, com as alterações, passa a ser de R$ 1.371.968,01 (um milhão, trezentos e setenta e um mil, novecentos e sessenta e oito reais e um centavo), inferior ao valor de R$ 1.377.578,83 (um milhão, trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos) definido pela Lei nº 9.986/2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.184, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005301/2019-33, decide deferir o Requerimento Administrativo interposto pela Piratininga Bandeirantes Transmissora de Energia S.A. - PBTE, para, de forma excepcional e para este caso concreto, acatar a solução proposta pela transmissora para a alimentação dos serviços auxiliares em corrente alternada das subestações Bandeirantes e Piratininga II, desde que a adoção dessa solução não prejudique as expansões da subestações.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.289, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta dos processos nº 48500.003619/2017-18, 48500.006624/13-59, 48500.006625/2013-01, 48500.006626/2013-48, 48500.006627/2013-92, 48500.006628/2013-37, 48500.006639/2013-17, 48500.006642/2013-31, 48500.006643/2013-85, 48500.006644/2013-20 e 48500.006645/2013-74, decide por (i) conhecer dos Pedidos de Reconsideração interpostos pelas empresas Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A. e Furnas Centrais Elétricas S.A. em face dos Despachos nº 1.821, 1.822, 1.823, 1.824, 1.825, 1.826, 1.827, 1.828, 1.829, e 1.830, todos de 13 de agosto de 2018, por meio dos quais foram aplicadas as penalidades de multa e suspensão de contratar ou participar de licitações promovidas pela ANEEL, para, no mérito: (ii) negar provimento aos pedidos de reconsideração interpostos pelas empresas Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A. e (iii) dar provimento ao pedido de reconsideração interposto por Furnas Centrais Elétricas S.A, afastando da controladora a penalidade de suspensão de contratar ou participar de licitações promovidas pela ANEEL prevista nos Despachos reconsiderados.

ANDRE PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 3.329, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 14 da Norma de Organização ANEEL - 001, aprovada por meio da Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.002709/2019-53, decide declarar extinto o referido processo, sem decisão de mérito do Recurso Administrativo interposto pela RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., em razão do objeto da decisão restar prejudicado por fato superveniente, dada a desistência da requerente.

RODRIGO LIMP NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 3.339, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Processos nº 48500.001038/2017-41, 48500.001037/2017-05, 48500.001036/2017-52, 48500.003030/2017-10, 48500.002531/2019-41 e 48500.002532/2019-95. Interessadas: Central Fotovoltaica Casablanca I Ltda., Central Fotovoltaica Casablanca II Ltda., Central Fotovoltaica Casablanca III Ltda., Central Fotovoltaica Casablanca IV Ltda., Central Fotovoltaica Casablanca V Ltda. e Central Fotovoltaica Casablanca VI Geração de Energia Elétrica Ltda. Decisão: (i) alterar, a pedido, os Despachos de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) referentes às usinas listadas no Anexo 1, a fim de contemplar a alteração de potência instalada; e (ii) informar que a opção por emissão de outorga pela ANEEL depende de apresentação dos documentos constantes dos Anexos I e II da REN nº 676/2015. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 3.336, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TARIFÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela versão 1.7 do Submódulo 6.8 do PRORET, aprovada pela Resolução Normativa nº 845, de 27 de maio de 2019, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no inciso X do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, no que consta no Processo nº 48500.005750/2015-58, resolve fixar a bandeira tarifária amarela com vigência no mês de dezembro de 2019.

DAVI ANTUNES LIMA

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO Nº 3.308, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo nº 48500.001569/2019-04. Interessados: Copel Distribuição S.A. e Município de Santo Inácio. Decisão: acatar parcialmente a reclamação do consumidor. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE BAHIA

DESPACHO
Relação nº 112/2019

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
874.648/2011-R & S BRASIL MINERAÇÃO LTDA EPP-CAETANOS/BA - Guia n° 40/2019-16.000t-Quartzito- Validade:21/06/2021
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
870.685/1987-MINERADORA DIAMANTE NEGRO LTDA.-FLORESTA AZUL/BA - Guia n° 39/2019-16.000t-Gabro- Validade:18/03/2021
871.012/2000-CORCOVADO GRANITOS LTDA-MEDEIROS NETO/BA - Guia n° 38/2019-16.000t-Granito- Validade:02/02/2020
874.205/2007-ITINGA MINERAÇÃO LTDA-OLIVEIRA DOS BREJINHOS/BA - Guia n° 37/2019-16.000t-Quartzito- Validade:10/12/2020
870.452/2010-M.S.A. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-JEQUIÉ/BA - Guia n° 43/2019-50.000t-Areia- Validade:16/09/2022
870.371/2011-COOPERATIVA DE TRAB. DOS MINERADORES DE P.E. DE OUROLÂNDIA E R. COOMPOR MÁRMORES-OUROLÂNDIA/BA - Guia n° 46/2019-7.000t-Mármore- Validade:27/03/2022
872.557/2013-CERÂMICA ESTRUTURAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP-CAMAÇARI/BA, DIAS D'ÁVILA/BA - Guia n° 44/2019-12.000t-Argila- Validade:12/12/2020
872.371/2015-PEDREIRA AMORIM LTDA.-ANAGÉ/BA, VITÓRIA DA CONQUISTA/BA - Guia n° 48/2019-50.000t-Gnaisse- Validade:18/12/2020
870.846/2018-COOPERATIVA DE TRABALHO DE EXTRAÇÃO DE MARMORE-OUROLÂNDIA/BA - Guia n° 47/2019-7.000t-Mármore- Validade:05/12/2021

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
871.208/2015-WASHINGTON MINERAÇÃO LTDA. ME-LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA/BA - Guia n° 42/2019-16.000t-Quartzito- Validade:01/08/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
870.943/2016-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA-CAMPO FORMOSO/BA - Guia n° 41/2019-16.000t-Quartzito- Validade:09/07/2022
870.710/2018-MINEINVEST MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME-MACARANI/BA, MAIQUINIQUE/BA - Guia n° 45/2019-10.000t-Mármore- Validade:11/09/2020
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
870.249/2004-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL- Área de 1.000,00ha para 719,30ha-Quartzo e Feldspato-Castro Alves/BA
870.250/2004-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL- Área de 1.000,00ha para 712,28ha-Quartzo e Feldspato-Castro Alves/BA
870.683/2012-CPX BAIANA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.- Área de 1.970,92ha para 489,4ha-Calcário-Lajedinho e Ruy Barbosa/Ba
870.684/2012-CPX BAIANA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.- Área de 1.769,83ha para 218,66ha-Calcário-Lajedinho/Ba
871.823/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL- Área de 895,48ha para 630,86ha-Ouro-Cansanção/BA
870.252/2014-JMC MARMOREBEGE EIRELI- Área de 981,65ha para 785,55ha-Calcário-Ourolândia/Bahia
870.512/2014-HELIO JOSUE DE OLIVEIRA ME- Área de 902,26ha para 49,95ha-Calcário(dolomítico)-Morro do Chapéu/BA
871.785/2014-AGATHA MINERACAO LTDA EPP- Área de 693,09 ha para 296,66 ha-Granito-Jaguarari/BA
870.026/2015-DJ GRANITOS EIRELI ME- Área de 909,98ha para 592,24ha-Mármore-Curaçá/Ba
870.028/2015-DJ GRANITOS EIRELI ME- Área de 946,31ha para 752,96ha-Mármore-Curaçá/BA
870.927/2015-ITINGA MINERAÇÃO LTDA- Área de 998,27ha para 706,21ha-Mármore-Curaçá/Ba
870.929/2015-ITINGA MINERAÇÃO LTDA- Área de 997,16ha para 712,29ha-Mármore-Curaçá/Ba
870.957/2015-DJ GRANITOS EIRELI ME- Área de 998,11ha para 813,61ha-Quartzito-Juazeiro/BA
871.430/2015-STELLARIUM PEDRAS E REVESTIMENTOS LTDA.- Área de 872,94ha para 280,04ha-Mármore-Campo Formoso/BA
871.435/2015-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA.- Área de 312,50ha para 199,91ha-Mármore-Curaçá/BA
870.408/2016-EXÓTICA STONE GRANITOS E MARMORES LTDA ME- Área de 672,69ha para 551,40ha-Quartzito-Novo Horizonte e Piatã/Ba
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
871.956/2013-PROMINING PARTICIPACOES LTDA-Granito-Curaçá/Bahia
870.641/2015-SANTOS MINERAÇÃO LTDA-Quartzito-Curaçá/Bahia
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
870.674/2015-IRIS SOARES BARBOSA-ALVARÁ N°15.412/2015
872.491/2016-SABADINI AGRO MINERAL BAHIA LTDA.-ALVARÁ N°2651/2017
872.818/2016-MINERAÇÃO POR DO SOLL EIRELI EPP-ALVARÁ N°1440/2017
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
872.826/2011-SRA MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°15.624/2011
872.102/2014-THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA-ALVARÁ N°15288/2015
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
874.940/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.-ALVARÁ N°9.828/2014
874.941/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.-ALVARÁ N°9.829/2014
874.945/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.-ALVARÁ N°9.832/2014
874.946/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.-ALVARÁ N°9.833/2014
871.251/2014-METAL NOBRE MINERAÇÃO E COMÉRCIO EIRELI-ALVARÁ N°15.144/2015
870.671/2015-MINE INVEST BRAZIL LTDA-ALVARÁ N°15.403/2015
871.949/2015-CHARLES GUTEMBERG JUNQUEIRA PINTO-ALVARÁ N°8.452/2016
872.587/2015-MINERADORA UBAX LTDA-ALVARÁ N°6.601/2016
870.943/2016-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA-ALVARÁ N°9.582/2016

CLAUDIA MARTINEZ MAIA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 132/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
872.818/2016-MINERAÇÃO POR DO SOLL EIRELI EPP
870.928/2017-MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA.
871.136/2017-ZILDA DA SILVA BRANCO ME
870.284/2018-SUCURI GRANITOS DO BRASIL LTDA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
870.224/2004-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
870.015/2017-SV.X PREMOLDADOS E CONSTRUÇÕES LTDA
870.016/2017-SV.X PREMOLDADOS E CONSTRUÇÕES LTDA
870.262/2017-ZANCA MINERACAO LTDA ME
870.883/2017-CEFAS MINERAÇÃO LTDA ME
870.884/2017-CEFAS MINERAÇÃO LTDA ME

Fase de Requerimento de Lavra
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
872.445/2006-M.S.A. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA
871.475/2010-KL PEDREIRA LTDA.
872.447/2012-ELIZETH MARTINS MUNHOZ ME

CLAUDIA MARTINEZ MAIA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 118/2019

Fase de Requerimento de Licenciamento
Retificação de despacho(1390)
866.219/2014-LAZARO BARBOZA SABINO - Publicado DOU de 27/11/2019, Relação n° 117/2019, Seção 1, pág. 86- Onde se lê:"...866.219/2014 - LAZARO BARBOZA SABINO-OF. Nº 24/2019-DIFAM..." - Leia-se:"...866.219/2015 - RICARDO BATISTA FERREIRA-OF. Nº 24/2019-DIFAM..."

Fase de Licenciamento
Retificação de despacho(1391)
866.361/2015-DORACY FERRER KALIX - Publicado DOU de 04/11/2019, Relação n° 104/2019, Seção 1, pág. 148- Onde se lê:"...Registro de Licença nº 39/2015..." - Leia-se:"...Registro de Licença nº 39/2019..."
866.363/2015-DORACY FERRER KALIX - Publicado DOU de 12/11/2019, Relação n° 112/2019, Seção 1, pág. 357- Onde se lê:"...Registro de Licença nº 45/2015..." - Leia-se:"...Registro de Licença nº 44/2019..."

ROBERTO DA SILVA VARGAS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 202/2019

Fase de Concessão de Lavra
Nega provimento a defesa apresentada(476)
802.185/1971-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 237/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Defere pedido de reconsideração(262)
830.101/1995-ANTONIO CARLOS COUTINHO DE AZEVEDO

Fase de Requerimento de Lavra
Defere pedido de reconsideração(262)
832.881/2004-RODRIGO CAVALCANTE SIMÕES ME

Fase de Concessão de Lavra
Nega provimento a defesa apresentada(476)
803.745/1978-MINERAÇÃO SANTA INES LTDA

Fase de Licenciamento
Nega provimento a defesa apresentada(1193)
831.946/2005-DRAGA SAO JUDAS TADEU LTDA

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 248/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
833.042/2012-MINERAÇÃO NOROESTE-OF. N°3150/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
830.306/2017-GERAIS EXOTICOS LTDA ME-OF. N°204/2019/UAGV/GERÊNCIA REGIONAL DA ANM/MG

Determina arquivamento definitivo do processo(155)
832.832/2015-DIAMANTE ROSA MINERAÇÃO LTDA
830.901/2018-MILERAND CHAVES CESÁRIO NEJAR
830.902/2018-ELIOMAR FERREIRA DE SOUZA

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.180/2005-HELEN CRISTINA VALEZIN-OF. N°252/2019/UAPM/ANM/MG
832.012/2008-MINERAÇÃO URUCUIA LTDA-OF. N°1594/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
834.548/2010-ERCAL - EMPRESAS REUNIDAS DE CALCÁRIO LTDA.-OF. N°245/2019/UAPM/GERÊNCIA REGIONAL DA ANM/MG
830.617/2011-DRAGAGEM AM LTDA-OF. N°3019 e 3035/2019-DIREM/ANM/MG
832.699/2011-HWII MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°2416 e 2437/2019-DIREM/ANM/MG
834.004/2011-SHEKINAH MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°2187 e 2189/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
832.530/2014-SÔNIA MARIA ELIAS-OF. N°253/2019/UAPM/ANM/MG
833.367/2014-CERÂMICA CARMELITANA LTDA-OF. N°244/2019/UAPM/GERÊNCIA REGIONAL DA ANM/MG
830.299/2015-CARLOS PAULO MACHADO ME-OF. N°258/2019/UAPM/GERÊNCIA REGIONAL DA ANM/MG
Despacho publicado(256)
832.012/2008-MINERAÇÃO URUCUIA LTDA-Determina a a presentação de licença ambiental conforme ofí cio nº1598/2019 - GERÊNCIA REGIONAL/MG
830.617/2011-DRAGAGEM AM LTDA-3036/2019-DIREM/ANM/MG
832.699/2011-HWII MINERAÇÃO LTDA ME-2438/2019-DIREM/ANM/MG
834.658/2011-TARGIO MURILO DINIZ PEREIRA CPF 456.564.956 04-Não conhece Recurso intempestivo publicado - Manter ato que Negou a Aprovação do Relatório Final de Pesquisa Positivo.

Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
835.562/1993-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-Chamada do requerente para comprovação periódica do diligenciamento ambiental, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31,§ 4º - Ofício nº247/2019/UAPM/Gerência Regional da ANM/MG
830.748/2006-MINERAÇÃO DO MOINHO LTDA-Chamada do requerente para comprovação periódica do diligenciamento ambiental, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31,§ 4º - Ofício nº246/2019/UAPM/Gerência Regional da ANM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.346/2002-HINDALCO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALUMINA LTDA.-OF. N°2948/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
830.421/2008-SANTA HELENA MINERADORA LTDA-OF. N°3093/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
818.387/1971-AVG EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS S.A- AI N° 890,891,892,893,894,895,896,897,899 e 901/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
931.198/1985-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA- AI Nº 1145/2016-DNPM/MG;1139,1140,1141,1142,1143,1144,1146,1148,1149,1150,1151,1152,1153/2016-DNPM-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
818.387/1971-AVG EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS S.A-OF. N°0417/2019-DFMIM/GER/ANM/MG e 2295/2019 - GERÊNCIA REGIONAL
801.959/1977-ZINCOMIN MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°2402/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
931.198/1985-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-OF. N°2886/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
818.387/1971-AVG EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS S.A-OF. N°2248/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.122/2016-MARCIO DE CARVALHO-OF. N°2954/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
831.912/2016-WILTON DA CONCEIÇÃO FERREIRA ME-OF. N°2879/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
832.056/2013-RICARDO FRANCO- Registro de Licença N° 4284/2014 - Vencimento em 15/04/2039
831.735/2016-TARCISIO AMORIM BRAZIL EIRELI ME- Registro de Licença N° 5023/2018 - Vencimento em 27/08/2021

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
832.053/2018-JB AREIA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
832.837/2016-VALADARES E AFONSO LTDA ME-OF. N°2860/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
831.717/2017-RENATO ANTONIO VIEIRA DA CUNHA ME-OF. N°2909/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
830.942/2018-CONSTRUTORA BELCON LTDA ME-OF. N°2970/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
830.962/2018-LOURIVAL DELGADO FONSECA FILHO-OF. N°2961/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
830.970/2018-HENRIQUE CARDOSO DE CARVALHO-OF. N°2972/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
831.231/2018-APARECIDA CARNEIRO DOS SANTOS RESENDE-OF. N°2957/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
831.940/2018-L. A. FERNANDES-OF. N°2955/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
831.460/2017-ARLEI RODRIGUES BORGES-OF. N°3048/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
831.461/2017-ARLEI RODRIGUES BORGES-OF. N°3048/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
831.660/2017-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°3044/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
830.592/2019-AREAL GARCIA LTDA-OF. N°3170/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
830.675/2019-RR MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO
830.728/2019-JOSÉ BORGES ME
830.989/2019-RAIMUNDO MIRANDA BARROSO EPP

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
830.597/2019-TELMO NAMEN LOPES FILHO
830.682/2019-JOSÉ CARLOS DOS REIS

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 251/2019

Fase de Concessão de Lavra
Aceita defesa apresentada(475)
000.397/1942-BEMIL BENEFICIAMENTO DE MINÉRIOS LTDA
Nega provimento a defesa apresentada(476)
002.004/1935-VALE MANGANÊS S A
832.333/1983-MBL MATERIAIS BÁSICOS LTDA
931.198/1985-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA
930.641/1989-VALE S A
Nega provimento a defesa apresentada(810)
811.903/1971-MINAR MINERAÇÃO AREDES LTDA.

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 276/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
833.194/2008-GOLD MINERAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A-DOU de 05/12/2018
832.039/2017-EMBRAMINE EMPRESA BRASILEIRA DE PRFURAÇÕES E SONDAGENS ME- DOU de 07/06/2019
830.196/2018-MINERAÇÃO URUCUM LTDA ME- DOU de 11/10/2018
830.757/2018-EDUARDO FIGUEIREDO MARTINS- DOU de 11/10/2018
830.773/2018-CANTO DOS PEQUÍS AGRICULTURA E PECUÁRIA LTDA- DOU de 31/10/2018
Torna sem efeito Auto de Infração -TAH(636)
832.084/2016-MARIA INEZ CASTRO MOREIRA- AI N°354/2018-TAH/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
831.665/1998-S.A.M. SUL AMÉRICA MINERAÇÃO LTDA.- DOU de 04/01/2000
831.700/2015-CLAUDINEY MIGUEL PINTO ME- DOU de 19/09/2018

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Torna sem efeito despacho publicado(192)
831.907/2014-C3 GRANITOS LTDA. ME- DOU de 04/07/2019
Retificação de despacho(1387)
832.241/2015-MONTBELO MINERADORA LTDA - Publicado DOU de 10/09/2019, Relação n° 291/2019, Seção 1, pág. 31- Onde se lê:''... 832.241/2015 - MONTBELO MINERADORA LTDA - ITUTINGA/MG - Guia nº148/2019 - 15.000 t/ano - Areia - Validade:3 anos a partir de publicação ou PL...'' Leia-se:''.. 832.241/2015 - MONTBELO MINERADORA LTDA - ITUTINGA/MG - Guia nº148/2019 - 16000 t/ano -Xisto (Rocha Ornamental) - validade:3 anos a partir de publicação ou PL..
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1782)
831.086/2011-MINERAÇÃO GRAFITE PEDRA AZUL LTDA - Publicado DOU de 02/04/2019, Relação n° 49/2019, Seção 1, pág. 47- 831.086/2011-MINERAÇÃO GRAFITE PEDRA AZUL LTDA - Publicado DOU de 02/04/2019, Relação n° 49/2019, Seção 1, pág. 47- Onde se lê:''...Aprovo Relatório Final de Pesquisa (317)-'' 831.086/2011 - Mineração Grafite Pedra Azul Ltda - Município:Florestal/MG - Substância:Argila e Areia ...'' Leia-se:''...Aprovo Relatório Final de Pesquisa com redução de área de 1.853,55 ha para 49,28 ha (291) - 831.086/2011 - Mineração Grafite Pedra Azul Ltda - Município:Florestal/MG - Substância:Argila e Areia
833.165/2013-ROBERTO MOREIRA DE CARVALHO ME - Publicado DOU de 09/07/2019, Relação n° 189/2019, Seção 1, pág. 49- Onde se lê:''...Aprova o relatório de pesquisa com redução de área de 684,53 ha para 35,41 ha (291) - 833.165/2013 - Municípios:Elói Mendes/MG - Substância:Areia e Argila ...'' Leia-se:'' ...Aprova o relatório de pesquisa com redução de área de 684,53 ha para 35,41 ha (291) - 833.165/2013 - Municípios:Elói Mendes/MG -Substância:Areia ...''

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
833.779/2004-NOVABRITA - BRITADORA NOVA SERRANA LTDA- Registro de Licença N° 2671/2005-Onde se lê:''... para extrair a(s) substância (s) AREIA/ARGILA, numa área de 16,53 hectares...''Leia-se:''...para extrair a(s) substância (s) GNAISSE, numa área de 21,89 hectares...''
833.962/2010-ALEX MINERAÇÃO LTDA ME- Registro de Licença N° 4941/2017-Onde se lê:''... para extrair a(s) substância (s) AREIA, pelo prazo de 20 anos, numa área de 3,65 ha...''Leia-se:''...para extrair a(s) substância (s) AREIA, pelo prazo de validade até 15/03/2022, numa área de 0,81 ha
830.335/2011-EXTRAÇÃO DE AREIA SÃO GERALDO LTDA- Registro de Licença N° 4502/2013-Onde se lê:''... para extrair a(s) substância (s) AREIA/ARGILA, numa área de 12,60 hectares...''Leia-se:''...para extrair a(s) substância (s) AREIA e ARGILA, numa área de 23,00 hectares...''
832.598/2013-MATEUS DE FARIA PEREIRA ME- Registro de Licença N° 4310/2014-Onde se lê:''... com vencimento em Indeterminado...'' Leia-se:''...com vencimento em 25/02/2020 ...''
830.367/2015-MINERAÇÃO TIÃO DUTRA LTDA ME- Registro de Licença N° 4563/2015-Onde se lê:''... com vencimento em Indeterminado...'' Leia-se:''...com vencimento em 06/01/2024...''
832.869/2015-MARIA LUCIA A NAVES ME- Registro de Licença N° 4825/2017-Onde se lê:''... com vencimento em 30/11/2037 ...'' Leia-se:''...com vencimento em 18/03/2021 ...''
832.870/2015-MARIA LUCIA A NAVES ME- Registro de Licença N° 4826/2017-Onde se lê:''... com vencimento em 30/11/2037 ...'' Leia-se:''...com vencimento em 18/03/2021 ...''
832.871/2015-MARIA LUCIA A NAVES ME- Registro de Licença N° 4827/2017-Onde se lê:''... com vencimento em 30/11/2037 ...'' Leia-se:''...com vencimento em 18/03/2021 ...''
832.872/2015-MARIA LUCIA A NAVES ME- Registro de Licença N° 4831/2017-Onde se lê:''... com vencimento em 30/11/2037 ...'' Leia-se:''...com vencimento em 18/03/2021 ...''
832.963/2015-HUMBERTO FARIA ME- Registro de Licença N° 5132/2019-Onde se lê:''em nome de Humberto Faria,CFP/CNPJ:nº031.914.948-04...''Leia se:''...em nome de Humberto Faria Me, CPF/CNPJ nº03.090.850/0001-16
832.132/2016-ONIX MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 4938/2017-Onde se lê:''... com vencimento em 27/10/2037 ...'' Leia-se:''...com vencimento em 30/05/2029 ...''
Torna sem efeito despacho de indeferimento(769)
830.958/2007-CERÂMICA NATIPOLY LTDA- Publicado DOU de 31/10/2017
833.383/2012-AREAL SANTISSIMA TRINDADE LTDA- Publicado DOU de 05/06/2019
Retificação de despacho(1391)
833.118/2004-JOÃO BATISTA DA SILVA MATIAS & CIA LTDA ME - Publicado DOU de 10/12/2010, Relação n° 488/2010, Seção 1, pág. 92- Onde se lê:''...com validade até 07/11/2012 ..'' Leia-se:''...com validade até 20/08/2014...''

Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
830.584/1989-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA - Publicado DOU de 17/10/2001, Relação n° 574/2001, Seção 1, pág. 111- APROVO o referido relatório e declaro a existência da jazida de Minério de Alumínio, consignando as seguintes reservas e teor abaixo descriminado:Reserva Medida:262.752 tc/43,16% Al2O3 - Reserva Indicada:718.750 t - Reserva Inferida:51.520 t...A área foi reduzida de 1.000,00 ha para 525,00 ha...'' Leia-se:''APROVO o referido relatório e declaro a existência da jazida de Minério de Alumínio, consignando as seguintes reservas e teor abaixo descriminado:Reserva: Medida -

Quantidade:173.604t - Teor Al2O3(%) 43,22 - Reserva Indicada:Quantidade:560.625 t - Teor Al203(%):43,02 - Reserva Inferida - Quantidade:51.520 t - Teor Al203 (%) :42,60 ...A área foi reduzida de 525 ha para 59,84 ha ...''

833.060/1993-EMPRESA DE MINERACAO ALTOÉ LTDA. ME - Publicado DOU de 18/04/2007, Relação n° 128/2007, Seção 1, pág. 47- Onde se lê:''... Empresa de Mineração Altoé Ltda - ME - Itinga/MG...'' Leia-se:''.... Empresa de Mineração Altoé Ltda - ME - Ponto dos Volantes - MG ...''

831.662/2001-CERAMICA ARCOS LTDA - Publicado DOU de 23/10/2017, Relação n° 418/2017, Seção 1, pág. 186- Onde lê-se:''Aprova o relatório de pesquisa - 831.662/2001 - Ceramica Arcos Ltda - Argila ..'' Leia:''...Aprova o relatório de pesquisa - 831.662/2001 - Ceramica Arcos Ltda - Argila - A área foi reduzida de 811,29 ha para 49,26 ha ...''

831.806/2003-CERÂMICA BEIJA FLOR LTDA - Publicado DOU de 31/08/2007, Relação n° 275/2007, Seção 1, pág. 59- Onde se lê:''Município de Alpercata/MG e Governador Valadares/MG...'' Leia-se:''...Município de Alpercata/MG ...''

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito exigência(1284)
831.770/2017-PORTO DE AREIA CACHOEIRA DO VALE LTDA-OF. N°1019/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG-DOU de 12/07/2019
Torna sem efeito despacho publicado(1415)
831.362/2017-CLAUDINEY MIGUEL PINTO ME- DOU de 18/09/2018
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
830.322/2016-MM AREIAL ITAPORÉ ME- DOU de 31/10/2017

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 300/2019

Fase de Concessão de Lavra
Nega provimento a defesa apresentada(476)
808.270/1975-EXTRATIVA METALURGIA S A

Fase de Requerimento de Lavra
Nega provimento a defesa apresentada(810)
831.424/2007-CIA MINERADORA CATITE DUO S. A.

Fase de Requerimento de Licenciamento
Reconsidera o despacho de indeferimento(1162)
830.322/2016-MM AREIAL ITAPORÉ ME

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 332/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
Defere pedido de reconsideração(182)
832.239/2017-RENATO CESAR EBANI DENADAI

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
832.860/2009-ALFIÉ MINÉRIOS LTDA -AI N°1358/2014-Superintendência/DNPM/MG
Nega provimento a defesa apresentada(242)
832.860/2009-ALFIÉ MINÉRIOS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.577/2008-ARETRANS LTDA-OF. N°3935/2019-DIREM/ANM/MG
Despacho publicado(256)
831.999/2003-MINERAÇÃO CONSULADO LTDA-Não conhece Recurso Intempestivo Publicado - Manter ato que negou a aprovação do Relatório Final de Pesquisa Positivo
833.629/2004-CESALPINO TEODORO DE SOUZA-Não conhece Recurso Intempestivo Publicado - Manter ato que negou a aprovação do Relatório Final de Pesquisa Positivo

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 353/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
Defere pedido de reconsideração(182)
830.786/2017-PEDREIRA UM LTDA

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 373/2019

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
831.171/2016-MAFALDA NEVES MENDONÇA ME-Registro de Licença N° 5.238/2019 - Vencimento em 04/10/2029
832.300/2016-GILSON RIBEIRO-Registro de Licença N° 5.230/2019 - Vencimento em 04/09/2026
830.410/2017-PAULO CÉSAR COUTO ME-Registro de Licença N° 5.236/2019 - Vencimento em 21/02/2027
831.469/2017-PROJETAR ENGENHARIA ARQUITETURA E EMPREENDIMENTOS EIRELI ME-Registro de Licença N° 5.237/2019 - Vencimento em 23/10/2033
830.255/2018-AMARILDA DA SILVA DIAS ME-Registro de Licença N° 5.235/2019 - Vencimento em Indeterminado
831.525/2018-CERÂMICA TRÊS PODERES LTDA-Registro de Licença N° 5.232/2019 - Vencimento em 16/08/2028
830.389/2019-MINERAÇÃO FL JOTAS LTDA-Registro de Licença N° 5.234/2019 - Vencimento em 28/03/2022
830.556/2019-LUCAS RUAN PEREIRA-Registro de Licença N° 5.233/2019 - Vencimento em Indeterminado
830.958/2019-SEMARAMIS S FONSECA-Registro de Licença N° 5.231/2019 - Vencimento em 10/07/2029

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 380/2019

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
831.342/2015-MINERAÇÃO SANTA MÁRCIA LTDA-CAPITÃO ANDRADE/MG, TUMIRITINGA/MG - Guia n° 72/UAGV-MG/2019-8.000 t/ano-Granito (Pegmatito)-Validade:03 anos a partir da publicação no DOU.

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 381/2019

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
930.593/1988-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA- AI N° 1230 e 1246/2019 - GERÊNCIA REGIONAL/MG
Determina cumprimento de exigência - BARRAGENS AÇÃO EMERGENCIAL(2072)
930.706/1982-SAMARCO MINERAÇÃO S A.-OF. N°3772/2019/DISBM/ANM/MG-No prazo de 30 dias
930.593/1988-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-OF. N°3925/2019 - DISBM/ANM/MG- No prazo de 60 dias

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 382/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
830.232/2005-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA

Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
833.273/2013-PEDREIRA MARQUES LTDA ME
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
832.908/2014-MINÉRIOS BOA VISTA LTDA

Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
831.328/2017-M R DINIZ COMERCIO DE CASCALHO ME
831.658/2017-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME
831.659/2017-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 383/2019

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
832.050/1998-SERRA DO SUL MINERAÇÕES LTDA- NOT. N°9001/2015 - Superintendência - DNPM/MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 384/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
830.343/2013-CIDEF DO BRASIL SA
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento.(165)
833.141/2015-PAULO MATIAS DA SILVA

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(186)
832.841/2012-D2W AREIAS E ARGAMASSAS LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
834.257/2007-GAMELAS INDUSTRIA & COMÉRCIO LTDA ME-OF. N°343/2019/UAPM/GERÊNCIA REGIONAL DA ANM/MG
832.398/2012-GILSON JOSÉ LUCIANO ME-OF. N°303/2019/UAPM/GERÊNCIA REGIONAL DA ANM/MG
831.097/2013-CERÂMICA ART PLAN LTDA EPP-OF. N°351/2019/UAPM/GERÊNCIA REGIONAL DA ANM/MG
833.669/2013-LUIZ ELI CAIXETA SILVA-OF. N°375/2019/UAPM/ANM/MG
830.842/2014-JOÃO DE OLIVEIRA JÚNIOR ME-OF. N°366/2019/UAPM/ANM/MG
830.867/2015-MINERADORA E EXPORTADORA SANTA INÊS LTDA ME-OF. N°344/2019/UAPM/ANM/MG
830.603/2016-MINERAÇÃO PORTO NACIONAL LTDA-OF. N°347/2019/UAPM/ANM/MG
832.077/2017-MINERAÇÃO PORTO NACIONAL LTDA-OF. N°356/2019/UAPM/ANM/MG
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
833.908/1994-MINERAÇÃO SANTA CAROLINA LTDA-AI N°25/2015 e 897/2016 - TAH
833.969/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.-AI N°778/2015 - TAH
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
834.708/2008-MELQUIZEDEQUE GALINARI - AI N°695/2017 - Fiscalização/DNPM/MG
831.416/2009-HEMATITE MINERAÇÃO LTDA - AI N°649/2018 - Fiscalização/DNPM/MG
831.544/2009-ANTÔNIO PINHEIRO TEIXEIRA - AI N°710/2018 - Fiscalização/DNPM/MG
832.561/2009-MARCOS AENDER DOS REIS - AI N°712/2018 - Fiscalização/DNPM/MG
832.661/2009-FLOEMA CONSULTORIA E SERVIÇOS AMBIENTAIS, FLORESTAIS E AGROPECUÁRIOS LTDA. - AI N°713/2018 - Fiscalização/DNPM/MG

Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
801.961/1977-ZINCOMIN MINERAÇÃO LTDA ME-Chamada do requerente para comprovação periódica do diligenciamento ambiental, com fundamento do Dec. 9406/2018, Art. 31, § 4º - Ofício 340/2019/UAPM/Gerência Regional da ANM/MG.
830.192/1981-FERROGEO MINERAÇÃO LTDA-Chamada do requerente para comprovação periódica do diligenciamento ambiental, com fundamento no Dec. 9406/2018, Art. 31, § 4º - Ofício 339/2019/UAPM/Gerência Regional da ANM/MG.
830.238/1981-FERROGEO MINERAÇÃO LTDA-Chamada do requerente para comprovação periódica do diligenciamento ambiental, com fundamento no Dec. 9406/2018, Art. 31, § 4º - Ofício 338/2019/UAPM/Gerência Regional da ANM/MG.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.997/1995-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA-OF. N°350/2019/UAPM/GERÊNCIA REGIONAL DA ANM/MG
830.921/1998-MINERAÇÃO MONTREAL LTDA-OF. N°4027/2019 - GERÊNCIA REGIONAL/MG
830.182/2002-COMERCIO E MINERAÇÃO VALE DO RIO GRANDE LTDA ME-OF. N°342/2019/UAPM/GERÊNCIA REGIONAL DA ANM/MG
831.846/2002-PEDRO HIPÓLITO AFONSO DE CAMPOS-OF. N°367/2019/UAPM/GERÊNCIA REGIONAL DA ANM/MG
833.446/2003-MINERAÇÃO MONTREAL LTDA-OF. N°4027/2019 - GERÊNCIA REGIONAL/MG

831.715/2004-MINERAÇÃO MONTREAL LTDA-OF. N°4027/2019 - Gerência Regional/MG
830.195/2006-AREIA MIRANDA LTDA-OF. N°368/2019/UAPM/Gerência Regional da ANM/MG
832.186/2006-JOSÉ EUSTAQUIO NATAL 00847097668 ME-OF. N°217/2019/UAGV/Gerência Regional da ANM/MG
832.542/2006-MINERAÇÃO MONTREAL LTDA-OF. N°4027/2019 - GERÊNCIA REGIONAL/MG
831.730/2010-MINERAÇÃO MONTREAL LTDA-OF. N°4027/2019 - GERÊNCIA REGIONAL/MG
832.762/2010-MINERAÇÃO MONTREAL LTDA-OF. N°4027/2019 - GERÊNCIA REGIONAL/MG
832.948/2011-MINERADORA E EXPORTADORA SANTA INÊS LTDA ME-OF. N°369/2019/UAPM/GERÊNCIA REGIONAL DA ANM/MG
833.334/2011-PEDRO BORGES DE OLIVEIRA ME-OF. N°341/2019/UAPM/GERÊNCIA REGIONAL DA ANM/MG
830.251/2012-DRAGAS SIA LTDA EPP-OF. N°346/2019/UAPM/GERÊNCIA REGIONAL DA ANM/MG

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
830.203/1985-COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES MINERÁRIAS-OF. N°365/2019/UAPM/GERÊNCIA REGIONAL DA ANM/MG

Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
832.050/1998-SERRA DO SUL MINERAÇÕES LTDA-AI N°554/2009 - TAH

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
831.918/2017-WILSON MARTINS DA SILVA
831.943/2018-PAULO MATIAS DA SILVA
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
830.280/2019-ELISMAURO COSTA GUSMÃO ME
830.281/2019-ELISMAURO COSTA GUSMÃO ME

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)
831.654/2008-COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES MINERÁRIAS-OF. N°336/2019/UAPM/GERÊNCIA REGIONAL DA ANM/MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 385/2019

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
830.698/2001-M.S.A. MINERAÇÃO SERRA DOS AIMORÉS LTDA.-SERRA DOS AIMORÉS/MG - Guia n° 67/UAGV-MG/2019-30.000 t/ano-Granito (Brita)- Validade:03 anos a partir da publicação no DOU
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
830.698/2001-M.S.A. MINERAÇÃO SERRA DOS AIMORÉS LTDA.-OF. N°79 e 80/2019-UAGV-MG/GER-MG
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1778)
830.698/2001-M.S.A. MINERAÇÃO SERRA DOS AIMORÉS LTDA.- Guia de Utilização N°32/2019

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 386/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
833.328/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA- Área de 1.790,21ha para 601,43ha-Calcário (uso industrial)-Tiros/MG
832.604/2014-EBER LAUDARES DE OLIVEIRA- Área de 95,59ha para 49,56ha-Areia-Formiga/MG
832.530/2015-MIGUEL DOMINGOS COSTALONGA- Área de 931,26ha para 668,65ha-Mármore (rocha para revestimento)-Natalândia e Unaí/MG
832.534/2015-MIGUEL DOMINGOS COSTALONGA- Área de 964,39ha para 646,45ha-Mármore (rocha para revestimento)-Natalândia/MG
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
834.747/2010-ERCAL - EMPRESAS REUNIDAS DE CALCÁRIO LTDA.-Calcário Dolomítico (corretivo de solos e brita)-Coromandel/MG
834.929/2010-ERCAL - EMPRESAS REUNIDAS DE CALCÁRIO LTDA.-Calcário Dolomítico (corretivo de solos)-Coromandel/MG
831.141/2012-DRAGA FRANÇA & VIDAL LTDA-Areia (construção civil)-Brasilândia de Minas/MG
833.932/2012-RIOMINAS SERVIÇOS DE MINERAÇÃO LTDA.-Areia e Cascalho (construção civil)-Frutal e Guaraci/MG
830.136/2014-FRANCISCO XAVIER FRANÇA-Areia (construção civil)-Brasilândia de Minas/MG
832.223/2017-RODOLFFO ROCHA ARDUINI-Areia e Cascalho (construção civil)-Uberaba/MG
832.224/2017-RODOLFFO ROCHA ARDUINI-Areia e Cascalho (construção civil)-Uberaba/MG
832.225/2017-RODOLFFO ROCHA ARDUINI-Areia e Cascalho (construção civil)-Uberaba/MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 387/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
830.078/2010-OMAR DE OLIVEIRA CAMPOS CPF: 051.239.176-91- Alvará n°8432/2010 - Cessionario:832.031/2013,832.032/2013,832.033/2013-JMC MINERAÇÃO S.A- CPF ou CNPJ 14.814.217/0001-40
831.962/2014-PATRICIA PEREIRA PEIXOTO MELO ME- Alvará n°1915/2016 - Cessionario:830.241/2019;830.242/2019;830.243/2019-SILVIA APARECIDA DE MELO;JOÃO CELESTINO DE MELO ME;PEREIRA E MELO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA- CPF ou CNPJ 073.535.266-61;03.265.230/0001-70;23.318.452/0001-11
830.427/2016-ERNESTO AVELINO DE SOUZA ALMEIDA- Alvará n°/783/2017 - Cessionario:831.810/2018-MINERAÇÃO SAPUCAÍ EIRELI- CPF ou CNPJ 42.963.157/0001-62
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
831.470/2016-JOÃO ALBINO FILHO- Cessionário:EMPRESA MINERADORA RIO PARDO LTDA ME- CPF ou CNPJ 26.133.197/0001-20- Alvará n°1317/2017

Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
832.120/2008-MINERADORA DO VALE LTDA ME- Cessionário:CERAMICA DO VALE EIRELI- CNPJ 21.084.652/0001-21- Registro de Licença N° 3618/2011- Vencimento da Licença: Indeterminado
833.141/2013-SEBASTIÃO ROGERIO DE SOUZA ME- Cessionário:RODINEI PEREIRA BOA SORTE ME- CNPJ 22.319.907/0001-50- Registro de Licença N° 4380/2015- Vencimento da Licença: Indeterminado
832.075/2014-DRAGA PARAGUAÇU LTDA- Cessionário:MAURO MOTERANI NASSER FI- CNPJ 31.080.982/0001-00- Registro de Licença N° 4614/2016- Vencimento da Licença: Indeterminado

Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
831.373/2001-ALEIXO PIZARRAS INDUSTRIA E EXPORTAÇÃO DE ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA- n° 8893/2001 - Cessionário: JOPASI LUSO BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 30.757.003/0001-35
830.260/2007-GERAL METAIS INDUSTRIAL LTDA- n° 8040/2008 - Cessionário: MINERAÇÃO MAMUT LTDA EPP- CNPJ 07.633.576/0001-35
832.256/2009-MINERAÇÃO AREIA BRANCA LTDA- n° 7806/2010 - Cessionário: WANDER JOSE DOS REIS ME- CNPJ 02.206.120/0001-75
832.739/2011-FLÁVIO GRISI- n° 18083/2011 - Cessionário: MINÉRIOS E JAZIDAS MINERAIS FME LTDA- CNPJ 15.792.276/0001-27

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 388/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
831.567/2007-JOSÉ PEREIRA CARVALHAL NETO-AI N°731/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
833.378/2008-ALFREDO PELOSO DA SILVEIRA-AI N°467/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
833.379/2008-ALFREDO PELOSO DA SILVEIRA-AI N°468/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
834.243/2008-ALFREDO PELOSO DA SILVEIRA-AI N°469/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
834.343/2008-TMG SIDERURGIA LTDA-AI N°705/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
832.545/2010-MARCELO ESTEVAO DA MOTA-AI N°843/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
833.076/2007-RUBENS DE FARIA REZENDE - AI N°699/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
834.766/2008-BOANERGES CABRAL CAMPOS - AI N°411/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.503/2010-MINE INVEST BRAZIL LTDA - AI N°773/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG

Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento Auto de infração.(1844)
833.675/2008-IRANITA ROSA DE JESUS-AI N°771/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
833.202/2011-ANDRÉ REBELLO PIRES-AI N°190/2019-Gerência Regional/MG

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)
832.052/2006-MINERAÇÃO DUAS BARRAS LTDA.-OF. N°1363 e 1364/2019 - Gerência Regional/MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 389/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
831.585/2004-ONIX MINERAÇÃO LTDA-Minério de Ferro e Bauxita(Minério de Alumínio)-Alvinópolis e Santa Bárbara/MG

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.721/2005-VALE S A-OF. N°27/2019-DFMIM-MG-GER-MG
831.090/2005-VALE S A-OF. N°29/2019-DFMIM-MG-GER-MG
832.165/2006-VALE S A-OF. N°25/2019-DFMIM-MG-GER-MG
830.231/2007-VALE S A-OF. N°26/2019-DFMIM-MG-GER-MG
831.176/2007-VALE S A-OF. N°30/2019-DFMIM-MG-GER-MG
834.318/2007-VALE S A-OF. N°37/2019-DFMIM-MG-GER-MG
834.392/2007-VALE S A-OF. N°28/2019-DFMIM-MG-GER-MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 390/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
833.378/2008-ALFREDO PELOSO DA SILVEIRA- AI N°467/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
833.379/2008-ALFREDO PELOSO DA SILVEIRA- AI N°468/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
834.243/2008-ALFREDO PELOSO DA SILVEIRA- AI N°469/2017-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Relação nº 97/2019

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
886.160/2011-ELIAS ELISEU PERSCH EIRELI EPP-OF. N°48/2019
886.307/2013-VIEIRA & LUCA LTDA ME-OF. N°46/2019

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
880.529/1989-IMS CONSTRUTORA LTDA-OF. N°651/2019
886.953/1998-FONTE ÁGUA MINERAL PARAÍSO LTDA EPP-OF. N°534/2019
886.415/2004-ACQUA SALLUTARIS ÁGUA MINERAL LTDA-OF. N°529/2019

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
886.096/2015-RUDINEY RESENDE VELHO-OF. N°47/2019
886.247/2015-VIEIRA & LUCA LTDA ME-OF. N°45/2019
886.298/2015-FABIANO DOS SANTOS & CIA LTDA ME-OF. N°43/2019

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)
886.278/2010-FABIANO DOS SANTOS & CIA LTDA ME-OF. N°44/2019

JOAQUIM RIBEIRO NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO AMAZONAS

DESPACHO
Relação nº 52/2019

Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
880.542/1988-SUZEL GVP MINERAÇÃO LTDA.-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200

Fase de Lavra Garimpeira
Despacho publicado(1971)
880.070/2007-COOPERATIVA EXTRATIVISTA MINERAL FAMILIAR RIO JUMA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.092/2010-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DA AMAZONIA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Despacho publicado(2069)
880.059/2008-COOPERATIVA AMETISTA DO NORTE-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.152/2012-COOPERATIVA EXTRATIVISTA MINERAL FAMILIAR RIO JUMA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.170/2012-COOPERATIVA DOS EXTRATIVISTAS MINERAIS FAMILIARES DE MANICORE-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.187/2012-COOPERATIVA DOS EXTRATIVISTAS MINERAIS FAMILIARES DE MANICORE-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.249/2012-COOPERATIVA MINERAL E AGROPECUARIA DE HUMAITÁ-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.250/2012-COOPERATIVA MINERAL E AGROPECUARIA DE HUMAITÁ-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.059/2015-COOPERATIVA EXTRATIVISTA MINERAL DOS GARIMPEIROS DE APUÍ-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.073/2015-GERSON VIEIRA DA SILVA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.074/2015-GERSON VIEIRA DA SILVA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.023/2016-VALMIR VIEIRA AMARO-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.067/2016-COOPERATIVA EXTRATIVISTA MINERAL DOS GARIMPEIROS DE APUÍ-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
80.068/2016-COOPERATIVA EXTRATIVISTA MINERAL DOS GARIMPEIROS DE APUÍ-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.092/2016-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERAL DA AMAZÔNIA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.096/2016-COOPERATIVA DE MINERAÇÃO MINAS DO BRASIL-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.110/2016-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERAL DA AMAZÔNIA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.127/2016-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERAL DA AMAZÔNIA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.001/2017-COOPERATIVA DE EXTRATIVISMO MINERAL DA AMAZÔNIA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.020/2017-LUPERCINIO RICHARD OLIVEIRA PEREIRA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.021/2017-LUPERCINIO RICHARD OLIVEIRA PEREIRA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.022/2017-LETICIA VIDAL DA SILVA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.023/2017-LETICIA VIDAL DA SILVA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.054/2017-LETICIA VIDAL DA SILVA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.055/2017-LETICIA VIDAL DA SILVA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.096/2017-HEBERSON CARVALHO BORGES-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.150/2017-COOPERATIVA MINERARIA SUL MAUES-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.151/2017-COOPERTRANS COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MORAES ALMEIDA E TRANSGARIMPEIRA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.152/2017-COOPERTRANS COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MORAES ALMEIDA E TRANSGARIMPEIRA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.153/2017-COOPERTRANS COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MORAES ALMEIDA E TRANSGARIMPEIRA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.154/2017-COOPERTRANS COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MORAES ALMEIDA E TRANSGARIMPEIRA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.065/2019-COOPERATIVA EXTRATIVISTA MINERAL DOS GARIMPEIROS DE APUÍ-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.066/2019-COOPERATIVA EXTRATIVISTA MINERAL DOS GARIMPEIROS DE APUÍ-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.067/2019-COOPERATIVA EXTRATIVISTA MINERAL DOS GARIMPEIROS DE APUÍ-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.069/2019-COOSULPA COOPERATIVA DE MINERACAO MISTA SUL DO PARA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200
880.074/2019-COOSULPA COOPERATIVA DE MINERACAO MISTA SUL DO PARA-Suspensão por Decisão Judicial - ACP nº 1003646-43.2017.4.01.3200

EDUARDO PONTES E PONTES
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO Nº 904, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 11.909. de 4 de março de 2009, tendo em vista o constante no processo ANP n. º 48610.213314/2019-37, e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP n.º 51, de 26 de dezembro de 2013, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa DE MILLUS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 33.115.817/0001-64, autorizada a exercer a atividade de carregamento de gás natural na esfera de competência da União, mediante a celebração de contratos registrados na ANP.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (legislacao.anp.gov.br) do portal da ANP.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO Nº 905, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 11.909. de 4 de março de 2009, tendo em vista o constante no processo ANP n. º 48610.209955/2019-97, e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP n.º 52, de 29 de setembro de 2011, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa Livre Comercializadora de Energia Ltda, com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 31.119.226/0001-30, autorizada a exercer a atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, mediante a celebração de contratos registrados na ANP.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (legislacao.anp.gov.br) do portal da ANP.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DESPACHO Nº 1.035, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista o constante no processo ANP n.º 48610.209955/2019-97,

Considerando:

O atendimento a todas as exigências da Resolução ANP n.º 52, de 29 de setembro de 2011; e

O deferimento do pedido de autorização de comercialização de gás natural na esfera de competência da União; resolve:

1.Fica a empresa Livre Comercializadora de Energia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 31.119.226/0001-30, registrada como Agente Vendedor de gás natural com o nº 03.26.35.31.119.226.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 1.030, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PI0196252	ADEMILTON & ADEMAR COMBUSTIVEIS LTDA	28.681.263/0001-22	48610.007844/2019-48
PR/PR0196250	ARALDI & FERNANDES COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	12.010.172/0002-06	48610.007503/2019-72
PR/PA0196251	AUTO POSTO COMERCIAL ALIANCA LTDA	19.799.456/0001-91	48610.007868/2019-05
PR/GO0196294	AUTO POSTO E CONVENIENCIA SPINDOLA EIRELI	33.736.865/0001-70	48610.008013/2019-93
PR/PR0196291	AUTO POSTO NEGO I LTDA	27.922.985/0001-69	48610.008162/2019-52
PR/PB0196229	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS ALBUQUERQUE LTDA	29.284.281/0001-33	48610.008412/2019-54
PR/PE0196289	COTEGY COMBUSTIVEIS LTDA	07.236.866/0002-26	48610.007244/2019-80
PR/MA0196248	E BORBA DA SILVA	31.523.005/0001-22	48610.008152/2019-17
PR/PB0196253	J & M COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	32.966.101/0001-08	48610.008479/2019-99
PR/BA0196254	LUBRINESSA XVI COMERCIO DE PETROLEO LTDA	29.922.765/0001-60	48610.007438/2019-85
PR/PI0196290	M. A COMBUSTIVEIS LTDA	17.626.735/0001-28	48610.001376/2019-06
PR/BA0196295	NOVA SOURE AUTO POSTO DE COMBUSTIVEIS LTDA	28.206.579/0001-62	48610.008014/2019-38
PR/PR0196292	ODESE-DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	01.996.443/0001-47	48610.007753/2019-11
PR/CE0196208	POSTO DE COMBUSTIVEL AVENIDA LTDA	17.308.124/0001-31	48610.008383/2019-21
PR/CE0196269	POSTO DE GASOLINA MARIA DE MATOS LIMITADA	30.252.521/0001-05	48610.008432/2019-25
PR/PI0196249	POSTO MAIS JOAO XXIII LTDA	33.388.840/0001-22	48610.005753/2019-78
PR/PA0196210	POSTO PACHECO V LTDA	17.270.657/0001-71	48610.007760/2019-12
PR/CE0196268	REDE ALFA POSTO DE COMBUSTIVEIS LTDA	04.072.324/0001-96	48610.008425/2019-23
PR/GO0196293	SUPER POSTO BRASIL CENTRAL EIRELI	14.949.588/0001-39	48610.008327/2019-96
PR/PI0196209	VIDA POSTOS DE COMBUSTIVEIS LTDA	30.568.619/0001-68	48610.002188/2019-97
PR/PE0196288	VILA DE GOIANA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	34.058.185/0001-07	48610.007850/2019-03

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.031, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 2, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/SP0016230	AUTO POSTO MICHEL LTDA	63.101.562/0001-41	48610.017463/2001-48
PR/SP0095262	AUTO POSTO PUCCI LTDA.	10.961.425/0001-10	48610.006489/2011-32
PR/SP0159116	POSTO DE SERVICO CIDADE DUTRA LTDA	57.017.311/0001-80	48610.004256/2003-95
PR/SP0162337	POSTO DE SERVIÇOS HOLANDES LTDA	61.167.722/0001-20	48620.000136/2003-16

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.032, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPRN0347316	AGAMENOR FRANCO DE ARAUJO	34.689.717/0001-04	48610.008307/2019-15
GLPMG0347335	ALISON LAURINDO	34.777.296/0001-73	48610.008235/2019-14
GLPRS0347274	AMANDA MELO KRINDGES COMERCIO VAREJISTA DE GAS EIRELI	31.781.456/0001-60	48610.008136/2019-24
GLPPR0347307	ANA PAULA DE MELO SILVA RODRIGUES	34.283.146/0001-03	48610.007102/2019-12
GLPMG0347304	ANIZIO DE LIMA ANTAO 48804940620	31.945.495/0001-55	48610.003127/2019-47
GLPAM0347284	ANTONIO DAS GRACAS LOIOLA FRANCA	34.263.837/0001-45	48610.008133/2019-91
GLPSP0347280	BRUNA MICHELLE BARBOSA DOS SANTOS	33.288.057/0001-97	48610.008286/2019-38
GLPMG0347358	CELIA NUNES XAVIER DOURADO - COMERCIO	17.595.634/0001-37	48610.008237/2019-03
GLPRJ0347361	CHARLES JR COMERCIO DE GAS LTDA	32.111.201/0001-52	48610.008228/2019-12
GLPES0347263	COMERCIAL ROQUE DA SILVEIRA GAS EIRELI	24.525.584/0001-87	48610.008154/2019-14
GLPPR0347337	COMERCIO DE GAS SVIERCOSKI & STRESSER LTDA	30.258.703/0001-85	48610.008305/2019-26
GLPPR0347270	COMERCIO E REVENDA DE GAS CAETANO LTDA	82.571.076/0001-31	48610.008147/2019-12
GLPRS0347294	E. DOS SANTOS DE CASTRO	32.328.331/0001-41	48610.008131/2019-00
GLPPA0347356	ED DOS SANTOS LIMA	34.016.335/0001-10	48610.008230/2019-83
GLPAM0347282	F M SIQUEIRA	35.000.586/0001-79	48610.008288/2019-27
GLPPI0347314	G R DOS SANTOS DISTRIBUIDORA DE GAS	34.031.361/0001-17	48610.006967/2019-61
GLPSC0347309	GILMAR APARECIDO KIZEMA	34.460.710/0001-16	48610.007528/2019-76
GLPRN0347320	H F COMERCIO DE GAS LTDA	14.622.156/0001-19	48610.012462/2018-55
GLPMG0347328	HENMAR GAS EIRELI	34.198.073/0001-51	48610.007774/2019-28
GLPPR0347372	INACIO E DAMIN BEBIDAS LTDA	27.584.352/0001-98	48610.008375/2019-84
GLPSC0347318	ISAEL DA SILVA	34.379.221/0001-34	48610.006848/2019-17
GLPPA0347296	IVANILDES BEZERRA AGUIAR EIRELI	33.803.074/0001-15	48610.008289/2019-71
GLPSP0347375	J A COMERCIO DE GAS E BEDIDAS LTDA	34.367.104/0001-50	48610.008226/2019-15
GLPMG0347381	JACIRA MARIA VASCONCELOS MOURA	34.604.357/0001-09	48610.008231/2019-28
GLPSP0347300	JILIARDIS GONCALVES DA SILVA 33143829877	31.658.916/0001-67	48610.008295/2019-29
GLPMG0347268	JOSE ANDERSON DINIZ	34.577.533/0001-52	48610.008151/2019-72
GLPRS0347383	KSA DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI	31.726.587/0001-44	48610.008229/2019-59
GLPMG0347333	LUCIANA S DA SILVA	35.263.010/0001-02	48610.008178/2019-65
GLPSC0347312	LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA - JL GAS E AGUA	31.411.617/0001-23	48610.006599/2019-51
GLPAL0347370	M BERENICE DA SILVA COMERCIO	27.773.946/0001-47	48610.008238/2019-40
GLPRO0347367	M C COMERCIO DE BEBIDAS EIRELI	31.330.084/0001-55	48610.006189/2019-19
GLPMT0347331	M M DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA LTDA	31.168.416/0001-47	48610.008223/2019-81
GLPSP0347276	MAIS VOCE COMERCIO DE GAS EIRELI	33.974.605/0001-32	48610.008135/2019-80
GLPGO0347298	MARACANA GAS LTDA	31.240.183/0001-46	48610.004987/2019-06
GLPES0347379	MARCIANA CROCE MAZIERO	24.032.889/0001-57	48610.008296/2019-73
GLPMA0347377	N B DA S ARAUJO COMBUSTIVEIS	33.748.967/0001-05	48610.007968/2019-23
GLPRS0347286	PW COMERCIO DE GAS LTDA	34.618.319/0001-05	48610.007872/2019-65
GLPES0347387	SALMO ANDRADE VITAL	34.194.901/0001-83	48610.008233/2019-17
GLPMG0347302	SEBASTIAO BARBOSA DE SOUSA	64.382.013/0002-36	48610.008248/2019-85
GLPMT0347266	TOP COMERCIO DE GAS EIRELI	30.513.062/0001-68	48610.008153/2019-61
GLPSP0347365	WAGNER BERNARDO DE CAMPOS	50.756.980/0004-78	48610.008239/2019-94
GLPAM0347289	WANDERSON THIAGO ALMEIDA COSTA	33.973.600/0001-95	48610.008132/2019-46

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.033, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base no Art. 30, da Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/PR0229555	ALCIDES RODRIGUES CARDOSO	22.157.210/0001-20	48610.004796/2015-11
GLP/RS0217097	ALENCAR S DE SOUZA & CIA LTDA	13.117.905/0001-98	48610.010033/2012-58
GLP/RS0226119	ANTONIO RENATO NUNES MAIDANA 47778830000	20.104.193/0001-38	48610.007271/2014-48
GLP/BA0235227	COMERCIAL DE GAS MALIBU LTDA - EPP	00.114.377/0002-52	48610.006096/2016-33
GLP/SC0208295	COMERCIAL FAVARETTO LTDA.	83.313.601/0002-62	48610.007669/2011-31
GLPSC0312263	GAS KESTRING - EIRELI	29.297.287/0002-26	48610.013728/2018-87
GLP/MT0238611	H R DE OLIVEIRA & CIA LTDA - ME	25.390.382/0001-38	48610.001491/2017-19
GLP/AM0231539	J F S DAS NEVES - ME	00.775.414/0002-73	48610.010892/2015-90
GLP/MT0224279	J. N. COMERCIO DE GLP LTDA - ME	14.048.059/0001-64	48610.000724/2014-13
GLP/PB0186364	JANSEN CENTRAL GAS LTDA- ME	05.355.686/0001-57	48610.006588/2010-33
GLP/SP0242520	JOSE FELIPE ESQUITINI 42988643830	27.789.430/0001-90	48610.010002/2017-10
GLP/SP0237847	L.A.N. REPRESENTAÇÕES	03.404.194/0001-89	48610.013730/2016-94
GLP/CE0235247	LITORAL GÁS LTDA	23.569.960/0001-72	48610.007695/2016-74
GLP/AM0242621	RAMON ALVARES DRUMOND - ME	12.408.916/0003-26	48610.012319/2017-82
GLP/SC0244663	Sabrina Elisa Zimmermann 08203260977	29.061.011/0001-63	48610.001275/2018-46
GLPPR0308235	TANCREDO JOSE GOBER 07847187922	31.046.093/0001-19	48610.011661/2018-46
GLP/RJ0184309	ULTRA SERRA COMERCIO DE GAS LTDA ME.	03.935.597/0001-54	48610.002876/2010-19

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.034, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, I, c, torna público o cancelamento, por requerimento do agente econômico, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
001/GLP/PR0019605	CLASSIGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA.	07.586.457/0001-79	48610.001634/2008-93
GLP/SP0244236	DAMARIS MARCHIOLI ROSSI RAMOS - ME	27.739.108/0001-57	48610.013216/2017-30
GLP/PA0186050	E. J. A. DE BARROS COMÉRCIO	10.836.841/0001-97	48610.006099/2010-81
GLP/MG0228260	ENISLAINE MARIA DE ALMEIDA 02453236601	20.194.085/0001-01	48610.008945/2014-21
GLPMG0307612	FARIA E ISOLA COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA	30.965.587/0001-34	48610.011588/2018-11
001/GLP/PA0016493	FRANCISCO RICARDO VALERIANO LOPES - ME	05.579.355/0007-96	48610.009493/2007-76
GLP/DF0236611	G. A COMERCIAL DE GÁS LTDA - ME	22.884.111/0001-40	48610.010063/2016-98
GLP/MG0240909	GLEYSON DEVYD COSTA 07611564617	27.075.056/0001-61	48610.006436/2017-15
GLP/MT0202933	HELUMI LOJA DE CONVENIENCIA LTDA - ME	10.827.676/0001-07	48610.016274/2010-49
GLP/SP0237733	JOAO ANTONIO PISANO OURINHOS	01.144.649/0001-49	48610.014324/2016-49
GLP/MG0231505	LUCAS DONIZETE DIAS 09306952678	22.767.155/0001-90	48610.010703/2015-89
GLPMT0302286	LUIZ EDILSON DE OLIVEIRA SOARES 03815449820	29.419.958/0001-01	48610.007107/2018-64
GLP/MG0242763	MONICA VIEIRA TAVARES	19.970.723/0001-41	48610.010783/2017-34
GLP/RO0216961	MULTIGAS COMERCIO DE GLP LTDA	04.757.781/0001-14	48610.009503/2012-31
GLP/MG0232390	PABLO SAMUEL BRAGA FAGUNDES	20.257.237/0001-60	48610.013227/2015-58
001/GLP/SP0021557	SO GAS COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA	08.622.047/0001-07	48610.006043/2008-11
GLP/GO0236754	SUPERMERCADO BORGES E VASCONCELOS LTDA ME	24.840.269/0001-44	48610.011471/2016-67
GLPPR0314047	V. CORDEIRO DE ARAUJO	31.552.317/0001-64	48610.000462/2019-93
GLP/SP0235805	VALMIR RIBEIRO DA CUNHA	24.541.398/0001-31	48610.008975/2016-08

CEZAR CARAM ISSA

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 901, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.221388/2019-47, resolve:

Conceder autorização para a empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do Projeto nº 21600-2.

A íntegra desta autorização estará disponível na página de legislação (legislacao.anp.gov.br) do portal da ANP.

ALFREDO RENAULT

AUTORIZAÇÃO Nº 902, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.217087/2019-19, resolve:

Conceder autorização para a empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do Projeto nº 21484-1.

íntegra desta autorização estará disponível na página de legislação (legislacao.anp.gov.br) do portal da ANP.

ALFREDO RENAULT

AUTORIZAÇÃO Nº 903, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.218476/2019-61, resolve:

Conceder autorização para a empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do Projeto nº 21544-2.

A íntegra desta autorização estará disponível na página de legislação (legislacao.anp.gov.br) do portal da ANP.

ALFREDO RENAULT

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.145, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 395, de 14 de março de 2019, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2019, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 5º, inciso II da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 395, de 14 de março de 2019.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA OR Ç AMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MA	PALMEIRANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIRANDIA	36000273850201900	2.002.000,00	0000	1030120152E890001
PB	OURO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO VELHO	36000281778201900	97.551,00	0000	1030120152E890001
PE	PALMARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000282797201900	1.600.000,00	0000	1030120152E890001
PE	PALMARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000282838201900	1.100.000,00	0000	1030120152E890001
PI	ANISIO DE ABREU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ANISIO DE ABREU	36000273344201900	849,00	0000	1030120152E890001
PI	CAPITAO DE CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000273369201900	500.000,00	0000	1030120152E890001
PI	CORONEL JOSE DIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000273360201900	5.579,00	0000	1030120152E890001
PI	CORRENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORRENTE-PI	36000273356201900	390.158,00	0000	1030120152E890001
PI	CRISTALANDIA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTALANDIA DO PIAUI	36000272056201900	350.000,00	0000	1030120152E890001
PI	CRISTALANDIA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTALANDIA DO PIAUI	36000272235201900	110.000,00	0000	1030120152E890001
PI	ISAIAS COELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ISAIAS COELHO	36000273400201900	527.503,00	0000	1030120152E890001
PI	LANDRI SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LANDRI SALES PI	36000273359201900	7.136,00	0000	1030120152E890001
PI	MADEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000273343201900	372.006,00	0000	1030120152E890001
PI	OEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OEIRAS -PI	36000273285201900	1.391.255,00	0000	1030120152E890001
PI	PALMEIRAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIRAIS - PI	36000280918201900	1.900.000,00	0000	1030120152E890001
SC	CRICIUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRICIUMA/SC	36000269822201900	2.000.000,00	0000	1030120152E890001
SP	GUARUJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARUJA	36000271629201900	3.000.000,00	0000	1030120152E890001
SP	GUARUJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARUJA	36000271630201900	4.000.000,00	0000	1030120152E890001
TOTAL			18 PROPOSTA(S)	19.354.037,00		

PORTARIA Nº 3.146, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de Ambiência.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o ? 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde; resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE AMBIÊNCIA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	MALACACHETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11483828000119001	23680010	235.000,00	235.000,00	10302201585350031
TOTAL			1 PROPOSTAS			235.000,00	

PORTARIA Nº 3.147, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o ? 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 395, de 14 de março de 2019, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2019, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, ? 5º, inciso II da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 395, de 14 de março de 2019.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	SANTANA DO IPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - (FMS) DE SANTANA DO IPANEMA	36000281948201900	30740007 30740008	150.000,00 300.000,00	450.000,00	1030120152E890027 1030120152E890027
AM	GUAJARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAJARA (AM)	36000282884201900	37940007	100.000,00	100.000,00	1030120152E890013
AM	MANICORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANICORE	36000284527201900	29090004	245.000,00	245.000,00	1030120152E890013
AM	NOVA OLINDA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA OLINDA DO NORTE	36000284599201900	29090004	200.000,00	200.000,00	1030120152E890013
AM	RIO PRETO DA EVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DO MUNICPIO DE RIO PRETO DA EVA	36000281852201900	29090004	200.000,00	200.000,00	1030120152E890013
AM	URUCARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE URUCARA	36000283226201900	29100020	384.426,00	384.426,00	1030120152E890234
AP	FERREIRA GOMES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FERREIRA GOMES - AP	36000283372201900	29190003	14.073,00	14.073,00	1030120152E890016
BA	APORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APORA	36000283188201900	37380008	178.028,00	178.028,00	1030120152E890029
BA	CANAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000283377201900	32620008	250.000,00	250.000,00	1030120152E890029
BA	CARDEAL DA SILVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARDEAL DA SILVA	36000281983201900	30510002	247.600,00	247.600,00	1030120152E890029
BA	CRUZ DAS ALMAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZ DAS ALMAS	36000284040201900	37270006 35640008	310.387,00 300.000,00	610.387,00	1030120152E890029 1030120152E890029
BA	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - FUMSAUDE	36000281933201900	37520003	1.050.000,00	1.050.000,00	1030120152E890029
BA	RIO DO ANTONIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RIO DO ANTONIO	36000283720201900	28800004	492.839,00	492.839,00	1030120152E890029
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEIXEIRA DE FREITAS	36000284024201900	27500006	120.000,00	120.000,00	1030120152E890029
BA	VERA CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000283751201900	30510002	300.000,00	300.000,00	1030120152E890029
CE	MARACANAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000283744201900	20250013	500.000,00	500.000,00	1030120152E891093
GO	ACREUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACREUNA	36000282774201900	28330003	120.000,00	120.000,00	1030120152E890052
GO	MOIPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MOIPORA GOIAS	36000283208201900	37040001 28350008	100.000,00 200.000,00	300.000,00	1030120152E890052 1030120152E895562
GO	NOVA GLORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000283939201900	30700008	63.000,00	63.000,00	1030120152E890052
MA	ALTO ALEGRE DO PINDARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284234201900	29420002	150.000,00	150.000,00	1030120152E890556
MA	APICUM-ACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APICUM - ACU	36000284196201900	29420003	50.000,00	50.000,00	1030120152E890562
MA	BEQUIMAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S.	36000284132201900	11590005	487.310,00	487.310,00	1030120152E890579
MA	BERNARDO DO MEARIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE BERNARDO DO MEARIM	36000282808201900	29420007	100.000,00	100.000,00	1030120152E890580
MA	FORTUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO FORTUNA	36000282171201900	37810001	300.000,00	300.000,00	1030120152E890021
MA	IGARAPE DO MEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGARAPE DO MEIO	36000283947201900	29420014	50.000,00	50.000,00	1030120152E890636
MA	IMPERATRIZ	MUNICIPIO DE IMPERATRIZ - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284341201900	29420015	200.000,00	200.000,00	1030120152E890638
MA	NINA RODRIGUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NINA RODRIGUES	36000284134201900	11590006	46.573,00	46.573,00	1030120152E890672
MA	SANTA RITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA RITA	36000281946201900	37810001	376.998,00	376.998,00	1030120152E890021
MA	SAO BERNARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDO	36000284259201900	29420020	4.039,00	4.039,00	1030120152E890721
MA	TIMON	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000282030201900	29420023	200.000,00	200.000,00	1030120152E890752
MA	TRIZIDELA DO VALE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRIZIDELA DO VALE	36000282078201900	37760008	143.000,00	143.000,00	1030120152E890753
MG	BRUMADINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE BRUMADINHO	36000282119201900	30630009	300.000,00	300.000,00	1030120152E890031
MG	CORDISLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284343201900	27620011	100.000,00	100.000,00	1030120152E890031
MG	COROMANDEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COROMANDEL	36000282680201900	37680013	200.774,00	200.774,00	1030120152E892554
MG	CURVELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000281864201900	28890007	200.000,00	200.000,00	1030120152E890031
MG	CURVELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000282418201900	32300018	200.000,00	200.000,00	1030120152E892574
MG	FERVEDOURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FERVEDOURO - MG	36000282278201900	24870010	100.000,00	100.000,00	1030120152E890031
MG	GOVERNADOR VALADARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR VALADARES	36000282502201900	14050013	200.000,00	200.000,00	1030120152E890031
MG	GUARACIAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIAMA	36000283243201900	27600015	40.000,00	40.000,00	1030120152E892663
MG	ITABIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000281876201900	35950005	150.000,00	150.000,00	1030120152E890031
MG	ITAMARANDIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000282236201900	27620011	400.000,00	400.000,00	1030120152E890031
MG	ITAOBIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	36000283126201900	29940010	100.000,00	100.000,00	1030120152E890031
MG	JUIZ DE FORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUIZ DE FORA	36000282758201900	36820002	100.000,00	100.000,00	1030120152E890031
MG	LAGOA SANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA SANTA	36000284159201900	28890007	220.774,00	220.774,00	1030120152E890031
MG	LARANJAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LARANJAL	36000282055201900	37310002	106.794,00	106.794,00	1030120152E890031
MG	MONTE SIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000282511201900	35950005	150.000,00	150.000,00	1030120152E890031
MG	NOVA PORTEIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000281853201900	27630007	100.000,00	100.000,00	1030120152E890031
MG	PLANURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANURA	36000281976201900	37680022	170.000,00	170.000,00	1030120152E892945
MG	SAO GERALDO DA PIEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000283649201900	37340009	150.000,00	150.000,00	1030120152E890031
MG	SERRANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRANIA	36000282642201900	29940010	100.000,00	100.000,00	1030120152E890031
MG	SERRANOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000283998201900	28890007	150.000,00	150.000,00	1030120152E890031
MG	SIMONESIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000282275201900	36820002	100.000,00	100.000,00	1030120152E890031
MG	TAIOBEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAIOBEIRAS	36000282440201900	37510002	100.000,00	100.000,00	1030120152E890031
MG	TOMBOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000282081201900	37310002	250.000,00	250.000,00	1030120152E890031
MS	NAVIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000282598201900	38430002	200.000,00	200.000,00	1030120152E890054
MS	PONTA PORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284131201900	38430002	200.000,00	200.000,00	1030120152E890054
MS	RIO VERDE DE MATO GROSSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284154201900	38430002	100.000,00	100.000,00	1030120152E890054

MT	PARANAITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000283228201900	25470001	315.200,00	315.200,00	1030120152E890051
PA	GOIANESIA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE GOIANESIA DO PARA	36000284133201900	11410002	1.050.000,00	1.050.000,00	1030120152E890015
PA	MEDICILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MEDICILANDIA	36000282548201900	36920017	100.000,00	100.000,00	1030120152E890015
PA	VITORIA DO XINGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITORIA DO XINGU	36000284267201900	11410002	242.356,00	242.356,00	1030120152E890015
PE	BELEM DE MARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000282664201900	37600010	150.000,00	150.000,00	1030120152E890026
PE	BELEM DE SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000282445201900	28850005	21.600,00	21.600,00	1030120152E890026
PE	BELO JARDIM	BELO JARDIM FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000283627201900	24530006	250.000,00	250.000,00	1030120152E890001
PE	BEZERROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BEZERROS	36000283130201900	27190004 28850005	130.000,00 43.200,00	173.200,00	1030120152E890026 1030120152E890026
PE	BOM CONSELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM CONSELHO	36000281969201900	27190004	310.000,00	310.000,00	1030120152E890026
PE	BREJAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREJAO	36000282926201900	28850005 38080008	21.600,00 34.426,00	56.026,00	1030120152E890026 1030120152E890026
PE	CACHOEIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACHOEIRINHA	36000282306201900	28850005	21.600,00	21.600,00	1030120152E890026
PE	CARPINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000275825201900	28850005 38080008 27240009	117.600,00 350.000,00 500.000,00	967.600,00	1030120152E890026 1030120152E890026 1030120152E890026
PE	CEDRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000283057201900	28850005	21.600,00	21.600,00	1030120152E890026
PE	EXU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284250201900	28850005	16.774,00	16.774,00	1030120152E890026
PE	FEIRA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FEIRA NOVA	36000281889201900	28850005	21.600,00	21.600,00	1030120152E890026
PE	FLORES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORES	36000281824201900	27190004	230.000,00	230.000,00	1030120152E890026
PE	GLORIA DO GOITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000283059201900	28850005	21.600,00	21.600,00	1030120152E890026
PE	ITAPETIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPETIM	36000283929201900	28850005	21.600,00	21.600,00	1030120152E890026
PE	JUPI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000282925201900	28850005	71.600,00	71.600,00	1030120152E890026
PE	LAGOA DO CARRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000283062201900	28850005	21.600,00	21.600,00	1030120152E890026
PE	MACHADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000281891201900	27190004 28850005	129.500,00 21.600,00	151.100,00	1030120152E890026 1030120152E890026
PE	MANARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000281932201900	38080008	200.000,00	200.000,00	1030120152E890026
PE	MOREILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000283628201900	37670019	359.226,00	359.226,00	1030120152E890026
PE	PALMEIRINA	,FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIRINA	36000282029201900	28850005	21.600,00	21.600,00	1030120152E890026
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000282006201900	27190004	127.500,00	127.500,00	1030120152E890026
PE	SAO BENTO DO UNA	SAO BENTO DO UNA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000283979201900	24530006	300.000,00	300.000,00	1030120152E890001
PE	SAO JOAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000282190201900	24530006	236.000,00	236.000,00	1030120152E890001
PE	SAO JOAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284438201900	23550020	98.936,00	98.936,00	1030120152E891714
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000283712201900	37260009	300.000,00	300.000,00	1030120152E891715
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000283713201900	32990008	150.000,00	150.000,00	1030120152E890026
PE	SAO JOSE DO EGITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO EGITO	36000283562201900	37670019	148.158,00	148.158,00	1030120152E890026
PE	SAO LOURENCO DA MATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000276089201900	27240009	500.000,00	500.000,00	1030120152E890026
PE	SERTANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000281854201900	28850005	32.400,00	32.400,00	1030120152E890026
PE	SURUBIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO SURUBIM	36000282179201900	27190004	149.000,00	149.000,00	1030120152E890026
PE	SURUBIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO SURUBIM	36000282180201900	27190004	128.000,00	128.000,00	1030120152E890026
PE	SURUBIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO SURUBIM	36000282181201900	23550023	100.000,00	100.000,00	1030120152E891727
PE	VERTENTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000283486201900	24530006 32990008	56.310,00 32.250,00	88.560,00	1030120152E890001 1030120152E890026
PR	BARBOSA FERRAZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARBOSA FERRAZ	36000284682201900	18760001	227.592,00	227.592,00	1030120152E890041
RN	JACANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284318201900	37840016	44.205,00	44.205,00	1030120152E890024
RS	BENTO GONCALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284565201900	28930006	500.000,00	500.000,00	1030120152E890043
SC	BRACO DO TROMBUDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO	36000284588201900	23840011	25.000,00	25.000,00	1030120152E890042
SP	ALVINLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALVINLANDIA	36000284302201900	17990017	100.000,00	100.000,00	1030120152E890035
SP	APARECIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284642201900	37590004	100.000,00	100.000,00	1030120152E890035
SP	NATIVIDADE DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NATIVIDADE DA SERRA	36000284534201900	28040017	80.000,00	80.000,00	1030120152E893728
SP	SANTO ANTONIO DO PINHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284290201900	30890016	50.000,00	50.000,00	1030120152E893905
TOTAL			102 PROPOSTAS			20.422.848,00	

PORTARIA Nº 3.148, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o ? 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11384874000119013	30580002	145.290,00	145.290,00	1030520152E873290
RS	ESTEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTEIO	12140369000119002	28630009	145.290,00	145.290,00	1030520152E870043
RS	IJUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE IJUI	12450156000119002	28620012	100.000,00	100.000,00	10305201520YJ0043
RS	MACAMBARA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	12200704000119001	28630009	160.000,00	160.000,00	1030520152E870043
RS	ROSARIO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11834748000119001	28630009	145.290,00	145.290,00	1030520152E870043
SP	OURINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13892215000119003	15810002	145.290,00	145.290,00	1030520152E870035
TOTAL			6 PROPOSTAS			841.160,00	

PORTARIA Nº 3.149, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o ? 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RS	CANGUCU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CANGUCU	12268064000119005	28630009	160.000,00	160.000,00	1030520152E870043
RS	MARAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11731852000119006	28630009	145.290,00	145.290,00	1030520152E870043
TOTAL			2 PROPOSTAS			305.290,00	

PORTARIA Nº 3.150, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o ? 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	EPITACIOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19023249000119004	21.000,00	0002	10305201520YE0001
TOTAL			1 PROPOSTAS	21.000,00		

PORTARIA Nº 3.151, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 395, de 14 de março de 2019, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2019, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 5º, inciso II da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 395, de 14 de março de 2019.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
SC	DIONISIO CERQUEIRA	FUNDO MUNICIPAL SAUDE	36000284316201900	50.000,00	71260002	50.000,00	1030220152E900042	6384927	50.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284164201900	421.000,00	71260002	421.000,00	1030220152E900042	2537826	421.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284165201900	315.127,00	71260002	315.127,00	1030220152E900042	2538180	315.127,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284168201900	615.758,00	71260002	615.758,00	1030220152E900042	2691558	615.758,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284169201900	150.000,00	71260002	150.000,00	1030220152E900042	2418304	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284170201900	100.000,00	71260002	100.000,00	1030220152E900042	2305623	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284171201900	92.432,00	71260002	92.432,00	1030220152E900042	2299569	92.432,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284173201900	100.000,00	71260002	100.000,00	1030220152E900042	2665883	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284176201900	100.000,00	71260002	100.000,00	1030220152E900042	2411393	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284177201900	100.000,00	71260002	100.000,00	1030220152E900042	2377373	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284179201900	100.000,00	71260002	100.000,00	1030220152E900042	2378140	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284180201900	100.000,00	71260002	100.000,00	1030220152E900042	2301830	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284181201900	160.000,00	71260002	160.000,00	1030220152E900042	2377616	160.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284182201900	66.674,00	71260002	66.674,00	1030220152E900042	6273874	66.674,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284184201900	242.431,00	71260002	242.431,00	1030220152E900042	2537192	242.431,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284185201900	200.000,00	71260002	200.000,00	1030220152E900042	6273874	200.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284186201900	200.000,00	71260002	200.000,00	1030220152E900042	2665883	200.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284188201900	40.000,00	71260002	40.000,00	1030220152E900042	2410834	40.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284189201900	100.000,00	71260002	100.000,00	1030220152E900042	2418304	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284192201900	200.000,00	71260002	200.000,00	1030220152E900042	2411393	200.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284194201900	100.000,00	71260002	100.000,00	1030220152E900042	2302101	100.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284195201900	80.000,00	71260002	80.000,00	1030220152E900042	2664984	80.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284197201900	140.000,00	71260002	140.000,00	1030220152E900042	2386038	140.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284206201900	232.431,00	71260002	232.431,00	1030220152E900042	2665883	232.431,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284207201900	400.000,00	71260002	400.000,00	1030220152E900042	2301830	400.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284209201900	400.000,00	71260002	400.000,00	1030220152E900042	2407418	400.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284211201900	200.000,00	71260002	200.000,00	1030220152E900042	2411393	200.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284212201900	302.431,00	71260002	302.431,00	1030220152E900042	2537192	302.431,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284213201900	300.000,00	71260002	300.000,00	1030220152E900042	6273874	300.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284214201900	90.000,00	71260002	90.000,00	1030220152E900042	2410834	90.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284216201900	22.000,00	71260002	22.000,00	1030220152E900042	2560771	22.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284217201900	22.000,00	71260002	22.000,00	1030220152E900042	2538180	22.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284220201900	22.000,00	71260002	22.000,00	1030220152E900042	2378108	22.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284223201900	22.000,00	71260002	22.000,00	1030220152E900042	2553155	22.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284225201900	48.342,00	71260002	48.342,00	1030220152E900042	6683134	48.342,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284228201900	425.590,00	71260002	425.590,00	1030220152E900042	2411393	425.590,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284230201900	400.000,00	71260002	400.000,00	1030220152E900042	2299569	400.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284231201900	442.431,00	71260002	442.431,00	1030220152E900042	2691558	442.431,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284232201900	342.432,00	71260002	342.432,00	1030220152E900042	2418177	342.432,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284241201900	125.770,00	71260002	125.770,00	1030220152E900042	2380331	125.770,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284251201900	226.673,00	71260002	226.673,00	1030220152E900042	2407418	226.673,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284252201900	842.431,00	71260002	842.431,00	1030220152E900042	2407418	842.431,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284331201900	160.000,00	71260002	160.000,00	1030220152E900042	2537192	160.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284333201900	25.000,00	71260002	25.000,00	1030220152E900042	2299836	25.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284334201900	150.000,00	71260002	150.000,00	1030220152E900042	2626659	150.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284336201900	22.000,00	71260002	22.000,00	1030220152E900042	2560771	22.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284337201900	22.000,00	71260002	22.000,00	1030220152E900042	2538180	22.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284338201900	842.431,00	71260002	842.431,00	1030220152E900042	2407418	842.431,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284339201900	615.758,00	71260002	615.758,00	1030220152E900042	2407418	615.758,00
TOTAL			49 PROPOSTAS	10.477.142,00					

PORTARIA Nº 3.152, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o ? 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessários para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	FORMOSA DO RIO PRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	09505077000119003	27390013	130.000,00	130.000,00	10302201585350029
ES	CONCEICAO DO CASTELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCEICAO DO CASTELO	14733777000119026	30930010	184.930,00	184.930,00	10302201585353216
GO	CAMPOS BELOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CAMPOS BELOS GO	10462799000119003	29350007	269.990,00	269.990,00	10302201585350052
MS	CHAPADAO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPADAO DO SUL-MS	14004655000119003	14450001	188.000,00	188.000,00	10302201585350054
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	04441389000119011	31010001	318.010,00	318.010,00	10302201585350051
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	04441389000119012	31010001	81.990,00	81.990,00	10302201585350051
PB	RIO TINTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO TINTO	12457150000119009	24490011	230.000,00	230.000,00	10302201585350025
PR	IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IVAI - PR	09311470000119001	30410016	99.970,00	99.970,00	10302201585350041
RJ	PARAIBA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAIBA DO SUL - RJ	22959877000119028	15080020	200.000,00	200.000,00	10302201585353325
RJ	RESENDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/SUS DO MUNICIPIO DE RESENDE	11800731000119003	30390014	599.950,00	599.950,00	10302201585350033
RN	SAO TOME	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12008003000119009	30540009	90.000,00	90.000,00	10302201585350024
TO	FIGUEIROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIGUEIROPOLIS	12028766000119004	26910004 36950010	150.000,00 155.000,00	305.000,00	10302201585350017 10302201585350460
TOTAL			12 PROPOSTAS			2.697.840,00	

PORTARIA Nº 3.153, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o ? 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PE	CARPINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13133909000119010	71180003	90.000,00	90.000,00	10302201585358936
PE	GLORIA DO GOITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11393101000119028	71180003	90.000,00	90.000,00	10302201585358936
PE	LAJEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08831289000119001	71180003	90.000,00	90.000,00	10302201585358936
TOTAL			3 PROPOSTAS			270.000,00	

PORTARIA Nº 3.154, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 395, de 14 de março de 2019, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2019, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 5º, inciso II da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 395, de 14 de março de 2019.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
MT	RONDONOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284392201900	7.000.000,00	71120001	7.000.000,00	1030220152E900051	2396785	7.000.000,00
SC	BLUMENAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BLUMENAU	36000284378201900	700.000,00	71260002	150.000,00	1030220152E900042	2522322	150.000,00
					71260002	150.000,00	1030220152E900042	2558254	150.000,00
					71260002	200.000,00	1030220152E900042	2522209	200.000,00
					71260002	200.000,00	1030220152E900042	2558246	200.000,00
SC	BLUMENAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BLUMENAU	36000284380201900	500.000,00	71260002	500.000,00	1030220152E900042	2558254	500.000,00
SC	BLUMENAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BLUMENAU	36000284384201900	342.000,00	71260002	342.000,00	1030220152E900042	2558246	342.000,00
SC	BOM RETIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM RETIRO SC	36000284522201900	15.000,00	71260002	15.000,00	1030220152E900042	5420601	15.000,00
SC	CHAPECO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPECO	36000284400201900	100.001,00	71260002	100.001,00	1030220152E900042	7286082	100.001,00
SC	CURITIBANOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURITIBANOS-SC	36000284368201900	100.432,00	71260002	100.432,00	1030220152E900042	5433118	100.432,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284347201900	184.220,00	71260002	184.220,00	1030220152E900042	2537826	184.220,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284353201900	174.230,00	71260002	174.230,00	1030220152E900042	2300184	174.230,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284382201900	115.000,00	71260002	115.000,00	1030220152E900042	2665883	115.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284389201900	442.432,00	71260002	442.432,00	1030220152E900042	2407418	442.432,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284391201900	237.212,00	71260002	237.212,00	1030220152E900042	6683134	237.212,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000284429201900	142.433,00	71260002	142.433,00	1030220152E900042	6683134	142.433,00
SC	ITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA	36000284471201900	100.000,00	71260002	100.000,00	1030220152E900042	6509665	100.000,00
SC	JARAGUA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL	36000284388201900	842.432,00	71260002	250.000,00	1030220152E900042	2306344	250.000,00
					71260002	266.577,00	1030220152E900042	2306336	266.577,00
					71260002	325.855,00	1030220152E900042	5425506	325.855,00
SC	LAGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGES	36000284436201900	88.046,00	71260002	88.046,00	1030220152E900042	5500818	88.046,00
SC	LUIZ ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIS ALVES	36000284377201900	142.431,00	71260002	36.441,00	1030220152E900042	2672154	36.441,00
					71260002	105.990,00	1030220152E900042	5368677	105.990,00
SC	NOVA TRENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284453201900	242.432,00	71260002	42.432,00	1030220152E900042	7547668	42.432,00
					71260002	200.000,00	1030220152E900042	6515681	200.000,00
SC	OTACILIO COSTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA	36000284504201900	15.000,00	71260002	15.000,00	1030220152E900042	5032180	15.000,00
SC	PRESIDENTE GETULIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284467201900	100.000,00	71260002	100.000,00	1030220152E900042	6384749	100.000,00
SC	RIO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL	36000284397201900	200.000,00	71260002	200.000,00	1030220152E900042	2568713	200.000,00
SC	SAO BENTO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BENTO DO SUL	36000284442201900	50.000,00	71260002	50.000,00	1030220152E900042	5368332	50.000,00
SC	SAO JOAQUIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM-SC	36000284517201900	15.000,00	71260002	15.000,00	1030220152E900042	6044565	15.000,00
SC	SAO JOSE DO CERRITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CERRITO	36000284505201900	21.954,00	71260002	21.954,00	1030220152E900042	5925126	21.954,00
SC	SEARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA	36000284411201900	36.500,00	71260002	36.500,00	1030220152E900042	2304155	36.500,00
SC	URUBICI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUBICI	36000284516201900	15.000,00	71260002	15.000,00	1030220152E900042	5420660	15.000,00
SC	URUSSANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUSSANGA-FMSU	36000284432201900	182.215,00	71260002	182.215,00	1030220152E900042	2419653	182.215,00
SC	URUSSANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUSSANGA-FMSU	36000284433201900	67.785,00	71260002	67.785,00	1030220152E900042	7549202	67.785,00
SC	XANXERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XANXERE	36000284342201900	227.304,00	71260002	227.304,00	1030220152E900042	6384668	227.304,00
TOTAL			29 PROPOSTAS	12.399.059,00					

PORTARIA Nº 3.155, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 395, de 14 de março de 2019, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2019, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 5º, inciso II da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 395, de 14 de março de 2019.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
BA	TUCANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284329201900	200.000,00	12700002	200.000,00	1030220152E900029	6858422	200.000,00
ES	VIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIANA	36000284492201900	250.000,00	33120018	250.000,00	1030220152E900032	6669565	250.000,00
MA	BALSAS	MUNICIPIO DE BALSAS- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284229201900	200.000,00	29420005	200.000,00	1030220152E900572	6650538	200.000,00
RS	MARAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000284364201900	1.107,00	90480005	1.107,00	1030220152E900043	6370179	1.107,00
SC	JARAGUA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUA DO SUL	36000284379201900	200.000,00	23840012	100.000,00	1030220152E900042	2306344	100.000,00
					23840012	100.000,00	1030220152E900042	2306336	100.000,00
SC	SAO BENTO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BENTO DO SUL	36000284120201900	100.000,00	23840012	100.000,00	1030220152E900042	5368332	100.000,00
TOTAL			6 PROPOSTAS	951.107,00					

PORTARIA Nº 3.156, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o ? 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	BRASILEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09622055000119002	21.000,00	0002	10305201520YE0001
AC	CRUZEIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11370229000119006	25.025,00	0002	10305201520YE0001
AC	FEIJO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12477601000119001	21.000,00	0002	10305201520YE0001
AC	PORTO ACRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11812868000119006	21.000,00	0002	10305201520YE0001
AC	PORTO WALTER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11803737000119002	21.000,00	0002	10305201520YE0001
AC	RODRIGUES ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11591240000119004	21.000,00	0002	10305201520YE0001
AC	TARAUACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TARAUACA	11507430000119004	21.000,00	0002	10305201520YE0001
AC	XAPURI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12465477000119003	21.000,00	0002	10305201520YE0001
AL	BATALHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19085920000119003	19.000,00	0002	10305201520YE0001
AL	CACIMBINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CACIMBINHAS	11330865000119003	19.000,00	0002	10305201520YE0001
AL	CAMPO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE	19296278000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
AL	CARNEIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARNEIROS	12657662000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
AL	FEIRA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FEIRA GRANDE	11235511000119002	19.000,00	0002	10305201520YE0001
AL	FLEXEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11895474000119002	19.000,00	0002	10305201520YE0001
AL	JUNQUEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11768552000119003	19.000,00	0002	10305201520YE0001
AL	MARAGOGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARAGOGI	11781909000119003	21.000,00	0002	10305201520YE0001
AL	MARECHAL DEODORO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARECHAL DEODORO	11294109000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
AL	PAULO JACINTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO JACINTO	11224453000119003	19.000,00	0002	10305201520YE0001
AL	PENEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11286018000119004	25.025,00	0002	10305201520YE0001
AL	SAO JOSE DA TAPERA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11314682000119001	21.000,00	0002	10305201520YE0001
AL	TRAIPU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	22148724000119001	21.000,00	0002	10305201520YE0001
AM	MANAUS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06023708000119008	19.000,00	0002	10305201520YE0001
AM	MANAUS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06023708000119009	1.281.000,00	0002	10305201520YE0001
AM	MANAUS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06023708000119010	225.225,00	0002	10305201520YE0001
ES	VITORIA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06893466000119015	840.000,00	0002	10305201520YE0001
GO	GOIANIA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	00544963000119007	1.140.000,00	0002	10305201520YE0001
GO	GOIANIA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	00544963000119008	231.000,00	0002	10305201520YE0001
MA	SAO LUIS	ESTADO DO MARANHAO - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE / FES	06023953000119009	1.701.000,00	0002	10305201520YE0001
MA	SAO LUIS	ESTADO DO MARANHAO - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE / FES	06023953000119010	1.376.375,00	0002	10305201520YE0001
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	03133408000119003	1.254.000,00	0002	10305201520YE0001
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	03133408000119004	588.000,00	0002	10305201520YE0001
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	03133408000119005	2.152.150,00	0002	10305201520YE0001
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	03517102000119022	38.000,00	0002	10305201520YE0001
MT	BARAO DE MELGACO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARAO DE MELGACO	13945166000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
MT	CANABRAVA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANABRAVA DO NORTE	14117983000119004	19.000,00	0002	10305201520YE0001
MT	INDIAVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDIAVAI	14533874000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
MT	JANGADA	FUNDO MUNICIPAL SAUDE DE JANGADA	14323714000119006	19.000,00	0002	10305201520YE0001
MT	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	12708239000119003	19.000,00	0002	10305201520YE0001
MT	NOVA BRASILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA BRASILANDIA	11940918000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
MT	NOVA LACERDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13840464000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
MT	PARANAITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13898131000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
MT	POCONE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11975531000119002	19.000,00	0002	10305201520YE0001
MT	PORTO ESPERIDIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11406770000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
MT	PORTO ESTRELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO ESTRELA	14144721000119002	19.000,00	0002	10305201520YE0001
MT	ROSARIO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11412592000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
MT	SANTO ANTONIO DO LESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11945325000119002	19.000,00	0002	10305201520YE0001
MT	UNIAO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UNIAO DO SUL	13579576000119002	19.000,00	0002	10305201520YE0001
MT	VALE DE SAO DOMINGOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DE SAO DOMINGOS - MT	11569714000119002	19.000,00	0002	10305201520YE0001
PA	ABEL FIGUEIREDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABEL FIGUEIREDO	11562805000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	AFUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AFUA	19396243000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	AGUA AZUL DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07331783000119012	25.000,00	0002	10305201520YE0001
PA	ALENQUER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALENQUER	12278544000119003	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	ANAJAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANAJAS	13715424000119003	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	AURORA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA DO PARA	11850438000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	BAGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAGRE	13888332000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	BANNACH	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11381413000119006	21.000,00	0002	10305201520YE0001
PA	BENEVIDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13707794000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11759577000119007	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	12985215000119001	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	BREU BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREU BRANCO	11823022000119003	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	BREVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	17298800000119008	50.050,00	0002	10305201520YE0001
PA	CAPITAO POCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CAPITAO POCO	11488124000119005	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	CURRALINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CURRALINHO	11441240000119003	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	CURUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12095721000119018	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	DOM ELISEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11415068000119003	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTA DO ARAGUAIA	12652705000119011	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	GARRAFAO DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - FMS	12112888000119004	25.025,00	0002	10305201520YE0001

PA	GOIANESIA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE GOIANESIA DO PARA	12884091000119004	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	ITAITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAITUBA	11291166000119004	50.050,00	0002	10305201520YE0001
PA	ITUPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11851575000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	JACAREACANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JACAREACANGA	11462638000119001	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	JACUNDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11528843000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	LIMOEIRO DO AJURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMOEIRO DO AJURU	18709224000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	MAE DO RIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAE DO RIO	12051023000119003	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	MELGACO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11530230000119003	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	MOJUI DOS CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	17738256000119003	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	MONTE ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11401857000119006	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	NOVA ESPERANCA DO PIRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11479091000119007	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	NOVO PROGRESSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO PROGRESSO	11287726000119001	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	OBIDOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OBIDOS	11884818000119013	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	PACAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11664446000119004	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	PALESTINA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALESTINA DO PARA	11820102000119004	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	PLACAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLACAS	12566342000119003	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	RUROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RUROPOLIS	12352501000119005	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	SANTANA DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12835008000119004	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11562704000119014	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	SAO DOMINGOS DO CAPIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS DO CAPIM	13885840000119004	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	SAO FELIX DO XINGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14051642000119009	50.050,00	0002	10305201520YE0001
PA	SAO GERALDO DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA PA	21986531000119003	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	SAO JOAO DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO ARAGUAIA	12133001000119001	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	SOURE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOURE	11416878000119006	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	TERRA SANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERRA SANTA	11870266000119001	25.000,00	0002	10305201520YE0001
PA	TRAIRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRAIRAO-PA	14910511000119001	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	ULIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ULIANOPOLIS	11413842000119017	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PA	VISEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VISEU	11984819000119001	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PB	JOAO PESSOA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA PARAIBA - FESEP	03609595000119004	912.000,00	0002	10305201520YE0001
PE	AFRANIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06111891000119007	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	ALIANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALIANCA	10759784000119007	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	ARARIPINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11390957000119008	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	BELEM DE SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	02324776000119004	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	BREJAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREJAO	11230311000119001	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	BREJINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06242368000119007	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	BUENOS AIRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10793670000119005	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	BUIQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11421766000119007	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	CAETES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAETES	12398801000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	CALUMBI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11502090000119003	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	CARNAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARNAIBA	11431858000119007	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	CARPINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13133909000119011	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	CASINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07622498000119013	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	CEDRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12424026000119001	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	CONDADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11366609000119011	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	CUMARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11319452000119005	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	CUSTODIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10298546000119015	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	EXU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09218925000119003	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	FERREIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09102679000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	FLORESTA	FLORESTA FUNDO MUNICPAL DE SAUDE	10965708000119004	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	GOIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10545001000119001	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	GRAVATA	GRAVATA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10710822000119007	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	INGAZEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11208059000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	ITAMBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAMBE	10417698000119007	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	ITAPISSUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11407543000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	ITAQUITINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAQUITINGA	12848758000119001	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	JOAO ALFREDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOAO ALFREDO	10599648000119004	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	JUCATI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUCATI	10635804000119011	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	JUPI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09099349000119008	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	LAGOA DE ITAENGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11464118000119008	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	LAGOA DO CARRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11326603000119009	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	LAGOA DO OURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10477153000119008	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	LAJEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08831289000119005	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	LIMOEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10628610000119005	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	MACAPARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07165026000119005	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	MOREILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	02302028000119009	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	OROBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OROBO	11098717000119013	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	PALMEIRINA	,FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIRINA	08091098000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	PARANATAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANATAMA	11642133000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	PASSIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11294475000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	PAUDALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07868234000119013	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	QUIXABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	35667229000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	SALGUEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10233967000119004	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09216627000119001	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11425822000119001	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	SANTA TEREZINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12071117000119007	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	SAO JOAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	03061099000119004	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10476556000119004	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	SAO JOSE DO EGITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO EGITO	11503081000119008	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	SERTANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10373890000119005	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	SOLIDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11292383000119006	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	SURUBIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO SURUBIM	08937139000119004	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	TABIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10687065000119003	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	TEREZINHA	FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEREZINHA-PE	09111921000119011	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	TIMBAUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBAUBA	11360884000119006	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	TRIUNFO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10334957000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	VENTUROSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE VENTUROSA	10352324000119006	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PE	VERTENTE DO LERIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	69902112000119001	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PI	CAMPO MAIOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO MAIOR	11753492000119016	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PI	CASTELO DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASTELO DO PIAUI - FMS	11416437000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PI	CURIMATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURIMATA	11920369000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PI	FLORIANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	02169204000119004	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PI	FRONTEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12044692000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PI	JAICOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11806518000119020	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PI	PIRIPIRI	MUNICIPIO DE PIRIPIRI - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10479981000119006	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PI	SANTA FILOMENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11482323000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PI	SAO PEDRO DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11510944000119001	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PI	SAO RAIMUNDO NONATO	MUNICIPIO DE SAO RAIMUNDO NONATO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	21341106000119001	25.025,00	0002	10305201520YE0001
PI	VALENCA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VALENCA DO PIAUI	11339353000119001	25.025,00	0002	10305201520YE0001
RN	ALTO DO RODRIGUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO DO RODRIGUES	97546089000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
RN	ANGICOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANGICOS - RN	11820900000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001

RN	CANGUARETAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANGUARETAMA	13094678000119010	25.025,00	0002	10305201520YE0001
RN	GOIANINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOIANINHA	12256410000119004	19.000,00	0002	10305201520YE0001
RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOV. DIX SEPT ROSADO	14684811000119003	19.000,00	0002	10305201520YE0001
RN	MACAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACAU	11243234000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
RN	NISIA FLORESTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11736676000119004	19.000,00	0002	10305201520YE0001
RN	NOVA CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA CRUZ RN	12212308000119002	25.025,00	0002	10305201520YE0001
RN	PATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PATU-RN	19189534000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
RN	PENDENCIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PENDENCIAS - RN	11823949000119003	19.000,00	0002	10305201520YE0001
RN	SAO MIGUEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO MIGUEL	13880529000119002	19.000,00	0002	10305201520YE0001
RN	TENENTE ANANIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11398767000119008	19.000,00	0002	10305201520YE0001
RN	TOUROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	18325678000119001	25.025,00	0002	10305201520YE0001
RN	UMARIZAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UMARIZAL	12439069000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
RO	PORTO VELHO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	00733062000119016	775.775,00	0002	10305201520YE0001
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	05370016000119030	250.250,00	0002	10305201520YE0001
SC	AGROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGROLANDIA	12009642000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
SC	BALNEARIO PICARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S.	04402872000119001	57.000,00	0002	10305201520YE0001
SC	CAIBI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAIBI SC	13954199000119003	19.000,00	0002	10305201520YE0001
SC	CONCORDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA	10455823000119005	76.000,00	0002	10305201520YE0001
SC	FORMOSA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11460159000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
SC	GUABIRUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUABIRUBA	11344960000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
SC	ILHOTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ILHOTA	10788473000119003	19.000,00	0002	10305201520YE0001
SC	INDAIAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL	11355483000119001	76.000,00	0002	10305201520YE0001
SC	IRACEMINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA	11420453000119003	19.000,00	0002	10305201520YE0001
SC	JARDINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARDINOPOLIS	11436039000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
SC	LUIZ ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIS ALVES	11301658000119002	57.000,00	0002	10305201520YE0001
SC	MAJOR GERCINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAJOR GERCINO	08902303000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
SC	MATOS COSTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATOS COSTA	17237099000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
SC	MONTE CASTELO	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MONTE CASTELO	11455792000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
SC	PORTO UNIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO UNIAO	00185045000119003	57.000,00	0002	10305201520YE0001
SC	SAUDADES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAUDADES	17984292000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
SC	TIMBO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIMBO GRANDE	11409272000119008	19.000,00	0002	10305201520YE0001
SC	TRES BARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES BARRAS	11491075000119003	76.000,00	0002	10305201520YE0001
SE	ARACAJU	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	04384829000119018	665.000,00	0002	10305201520YE0001
SE	ARACAJU	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	04384829000119019	84.000,00	0002	10305201520YE0001
TO	BANDEIRANTES DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE BANDEIRANTES DO TOCANTINS	12743104000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
TO	MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	12278609000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
TO	MURICILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11096094000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
TO	SANTA FE DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA FE DO ARAGUAIA	12400051000119011	19.000,00	0002	10305201520YE0001
TOTAL			205 PROPOSTAS	18.227.875,00		

PORTARIA Nº 3.157, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o ? 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	JORDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11373970000119001	21.000,00	0002	10305201520YE0001
AC	SANTA ROSA DO PURUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA ROSA DO PURUS -AC	12462454000119001	21.000,00	0002	10305201520YE0001
AL	DOIS RIACHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - DOIS RIACHOS - FMSDR	11415703000119001	19.000,00	0002	10305201520YE0001
AL	PAO DE ACUCAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09687192000119001	21.000,00	0002	10305201520YE0001
AL	TEOTONIO VILELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11780685000119003	25.025,00	0002	10305201520YE0001
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	03517102000119020	861.000,00	0002	10305201520YE0001
TOTAL			6 PROPOSTAS	968.025,00		

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO

DESPACHO Nº 60, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO, SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º da Portaria nº 2.218/GM/MS, de 21 de agosto de 2019, e em cumprimento ao disposto no Decreto nº 9.380, de 22 de maio de 2018, resolve:

1. Fica reprovada, a partir da publicação deste Despacho Decisório, a seguinte solicitação de readequação da rede física do SUS:

PROCESSO NUP: 25000.186070/2019-95

MUNICÍPIO: ITANHANDU/MG

ESTABELECIMENTO ORIGINALMENTE PACTUADO: Centro de Saúde/Unidade Básica (Proposta SISMOB n° 18186.7180001/09-009)

READEQUAÇÃO SOLICITADA: Clínica/Centro de Especialidades.

DECISÃO: READEQUAÇÃO NÃO APROVADA.

MOTIVO: O estabelecimento entrou em funcionamento.

EMBASAMENTO: Nota Técnica 188/2019-CQIS/CGES/DESID/SE/MS

2. Nos termos do art. 8º da Portaria nº 2.218/GM/MS, de 2019, caberá recurso em face da presente decisão, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Despacho.

MARIA ERIDAN PIMENTA NETA

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.479, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 2 de dezembro de 2019, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.031808/2018-62, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, registro ANS nº 34.692-6, inscrita no CNPJ sob o nº 00.628.107/0001-89.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.480, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na OPERADORA UNIESTE DE PLANOS DE SAÚDE LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 2 de dezembro de 2019, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.031875/2018-87, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na OPERADORA UNIESTE DE PLANOS DE SAÚDE LTDA., registro ANS nº 35.451-1, inscrita no CNPJ sob o nº 02.774.736/0001-42.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.481, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora PORTO ALEGRE CLÍNICAS LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 2 de dezembro de 2019, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.029873/2018-28, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora PORTO ALEGRE CLÍNICAS LTDA., registro ANS nº 34.687-0, inscrita no CNPJ sob o nº 89.890.172/0001-91.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.482, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora UNIMED SÃO GONÇALO - NITERÓI - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 2 de dezembro de 2019, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.031797/2018-11, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora UNIMED SÃO GONÇALO - NITERÓI - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA., registro ANS nº 34.373-1, inscrita no CNPJ sob o nº 28.630.531/0001-87.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.483, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora AGEMED SAÚDE S.A.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 2 de dezembro de 2019, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.023003/2019-26, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora AGEMED SAÚDE S.A., registro ANS nº 33.960-1 e CNPJ nº 02.933.220/0001-01, promova a alienação da sua carteira de beneficiários no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da Resolução Normativa - RN nº 112/2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora AGEMED SAÚDE S.A., com base no artigo 9º, § 4º, da Lei nº 9.656/1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.484, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora CLIMOL CLÍNICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA SÃO FRANCISCO DE ASSIS LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 2 de dezembro de 2019, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.022925/2019-16, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora CLIMOL CLÍNICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA SÃO FRANCISCO DE ASSIS LTDA., registro ANS nº 40.277-0 e CNPJ nº 32.076.630/0001-36, promova a alienação da sua carteira de beneficiários no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da Resolução Normativa - RN nº 112/2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora CLIMOL CLÍNICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA SÃO FRANCISCO DE ASSIS LTDA., com base no artigo 9º, § 4º, da Lei nº 9.656/1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.485, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora UNIODONTO COOPERATIVA TRABALHO ODONTOLÓGICO DE PARA DE MINAS.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 2 de dezembro de 2019, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.016118/2019-64, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora UNIODONTO COOPERATIVA TRABALHO ODONTOLÓGICO DE PARA DE MINAS., registro ANS nº 32.363-2 e CNPJ nº 01.564.858/0001-41, promova a alienação da sua carteira de beneficiários no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da Resolução Normativa - RN nº 112/2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora UNIODONTO COOPERATIVA TRABALHO ODONTOLÓGICO DE PARA DE MINAS., com base no artigo 9º, § 4º, da Lei nº 9.656/1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.486, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a prorrogação da determinação de alienação da carteira da operadora ODONTOLOGYC SYSTEM CONVÊNIO ODONTOLÓGICO LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 2 de dezembro de 2019, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.014480/2019-09, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º - Fica prorrogado por 15 (quinze) dias a determinação para que a operadora ODONTOLOGYC SYSTEM CONVÊNIO ODONTOLÓGICO LTDA., registro ANS nº 41.646-1 e CNPJ nº 05.960.862/0001-80, promova a alienação da sua carteira de beneficiários contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da Resolução Normativa - RN nº 112/2005.

Art. 2º - Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.487, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora AMENO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, e na forma do disposto no art. 12, da Resolução Normativa nº 438, de 3 de dezembro de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33910.005317/2019-47, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo de até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora AMENO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA., CNPJ nº 03.473.372/0001-23, registro ANS nº 40.946-4, exerçam a portabilidade especial de carências para plano de saúde da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - a portabilidade especial de carências pode ser exercida pelos beneficiários cujo vínculo tenha sido extinto em até 60 (sessenta) dias antes da data inicial do prazo para a portabilidade especial de carências estabelecido por esta Resolução Operacional, não se aplicando o requisito do vínculo ativo para o exercício do direito;

III - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na operadora AMENO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA. pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se ao cumprimento dos respectivos períodos remanescentes no plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem;

IV - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo, caso seja ofertado, a ser negociado com a operadora do plano de destino;

V - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos de prazo de permanência e de compatibilidade por faixa de preço, previstos, respectivamente, nos incisos III e V do caput do artigo 3° da RN nº 438, de 2019.

§ 2º O beneficiário que esteja vinculado ao plano de origem há menos de 300 (trezentos) dias, pode exercer a portabilidade de carências tratada neste artigo, sujeitando-se, quando cabíveis, aos períodos de carências do plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem, ressalvados os casos previstos no § 8º, do artigo 3º da RN nº 438, de 2019.

§ 3º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 3 (três) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

§ 4º O beneficiário da AMENO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA. exercerá a portabilidade especial de carências, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher plano, diretamente na operadora de destino ou administradora de benefícios responsável pelo plano de destino, em qualquer faixa de preço, não se aplicando o requisito previsto no inciso V, do artigo 3º, da RN nº 438;

II - poderá escolher plano de destino com cobertura (segmentação) não prevista no plano de origem, podendo ser exigido o cumprimento de carência para as coberturas não previstas;

III - deverá apresentar documentos para fins de comprovação do atendimento aos requisitos disciplinados nesta Resolução Operacional;

IV - quando o plano de destino for de contratação coletiva, apresentar comprovação de vínculo com a pessoa jurídica contratante do plano, nos termos dos artigos 5º e 9° da RN n° 195, de 2009, ou comprovação referente ao empresário individual, nos termos da RN nº 432, de 27 de dezembro de 2017.

§ 5º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após análise que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou imediatamente após pagamento da primeira mensalidade, o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta Resolução, não se aplicando o disposto nos artigos 18 e 19, da RN nº 438, de 2019;

II - divulgar, em seus postos de venda, a listagem dos planos disponíveis para contratação, com os respectivos preços máximos dos produtos;

III - no caso de o beneficiário da AMENO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA. estar internado, a solicitação de portabilidade especial poderá ser requerida por seu representante legal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.488, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora DENTAL PLAN - PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA. ME.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, e na forma do disposto no art. 12, da Resolução Normativa nº 438, de 3 de dezembro de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33910.000429/2019-10, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo de até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora DENTAL PLAN - PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA. ME., CNPJ nº 03.554.195/0001-00, registro ANS nº 41.580-4, exerçam a portabilidade especial de carências para plano de saúde da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - a portabilidade especial de carências pode ser exercida pelos beneficiários cujo vínculo tenha sido extinto em até 60 (sessenta) dias antes da data inicial do prazo para a portabilidade especial de carências estabelecido por esta Resolução Operacional, não se aplicando o requisito do vínculo ativo para o exercício do direito;

III - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na operadora DENTAL PLAN - PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA. ME. pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se ao cumprimento dos respectivos períodos remanescentes no plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem;

IV - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo, caso seja ofertado, a ser negociado com a operadora do plano de destino;

V - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos de prazo de permanência e de compatibilidade por faixa de preço, previstos, respectivamente, nos incisos III e V do caput do artigo 3° da RN nº 438, de 2019.

§ 2º O beneficiário que esteja vinculado ao plano de origem há menos de 300 (trezentos) dias, pode exercer a portabilidade de carências tratada neste artigo, sujeitando-se, quando cabíveis, aos períodos de carências do plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem, ressalvados os casos previstos no § 8º, do artigo 3º da RN nº 438, de 2019.

§ 3º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 3 (três) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

§ 4º O beneficiário da DENTAL PLAN - PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA. ME. exercerá a portabilidade especial de carências, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher plano, diretamente na operadora de destino ou administradora de benefícios responsável pelo plano de destino, em qualquer faixa de preço, não se aplicando o requisito previsto no inciso V, do artigo 3º, da RN nº 438;

II - poderá escolher plano de destino com cobertura (segmentação) não prevista no plano de origem, podendo ser exigido o cumprimento de carência para as coberturas não previstas;

III - deverá apresentar documentos para fins de comprovação do atendimento aos requisitos disciplinados nesta Resolução Operacional;

IV - quando o plano de destino for de contratação coletiva, apresentar comprovação de vínculo com a pessoa jurídica contratante do plano, nos termos dos artigos 5º e 9° da RN n° 195, de 2009, ou comprovação referente ao empresário individual, nos termos da RN nº 432, de 27 de dezembro de 2017.

§ 5º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após análise que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou imediatamente após pagamento da primeira mensalidade, o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta Resolução, não se aplicando o disposto nos artigos 18 e 19, da RN nº 438, de 2019;

II - divulgar, em seus postos de venda, a listagem dos planos disponíveis para contratação, com os respectivos preços máximos dos produtos;

III - no caso de o beneficiário da DENTAL PLAN - PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA. ME. estar internado, a solicitação de portabilidade especial poderá ser requerida por seu representante legal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.489, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora NEOPLAN - PLANO DE EXCELÊNCIA EM ODONTOLOGIA LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, e na forma do disposto no art. 12, da Resolução Normativa nº 438, de 3 de dezembro de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33910.001281/2019-22, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo de até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora NEOPLAN - PLANO DE EXCELÊNCIA EM ODONTOLOGIA LTDA., CNPJ nº 11.567.517/0001-83, registro ANS nº 41.815-3, exerçam a portabilidade especial de carências para plano de saúde da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - a portabilidade especial de carências pode ser exercida pelos beneficiários cujo vínculo tenha sido extinto em até 60 (sessenta) dias antes da data inicial do prazo para a portabilidade especial de carências estabelecido por esta Resolução Operacional, não se aplicando o requisito do vínculo ativo para o exercício do direito;

III - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na operadora NEOPLAN - PLANO DE EXCELÊNCIA EM ODONTOLOGIA LTDA. pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se ao cumprimento dos respectivos períodos remanescentes no plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem;

IV - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo, caso seja ofertado, a ser negociado com a operadora do plano de destino;

V - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos de prazo de permanência e de compatibilidade por faixa de preço, previstos, respectivamente, nos incisos III e V do caput do artigo 3° da RN nº 438, de 2019.

§ 2º O beneficiário que esteja vinculado ao plano de origem há menos de 300 (trezentos) dias, pode exercer a portabilidade de carências tratada neste artigo, sujeitando-se, quando cabíveis, aos períodos de carências do plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem, ressalvados os casos previstos no § 8º, do artigo 3º da RN nº 438, de 2019.

§ 3º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 3 (três) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

§ 4º O beneficiário da NEOPLAN - PLANO DE EXCELÊNCIA EM ODONTOLOGIA LTDA. exercerá a portabilidade especial de carências, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher plano, diretamente na operadora de destino ou administradora de benefícios responsável pelo plano de destino, em qualquer faixa de preço, não se aplicando o requisito previsto no inciso V, do artigo 3º, da RN nº 438;

II - poderá escolher plano de destino com cobertura (segmentação) não prevista no plano de origem, podendo ser exigido o cumprimento de carência para as coberturas não previstas;

III - deverá apresentar documentos para fins de comprovação do atendimento aos requisitos disciplinados nesta Resolução Operacional;

IV - quando o plano de destino for de contratação coletiva, apresentar comprovação de vínculo com a pessoa jurídica contratante do plano, nos termos dos artigos 5º e 9° da RN n° 195, de 2009, ou comprovação referente ao empresário individual, nos termos da RN nº 432, de 27 de dezembro de 2017.

§ 5º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após análise que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou imediatamente após pagamento da primeira mensalidade, o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta Resolução, não se aplicando o disposto nos artigos 18 e 19, da RN nº 438, de 2019;

II - divulgar, em seus postos de venda, a listagem dos planos disponíveis para contratação, com os respectivos preços máximos dos produtos;

III - no caso de o beneficiário da NEOPLAN - PLANO DE EXCELÊNCIA EM ODONTOLOGIA LTDA. estar internado, a solicitação de portabilidade especial poderá ser requerida por seu representante legal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.490, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora PAME - Associação de Assistência Plena em Saúde.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, e na forma do disposto no art. 12, da Resolução Normativa nº 438, de 3 de dezembro de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33910.021980/2019-99, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo de até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora PAME - Associação de Assistência Plena em Saúde, CNPJ nº 01.591.800/0001-07, registro ANS nº 34.240-8, exerçam a portabilidade especial de carências para plano de saúde da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - a portabilidade especial de carências pode ser exercida pelos beneficiários cujo vínculo tenha sido extinto em até 60 (sessenta) dias antes da data inicial do prazo para a portabilidade especial de carências estabelecido por esta Resolução Operacional, não se aplicando o requisito do vínculo ativo para o exercício do direito;

III - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na operadora PAME - Associação de Assistência Plena em Saúde pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se ao cumprimento dos respectivos períodos remanescentes no plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem;

IV - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo, caso seja ofertado, a ser negociado com a operadora do plano de destino;

V - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos de prazo de permanência e de compatibilidade por faixa de preço, previstos, respectivamente, nos incisos III e V do caput do artigo 3° da RN nº 438, de 2019.

§ 2º O beneficiário que esteja vinculado ao plano de origem há menos de 300 (trezentos) dias, pode exercer a portabilidade de carências tratada neste artigo, sujeitando-se, quando cabíveis, aos períodos de carências do plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem, ressalvados os casos previstos no § 8º, do artigo 3º da RN nº 438, de 2019.

§ 3º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 3 (três) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

§ 4º O beneficiário da PAME - Associação de Assistência Plena em Saúde exercerá a portabilidade especial de carências, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher plano, diretamente na operadora de destino ou administradora de benefícios responsável pelo plano de destino, em qualquer faixa de preço, não se aplicando o requisito previsto no inciso V, do artigo 3º, da RN nº 438;

II - poderá escolher plano de destino com cobertura (segmentação) não prevista no plano de origem, podendo ser exigido o cumprimento de carência para as coberturas não previstas;

III - deverá apresentar documentos para fins de comprovação do atendimento aos requisitos disciplinados nesta Resolução Operacional;

IV - quando o plano de destino for de contratação coletiva, apresentar comprovação de vínculo com a pessoa jurídica contratante do plano, nos termos dos artigos 5º e 9° da RN n° 195, de 2009, ou comprovação referente ao empresário individual, nos termos da RN nº 432, de 27 de dezembro de 2017.

§ 5º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após análise que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou imediatamente após pagamento da primeira mensalidade, o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta Resolução, não se aplicando o disposto nos artigos 18 e 19, da RN nº 438, de 2019;

II - divulgar, em seus postos de venda, a listagem dos planos disponíveis para contratação, com os respectivos preços máximos dos produtos;

III - no caso de o beneficiário da PAME - Associação de Assistência Plena em Saúde pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se ao cumprimento estar internado, a solicitação de portabilidade especial poderá ser requerida por seu representante legal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.491, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora PLANET LIFE CONVÊNIOS ODONTOLÓGICOS S/S LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, e na forma do disposto no art. 12, da Resolução Normativa nº 438, de 3 de dezembro de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33910.001146/2019-87, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo de até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora PLANET LIFE CONVÊNIOS ODONTOLÓGICOS S/S LTDA., CNPJ nº 10.395.958/0001-82, registro ANS nº 41.806-4, exerçam a portabilidade especial de carências para plano de saúde da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - a portabilidade especial de carências pode ser exercida pelos beneficiários cujo vínculo tenha sido extinto em até 60 (sessenta) dias antes da data inicial do prazo para a portabilidade especial de carências estabelecido por esta Resolução Operacional, não se aplicando o requisito do vínculo ativo para o exercício do direito;

III - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na operadora PLANET LIFE CONVÊNIOS ODONTOLÓGICOS S/S LTDA. pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se ao cumprimento dos respectivos períodos remanescentes no plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem;

IV - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo, caso seja ofertado, a ser negociado com a operadora do plano de destino;

V - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos de prazo de permanência e de compatibilidade por faixa de preço, previstos, respectivamente, nos incisos III e V do caput do artigo 3° da RN nº 438, de 2019.

§ 2º O beneficiário que esteja vinculado ao plano de origem há menos de 300 (trezentos) dias, pode exercer a portabilidade de carências tratada neste artigo, sujeitando-se, quando cabíveis, aos períodos de carências do plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem, ressalvados os casos previstos no § 8º, do artigo 3º da RN nº 438, de 2019.

§ 3º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 3 (três) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

§ 4º O beneficiário da PLANET LIFE CONVÊNIOS ODONTOLÓGICOS S/S LTDA. exercerá a portabilidade especial de carências, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher plano, diretamente na operadora de destino ou administradora de benefícios responsável pelo plano de destino, em qualquer faixa de preço, não se aplicando o requisito previsto no inciso V, do artigo 3º, da RN nº 438;

II - poderá escolher plano de destino com cobertura (segmentação) não prevista no plano de origem, podendo ser exigido o cumprimento de carência para as coberturas não previstas;

III - deverá apresentar documentos para fins de comprovação do atendimento aos requisitos disciplinados nesta Resolução Operacional;

IV - quando o plano de destino for de contratação coletiva, apresentar comprovação de vínculo com a pessoa jurídica contratante do plano, nos termos dos artigos 5º e 9° da RN n° 195, de 2009, ou comprovação referente ao empresário individual, nos termos da RN nº 432, de 27 de dezembro de 2017.

§ 5º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após análise que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou imediatamente após pagamento da primeira mensalidade, o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta Resolução, não se aplicando o disposto nos artigos 18 e 19, da RN nº 438, de 2019;

II - divulgar, em seus postos de venda, a listagem dos planos disponíveis para contratação, com os respectivos preços máximos dos produtos;

III - no caso de o beneficiário da PLANET LIFE CONVÊNIOS ODONTOLÓGICOS S/S LTDA. estar internado, a solicitação de portabilidade especial poderá ser requerida por seu representante legal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.492, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão da portabilidade especial aos beneficiários da operadora UNIMED SUL DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, e na forma do disposto no art. 12, da Resolução Normativa nº 438, de 3 de dezembro de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33910.004348/2019-81, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo de até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora UNIMED SUL DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, CNPJ nº 14.112.023/0001-00, registro ANS nº 36.614-5, exerçam a portabilidade especial de carências para plano de saúde da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - a portabilidade especial de carências pode ser exercida pelos beneficiários cujo vínculo tenha sido extinto em até 60 (sessenta) dias antes da data inicial do prazo para a portabilidade especial de carências estabelecido por esta Resolução Operacional, não se aplicando o requisito do vínculo ativo para o exercício do direito;

III - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na operadora UNIMED SUL DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se ao cumprimento dos respectivos períodos remanescentes no plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem;

IV - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo, caso seja ofertado, a ser negociado com a operadora do plano de destino;

V - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos de prazo de permanência e de compatibilidade por faixa de preço, previstos, respectivamente, nos incisos III e V do caput do artigo 3° da RN nº 438, de 2019.

§ 2º O beneficiário que esteja vinculado ao plano de origem há menos de 300 (trezentos) dias, pode exercer a portabilidade de carências tratada neste artigo, sujeitando-se, quando cabíveis, aos períodos de carências do plano de destino descontados do tempo em que permaneceu no plano de origem, ressalvados os casos previstos no § 8º, do artigo 3º da RN nº 438, de 2019.

§ 3º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 3 (três) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

§ 4º O beneficiário da UNIMED SUL DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO exercerá a portabilidade especial de carências, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher plano, diretamente na operadora de destino ou administradora de benefícios responsável pelo plano de destino, em qualquer faixa de preço, não se aplicando o requisito previsto no inciso V, do artigo 3º, da RN nº 438;

II - poderá escolher plano de destino com cobertura (segmentação) não prevista no plano de origem, podendo ser exigido o cumprimento de carência para as coberturas não previstas;

III - deverá apresentar documentos para fins de comprovação do atendimento aos requisitos disciplinados nesta Resolução Operacional;

IV - quando o plano de destino for de contratação coletiva, apresentar comprovação de vínculo com a pessoa jurídica contratante do plano, nos termos dos artigos 5º e 9° da RN n° 195, de 2009, ou comprovação referente ao empresário individual, nos termos da RN nº 432, de 27 de dezembro de 2017.

§ 5º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após análise que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou imediatamente após pagamento da primeira mensalidade, o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta Resolução, não se aplicando o disposto nos artigos 18 e 19, da RN nº 438, de 2019;

II - divulgar, em seus postos de venda, a listagem dos planos disponíveis para contratação, com os respectivos preços máximos dos produtos;

III - no caso de o beneficiário da UNIMED SUL DO PARÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO estar internado, a solicitação de portabilidade especial poderá ser requerida por seu representante legal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 519ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 14 de novembro 2019, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25789.015474/2017-13	Ecole Serviços Médicos Ltda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (Cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33903.015401/2017-04	Hapvida Assistencia Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.097484/2016-88	Uniodonto de São José dos Campos Cooperativa de Trabalho Odontológico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25773.001569/2017-29	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25772.001317/2017-18	Federação das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondonia e Roraima	Art. 57 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25772.008216/2013-36	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25783.032159/2016-20	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
33902.514158/2016-23	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.009845/2017-01	Sociedade Cooperativa Cruzeiro - Operadora de Planos de Saúde Sociedade Cooperativa - Em Liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25779.005497/2016-58	Affix Administradora de Benefícios Ltda	Art. 66 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
33910.018520/2018-01.	Unimed de Manaus Coop. do Trabalho Médico Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	22.000,00 (vinte e dois mil reais
33910.019843/2018-11	Associação Brasileira dos Empregados em Telecomunicações	Art.57 RN 124/2006	19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais)
33910.006006/2018-14	Premium Saúde Eireli - Me	Art. 35 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
33910.007091/2018-38	Croe - Centro de Reabilitação Oral Especializado Ltda	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33910.020707/2018-66	Bradesco Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	90.000,00 (Noventa mil reais)
33910.006917/2018-41	Centro Barbacenense de Assistência Medica E Social	Art. 35 RN 124/2006	177.000,00 (cento e setenta e sete mil reais)
33910.003600/2018-53	Social-Sociedade Assistencial e Cultural	Art. 77RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
33910.023671/2018-72	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.029279/2018-37	Hapvida Assistencia Medica Ltda	Art. 82 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais),
33910.034894/2018-65	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.010571/2018-86	Fundação Chesf De Assistência E Seguridade Social	Art. 57 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
33910.033952/2018-33	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada	Art. 71 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.023064/2018-11	Medisanitas Brasil Assistência Integral À Saúde S/A.	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.033931/2018-18	Medisanitas Brasil Assistência Integral À Saúde S/A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.031716/2018-82	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 82-A RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.029824/2018-95	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa Das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico		Anulação
33910.026003/2018-05	Salutar Saúde Seguradora S.A.	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (Cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.026040/2018-13	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.035755/2018-59	Salutar Saúde Seguradora S.A.	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.016152/2018-58	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Arts. 20 c/c 57 RN 124/2006	95.000,00 (noventa e cinco mil reais)
33910.037201/2018-96	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.037119/2018-61	Ameno Assistência Médica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33910.036174/2018-34	Smedsj - Serviços Médicos São Jose Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	31.680,00 (trinta e um mil, seiscentos e oitenta reais)
33910.000415/2018-15	Operadora de Planos Privados de Assistência a Saúde Consaude S/S Ltda	Art. 35 RN 124/2006	11.000,00 (onze mil reais)
33910.000304/2019-81	Unimed Maceió Cooperativa de Trabalho Medico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.012278/2018-53	Social-Sociedade Assistencial e Cultural	Art. 35 RN 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
33910.007312/2019-59	Unimed Barra do Garças - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33910.034982/2018-67	Bradesco Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.011488/2019-13	Ami - Assistência Médica Infantil Ltda	Art. 77 RN 124/2006	96.000,00 (noventa e seis mil reais)
33910.036847/2018-56	Fundação Cesp	Art. 71 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
33910.013714/2018-10	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa Das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.036925/2018-12	Unimed de Manaus Coop. do Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (Quarenta e sete mil e quinhentos e vinte reais)
33910.011503/2019-15	Ami - Assistência Médica Infantil Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33910.000422/2019-90	Hapvida Assistencia Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.005983/2018-02	Orion Planos e Serviços Odontológicos Ltda	Art. 35 RN 124/2006	10.500,00 (dez mil e quinhentos reais)
33910.030489/2018-78	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.050686/2017-47	Med-Tour Administradora de Benefícios e Empreendimentos Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.025356/2017-07	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.023109/2017-68	Sociedade Cooperativa Cruzeiro - Operadora de Planos de Saúde Sociedade Cooperativa - Em Liquidação Extrajudicial	Art. 78 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25782.002921/2017-34	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.066934/2017-71	Fundação São Francisco Xavier	Art. 77 RN 124/2006	Advertência
33910.023328/2018-28	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais),
33910.032261/2018-12	Oralclass Assistência Médica E Odontológica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25780.010569/2017-21	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.329916/2013-67	Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da Sta. Casa de Misericórdia de Bragança Paulista	Art. 35 RN 124/2006	15.000,00 (quinze mil reais)
33902.074126/2017-62	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.022262/2017-78	Unimed de Manaus Coop. do Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.022315/2017-51	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa Das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.005728/2019-32	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	132.000,00 (Cento e trinta e dois mil reais)
33910.000528/2019-93	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (Oitenta mil reais)
33910.003225/2019-22	Oral Brasil Consultoria e Gestão em Saúde Ltda		Arquivamento
33910.003307/2019-77	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.031161/2018-79	Odontobase Planos de Saúde Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33910.010148/2019-67	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.031155/2018-11	Uniodonto Coop Odont Vale Taquari E Rio Pardo Ltda	Art. 35 RN 124/2006	11.000,00 (Onze mil reais)
33910.031704/2018-58	Vision Med Assistência Médica Ltda.	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.030944/2018-35	Unimed Campinas - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 79 RN 124/2006	250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais)
33910.010088/2019-82	Prodent - Assistência Odontológica Ltda.	Art. 76-B RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.009957/2019-26	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa Das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (Quarenta e sete mil e quinhentos e vinte reais)
25789.042886/2015-64	All Care Administradora de Benefícios São Paulo Ltda.	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.029316/2018-15	Unimed de Santos Coop de Trab. Medico	Art. 77 RN 124/2006	63.360,00 (sessenta e três mil e trezentos e sessenta reais)
33910.000259/2019-65	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (Oitenta mil reais)
33910.013866/2019-95	Qualicorp Administradora de Benefícios S/A	Art. 62 RN 124/2006	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
33910.012051/2019-99	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.000662/2019-94	Unimed Natal Soc. Coop. De Trab. Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.036105/2018-21	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.001609/2019-19	Unimed de Manaus Coop. do Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33902.522341/2014-31	All Care Administradora De Benefícios São Paulo Ltda	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)

LEANDRO FONSECA
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 323, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019 (*)

Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, que aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, inciso VIII da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, com a nova redação dada pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e conforme decisão em Circuito Deliberativo - CD-DN 524/2019, realizado em 6 de novembro de 2019, adota a seguinte Resolução, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º A Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I

DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS

"Art. 4º A Agência Nacional de Vigilância Sanitária terá a seguinte estrutura organizacional:

.....

§ 8º À Primeira Diretoria são subordinadas as seguintes unidades administrativas:

.....

II - Gerência-Geral de Gestão de Pessoas:

a) Coordenação de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho;

b) Gerência de Desenvolvimento de Pessoas;

c) Coordenação de Gestão das Informações Funcionais; e

d) Coordenação de Legislação e Concessões.

....."(NR)

TÍTULO VII

DAS COMPETÊNCIAS DAS DIRETORIAS E UNIDADES EXECUTIVAS

CAPÍTULO I

DA PRIMEIRA DIRETORIA

Seção II

Da Gerência-Geral de Gestão de Pessoas

"Art. 106. São competências da Gerência-Geral de Gestão de Pessoas:

.....

Parágrafo único. A gestão de pessoas compreende planejamento e dimensionamento da força de trabalho, recrutamento, seleção, capacitação, desenvolvimento, desempenho, administração, segurança, saúde e qualidade de vida no trabalho.

....."(NR)

Subseção I

Da Coordenação de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

"Art. 107. São competências da Coordenação de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho:

I - executar programas de gestão do clima organizacional e qualidade de vida no trabalho;

II - executar ações:

a) de saúde e segurança no trabalho;

b) de saúde suplementar; e

c) relacionadas a perícias oficiais em saúde."(NR)

Subseção II

Da Gerência de Desenvolvimento de Pessoas

"Art. 108. São competências da Gerência de Desenvolvimento de Pessoas:

I - recrutamento e seleção;

II - lotação e movimentação;

III - capacitação e desenvolvimento;

IV - estágio probatório e estabilidade;

V - gestão do desempenho dos servidores e gestores;

VI - gestão da carreira; e

VII - estágio supervisionado de estudantes."(NR)

Subseção III

Da Coordenação de Gestão das Informações Funcionais

"Art. 109. São competências da Coordenação de Gestão das Informações Funcionais executar atividades de:

I - nomeação e exoneração;

II - cadastro;

III - folha de pagamento;

IV - férias e frequência;

V - indenizações, gratificações e adicionais; e

VI - controle interno e externo em matéria de admissão e demissão."(NR)

Subseção IV

Da Coordenação de Legislação e Concessões

"Art. 110. São competências da Coordenação de Legislação e Concessões executar as atividades de:

I - orientação e prestação de informações sobre a aplicação da legislação de gestão de pessoas;

II - orientação para elaboração de propostas de atos normativos em matéria de gestão de pessoas;

III - concessão de benefícios e direitos;

IV - recadastramento de aposentados e pensionistas; e

V - controle interno e externo nas matéria de aposentadoria e pensão.

....." (NR)

Art. 2º Os Anexos II e III da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, passam a vigorar com as alterações dispostas no Anexo desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

(ANEXOS II E III DA RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA-RDC Nº 255, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018)

"ANEXO II

QUADRO DE CARGOS APROVADO PELA LEI DE CRIAÇÃO DA AGÊNCIA

	Função	Nível	Valor R$	Situação Lei 9986/2000		Situação Anterior		Situação Nova	
				Qd.	Valor R$	Qd.	Valor R$	Qd.	Valor R$
Grupo I	Direção	CD I	17.432,15	1	17.432,15	1	17.432,15	1	17.432,15
		CD II	16.560,54	4	66.242,16	4	66.242,16	4	66.242,16
	Executiva	CGE I	15.688,92	5	78.444,60	8	125.511,36	8	125.511,36
		CGE II	13.945,71	21	292.859,91	18	251.022,78	18	251.022,78
		CGE III	13.074,10	48	627.556,80	0	0,00	0	0,00
		CGE IV	8.716,06	0	0,00	42	366.074,52	42	366.074,52
	Assessoria	CA I	13.945,71	0	0,00	7	97.619,97	7	97.619,97
		CA II	13.074,10	5	65.370,50	10	130.741,00	10	130.741,00
		CA III	3.639,84	0	0,00	3	10.919,52	3	10.919,52
	Assistência	CAS I	2.753,42	0	0,00	1	2.753,42	1	2.753,42
		CAS II	2.386,29	4	9.545,16	3	7.158,87	3	7.158,87
	Subtotal G-I			88	1.157.451,28	97	1.075.475,75	97	1.075.475,75
Grupo II	Técnica	CCT V	3.314,30	42	139.200,60	70	232.001,00	70	232.001,00
		CCT IV	2.421,96	58	140.473,68	86	208.288,56	87	210.710,52
		CCT III	1.228,94	67	82.338,98	58	71.278,52	59	72.507,46
		CCT II	1.083,38	80	86.670,40	71	76.919,98	72	78.003,36
		CCT I	959,29	152	145.812,08	91	87.295,39	86	82.498,94
	Subtotal G-II			399	594.495,74	376	675.783,45	374	675.721,28
Total				487	1.751.947,02	473	1.751.259,20	471	1.751.197,03

....."(NR)

"ANEXO III

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DE CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS

Nº	ÓRGÃO/UNIDADE	SIGLAS	QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	CARGO

.....

7.2.	Gerência-Geral de Gestão de Pessoas	GGPES	1	Gerente-Geral	CGE II
			1	Assessor	CCT IV
			1	Assistente	CCT III
			1	Assistente	CCT I
7.2.1.	Coordenação de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho	CSQVT	1	Coordenador	CCT V
			1	Assistente	CCT I
7.2.2.	Gerência de Desenvolvimento de Pessoas	Gedep	1	Gerente	CGE IV
			1	Assistente	CCT II
			3	Assistente	CCT I
7.2.3.	Coordenação de Gestão das Informações Funcionais	Cogif	1	Coordenador	CCT V
			3	Assistente	CCT I
7.2.4.	Coordenação de Legislação e Concessões	Colec	1	Coordenador	CCT V
			1	Assistente	CCT I

....."(NR)

(*) Republicada por ter sido omitido o Anexo no original publicado no Diário Oficial da União nº 232, de 2 de dezembro de 2019, Seção 1, pág. 89.

Ministério do Turismo

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 407, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o prazo de divulgação do resultado final do Conservatório Brasileiro de Teatro

O Presidente substituto da Fundação Nacional de Artes - Funarte, designado através da Portaria nº 1.402, de 25 de julho de 2019, publicada no DOU 26/07/2019, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto n° 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004.

Considerando:

- as cláusulas 8.2.6 e 8.2.11.1 do Conservatório Brasileiro de Teatro, resolve:

Art. 1º informar aos candidatos que o seu resultado final, por motivos operacionais, não será mais dia 03 de dezembro de 2019.

Art. 2º a relação dos selecionados será divulgada no site da Funarte, conforme item 8.2.6, em dezembro do corrente ano.

Art. 3º os demais itens do Conservatório Brasileiro de Teatro, permanecem inalterados.

LEÔNIDAS JOSÉ DE OLIVEIRA

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 2.014, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso da atribuição prevista no inciso XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o disposto no inciso V do art. 26 da Resolução CSMPT nº 132/2016 e no inciso VIII do art. 2º do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 01/2014, bem como os dados e informações constantes do PGEA 20.02.1500.0002930/2019-73, resolve:

Art. 1º Determinar a alteração do status do 14º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região para "ofício provido com designação suspensa", bem como a redistribuição do respectivo acervo aos demais Ofícios Gerais providos na mesma Unidade e no mesmo Grau.

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
1ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2019

Aos dezenove dias de novembro de dois mil e dezenove às dez horas e cinquenta minutos, iniciou-se, com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Vigésima Sexta (26a) Sessão Ordinária da 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, 16º Andar, Edifício CNC, em Brasília-DF. Presentes a Coordenadora, Subprocuradora-Geral do Trabalho Andréa Isa Rípoli, os Procuradores Regionais do Trabalho André Lacerda e Ileana Neiva Mousinho e o Membro Suplente, Procuradora Regional do Trabalho, Soraya Tabet Souto Maior. Após os cumprimentos iniciais, deu-se início à deliberação dos feitos, conforme abaixo.

1) PROCESSOS COM VISTA NA PAUTA DE SESSÃO

Processo IC-000299.2018.16.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: BANCO DO BRASIL S/A, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas solicitado pela Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo NF-000204.2019.03.005/1 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE CLARO DOS POÇÕES - MG, NOTICIANTE: VANILCE DE OLIVEIRA MORAES - Relator: Dr. André Lacerda. Devolvido o feito após pedido de vistas sucessivos das Dras. Ileana Neiva Mousinho e Andréa Isa Rípoli, a 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, referendar em parte a decisão declinatória de atribuição em favor do Ministério Público Estadual, no que diz respeito às férias e pagamento do adicional de insalubridade, entendendo, contudo, pela atribuição do Ministério Público do Trabalho quanto ao "assédio moral", nos termos do voto divergente apresentado pela Dra. Andréa Isa Rípoli. Vencido o Dr. André Lacerda.

Processo NF-000799.2019.10.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO - PGT - Relator: Dr. André Lacerda. Devolvido o feito após pedido de vistas sucessivos das Dras. Ileana Neiva Mousinho e Andréa Isa Rípoli, a 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não referendar o declínio de atribuições, nos termos do voto divergente apresentado pela Dra. Andréa Isa Rípoli. Vencido o Dr. André Lacerda.

Processo NF-000750.2019.19.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 3.CONAFRET, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: ESCOLA ESTADUAL JOSE OLIVEIRA SILVA - Relator: Dr. André Lacerda. Devolvido o feito após pedido de vistas sucessivos das Dras. Ileana Neiva Mousinho e Andréa Isa Rípoli, a 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não referendar o declínio de atribuições nos termos do voto divergente apresentado pela Dra. Andréa Isa Rípoli. Vencido o Dr. André Lacerda.

2) PROCEDIMENTOS NÃO HOMOLOGADOS

Processo IC-000549.2017.01.006/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: IMPAR SERVIÇOS HOSPITALARES S/A - HOSPITAL HCN - CHN, INQUIRIDO: IMPAR SERVIÇOS HOSPITALARES S/A - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento no que pertine aos temas 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei e 09.06.03.01. Intervalo intrajornada e homologar quanto aos demais temas, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-006223.2018.01.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: FOUR X PRODUCAO DE EVENTOS E CONSULTORIA EIRELI , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-003442.2018.03.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DANIEL VENTURA ROCHA, INQUIRIDO: ICOMON TECNOLOGIA LTDA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001490.2018.21.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PARNAMIRIM, INQUIRIDO: CONDOMÍNIO PARQUE DOS JATOBÁS - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001751.2019.02.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: MADE IN BRAZIL COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE ANÔNIMO) - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004876.2019.02.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: CSLP SUDESTE COMERCIO VAREJISTA DE DOCES LTDA (CACAU SHOW MEGA STORE), NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE ANÔNIMO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001179.2019.05.000/2 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE SALVADOR, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-001530.2019.07.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: NOVA JERUSALEM SERVICOS FUNERARIOS LTDA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001851.2019.07.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: ADRIANA CAROLINA OLIVEIRA DE BRITO - ME, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: M E M FREITAS INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA , NOTICIADO: MARIA ODACI FREITAS DA SILVA - EPP, NOTICIADO: RAIMUNDO MACÁRIO FREITAS DA SILVA - ME - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000030.2019.08.002/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE SERRA DOS CARAJÁS , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000100.2019.12.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: MAIS CLEAN LAVANDERIA LTDA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar parcialmente a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000057.2019.15.004/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PEREIRA BARRETO, NOTICIANTE: VARA DO TRABALHO DE ANDRADINA - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento quanto ao tema gozo de férias e homologar os temas relacionados a pagamentos (reflexos de anuênios e quinquênios, adicional por tempo de serviço, horas extras e reflexos, férias - simples e em dobro -, cestas básicas, vale refeição, depósitos e multa de 40% fundiários, multa do art. 477 da CLT) e a danos morais pelo indevido transporte de valores, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-001023.2019.19.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: ESPECIARYA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (SUPERMERCADO PALATO PONTA VERDE), NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000118.2019.21.001/9 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: LIMESTONE MARMORES DO BRASIL LTDA - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar o arquivamento quanto aos temas atraso salarial, remuneração de férias, FGTS, alimentação do trabalhador e adicional de insalubridade, e não homologar em relação a atividades e operações insalubres, nos termos do voto do(a) relator(a).

3) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS

Processo IC-001614.2013.13.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: MPT/PRT 13ª REGIÃO (ÓRGÃO OFICIANTE NA 2ª TURMA DO TRT), INQUIRIDO: PLUMATEX COLCHÕES INDUSTRIAL LIMITADA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-003901.2017.04.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: BOLOGNESI EMPREENDIMENTOS LTDA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-004472.2017.04.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ROSANE GONÇALVES BANDEIRA, INQUIRIDO: SULBRASIL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000281.2017.10.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: Distribuidora Automotiva S A , NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002494.2017.10.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: EMBRAPA HORTALIÇAS, NOTICIANTE: VICENTE EDUARDO SOARES DE ALMEIDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000667.2017.12.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: MACEDO AGROINDUSTRIAL LTDA., NOTICIANTE: SIGILOSO, INQUIRIDO: TOPSEG CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - EPP - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e converter o feito em diligência, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000210.2019.01.002/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: LWAC MERCEARIA LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e em análise revisional não homologar o arquivamento do feito em relação aos temas descanso semanal e férias, e homologar quanto aos temas anotação e controle de jornada e jornada extraordinária em desacordo com a lei, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004267.2019.02.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA MONTE AZUL, NOTICIANTE: MPT / PRT 2 ª REGIÃO - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004333.2019.02.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2 ª REGIÃO, NOTICIADO: SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO (HOSPITAL SÃO CAMILO - SANTANA) - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004395.2019.02.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA (OSS STA MARCELINA RASTS ITAQUERA/GUAIANASES/TIRADENTES), NOTICIANTE: MPT/PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004421.2019.02.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: MPT/PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), NOTICIADO: PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAÚDE LTDA (HOSPITAL SANCTA MAGGIORE PARAÍSO) - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002275.2019.03.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DE MG, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001903.2019.05.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ITAJUBÁ HOTÉIS E TURISMO LTDA., NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART- HOTÉIS, RESIDENCE-HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DA CIDADE DO SALVADOR - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento, não homologar o arquivamento do feito e converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do(a) relator(a). Ressalvas de fundamentação apresentadas pelo Dr. Adnré Lacerda.

Processo PP-000394.2019.08.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: BELNAVE RODOFLUVIAL E LOGÍSTICA LTDA., NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002172.2019.09.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: NILTON FERREIRA, NOTICIADO: VIQUEL ESPAÇO GOURMET PANIFICADORA - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e converter o feito em diligência, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000120.2019.09.006/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ALEXANDRE WU, INVESTIGADO: HOTEL RAFAIN CENTRO LTDA. - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000202.2019.10.001/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MÉTODO POTENCIAL ENGENHARIA LTDA. , NOTICIANTE: OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, NOTICIADO: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS (PETROBRAS - POSTO AVANCADO DE SAO JOSE DOS CAMPOS), NOTICIADO: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS (REFINARIA HENRIQUE LAGE REVAP), NOTICIANTE: PROCURADORIA DA REPUBLICA NO ESTADO DE TOCANTINS - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GURUPI/TO - PRM GURUPI/TO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000598.2019.18.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: TJ COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito quanto ao temas "abuso de autoridade", "local para descanso e refeição", "anotação do contrato de trabalho" e "pagamento de salários retroativos; e negar provimento ao recurso quanto ao tema "temperatura" e homologá-lo, nos termos do voto do(a) relator(a).

4) PROCEDIMENTOS HOMOLOGADOS COM DESTAQUE

Processo IC-006650.2018.02.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CÍCERO DE OLIVEIRA PEREIRA (MARMORARIA SA VITALE), INQUIRIDO: CONCREMID COMERCIO DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004353.2019.02.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: MM. JUIZ DA 5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO-ZONA LESTE, NOTICIADO: SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ (HOSPITAL SANTA CRUZ) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

5) REMESSA NÃO CONHECIDA

Processo IC-002612.2012.06.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: CONSÓRCIO FLAMAC/DORNELLAS/CINKEL, NOTICIANTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA - SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO - SECRETARIA DO TRABALHO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001644.2019.01.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITADO: VIRGÍNIA LEITE HENRIQUE, SUSCITANTE: ALPINIANO DO PRADO LOPES - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

6) CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA

Processo IC-001030.2013.17.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: TRANSPORTADORA JOLIVAN LTDA, NOTICIANTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO (07ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000247.2015.01.004/4 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: FARISUR LTDA, NOTICIANTE: PEDRO PAULO FERREIRA - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000252.2015.12.005/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: HAXIMU MADEIRAS LTDA, INQUIRIDO: ITAMARATY MADEIRAS LTDA, NOTICIANTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000073.2015.13.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: MARFIM DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS DA PARAÍBA LTDA - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-006826.2017.01.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: CLINEF CLÍNICA DE NEFROLOGIA SANTA TERESA LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000742.2017.01.004/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002425.2017.06.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ANONIMO, INQUIRIDO: MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000407.2017.12.005/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: ESTRELA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALUMÍNIO LTDA ME, INQUIRIDO: NS IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - DIVISÃO NS QUÍMICA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000362.2017.19.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: COPRA INDUSTRIA ALIMENTÍCIA LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002295.2018.01.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: JSL S.A. - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002884.2018.01.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: OMEGA SERVICE LTDA - ME - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-005051.2018.01.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: SEMIU SERVIÇO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS E INTERNAÇÕES DE URGÊNCIA LTDA - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000723.2018.01.006/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: AUTO VIAÇÃO ABC S/A, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000072.2018.01.007/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: KIARGOS SERVIÇOS E FACILITY LTDA , NOTICIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-007654.2018.02.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: MOBI ALL TECNOLOGIA SA (NAVITA) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000051.2018.02.001/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: BRUDELKER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000700.2018.02.002/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: GY LOG SERVICOS & FACILITIES EIRELI EPP - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000161.2018.03.006/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE ANÔNIMO, INQUIRIDO: RAIZEN COMBUSTÍVEIS S.A - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002286.2018.06.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANONIMO, INQUIRIDO: LIMPAFACIL INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000295.2018.09.001/8 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR, INQUIRIDO: SOUZA CRUZ S/A - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001123.2018.11.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: BRINKS TRANSPORTADORA DE VALORES LTDA., NOTICIANTE: EX OFFICIO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001118.2018.20.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: DISTRIBUIDORA DE CEREAIS TIO LUIZ LTDA ME, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000450.2019.01.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CAMINHO VERDE AGRO BRASIL LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002925.2019.01.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: ESHO EMPRESA DE SERVICOS HOSPITALARES S.A. - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003840.2019.01.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: CASA AMARELO EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004051.2019.01.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: TUISE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004696.2019.01.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: BASSAN SORVETERIA E LANCHES LTDA ME - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000179.2019.01.001/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: FLIX TELECOM SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000317.2019.01.005/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: LIGA BENEFICENTE SAO JOAO BATISTA DE MACAE , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004467.2019.02.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: BIOVIDA SAÚDE LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-006013.2019.02.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DANIEL PEREIRA DA SILVA, NOTICIADO: MONSANTO DO BRASIL LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000736.2019.02.002/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MITURO OHARA PERFUMARIA EIRELI - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000786.2019.02.002/9 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MAYCON DANTAS - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004198.2019.03.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: ADRIANA MENDES PEREIRA - 079462766-80, NOTICIADO: ANTÔNIO CARLOS GOMES DA SILVA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000499.2019.03.001/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MART MINAS DISTRIBUICAO LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000001.2019.04.003/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MAURO ALFREDO MATTIONI , NOTICIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000709.2019.07.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001981.2019.09.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: VITAO ALIMENTOS LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000617.2019.11.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000035.2019.18.001/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE TURVELÂNDIA, NOTICIANTE: VALTEIR PAULO DIAS - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

7) DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

Processo PP-000038.2007.09.009/6 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE IRETAMA, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. André Lacerda. Devolvido o feito após pedido de vistas da Dra. Andréa Isa Rípoli, a 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não referendar o declínio de atribuições, convertendo-se o feito em diligência, nos termos do voto do Relator.

Processo NF-000237.2019.03.009/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000278.2019.03.009/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DE MINAS, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio e converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000153.2019.04.008/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: PREFEITURA DE ESTÂNCIA VELHA (SECRETARIA DE SAÚDE), NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. Devolvido o feito após pedido de vistas da Dra. Andréa Isa Rípoli, a 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não referendar o declínio de atribuições nos termos do voto da Relatora. Vencido o Dr. André Lacerda.

Processo NF-000160.2019.05.007/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE NAZARÉ/BA, NOTICIANTE: SINDICATO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA DE NAZARE - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio e não homologar no que concerne à notícia de irregularidade no adicional de insalubridade, e referendar o declínio de atribuição e homologar quanto ao tema contribuições previdenciárias, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000255.2019.06.002/7 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MUNICÍPIO DE JATAÚBA - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000239.2019.12.002/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE CRICIÚMA - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001113.2019.17.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: RAFAEL PEIXOTO BARBARIOLI ME, NOTICIANTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO (01ª TURMA) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, e não homologar o indeferimento da instauração de inquérito civil, nos termos do voto do(a) relator(a).

Também foi deliberado, por unanimidade, referendar o declínio de atribuição dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - NF-000292.2019.01.003/9, NF-000297.2019.01.003/0, NF-000352.2019.01.007/1 - PRT 2ª Região-SP - NF-000617.2019.02.003/7 - PRT 3ª Região-MG - NF-003420.2019.03.000/8, NF-000334.2019.03.006/2, NF-000496.2019.03.007/8, NF-000201.2019.03.008/5 - PRT 4ª Região-RS - NF-000265.2018.04.003/7, NF-002105.2019.04.000/2, NF-002662.2019.04.000/0, NF-002787.2019.04.000/8, NF-000208.2019.04.002/7, NF-000312.2019.04.004/5 - PRT 6ª Região-PE - NF-001964.2019.06.000/8 - PRT 9ª Região-PR - IC-000138.2016.09.001/0, NF-002188.2019.09.000/5, NF-000158.2019.09.004/5 - PRT 10ª Região-DF - NF-001699.2019.10.000/8, NF-000052.2019.10.002/0 - PRT 15ª Região-Campinas - NF-001402.2019.15.000/9, NF-000672.2019.15.001/7, NF-000153.2019.15.004/2 - PRT 20ª Região-SE - NF-000862.2019.20.000/5 - PRT 23ª Região-MT - NF-000078.2019.23.002/9.

8) HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO: Foi deliberado, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - IC-000853.2008.01.005/0, IC-002126.2012.01.000/6, IC-002444.2012.01.000/0, IC-000752.2013.01.000/1, IC-000095.2013.01.003/7, IC-001003.2013.01.004/6, IC-001796.2014.01.000/0, IC-000383.2014.01.005/4, IC-000278.2014.01.006/1, IC-000217.2015.01.000/9, IC-000235.2015.01.000/0, IC-001216.2015.01.000/4, IC-002763.2015.01.000/4, IC-004242.2015.01.000/6, IC-000401.2015.01.001/0, IC-000137.2015.01.002/7, IC-001363.2015.01.004/0, IC-000542.2015.01.005/8, IC-000678.2016.01.000/4, IC-000708.2016.01.000/1, IC-002427.2016.01.000/0, IC-002478.2016.01.000/8, IC-002529.2016.01.000/9, IC-002788.2016.01.000/6, IC-002916.2016.01.000/5, IC-003066.2016.01.000/0, IC-003138.2016.01.000/9, IC-003351.2016.01.000/8, IC-003482.2016.01.000/0, IC-003751.2016.01.000/7, IC-003980.2016.01.000/5, IC-004264.2016.01.000/1, IC-005047.2016.01.000/9, IC-006475.2016.01.000/4, IC-006569.2016.01.000/7, IC-000127.2016.01.001/1, IC-000179.2016.01.004/3, IC-000489.2016.01.004/5, IC-000309.2016.01.005/0, IC-001300.2017.01.000/6, IC-002225.2017.01.000/7, IC-002833.2017.01.000/6, IC-002945.2017.01.000/0, IC-003225.2017.01.000/5, IC-004038.2017.01.000/1, IC-004095.2017.01.000/3, IC-004146.2017.01.000/4, IC-004922.2017.01.000/8, IC-006664.2017.01.000/9, IC-006732.2017.01.000/6, IC-000332.2017.01.004/9, IC-000963.2017.01.004/6, IC-001247.2017.01.004/5, IC-000038.2017.01.005/8, IC-001004.2017.01.006/5, IC-000477.2018.01.000/7, IC-000942.2018.01.000/4, IC-001058.2018.01.000/1, IC-001513.2018.01.000/5, IC-002140.2018.01.000/7, IC-002160.2018.01.000/0, IC-002173.2018.01.000/2, IC-002227.2018.01.000/0, IC-002253.2018.01.000/7, IC-002399.2018.01.000/2, IC-002684.2018.01.000/0, IC-002729.2018.01.000/7, IC-002818.2018.01.000/2, IC-003139.2018.01.000/8, IC-003741.2018.01.000/4, IC-003881.2018.01.000/7, IC-004475.2018.01.000/1, IC-004918.2018.01.000/6, IC-005221.2018.01.000/1, IC-005368.2018.01.000/2, PP-005641.2018.01.000/3, IC-005958.2018.01.000/0, PP-006145.2018.01.000/7, IC-006379.2018.01.000/2, IC-006706.2018.01.000/0, IC-006848.2018.01.000/4, IC-000213.2018.01.001/2, IC-000221.2018.01.001/7, IC-000278.2018.01.001/8, IC-000359.2018.01.001/8, IC-000394.2018.01.001/5, IC-000128.2018.01.002/4, IC-000129.2018.01.002/0, IC-000130.2018.01.002/0, IC-000131.2018.01.002/7, IC-000132.2018.01.002/3, IC-000220.2018.01.003/2, IC-000774.2018.01.004/6, IC-001066.2018.01.004/0, IC-000456.2018.01.005/0, IC-000327.2018.01.006/8, IC-000598.2018.01.006/1, IC-000719.2018.01.006/6, IC-000336.2018.01.007/0, IC-000032.2019.01.000/2, IC-000287.2019.01.000/0, IC-000678.2019.01.000/2, IC-000824.2019.01.000/7, IC-000861.2019.01.000/7, IC-000915.2019.01.000/4, IC-000991.2019.01.000/7, PP-001147.2019.01.000/9, NF-001374.2019.01.000/6, IC-001722.2019.01.000/2, IC-001734.2019.01.000/0, IC-001974.2019.01.000/0, NF-002611.2019.01.000/1, NF-002785.2019.01.000/5, NF-003324.2019.01.000/0, IC-003721.2019.01.000/3, NF-004128.2019.01.000/6, NF-004602.2019.01.000/7, NF-004786.2019.01.000/7, NF-004875.2019.01.000/2, NF-004882.2019.01.000/2, NF-004960.2019.01.000/6, NF-005236.2019.01.000/7, NF-005238.2019.01.000/8, IC-000105.2019.01.001/2, IC-000172.2019.01.001/4, IC-000021.2019.01.002/0, NF-000217.2019.01.002/1, IC-000050.2019.01.003/0, IC-000189.2019.01.003/8, IC-000090.2019.01.004/4, NF-000468.2019.01.004/2, NF-000646.2019.01.004/1, NF-000974.2019.01.004/5, PP-000052.2019.01.005/8, IC-000117.2019.01.005/6, IC-000304.2019.01.005/6, IC-000452.2019.01.005/8, NF-000559.2019.01.005/0, IC-000081.2019.01.006/7, IC-000110.2019.01.006/2, IC-000014.2019.01.007/3, IC-000136.2019.01.007/6, PP-000198.2019.01.007/2, NF-000145.2019.01.008/8, NF-000196.2019.01.008/0 - PRT 2ª Região-SP - IC-000211.2007.02.001/4, IC-002967.2015.02.000/1, IC-003437.2015.02.000/4, IC-000422.2015.02.001/0, IC-000929.2015.02.002/0, IC-000983.2015.02.002/5, IC-005816.2016.02.000/3, IC-008263.2016.02.000/0, IC-000167.2016.02.002/3, IC-000193.2016.02.002/0, IC-000360.2016.02.005/8, IC-002224.2017.02.000/2, IC-003438.2017.02.000/3, IC-003502.2017.02.000/9, IC-003575.2017.02.000/0, IC-003922.2017.02.000/0, IC-007770.2017.02.000/0, IC-008181.2017.02.000/6, IC-008639.2017.02.000/4, IC-009386.2017.02.000/6, IC-009401.2017.02.000/5, IC-009731.2017.02.000/6, IC-000540.2017.02.001/9, PP-000073.2017.02.002/1, IC-000483.2017.02.002/0, IC-001154.2017.02.002/2, IC-000063.2017.02.004/7, IC-000242.2017.02.004/0, IC-000444.2017.02.004/9, IC-000285.2018.02.000/7, IC-001460.2018.02.000/4, IC-001528.2018.02.000/0, IC-001692.2018.02.000/9, IC-001854.2018.02.000/9, IC-002600.2018.02.000/9, IC-003190.2018.02.000/8, IC-003815.2018.02.000/5, PP-004275.2018.02.000/8, IC-004395.2018.02.000/8, IC-004781.2018.02.000/9, IC-005071.2018.02.000/0, IC-005319.2018.02.000/7, PP-006364.2018.02.000/0, IC-006678.2018.02.000/0, IC-006841.2018.02.000/7, IC-007111.2018.02.000/5, PP-007116.2018.02.000/2, IC-007164.2018.02.000/3, IC-007231.2018.02.000/5, PP-007715.2018.02.000/0, PP-008042.2018.02.000/0, IC-008101.2018.02.000/7, IC-008348.2018.02.000/5, IC-008681.2018.02.000/4, IC-008723.2018.02.000/4, IC-008738.2018.02.000/8, IC-000340.2018.02.001/5, IC-000359.2018.02.001/0, IC-000683.2018.02.001/8, IC-000391.2018.02.002/9, IC-000440.2018.02.002/4, IC-000054.2019.02.000/6, PP-000267.2019.02.000/8, IC-000312.2019.02.000/8, IC-000547.2019.02.000/8, PP-000624.2019.02.000/2, IC-001021.2019.02.000/7, IC-001302.2019.02.000/1, IC-001305.2019.02.000/8, IC-001469.2019.02.000/5, PP-001570.2019.02.000/0, PP-001645.2019.02.000/5, IC-001679.2019.02.000/6, IC-001909.2019.02.000/3, PP-001953.2019.02.000/2, IC-001984.2019.02.000/7, IC-002157.2019.02.000/4, PP-002165.2019.02.000/0, PP-002167.2019.02.000/0, PP-002202.2019.02.000/2, PP-002251.2019.02.000/9, IC-002316.2019.02.000/8, IC-002681.2019.02.000/7, PP-002883.2019.02.000/2, IC-002946.2019.02.000/0, PP-002987.2019.02.000/1, IC-003043.2019.02.000/7, PP-003256.2019.02.000/4, NF-003301.2019.02.000/2, PP-003314.2019.02.000/5, PP-003510.2019.02.000/8, IC-003513.2019.02.000/4, PP-003734.2019.02.000/7, NF-004057.2019.02.000/3, NF-004187.2019.02.000/0, IC-004264.2019.02.000/8, NF-004268.2019.02.000/0, IC-004291.2019.02.000/0, IC-004320.2019.02.000/8, NF-004323.2019.02.000/4, NF-004345.2019.02.000/8, NF-004423.2019.02.000/1, PP-004545.2019.02.000/2, NF-004616.2019.02.000/6, NF-004621.2019.02.000/5, PP-004665.2019.02.000/2, NF-004760.2019.02.000/2, NF-004799.2019.02.000/0, NF-004861.2019.02.000/5, NF-004927.2019.02.000/0, IC-004996.2019.02.000/9, NF-005041.2019.02.000/2, NF-005095.2019.02.000/6, NF-005193.2019.02.000/2, NF-005252.2019.02.000/9, NF-005337.2019.02.000/0, NF-005387.2019.02.000/2, NF-005411.2019.02.000/2, PP-005661.2019.02.000/9, NF-005692.2019.02.000/3, NF-005919.2019.02.000/2, NF-005929.2019.02.000/9, NF-006034.2019.02.000/0, NF-006156.2019.02.000/1, NF-006223.2019.02.000/3, NF-006322.2019.02.000/5, NF-006480.2019.02.000/0, NF-006493.2019.02.000/2, NF-006546.2019.02.000/4, NF-006609.2019.02.000/2, NF-006781.2019.02.000/7, NF-006877.2019.02.000/0, IC-000110.2019.02.001/0, PP-000183.2019.02.001/0, PP-000421.2019.02.001/8, IC-000476.2019.02.001/6, IC-000453.2019.02.002/3, NF-000498.2019.02.002/4, NF-000540.2019.02.002/5, NF-000624.2019.02.002/4, NF-000737.2019.02.002/9, NF-000757.2019.02.002/3, NF-000773.2019.02.002/2, NF-000794.2019.02.002/3, NF-000896.2019.02.002/4, NF-000912.2019.02.002/9, NF-001048.2019.02.002/4, IC-000198.2019.02.003/0, PP-000233.2019.02.004/4 - PRT 3ª Região-MG - IC-000258.2008.03.000/2, PP-000213.2008.03.002/3, IC-002955.2014.03.000/3, IC-000226.2014.03.010/1, IC-000992.2015.03.000/6, IC-001595.2015.03.000/3, IC-001998.2015.03.000/9, IC-002362.2015.03.000/1, IC-003189.2015.03.000/6, IC-004039.2015.03.000/5, IC-000026.2015.03.001/6, IC-000229.2015.03.002/4, IC-000317.2015.03.003/3, IC-000360.2015.03.003/5, IC-000378.2015.03.009/9, IC-000306.2015.03.010/8, IC-000075.2016.03.000/1, IC-001760.2016.03.000/3, IC-001982.2016.03.000/1, IC-002993.2016.03.000/1, IC-000454.2016.03.007/8, IC-000614.2016.03.009/7, IC-000653.2017.03.000/4, IC-000673.2017.03.000/9, IC-002519.2017.03.000/6, IC-004898.2017.03.000/0, IC-005358.2017.03.000/6, IC-000364.2017.03.001/4, IC-000104.2017.03.002/5, IC-000723.2017.03.002/2, IC-000921.2017.03.002/6, IC-000173.2017.03.007/4, IC-000351.2017.03.010/8, IC-000467.2017.03.010/1, IC-004282.2018.03.000/9, IC-004542.2018.03.000/5, IC-004930.2018.03.000/7, IC-000019.2018.03.002/2, IC-000265.2018.03.002/6, IC-000761.2018.03.002/1, IC-000800.2018.03.002/0, IC-000843.2018.03.002/8, IC-000420.2018.03.003/2, IC-000101.2018.03.004/0, IC-000120.2018.03.004/9, IC-000089.2018.03.005/5, IC-000513.2018.03.006/5, IC-000220.2018.03.007/0, PP-000047.2019.03.000/2, NF-001455.2019.03.000/8, IC-001714.2019.03.000/9, PP-002258.2019.03.000/8, NF-002878.2019.03.000/4, IC-002961.2019.03.000/7, NF-003020.2019.03.000/9, IC-003168.2019.03.000/5, IC-003258.2019.03.000/6, IC-003267.2019.03.000/7, NF-003312.2019.03.000/5, NF-003582.2019.03.000/4, PP-003632.2019.03.000/0, NF-000582.2019.03.001/8, PP-000348.2019.03.002/1, NF-000233.2019.03.003/5, IC-000014.2019.03.004/3, IC-000122.2019.03.004/4, NF-000218.2019.03.005/4, IC-000125.2019.03.006/5, NF-000352.2019.03.006/4, IC-000114.2019.03.007/2, IC-000200.2019.03.009/0, NF-000431.2019.03.010/7 - PRT 4ª Região-RS - IC-000461.2009.04.000/6, IC-000019.2010.04.006/3, IC-001824.2012.04.000/0, IC-000143.2013.04.005/1, IC-002150.2014.04.000/8, IC-000478.2014.04.001/9, IC-001876.2015.04.000/9, IC-002300.2015.04.000/2, IC-000263.2015.04.004/9, IC-000627.2015.04.006/0, IC-000702.2015.04.006/1, IC-000464.2015.04.007/1, IC-000525.2016.04.000/2, IC-003502.2016.04.000/8, IC-003979.2016.04.000/0, IC-004204.2016.04.000/5, IC-000074.2016.04.001/4, IC-000157.2016.04.003/9, IC-000095.2016.04.005/0, IC-000396.2016.04.006/1, IC-000341.2016.04.007/2, IC-000034.2016.04.008/8, IC-000487.2016.04.008/1, IC-001147.2017.04.000/8, IC-001197.2017.04.000/9, IC-002696.2017.04.000/8, IC-002799.2017.04.000/2, IC-003695.2017.04.000/0, IC-004680.2017.04.000/5, IC-000205.2017.04.002/2, IC-000057.2017.04.003/5, IC-000217.2017.04.004/9, IC-

000348.2017.04.004/5, IC-000162.2017.04.006/1, IC-000126.2017.04.007/9, IC-000263.2017.04.008/2, IC-000464.2017.04.008/0, IC-000044.2018.04.000/6, IC-000299.2018.04.000/0, IC-000339.2018.04.000/4, IC-002223.2018.04.000/0, IC-002434.2018.04.000/7, IC-003047.2018.04.000/8, IC-003093.2018.04.000/9, IC-003182.2018.04.000/3, IC-003201.2018.04.000/4, IC-003220.2018.04.000/1, IC-003246.2018.04.000/7, IC-003477.2018.04.000/6, IC-003886.2018.04.000/6, IC-003997.2018.04.000/5, IC-004127.2018.04.000/0, IC-004247.2018.04.000/1, IC-004294.2018.04.000/6, IC-004297.2018.04.000/3, IC-000351.2018.04.001/6, IC-000205.2018.04.003/5, IC-000251.2018.04.003/4, IC-000112.2018.04.005/0, IC-000207.2018.04.005/0, IC-000419.2018.04.006/7, IC-000647.2018.04.006/2, IC-000599.2018.04.007/1, IC-000285.2018.04.008/2, IC-000378.2018.04.008/2, IC-000080.2019.04.000/3, IC-000347.2019.04.000/1, IC-000549.2019.04.000/0, IC-000638.2019.04.000/9, IC-000653.2019.04.000/8, PP-000727.2019.04.000/0, IC-000818.2019.04.000/7, PP-000833.2019.04.000/3, IC-001085.2019.04.000/8, IC-001213.2019.04.000/7, IC-001414.2019.04.000/8, PP-001474.2019.04.000/5, PP-001809.2019.04.000/7, NF-001873.2019.04.000/9, PP-001939.2019.04.000/3, NF-002378.2019.04.000/8, IC-002431.2019.04.000/2, NF-002474.2019.04.000/4, PP-002501.2019.04.000/0, NF-002736.2019.04.000/0, PP-002742.2019.04.000/6, IC-000266.2019.04.001/6, IC-000014.2019.04.002/7, IC-000122.2019.04.002/5, PP-000026.2019.04.003/0, IC-000030.2019.04.004/6, IC-000216.2019.04.006/4, IC-000225.2019.04.006/5, IC-000012.2019.04.008/8, IC-000075.2019.04.008/0, IC-000102.2019.04.008/0, IC-000171.2019.04.008/4 - PRT 5ª Região-BA - IC-001380.2010.05.000/8, IC-002318.2013.05.000/0, IC-001912.2014.05.000/5, IC-001956.2014.05.000/2, IC-000055.2015.05.002/0, IC-002355.2016.05.000/5, IC-000257.2016.05.001/9, IC-002133.2017.05.000/9, IC-003340.2017.05.000/1, IC-000113.2017.05.001/9, IC-000060.2017.05.003/1, IC-000219.2017.05.003/7, IC-000126.2017.05.007/0, IC-000935.2018.05.000/3, IC-001448.2018.05.000/8, IC-002376.2018.05.000/7, IC-002407.2018.05.000/5, IC-002611.2018.05.000/3, IC-002695.2018.05.000/6, IC-000325.2018.05.001/8, IC-000091.2018.05.002/5, IC-000291.2018.05.002/6, IC-000300.2018.05.002/2, IC-000096.2018.05.003/3, IC-000306.2018.05.004/2, IC-000008.2018.05.005/4, IC-000557.2018.05.006/3, IC-000674.2018.05.006/7, IC-000110.2019.05.000/4, IC-000569.2019.05.000/0, PP-000612.2019.05.000/8, IC-000881.2019.05.000/9, IC-001061.2019.05.000/5, PP-001191.2019.05.000/1, NF-001597.2019.05.000/3, NF-001704.2019.05.000/4, NF-002262.2019.05.000/3, NF-000107.2019.05.002/3, NF-000177.2019.05.002/4, IC-000325.2019.05.004/3, NF-000447.2019.05.004/9, NF-000105.2019.05.007/5 - PRT 6ª Região-PE - IC-000606.2015.06.000/7, IC-001312.2015.06.000/4, IC-001520.2015.06.000/4, IC-001749.2015.06.000/0, IC-000520.2016.06.000/8, IC-000077.2016.06.002/8, IC-000123.2017.06.000/7, IC-001464.2017.06.000/8, IC-003559.2017.06.000/2, IC-000907.2018.06.000/6, IC-000937.2018.06.000/8, IC-001673.2018.06.000/5, IC-001951.2018.06.000/3, IC-002371.2018.06.000/0, IC-002546.2018.06.000/3, IC-002900.2018.06.000/4, IC-000236.2018.06.001/5, IC-000140.2018.06.002/7, IC-000260.2019.06.000/0, PP-000300.2019.06.000/5, IC-000431.2019.06.000/1, IC-000843.2019.06.000/4, IC-001247.2019.06.000/0, IC-001288.2019.06.000/1, IC-001785.2019.06.000/1, NF-001786.2019.06.000/7, NF-002018.2019.06.000/0, NF-002077.2019.06.000/3, NF-000259.2019.06.002/2 - PRT 7ª Região-CE - IC-000105.2013.07.002/8, IC-000114.2013.07.002/9, IC-000342.2014.07.000/5, IC-000144.2014.07.002/3, IC-000266.2015.07.000/3, IC-000014.2015.07.001/4, IC-000086.2015.07.003/0, IC-001602.2016.07.000/3, IC-000001.2016.07.001/7, IC-000061.2016.07.002/0, IC-001049.2017.07.000/5, IC-001127.2017.07.000/9, IC-002131.2017.07.000/0, IC-002185.2017.07.000/3, IC-002189.2017.07.000/6, IC-000311.2017.07.001/7, IC-000307.2018.07.000/2, IC-000363.2018.07.000/0, IC-000676.2018.07.000/1, IC-000831.2018.07.000/7, IC-000923.2018.07.000/0, PP-001183.2018.07.000/7, IC-001808.2018.07.000/4, IC-002292.2018.07.000/3, PP-000190.2018.07.002/3, PP-000018.2019.07.000/0, IC-000118.2019.07.000/2, PP-000530.2019.07.000/9, PP-001045.2019.07.000/7, NF-001367.2019.07.000/2, PP-001474.2019.07.000/0, PP-001604.2019.07.000/0, NF-001753.2019.07.000/3, NF-001903.2019.07.000/6 - PRT 8ª Região-PA - IC-000295.2014.08.001/5, IC-000154.2014.08.003/2, IC-000375.2016.08.002/5, IC-000487.2016.08.002/3, IC-000093.2016.08.003/2, IC-001109.2017.08.000/7, IC-001417.2017.08.000/4, IC-001758.2017.08.000/5, IC-001775.2017.08.000/3, IC-000223.2017.08.001/0, IC-000298.2017.08.001/2, IC-000197.2017.08.002/9, IC-000303.2017.08.002/4, IC-000278.2017.08.003/0, IC-000265.2018.08.000/3, IC-001046.2018.08.000/0, IC-001107.2018.08.000/8, IC-001292.2018.08.000/5, IC-001698.2018.08.000/7, IC-001927.2018.08.000/9, IC-001972.2018.08.000/3, IC-001977.2018.08.000/0, IC-000237.2018.08.002/6, IC-000070.2019.08.000/0, IC-000248.2019.08.000/0, IC-000267.2019.08.000/9, IC-000332.2019.08.000/3, IC-000360.2019.08.000/2, IC-000408.2019.08.000/8, PP-000412.2019.08.000/7, IC-000846.2019.08.000/7, IC-000850.2019.08.000/6, NF-001053.2019.08.000/2, NF-000174.2019.08.001/0, IC-000170.2019.08.002/5, NF-000211.2019.08.002/6, IC-000067.2019.08.003/8 - PRT 9ª Região-PR - IC-000121.2009.09.004/6, PP-000025.2011.09.010/0, PP-000541.2012.09.000/3, IC-000114.2014.09.000/3, IC-001197.2014.09.000/9, IC-002382.2014.09.000/8, IC-000113.2014.09.004/0, PP-000033.2014.09.010/5, IC-001536.2015.09.000/6, IC-001947.2015.09.000/7, IC-000061.2015.09.001/9, IC-000475.2015.09.001/1, IC-000295.2015.09.005/3, IC-000841.2016.09.000/9, IC-001476.2016.09.000/6, IC-000156.2016.09.001/1, IC-000197.2016.09.009/4, IC-000621.2017.09.000/0, IC-000737.2017.09.000/4, IC-001640.2017.09.000/0, IC-002847.2017.09.000/1, IC-003038.2017.09.000/0, IC-003664.2017.09.000/1, IC-000210.2017.09.001/5, IC-000572.2017.09.001/6, IC-000660.2017.09.001/4, IC-000798.2017.09.001/5, IC-000265.2017.09.003/5, IC-000021.2017.09.004/9, IC-000099.2017.09.005/6, IC-000100.2017.09.007/5, IC-000228.2017.09.007/9, IC-000239.2017.09.007/2, IC-000363.2017.09.007/4, IC-000369.2017.09.007/2, IC-000064.2017.09.008/0, IC-000119.2017.09.008/0, IC-000234.2017.09.009/2, IC-000122.2017.09.010/7, IC-000156.2017.09.010/4, IC-000181.2017.09.010/4, IC-000766.2018.09.000/2, IC-000786.2018.09.000/7, IC-001089.2018.09.000/3, PP-001198.2018.09.000/1, IC-001595.2018.09.000/4, IC-001898.2018.09.000/2, IC-001930.2018.09.000/8, IC-002183.2018.09.000/6, IC-002301.2018.09.000/9, IC-002329.2018.09.000/5, IC-002614.2018.09.000/3, IC-002704.2018.09.000/4, IC-002753.2018.09.000/0, IC-002807.2018.09.000/8, IC-002937.2018.09.000/4, IC-002954.2018.09.000/0, IC-003061.2018.09.000/3, IC-003192.2018.09.000/5, IC-000019.2018.09.001/7, IC-000309.2018.09.001/6, IC-000401.2018.09.001/3, IC-000424.2018.09.001/7, IC-000444.2018.09.001/1, IC-000465.2018.09.001/2, IC-000472.2018.09.001/0, IC-000494.2018.09.001/8, IC-000544.2018.09.001/0, IC-000545.2018.09.001/6, IC-000571.2018.09.001/2, IC-000245.2018.09.003/3, IC-000264.2018.09.003/1, PP-000389.2018.09.003/6, IC-000207.2018.09.004/8, IC-000304.2018.09.004/7, IC-000314.2018.09.004/4, IC-000369.2018.09.004/2, IC-000381.2018.09.004/6, IC-000057.2018.09.005/2, IC-000090.2018.09.006/6, IC-000276.2018.09.007/5, IC-000275.2018.09.008/0, IC-000068.2018.09.009/5, IC-000143.2018.09.009/8, IC-000004.2019.09.000/7, IC-000312.2019.09.000/0, PP-000796.2019.09.000/7, IC-000947.2019.09.000/3, PP-001180.2019.09.000/3, PP-001268.2019.09.000/1, PP-001279.2019.09.000/3, IC-001282.2019.09.000/1, IC-001285.2019.09.000/8, IC-001291.2019.09.000/2, IC-001410.2019.09.000/0, IC-001514.2019.09.000/0, PP-001708.2019.09.000/0, NF-001711.2019.09.000/8, NF-001835.2019.09.000/0, NF-002000.2019.09.000/3, NF-002015.2019.09.000/7, NF-002029.2019.09.000/5, IC-000014.2019.09.001/4, IC-000023.2019.09.001/5, IC-000061.2019.09.001/3, IC-000074.2019.09.001/3, IC-000097.2019.09.001/1, IC-000101.2019.09.001/1, IC-000172.2019.09.001/9, IC-000181.2019.09.001/0, IC-000216.2019.09.001/9, IC-000253.2019.09.001/9, IC-000281.2019.09.001/8, IC-000342.2019.09.001/3, PP-000413.2019.09.003/8, IC-000020.2019.09.004/9, IC-000085.2019.09.004/4, IC-000106.2019.09.004/6, IC-000116.2019.09.004/3, IC-000162.2019.09.004/4, IC-000066.2019.09.006/9, IC-000188.2019.09.007/0, IC-000030.2019.09.008/4, IC-000045.2019.09.008/9, IC-000047.2019.09.008/3, IC-000111.2019.09.008/5, IC-000132.2019.09.008/6, PP-000155.2019.09.008/0, IC-000163.2019.09.008/4, IC-000007.2019.09.009/6, IC-000060.2019.09.009/0, IC-000086.2019.09.009/0, IC-000134.2019.09.009/0, IC-000047.2019.09.010/0, NF-000053.2019.09.010/0 - PRT 10ª Região-DF - IC-000063.2014.10.001/7, IC-000882.2015.10.000/7, IC-000125.2015.10.001/3, IC-001262.2016.10.000/6, IC-002508.2016.10.000/0, IC-000054.2016.10.002/4, IC-000095.2016.10.002/4, IC-000977.2017.10.000/5, IC-001828.2017.10.000/9, IC-000025.2017.10.001/0, IC-000285.2017.10.001/0, IC-000125.2018.10.000/3, IC-000291.2018.10.000/7, IC-000528.2018.10.000/5, IC-001563.2018.10.000/7, IC-001617.2018.10.000/4, IC-001922.2018.10.000/5, IC-002713.2018.10.000/8, IC-000077.2018.10.001/9, IC-000082.2018.10.001/0, PP-000372.2019.10.000/0, IC-000433.2019.10.000/5, PP-000865.2019.10.000/2, PP-000930.2019.10.000/7, IC-001099.2019.10.000/4, NF-001189.2019.10.000/5, PP-001741.2019.10.000/0, IC-001772.2019.10.000/4, NF-002186.2019.10.000/7, NF-000257.2019.10.001/7, NF-000268.2019.10.001/0, NF-000070.2019.10.002/2 - PRT 11ª Região-AM - IC-000130.2013.11.000/6, IC-000696.2014.11.000/1, IC-000599.2015.11.000/5, IC-000100.2016.11.000/2, IC-000984.2016.11.000/1, IC-000975.2017.11.000/3, IC-000108.2017.11.001/4, IC-000802.2018.11.000/8, IC-000856.2018.11.000/0, IC-001240.2018.11.000/4, IC-000293.2019.11.000/3, IC-000330.2019.11.000/9, IC-000506.2019.11.000/1, IC-000719.2019.11.000/4, NF-001127.2019.11.000/4 - PRT 12ª Região-SC - IC-000091.2008.12.003/2, IC-000066.2012.12.005/9, IC-000008.2014.12.004/0, IC-000795.2015.12.000/7, IC-001167.2015.12.000/0, IC-000412.2015.12.001/3, IC-000268.2015.12.003/8, IC-000029.2015.12.004/8, IC-000014.2016.12.001/4, IC-000082.2016.12.001/7, IC-000671.2016.12.001/0, IC-000737.2017.12.000/1, IC-001246.2017.12.000/3, IC-000573.2017.12.001/7, IC-000644.2017.12.001/0, IC-000254.2017.12.002/2, IC-000359.2017.12.002/2, IC-000308.2017.12.003/8, IC-000192.2017.12.004/7, IC-000160.2017.12.005/0, IC-000367.2017.12.005/1, IC-000497.2017.12.005/1, IC-000154.2018.12.000/0, IC-000354.2018.12.000/7, IC-000479.2018.12.000/1, IC-001009.2018.12.000/1, IC-001037.2018.12.000/0, IC-001452.2018.12.000/4, PP-001506.2018.12.000/1, IC-001663.2018.12.000/0, IC-000640.2018.12.001/7, IC-000161.2018.12.002/5, IC-000215.2018.12.003/0, IC-000247.2018.12.003/5, IC-000133.2018.12.004/2, IC-000258.2018.12.004/7, IC-000276.2018.12.004/9, IC-000196.2018.12.005/3, IC-000303.2018.12.005/5, IC-000721.2018.12.005/0, PP-000725.2018.12.005/5, IC-000013.2018.12.006/9, IC-000057.2019.12.000/9, IC-000091.2019.12.000/8, IC-000161.2019.12.000/1, IC-000399.2019.12.000/0, IC-000437.2019.12.000/2, PP-000788.2019.12.000/0, NF-000808.2019.12.000/0, IC-000027.2019.12.001/5, IC-000040.2019.12.002/1, IC-000094.2019.12.004/3, PP-000103.2019.12.004/3, PP-000108.2019.12.004/5 - PRT 13ª Região-PB - IC-000059.2013.13.000/3, IC-000255.2014.13.000/5, IC-000695.2014.13.000/7, IC-000824.2014.13.000/6, IC-000081.2015.13.000/7, IC-000127.2015.13.000/0, IC-000177.2015.13.000/7, IC-000223.2015.13.000/3, IC-000382.2015.13.000/9, IC-000463.2015.13.000/9, IC-001755.2015.13.000/5, IC-000870.2016.13.000/2, IC-000911.2016.13.000/3, IC-001002.2016.13.000/8, IC-001295.2016.13.000/6, IC-001311.2016.13.000/0, IC-001325.2016.13.000/9, IC-001761.2016.13.000/1, IC-001853.2016.13.000/3, IC-001877.2016.13.000/8, IC-000894.2017.13.000/5, IC-000912.2017.13.000/2, IC-001016.2017.13.000/8, IC-001275.2017.13.000/5, IC-001746.2017.13.000/8, IC-000104.2017.13.002/9, IC-000432.2018.13.000/9, IC-000542.2018.13.000/4, IC-001080.2018.13.000/1, IC-001157.2018.13.000/8, IC-001462.2018.13.000/9, IC-001645.2018.13.000/7, IC-000200.2018.13.001/6, IC-000029.2018.13.002/9, NF-000350.2019.13.000/5, NF-000405.2019.13.000/9, NF-000547.2019.13.000/9, NF-000919.2019.13.000/2 - PRT 14ª Região-RO - IC-000248.2010.14.002/3, IC-000383.2012.14.002/4, IC-000233.2014.14.002/5, IC-000612.2015.14.000/3, IC-000273.2015.14.002/7, IC-000038.2016.14.000/2, IC-000050.2016.14.002/2, IC-000281.2016.14.002/4, IC-000183.2017.14.001/3, IC-000224.2017.14.001/4, IC-000176.2017.14.002/3, IC-000188.2018.14.000/2, IC-000188.2018.14.002/6, IC-000076.2019.14.002/3, IC-000163.2019.14.002/2, PP-000233.2019.14.002/9, NF-000304.2019.14.002/1, NF-000314.2019.14.002/9 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-001414.2012.15.000/3, IC-000122.2013.15.004/8, IC-000765.2015.15.006/7, IC-003550.2016.15.000/8, IC-000459.2016.15.002/0, IC-000875.2016.15.002/2, IC-000832.2016.15.006/6, IC-000396.2016.15.008/1, IC-000590.2016.15.008/0, IC-000166.2017.15.000/0, IC-000216.2017.15.000/2, IC-000968.2017.15.000/9, IC-001019.2017.15.000/0, IC-001020.2017.15.000/8, IC-001694.2017.15.000/8, IC-001988.2017.15.000/5, IC-003644.2017.15.000/2, IC-000310.2017.15.001/0, IC-000475.2017.15.002/2, IC-000291.2017.15.005/0, IC-000404.2017.15.006/8, IC-000820.2017.15.008/6, IC-000886.2017.15.008/8, IC-001027.2017.15.008/4, IC-000233.2018.15.000/0, IC-001534.2018.15.000/4, IC-002822.2018.15.000/7, IC-002893.2018.15.000/7, PP-002960.2018.15.000/9, IC-003275.2018.15.000/0, IC-003551.2018.15.000/7, IC-003870.2018.15.000/6, IC-003949.2018.15.000/3, IC-004314.2018.15.000/1, IC-004333.2018.15.000/9, IC-004431.2018.15.000/5, IC-000968.2018.15.001/0, IC-001012.2018.15.001/1, NF-000585.2018.15.002/0, IC-000624.2018.15.002/9, IC-000691.2018.15.002/0, IC-000716.2018.15.002/2, IC-000910.2018.15.002/0, IC-000976.2018.15.002/2, IC-000449.2018.15.003/7, IC-000441.2018.15.005/2, IC-000091.2018.15.006/5, IC-000719.2018.15.006/4, IC-000424.2018.15.007/3, IC-000484.2018.15.007/7, IC-000122.2018.15.008/4, IC-000190.2018.15.008/2, IC-000516.2018.15.008/5, IC-000706.2018.15.008/4, IC-001124.2018.15.008/7, IC-001204.2018.15.008/1, IC-000082.2019.15.000/2, IC-000099.2019.15.000/1, IC-000134.2019.15.000/1, IC-000341.2019.15.000/6, IC-000409.2019.15.000/6, IC-000683.2019.15.000/2, IC-000707.2019.15.000/8, IC-000807.2019.15.000/6, IC-001258.2019.15.000/9, IC-001411.2019.15.000/0, IC-001492.2019.15.000/6, NF-001536.2019.15.000/7, PP-001603.2019.15.000/9, NF-001856.2019.15.000/1, IC-001988.2019.15.000/9, IC-002063.2019.15.000/1, IC-002298.2019.15.000/2, IC-002398.2019.15.000/0, NF-002415.2019.15.000/0, NF-002473.2019.15.000/7, PP-002705.2019.15.000/5, PP-002817.2019.15.000/0, NF-003065.2019.15.000/0, NF-003171.2019.15.000/2, PP-000213.2019.15.001/7, PP-000373.2019.15.001/9, PP-000444.2019.15.001/1, PP-000491.2019.15.001/9, PP-000497.2019.15.001/7, PP-000209.2019.15.002/6, PP-000355.2019.15.002/5, PP-000483.2019.15.002/2, PP-000538.2019.15.002/6, PP-000592.2019.15.002/1, PP-000608.2019.15.002/2, PP-000655.2019.15.002/0, IC-000114.2019.15.003/1, PP-000142.2019.15.003/0, PP-000327.2019.15.003/4, NF-000362.2019.15.003/1, NF-000390.2019.15.003/0, IC-000060.2019.15.005/6, IC-000248.2019.15.005/3, PP-000318.2019.15.005/0, IC-000122.2019.15.006/0, NF-000433.2019.15.006/9, IC-000080.2019.15.007/4, PP-000085.2019.15.007/0, IC-000589.2019.15.008/8, IC-000713.2019.15.008/5, IC-000831.2019.15.008/5 - PRT 16ª Região-MA - IC-000449.2014.16.000/2, IC-000259.2015.16.001/4, IC-001030.2016.16.000/0, IC-000223.2016.16.001/7, IC-000244.2016.16.001/8, IC-000082.2017.16.002/9, IC-000281.2018.16.000/5, IC-000466.2018.16.000/9, IC-001122.2018.16.000/6, IC-000170.2018.16.001/1, IC-000261.2018.16.001/9, IC-000096.2019.16.000/1, IC-000713.2019.16.000/0, NF-000867.2019.16.000/0, PP-000999.2019.16.000/3, NF-001081.2019.16.000/3 - PRT 17ª Região-ES - IC-001134.2012.17.000/0, IC-000190.2013.17.003/0, IC-001224.2014.17.000/5, IC-000402.2015.17.000/2, IC-001425.2015.17.000/7, IC-000301.2015.17.003/2, IC-000211.2016.17.000/0, IC-000516.2016.17.000/6, IC-000777.2016.17.000/2, IC-001229.2016.17.000/6, IC-000039.2017.17.000/9, IC-000936.2017.17.000/6, IC-001263.2017.17.000/0, IC-001282.2017.17.000/8, IC-001526.2017.17.000/3, IC-001627.2017.17.000/6, IC-001699.2017.17.000/1, IC-000148.2017.17.003/5, IC-000406.2017.17.003/8, IC-000306.2018.17.000/8, IC-000751.2018.17.000/5, IC-000787.2018.17.000/5, PP-001287.2018.17.000/7, IC-001337.2018.17.000/2, IC-001564.2018.17.000/0, IC-001566.2018.17.000/0, IC-000222.2018.17.003/3, IC-000246.2018.17.003/3, PP-000324.2019.17.000/2, PP-000501.2019.17.000/5, PP-000641.2019.17.000/2, IC-000035.2019.17.001/8, IC-000003.2019.17.002/2, IC-000023.2019.17.002/6, IC-000034.2019.17.002/1, IC-000051.2019.17.002/6, IC-000119.2019.17.002/7, IC-000127.2019.17.002/1 - PRT 18ª Região-GO - IC-000061.2014.18.001/7, IC-001580.2016.18.000/5, IC-000243.2016.18.001/3, IC-000593.2017.18.000/9, IC-000227.2017.18.001/7, IC-000406.2017.18.002/0, IC-000639.2018.18.000/4, IC-001150.2018.18.000/0, IC-001834.2018.18.000/0, IC-001871.2018.18.000/0, IC-000034.2018.18.001/9, IC-000227.2018.18.001/0, IC-000212.2018.18.002/9, IC-000080.2018.18.003/2, IC-000352.2018.18.003/4, IC-000387.2018.18.003/8, IC-000006.2019.18.000/6, PP-000294.2019.18.000/6, IC-000548.2019.18.000/0, IC-000780.2019.18.000/4, NF-000882.2019.18.000/5, IC-001017.2019.18.000/8, NF-001051.2019.18.000/0, IC-001072.2019.18.000/9, IC-001173.2019.18.000/1, IC-001339.2019.18.000/3, IC-001340.2019.18.000/0, IC-001399.2019.18.000/1, NF-

001568.2019.18.000/1, NF-001570.2019.18.000/4, NF-001597.2019.18.000/5, IC-000124.2019.18.003/1, IC-000225.2019.18.003/6 - PRT 19ª Região-AL - IC-000867.2015.19.000/2, IC-000048.2016.19.000/0, IC-000352.2017.19.000/8, IC-000515.2017.19.000/4, IC-001051.2017.19.000/5, IC-001689.2017.19.000/1, IC-000106.2017.19.001/9, IC-000009.2018.19.000/9, IC-000131.2018.19.000/3, IC-000198.2018.19.000/1, IC-000767.2018.19.000/2, IC-000773.2018.19.000/4, IC-000806.2018.19.000/0, IC-000852.2018.19.000/1, IC-001084.2018.19.000/2, IC-001150.2018.19.000/9, IC-001306.2018.19.000/4, IC-001492.2018.19.000/7, IC-000020.2018.19.001/3, IC-000039.2018.19.001/7, PP-000198.2019.19.000/4, PP-000401.2019.19.000/9, PP-000414.2019.19.000/5, PP-000481.2019.19.000/7, PP-000695.2019.19.000/6, PP-000704.2019.19.000/2, IC-000825.2019.19.000/1, NF-000959.2019.19.000/7, PP-000960.2019.19.000/7, IC-001040.2019.19.000/7, IC-001070.2019.19.000/6, NF-001238.2019.19.000/9, PP-001240.2019.19.000/1, NF-001248.2019.19.000/5, NF-001265.2019.19.000/1, NF-001271.2019.19.000/6, NF-001292.2019.19.000/4, NF-001410.2019.19.000/7, NF-001414.2019.19.000/9, IC-000013.2019.19.001/0, IC-000106.2019.19.001/4, IC-000257.2019.19.001/5, IC-000291.2019.19.001/6 - PRT 20ª Região-SE - IC-001115.2013.20.000/9, IC-001261.2014.20.000/8, IC-001574.2015.20.000/4, IC-002245.2016.20.000/9, IC-002961.2016.20.000/0, IC-000712.2017.20.000/5, IC-000974.2017.20.000/8, IC-001742.2017.20.000/2, IC-001986.2017.20.000/4, IC-000273.2018.20.000/7, IC-000489.2018.20.000/9, IC-000815.2018.20.000/5, IC-000996.2018.20.000/8, IC-001607.2018.20.000/9, IC-001687.2018.20.000/0, PP-000043.2019.20.000/0, IC-000571.2019.20.000/1, IC-000722.2019.20.000/8, IC-001171.2019.20.000/6 - PRT 21ª Região-RN - IC-000791.2013.21.000/7, IC-001410.2015.21.000/5, IC-000807.2016.21.000/6, IC-001509.2016.21.000/7, IC-001495.2017.21.000/7, IC-001708.2017.21.000/8, IC-001933.2017.21.000/4, IC-000029.2017.21.002/4, IC-000176.2018.21.000/9, IC-000180.2018.21.000/8, IC-000632.2018.21.000/5, IC-000963.2018.21.000/8, IC-001331.2018.21.000/1, IC-001376.2018.21.000/4, IC-000149.2018.21.001/4, IC-000180.2018.21.001/6, IC-000113.2018.21.002/2, IC-000026.2019.21.000/8, IC-000344.2019.21.000/3, PP-000359.2019.21.000/2, PP-000367.2019.21.000/7, IC-000544.2019.21.000/0, IC-000669.2019.21.000/4, NF-000970.2019.21.000/9, NF-001083.2019.21.000/4 - PRT 22ª Região-PI - IC-000772.2017.22.000/0, IC-001443.2017.22.000/2, IC-001620.2017.22.000/8, IC-000178.2017.22.001/8, IC-000267.2017.22.001/2, IC-000320.2017.22.001/7, IC-001304.2018.22.000/7, IC-000108.2018.22.001/0, IC-000226.2018.22.001/0, IC-000013.2019.22.000/0, IC-000308.2019.22.000/0, IC-000503.2019.22.000/5, IC-000605.2019.22.000/6, IC-000730.2019.22.000/4, IC-000788.2019.22.000/1, PP-000828.2019.22.000/6, NF-001141.2019.22.000/3, IC-001160.2019.22.000/0 - PRT 23ª Região-MT - IC-001000.2015.23.000/6, IC-000034.2015.23.003/3, IC-000699.2016.23.000/0, IC-000529.2017.23.000/3, IC-000580.2017.23.000/0, IC-001409.2017.23.000/8, IC-000359.2017.23.001/7, IC-000177.2017.23.003/9, IC-000169.2017.23.004/2, IC-000050.2018.23.000/9, IC-000483.2018.23.000/3, IC-000593.2018.23.000/9, IC-000763.2018.23.000/3, IC-000812.2018.23.000/9, IC-000814.2018.23.000/1, IC-000971.2018.23.000/4, IC-001003.2018.23.000/8, IC-000120.2018.23.001/4, IC-000299.2018.23.001/0, IC-000502.2018.23.001/5, IC-000525.2018.23.001/9, IC-000307.2018.23.003/7, IC-000209.2018.23.004/0, IC-000067.2019.23.000/1, IC-000105.2019.23.000/6, PP-000310.2019.23.000/8, IC-000339.2019.23.000/0, IC-000392.2019.23.000/9, NF-000737.2019.23.000/0, NF-000846.2019.23.000/9, IC-000005.2019.23.001/0, IC-000139.2019.23.003/8, NF-000172.2019.23.003/2, NF-000189.2019.23.003/4, NF-000204.2019.23.003/2, IC-000023.2019.23.004/3, IC-000152.2019.23.004/6, NF-000217.2019.23.004/7, NF-000270.2019.23.004/6, NF-000271.2019.23.004/2 - PRT 24ª Região-MS - IC-000682.2014.24.000/3, IC-000176.2015.24.001/1, IC-000017.2016.24.000/1, IC-000927.2017.24.000/4, IC-000196.2017.24.001/1, IC-000125.2017.24.002/2, IC-000941.2018.24.000/3, IC-000983.2018.24.000/5, IC-000032.2018.24.001/0, IC-000072.2018.24.002/3, IC-000131.2018.24.002/7, IC-000006.2019.24.000/9, IC-000231.2019.24.000/1, PP-000405.2019.24.000/1, PP-000028.2019.24.001/9, NF-000150.2019.24.002/8.

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às 17:30 horas.

ANDRÉA ISA RÍPOLI
Coordenadora

ANDRÉ LACERDA
Membro

ILEANA NEIVA MOUSINHO
Membro

SORAYA TABET SOUTO MAIOR
Membro (Suplente)

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS
Secretário

3ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 5 DE DEZEMBRO DE 2019

Hora: 10:00h

Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Comunicados e Assuntos Gerais:

1 - Coordenador(a) da CCR.

2 - Membros da CCR.

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Feitos com Pedido de Vista

Processo PP-000095.2008.09.009/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: MPT - PRT9 - PTM DE CAMPO MOURÃO, INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE PEABIRU - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

II - Recursos administrativos

Processo IC-000322.2018.04.001/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA - ME, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

Processo NF-000324.2019.02.005/2 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: H. M. CLINICA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA, NOTICIANTE: SINTTARESP SINDICATO DOS TECNÓLOGOS, TÉCNICOS E AUXILIARES EM RADIOLOGIA, DIAGNÓSTICO POR IMAGENS E TERAPIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

Processo NF-002187.2019.09.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: BANCO DO BRASIL S/A, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

Processo NF-000416.2019.09.003/7 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: ACADEMIA DINAMICA SUMMER - DOTTI & DOTTI LTDA, NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 9ª REGIÃO/PR - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

Processo PP-000450.2019.09.003/8 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INVESTIGADO: ROVAL AUTO PEÇAS EIRELI, NOTICIANTE: SINDMOTOS - SINDICATO DOS TRABALHADORES CONDUTORES DE VEÍCULOS DO TIPO MOTONETAS, MOTOCICLETAS, BICICLETAS E TRICICLOS MOTORES DE ARAPONGAS E REGIÃO - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

Processo IC-003169.2015.01.000/1 - Assunto: 5.CONATPA - Interessados: INQUIRIDO: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo IC-000219.2017.10.000/7 - Assunto: 3.CONAFRET, 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL - CAU/BR, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000788.2019.02.001/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DO RAMO FINANCEIRO DO GRANDE ABC - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-002559.2019.04.000/5 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: INSTITUTO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO VIDA, NOTICIANTE: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-002206.2019.09.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: MPT - PRT9 - SEDE, NOTICIADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CURITIBA E REGIÃO, NOTICIADO: SINDIPAR - SINDICATO DOS HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO PARANÁ - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000415.2019.09.003/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 9ª REGIÃO/PR, NOTICIADO: J. RAVAGANI - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-001052.2019.19.000/4 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 19ª REGIÃO, NOTICIADO: HELOISA SILVA MENDONCA FERNANDES 05645244419 - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000240.2019.19.001/3 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: FRANKLYN LIMA DA GUIA , NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 19ª REGIÃO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000241.2019.19.001/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: RODRIGUES & ARAGAO MAIS FITNESS LTDA , NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 19ª REGIÃO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000245.2019.19.001/5 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 19ª REGIÃO, NOTICIADO: CROSS R828 - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000249.2019.19.001/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: S. M. DE CARVALHO , NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 19ª REGIÃO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo IC-003456.2019.02.000/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2 ª REGIÃO, INQUIRIDO: SUORT SUMARÉ ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo NF-002310.2019.09.000/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: SINJUSPAR - SINDICATO DOS AGENTES PÚBLICOS FEDERAIS DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO E DOS ÓRGÃOS QUE CONGREGAM AS FUNÇÕES ESTATAIS ESSENCIAIS À JUSTIÇA FEDERAL COMUM E ESPECIALIZADA NO ESTADO DO PARANÁ, NOTICIANTE: JAIR APARECIDO DO NASCIMENTO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo NF-000402.2019.09.003/4 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: HIIT MAIS EMAGRECIMENTO E DEFINIÇÃO EIRELI - ME, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo NF-000147.2019.09.009/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ACADEMIA ARENA FITNESS, NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 9ª REGIÃO/PR - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo NF-000413.2019.12.001/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: BECKER SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA., NOTICIANTE: PATRICIA NORONHA BORGES, NOTICIADO: SITERCOMOC - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS REVENDEDORAS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, SERVIÇOS DE LAVAGEM DE CHAPECÓ, REGIÇAO OESTE E MEIO OESTE DE SANTA CATARINA - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo NF-002758.2019.15.000/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICIPIO DE VALINHOS, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo IC-000907.2019.19.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO, INQUIRIDO: ORGANIZAÇÃO ARNON DE MELLO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo NF-001061.2019.19.000/5 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: ACADEMIA RITMO 10, NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 19ª REGIÃO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo NF-000239.2019.19.001/3 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: CARLOS EDUARDO DA SILVA PERSONAL - ME, NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 19ª REGIÃO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo NF-000246.2019.19.001/1 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 19ª REGIÃO, NOTICIADO: THAIS KARLLA FERREIRA DA SILVA - ME ACADEMIA - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo NF-000250.2019.19.001/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 19ª REGIÃO, NOTICIADO: S JACIANE ALMEIDA LINS - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Processo IC-001410.2018.01.000/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo IC-000383.2018.15.003/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - SINTUSP, INQUIRIDO: USP UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - CAMPUS SAO CARLOS - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-000343.2019.02.005/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: SINTTARESP SINDICATO DOS TECNÓLOGOS, TÉCNICOS E AUXILIARES EM RADIOLOGIA, DIAGNÓSTICO POR IMAGENS E TERAPIA NO ESTADO DE SÃO PAULO, NOTICIADO: TECX PRESTADORA DE SERVIÇOS EM RADIOLOGIA LTDA. - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-001316.2019.05.000/2 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: ASSOCIAÇÃO BAIANA DE SALVAMENTO AQUÁTICO, NOTICIANTE: JOSEVAL DE SOUZA SANTOS - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-000408.2019.09.003/2 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 9ª REGIÃO/PR, NOTICIADO: HIFT - CENTRO DE TREINAMENTO FUNCIONAL LTDA - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo IC-000232.2019.12.000/4 - Assunto: 5.CONATPA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: AGM OPERADORA PORTUARIA LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: GRANEIS IMBITUBA LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: SERRA MORENA CORRETORA LTDA - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-000892.2019.12.000/7 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: DITECH INDUSTRIA DE QUADROS ELETRICOS EIRELI, NOTICIANTE: FABIO JUNIOR KAUFMANN, NOTICIANTE: FERNANDA IZABEL DE AQUINO, NOTICIANTE: GRAZIELE MACHADO, NOTICIANTE: GUILHERME JOSÉ DE JESUS, NOTICIADO: JD INDUSTRIA METALURGICA EIRELI, NOTICIANTE: LUIZ FERNANDO DA LUZ RODRIGUES CORDEIRO, NOTICIADO: LUNARE COMERCIO E SERVICOS DE MONTAGEM DE PAINEIS E QUADROS ELETRICOS EI, NOTICIADO: NAIRA LUCIA DA SILVA, NOTICIADO: RENATEC QUADROS ELETRICOS LTDA, NOTICIADO: RENATO NAIM RECH, NOTICIADO: WENTEC INDUSTRIA DE QUADROS ELETRICOS EIRELI - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo PP-001248.2019.18.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: INVESTIGADO: MUNICIPIO DE GOIÂNIA (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOZES) - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

III - Declínios de atribuições

Processo IC-000119.2019.05.002/3 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE CATOLÂNDIA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000278.2019.09.007/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE PINHÃO, NOTICIANTE: PALMIRA APARECIDA DA SILVA PAINTNER - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000265.2019.23.004/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: EMPRESA MATO-GROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL, NOTICIANTE: TRT 23ª/VARA DO TRABALHO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000917.2019.01.004/0 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE PROTEÇÃO À EDUCAÇÃO - NÚCLEO DUQUE DE CAXIAS, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS, NOTICIADO: MUNICIPIO DE DUQUE DE CAXIAS (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO) - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-006773.2019.02.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: DR. FLAVIO DE OLIVEIRA CAMPOS - SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO S/S LTDA, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE ANÔNIMO) - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-001999.2019.07.000/6 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MUNICÍPIO DE MASSAPÊ - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo NF-000208.2019.23.004/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: ESTADO DE MATO GROSSO, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MARCIA FATIMA COLET - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

IV - Demais Procedimentos para análise revisional

PRT 1ª Região-RJ - IC-001330.2014.01.000/0, IC-004320.2014.01.000/8, IC-000444.2016.01.003/3, IC-001121.2016.01.004/0, IC-007020.2017.01.000/6, IC-000180.2017.01.008/0, IC-000344.2018.01.000/8, IC-001314.2018.01.000/6, PP-001495.2018.01.000/0, IC-004725.2018.01.000/1, IC-005209.2018.01.000/2, IC-005391.2018.01.000/3, IC-000285.2018.01.006/0, IC-001324.2019.01.000/4, IC-001451.2019.01.000/4, PP-003504.2019.01.000/2, NF-005487.2019.01.000/9, IC-000255.2019.01.001/7, IC-000372.2019.01.001/0, IC-000194.2019.01.003/3, NF-001024.2019.01.006/1, IC-003149.2011.01.000/1, IC-002211.2013.01.000/1, IC-001402.2015.01.000/0, IC-001463.2015.01.000/4, IC-002943.2015.01.000/6, IC-005221.2015.01.000/6, IC-004645.2016.01.000/3, IC-000419.2016.01.005/5, IC-000617.2017.01.000/7, IC-001295.2017.01.000/3, IC-002172.2017.01.000/5, IC-005964.2017.01.000/2, IC-000369.2017.01.004/5, PP-000803.2018.01.000/3, IC-001201.2018.01.000/6, IC-004636.2018.01.000/6, IC-005450.2018.01.000/0, IC-006468.2018.01.000/8, IC-000175.2018.01.002/1, IC-001068.2018.01.004/0, PP-001043.2019.01.000/0, PP-002621.2019.01.000/8, NF-002717.2019.01.000/1, NF-003596.2019.01.000/0, IC-003687.2019.01.000/7, IC-003694.2019.01.000/7, NF-004522.2019.01.000/2, NF-005095.2019.01.000/5, NF-005742.2019.01.000/8, IC-000299.2019.01.001/1, IC-000336.2019.01.001/7, NF-000275.2019.01.002/2, NF-000335.2019.01.003/2, IC-000240.2019.01.004/0, NF-000916.2019.01.004/4, NF-000604.2019.01.005/0, IC-000317.2019.01.006/3, NF-000194.2019.01.008/8, IC-000572.2012.01.004/0, IC-000998.2013.01.000/5, IC-000051.2014.01.000/3, IC-001017.2014.01.000/3, IC-001892.2014.01.000/5, IC-002825.2014.01.000/5, IC-001513.2015.01.000/0, IC-004020.2015.01.000/8, IC-005215.2015.01.000/1, IC-000126.2015.01.001/2, IC-002889.2016.01.000/9, IC-004168.2016.01.000/6, IC-005975.2016.01.000/2, IC-000329.2016.01.005/4, IC-000415.2016.01.006/0, IC-000837.2016.01.006/0, IC-000516.2017.01.006/8, IC-000755.2017.01.006/7, IC-000264.2017.01.007/8, IC-000724.2018.01.000/6, IC-000839.2018.01.000/3, IC-001346.2018.01.000/6, IC-002089.2018.01.000/4, IC-002252.2018.01.000/1, IC-003281.2018.01.000/3, PP-004012.2018.01.000/8, IC-004080.2018.01.000/1, IC-004391.2018.01.000/5, IC-004487.2018.01.000/9, IC-004731.2018.01.000/6, IC-004843.2018.01.000/0, NF-005388.2018.01.000/5, IC-000149.2018.01.008/0, IC-000914.2019.01.000/8, IC-000992.2019.01.000/3, IC-001482.2019.01.000/9, PP-002499.2019.01.000/1, IC-002817.2019.01.000/9, IC-002964.2019.01.000/1, NF-004039.2019.01.000/0, PP-004323.2019.01.000/3, NF-005230.2019.01.000/4, NF-005363.2019.01.000/7, NF-000262.2019.01.003/7, NF-000376.2019.01.003/8, NF-001000.2019.01.004/0, IC-003876.2014.01.000/0, IC-002579.2015.01.000/9, IC-005280.2015.01.000/9, IC-000520.2016.01.000/9, PP-006179.2016.01.000/4, IC-000172.2016.01.001/6, IC-002375.2017.01.000/6, IC-001845.2018.01.000/7, IC-002512.2018.01.000/8, IC-003998.2018.01.000/9, IC-004739.2018.01.000/0, NF-005269.2018.01.000/0, IC-000275.2018.01.005/2, NF-001079.2019.01.000/1, IC-003659.2019.01.000/9, IC-003879.2019.01.000/6, NF-004888.2019.01.000/5, NF-005232.2019.01.000/5, IC-000353.2019.01.001/2, NF-000496.2019.01.001/9, NF-000393.2019.01.003/3 - PRT 2ª Região-SP - IC-000235.2017.02.000/8, IC-002762.2018.02.000/5, IC-004514.2018.02.000/6, IC-005916.2018.02.000/4, PP-003416.2019.02.000/3, IC-003453.2019.02.000/2, PP-003556.2019.02.000/6, PP-004117.2019.02.000/5, IC-004123.2019.02.000/0, NF-004588.2019.02.000/4, NF-004793.2019.02.000/8, PP-005446.2019.02.000/9, NF-005916.2019.02.000/6, NF-006497.2019.02.000/4, NF-006600.2019.02.000/3, NF-006678.2019.02.000/1, NF-007014.2019.02.000/6, PP-000048.2019.02.001/9, NF-000923.2019.02.002/2, NF-000643.2019.02.003/3, IC-000396.2013.02.000/5, IC-003169.2015.02.000/2, IC-000379.2017.02.005/5, IC-001228.2018.02.000/8, IC-002085.2018.02.000/3, IC-005824.2018.02.000/2, IC-006158.2018.02.000/0, PP-008522.2018.02.000/4, IC-000993.2018.02.001/0, IC-003356.2019.02.000/1, IC-003681.2019.02.000/5, PP-004409.2019.02.000/1, NF-004866.2019.02.000/2, NF-005958.2019.02.000/2, NF-005996.2019.02.000/7, NF-006105.2019.02.000/4, NF-006395.2019.02.000/6, NF-006530.2019.02.000/5, NF-006606.2019.02.000/6, NF-006646.2019.02.000/1, NF-000559.2019.02.001/9, NF-000788.2019.02.002/1, IC-004348.2013.02.000/3, IC-002551.2015.02.000/3, IC-002599.2017.02.000/6, IC-008804.2017.02.000/2, IC-000096.2017.02.001/8, IC-003725.2018.02.000/4, IC-005591.2018.02.000/9, PP-002656.2019.02.000/5, IC-003383.2019.02.000/4, PP-003947.2019.02.000/4, PP-004759.2019.02.000/5, NF-004792.2019.02.000/2, PP-005333.2019.02.000/9, PP-005468.2019.02.000/2, IC-005602.2019.02.000/6, NF-006063.2019.02.000/4, NF-006134.2019.02.000/8, NF-006890.2019.02.000/5, NF-006999.2019.02.000/1, NF-001017.2019.02.002/0, NF-000526.2019.02.003/0, NF-000120.2019.02.005/0, IC-007209.2017.02.000/8, IC-000955.2017.02.002/1, IC-006246.2018.02.000/0, IC-001254.2019.02.000/7, PP-001882.2019.02.000/9, PP-003304.2019.02.000/9, NF-004747.2019.02.000/8, NF-005812.2019.02.000/7, PP-005980.2019.02.000/8, NF-006903.2019.02.000/1, NF-006935.2019.02.000/1, NF-007056.2019.02.000/2, NF-007063.2019.02.000/2, NF-007251.2019.02.000/0, IC-000520.2019.02.002/0 - PRT 3ª Região-MG - IC-000606.2018.03.002/1, PP-001618.2019.03.000/3, NF-004104.2019.03.000/3, NF-000208.2019.03.008/0, IC-003218.2015.03.000/3, IC-004573.2018.03.000/0, IC-004793.2018.03.000/7, IC-000142.2018.03.001/3, IC-001020.2018.03.002/7, IC-000351.2018.03.006/5, IC-002523.2019.03.000/3, NF-003841.2019.03.000/5, NF-000742.2019.03.002/6, IC-000023.2019.03.004/4, IC-003384.2016.03.000/5, IC-002569.2017.03.000/8, IC-000515.2017.03.001/0, IC-000901.2018.03.002/4, NF-003248.2019.03.000/0, NF-000636.2019.03.001/5, NF-000745.2019.03.001/4, IC-000084.2019.03.002/7, IC-000094.2019.03.005/0, IC-000330.2018.03.001/0, PP-001658.2019.03.000/9, IC-000123.2019.03.001/8, NF-000771.2019.03.001/0 - PRT 4ª Região-RS - IC-002698.2016.04.000/7, IC-000276.2016.04.006/9, IC-000659.2018.04.000/3, IC-004352.2018.04.000/7, IC-000352.2018.04.004/7, IC-000191.2019.04.000/7, PP-002548.2019.04.000/4, IC-000485.2015.04.000/5, IC-004681.2017.04.000/0, IC-000141.2017.04.005/2, IC-001721.2018.04.000/7, IC-002499.2018.04.000/1, IC-004248.2018.04.000/6, IC-000037.2018.04.006/5, PP-000862.2019.04.000/5, IC-001089.2019.04.000/0, PP-001581.2019.04.000/2, IC-001750.2019.04.000/3, NF-001807.2019.04.000/6, IC-002355.2019.04.000/9, IC-000006.2019.04.002/5, IC-000018.2019.04.005/9, IC-000045.2019.04.006/2, IC-000076.2019.04.008/6, IC-000687.2014.04.006/0, IC-000225.2015.04.001/3, IC-004808.2016.04.000/1, IC-002218.2017.04.000/9, IC-003161.2017.04.000/3, IC-004103.2018.04.000/6, IC-000277.2018.04.004/5, IC-000510.2018.04.006/8, IC-000431.2018.04.008/7, PP-002466.2019.04.000/8, NF-002769.2019.04.000/6, NF-002997.2019.04.000/0, NF-000405.2019.04.001/6, IC-000104.2019.04.003/3, IC-000088.2019.04.008/9, IC-000215.2016.04.003/5, IC-003333.2017.04.000/0, IC-004953.2017.04.000/4, IC-000077.2018.04.004/3, IC-001248.2019.04.000/4, NF-001870.2019.04.000/3, IC-002152.2019.04.000/8, PP-002700.2019.04.000/9, NF-000369.2019.04.001/7, IC-000153.2019.04.004/0 - PRT 5ª Região-BA - IC-000090.2016.05.005/6, IC-000092.2018.05.002/2, IC-001876.2019.05.000/7, IC-002891.2017.05.000/7, IC-003250.2017.05.000/0, IC-000527.2018.05.000/6, IC-000534.2018.05.000/4, IC-000380.2018.05.004/2, NF-000568.2019.05.006/0, IC-002915.2017.05.000/5, IC-000181.2017.05.006/1, IC-002607.2018.05.000/0, NF-002233.2019.05.000/0, IC-000176.2019.05.001/7, IC-000023.2019.05.003/8, IC-000058.2019.05.004/0, IC-002164.2018.05.000/5, NF-001354.2019.05.000/7, NF-000264.2019.05.001/5 - PRT 6ª Região-PE - PP-000728.2019.06.000/3, NF-002065.2019.06.000/6, IC-000270.2019.06.002/0, IC-002794.2017.06.000/7, PP-000690.2019.06.000/5, IC-000908.2019.06.000/5, IC-001020.2019.06.000/5, PP-001615.2019.06.000/0, IC-001927.2019.06.000/9, IC-000055.2019.06.001/6, IC-000438.2017.06.000/0, IC-000679.2019.06.000/8, NF-002177.2019.06.000/0, IC-001148.2019.06.000/9, NF-001297.2019.06.000/2, NF-002242.2019.06.000/1 - PRT 7ª Região-CE - IC-002086.2016.07.000/0, IC-000655.2018.07.000/0, IC-001577.2018.07.000/1, IC-000149.2018.07.001/6, IC-000222.2019.07.000/6, NF-001911.2019.07.000/1, IC-000081.2013.07.002/4, IC-001792.2014.07.000/3, IC-000666.2015.07.000/6, IC-001848.2015.07.000/4, IC-000904.2019.07.000/5, NF-001446.2019.07.000/0, NF-001593.2019.07.000/4, NF-001780.2019.07.000/6, NF-001883.2019.07.000/0, NF-001897.2019.07.000/8, NF-001918.2019.07.000/0, IC-001554.2014.07.000/5, IC-002109.2015.07.000/1, IC-000441.2016.07.000/6, IC-000630.2017.07.000/1, IC-001774.2018.07.000/9, IC-000218.2018.07.001/6, NF-000612.2019.07.000/5, NF-000850.2019.07.000/8, PP-001503.2019.07.000/6, NF-002077.2019.07.000/4, IC-000149.2018.07.000/8, NF-000893.2019.07.000/6, PP-001447.2019.07.000/6, PP-001489.2019.07.000/3, NF-002008.2019.07.000/6 - PRT 8ª Região-PA - IC-000991.2018.08.000/7, IC-000489.2019.08.000/2, PP-000510.2019.08.000/2, PP-000537.2019.08.000/1, PP-000578.2019.08.000/7, IC-000118.2019.08.002/2, IC-000533.2016.08.000/8, IC-000198.2017.08.002/5, IC-000029.2017.08.003/2, IC-002012.2018.08.000/8, IC-002031.2018.08.000/5, PP-000525.2019.08.000/1, IC-000915.2019.08.000/7, PP-001040.2019.08.000/0, NF-001434.2019.08.000/4, IC-000318.2017.08.002/0, IC-000646.2018.08.000/8, PP-000543.2019.08.000/3, PP-000560.2019.08.000/9, PP-000583.2019.08.000/2, IC-000697.2019.08.000/3, IC-001139.2019.08.000/0, NF-000203.2019.08.003/2, PP-000506.2019.08.000/3, NF-001268.2019.08.000/0 - PRT 9ª Região-PR - IC-002005.2016.09.000/5, IC-001788.2018.09.000/9, IC-000290.2018.09.008/2, NF-000337.2019.09.003/0, NF-000272.2019.09.007/2, PP-000073.2008.09.009/6, IC-000676.2016.09.001/7, IC-000215.2018.09.000/9, IC-000286.2018.09.000/6, IC-000550.2018.09.001/1, IC-000264.2018.09.007/5, IC-001722.2019.09.000/0, NF-002256.2019.09.000/2, NF-002285.2019.09.000/6, NF-002316.2019.09.000/4, NF-000462.2019.09.001/6, NF-000273.2019.09.006/8, IC-000135.2019.09.007/4, NF-000263.2019.09.007/1, IC-000307.2016.09.001/8, IC-000231.2017.09.003/8, IC-000502.2017.09.003/7, IC-000720.2017.09.003/5, IC-000146.2017.09.008/3, IC-000412.2018.09.001/7, PP-000449.2019.09.000/5, PP-001812.2019.09.000/0, PP-001839.2019.09.000/1, IC-001946.2019.09.000/9, NF-000289.2019.09.007/4, NF-000290.2019.09.007/4, NF-000292.2019.09.007/7, IC-000168.2019.09.009/7, IC-000068.2015.09.001/0, IC-003334.2017.09.000/0, IC-000804.2017.09.001/2, IC-001256.2018.09.000/2, IC-003031.2018.09.000/4, IC-000294.2018.09.003/3, IC-000332.2018.09.005/7, NF-001348.2019.09.000/6, IC-000080.2019.09.007/3, IC-000176.2019.09.008/0, NF-000196.2019.09.010/9, NF-000221.2019.09.010/4 - PRT 10ª Região-DF - IC-000172.2016.10.001/3, IC-001940.2017.10.000/5, IC-000088.2019.10.000/7, PP-001333.2019.10.000/5, NF-002221.2019.10.000/9, IC-002225.2018.10.000/9, IC-002524.2018.10.000/5, IC-000285.2019.10.000/8, PP-000311.2019.10.000/0, PP-000549.2019.10.000/9, PP-001226.2019.10.000/8, NF-001864.2019.10.000/6, NF-001991.2019.10.000/6, NF-002061.2019.10.000/0, NF-000259.2019.10.001/0, NF-000085.2019.10.002/7, IC-002715.2015.10.000/3, IC-001100.2017.10.000/1, IC-000563.2018.10.000/2, IC-001548.2018.10.000/1, PP-003071.2018.10.000/2, IC-000073.2019.10.000/2, IC-000366.2019.10.000/8, IC-000926.2019.10.000/8, IC-000982.2019.10.000/6, NF-001401.2019.10.000/2, IC-001424.2019.10.000/1, IC-001511.2019.10.000/6, PP-001983.2019.10.000/0, NF-002247.2019.10.000/4, IC-001202.2016.10.000/8, IC-001186.2018.10.000/7, IC-001839.2018.10.000/2, IC-000637.2019.10.000/7, PP-001530.2019.10.000/3, NF-001944.2019.10.000/0 - PRT 11ª Região-AM - IC-000926.2018.11.000/6, NF-001114.2019.11.000/1, IC-000639.2013.11.000/4, IC-000789.2018.11.000/2, NF-001128.2019.11.000/0, NF-001214.2019.11.000/9, IC-000100.2017.11.000/5, IC-001289.2018.11.000/9, NF-001025.2019.11.000/6, IC-000945.2019.11.000/7, NF-001100.2019.11.000/3 - PRT 12ª Região-SC - IC-000656.2018.12.000/4, IC-000072.2018.12.004/9, IC-000922.2019.12.000/4, IC-000247.2018.12.000/0, IC-000529.2018.12.001/1, IC-000171.2015.12.003/7, IC-000037.2018.12.002/0, IC-000654.2019.12.000/4, IC-000069.2018.12.001/9, PP-000095.2019.12.004/0, NF-000349.2019.12.005/5 - PRT 13ª Região-PB - IC-000232.2013.13.000/9, IC-001768.2013.13.000/4, IC-000877.2015.13.000/4, IC-001282.2018.13.000/7, IC-000943.2014.13.000/2, IC-001157.2017.13.000/6, IC-000592.2017.13.001/6, IC-001130.2018.13.000/7, IC-001505.2018.13.000/4, IC-000906.2011.13.000/4, IC-000534.2016.13.000/4, NF-000682.2017.13.000/9, IC-000063.2018.13.000/6, IC-000081.2018.13.000/8, IC-000935.2018.13.000/9, PP-000163.2019.13.001/3, IC-001211.2013.13.000/8, IC-001017.2018.13.000/5, IC-000239.2019.13.000/0, PP-000261.2019.13.000/0, IC-000206.2019.13.001/7 - PRT 14ª Região-RO - IC-000222.2017.14.002/0, IC-000019.2019.14.002/6, IC-000834.2015.14.000/7, NF-000261.2019.14.002/8, IC-000208.2013.14.000/6, IC-000923.2015.14.000/1 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-000622.2018.15.002/6, IC-000428.2018.15.005/2, IC-000433.2018.15.005/8, IC-000718.2019.15.000/1, IC-001260.2019.15.000/1, PP-002456.2019.15.000/0, NF-003262.2019.15.000/9, NF-003335.2019.15.000/3, NF-003341.2019.15.000/8, PP-000417.2019.15.001/9, IC-000160.2019.15.003/2, IC-000125.2019.15.004/3, IC-000352.2019.15.006/9, IC-000028.2019.15.007/3, PP-000158.2019.15.007/9, IC-003943.2018.15.000/0, IC-000928.2018.15.002/9, PP-001052.2018.15.002/4, IC-000082.2018.15.004/2, IC-000493.2018.15.008/6, IC-001844.2019.15.000/4, NF-003324.2019.15.000/1, NF-000969.2019.15.002/7, PP-000403.2019.15.007/5, NF-001073.2019.15.008/8, IC-001849.2012.15.000/9, IC-000997.2017.15.001/2, PP-004104.2018.15.000/0, IC-000685.2018.15.006/1, IC-000154.2019.15.000/6, IC-000568.2019.15.000/1, PP-000678.2019.15.000/7, PP-000798.2019.15.002/6, NF-000892.2019.15.002/6, NF-000359.2019.15.003/9, IC-000221.2019.15.005/4, NF-000459.2019.15.005/3, IC-000040.2019.15.007/1, NF-000511.2019.15.007/8, IC-001549.2018.15.000/8, NF-002793.2019.15.000/1, NF-000872.2019.15.002/1, NF-000386.2019.15.003/1, IC-000334.2019.15.005/9 - PRT 16ª Região-MA - NF-000987.2019.16.000/3, NF-001016.2019.16.000/6, NF-001075.2019.16.000/9, IC-000239.2016.16.001/2, IC-000331.2017.16.001/2, IC-001090.2018.16.000/2, IC-000174.2018.16.001/7, IC-000289.2019.16.000/9, NF-000894.2019.16.000/3, NF-001015.2019.16.000/0, NF-001036.2019.16.000/9, NF-001051.2019.16.000/4, NF-001095.2019.16.000/1, NF-001155.2019.16.000/3, NF-000157.2019.16.002/2, IC-000028.2016.16.002/0, IC-000015.2017.16.002/3, NF-000800.2019.16.000/2, NF-001108.2019.16.000/8, NF-000163.2019.16.002/4 - PRT 17ª Região-ES - IC-001140.2018.17.000/6, PP-001571.2018.17.000/0, IC-000243.2017.17.001/5, IC-000772.2018.17.000/6, IC-001605.2018.17.000/4, IC-000635.2014.17.000/7, IC-000715.2018.17.000/1, IC-000719.2018.17.000/7, IC-001085.2018.17.000/1, PP-000228.2019.17.000/0, NF-001231.2019.17.000/4, IC-000526.2018.17.000/9, NF-000820.2019.17.000/8 - PRT 18ª Região-GO - IC-001116.2018.18.000/8, IC-001241.2018.18.000/7, IC-001623.2018.18.000/4, IC-001856.2018.18.000/4, IC-000163.2018.18.002/3, IC-000534.2019.18.000/7, NF-001224.2019.18.000/2, NF-001307.2019.18.000/3, IC-001070.2013.18.000/7, IC-001040.2016.18.000/3, IC-000795.2018.18.000/0, IC-000942.2018.18.000/1, IC-001007.2018.18.000/0, IC-001148.2018.18.000/8, IC-000356.2018.18.002/1, IC-000030.2019.18.000/2, IC-000199.2019.18.000/0, NF-000458.2019.18.000/9, NF-001169.2019.18.000/8, NF-001227.2019.18.000/9, NF-001289.2019.18.000/8, NF-001315.2019.18.000/9, NF-

001429.2019.18.000/4, NF-001497.2019.18.000/8, NF-001683.2019.18.000/4, IC-000173.2019.18.003/1, IC-000442.2013.18.000/7, IC-001234.2017.18.000/5, IC-000367.2019.18.000/1, IC-000779.2019.18.000/4, NF-001126.2019.18.000/6, NF-001154.2019.18.000/4, NF-001243.2019.18.000/0, NF-001257.2019.18.000/8, NF-001301.2019.18.000/0, IC-001416.2019.18.000/1, NF-001442.2019.18.000/9, NF-001659.2019.18.000/8, IC-000162.2017.18.002/4, IC-000161.2018.18.001/2, NF-000937.2019.18.000/9, NF-000997.2019.18.000/2, IC-001142.2019.18.000/7, NF-001206.2019.18.000/0, NF-001381.2019.18.000/1, NF-001687.2019.18.000/6, IC-000014.2019.18.002/7 - PRT 19ª Região-AL - IC-000274.2016.19.001/2, IC-001039.2018.19.000/8, IC-000463.2016.19.000/7, IC-000584.2018.19.000/1, PP-000200.2018.19.001/1, IC-000259.2019.19.000/0, IC-000425.2019.19.000/9, IC-001101.2019.19.000/4, IC-001249.2019.19.000/0, IC-000205.2019.19.001/6, IC-001413.2017.19.000/0, IC-000427.2018.19.000/9, IC-001385.2018.19.000/0, PP-000559.2019.19.000/4, PP-001035.2019.19.000/8, IC-001050.2019.19.000/3, NF-001262.2019.19.000/5, NF-001515.2019.19.000/1, IC-000880.2018.19.000/0, IC-001539.2018.19.000/4, PP-000966.2019.19.000/5, IC-001209.2019.19.000/5 - PRT 20ª Região-SE - IC-001040.2019.20.000/4, IC-002681.2016.20.000/1, IC-001871.2018.20.000/5, IC-001327.2017.20.000/8, IC-001256.2018.20.000/6, IC-001606.2018.20.000/3, NF-001234.2019.20.000/4, IC-001519.2018.20.000/9, NF-001011.2019.20.000/0 - PRT 21ª Região-RN - IC-000912.2016.21.000/0, PP-000581.2019.21.000/0, NF-000362.2018.21.000/2, IC-000122.2019.21.001/8, IC-000184.2017.21.002/7, IC-000090.2018.21.002/0, IC-000029.2019.21.002/1, PP-000592.2019.21.000/3 - PRT 22ª Região-PI - IC-000264.2018.22.001/6, IC-000200.2019.22.000/1, IC-000279.2019.22.000/0, IC-001242.2019.22.000/6, NF-001379.2019.22.000/0, IC-000137.2019.22.001/8, IC-001292.2017.22.000/4, NF-001378.2019.22.000/5, NF-001443.2019.22.000/6, IC-000019.2019.22.001/4, NF-000169.2019.22.001/2, IC-001053.2016.22.000/8, IC-001553.2016.22.000/4, IC-000502.2019.22.000/9, IC-000994.2018.22.000/7 - PRT 23ª Região-MT - IC-000535.2019.23.000/0, IC-000038.2019.23.002/6, IC-000981.2016.23.000/6, IC-000153.2018.23.001/5, IC-000027.2019.23.002/0, IC-000090.2018.23.000/1, IC-000160.2018.23.000/5, IC-000787.2018.23.000/3, IC-001259.2017.23.000/5, NF-000842.2019.23.000/3, NF-000298.2019.23.004/1 - PRT 24ª Região-MS - PP-000632.2019.24.000/0, NF-000168.2019.24.002/6, IC-000392.2013.24.000/3, NF-000199.2019.24.002/4, PP-000492.2019.24.000/8, PP-000079.2019.24.000/6.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

SANDRA LIA SIMÓN
Coordenadora da 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão

Tribunal de Contas da União

2ª CÂMARA

ATA Nº 43, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019
(Sessão Ordinária da 2ª Câmara)

Presidente: Ministra Ana Arraes
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas, a Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho, bem como do Representante do Ministério Público Subrocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 42 referente à Sessão Ordinária realizada em 19 de novembro de 2019.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-023.177/2018-7, TC-028.478/2014-2 e TC-028.517/2014-8, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-031.312/2019-5, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz. Este processo foi excluído de pauta para a análise das questões levantadas pelo Ministro Raimundo Carreiro em sua Declaração de Voto

TC-027.786/2019-6, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;

TC-011.575/2016-6, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo. Retirado de pauta por sugestão do Ministro Raimundo Carreiro.

TC-028.985/2019-2, TC-030.634/2019-9, TC-030.672/2019-8, TC-031.333/2019-2, TC-031.349/2019-6, TC-034.158/2017-0 e TC-036.707/2018-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-014.974/2003-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, o Dr. Riod Barbosa Ayoub - OAB/MA nº 3.832, apresentou sustentação oral em nome de Riod Ayoub Jorge.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 12706 a 13048:

RELAÇÃO Nº 36/2019 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 12706/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º, 2º e 5º do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de aposentadoria (primeira alteração) de Andrelina Teles Alves (CPF: 049.954.145-68), (Sisac nº 10802568-04-2013-000020-7), e em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria (segunda alteração) de Andrelina Teles Alves (CPF: 049.954.145-68), (Sisac nº 10802568-04-2015-000081-4), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.217/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Andrelina Teles Alves (049.954.145-68).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12707/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.454/2019-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Luis Gomes Silva (145.529.651-15); Marcos Antonio Uchoa (036.487.703-06); Maria Raimunda Veras Sa (191.326.033-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinta)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12708/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.470/2019-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adaizes Soares Prado (043.319.312-34); Adroaldo Davila (013.903.922-87); Jose Alberto Saraiva (026.675.682-49); Maria Socorro Alves (216.328.802-10); Valdecildes Marques Zuany (124.286.712-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12709/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.518/2019-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Maria Luiza Eugenio Silva (052.098.857-47); Raquel Lopes da Silva (349.863.757-68)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Federal de Bonsucesso
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12710/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria de Reinã Silva dos Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.526/2019-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Reinã Silva dos Santos (486.267.245-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12711/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria de Evany Gomes de Matos Mendonça, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.543/2019-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Evany Gomes de Matos Mendonça (003.965.594-68);
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12712/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.975/2016-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Gonçalves de Lima (045.346.465-34); Eriberto Fausto Caetano (038.419.955-00); José Ribamar Siqueira (052.306.085-87); Naum de Araujo (055.039.145-20).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12713/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.052/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Jaqueline Brandao Mazzola (365.070.448-06); Kelli Buosi (371.432.248-55); Laiz Natally Costa Tavore (435.560.878-63); Nathalia Polizel de Oliveira Fujino (344.928.738-99); Taymara Teixeira de Almeida (126.067.687-01).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12714/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.539/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Sousa dos Santos (040.164.493-67); Allana Raphaela dos Santos Cardoso (849.541.082-68); Ana Paula Cicci de Castro Coutinho (067.976.046-64); Ana Paula Rodrigues da Silva (230.226.118-62); Claudia Maria da Silva (882.549.504-82); Dayana Martins Sobral (169.663.637-07); Flavia Valerio da Silva (093.440.057-10); Ilma Pinheiro Souza (067.555.354-78); Lusiane Maria da Silva (019.463.784-02); Nabor Bezerra de Moura Júnior (840.170.663-72); Raquel Borges Rodrigues Naziazeno (012.514.942-50); Ricardo Sousa Santos (016.298.031-03); Roberto de Sousa Aleixo (609.073.472-15).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12715/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Rafaela Coutinho da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.662/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Rafaela Coutinho da Silva (000.932.532-81)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando da Aeronáutica (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12716/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.804/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Brendon Henrique de Paula Salles (086.838.276-07); Kallyfe Morais Jacome (142.851.086-90); Thaynan Jeferson Soares Miranda (139.889.796-51)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando da Aeronáutica (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12717/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Paulo Afonso Gonzalez Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.837/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Paulo Afonso Gonzalez Santos (089.890.337-80)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12718/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.907/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Henrique Nascimento Neto (089.282.466-28); Marcilio Vieira Costa Santos (039.167.214-29); Marcus Setally Azevedo Macena (053.417.254-76); Renata Loureiro Laborne Borges (110.809.057-58); Ricardo da Silva Belarmino (073.150.617-03); Roberta Amador de Abreu (012.537.144-60); Rodrigo Mota de Oliveira (019.455.145-82); Thiago Cavalcanti Vila Nova de Araujo (046.675.504-06); Wellington Cavalcanti de Araujo (486.486.984-72)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12719/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Wellington Pereira Brito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.973/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Wellington Pereira Brito (029.267.041-94)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12720/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Deborah Lucia Lima da Costa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.115/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Deborah Lucia Lima da Costa (939.115.642-87)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando da Aeronáutica (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12721/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.120/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Brenda Tatiana Pinheiro de Almeida (726.276.381-49); Hellen Priscilla Marinho Cavalcante (053.516.044-50); Luiz Felipe Galdino Sallaberry (036.235.881-80); Monise Jaquetto Canal (222.629.238-17); Sabrina Martins Magno Santos (036.701.831-40)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12722/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.133/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alan de Gois dos Santos (042.098.125-01); Joseane Aparecida Oliveira Rodrigues (084.681.276-20); Rafael Oliveira Duarte (019.343.151-33)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12723/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.485/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Henrique Goncalves da Fonseca (037.115.737-46); Cristiano de Souza Pereira (099.307.317-41); Eric da Silva Moura (119.558.467-90); Glaucia Teixeira da Silva (121.407.867-26); Jenelson dos Santos (351.430.958-24); Jhonatan da Silva Linhares (137.801.997-00); Jose Luiz Medeiros da Silva (841.861.357-20); Lucas Ulysses Ferreira da Cruz (151.135.927-73); Marcelo Batista de Oliveira (005.493.727-25); Victor Hugo Ferreira Leonardo (087.164.337-50)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando do Exército (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12724/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.797/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jeisianne Carvalho Pereira da Silva (842.539.243-87); Jene Mileide da Silva (020.242.295-06); Jenisson Oliveira Conceicao (876.915.155-53); Jeorge de Jesus Silva (016.798.083-11); Jeremias Eugenio da Silva (056.788.484-88); Jeremy Araujo Lira de Oliveira (035.864.094-60); Jerffson Djavan Duarte de Souza (052.017.814-97); Jessica Karina da Silva Maciel (067.149.344-24); Jessica Pereira Nunes (022.715.495-90); Jessyca dos Reis Celestino (948.444.612-49)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12725/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.649/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alex Severo de Almeida (913.013.355-68); Carolina Tobias Retes Mayr (045.982.776-61); Flavio Vieira de Souza (081.463.847-30)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12726/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de admissão de pessoal de Vastir Maria Marinho Ferreira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.293/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Vastir Maria Marinho Ferreira (412.759.342-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12727/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.297/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Giselle Maria Mousinho da Costa e Silva (638.345.962-72); Gustavo Francesco de Morais Dias (001.696.642-28); Myriam Galvao Neves (987.771.222-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12728/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Rosana Serpa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.595/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rosana Serpa (004.294.050-81)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12729/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.615/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonia Karolina Bento Pereira (016.761.624-29); Cinthya Maria Pereira de Souza (063.875.134-99); Dasaiev Monteiro Dutra (013.172.984-54); Eduardo Morais de Medeiros (067.788.594-66); Hewerton Alves da Silva (045.012.994-28); Jose Givanildo da Silva (082.359.874-81); Josedite Saraiva de Souza (075.243.857-30); Larissa Martins de Almeida (023.346.145-05); Raquel de Negreiros Moreira Silva (051.060.724-17); Vitor Leao Santana (045.931.655-98)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12730/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Rivadavio Fernandes Batista de Amorim, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.621/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rivadavio Fernandes Batista de Amorim (765.970.831-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12731/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 4º da IN 78/2018, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.281/2019-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Aline Pereira da Silva (078.089.227-57); Barbara Aparecida de Menezes (408.252.301-44); Claudia Cristina Avelar Leite (566.889.200-00); Cristiane de Figueiredo Lira (996.058.307-44); Elaine Avelar Leite (082.952.897-05); Eurice Ferreira de Santana (074.885.827-05); Nilda Gomes da Silva (532.721.027-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando da Marinha (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 34/2019 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 12732/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.287/2019-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Felipe Xavier Felicio (005.303.369-87); Luci Ines Lucietti (432.478.739-53); Luci Ines Lucietti (432.478.739-53); Valmir Censi (245.952.769-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12733/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.761/2019-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claudia Rosane Schwarz (545.520.280-49); Enedir Maria Mendes (085.215.901-30); Hercules Martins Leite (145.795.531-87); Jayme Collares Neto (703.325.417-20); Paulo Cesar Lopes de Oliveira (114.429.721-49)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12734/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.065/2019-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Caetano Fachini (155.626.549-20); Darlene Polimene Caires (283.031.052-72); Eduardo Bandeira Braga (585.896.190-87); Umberto Grillo (002.639.749-87); Zulma Costa da Rocha (521.164.689-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12735/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.282/2019-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco de Assis Santos (102.041.561-49); Hiran Barbosa de Neiva e Silva (152.553.363-00); Joao Agostinho do Nascimento (131.843.263-49); Manoel Jose da Silva Trindade (072.846.321-00); Maria de Lourdes Sousa de Oliveira (199.692.953-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12736/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.371/2019-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claudinei Soares Cardoso (269.599.680-20); Joao Paulo Voltan Adamoli (336.644.120-87); Jose Franklin Silveira (338.011.850-87); Maria Thereza Rosa Ribeiro (168.237.530-72); Sergio Silva da Silva (288.964.750-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12737/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.390/2019-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Helena Pullen Sousa (214.374.401-34); Maria Jose Fernandes Mendonca (225.787.061-15); Maria de Fatima Andrade Cerceau (264.479.166-91); Miguelina Cardoso da Silva (143.425.701-06); Valeria Cristina da Silva Aguiar (477.724.331-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12738/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.085/2019-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Raquel Francelina Mariano da Rocha Bandeira de Mello (163.709.370-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12739/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU.

1. Processo TC-026.555/2012-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Tadeu de Brito (101.259.731-87)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12740/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.464/2019-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lutero Fernandes do Nascimento (197.385.284-53)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12741/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.886/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcos Ramalho da Fonseca (070.217.804-78)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: Sancha Maria Formiga Cavalcante e Rodovalho de Alencar (13237/OAB-PB) e outros, representando Marcos Antonio Ramalho da Fonseca.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12742/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.298/2019-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Cleide Vasconcelos de Sousa (218.548.743-49); Jose Hamilton Pereira de Araújo (107.062.673-20); José Augusto Rodrigues Teixeira (093.898.493-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12743/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.354/2019-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Ibare Costa Dantas (002.495.215-04); Jose dos Santos (038.391.175-34); Juarez Andrade Prado (002.594.465-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12744/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.449/2019-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Natanael Victor de Oliveira (080.549.324-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12745/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão referentes aos interessados identificados no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.536/2019-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Neuza Luiza dos Santos (008.486.036-72); Nylcea Landre Romanelli (156.227.706-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12746/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão referentes aos interessados identificados no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.550/2019-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lourdes Corina Abreu Lima da Rosa (138.674.900-15); Maria Ivone de Mello (292.704.720-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.3.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12747/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, fazendo-se as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.916/2019-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Luiza Liva (722.942.648-00); Maria Luiza Liva (722.942.648-00); Messias Angelo Feola (025.671.058-91); Milton Shoji Tamura (813.114.788-68); Rosa Lucia Ciamariconi (825.154.848-91); Vilma Carvalho de Carvalho (971.633.928-34); Wadi Buzalaf (054.323.408-87)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal dos atos no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 12748/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.092/2019-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao Santana Gama (092.367.754-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12749/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.808/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elias Fernandes Costa Junior (013.483.853-08); Heitor Silva Chaves (053.792.343-80); Joilson Silva Lima (946.149.893-49); Mariana de Souza Oliveira (019.041.445-60)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12750/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.453/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Flavio Jose Nogueira Coelho (054.687.636-64); Flavio Pinto Bolliger (036.879.548-97); Flavio Rezende Cunha (077.545.066-96); Flavio Roberto Schuler de Oliveira (028.115.209-88); Flavio Seiti Ogawa (049.477.219-01); Flavio da Silva Carneiro (007.688.425-22); Francisco Chagas dos Santos Filho (152.332.158-02); Francisco Jorge de Oliveira Brito (537.448.105-34); Francisco das Chagas Freitas Silva Rego (644.513.053-49); Francisco das Chagas Silva de Assis (800.352.561-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12751/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.274/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felipe Cesar Michna (005.907.319-55); Felipe de Andrade Sa (089.574.764-23); Felipe de Mello Castanho Maculan (353.024.428-76); Felipe de Souza Pinto (737.271.991-72)
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12752/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em determinar o retorno à unidade técnica para que promova diligência à Universidade Federal do Pará com vistas a apurar a legalidade da acumulação de cargos da sra. Marcia Athayde Moreira (392.151.302-25), nos termos do parecer do Ministério Público junto ao TCU; e considerar legais para fins de registro os demais atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.192/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabiola Fernandes Costa (642.980.272-87); Marcia Athayde Moreira (392.151.302-25); Paulo Italo Moreira da Silva (978.509.342-53); Tereza Cristina Monteiro Gurjao (886.732.432-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12753/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.074/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carla Quintanilha Reis Guimaraes (139.522.127-84); Isabella Albuquerque Pinto Rebello (122.721.987-32); Marielle Tavares de Oliveira (127.580.027-01); Patricia Motta Yoshino (124.112.327-64)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12754/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.149/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Mariano Batista (029.493.994-60); Bruno Angelo de Arruda (074.908.414-61); Daniele Regina Parizotto (033.687.029-98); Eder Galinari Ferreira (044.967.706-01); Jose Dijair Antonino de Souza Junior (041.436.964-52); Leandro Nunes Mariano (074.743.124-84); Paloma Pereira Borba Pedrosa (002.282.024-85)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12755/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.463/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Claudia Moraes Ramos (696.593.970-20); Andressa Steffen Barbosa (010.112.329-95); Ani Carla Marchesan (989.356.070-53); Anna Carla Luz Lisboa (716.542.759-72); Claudemir Osmar da Silva (004.463.339-48); Cristian Souza (053.432.559-90); Cristiano Mezzaroba (743.436.450-53); Daniel Alberti Perez (301.923.628-28); Daniela Bunn (024.357.859-84); Denise Aparecida Moser (652.604.739-49); Evandro Oliveira de Brito (133.529.068-07); Flavia Tiago Trajano dos Santos (679.003.132-49); Gustavo Felisberto Valente (066.361.399-00); Harley Almeida Soares da Silva (054.357.239-06); Jerzy Andre Brzozowski (040.516.469-63); Liziane Perez Machado (008.522.470-79); Maria Elisa Magri (044.011.369-50); Mariligia de Araujo (582.015.809-15); Pericles da Silva Godinho (691.378.200-44); Vivian de Souza Menegassi (027.335.739-50)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12756/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.501/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Araceli Maria de Lima Santos (054.225.164-78); Claudio Jose da Silva (229.883.786-49); Geisa Maria Oliveira Pinheiro (998.576.345-91); Guilherme Oliveira Firmino (083.533.774-03); Helen Cristiane Mielke (816.744.490-20); Izabel Cristina Medeiros de Oliveira (058.228.754-59); José Wilker Bezerra Bilio (005.658.023-13); Maira Andrade de Siqueira (025.776.854-83); Manuela Veiga Dias Rocha (993.344.103-53); Paulo Cezar Pereira Marques (894.529.502-00)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12757/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.527/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Victor Varela Ferreira Medeiros de Oliveira (069.651.074-05)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12758/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.539/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Tabata Rejane Bertazzo (351.998.418-07)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando da Marinha (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12759/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.581/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camila Calhau Andrade Reis (033.403.725-51); Carolina Bessa Ferreira de Oliveira (070.783.646-86); David Santos Fonseca (978.467.086-00); Enio Rodrigues da Silva (910.002.626-34); Gesse Almeida Araujo (015.450.465-30); Joeldo Pereira Santos (005.249.895-67); Maria Luiza Caires Comper (830.635.015-49); Mydia Falcao Freitas (066.083.409-07); Peolla Paula Stein (370.749.148-00); Tassio Ferreira Santana (033.587.605-61)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul da Bahia

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12760/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.598/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Claudia Rodrigues de Sousa (019.092.724-00); Damiana Souza Assis dos Santos (142.826.825-15); Everton Dantas Pereira (010.802.735-06); Juacicleia Araujo Barbosa (008.976.294-00); Sandra Maria Gomes de Sousa (626.659.103-06); Sara Rodrigues Andrade (421.052.503-00); Valeria Pessoa de Carvalho (021.105.514-02)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12761/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.616/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gleydnara de Carvalho Franca Grasel (002.802.411-78); Jozanes Assuncao Nunes (406.618.731-53); Leonardo Alexandre Santiago (055.030.366-97); Micheli Fanalli Magalhaes (861.722.471-15)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12762/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.621/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anne Jurkiewicz Melo (054.239.007-86); Joana D Arc de Araujo (056.448.067-31); Julia Gomes Pereira Maurmo (051.302.766-12); Renato de Queiroz Machado (221.453.478-44)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12763/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.670/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gilmar de Souza Franco (721.341.276-00); Priscila Caroline Albuquerque da Silva (041.988.024-08)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando da Marinha (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12764/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.719/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Davi Bovolenta (339.177.888-10); Diego Herve (093.348.537-94); Karla Guimaraes Drummond (078.587.477-11); Mariana Politti Manzatto (356.972.728-98)

1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12765/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.733/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ailton da Silva Brito (004.413.622-65)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12766/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.770/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Laura Plazas Tovar (232.423.938-80)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12767/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.817/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre da Silva Ramos (087.056.996-14); Bruno Novelino Vittoretto (074.622.366-80); Fran de Oliveira Alavina (024.329.813-75); Hellen Pinto Ferreira Deckers (009.158.966-56); Jose Leonardo Ferreira (005.523.516-60); Juliana Fonseca Oliveira (100.590.516-98); Luciano Casali Santos (067.713.466-50); Patricia Kely da Silva Reis (057.270.056-39); Rubia de Cassia Alves Farias Miranda (045.881.876-35); Sabrina Pinheiro Tsopanoglou (264.388.748-41)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12768/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.831/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Hanlery Stephanny dos Santos (026.410.851-51); Thaty Annie Barreto Tavares de Souza (613.039.685-68)
1.2. Órgão/Entidade: Telecomunicações Brasileiras S.A.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12769/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.857/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cleber Oliveira de Almeida (023.592.250-14); Matheus Antunes Monteiro (036.556.071-56)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12770/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.911/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Breno Ricelly Avila Pinheiro (414.839.602-34); Bruna Andrade Medeiros (008.675.904-32); Danilo de Carvalho Rego (672.092.623-34); Eleonor Fiqueni (032.871.222-15); Joyce Emily Amaro dos Santos Silva Carlos (071.125.444-32); Marcela de Miranda Saldanha (113.327.057-31); Michelle Rocha Diniz (035.299.644-76); Thaise de Abreu Brasileiro Sarmento (066.638.804-03)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12771/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.013/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Hugo David Goncalves (022.333.811-73)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12772/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.020/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cintia Maria de Jesus Ferreira (090.166.827-32); Ellen Suylan Gama Silva (096.897.754-56); Ingrid Catharine Costa de Sant Ana (023.750.295-00); Jaime Emanuel Brito Araujo (069.765.294-70); Janaina Andre Penaranda (001.237.021-51); Ligia Barros Cavalcanti Costa (018.820.535-75); Rebeca Nicacio Tavares da Costa (013.653.224-16); Sergio Lobato Franca (934.956.762-87); Vanderlei dos Santos Silva (002.580.102-31)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12773/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.026/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danilo Oliveira e Silva (018.176.861-51); Eduardo Pereira Resende (025.168.511-03); Gilmar Vieira Freitas (052.376.736-60); Gleusa Grigorio dos Santos (007.649.881-66); Janaina Cristina de Jesus (469.883.001-04); Junio Cesar Ferreira Silva (838.867.021-20); Renata Crispim Batista (014.672.051-25); Renato Jose Santana (509.540.241-68); Valicia Ferreira Gomes (702.922.641-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12774/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.074/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisco Wilker Mustafa Gomes Muniz (031.573.973-89); Jeferson de Mello Reichow (012.490.540-44); Maristel Carrilho da Rocha Tunas (724.245.240-68); Tatiane Bilhalva Fogaca (883.382.070-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12775/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.076/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anderson Carvalho (023.793.444-26); Andrezza Carolina Souza Bernardino (370.413.738-35); Emanuelle Noberto Moraes de Santana (062.571.644-27); Gabriela Ferreira de Arruda Carmo (073.453.614-38)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12776/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.125/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: James Leao de Araujo (323.880.982-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12777/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.150/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Diego Guedes Barreto (036.649.111-30)
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Justiça
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12778/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.371/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ailton Wolff Santos (010.201.983-54); Carlos Maciel Barros Rosa (922.345.263-53); Dina Karla Placido Nascimento (017.738.173-61); Ellan Rodrigo Monteiro Paes Fernandes (923.468.982-87); Jose de Arimatea de Sousa (349.294.953-34); Marcos Lopes Carlos (027.017.143-62); Neila Matias de Souza (008.022.623-09); Pablo Melquisedeque Souza e Silva (080.599.024-07); Thiago Allisson Ribeiro da Silva (600.052.173-18)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12779/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.039/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio de Padua de Assis (593.973.497-91); Lilian Gonçalves Serrenho (591.281.867-53); Magda Stella Gomes de Oliveira (771.129.977-04); Rodrigo Farah Purger (015.877.767-07); Virginia Santos Botelho (436.744.617-49)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto)

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12780/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.803/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joao Marcos Rodrigues Santos (002.378.675-24); Joao Paulo de Souza Pontual (041.200.074-13); Joao Pedro Jungers Mello Junior (152.762.398-00); Joao Setubal Andradde (967.997.905-97); Joaquim Gomes de Araujo Bedor (780.903.504-53); Joaquim Mota Vargas (572.348.687-04); Jocebe Campos da Costa (278.526.103-82); Jocilma de Kassia Silva Freitas (666.059.203-25); Joel Cosmo (030.841.157-96); Joel Nicolau Nogueira Nunes Junior (965.041.613-72)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12781/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.884/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marlizia Claudia Silva Santos (930.248.945-00); Marlucia Silva de Oliveira (922.517.813-15); Marly Santiago de Araujo (596.060.884-72); Marnio Passinho Pires (720.180.382-49); Marques Henrique Martins Feitosa (005.294.323-23); Marta Barros Leite de Oliveira (030.140.424-04); Marta Bezerra de Araujo (068.910.904-07); Marta Cleide Santos de Lima (013.694.574-05); Martha Luiza da Silva Nunes Viana (032.606.331-54); Mateus da Rocha Rodrigues (007.365.360-86)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12782/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.899/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nuria Fernanda Cunha Garcia Fonseca (921.777.193-72); Olenivia Patricia Barbosa (641.295.783-91); Oliver Alexandrino de Andrade (017.625.803-57); Olivia Maria Mendes Novais (009.523.143-98); Olivia Raquel Pereira de Souza (663.686.693-49); Olivino Reis Filho (000.310.843-03); Orange da Silva Batista (493.014.972-04); Orcina Fernandes Duarte Joviliano (616.532.174-72); Osmar de Araujo Junior (596.796.114-34); Osvaldo de Lima Souza (804.973.064-68)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12783/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.024/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Mario Hiroki Kohara (089.685.988-60)

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12784/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.082/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Joseleide Pereira da Silva (522.522.722-87)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima - MEC

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12785/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.114/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joel Pons da Rosa Junior (935.716.230-53); Miguel Angelo Dutra Sartor (010.733.010-52); Vicenzo da Cruz Piccoli (937.097.300-15)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12786/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.197/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Débora Cristina Daenecke (018.418.060-05); Marcia Regina Rosa Scalcon (001.736.340-36)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12787/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.254/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dhyonatas Lopes de Macedo (035.894.301-92); Julio Cesar dos Santos da Rosa (005.054.181-18)

1.2. Órgão/Entidade: Conselho da Justiça Federal

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12788/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.675/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alex Mororo Monte (793.037.655-91); Camila Yoshida Salomao (274.897.308-99); Carlos Eduardo Picchi Daltozo (152.790.518-70); Enio Kasper (022.339.929-97); Gabriel Gerdan Bento Lima (018.128.963-60); Gabriel Zamberlan Furian (004.025.640-57); Maiana Oliveira Ferreira (025.148.893-40); Octaviano Rojas Luiz (398.543.588-01); Pedro Paulo Costa do Amaral (005.303.351-58); Walmerie Milhomem Silva (835.788.383-49); Wilson Porto Lage (939.515.748-87)

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12789/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de admissão a seguir indicado, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.713/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Everton Kristian Lopes dos Santos (075.052.477-43)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12790/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.725/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Charles Pinto de Almeida (013.262.381-16); Esdras Santana Rodrigues (012.748.971-14)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12791/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.741/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Diogo Santos da Silva (045.874.773-46); Rayana Pereira Sotao Arraes (993.489.693-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12792/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de admissão a seguir indicado, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.783/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Isis do Mar Marques Martins (526.825.952-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12793/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de admissão a seguir indicado, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.932/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Melquisedeque de Oliveira Fernandes (054.575.574-30)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12794/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.941/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Cordova Costa (018.660.650-84); Ana Paula Favero (026.117.260-35); Isabela Spido Sirtoli (025.155.440-61)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12795/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de admissão a seguir indicado, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.974/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Adenair Felix Arcenio Pereira (019.239.077-51)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12796/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de admissão a seguir indicado, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.983/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alessandra Guaracy de Oliveira Sanches (038.814.976-09)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12797/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.047/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ellen Thais da Silva Azevedo (781.289.002-34); Thiago Osinski Senhorini (023.126.181-09)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12798/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de admissão a seguir indicado, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.049/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Lilian Anabel Freitas Brandao (035.023.626-70)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12799/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.186/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Prucoli de Souza (100.725.117-45); Amanda Loureiro Nascimento (134.949.147-02)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12800/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de admissão a seguir indicado, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.199/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Karina Alves Fernandes (089.346.596-88)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12801/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de admissão a seguir indicado, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.275/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Maria da Conceicao da Cunha Louseiro (032.844.153-86)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12802/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.307/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Karine Garcia Matos (072.552.034-50); Orlando Roberto Pimentel de Araujo (013.680.634-11); Poliana dos Santos (045.487.614-97); Waleska Barbosa da Silva Zanotto (059.144.034-21)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12803/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de admissão a seguir indicado, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.363/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Diogo Machado do Carmo (098.408.526-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12804/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.367/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anderson Vergilio de Queiroz (076.232.897-56); Jessica Ferreira (016.415.327-69)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12805/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.485/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Paula Guimaraes de Sousa (901.090.666-34); Fernanda Cardoso de Albuquerque (064.332.776-24); Isis Maris Lovato (747.622.222-91)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12806/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.604/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andrielli Salomoni Fraga (013.663.370-69); Carla Luciana Martins Carvalho (825.570.390-04); Cintia Batista Araujo (677.063.800-25); Claudia Mesquita de Carvalho (010.932.170-73); Fabiana Bergues (663.650.740-34); Gabriel Ramos Valicente (018.412.670-31); Graziella Wasem Cardoso (017.180.750-22); Gustavo Luiz Chiesa (011.752.490-50); Jackson Balest Ribeiro (028.294.160-66); Joceara Elis Zimmer (026.690.400-98); Jorge Leandro Diehl Mello (900.870.540-00); Katia Tavares da Luz (744.288.450-49); Larissa Alessandra Stockmanns de Oliveira (017.411.560-17); Lucia Isabel da Silva Schenini (479.462.960-53); Monique Muniz Alves da Silva (014.267.680-28); Nilton Ricardo Vargas Sager (017.958.540-14); Raquel Crispim de Brito (695.343.570-49); Samir Oliveira Mancilha (006.179.920-37); Vinicius Cruz de Vargas (004.542.290-70); Wagner Rodrigo Lara Fortes (975.310.730-72)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12807/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.611/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Beatriz Muller Vieira (020.677.010-37); Daniel Duarte da Silveira (024.073.760-13); Fernando Pires Hartwig (009.611.190-98); Francine dos Santos Costa (011.628.160-07); Jamile Lais Bruinsma (023.273.770-30); Joaquim Paulo de Freitas Nunes (605.335.280-20); Marcelo Torres da Silva (009.553.400-80); Marlon Freitas de Campos (024.992.910-44); Maureen Nogueira Silveira (811.205.320-00); Miriam Rejane Bonilla Lemos (415.356.340-49); Natalia Araujo de Oliveira (730.263.281-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12808/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de admissão a seguir indicado, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.647/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Lucas Lubasinski Daniel (080.529.199-75)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12809/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.752/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alfredo Moreira Salgado (005.409.621-98); Anna Luiza Braga Pla (011.504.101-08); Barbara Kahena Martin de Lima (033.046.171-08); Euridiana Silva Souza (062.503.256-03); Flor de Maria Silvestre Estela (704.165.721-38); Hadassa de Souza Ramos Pontes Moura (037.233.311-73); Johnata da Cruz Matos (000.555.083-16); Pedro Wilson Oliveira da Costa Junior (962.795.403-91); Valeria Vogado da Cruz (776.300.411-87); Zayra Cristina Marques Ferreira (026.211.011-35)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12810/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.779/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ederval de Souza Lisboa (281.511.838-61); Gabriel Cristiano Kuhn (007.434.470-69); Ricardo Cortez Lopes (016.130.360-94)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12811/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.824/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Brisa do Svadeshi Cabral de Melo (794.056.813-20)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12812/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.017/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Marculino de Alcantara (860.905.502-72); Arikleyton de Oliveira Ferreira (020.549.003-46); Caren Vanessa Pinheiro de Castro (949.857.402-25); Daniele Socorro Ribeiro da Silva (931.811.912-72); Filipe Barata Alcântara (831.595.092-49); Giselle Pantoja Ferreira (622.626.452-72); Marcos Francisco Serafim de Souza (132.132.948-29); Marcos Ruben de Almeida Caldas (982.698.362-49); Maria Eduarda Garcia de Sousa Pereira (763.837.842-34); Neuman Fontenele Viana (844.050.153-68)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12813/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.490/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Elivan de Melo Lima (061.146.054-89)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12814/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.501/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Karoline Mendes do Nascimento (081.711.244-88); Antonio Correia dos Santos Junior (069.994.074-52); Eduarda Diniz Costa Leal (096.812.474-77); Giulianna Celerino de Moraes Porto (061.559.044-64); Gustavo Domingos de Oliveira (037.119.671-08); Rogerio Leao Costa Falcao (397.266.268-89)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12815/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.504/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bernardo de Almeida Tannuri Laferte (011.190.621-01); Danielle Cavagnolle Mota (283.093.588-81); Jorge Gabriel Moises Filho (467.694.041-68); Julio Cesar Oliveira Barreto (031.025.596-11); Marcela Torres Rezende (002.629.227-03); Mariana Zanatta Silva (935.563.731-49); Regina Teixeira Almeida (317.299.161-04); Rodrigo Chagas Giudice (805.183.625-15); Rodrigo Lino de Brito (029.747.614-96); Ronan Luiz da Silva (910.387.236-04)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta)

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12816/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.527/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Talles Barbosa Portilho (061.352.706-21)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12817/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.532/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Caroline Ines Lisevski (052.551.069-92)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12818/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.556/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Agência Brasileira de Inteligência - Recursos Sigilosos - PR
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12819/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.566/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Agência Brasileira de Inteligência - Recursos Sigilosos - PR
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12820/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.579/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maira Ferreira Duarte (059.691.526-84); Vinicius Ribeiro Cordeiro (123.421.007-01)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12821/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.584/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danillo Borges Santos Oliveira (081.284.544-71); Luis Alberto Pereira Neto (100.172.314-77); Nayara da Silva Ferreira (037.635.923-42); Raphael Uchoa Diniz Lago (045.376.583-12); Sergio Lessa Costa Barboza (607.954.053-32)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12822/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.819/2019-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Amara de Lima Silva (766.949.928-15); Ameris Mazzeo Meleiro (394.596.068-14); Antonio Neuster Vaz (199.138.698-20); Aurea Manzano Penteado (154.316.178-26); Aurora Rodrigues Kinouchi (512.128.208-78); Ezilda Araujo (322.288.998-87); Felipe Guimarães (046.892.259-82); Frederico Marcos Mercante Vasconcelos (205.405.468-28); Ivone Cruz de Abreu (043.393.758-02); Maria Thereza Thomé dos Santos (259.731.108-26); Monise Andressa Portilho Silva (331.032.668-39); Nancy Koreyasu Porto (318.586.608-82); Norma de Freitas Santana Morais (971.084.138-68); Pedro Henrique Grati do Couto (439.403.998-33); Renee Soldovieri de Aquino (154.225.248-29); Sylvioluiz Pianelle de Lacerda (966.405.968-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12823/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente aos interessados identificados no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.041/2019-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Abrahão Thomaz (027.778.196-53); Afro Alexandre da Costa (036.008.662-49); Ana Nasta Carolina Thomaz (882.168.022-34); Andreza de Oliveira Soares (001.462.152-57); Antonio Soares (048.239.582-68); Antonio Viana da Silva (109.781.193-04); Dimas Souza Santos (060.791.802-00); Felipe Danilo do Nascimento (962.388.442-72); Francisco Liberato Maia (139.091.852-15); Gustavo Valerio Braga da Silva (834.046.782-49); Joaquim Teodoro Alves Neto (204.746.602-49); José Pereira da Costa (096.452.332-91); Jânio Laurito da Silva Remelli (950.166.272-15); Lourival Cardoso (362.658.538-72); Luiz Ferreira de Araujo (203.666.552-72); Manoel Rodrigues Rosa (328.068.257-68); Milton Nunes de Carvalho Neto (023.055.562-41); Naiara Jovania Braga da Silva (531.236.462-20); Rejane Celia dos Santos (527.290.362-53); Renato Moreira dos Santos (666.596.713-15); Ronaldo da Silva Brito (006.365.252-87); Severino Emidio da Silva (045.849.702-97); Wagner Ferreira Caminha (009.264.262-49); Zeno Rodrigues Viana (006.360.372-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12824/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão referentes aos interessados identificados no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.663/2019-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Joao Martins Filho (001.114.063-15); Pedro Schmitt Paiva Matos (043.006.643-07)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12825/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.683/2019-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Alice Freire Cardoso (218.465.372-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Pará
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12826/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão referentes aos interessados identificados no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.718/2019-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Caroline de Lime Carvalho (959.066.492-04); Cassiane Lima Carvalho (980.829.902-44); Gilberto de Oliveira Martins (054.892.617-49); Larissa de Lima Carvalho (980.830.072-34); Raimundo Dias Carvalho (110.871.702-06)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12827/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.774/2019-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Dalila Soares Ribeiro (664.801.167-04); Gabriel Brum Kair (149.263.437-97); Haydee Gomes Vieira (435.457.427-68); Helena Pimenta Bueno (030.626.437-49); Ivone de Quadros Bruno Lobo (184.889.357-49); Luiz Eduardo Prata Costa (665.870.007-97); Maria Luisa Relvas de Oliveira Ribeiro (399.112.687-72); Maria Regina Rangel Pereira (618.543.797-04); Maria Sueli Pontes Kair (045.186.833-15); Musme Porto Alegre dos Santos (036.523.437-00); Norma Lavorato de Abreu (021.590.737-09); Raphael Brum Kair (149.263.417-43); Ritta Pina Soares (071.186.937-58); Vilma Freire Ribeiro da Silva (310.188.157-91)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Rio de Janeiro-centro/RJ - Inss/MPS
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12828/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão referentes aos interessados identificados no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.027/2019-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adoastro Gomes de Oliveira (092.711.807-63); Antonio Etelvino da Silva (109.869.957-20); Asdrubal da Guarda (573.724.897-68); Domingos Nogueira das Neves (079.483.367-53); Hilton Tavares Pinto (206.442.487-34); Jaime Rodrigues da Silva (045.677.571-49); Jamerson da Silva Palermo (635.914.562-68); Jose Norinaldo Tavares (101.546.550-15); Lino Cavalheiro (039.409.931-15); Raymundo Alves Ferreira (091.547.017-91)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando da Marinha (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12829/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão referentes aos interessados identificados no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.092/2019-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Angelo Henio Fonseca (010.223.340-34); Dario Jose Bortoluzzi (011.333.220-34); Elso Guedes (123.102.980-34); Joao Letti (040.368.750-00); Jose Antonio da Silva Oliveira (074.934.360-53); Manuil Goethel Piegas (049.166.620-91); Nelson Almeida Corvello (012.032.900-04); Norday Valerio Simoes (012.050.640-87); Percival Ventura Petroni (045.366.060-68); Wladimir Soares Bittencourt (046.181.060-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12830/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.076/2019-0 (REFORMA)
1.1. Interessado: Sergio Ribeiro Ferreira (492.315.707-06)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12831/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.680/2019-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Benedito Reginaldo Costa Martins (346.754.696-04); Emerson Cordeiro Colares (134.242.347-02); Josiedson dos Santos Tavares (386.045.818-39); Leandro Ricardo Caetano (940.807.122-00); Renato Andre Baseggio (082.099.829-07)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12832/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.727/2019-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Aldimas Ferreira de Souza (200.936.401-53); Genaro Farnetano (180.507.606-00); Jose Augusto Rachid (201.077.731-04); Rosanno de Souza Carvalho (178.715.811-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando da Marinha (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12833/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.772/2019-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adilson Ataide Cunha Franklin (076.433.566-96); George de Freitas (074.013.327-60); Jordan Filipe Bezerra da Silva (086.603.414-57); Miguel Bohenkem Ferreira Junior (076.365.899-58)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12834/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Jorge Antonio Deher Rachid CPF 637.985.907-10, Carlos Roberto Occaso, CPF 029.244.618-71, e Marcelo de Melo Souza, CPF 379.685.565-20, dando-lhes quitação, sem prejuízo de fazer as determinações sugeridas; e nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados no item 1.1, dando-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.900/2017-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)
1.1. Responsáveis: Angelo Rigoni (237.300.640-53); Carlos Roberto Occaso (029.244.618-71); Demian Moreira Fagundes (945.575.005-87); Denise Esteves Fernandez (668.008.707-49); Fabio Kirzner Ejchel (088.998.898-64); Fernando Mombelli (423.755.090-72); Flavio Antonio Souza Abreu (277.726.406-68); Francisco Assis de Oliveira Júnior (351.508.151-87); Francisco Lessa Ribeiro Junior (895.746.055-15); Giovanni Christian Nunes Campos (350.580.304-97); Hermano Lemos de Avellar Machado (634.054.907-15); Iagaro Jung Martins (516.386.730-04); Jackson Aluir Corbari (647.151.169-87); Joao Luis Brasil Gondim (285.323.253-00); Jorge Antonio Deher Rachid (637.985.907-10); Jose Honorato de Souza (404.543.714-20); Jose Oleskovicz (019.742.469-49); Jose de Assis Ferraz Neto (707.488.374-34); José Carlos de Araújo (642.269.139-49); José Guilherme Antunes de Vasconcelos (025.108.158-30); João Batista Barros da Silva Filho (463.302.323-34); João Paulo Ramos Fachada Martins da Silva (854.911.107-44); Juliano Brito da Justa Neves (698.281.051-87); Luiz Bernardi (160.768.000-97); Luiz Fernando Lorenzi (467.259.540-49); Luiz Fernando Teixeira Nunes (432.073.404-15); Luiz Henrique Casemiro (759.015.017-72); Marcelo Barreto de Araujo (112.965.128-27); Marcelo de Melo Souza (379.685.565-20); Marcos Fernando Prado de Siqueira (055.802.978-74); Marcus Antonio Ferreira Araripe (480.796.933-15); Marcus Aurélio Caldeira Antunes (301.838.040-15); Marcus Vinicius Vidal Pontes (748.341.857-53); Maria Helena Coutinho Ponte (147.435.742-34); Maria Joana Pereira Rego (133.794.701-63); Maria Leticia Rocha Pimenta (264.539.166-49); Mauricio Maciel Valenca Filho (655.862.984-49); Moacyr Mondardo Júnior (586.120.339-34); Onassis Simoes da Luz (504.356.209-91); Paulo Renato Silva da Paz (485.921.610-53); Paulo Ricardo de Souza Cardoso (285.075.840-04); Reinaldo Cesar Moscato (308.717.789-04); Ricardo da Silva Machado (341.734.125-68); Ronaldo Lazaro Medina (030.373.788-32)
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Gestão Tributária, da Previdência e Assistência Social (SecexPrevi).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1.1. determinar ao Ministério da Economia, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que, no prazo de 60 (sessenta) dias:
a) normatize a periodicidade para classificação de recursos arrecadados na Conta Única do Tesouro Nacional e, levando-se em conta os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e do interesse público, defina a periodicidade máxima de três decêndios, em caso de dificuldades operacionais para classificar os recursos arrecadados de parcelamentos especiais ainda não consolidados, em conformidade com o caput do art. 160 da CF/1988 c/c o art. 4º da Lei Complementar 62/1989;
b) no sentido de tornar mais transparente o fluxo do macroprocesso de arrecadação, divulgue em tempo real toda e qualquer informação que tenha impacto na distribuição de recursos, a exemplo de um calendário de classificação de arrecadação de parcelamentos especiais, informações sobre a metodologia utilizada na classificação e o motivo da existência de saldo a classificar na Conta Única do Tesouro Nacional, em consonância com o art. 162 da CF/1988 e com os princípios da publicidade e da transparência;
c) apresente plano de ação no sentido de implementar módulo de consulta aos sistemas de arrecadação federal, inclusive via web, facultando acesso aos Estados, ao Distrito Federal e aos Munícipios, em conformidade com o art. 161, III, da CF/1988, contendo, no mínimo, as ações a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e os prazos para implementação;
1.7.1.2. encaminhar cópia do relatório da inspeção realizada na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ao egrégio Supremo Tribunal Federal, para subsidiar a análise da Ação Cível Ordinária 3.150 Distrito Federal, em complemento ao Aviso nº 1478 - GP/TCU à peça 10 do TC 040.584/2018-6;
1.7.1.3. dar ciência da presente deliberação, assim como do relatório e do voto que o fundamentarem, ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, para subsidiar a Ação Cível Ordinária 3.150/DF, ao Ministério da Economia, à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, à Secretaria do Tesouro Nacional e à Secretaria de Orçamento Federal; e
1.7.1.4. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União.

ACÓRDÃO Nº 12835/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em levantar o sobrestamento aposto aos autos a seguir indicados; julgar regulares com ressalva as contas do responsável, José Alberto Accioly Fragelli (CPF 011.646.867-04), dando-lhe quitação plena, e encaminhar cópia desta deliberação que à Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN) e ao Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.766/2011-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Órgão/Entidade: Coordenadoria-geral do Programa de Desenvolvimento do Submarino Com Propulsão Nuclear
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).
1.6. Representação legal: Jose Augusto Correia Neto e outros, representando Coordenadoria-geral do Programa de Desenvolvimento do Submarino Com Propulsão Nuclear.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12836/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação ao Sr. Eduardo Raupp de Vargas (CPF 692.427.120-00), ante o recolhimento integral da dívida que lhe foi imputada por meio dos subitens 9.1 e 9.2 do Acórdão 6.895/2018 - TCU - 2ª Câmara, Sessão de 31/7/2018, Ata 27/2018, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.047/2014-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Eduardo Raupp de Vargas (692.427.120-00)
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Giorginei Trojan Repiso (12.225/OAB-DF) e outros, representando Eduardo Raupp de Vargas.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12837/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno, em considerar parcialmente atendida a determinação do item 1.7.1 do Acórdão 1760/2019 - TCU - 2ª Câmara, e fazer as determinações a seguir indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.013/2019-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador)
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. dar ciência ao Ministério do Turismo - MTur da necessidade do cumprimento do constante do artigo 65, inciso II, alínea "a", da Portaria Interministerial 127/2008, conforme parte final do inciso 1.7.1 do Acórdão 1760/2019 - TCU - 2ª Câmara, relativamente à falta de comunicação ao órgão de controle interno responsável pela certificação das contas;

1.6.2. levantar o sobrestamento imposto ao TC 000.536/2015-6 (Tomada de Contas Especial), em vista do cumprimento parcial da determinação contida no item 1.7.1 do Acórdão 1760/2019 - TCU - 2ª Câmara; e

1.6.3. apensar definitivamente este monitoramento ao processo originário, TC-000.536/2015-6.

ACÓRDÃO Nº 12838/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.715/2019-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 012.920/2019-3 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Interessado: Cta Empreendimentos Eireli (08.366.615/0001-48)

1.3. Órgão/Entidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

1.7. Representação legal: Jonathas de Jesus Mota, representando Cta Empreendimentos Eireli; Paula Keiko Iwamoto Poloni (177.336/OAB-SP), representando Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. dar ciência ao representante e à Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo de que a presente deliberação poderá ser consultada por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso tenham interesse, o Tribunal pode encaminhar-lhes cópia do acórdão e da instrução que o fundamenta.

ACÓRDÃO Nº 12839/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", 234, 235 e 237, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da representação adiante indicada, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de fazer as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.928/2019-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Casa da Moeda do Brasil

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Gracy Kelly Felix de Abreu (55.161/OAB-RJ), representando Lockerblind Blindagens Especiais Ltda; Edna Aparecida Evangelista, representando Parana Solucoes Logisticas e Transportes Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. dar ciência à Casa da Moeda do Brasil-CMB, com fundamento no art. 7º da Resolução - TCU 265/2014, sobre a seguinte impropriedade/falha, identificada no Pregão Eletrônico 98/2018, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

1.6.1.1. não atendimento do item 3.1 do Edital, no sentido de habilitar empresa cuja comprovação da atividade econômica não esteja plenamente compatível com o objeto licitado, o que afrontou o princípio da vinculação ao instrumento convocatório previsto no artigo 31 da Lei 13.303/2016;

1.6.2. informar à Casa da Moeda do Brasil-CMB e ao representante que o conteúdo da presente deliberação poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

ACÓRDÃO Nº 12840/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, bem como determinar o seu arquivamento após as comunicações processuais devidas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.214/2019-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ibirité - MG

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12841/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.920/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto - SP

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. dar ciência da presente deliberação ao Procurador da República André Menezes e ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (HCFMRPUSP), destacando que, caso tenham interesse, o Tribunal pode encaminhar-lhes cópia dos parecer da unidade instrutiva que a fundamentou

1.6.2. encaminhar cópia do presente processo do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para que este tome as providências que considerar necessárias.

ACÓRDÃO Nº 12842/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.065/2019-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. informar ao representante que o conteúdo da presente deliberação poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

ACÓRDÃO Nº 12843/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.662/2019-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: 13ª Superint. de Polícia Rodoviária Federal/AL - MJ.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. informar ao representante que o conteúdo da presente deliberação poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

RELAÇÃO Nº 39/2019 - 2ª Câmara

Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 12844/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-020.099/2019-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Raimunda Palha Nunes (144.931.012-53); Saulo de Tarcio Pereira Marrocos (050.964.494-59)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12845/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-021.263/2019-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ivette Bucalem (098.777.118-34)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12846/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-021.499/2019-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Joao Bosco Carvalho de Azevedo (250.957.814-68); Maria Miriam Lima da Nobrega (132.125.594-20); Marilia Mesquita Guedes Pereira (086.736.084-49); Rossana Maria Souto Maior Serrano (226.108.554-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12847/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidor do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-025.093/2019-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Gustavo Aurelio Simoes Santos (583.369.314-49)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12848/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-031.217/2019-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Aderli Marcondes Ferreira (170.202.559-49)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12849/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.444/2019-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Marcos Antonio Borges Barbosa (203.637.537-53); Maria Angela Quadros de Castro (353.465.310-68); Maria Paula Teperino (603.324.097-91); Rosemary Barbosa de Macedo Suhet (261.998.901-91); Wencerly Ramos Rodrigues (183.143.091-68); Wilson Roberto Ferreira Precoma (230.510.949-00)

1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12850/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidor da Fundação Universidade Federal de Uberlândia, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.504/2019-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Olivia Teixeira de Araújo (393.653.606-68)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12851/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-023.853/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aidna Rodrigues Pessoa de Almeida (598.185.307-72); Alessandra Camargo da Silveira (091.047.927-50); Alessandra Maria Silva Marques (087.078.027-14); Alessandra Souza Campany (051.874.377-20); Alessandra do Desterro (054.776.947-42); Alexandre Alves da Silva (070.268.417-18); Ana Beatriz Ferreira da Rocha Alves de Souza (023.417.587-70); Ana Lucia Borges de Albuquerque (927.062.827-20); Ana Paula de Oliveira Evangelista (024.207.487-19); Kelly Cristine Esteves Carlos (006.175.517-66)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12852/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-023.910/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline da Silva Ramos (035.095.031-80); Arthur Felipe Cardoso Ribeiro da Costa (096.419.614-03); Carolina Carneiro de Castro Prates de Sa (104.385.517-37); Flavia Rodrigues Tesin (441.745.138-99); Leonardo Jose Freitas Rodrigues (045.863.863-39); Raquel Emanuele Albuquerque Galdino (087.943.074-58)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12853/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-025.990/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Larissa Araguaia Monteiro de Castro (965.806.072-20)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12854/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-029.444/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Glauther Coutinho Florido (140.900.307-81); Leandro Correa Moraes (078.390.326-05); Maria Tatiane Valgas de Oliveira (081.330.956-54); Ramon Mendes de Almeida (076.776.846-96)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12855/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-029.461/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Lucas Pereira (071.882.979-40)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12856/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-029.725/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Larissa Cristina Souza Santos (134.652.746-60); Philippe Rocha Nardim (101.246.016-93); Ronilson Araujo Mendes (100.422.756-60); Talita Aquino da Silva (096.183.476-56); Thais de Almeida Macedo Santos (090.193.556-51)

1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12857/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-029.795/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Delano Anibal da Silva (042.510.156-81); Thauana Lima Silva (007.519.812-65)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12858/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-030.218/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lis Campos Ferreira (011.963.215-23); Thiago Paulino da Silva (786.627.615-34)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12859/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-030.314/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Erika Rosendo de Sena Gandra (287.790.038-00); Robson Alves dos Santos (000.567.211-29)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12860/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-031.520/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carmem Valdenia da Silva Santana (990.442.185-49); Diego das Neves de Souza (064.171.439-45); Ellenise Elsa Emidio Bicalho (073.990.486-81); Gilberto do Couto Santos (035.084.296-52)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12861/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Admissão, de servidores do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piaui - Mec, encaminhados a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que nos atos de admissão constantes deste processo foram detectadas a existência dos respectivos desligamentos, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de pessoal abaixo relacionados cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.613/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Angela Araújo Gomes (813.092.603-20); Augusto César Menezes Reis (922.633.993-72); Demetrios Gomes Galvão (872.809.063-20); Ronald Rodrigues Araújo (005.302.693-41)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piaui - Mec

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12862/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-033.251/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Flavio Valentim de Oliveira (599.662.702-72)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12863/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido este auto de Admissão, de servidor do Ministério da Saúde (vinculador), encaminhado a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de pessoal abaixo relacionado cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.620/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Maria Angelica Bessa Portilho Ramos (027.862.081-73)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12864/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Admissão, de servidores do Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica (vinculador), encaminhados a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que nos atos de admissão constantes deste processo foram detectadas a existência dos respectivos desligamentos, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de pessoal abaixo relacionados cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.769/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Breno Jose Nogueira Souza (136.198.036-25); Bruno de Souza Soares (121.963.656-88); Cristiano da Silva Baeta (098.665.266-07); Felipe Alberto Moura de Souza (096.506.716-50); Felipe Junior de Paula (129.020.916-21); Hyrson Maximiano Soares Maciel (129.276.076-13); Joao Victor da Fonseca Sales (100.232.646-08); Julio Cesar Leandro (118.864.676-17); Junior Elias do Nascimento (119.668.536-37); Marcos Adriano Reis Carvalho (135.147.796-00); Nelio Emidio de Matos (114.115.736-50); Rafael Augusto do Carmo (127.415.856-79); Raphael Artur Santana (106.783.236-07); Renato dos Reis Lucas (116.679.396-61); Rubens de Paula Barbosa (110.347.196-10); Saulo de Almeida Silva (122.009.666-01); Thiago Leandro Ceolin (114.543.996-94); Victor Augusto de Lima Vidal (089.277.894-66); Victor Cesar Borges Carneiro (054.284.606-36); Washington Lopes Amaral (113.316.266-50)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12865/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido este auto de Admissão, de servidor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, encaminhado a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de pessoal abaixo relacionado cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.870/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Fernando Ferreira Peres (718.828.042-87)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12866/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Admissão, de servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, encaminhados a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que nos atos de admissão constantes deste processo foram detectadas a existência dos respectivos desligamentos, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de pessoal abaixo relacionados cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.954/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Helena Fetter Filippini (916.770.090-04); Sandro Gasparetto Borges (673.745.220-53)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12867/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido este auto de Admissão, de servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, encaminhado a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de pessoal abaixo relacionado cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.113/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Fabiana Maria de Araujo Fideles de Oliveira (056.775.254-21)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12868/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido este auto de Admissão, de servidor do Ministério da Fazenda (extinta), encaminhado a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de pessoal abaixo relacionado cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.362/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Juliana de Andrade Ribeiro Bezerra Freire (637.165.933-20)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12869/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido este auto de Admissão, de servidor da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, encaminhado a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de pessoal abaixo relacionado cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.389/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Larissa Oliveira Proence (021.731.215-29)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12870/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido este auto de Admissão, de servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, encaminhado a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de pessoal abaixo relacionado cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.392/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Paulo Robson dos Santos Goncalves (001.278.582-29)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12871/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido este auto de Admissão, de servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, encaminhado a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de pessoal abaixo relacionado cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.415/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Rodrigo Foresta Wolffenbuttel (008.053.990-46)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12872/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Admissão, de servidores da Universidade Federal Rural da Amazônia, encaminhados a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que nos atos de admissão constantes deste processo foram detectadas a existência dos respectivos desligamentos, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de pessoal abaixo relacionados cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.496/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marilia Shibata (326.762.238-79); Raul Henrique da Silva Pinheiro (914.832.982-72); Vanessa Pereira Pontes (918.833.932-72)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12873/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Admissão, de servidores do Ministério da Saúde (vinculador), encaminhados a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que nos atos de admissão constantes deste processo foram detectadas a existência dos respectivos desligamentos, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de pessoal abaixo relacionados cujos efeitos financeiros tenham cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.722/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Debora Nascimento de Souza Delgado (099.103.837-13); Deborah Aragao de Pinho Silveira (108.339.417-71); Juliana Maia Torres (081.606.107-69); Jurandyr Vieira Guimaraes Filho (663.672.637-72); Selma Barbosa Jurema (001.273.547-78)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12874/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.503/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Ligia Guareze (817.844.570-00)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12875/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.508/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Duarte Siqueira (444.149.511-00); Atila de Azevedo Caparrosa (861.331.871-15); Augusto Alves Filho (264.775.803-49); Daniella de Siqueira Amorim (888.243.731-00); Edvaldo Costa (060.778.608-67); Jose Alfredo de Albuquerque e Silva (326.498.600-06); Jose Francisco Baur (457.313.309-72); Thais Ulyssea Martins (014.757.267-32); Weslley Oliveira de Araujo (022.395.261-30); Wolnei Aparecido Wolff Barreiros (461.526.876-91)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12876/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.531/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Renan Hatakeyama Pontes (152.851.127-10)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12877/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.534/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camilla Christine da Silva (044.192.461-11); Rafael Scherolt Olicheski (007.933.920-47)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12878/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.573/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alan Giroldo Renner (061.976.329-93); Eduardo Nozaki Cano (183.141.308-69)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12879/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.581/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Danilo Silva Lima (952.993.865-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12880/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.632/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Everton Marques Bongiolo (694.848.300-30); Marcos Roberto de Oliveira (815.454.790-20); Marilia Martins Bandeira (315.819.698-05)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12881/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.635/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sheila de Novais Oliveira (051.004.035-78)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12882/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-012.984/2017-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Madalena Nascimento da Fonseca (226.751.752-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão No Amapá
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12883/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.788/2019-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Jussara de Macedo Puppin (538.881.387-87)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Casa de Rui Barbosa
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12884/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Concessões de Pensões Civis em favor de beneficiários de ex-servidores do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta), cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando tão-somente, em relação aos benefícios instituídos por João de Souza Ramos, que não surtem mais efeitos financeiros, tendo em vista a exclusão do beneficiário, conforme consulta ao Sistema SIAPE;

Considerando o parecer do Ministério Público junto ao TCU;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 260, §§ 1º, 2º e *caput*, do Regimento Interno/TCU, c/c o artigo 7º, da Resolução TCU 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, em:

a) considerar prejudicada por perda de objeto a análise do ato de alteração de pensão civil instituída por João de Souza Ramos, tendo em vista o óbito do Sr. José Antônio de Souza Ramos (filho), beneficiário da pensão;

b) considerar legal e determinar o registro do ato de alteração de pensão civil instituída por Jacy Rodrigues Neves, em razão da comprovação de que a invalidez do Sr. Rafael Marinho Neves (filho) precede o óbito do instituidor, e o óbito de Maria de Lourdes Marinho Neves (esposa), determinando-se seus registros; e

c) informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-039.687/2012-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jose Antonio de Souza Ramos (016.785.866-17); Maria de Lourdes Marinho Neves (478.604.487-34); Rafael Marinho Neves (114.200.367-18)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12885/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-013.219/2019-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Francinete Coimbra Ferreira Passos (119.617.321-49); Genil Vicente Mariano (530.180.449-91); Jandyra de Freitas Lameirao Cortes (601.343.137-04); Julita Gomes de Souza (475.497.857-91); Maria Helena Dias Limp (532.390.087-34); Marilia Fontes Barbara (024.245.597-24); Renata de Oliveira Machado (029.499.066-64); Rosalia de Oliveira Machado Goes (559.211.246-72); Rosangela de Oliveira Machado (559.208.456-00); Roseme Paiva de Souza (937.203.787-72); Zuleika da Annunciacao Lima (259.248.697-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12886/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Reforma de ex-servidores do Ministério da Defesa-Comando da Marinha (vinculador), encaminhados a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando o cruzamento dos sistemas Sistemas e-Pessoal, Siape e Sisobi; e

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-027.975/2019-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Amarilho Costa (079.168.847-04); Ernani Lacerda Galo (204.561.407-78); Francisco Arlindo dos Passos (219.912.357-04); Gilberto Amary Ache Pillar (001.120.893-72); Leriano Amancio Cabral (011.019.194-34); Newton Silva de Oliveira (066.845.647-72); Raimundo Ferreira da Costa (079.376.797-00); Roberto Lacerda (088.989.281-49); Sidney Helio Melecchi (004.657.397-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Marinha (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12887/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Reforma de ex-servidores do Ministério da Defesa-Comando da Marinha (vinculador), encaminhados a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando o cruzamento dos sistemas Sistemas e-Pessoal, Siape e Sisobi; e

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-028.023/2019-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Amaury Cabral de Vasconcelos (042.997.447-72); Armindo Carvalho (026.209.877-68); Claricio Mendel Doria (028.842.087-04); Frederico Guilherme Antunes de Almeida (028.509.747-49); Livio Massa de Campos (182.266.637-68); Otto Nelson Luscher da Silva (058.794.187-15); Urrutigaray da Silva Lota (329.474.377-72); Waldney Peres da Silva (005.207.302-59); Wolmy de Oliveira Barcellos (019.001.457-15); Zozimo Kebass Salomao (068.578.507-63)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12888/2019 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Reforma de ex-servidores do Ministério da Defesa-Comando da Marinha (vinculador), encaminhados a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando o cruzamento dos sistemas Sistemas e-Pessoal, Siape e Sisobi; e

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-028.033/2019-1 (REFORMA)

1.1. Interessados: Abrahao Luiz de Sa (219.935.647-72); Antonio Ramos (240.754.507-91); Antonio de Brito (057.985.907-04); Ary Trindade Pereira (064.754.267-68); Bretislau de Castro (002.945.353-49); Edio Augusto Guimaraes (102.508.327-04); Sebastiao Prota da Silva (031.034.807-25); Sidon Efrain Alves Maia (284.441.597-00); Valter Alves do Nascimento (067.386.307-78); Waldemar Bezerra (052.467.687-91)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Marinha (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12889/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-033.724/2019-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Alinor Moura da Costa (340.107.777-53); Caio de Andrade Pandolfo (362.286.538-57); Manoel Medeiros de Carvalho (314.308.217-87); Paulo Cesar Ferreira Mariano (694.284.507-82)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Marinha (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12890/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-033.775/2019-2 (REFORMA)

1.1. Interessados: Giovane Obetes Rodrigues (394.050.838-13); Lucas Matheus Lopes (317.671.018-64); Reginaldo de Arruda Mendonza (408.628.871-00); Wisley Franklin de Godoi (390.170.418-38)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando do Exército (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12891/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto o processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em dar quitação à responsável Srª Rachel de Oliveira (CPF 621.469.638-91), ante o recolhimento integral da multa individual no valor de R$ 5.000,00 que lhe fora aplicada por meio do subitem 9.4.3.1 do Acórdão 2.567/2010-TCU-1ª Câmara - Relator Ministro Marcos Bemquerer; após a expedição da referida quitação e a geração da comunicação processual, deve-se prosseguir com o acompanhamento do recolhimento das parcelas da dívida referente à responsável Luciana Valeria Pinheiro Gonçalves (CPF 563.646.871-72), e caso haja o descumprimento do parcelamento e o vencimento antecipado da dívida, deverá ser autuado processo de Cobrança Executiva ou, em caso de recolhimento integral da multa, deve-se encaminhar proposta para o Ministro-Relator, via MP/TCU, no sentido de que seja expedida quitação para essa responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos; e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

Data Evento	D/C	Valor
18/05/2010	D	R$ 5.000,00
04/10/2018	C	R$ 226,17
05/11/2018	C	R$ 227,88
05/12/2018	C	R$ 228,92
04/01/2019	C	R$ 228,42
01/02/2019	C	R$ 228,77
06/03/2019	C	R$ 229,53
03/04/2019	C	R$ 230,55
03/05/2019	C	R$ 232,34
04/06/2019	C	R$ 233,71
08/07/2019	C	R$ 234,03
08/08/2019	C	R$ 234,05
16/09/2019	C	R$ 234,77
Saldo do débito em 08/10/2019 R$ 5.635,11		

1. Processo TC-009.680/2001-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2000)

1.1. Apensos: 012.192/2002-7 (REPRESENTAÇÃO); 025.357/2017-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 006.954/2002-4 (REPRESENTAÇÃO); 025.362/2017-8 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Rachel de Oliveira (621.469.638-91)

1.3. Órgão/Entidade: Fundação Cultural Palmares

1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.7. Representação legal: Marcus Henriques Galvão Carneiro de Albuquerque (3557/OAB-DF) e outros, representando Fundação de Gestão e Inovação; Gustavo Cortes de Lima (10969/OAB-DF) e outros, representando Dulce Maria Pereira.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 35/2019 - 2ª Câmara
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 12892/2019 - TCU - 2ª Câmara

Cuidam os autos de acompanhamento instaurado para verificar o cumprimento da determinação expedida pelo Acórdão 4.160/2016 - 2ª Câmara, que considerou ilegal o ato de alteração da aposentadoria em favor do Sr. Nilton Inácio da Rosa em decorrência da percepção irregular de parcela judicial referente à gratificação de hora-extra.

Na oportunidade, esta Corte decidiu:

"9.3. determinar à Universidade Federal de Minas Gerais que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente; "

Considerando que a unidade jurisdicionada apresentou-se nos autos para informar que a rubrica impugnada foi devidamente excluída dos proventos do interessado na folha de pagamento de maio de 2016 e que foi cadastrado no sistema Sisac novo ato de aposentadoria com as devidas correções;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 169, inciso I, do Regimento Interno e 5º, inciso II, da Portaria-Segecex 27/2009, em:

a) considerar cumprida a determinação do subitem 9.3.1 do Acórdão 4.160/2016 - 2ª Câmara;

b) dar ciência deste acórdão e da instrução à peça 19 Universidade Federal de Minas Gerais;

1. Processo TC-005.861/2016-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: III

1.2. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relatora: Ministra Ana Arraes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12893/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Toshiyuki Sawada.

1. Processo TC-024.586/2016-1 (APOSENTADORIA)

1.1.Classe de Assunto: V.

1.2. Interessado: Toshiyuki Sawada (CPF 017.572.969-72).

1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12894/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Jose do Carmo Silva.

1. Processo TC-030.707/2019-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessado: Jose do Carmo Silva (CPF 070.780.806-53).

1.3. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12895/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-032.430/2019-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Edson Raddi (CPF 683.540.458-20); Elizabeth Ferreira Garcia (CPF 603.504.317-87); Flora Sumiko Maehara Yamazaki (CPF 002.018.428-07); Francisco Guimaraes Dias (CPF 243.216.137-87); Gilberto Santos Novaes (CPF 892.117.748-53); Hilário Romanizi Cagnacci (CPF 729.584.998-04); Isaac Chazin (CPF 508.920.028-91); Isabel Aparecida Cangemi Gregorutti (CPF 053.897.908-98); Izilda Cesar (CPF 853.614.378-91); Jaime Alves Ferreira (CPF 785.703.368-53).

1.3. Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de São Paulo.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12896/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Maria Aparecida Neves de Lima, ressalvando que a vantagem do Decreto 95.689/1988 não mais consta do contracheque da interessada.

1. Processo TC-036.154/2016-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessada: Maria Aparecida Neves de Lima (CPF 353.648.239-20).

1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12897/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-018.332/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Giane da Silva Mariano Lessa (CPF 785.980.447-68); Giselle Picorelli Yacoub Marques (CPF 050.796.696-16); Gustavo Wyse Abaurre (CPF 111.716.807-75); Iraci Matos Vasconcellos (CPF 052.637.187-05) e Isabelle Barreto Martins (CPF 028.205.427-86).
1.3. Unidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: trata da admissão de Giane da Silva Mariano Lessa, no cargo de professor assistente, com data em 14/7/2006. Ocorre que já existe outro ato relativo à mesma admissão, já julgado legal por este Tribunal, nos autos do TC023.539/2013-5, pelo Acórdão 6.209/2013-TCU-Primeira Câmara. Desta forma, determino que o ato seja excluído por duplicidade.

ACÓRDÃO Nº 12898/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-029.514/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Camila Monteiro Soares (CPF 106.018.067-78); Christiane de Oliveira e Silva (CPF 101.322.097-80); Geraldo Barreto Pinto (CPF 737.102.537-72); Luiz Carlos Chaves de Oliveira (CPF 056.324.997-82); Marcus Vinicius Mattos Xavier (CPF 131.199.967-18); Miguel Luis Belmonte Junior (CPF 125.301.567-86); Renato da Silva Moncores (CPF 057.708.807-67); Vanderson Nunes (CPF 076.509.537-85) e Vinicius Sardou de Aquino (CPF 122.285.687-59).
1.3. Unidade: Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A..
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12899/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Brunella Perez da Silva.

1. Processo TC-029.551/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Brunella Perez da Silva (CPF 128.834.287-00).
1.3. Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12900/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-029.711/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alessandro da Silva Maria (CPF 105.030.097-17); Beatriz Goncalves de Oliveira (CPF 038.280.597-67); Cintia da Silva Santana (CPF 042.575.907-50); Daiane de Azevedo Coelho (CPF 116.076.507-38); Elvys Bessa Freire (CPF 140.438.227-58); Fernanda Carvalho Figueira Santa Clara (CPF 080.372.717-81); Gabriela da Costa Passos (CPF 103.107.567-40); Gillene Souza de Pinho e Silva (CPF 118.675.327-78); Joice da Silva dos Santos Araujo (CPF 056.265.757-66) e Karla Augusta Rodrigues de Araujo Souza (CPF 016.615.787-21).
1.3. Unidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12901/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Priscila Marques Julio.

1. Processo TC-029.861/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Priscila Marques Julio (CPF 031.066.560-42).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12902/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-029.967/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Daniel Rodrigues da Costa Filho (CPF 569.451.243-04) e Doroteu Honorio Guedes Filho (CPF 643.760.443-34).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12903/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Gabriela Boemer Amaral Moretto.

1. Processo TC-030.029/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Gabriela Boemer Amaral Moretto (CPF.059.111.469-08).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12904/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-030.244/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ariane Oliveira da Silva (CPF 394.310.198-33); Fabio Luiz Viana (CPF 102.880.468-70); Josue Catharino Ferreira (CPF 053.595.188-47) e Luis Fernando Crespo (CPF 281.242.728-08).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12905/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-030.324/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: James da Rocha Vitoriano (CPF 309.023.122-00) e Simara Daiane Rodrigues Siqueira (CPF 900.634.732-91).
1.3. Unidade: Fundação Universidade do Amazonas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12906/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-030.439/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rosangela Maria Candido (CPF 101.721.878-18); Samuel de Santi Mose (CPF 217.505.188-99); Sebastiao Cardoso de Paiva Junior (CPF 289.585.138-70); Sergio Ferreira da Silva (CPF 937.422.821-15); Sergio Ligero (CPF 080.397.328-40); Sergio Valentim Cossa (CPF 248.599.858-26); Sharlene Cristina de Oliveira (CPF 227.665.328-03); Sheila Dias de Carvalho (CPF 347.251.198-22); Sidmar Augusto da Silva (CPF 347.699.398-17) e Sidnei da Silva Junior (CPF 361.639.168-75).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12907/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-031.529/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alexandre Pereira dos Santos (CPF 080.455.787-00); Ana Carolina Costa Marinho dos Santos (CPF 114.068.827-80); Ana Claudia Alves Viana (CPF 035.375.867-10); Anderson Goncalves Pereira (CPF 097.153.297-48); Claudio Cesar Goulart Junior (CPF 052.973.377-39); Diego Farias Policarpo (CPF 137.146.097-33); Douglas da Cunha Rocha (CPF 076.832.987-60); Gilberto de Carvalho Restum Junior (CPF 002.802.927-59); Leandro Rodrigo Alves Lima (CPF 740.378.622-04) e Luque Fernandes de Araujo Cavalcante (CPF 099.624.407-77).
1.3. Unidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12908/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-031.578/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ana Paula Batista de Souza (CPF 381.578.898-63); Janaina Freitas do Nascimento (CPF 853.522.333-91); Mauro Brasilio dos Reis (CPF 004.617.778-78); Micheline Teles de Barros (CPF 666.577.174-15); Nidileia Carvalho de Oliveira Souza (CPF 700.162.402-00); Paulo Henrique Paz Rocha (CPF 739.588.592-91); Rafael Bertollo Gomes (CPF 078.921.137-89); Raquel Arruda Ferreira Rocha Ramada (CPF 966.986.913-72); Rodolpho Gustavo Ramos (CPF 024.623.614-05) e Thalles de Castro Duarte (CPF 008.041.962-30).
1.3. Unidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12909/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-031.579/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ana Carolina Rocha de Carvalho (CPF 023.264.763-10); Avila de Casio Goncalves (CPF 013.136.011-60); Daniel Costa de Castro (CPF 033.387.661-06); Edson Dario Silva de Franca (CPF 013.801.274-16); Fernando Alves de Moro Martins (CPF 096.352.486-01); Gleiciane da Silva Fonseca (CPF 067.838.714-10); Hellen Karine da Cunha Carreiro (CPF 080.053.664-93); Jeffrey Cardonha Sampaio (CPF 009.622.773-71); Miriam Barrozo de Almeida (CPF 129.199.977-93) e Thabata Ellen do Nascimento Manhica (CPF 048.667.291-39).
1.3. Unidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12910/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-031.800/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Joaibe Fernandes (CPF 558.323.771-68), Joana D Arc Magalhaes Ribeiro (CPF 862.917.503-68), Joana Gama do Vale (CPF 075.589.467-78), Joao Carneiro Carmelio Neto (CPF 031.792.134-77), Joao Eudes Moraes de Aguiar Junior (CPF 869.969.593-49), Joao Helio de Oliveira Filho (CPF 024.001.584-36), Joao Jean Silva de Lima (CPF 008.539.784-92), Joao Lino Franco Borges (CPF 004.411.071-50), Joao Luis Melo de Farias (CPF 966.116.423-15) e Joao dos Anjos Marques de Castro (CPF 590.923.602-44).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12911/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-031.842/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Kessia Larissa de Medeiros Quirino (CPF 065.008.474-82), Keyla Karoline Palma Prazeres (CPF 021.933.805-11), Keyla Maria dos Santos (CPF 724.280.151-68), Kilmara Campos Cavalcante (CPF 030.373.754-93), Kiwisunny Galvao Franzoi (CPF 025.308.464-48), Kleber Nobre da Cunha (CPF 813.958.764-87), Kleber Pires Borges (CPF 635.999.702-97), Klenio Zildemar Ferreira Marques (CPF 012.934.584-90), Kyonayra Quezia Duarte Brito (CPF 051.841.174-58) e Lady Dayane da Silva Queiroz (CPF 011.302.443-69).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12912/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-031.978/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Aldemar Couto da Silva (CPF 220.280.480-34); Jefferson Oliveira Nunes (CPF 027.855.923-95); Julio Cesar de Oliveira (CPF 029.576.564-00); Luis Fernando Silva de Castro (CPF 934.792.470-91); Sandro Tomassoni Coelho (CPF 000.243.266-82); Simone Goebel Rosa (CPF 377.979.210-91) e Voldinei Quevedo Robalo (CPF 021.656.890-07).
1.3. Unidade: Centro de Excelência Em Tecnologia Eletrônica Avançada S.A..
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12913/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-032.078/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Arlon Andrade Carvalho (CPF 951.863.443-20); Francisco Nordman Costa Santos (CPF 857.807.583-87); Francisco Raimundo de Souza Neto (CPF 689.837.944-53); Francisdalva Rosa de Jesus (CPF 865.919.913-87); Romario Silva Barros (CPF 017.884.373-30) e Solidalva de Sousa (CPF 993.821.213-15).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12914/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Marcelo Simeão da Silva.

1. Processo TC-033.599/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Marcelo Simeão da Silva (CPF 965.843.947-00).
1.3. Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12915/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-035.024/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Fabiano Silveira Bicalho (CPF 059.588.846-11); Marta Leone Costa dos Santos Andrade (CPF 006.532.606-79); Philipe Guilherme Corcino Souza (CPF 099.518.406-20); Raphael Rodrigues (CPF 333.896.938-40) e Susanne Facchin (CPF 056.899.046-35)
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12916/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-035.308/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alisson Daniel de Macedo Vitor (CPF 012.108.136-29); Flavio Vinicius Gloria (CPF 063.830.036-31); Jordana Aparecida Gravito Rodrigues (CPF 076.580.836-66) e Maique Paulo dos Santos Emidio (CPF 070.435.056-40).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12917/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-035.505/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Lais Brito Cangussu (CPF 101.889.506-05), Paulo Pereira do Carmo (CPF 089.702.326-99), Renan Norberto (CPF 062.081.286-92) e Valeria Rezende Freitas Barros (CPF 102.887.966-08).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12918/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-037.459/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Carlos Expedito da Silva (CPF 143.358.516-26); Daniel Vicente de Paula Soares (CPF 122.226.296-75); Manoel Expedito dos Santos (CPF 702.304.116-81); Matheus Assis Santos (CPF 129.003.586-55); Matheus Henriques Alves (CPF 154.776.076-10); Nikolas Ilson Assis Julio (CPF 139.969.196-11); Samuel Gomes Araujo (CPF 157.774.226-59); Victor Carlos Dias do Nascimento (CPF 533.807.688-80); Victor Hugo Faria Puiati (CPF 151.815.676-22) e Victor de Almeida Abreu (CPF 119.183.536-70).
1.3. Unidade: Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica (vinculador).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12919/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-037.483/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Kleber da Silva Vasconcelos (CPF 036.694.315-43); Matheus Henrique da Silva Souza (CPF 032.508.071-25) e Wesley Pontes de Brito (CPF 097.546.824-37).
1.3. Unidade: Banco do Brasil S.A..
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12920/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Cristielle de Jesus Costa.

1. Processo TC-037.518/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Cristielle de Jesus Costa (CPF 080.627.136-10).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12921/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria, e em classificar como sigilosa as identidades dos interessados (art. 23, inciso I, da Lei 12.527/2011).

1. Processo TC-037.559/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Unidade: Agência Brasileira de Inteligência / PR.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12922/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-037.636/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessadas: Carolina Azevedo Torres Delgado (CPF 930.615.444-53) e Luciana Nunes Simoes (CPF 029.815.684-93).
1.3. Unidade: Ministério Público Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12923/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a Dulce Molinari Silva.

1. Processo TC-019.137/2019-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Dulce Molinari Silva (CPF 276.572.958-13).
1.3. Unidade: Segunda Região Militar.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 7/2019 - 2ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 12924/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, 259, inciso II, e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de se fazer as determinações especificadas nos itens 1.8 e 1.9.

1. Processo TC-023.192/2008-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Responsável: Aurina Oliveira Santana (094.525.245-53).
1.2. Interessados: Aurina Oliveira Santana (094.525.245-53); Geraldo Jose Ramos Pimentel (049.057.335-53); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (10.764.307/0001-12); Maria Alice Santana Araujo (107.358.605-72); Nemesio Neopomuceno Costa (093.803.105-87).
1.3. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Sefip que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária 43624-74.2013.4.01.3300, que tramita junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em favor de Geraldo José Ramos Pimentel (CPF 049.057.335-53).
1.9. Reiterar, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, a determinação constante do item 9.3.2 do Acórdão 7.354/2014-TCU-2ª Câmara, para que instaure, nos termos dos artigos 8º e 9º da Lei 8.443/92, c/c o artigo 197 do Regimento Interno do TCU, tomada de contas especial para apurar a responsabilidade da gestora Aurina Oliveira Santana (CPF 094.525.245-53) pelos valores pagos indevidamente ao inativo Geraldo José Ramos Pimentel (CPF 049.057.335-53), no período de 23/7/2009 a 29/7/2013, e comunique as providências adotadas a este Tribunal de Contas da União, no prazo de 60 (sessenta) dias.

ACÓRDÃO Nº 12925/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", e 218 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres constantes dos autos, em:
a) expedir quitação a Vanja Joice Bispo Santos (CPF 199.396.802-44), diante do recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada pelo Acórdão 5.922/2016-TCU-2ª Câmara, alterado pelo Acórdão 6.900/2018-TCU-2ª Câmara; e
b) encaminhar cópia da presente deliberação à responsável.

1. Processo TC-011.389/2014-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Vanja Joice Bispo Santos (199.396.802-44).
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.5. Representação legal: Guilhermo Aita (OAB/PA 21.276) e outros.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 26/2019 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 12926/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação, por perda de objeto, do ato de aposentadoria do Sr. Deogledes Monticuco, tendo em vista o seu falecimento, e legais, para fins de registro, os demais atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.002/2012-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Tadine (072.404.658-53); Deogledes Monticuco (024.004.309-00); Maria Helena Caldas Barbosa Tirlone (036.798.188-23).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12927/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.453/2019-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Solange Fernandes Paulino (511.266.809-15).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - Criciúma/SC - INSS/SC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12928/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.468/2019-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dora Gurivitz (061.955.557-20); Fernando Simoes Simao (065.831.807-15); Paulo Cesar de Aguiar (197.427.897-20).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro - SRT/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12929/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.503/2019-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Augusto Machado de Almeida (002.513.805-72); Maria da Gloria Costa Monteiro (002.584.665-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - UFS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12930/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com o parecer do Ministério Público/TCU:

1. Processo TC-028.447/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Leonardo Junio Ferreira (060.373.926-17).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12931/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com o parecer do Ministério Público/TCU:

1. Processo TC-028.461/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Franklin Eduardo dos Santos Hirschle Junior (020.775.861-17).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12932/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento dos interessados ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.462/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Cristina Petry de Aguiar (026.098.579-18); Betsy Kilian Martins Luiz (947.062.209-04); Fernanda Guimaraes de Carvalho (783.494.275-15); Gisele Neves Maciel (008.141.399-81); Hellen Karine Stulzer Koerich (027.715.259-33); Henrique Von Hertwig Bittencourt (027.577.789-86); Ilson Wilmar Rodrigues Filho (200.375.469-53); Janayna Lehmkuhl Bouzon (023.576.469-85); Jose Paulo Vieira Costa (054.255.140-34); Leandro Luis Daros (936.099.309-34); Leandro Stocco (282.749.138-92); Marcus Vinicius Motter Borges (030.275.029-05); Patricia Ribeiro Mombach (801.323.830-04); Paulo Jose Barbosa Gutierres Filho (526.582.520-72); Rodrigo Andre Hummes (931.773.050-72); Rodrigo do Carmo Barletta (619.450.721-72); Rosane Costa Beber (344.216.290-49); Sabrina Blasius Faust (058.346.399-17).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12933/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.832/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alfredo Melk de Carvalho (013.613.576-57); Ana Paula da Costa Cardoso (574.938.711-91); Bruno Pellizzaro Dias Afonso (054.129.136-01); Bruno de Almeida Dias (074.475.106-37); Nivia Nascimento Custodio de Oliveira (068.382.186-58); Sergio Calic (280.225.216-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12934/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.943/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aylton Junio Ribeiro dos Santos (141.218.876-89); Fabiano Cardoso da Cruz Junior (134.956.996-86); Fernando Stanley da Silva (136.409.896-27); Gabriel Fernandes Mares (022.489.946-56); Joao Victor Oliveira Fonseca (021.325.026-84).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12935/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.127/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Erika de Souza Freitas (862.636.331-15); Marcos Paulo Dias de Almeida (099.914.774-97).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal - MPF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12936/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.536/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Fernandes da Silva (087.839.237-80); Amapola Angel de Carvalho (101.723.237-70); Cintia de Carvalho Castro (118.450.757-06); Elisiany Moreira Maia de Mendonca (107.049.997-81); Juliana de Araujo de Toledo (056.953.087-39); Juliane Goncalves da Silva (124.226.057-96); Junior da Silva Quintiliano (089.553.577-70).
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12937/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.729/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniele Alves de Oliveira (011.738.064-40); Daniele Bittencourt Wieth (003.206.220-61); Daniele Correia de Lima (039.537.794-35); Daniele Oliveira Barros (642.660.952-87); Daniele Quadro Marques (000.148.411-77); Daniele Schoffen (761.981.891-04); Daniella Cristina de Sa Carneiro Costa Linhares (050.312.074-00); Danielle Almeida da Mota (803.373.175-34); Danielle Campos Silva (013.144.873-02); Danielle Cristina de Oliveira Soares (011.562.593-39).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12938/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.733/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Denise Moreira Camelo (525.721.612-49); Denny Jacques Mendes (671.680.782-91); Derjania Crispim Pereira (929.924.551-72); Derli Marques Viana (785.958.356-91); Deusa Maria Serrão Goncalves (529.110.633-68); Deusely Ramos de Oliveira Brasil (841.246.283-15); Deydiany Ferreira Ribeiro da Cunha (012.002.993-61); Diana Claudia Gomes Barbosa (035.506.264-01); Diana do Rosario Amorim Franca (651.279.193-20); Diego Alexsander Silva dos Santos (011.152.083-57).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12939/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.772/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Glebert Monteiro Pereira (000.502.563-00); Gleicimar da Silva Mattos (941.898.972-72); Gleicy Gabriela Vitoria Spinola Carneiro Falcão (929.037.385-72); Gleide Alves de Queiroz (883.246.211-72); Gleidson Santos Sant Anna (040.067.425-41); Glenda Soares Saldanha (063.489.924-46); Glerger Alcantara Sabia (026.579.953-81); Gleyce Sousa Soares (038.040.173-80); Gleydson Dias Duarte (005.483.373-65); Gleysa Neyane Ferreira (044.020.794-03).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12940/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.855/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lidianne Barbosa Lima (060.627.284-45); Lidianny Michelle da Silva Pontes (010.770.504-45); Lidineia da Silva Oliveira (004.948.165-70); Liherberth Moraes dos Santos (025.082.423-06); Lilia Frazao de Oliveira (937.559.373-87); Lilian Cristhian Ferreira dos Santos Rocha (024.489.661-50); Lilian Leandro de Oliveira Santos (042.586.925-30); Lilian Maykely da Silva Lima Carvalho (895.600.193-68); Lilian Pinheiro Santos Cafe (970.729.315-20); Lilian Rafaela Batista de Souza (942.723.013-49).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12941/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.866/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcia Fernandes Ferreira de Almeida (005.229.157-01); Marcia Figueiredo Barbosa (033.011.934-63); Marcia Inez Xavier dos Santos (691.128.270-53); Marcia Iris de Oliveira Costa (552.307.411-04); Marcia Maria Felix de Lima (150.334.815-68); Marcia Martins Cavazza (911.889.626-04); Marcia Pereira Gomes (921.506.913-53); Marcia Regina da Silva Oliveira (013.963.424-00); Marcia Regina de Albuquerque Dornellas (798.893.104-06); Marcia de Castro Carioca Feitoza (404.486.222-20).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12942/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.972/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Leticia Batista da Silva (013.785.472-25); Benedito Tavares de Barros (840.134.272-49); Carlos Alberto Gaia Assunção (479.537.302-78); Elias da Silva Albuquerque (517.267.932-49); Elisabete Vieira Pinheiro (978.564.870-20); Eliziane Lima Rosa (035.796.153-60); Fernando Alves Miranda Santos (894.228.992-49); Gilmar Bueno Santos (053.561.776-31); Isabel Mesquita da Silva (618.107.622-00); Jessica Franca de Souza (982.860.302-06).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12943/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.979/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Soares Camara (011.204.981-80); Cristiano de Andrade Guedes (717.663.161-15); Douglas Ramos Guelfi Silva (221.156.578-61); Gustavo Caldeira Fonseca (006.243.291-51); Hugo Silva Faria (983.042.161-91); Juliano Rosa Gonçalves (862.722.251-72); Jussara Augusta Batista dos Santos (004.627.951-28); Mariela do Nascimento Carvalho (003.505.563-42); Robson Bastos Roen (691.343.407-34); Rogério Rodrigues de Oliveira (428.164.241-20).
1.2. Órgão/Entidade: Escola Técnica Federal de Brasília.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12944/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.604/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andrea Aiolfi (905.134.799-53); Claudia de Alencar Carvalho (025.182.273-77); Daianny Ritha Tavares Ferreira e Silva (065.176.396-75); Daniele Barreto de Lima (023.419.155-40); Susan Dutra Caetano (725.018.711-20); Telma Conceição Souza (512.923.941-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12945/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.631/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jussara Xavier Nascimento (702.839.070-53); Robert de Moraes Wyse (022.194.230-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.3.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12946/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.931/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Mariha Barbosa e Castro (074.813.266-06).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12947/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.115/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Estela Oliveira Rodrigues de Carvalho (004.911.491-31); Francisco George de Sousa Lopes (994.445.851-15); Francisco Thiago Silva (725.074.201-97); Giovana Acacia Tempesta (278.663.678-76); Paulo Henrique Fernandes dos Santos (036.911.081-13); Raquel Maciel Oliveira (722.399.211-53); Rodrigo Fonseca Lima (024.878.691-19); Salete da Silva Rios (397.130.324-20).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12948/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.305/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Helio de Azambuja Villanova (309.661.672-87); Igor Matos Pereira (025.287.351-38); Kelly Matos Diniz (015.396.003-51); Paulo Adriano de Sousa Freire (045.291.951-71); Rui Junio dos Santos Lima (012.222.271-77); Samuel Novais Moura Junior (881.156.661-49); Wirley Domingos Souza Vieira (013.601.891-22).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12949/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.424/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alef Jordan Pachu de Araujo (140.431.787-27); Glaucio Coutinho Marinho (144.255.447-90); Luis Miguel Barbosa (074.462.135-66); Pedro Paulo de Albuquerque Ramos Junior (100.845.827-90).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12950/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.478/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Daniel Francelino da Silva (976.326.861-34).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12951/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.717/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leonardo dos Santos (001.822.581-06); Marcio de Sousa Santos (721.155.131-34); Paulo Torres Rodrigues (003.752.521-26); Renan Balduino de Oliveira (013.743.391-30); Renato Antonio de Almeida (090.092.376-80); Valmir Fernandes Vieira Junior (016.839.731-51); Wesley Silva de Oliveira Alves (031.989.351-05); Wilismar Araujo da Silva (926.343.381-04).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12952/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.737/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Lorena Freitas Salgado de Castro (132.825.097-07).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12953/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.742/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Gelson Antonio de Souza (474.173.747-00).

1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12954/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.756/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Emmanuel Mendes Antezana de Souza (003.437.802-24); Paulo Roberto Pimentel Garcia (057.359.139-30); Wagner Alves Pessoa (224.336.798-00).

1.2. Órgão/Entidade: Liquigás Distribuidora S.A.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12955/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.820/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Eduardo Martins Borges (039.782.700-80).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12956/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.845/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Paulo Cesar Penha de Lima (011.959.797-70).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12957/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.856/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Agatangelo Lima Silva (450.299.973-34); Daniele Liberato Venero (052.402.277-13); Domiciano Sabino Marinho (553.693.751-00); Margareth Medeiros Netto (330.943.306-49); Marie Goretti Ikemoto Honda (170.233.158-02); Patricia Cristine de Oliveira Galvão (790.060.941-53); Ricardo Fonseca Coppola (240.681.446-72); Sandra Maria Pereira Pereira (213.740.405-25).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12958/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.861/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eucelio Domingos de Amorim (060.184.058-57); Maria Lucia da Silva dos Santos (022.526.328-95); Sandra da Costa dos Santos (118.917.608-40).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12959/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.910/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alice Alves de Almeida Canabarro (390.809.878-59); Andre Luiz Alves Sineiro (129.236.557-96); Bruna Rodrigues da Costa (134.927.457-76); Carlos Alberto Quirino dos Santos Junior (117.252.747-44); Daiana Pereira Goulart (129.838.727-26); Daniele de Souza do Carmo (129.371.517-44); Debora de Carvalho Aleixo (133.965.197-10); Diego Abilio Lira (125.054.917-55); Elson Charles Roza de Souza (125.002.007-79); Fernanda Lima da Silva (134.684.427-50); Hariane Quaresma Placido (126.336.717-80); Hugo Pinheiro Raimundo (133.031.827-79); Italo Cezar Barreto Dias (129.943.747-81); Kezia Silva dos Santos (134.927.407-07); Livia Rodrigues Pereira (104.643.727-55); Magson Roberto de Oliveira Pereira (111.076.747-19); Monique Patricia Ribeiro Severino (134.656.847-29); Roseleine Conceição dos Santos (134.342.967-60).
1.2. Órgão/Entidade: Eletrobrás Termonuclear S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12960/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.939/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Marcia Rita dos Santos Sales (892.251.475-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12961/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.944/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rafael Cunha da Matta Pereira (111.870.417-77).
1.2. Órgão/Entidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12962/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento do interessado ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.018/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Assisnez de Azevedo Farias (053.668.804-40); Matheus Angiole Ferreira de Almeida (015.493.962-50).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12963/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento do interessado ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.027/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alfredo Cesar Correa Rodriguez (000.074.889-71).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12964/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento dos interessados ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.075/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alfranio da Silva Zampoli (673.771.142-15); Daniel Benvindo de Carvalho (420.771.682-34); Daniela Moreira dos Santos Machado (961.278.052-87); Dina Griselda de Oliveira (683.504.902-25); Jackson Balthazar de Arruda Camara (098.285.547-80); Miguel Furtado Menezes (258.709.578-69); Rosimeire Tertuliano Luna (686.166.272-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12965/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento dos interessados ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.085/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Allyson Medeiros Gabriel (074.361.044-03); Pericles Alves Batista (053.744.164-64).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12966/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento dos interessados ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.104/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcelo Musci Zaib Antonio (915.723.207-53); Raphael Dias de Mello Pereira (051.526.967-03).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12967/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento dos interessados ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.128/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eduardo Cardoso (000.737.270-16); Marlene Menegazzi (464.442.460-91); Naira Girotto (013.451.000-35); Vania Maria Gusmão Carraro (285.964.390-72).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12968/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento do interessado ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.433/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Lenilson Ferreira da Silva (005.473.903-94).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12969/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento dos interessados ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.441/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Delio Jose Mora Amador Junior (045.644.716-43); Helena Rodi Neumann (355.497.998-80); Joao Alexandre Lopes Dranski (040.192.369-09); Luiz Leonardo Saldanha (228.845.068-10).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Unila.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12970/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento dos interessados ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.497/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Franca Correa (025.126.991-45); Everton Divino Fernandes Paulino (710.579.191-87); Heloisa Maria Vital dos Reis (005.305.861-50); Juliano Juscelino Silva (069.519.736-36); Romario Victor Pacheco Antero (029.146.431-95).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12971/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento da interessada ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.540/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Jaqueline Trombetta da Silva (018.384.720-29).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12972/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento da interessada ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.560/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Livia Fernandes Solino (991.808.801-00).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal - DPF.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12973/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento dos interessados ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.610/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Giulianno Castelo Branco Lopes (748.187.323-20); Vander Trindade Pereira (008.726.181-29).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital das Forças Armadas - HFA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12974/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.519/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alynne da Silva Praxedes (105.892.274-24); Lucas Tunes Barbosa (394.489.138-42); Rafaelle Gracine de Souza Monteiro (102.066.596-36); Sara Santos Bernardes (044.041.589-63).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12975/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.546/2019-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carine Nunes de Albuquerque Oliveira (057.438.204-65); Daniel Oliveira Nobrega (065.472.484-96); Jonitas Matos dos Santos Duarte (045.050.865-00); Julio Cesar Alves Figueiroa (082.229.004-98); Larissa Colangelo Matos Vidal (031.354.773-47); Luiza Hood Wanderley (126.696.547-54); Marcela Muniz Campos (017.678.041-64); Maressa Lopes Rezende (037.743.911-81); Maria Helena Martins Rocha Pedrosa (014.503.534-44); Nathalia Karoline Carvalho Maia Vale (026.767.903-31).

1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União - AGU.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12976/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.587/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Ana Elisa Hartmann (013.258.900-14); Helen Cristina da Silva (057.251.959-10).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa - Unipampa.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12977/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.814/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Lívia de Oliveira Galvanho (120.583.427-39).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12978/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.112/2019-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Zulema Mikilyta Marchalek (027.031.149-15).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12979/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados ou o advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.680/2019-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alzimira Monteiro de Souza Santos (483.773.172-49); Amiraldo Monteiro dos Santos (513.434.442-68); Ary Pinheiro Leite (513.138.552-00); Francisca Pinheiro Leite (412.585.762-87).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12980/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.704/2019-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Francisca Lucas da Silva (050.817.864-97).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12981/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.790/2019-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Adriane Nonato de Oliveira (016.585.192-99); Maria Olimar Nonato de Oliveira (716.837.042-15).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - UFAM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12982/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.668/2018-2 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessadas: Elizabeth Pereira Gomes (162.509.316-00); Maria Virgínia Pereira Gomes (716.381.996-04); Nira Maria Pereira Gomes (533.857.136-68).

1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12983/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em reanalisar os atos instituído pelos Srs. José dos Santos Prata e Cláudio Peres, a luz do novo entendimento firmado pelo Acórdão 2.225/2019 - Plenário, e em considerar legais para fins de registro os demais atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com o parecer do Ministério Público/TCU:

1. Processo TC-031.124/2019-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adeguimaria Dantas de Sena (443.355.554-15); Clara Lucia Prata Ferreira da Silva (309.359.117-15); Claudia Maria de Paula Prata Ramirez (660.885.267-34); Dulce Peres Di Napoli (491.824.800-44); Regina Celia Spicciati Pacheco (575.382.128-68); Telma Edna Guedes Tavares (693.479.488-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12984/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.811/2019-2 (REFORMA)

1.1. Interessados: Aldemir Loureiro Sampaio (725.259.247-20); Carlos Fernando Felinto dos Santos (353.295.484-20); Cleber Arcelino Mota de Albuquerque Rego (345.254.594-68); Dimas Fidencio do Carmo (774.566.537-04); João Ribeiro Durães (719.358.947-49); Jose Antonio Machado (356.728.384-72); Jose Assis Furtado Carneiro (725.263.277-68); Jose Maria do Nascimento (283.549.154-68); Jose Ribamar Baltazar Chagas (761.005.617-00); Luiz Carlos da Silva (733.041.827-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12985/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.893/2019-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Antonio Carlos Matos (726.854.417-00); Archimedes Francisco Delgado (316.945.607-59); Glaucia Regina Dantas Ferreira (312.366.507-00); Jansen Coli Almeida de Oliveira (245.919.127-87); Jose Alexandre de Aguiar (758.598.667-04); Marcelo de Souza Carneiro (362.918.037-04); Newton Fagundes de Oliveira (760.596.507-91); Norberto Gemelle Leal (431.931.027-68); Sandra Esmeralda do Espirito Santo (701.566.897-15); Wanderley Nunes (347.479.827-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12986/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.022/2019-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Agricio de Faria Pimentel (023.774.977-72); Alfredo Rodrigues da Rocha (025.047.667-34); Alonso de Almeida Santana (061.133.387-20); Antonino de Medeiros Brito (047.453.707-25); David Rosenvald (009.320.867-72); Erci Soares (023.380.501-00); Luiz Fernando Teixeira Dantas (020.098.977-49); Nilson Marques de Souza (108.603.048-68); Paulo Jose Pinheiro Lourenco (030.139.877-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12987/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.040/2019-8 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adilson Balbino de Oliveira (426.596.807-44); Almir Pereira Sampaio (135.408.827-15); Augusto Batista Dantas (061.640.487-53); Dalvadisio Fonseca de Melo (005.755.505-20); Djalma Xavier da Silva (005.492.405-78); Jorge Tadeu de Sena Tavares (158.895.992-91); Jose Edson de Souza Oliveira (630.198.257-68); Laercio de Oliveira Lopes (173.551.251-68); Milderval Mariano Tavares (077.353.400-87); Orlando Delfino da Silva Almeida (006.179.111-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12988/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de reforma a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.070/2019-4 (REFORMA)

1.1. Interessado: Antonio Barbosa Leite (018.568.396-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12989/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.740/2019-4 (REFORMA)

1.1. Interessados: Jailson Rodrigues dos Santos (557.340.574-87); Ney Geraldo da Silva (261.891.946-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12990/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.777/2019-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Eli Dal Medico (847.673.168-04); Jaime de Almeida Azevedo (135.115.482-68); Jesus Henrique (041.463.012-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12991/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares com ressalva e dar-lhes quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação aos responsáveis e à Caixa Econômica Federal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.244/2017-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Armando Pimentel da Rocha (611.992.064-15); José Trigueiro da Silva (193.303.404-15).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Camutanga/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.3.1. Ministra que alegou impedimento na sessão: Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Severino Trigueiro da Silva (OAB/PE 2006), Valter de Melo (OAB/PE 7.994), advogados de José Trigueiro da Silva.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12992/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação à Sr. Sueli das Graças Calabrese, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada, reconhecer a favor da responsável, perante a Fazenda Pública Federal, o crédito de R$ 1.046,75 (um mil, quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), constituído em 24/5/2019, em decorrência de pagamento a maior por ela efetuado, para que possa, se lhe aprouver, buscar o ressarcimento da quantia, promovendo-se em seguida, o arquivamento do feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.577/2016-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: TC-021.814/2016-3 (Solicitação).

1.2. Responsável: Sueli das Graças Calabrese (672.540.129-53).

1.3. Órgão/Entidade: Instituto Curitiba de Turismo & Eventos.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.7. Representação legal: Humberto Daniel Bolstelmann, OAB/PR 67.132.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Quitação relativa ao subitem 9.4 do Acórdão 4.714/2018, proferido pela 2ª Câmara, em Sessão de 12/6/2018, Ata 20/2018.

Data de origem da multa: 12/6/2018 Valor original da multa: R$ 4.000,00

Datas dos recolhimentos: Valores recolhidos:

9/7/2018 R$ 500,00
9/8/2018 R$ 515,00
11/9/2018 R$ 500,00
11/10/2018 R$ 515,00
29/11/2018 R$ 500,00
16/1/2019 R$ 500,00
12/2/2019 R$ 571,26
21/3/2019 R$ 506,45
24/5/2019 R$ 1.013,20

ACÓRDÃO Nº 12993/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea a, do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao Sr. José Otávio Bigatto e ao advogado por ele constituído, além de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.254/2006-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: José Otávio Bigatto (820.333.588-87).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Justiça do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Jose Henrique Castelo Saenz - OAB/SP 120.884.

1.7. Determinações:

1.7.1. à SecexTCE que:

1.7.1.1. realize a inclusão do responsável, Sr. José Otávio Bigatto, no Cadastro de Responsáveis com Contas Julgadas Irregulares - Cadirreg, com a devida comunicação ao Tribunal Superior Eleitoral, caso aplicável;

1.7.1.2. realize a baixa da responsabilidade pelo débito do Sr. José Otávio Bigatto, imputado a este por meio do Acórdão 328/2008 - 1ª Câmara.

ACÓRDÃO Nº 12994/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, considerando que o responsável faleceu durante o transcurso do prazo para apresentação das alegações de defesa, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, e nos arts. 6º, inciso II, e 19 da IN/TCU 71/2012, em tornar insubsistente o Acórdão 1.309/2019 - 2ª Câmara e em determinar o arquivamento do feito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.338/2017-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Antônio Vicente de Souza Albuquerque (124.588.724-68).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Barreiros/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.3.1. Ministra que alegou impedimento na sessão: Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12995/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, encaminhar cópia desta deliberação ao representante e cópia do processo ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, a fim de que adote as providências que entender necessárias, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do feito, sem prejuízo de prestar a seguinte informação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.320/2015-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do Amazonas.

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Estadual de Turismo do Amazonas - Amazonastur.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.6. Representação legal: Brenno Daguiar de Souza e outros, representando Instituto Brasileiro de Turismo; Marcos Roberto Marinho Campos (4492/OAB-AM) e outros, representando Empresa Estadual de Turismo - Amazonastur, Oreni Campelo Braga da Silva, Empresa Estadual de Turismo - Amazonastur e Oreni Campelo Braga da Silva; Franklin Rodrigues da Costa (6575/OAB-DF) e outros, representando Wl Sistema Amazonense de Turismo Ltda.

1.7. Informar:

1.7.1. à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União - SCGPU que eventuais ocupações irregulares em terrenos marginais próximos à ponte sobre o Rio Negro no Estado do Amazonas, podem estar em desobediência aos ritos previstos para cessão de imóveis de domínio da União estabelecidos nos arts. 18 a 20 da Lei 9.636/98 ou, ainda, em desalinho com as atuais diretrizes do órgão para alienação de áreas inservíveis à função pública, cabendo a adoção das medidas necessárias à reintegração de posse de tais imóveis, caso se façam necessárias.

ACÓRDÃO Nº 12996/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia desta deliberação ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-036.206/2019-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Procuradoria da República no Estado do Paraná - MPF/PR/PR.

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no Paraná - DR/ECT/PR.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12997/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso I, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao representante e cópia integral dos autos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para adoção das providências de sua alçada, e de fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-039.206/2018-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Município de Garanhuns/Arcov.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pesqueira/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.3.1. Ministra que alegou impedimento na sessão: Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. à SecexEducação que encaminhe cópia da instrução da unidade técnica e desta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE/PE, solicitando-lhe que, quando do julgamento do Processo de Auditoria Especial TC-19100473-0, caso se verifique a ocorrência de débito com recursos da União, seja encaminhada cópia dos aludidos autos ao TCU.

RELAÇÃO Nº 36/2019 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 12998/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.736/2012-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antônio Miguel Pereira (CPF 071.726.808-04).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT- Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 12999/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria de Dolores Maria Alves Vieira (CPF 482.853.409-10) e de Helena Maria Martins (CPF 454.590.029-15) e prolatar a determinação abaixo indicada, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU:

1. Processo TC-020.233/2019-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Dolores Maria Alves Vieira (CPF 482.853.409-10); Helena Maria Martins (CPF 454.590.029-15) e Mara de Oliveira (CPF 378.313.569-91).

1.2. Entidade: Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social em Florianópolis - SC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar que a Sefip realize diligência junto ao INSS para que envie ao TCU a memória de cálculo da média das remunerações de contribuição por parte da Sra. Mara de Oliveira (CPF 378.313.569-91), além de o INSS demonstrar e justificar a forma como estaria a corrigir os proventos da aludida interessada, em face dos índices de reajuste divulgados pelo então Ministério da Previdência Social para o período de 2017 a 2019.

ACÓRDÃO Nº 13000/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.560/2019-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Lígia Polycarpo Martins Medeiros (CPF 323.715.007-04); Milica Satake Noguchi (CPF 125.917.658-47); Peri Santoro (CPF 244.825.367-68); Terezinha Maria Folhadela Benevides Lobianco (CPF 778.852.367-49) e Vilma Blondet de Azeredo (CPF 941.894.987-34).

1.2. Entidade: Universidade Federal Fluminense - UFF.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13001/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.101/2019-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Josina Maria Marques Nunes (CPF 180.440.501-91); Sandra Elisa André de Penaranda (CPF 149.122.011-20) e Valdivino Francisco de Sá (CPF 159.981.931-72).

1.2. Entidade: Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social em Goiânia - GO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13002/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.543/2019-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Iara D Ávila (CPF 637.055.249-68); Luiz Ricardo da Silva (CPF 378.336.939-87); Rosimeri Maria de Souza (CPF 584.943.329-53); Sulivan de Oliveira Costa (CPF 298.521.619-20) e Teresinha Inês Ceccato de Oliveira Gama (CPF 342.052.509-59).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13003/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.275/2019-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Célio Ribeiro (CPF 008.753.506-82); Mário Ayres Pacheco (CPF 083.116.416-68) e Rômulo Chaves Mendes (CPF 075.519.916-20).
1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET/MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13004/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.477/2019-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gilberto Antunes de Oliveira (CPF 008.946.054-53); Jose Dias Cabral (CPF 002.055.913-53) e Jose Dias Cabral (CPF 002.055.913-53).
1.2. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13005/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.496/2019-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Natália Carvalho de Sousa (CPF 104.300.673-72).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - UFMA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13006/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.531/2019-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antenor Lopes Guerra (CPF 201.486.236-20) e Antônio Luiz Camargo (CPF 337.578.107-59).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13007/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.557/2019-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Célia Maria Dorazio (CPF 773.162.408-06).
1.2. Entidade: Fundação Centro Tecnológico para Informática (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13008/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal Luciana Fernandes de Almeida e Silva (CPF 038.174.874-01), de Luciano Barbosa dos Santos (CPF 814.241.404-04), de Luciano Jorge Amorim Leite (CPF 031.053.064-47) e de Lúcia Tone Ferreira Hidaka (CPF 454.268.482-20) e prolatar a determinação abaixo indicada, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU:

1. Processo TC-017.977/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luciana Fernandes de Almeida e Silva (CPF 038.174.874-01); Luciano Barbosa dos Santos (CPF 814.241.404-04); Luciano Jorge Amorim Leite (CPF 031.053.064-47); Lucidalva Jacinto dos Santos (CPF 871.907.294-53) e Lúcia Tone Ferreira Hidaka (CPF 454.268.482-20).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Alagoas - UFAL.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar que a Sefip realize diligência à Universidade Federal de Alagoas para esclarecer a inconsistência no ato de admissão de Lucidalva Jacinto dos Santos (CPF 871.907.294-53).

ACÓRDÃO Nº 13009/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.150/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amadeu Sá de Campos Filho (CPF 995.638.354-68); Arthur Paulo de Souza Cruz Mendonça (CPF 083.386.024-00); Mariana Fernandes dos Santos Villela (CPF 060.031.726-90) e Vânia Lúcia Viana Vidal (CPF 033.308.065-32).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13010/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.174/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danillo Flugge de Souza (CPF 009.082.001-02); Danilo Neves Pereira (CPF 037.746.541-07); Fernanda Tenório Lopes Barbosa (CPF 021.842.601-18); Filippe Elias de Freitas Soares (CPF 084.503.496-05); Frederico Henrique Galves Coelho da Rocha (CPF 014.770.676-98); Guilherme Gonçalves de Freitas (CPF 023.662.931-00); Joel Alves Sacramento (CPF 029.192.101-90); Mariana Alves Henrique (CPF 093.780.126-71); Ravila Graziany Machado de Souza (CPF 013.417.711-80) e Sérgio Carlos Zilio (CPF 832.305.648-04).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Goiás - UFG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13011/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.623/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniele Chaves Serra (CPF 057.553.137-17); Eduardo Aguiar Siqueira (CPF 136.912.967-00); Francilia Faloni Coelho (CPF 070.604.686-25); Juliana Pegas Cavalcanti (CPF 098.605.397-07); Marcela Arruda Sabóia Nogueira dos Santos (CPF 107.399.897-58); Márcia Gabrielli Pontes Viana (CPF 111.047.147-52); Marina Caiado Paulozzi (CPF 019.285.081-46); Natália Marques Moreti (CPF 306.630.278-45); Priscilla Romano Gaspar (CPF 107.799.757-40) e Rebeka de Souza Neves (CPF 084.741.377-21).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13012/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.750/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ângela da Costa Barcellos Marques (CPF 449.090.040-68); Bruno Barros Cunha (CPF 015.512.933-31); Danieli Cesari (CPF 091.626.539-03); Everton da Costa (CPF 047.887.999-79); Izabella da Silva Assunção (CPF 138.513.177-26); Michele Goulart Massuchin (CPF 063.501.899-30); Rafaela Gessner Lourenco (CPF 062.757.229-40); Renato Jose Pires Machado (CPF 313.391.638-61); Rui Carlos Culpi Mann (CPF 075.603.199-04) e Walace dos Santos Nascimento (CPF 118.646.267-12).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Paraná - UFPR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13013/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.954/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abner Antônio Ferreira (CPF 001.619.561-22); Alice de Castro Reis (CPF 041.124.931-26); Ana Caroline Melo de Oliveira (CPF 032.737.292-36); Eurípedes Ferreira de Carvalho Júnior (CPF 933.858.541-72); Fernanda Goncalves Cora (CPF 701.084.261-22); Guilherme Rodrigues Dias (CPF 037.415.871-17); Marco Antônio Pereira Mendes (CPF 702.050.981-93); Paulo Rodrigues Cotrim (CPF 049.101.631-07); Paulo Victor Silva de Paula (CPF 028.735.061-48) e Sara Lorena Cabral da Silva (CPF 109.156.626-71).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Goiás - UFG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13014/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.998/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antônio Josias Peres Bittencourt (CPF 041.479.000-62); Christian Santos Spitzmacher (CPF 048.909.000-12); Cristopher Batista Martins (CPF 030.526.510-56); Ezequias Tarcis Prado Ventura (CPF 041.330.740-92); Gustavo Matiuzzi Souza (CPF 044.010.680-09); Heliton Fernando Peres da Silva (CPF 050.079.100-74); João Marcos Borges de Menezes (CPF 040.480.610-46); Leonardo Chaves Lima (CPF 044.195.740-46); Matheus Campos Moreira (CPF 042.828.000-54) e Natanael de Andrade Landa (CPF 054.108.150-09).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13015/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.179/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Álvaro Rogério Duboc Fajardo (CPF 820.600.297-91) e Dalmo Mendes (CPF 752.590.017-53).

1.2. Entidade: Departamento de Polícia Federal - DPF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13016/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.519/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Lúcia Danielewicz (CPF 057.112.819-09); Danielle Jacon Ayres Pinto (CPF 291.367.488-70); Jucilaine Zucco (CPF 019.470.279-05); Neiva de Assis (CPF 969.679.439-87) e Pedro Heliodoro de Moraes Branco Tavares (CPF 023.435.859-97).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13017/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.531/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Auriane Lorena Alves Pinheiro (CPF 935.610.162-00); Dalva Carolina de Almeida Dias (CPF 017.296.331-10) e Liliany Migueis Cunha (CPF 024.183.131-82).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13018/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.535/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Cristina Wichbold (CPF 852.105.520-04); Nicole Berthier Zanin (CPF 012.471.510-93) e Samanta Schneider (CPF 003.055.200-16).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13019/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.566/2019-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Jefferson Adriano Neves (CPF 099.649.286-02).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Lavras - UFLA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

CÓRDÃO Nº 13020/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.571/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Ellen Araújo Matos (CPF 015.545.445-56); Erika de Melo Viana Sampaio Silva (CPF 045.258.064-19) e Patrícia Oliveira Silva (CPF 972.992.515-15).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13021/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.814/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Cristiano Martins Vieira (CPF 074.496.757-06).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13022/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.878/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Layssa Gabriela Almeida e Silva Mello (CPF 023.042.541-01); Munique Hevelyn Rodarte Ribeiro (CPF 004.889.701-99); Rodrigo Milhomem de Moura (CPF 051.750.741-21) e Simone Cristina da Silva Azevedo (CPF 664.460.231-20).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Goiás - UFG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13023/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.900/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Josiane Beltrame Milanesi (CPF 101.892.887-10).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13024/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.082/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Ricardo Goncalves do Nascimento (CPF 995.158.301-68).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13025/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.105/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Léia Lediane Gross (CPF 055.901.099-06).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13026/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.186/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriela Braga Fonseca (CPF 099.062.676-82); Mariana de Castro Prado (CPF 049.738.486-89) e Sávio Ribas (CPF 095.416.316-81).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13027/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.553/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Augusto Montes Gomes Pinto (CPF 011.810.386-50); Diego Batista Cemin (CPF 004.367.420-80) e Marina Pereira Ximenes (CPF 033.370.195-01).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - TRT/MT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13028/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.809/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jose André Gitirana Ferreira Dias (CPF 907.735.004-72); Jose Assis Sousa Miranda Júnior (CPF 010.326.043-95); Jose Azael de Góis Terceiro Neto (CPF 023.388.275-89); Jose Bandeira Araújo (CPF 088.619.353-20); Jose Bonifácio Barbosa Júnior (CPF 626.105.543-20); Jose Bráulio Nobrega de Sa Rocha (CPF 051.773.284-06); Jose Carlos Costa Araújo Júnior (CPF 829.710.303-00); Jose Carlos Pereira de Souza (CPF 655.015.351-49); Jose Cleantes de Carvalho Júnior (CPF 966.365.645-04) e Jose de Anchieta Antas Filho (CPF 753.590.814-49).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13029/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.920/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rene Queiroga Barbosa (CPF 026.753.454-07); Rennan Tarradt Rocha Wanderley (CPF 013.570.894-06); Renne de Figueiredo Bezerra Lucena (CPF 010.128.044-02); Ricardo Abel Garcia de Passos (CPF 091.014.417-60); Ricardo Antônio de Paulos (CPF 056.301.047-99); Ricardo Barbosa da Silva (CPF 052.078.624-64); Ricardo Batista Simão (CPF 027.523.156-94); Ricardo Brandão Fonseca (CPF 026.821.234-14); Ricardo Gomes da Silva (CPF 038.671.854-76) e Ricardo do Carmo Filho (CPF 014.299.291-70).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13030/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.036/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jeziel da Silva Nunes (CPF 465.763.987-00).
1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13031/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.049/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Rosália Reina Gomes (CPF 426.264.477-49).
1.2. Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13032/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.056/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clécio Moura da Silva (CPF 908.921.514-04); Joatas da Silva Augusto (CPF 067.657.664-80); Maria de Jesus Mendes Felix (CPF 337.495.404-97); Mateus Lima Silveira (CPF 949.223.810-15); Patryck Silva Farias (CPF 004.082.003-32); Paulo Cesar Correa Barreto (CPF 697.378.601-44); Raphael dos Reis Monteiro (CPF 054.943.497-64) e Tiago Ogasawara (CPF 051.983.479-81).
1.2. Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - PRF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13033/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do desligamento do servidor, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.625/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Raphael Moraes de Silveira (CPF 016.914.971-42).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13034/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.147/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sérgio Silva Feitosa (CPF 024.019.491-86).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13035/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.041/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ardalla de Melo Ferrza (CPF 347.949.928-74); Carlos Eduardo Mesquita (CPF 387.614.028-50); David de Lira Silva (CPF 290.461.528-80); Débora Ataíde de Franca Dias (CPF 280.320.258-12); Elaine de Souza Silva (CPF 039.588.186-25); Fernanda Lima Conceição (CPF 229.706.768-26); Lígia da Conceição de Oliveira (CPF 343.369.118-51); Luciana de Oliveira da Silva (CPF 310.190.258-40); Mirian Cordeiro Marques (CPF 390.040.218-33); Nathália Bernardo Ferreira (CPF 334.561.728-50) e Vanice Pitinga Pinto (CPF 287.277.748-21).
1.2. Entidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13036/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.143/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Judith Barros Cassal (CPF 008.941.310-52).
1.2. Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13037/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do desligamento da servidora, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.007/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Aliny Lopes Coelho (CPF 029.159.431-09).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13038/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.016/2019-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Giesel (CPF 023.614.119-89); Aline Perazzoli Buratto (CPF 026.724.169-07); Carolina Santos Barroso de Pinho (CPF 808.977.705-87); Dario Marcelo Fernandez (CPF 815.106.750-00); Edina Maria Burdzinski (CPF 007.288.769-90); Everaldo Menin (CPF 913.831.459-20); Fernanda Lair Zuconelli Machado da Silva (CPF 046.969.089-50); Jose Renato de Moura Silva Barroso (CPF 038.117.263-58); Mateus

Antunes (CPF 011.502.180-96); Renato Alves de Oliveira Neto (CPF 006.855.160-67); Thayse Daros Giusti (CPF 049.159.039-31); Tiago Sawczen (CPF 009.235.699-01) e Vilmar Kulkamp (CPF 034.370.099-90).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13039/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.176/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fábio Paiva Reis (CPF 116.201.037-10) e Gutemberg Gomes de Oliveira (CPF 122.336.047-41).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13040/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do desligamento dos servidores, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.692/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Carlos Cecílio Cunha (CPF 004.457.647-16) e Poliana Bastos Del Piero (CPF 115.958.867-88).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13041/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do desligamento do servidor, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.698/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Jose Adailton Vieira Aragão Melo (CPF 042.897.744-82).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13042/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.911/2019-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Luciano de Sousa Chaves (CPF 646.106.673-04).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13043/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.020/2019-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antônio Matheus Principessa Martins (CPF 280.453.138-46); Gabriel Saraiva Ferreira (CPF 076.465.479-99); Isabela Gomes Trindade (CPF 062.907.416-08); Samuel Rosa de Freitas (CPF 073.780.886-17); Sérgio Cardozo Felix (CPF 130.019.627-04) e Átila Hawthorne Barakat (CPF 066.545.719-75).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - TRT/PR.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13044/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.509/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alberis Lindoso da Silva (CPF 521.094.024-15); Denise Schuler (CPF 810.954.730-34); Edson Alves de Oliveira (CPF 738.312.207-00); Eduardo Buani Santos (CPF 714.855.541-87); Gabriel Starke (CPF 040.869.899-30); Gilson Hupsel Rego (CPF 569.170.747-72); Rodrigo Cardoso Zagatto (CPF 052.922.629-43); Rogério Esteves (CPF 170.968.958-76); Vaico Oscar Preto Filho (CPF 832.358.768-04) e Victor Protazio da Silva (CPF 075.446.137-80).

1.2. Órgão: então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13045/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.564/2019-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Identidade preservada.

1.2. Entidade: Agência Brasileira de Inteligência - Recursos Sigilosos - PR.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13046/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão e prolatar a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-043.390/2012-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Eduardo Cerqueira Leite Brissac (CPF 046.076.138-27).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar que a Sefip acerte no Sistema Sisac o CPF do pensionista Eduardo Cerqueira Leite Brissac.

ACÓRDÃO Nº 13047/2019 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de reforma relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.011/2019-8 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adão Rodrigues (025.063.000-15); Adenis Dias (022.003.330-72); Arseno Klaus (023.219.470-04); Casemiro Eugenio Loss (000.877.420-04); Edu Chaves Xavier Nunes (045.649.870-20); Ivo Beck (035.274.330-15); Romero Lemes (081.893.230-91); Romeu Penteado (020.461.640-91); Ruy Pereira Rodrigues (057.143.460-68) e Vilmar Ribeiro de Freitas (237.170.680-91).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército (vinculador).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13048/2019 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA em desfavor de Marluce Cabral Pinheiro, como presidente da Associação Nacional de Desenvolvimento Humano e Social - ANDHUS, diante da parcial impugnação dos dispêndios com os recursos federais repassados por meio do Convênio nº 55/2010 (Siconv 748891) destinado a apoiar o projeto de organização dos pescadores artesanais para acessar os programas habitacionais no Estado de Pernambuco (Peça nº 1, p. 65);

Considerando que, em resposta à citação solidária de Marluce Cabral Pinheiro e da Associação Nacional de Desenvolvimento Humano e Social - ANDHUS pela não apresentação da prestação de contas, os responsáveis alegaram que teria efetivamente ocorrido a aludida prestação de contas e, para tanto, informaram que esse dever teria sido dificultado pelo próprio MAPA em função da falha no Sistema de Convênios do Governo Federal (Siconv) e da omissão em solucionar o problema, anexando os três CD com a extensa documentação sobre o convênio para compor a prestação de contas e comprovar a boa e regular aplicação dos recursos federais repassados à convenente;

Considerando que, para o adequado prosseguimento do feito, a 2ª Câmara do TCU prolatou o item 1.7.1 Acordão 2.358, em 10/4/2018, e determinou que a Coordenação-Geral de Prestação de Contas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, no improrrogável prazo de 90 (noventa) dias, avaliasse a documentação apresentada ao TCU pela Sra. Marluce Cabral Pinheiro (CPF 071.854.564-87) e pela Associação Nacional de Desenvolvimento Humano e Social - ANDHUS (CNPJ 07.989.147/0001-03) a título de prestação de contas do Convênio nº 55/2010 (Siconv 748891) e, ao final do aludido prazo, encaminhasse ao TCU e seu parecer conclusivo sobre a adequação e a suficiência da documentação apresentada como prestação de contas do referido convênio e sobre a regularidade da execução, com o aproveitamento, ou não, da parcela executada do correspondente objeto em prol da comunidade local, indicando a eventual subsistência do suscitado dano ao erário, sob pena de aplicação da multa legal ou até mesmo de solidariedade pele eventual débito, nos termos dos arts. 58 e 8º da Lei n.º 8.443, de 1992, diante do eventual descumprimento da aludida decisão do TCU;

Considerando, todavia, que, em resposta à notificação, o Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do Ofício 707/2018/SE - MAPA (Peça nº 27, p. 1-2), de 12/6/2018, informou que, em virtude do Decreto n.º 9.330, de 5/4/2008, os assuntos relativos à pesca tiveram a sua competência transferida para a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP/PR junto à Secretaria-Geral da Presidência da República, tendo sido, por isso, repassada a suscitada demanda à referida secretaria por meio do Ofício 706/2018/SE - MAPA (Peça nº 27, p. 3-4);

Considerando, porém, que, em conformidade com a informação prestada pela Assessoria da Presidência da República à Peça nº 27, ante a reorganização da estrutura administrativa do governo federal promovida pela Medida Provisória nº 870 de 1º de janeiro de 2019, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República (SEAP/SG/PR) teria sido extinta e ato contínuo, com a publicação do Decreto 9.667, de 2 de janeiro de 2019, as competências da secretaria teriam sido transferidas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), nos termos do art. 2º, II, "d", do Anexo I ao mencionado decreto;

Considerando, dessa forma, que as competências da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca foram novamente transferidas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), salientando que a área responsável para tratar da gestão de convênios relacionados à antiga SEAP/SG/PR, no referido ministério, seria a Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração da atual Secretaria de Aquicultura e Pesca;

Considerando, assim, que, como as alterações nas estruturas do governo redundaram no não atendimento do Acórdão 2.358/2018-TCU-2ª Câmara, o TCU deve encaminhar a cópia da documentação entregue pelos responsáveis à Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração da atual Secretaria de Aquicultura e Pesca - MAPA, determinando-lhe que proceda à devida análise e encaminhe ao TCU o seu parecer conclusivo sobre a adequação e a suficiência da documentação apresentada como prestação de contas do referido convênio e sobre a regularidade da execução, com o aproveitamento, ou não, da parcela executada do correspondente objeto em prol da comunidade local, indicando a eventual subsistência do suscitado dano ao erário;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", 201, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em prolatar as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.608/2016-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação Nacional de Desenvolvimento Humano e Social - ANDHUS (CNPJ 07.989.147/0001-03) e Marluce Cabral Pinheiro (CPF 071.854.564-87).

1.2. Entidade: Associação Nacional de Desenvolvimento Humano e Social - ANDHUS (CNPJ 07.989.147/0001-03).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex/TCE).

1.6. Representação legal: Pamela Regina Ramos de Carvalho (OAB/PE 28.247) entre outros, representando a Associação Nacional de Desenvolvimento Humano e Social - ANDHUS.

1.7. Determinar:

1.7.1. à Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração da atual Secretaria de Aquicultura e Pesca - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Mapa que, no improrrogável prazo de 90 (noventa) dias, avalie a documentação apresentada ao TCU pela Sra. Marluce Cabral Pinheiro (CPF 071.854.564-87) e pela Associação Nacional de Desenvolvimento Humano e Social - ANDHUS (CNPJ 07.989.147/0001-03) a título de prestação de contas do Convênio nº 55/2010 (Siconv 748891) e, ao final do aludido prazo, encaminhe ao TCU e seu parecer conclusivo sobre a adequação e a suficiência da documentação apresentada como prestação de contas do referido convênio e sobre a regularidade da execução, com o aproveitamento, ou não, da parcela executada do correspondente objeto em prol da comunidade local, indicando a eventual subsistência do suscitado dano ao erário, sob pena de aplicação da multa legal ou até mesmo de solidariedade pele eventual débito, nos termos dos arts. 58 e 8º da Lei n.º 8.443, de 1992, diante do eventual descumprimento da presente decisão do TCU; e

1.7.2. à Secex-TCE que envie a cópia dos três CD ora juntados aos autos como "*item não digitalizável*", além do parecer acostado à Peça nº 21, à Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração da atual Secretaria de Aquicultura e Pesca - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, a fim de subsidiar as análises a serem realizadas.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 12669 a 12705, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 12669/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.974/2003-0.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Adão Araújo Alencar (CPF 044.312.943-68); Ana Marcélia Morais dos Santos (CPF 893.127.913-20); Cláudia Maria Gomes e Silva Pereira (CPF 744.638.963-04); Fábio Barbosa Ayoub (CPF 351.543.573-53); Honório Pires de Medeiros (CPF 136.998.223-20); João Francisco Carvalho Santos (CPF 176.848.623-91); Márcia Ayoub de Medeiros (CPF 239.041.513-04); Maria Rodrigues da Silva (CPF 178.353.483-49); Raimundo Nonato Veras Barros (CPF 180.532.703-87); Riod Ayoub Jorge (CPF 000.623.593-04); Sandra Maria Gomes Marques (CPF 742.304.093-20).

4. Entidade: Município de Santa Luzia do Paruá - MA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: Riod Barbosa Ayoub (3.832 OAB/MA), entre outros, representando Riod Ayoub Jorge.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada a partir da conversão de processo de fiscalização, nos termos do Acórdão 2.608/2004-TCU-2ª Câmara, em desfavor de Riod Ayoub Jorge, como então prefeito de Santa Luzia do Paruá - MA (gestão: 1997-2000 e 2001-2004), entre outros responsáveis, diante de indícios de irregularidade na aplicação de R$ 843.509,26 transferidos ao referido município pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), durante os exercícios de 2000 e 2002, e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante os exercícios de 1997 a 2002, além do repasse federal pelo Convênio nº 800029/2002 celebrado com o FNDE para a formação e a capacitação de professores;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis (Adão Araújo Alencar, Fábio Barbosa Ayoub, Honório Pires de Medeiros, Márcia Ayoub de Medeiros, Maria Rodrigues da Silva, Ana Marcélia Morais dos Santos, Cláudia Maria Gomes e Silva Pereira, João Francisco Carvalho Santos, Raimundo Nonato Veras Barros e Sandra Maria Gomes Marques), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 992, sem prejuízo de lhes aproveitar os elementos objetivos apresentados na defesa de Riod Ayoub Jorge;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Riod Ayoub Jorge;

9.3. julgar regulares as contas de Adão Araújo Alencar, Fábio Barbosa Ayoub, Honório Pires de Medeiros, Márcia Ayoub de Medeiros e Maria Rodrigues da Silva, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, dando-lhes quitação plena, nos termos do art. 18 da Lei 8.443, de 1992;

9.4. julgar irregulares as contas de Riod Ayoub Jorge, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", 19, caput e 23, III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do débito apurado nestes autos, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora calculados desde as datas especificadas até a efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, para comprovar, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério sob as seguintes condições:

Valor Histórico (R$):	Data da Ocorrência:
13.400,00	29/5/2002
10.120,00	28/6/2002
13.400,00	24/6/2002
28.235,23	1/7/2002
40.041,36	1/8/2002

9.5. aplicar em desfavor de Riod Ayoub Jorge a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU) , o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.6. julgar irregulares as contas de Ana Marcélia Morais dos Santos, Cláudia Maria Gomes e Silva Pereira, João Francisco Carvalho Santos, Raimundo Nonato Veras Barros e Sandra Maria Gomes Marques, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "b", e 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 1992, para lhes aplicar, individualmente, a multa prevista no art. 58, II, da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.8. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, diante do não atendimento às notificações; e

9.9. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12669-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 12670/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.983/2015-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (vinculador) (05.457.283/0001-19).

3.2. Responsáveis: Haroldo Celso Cruz Maciel (090.653.263-91); Tomaz Antonio Brandao Junior (299.537.403-30)

3.3. Recorrente: Haroldo Celso Cruz Maciel (090.653.263-91).

4. Órgão/Entidade: Município de São Benedito - CE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal:

8.1. Carlos Celso Castro Monteiro (10566/OAB-CE) e outros, representando Tomaz Antonio Brandao Junior.

8.2. Haroldo Celso Maciel Junior (17.441/OAB-CE) e outros, representando Haroldo Celso Cruz Maciel.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o presente recurso de reconsideração interposto por Haroldo Celso Cruz Maciel, ex-prefeito do Município de São Benedito/CE na gestão de 2005/2008, em face do Acórdão 813/2019-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12670-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12671/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.997/2015-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Diretoria-executiva do Fundo Nacional de Saúde (00.530.493/0002-52)

3.2. Responsáveis: Ana Gerlane Marques de Almeida (251.595.774-91); Eliane Rosa de Souza (625.581.612-53); Joseilton do Nascimento Oliveira (785.776.836-72); José Luiz dos Santos (681.046.939-72).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás - PA.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Antonio Marruaz da Silva (8016/OAB-PA), representando José Luiz dos Santos e Eliane Rosa de Souza;

8.2. Marcus Vinicius Saavedra Guimaraes de Souza (7.655/OAB-PA), representando Joseilton do Nascimento Oliveira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde/MS (FNS), a partir de auditoria realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus - Auditoria n. 9823), em desfavor do Sr. Joseilton do Nascimento Oliveira (CPF 785.776.836-72), na condição de prefeito municipal de Canaã dos Carajás/PA (gestão 2005-2008), em razão da não comprovação da realização de despesas com recursos transferidos na modalidade fundo a fundo pelo FNS, no exercício de 2007, destinados aos Blocos de Financiamento de Assistência Farmacêutica, Atenção Básica, Média e Alta Complexidade e Vigilância em Saúde,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. determinar o arquivamento da tomada de contas especial ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

9.2. dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Saúde (CNPJ 00.530.493/0002-52), à Sra. Ana Gerlane Marques de Almeida (CPF 251.595.774-91); Eliane Rosa de Souza (CPF 625.581.612-53); Joseilton do Nascimento Oliveira (CPF 785.776.836-72); José Luiz dos Santos (CPF 681.046.939-72), destacando que o relatório e o voto que fundamentam o acórdão podem ser acessados por meio do endereço eletrônico: http://www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12671-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12672/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.670/2017-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Valério Francisco Franco (067.526.670-04)

3.2. Recorrente: Valério Francisco Franco (067.526.670-04)

4. Entidade: Gerência Executiva do INSS - Novo Hamburgo/RS

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. Larissa Moreira da Rosa (102.922/OAB-RS), representando Valério Francisco Franco, Suzana Margareth Koetz e Elice Egewarth Braun;

8.2. Regina Lenz (96.998/OAB-RS) e outros, representando Teresinha Aura Dutra e Delmar Bruno Klein.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam, nesta fase, de Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Valério Francisco Franco contra o Acórdão 2.965/2019-TCU-2ª Câmara (Relator: Ministro-Substituto André Luis de Carvalho).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/92 c/c arts. 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, ratificar o Acórdão nº 7.316/2019-TCU-2ª Câmara (Relator: Ministro Raimundo Carreiro) para conhecer do Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Valério Francisco Franco contra o Acórdão 2.965/2019-TCU-2ª Câmara (Relator: Ministro-Substituto André Luis de Carvalho);

9.2. no mérito, dar provimento parcial ao recurso, a fim de expedir orientação à Gerência Executiva do INSS - Novo Hamburgo/RS para que somente em caso de reforma da decisão judicial proferida na Ação Ordinária Coletiva nº 2009.71.00.035383-4, ajuizada pelo Sindisprev-RS, que assegura, no momento, a manutenção de período rural sem o recolhimento da contribuição previdenciária, deverão ser adotados as providências estabelecidas no item 9.3 e seus subitens, do Acórdão 2.965/2019-TCU-2ª Câmara (Relator: Ministro-Substituto André Luis de Carvalho), em relação ao Sr. Valério Francisco Franco;

9.3. determinar à SEFIP que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, conforme disposto na Ata 22/2011-TCU-Plenário, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento do Ação Ordinária Coletiva nº 2009.71.00.035383-4, ajuizada perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ);

9.4. dar ciência sobre o presente Acórdão ao recorrente e à Gerência Executiva do INSS - Novo Hamburgo/RS, informando-lhes que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12672-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12673/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 018.018/2015-7

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Almir Lira Sobrinho (CPF: 133.877.404-25), ex-Prefeito (falecido em 2010), representado pela Sra. Maria Lira Soares (CPF 112.568.854-87), administradora provisória do espólio

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Feira Grande/AL

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: SecexTCE

8. Representação legal: Marcos Vinícius do Nascimento Barros (OAB/AL 13.382, peça 23)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em desfavor do Sr. Almir Lira Sobrinho, falecido em 5/12/2010, na condição de ex-Prefeito de Feira Grande/AL (gestão 2001-2004), em razão da não aprovação da prestação de contas final do Convênio 1.398/2001,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Maria Lira Soares, na condição de administradora provisória do espólio do responsável, Sr. Almir Lira Sobrinho, ex-Prefeito de Feira Grande/AL (falecido em 2010);

9.2. julgar regulares com ressalva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, as contas do Sr. Almir Lira Sobrinho, ex-Prefeito de Feira Grande/AL, dando-lhe quitação;

9.3. determinar ao Município de Feira Grande/AL, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que, no prazo de 90 dias, elabore e encaminhe ao TCU um Plano de Ação contendo ações a serem tomadas, responsáveis pelas ações e prazos para implementação referentes ao objeto do Convênio 1.398/2001, de modo a finalizar o Sistema de Esgotamento Sanitário pactuado, colocando-o em funcionamento, sob pena de responsabilização do Município e do atual prefeito pelo débito relativo ao valor total repassado;

9.4. dar ciência à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) sobre a falha/impropriedade de atender a demandas que digam respeito à gestão de convênio por parte de quem não possui legitimidade para agir em nome do convenente, o que afronta o disposto na Constituição Federal, art. 71, inciso II; na Lei 10.406/2002 (Código Civil), arts. 115, 116 e 118; na Portaria Interministerial 424/2016, art. 1º, § 8º; e no preâmbulo do Termo de Convênio 1.398/2001, com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de situações semelhantes;

9.5. enviar cópia deste acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Alagoas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.6. enviar cópia deste Acórdão à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), ao Município de Feira Grande/AL e à administradora provisória do espólio do responsável Almir Lira Sobrinho , a Sra. Maria Lira Soares, por meio de seu advogado constituído nos autos, o Sr. Marcos Vinícius do Nascimento Barros, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;

9.7 determinar à SecexTCE o monitoramento do item 9.3.;

9.8 arquivar o presente processo.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12673-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12674/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.550/2019-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Câmara dos Deputados (00.530.352/0001-59)

3.2. Responsável: Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (30.449.862/0001-67).

4. Órgão/Entidade: Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Conta Especial instaurada pela Câmara dos Deputados, em desfavor de Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em razão do descumprimento da obrigação prevista no art. 32 da Orientação Normativa MPS/SPS 2/2009, caracterizado pela inércia no recolhimento, em favor do Plano de Seguridade Social do Servidor, das contribuições previdenciárias (cota patronal) referentes ao período de dezembro de 1998 a janeiro de 2015, em que o servidor da Câmara dos Deputados Geraldo Moreira da Silva esteve afastado legalmente de suas funções para exercício de mandato eletivo como Deputado Estadual do Rio de Janeiro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 nos termos dos arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno deste Tribunal (RITCU), determinar o arquivamento da presente tomada de contas especial, por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, em face da incompetência do Tribunal de Contas da União para processar e julgar TCEs decorrentes de dívidas de natureza tributária;

9.2 nos termos do art. 74 da Constituição Federal, e em respeito aos princípios da legalidade e da economicidade, determinar à Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados que:

9.2.1 em relação à matéria versada no processo administrativo 103.549/2015, oriente e fiscalize as unidades responsáveis quanto à adoção das seguintes medidas saneadoras que o caso requer:

9.2.1.1 gestões junto ao Instituto Nacional do Seguro Social, para viabilizar a compensação, em favor do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Federais (RPPS), dos valores das contribuições previdenciárias eventualmente vertidas ao Regime Geral de Previdência em favor do servidor aposentado da Câmara dos Deputados Geraldo Moreira da Silva, referentes ao período de dezembro de 1998 a janeiro de 2015;

9.2.1.2 nos termos do art. 32, §1º, *in fine,* da ON MPS/SPS 2/2009, as providências judiciais em face do Estado do Rio de Janeiro para recuperação dos valores pagos pela União, por intermédio da Câmara dos Deputados, a título de cotas patronais de contribuição previdenciária em favor do inativo mencionado no subitem 9.2.1.1, correspondentes ao período de dezembro de 1998 a janeiro de 2015;

9.2.2 informe a este Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, sobre a existência de outros casos similares no órgão e, se positivo, identifique-os com as seguintes informações: número do processo administrativo, nome do servidor ou inativo, valor de contribuição previdenciária devido ou pago, órgão cessionário e período da cessão;

9.3 nos termos do art. 243 do RITCU, determinar à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados que informe nos próximos Relatórios Anuais de Gestão as providências adotadas em face da determinação descrita no subitem 9.2, bem como os resultados obtidos, até o completo deslinde da questão versada no processo administrativo 103.549/2015;

9.4 alertar a Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados de que eventual inércia do órgão em adotar as medidas saneadoras que o caso requer sujeitará os responsáveis às sanções previstas na Lei 8.443/1992, em face da possível caracterização de grave infração a norma regulamentar e de ato antieconômico de gestão;

9.5 nos termos do art. 243 do RITCU, determinar à Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin) que monitore o cumprimento das determinações expedidas neste Acórdão;

9.6 dar ciência do teor integral deste Acórdão:

9.6.1 à Presidência da Câmara dos Deputados;

9.6.2 à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados;

9.6.3 à Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados;

9.6.4 à Presidência da Assembleia Estadual do Rio de Janeiro.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12674-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12675/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.575/2019-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Joaquim Faustino da Silva (378.197.396-49).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Cultura.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial de Cultura, em desfavor de Sr. Joaquim Faustino da Silva (CPF: 378.197.396-49), em virtude da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos captados mediante incentivo fiscal da Lei Rouanet, em face da omissão no dever de prestar contas dos recursos destinados ao projeto "*O Som Instrumental da Viola*" (Pronac 12-3945).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, considerar revel o Sr. Joaquim Faustino da Silva (CPF: 378.197.396-49) para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Joaquim Faustino da Silva (CPF: 378.197.396-49), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data do efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei;

Valor histórico do débito e data de origem:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
28/12/2012	80.000,00
11/12/2014	13.000,00

9.3. aplicar ao Sr. Joaquim Faustino da Silva (CPF: 378.197.396-49) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais captados com amparo no projeto Pronac 12-3945, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar ao Sr. Joaquim Faustino da Silva (CPF: 378.197.396-49) a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em razão do não cumprimento do prazo originalmente estipulado para prestação de contas do projeto incentivado, cujo prazo encerrou-se em 30/1/2015, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar, desde logo, caso requerido, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443, de 1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais fixando- lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando a responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentarem, à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.8. enviar cópia do presente Acórdão à Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania, sucessora do Ministério da Cultura (MinC), e ao responsável, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12675-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12676/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 005.997/2019-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério da Cultura, atual Secretaria Especial de Cultura/Ministério da Cidadania.

3.2. Responsável: Vagner Dias de Souza (674.920.450-34).

4. Órgão/Entidade: Órgãos e entidades do Estado do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Cultura em desfavor de Vagner Dias de Souza (674.920.450-34), em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos captados na forma de doações ou patrocínios (Mecenato), no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura, destinados à realização do projeto "Brincando com Você" (Pronac 10-10578);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Vagner Dias de Souza (674.920.450-34), para todos os efeitos, dando-se seguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Vagner Dias de Souza e condená-lo ao pagamento da quantia especificada a seguir, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da datas indicadas, até a data da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do presente acórdão, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento do débito aos cofres do Fundo Nacional da Cultura, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Data	Valor (R$)
30/12/2010	82.992,00

9.3. aplicar ao referido responsável a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar o pagamento parcelado das dívidas, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação do acórdão, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela os respectivos encargos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.7. esclarecer ao responsável que, caso se demonstre, por via recursal, a correta aplicação dos recursos, mas não se justifique a omissão na prestação de contas, o débito poderá ser afastado, entretanto permanecerá a irregularidade das contas, dando ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.8. remeter cópia da presente deliberação à Procuradoria Regional da República no Estado do Rio de Janeiro, para as providências cabíveis, nos termos do § 7º, in **fine**, do art. 209 do Regimento Interno do TCU;

9.9. dar ciência da presente deliberação ao responsável e à Secretaria Especial de Cultura/Ministério da Cidadania.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12676-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12677/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.414/2018-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Ana Paula Francischini Arroio (292.122.708-83); Drogaria Francischini e Arroio Ltda. - ME (10.607.850/0001-06); Marcia Rosinei Francischini Arroio (107.064.518-48).

4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Carlos Alberto Zanirato (229.020/OAB-SP) e outros, representando Drogaria Francischini e Arroio Ltda. - ME.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta Tomada de Contas Especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, em razão da aplicação irregular dos recursos do SUS no âmbito do Programa ***Farmácia Popular*** do Brasil, no período de janeiro de 2010 a agosto de 2014;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Ana Paula Francischini Arroio (CPF 292.122.708-83) e Marcia Rosinei Francischini Arroio (CPF 107.064.518-48), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c" e "d", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos inciso III e IV, do Regimento Interno do TCU;

9.2 condenar solidariamente as responsáveis identificadas no subitem anterior, com fundamento no art. 19, **caput**, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores eventualmente já ressarcidos;

Data da ocorrência	Valor histórico (R$)
31/03/2010	21,60
18/05/2010	10,80
02/03/2010	113,40
22/04/2010	86,40
23/06/2010	21,60
23/07/2010	53,46
22/09/2010	5,67
22/10/2010	119,07
31/12/2010	1.400,40
24/02/2011	3.142,26
31/03/2011	2.954,01
25/04/2011	3.899,73
31/05/2011	2.642,97
29/06/2011	3.620,04
10/08/2011	806,55
31/08/2011	2.400,99
28/09/2011	4.251,36
18/11/2011	4.091,79
09/12/2011	6.072,51
30/12/2011	6.962,04
13/02/2012	3.474,60
14/03/2012	3.927,60
27/03/2012	2.448,90
27/04/2012	2.662,20
12/06/2012	1.728,30
14/06/2012	445,95
26/07/2012	2.207,40
26/07/2012	586,60
23/08/2012	767,97
23/08/2012	2.712,00
10/09/2012	856,33
10/09/2012	2.548,20
08/10/2012	2.658,90
08/10/2012	1.091,34
08/11/2012	972,00
09/11/2012	3.099,30
18/12/2012	2.713,50
18/12/2012	1.449,36
30/12/2012	2.459,10
30/12/2012	1.340,55
07/02/2013	1.663,50
19/02/2013	1.173,69
07/03/2013	2.182,50
14/03/2013	1.146,15

14/03/2013	2.240,70
08/04/2013	3.134,70
17/04/2013	1.172,07
31/05/2013	591,30
31/05/2013	1.195,20
04/06/2013	93,96
04/06/2013	629,40
02/07/2013	94,77
02/07/2013	1.220,40
25/07/2013	1.340,10
25/07/2013	302,94
30/08/2013	1.659,90
01/10/2013	38,40
12/11/2013	894,90
09/12/2013	899,70
09/12/2013	24,03
30/12/2013	681,60
30/12/2013	648,81
28/02/2014	456,57
28/02/2014	603,45
05/03/2014	1.604,10
16/04/2014	504,63
16/04/2014	2.076,90
12/05/2014	2.204,40
02/06/2014	332,70
02/06/2014	320,76
07/07/2014	26,73
07/07/2014	210,90
31/07/2014	256,50
01/09/2014	182,40
01/10/2014	5,70

9.3. aplicar à aplicar às Sras. Ana Paula Francischini Arroio (CPF 292.122.708-83) e Marcia Rosinei Francischini Arroio (CPF 107.064.518-48), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RI/TCU, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.6. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12677-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12678/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 016.178/2015-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsáveis: Município de São Gabriel - RS (88.768.080/0001-70); Rossano Dotto Goncalves (416.572.840-34).

4. Órgãos/Entidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Prefeitura Municipal de São Gabriel - RS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em desfavor do Sr. José Monteiro da Rocha, ex-prefeito do Município de Marabá Paulista-SP, em razão de irregularidades na execução física do Convênio 703461/2009, celebrado em 26/5/2009, entre o Ministério do Turismo e a Prefeitura do Município de Marabá Paulista-SP, tendo por objeto o apoio à realização do projeto denominado "Caipirão Fest Show de Marabá Paulista", com realização prevista para as datas de 11 a 12/7/2009;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas **irregulares** as contas do Sr. Rossano Dotto Gonçalves (CPF 416.572.840-34), na condição de Prefeito Municipal de São Gabriel-RS à época dos fatos, e condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional para o Desenvolvimento da Educação, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 91.050,64	31/12/1998
R$ 2.049,48	31/12/1998

9.2. autorizar, caso requerido, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor , alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. dar ciência desta deliberação ao responsáveis e aos demais interessados, informando que o conteúdo da decisão do TCU pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos e que o inteiro teor dos acórdãos, incluindo os relatórios e os votos, pode ser obtido no dia seguinte ao de sua oficialização;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, consoante previsto no art. 209, § 7º, do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, informando que o conteúdo da decisão do TCU pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos e que o inteiro teor dos acórdãos, incluindo os relatórios e os votos, pode ser obtido no dia seguinte ao de sua oficialização.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12678-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12679/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 026.417/2015-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo.

3.2. Responsável: Hercules Barros Mangueira Diniz (873.025.604-63), ex-prefeito.

4. Órgão/Entidade: Município de Diamante - PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina.

8. Representação legal: Paulo Roberto Santos Coelho Filho (CPF 038.566.044-80).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo contra o Sr. Hercules Barros Mangueira Diniz, ex-prefeito do município de Diamante-PB, em razão da não aprovação da prestação de contas final do Convênio 779/2009 (Siconv 704298/2009), tendo como objeto incentivar o turismo mediante apoio à realização do Projeto "Forró Amante Ano 1";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Hercules Barros Mangueira Diniz e condená-lo ao pagamento das quantias especificadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do presente acórdão, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento do débito ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
100.000,00 (débito)	21/9/2009
17,18 (crédito)	2/12/2009
5.582,28 (crédito)	10/3/2011

9.2. aplicar ao referido responsável a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar o pagamento parcelado da dívida, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação do acórdão, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela os respectivos encargos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.6. remeter cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, à Procuradoria Regional da República no Estado da Paraíba, para as providências cabíveis, nos termos do § 7º, **in fine**, do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12679-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12680/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.046/2019-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Grimualdo Gomes de Menezes (CPF 288.710.906-59).

4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria do ex-servidor do Superior Tribunal de Justiça, Sr. Grimualdo Gomes de Menezes;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria do Sr. Grimualdo Gomes de Menezes e negar-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo Sr. Grimualdo Gomes de Menezes, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. abstenha de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique o interessado do teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste TCU.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12680-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12681/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.731/2019-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Maristela Dalva Ferreira de Carvalho (CPF 456.456.126-04).

4. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região-DF.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria da ex-servidora da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região-DF, Sra. Maristela Dalva Ferreira de Carvalho;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria da Sra. Maristela Dalva Ferreira de Carvalho e negar-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo Sra. Maristela Dalva Ferreira de Carvalho, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região-DF que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. abstenha de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3. comunique o interessado do teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste TCU.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12681-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12682/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 033.500/2016-9.

2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração (em processo de Prestação de Contas, exercício de 2015).

3. Interessados(as)/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira (CPF 513.269.812-34), Antônio Carlos Faria de Paiva (CPF 412.893.746-00, Eduardo de Xerez Vieiralves (CPF 099.688.732-68), Francisco Paulo Almeida da Rocha (CPF 192.643.992-91), José Francisco Albuquerque da Rocha (CPF 120.225.432-20), José Roberto de Moraes Rego Paiva Fernandes Júnior (CPF 524.117.291-20), Joaquim Antônio de Carvalho Brito (CPF 111.238.264-04), Lincoln Robert da Costa Souza (CPF 622.775.702-06), Luís Hiroshi Sakamoto (CPF 098.737.591- 15), Luiz Armando Crestana (CPF 197.843.090-68), Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari (CPF 001.711.067-09), Marcos Aurélio Madureira da Silva (CPF 154.695.816-91), Marcos Vinícius de Almeida Nogueira (CPF 317.578.981-15), Nélisson Sérgio Hoewell (CPF 199.278.000-53), Paulo Eduardo Gama Maciel (CPF 706.756.782-34), Paulo Roberto dos Santos Silveira (CPF 191.588.407-10), Radyr Gomes de Oliveira (CPF 119.281.152-68), Renato de Oliveira Guerreiro (CPF 093.109.848-30), Robésio Maciel de Sena (CPF 264.976.386-87)Rodrigo Moreira (CPF 510.236.012-49) e Tulio Neiva Rizzo (CPF 283.118.331-68).

3.2. Recorrentes: Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira (CPF 513.269.812-34), Antônio Carlos Faria de Paiva (CPF 412.893.746-00), Eduardo de Xerez Vieiralves (CPF 099.688.732-68), José Francisco Albuquerque da Rocha (CPF 120.225.432-20), Luís Hiroshi Sakamoto (CPF 098.737.591- 15), Luiz Armando Crestana (CPF 197.843.090-68), Marcos Vinícius de Almeida Nogueira (CPF 317.578.981-15), Paulo Roberto dos Santos Silveira (CPF 191.588.407-10), Radyr Gomes de Oliveira (CPF 119.281.152-68) e Renato de Oliveira Guerreiro (CPF 093.109.848-30).

4. Órgão/Entidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Andreia Sabino Correia (OAB/AM 7.074), Camila Rodrigues da Silva (OAB/AM 8.847), Danilo Carvalho Freire Silva Filho (OAB/MG 162.033), Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB/AC 3.927/A, OAB/AL 12.170/A, OAB/AM 697/A, OAB/AP 2.961/A, OAB/BA 22.696, OAB/CE 30.116-A, OAB/DF 1.742/A, OAB/ES 12.082, OAB/MG 56.543, OAB/MT 19.376/A, OAB/PA 19.919/A, OAB/PB 19.531-A, OAB/PE 815/A, OAB/PI 7.369/A, OAB/RJ 2.255/A, OAB/RN 1.024/A, OAB/RO 6.540, OAB/RS 97.892/A, OAB/SC 34.752/A, OAB/SE 873/A e OAB/SP 191.664), Gustavo Andère Cruz (OAB/DF 1.985-A e OAB/MG 68.004), Igor Folena Dias da Silva (OAB/DF 52.120), Tatiana Machado Maciel (OAB/SP 228.208) e outros, representando Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira (procurações às peças 90 e 97 e substabelecimento à peça 48), Antônio Carlos Faria de Paiva (procuração à peça 56 e substabelecimentos às peças 48 e 57), Eduardo de Xerez Vieiralves (procuração à peça 43 e substabelecimento à peça 48), José Francisco Albuquerque da Rocha (procuração à peça 47 e substabelecimento à peça 48), Luís Hiroshi Sakamoto (procurações às peças 62 e 80 e substabelecimento à peça 48), Luiz Armando Crestana (procurações às peças 91 e 95 e substabelecimento à peça 48), Marcos Vinícius de Almeida Nogueira (procurações às peças 45 e 54 e substabelecimentos às peças 48 e 55), Paulo Roberto dos Santos Silveira (procurações às peças 44 e 77 e substabelecimentos às peças 48 e 81), Radyr Gomes de Oliveira (procuração à peça 68 e substabelecimento à peça 48), Renato de Oliveira Guerreiro (procuração à peça 70 e substabelecimento à peça 48), Rodrigo Moreira (procuração à peça 46 e substabelecimento à peça 48); e Alexandre Fleming Neves De Melo (OAB/AM 6.142), Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira (OAB/AM 3.554), Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB/AC 3.927/A, OAB/AL 12.170/A, OAB/AM 697/A, OAB/AP 2.961/A, OAB/BA 22.696, OAB/CE 30.116-A, OAB/DF 1.742/A, OAB/ES 12.082, OAB/MG 56.543, OAB/MT 19.376/A, OAB/PA 19.919/A, OAB/PB 19.531-A, OAB/PE 815/A, OAB/PI 7.369/A, OAB/RJ 2.255/A, OAB/RN 1.024/A, OAB/RO 6.540, OAB/RS 97.892/A, OAB/SC 34.752/A, OAB/SE 873/A e OAB/SP 191.664), Ediney Costa da Silva (OAB/AM 7.646), Fabricio Jacob Acris de Carvalho (OAB/AM 9.145), Neiva Evangelista Barboza (OAB/AM 3.187), Nívea Da Silva Corado (OAB/AM 5.490), Priscila Soares Feitoza (OAB/AM 4.656), Rafael Botelho Caldeira (OAB/AM 6.788), Riulna Ventura Müller (OAB/AM 6.654) e outros, representando a Amazonas Distribuidora de Energia S/A (procuração à peça 14).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (AmE) referente ao exercício de 2015, ora em fase de Recurso de Reconsideração interposto contra o Acórdão 4.838/2018-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443, de 16/7/1992, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração em exame, para, no mérito:

9.1.1. negar-lhe provimento em relação a Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira, Antônio Carlos Faria de Paiva, Eduardo de Xerez Vieiralves, José Francisco Albuquerque da Rocha, Luiz Armando Crestana, Marcos Vinícius de Almeida Nogueira e Radyr Gomes de Oliveira; e

9.1.2. dar-lhe provimento em relação a Paulo Roberto dos Santos Silveira e Renato de Oliveira Guerreiro, julgando regulares com ressalva as contas desses dois recorrentes e tornando sem efeito, em relação a eles, a multa objeto do subitem 9.3 do Acórdão 4.838/2018-TCU-2ª Câmara;

9.1.3. dar-lhe provimento parcial em relação a Luís Hiroshi Sakamoto, para tornar sem efeito, em relação a ele, a multa objeto do subitem 9.3 do Acórdão 4.838/2018-TCU-2ª Câmara, mantendo-se, contudo, o julgamento pela irregularidade das contas desse responsável, nos exatos termos do subitem 9.2 da aludida deliberação;

9.2. dar ciência desta decisão:

9.2.1. aos recorrentes em epígrafe, atentando ao pedido específico de endereçamento lançado à peça 134, p. 43-44;

9.2.2. ao Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobras), fazendo remissão, no caso desse último destinatário, ao Ofício 1220/2018-TCU/SECEX-AM, de 29/6/2018 (peça 110).

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12682-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12683/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-010.646/2017-5.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Alexandre Amancio de Paula (168.371.696-53); Antonio Valdir Colin (205.315.320-20); Carlos Alberto da Silva Barboza (044.560.762-91); Ednólia Cordeiro Baraúna (077.565.772-72); e Eraldo Gomes de Barcelos (316.529.487-91).

4. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria deferido pela Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército em benefício dos Srs. Alexandre Amancio de Paula, Antonio Valdir Colin, Carlos Alberto da Silva Barboza e Eraldo Gomes de Barcelos e da Sra. Ednólia Cordeiro Baraúna.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar legais e autorizar o registro dos atos de concessão de aposentadoria dos Srs. Alexandre Amancio de Paula, Carlos Alberto da Silva Barboza e Eraldo Gomes de Barcelos, bem como da Sra. Ednólia Cordeiro Baraúna;

9.2. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria em favor do Sr. Antonio Valdir Colin, negando seu registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado indicado no subitem precedente, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado (subitem 9.2 acima), sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, **caput**, do Regimento Interno/TCU;

9.4.2 dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta Deliberação ao Sr. Antonio Valdir Colin, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

9.4.3. alerte o interessado de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.4.4. esclareça ao Sr. Antonio Valdir Colin que deverá retornar à atividade para completar o tempo suficiente para a sua inativação;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12683-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12684/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 013.027/2016-6.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Embargante: Francisco Carlos Macedo Tavares (054.124.803-06).

4. Entidade: Município de Aurora/CE.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Elísio de Azevedo Freitas, OAB/DF 18.596; Guilherme Gonçalves Martim, OAB/DF 42.989; e Marcos Ronny Moura Saldanha, OAB/CE 9.837.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Francisco Carlos Macedo Tavares contra o Acórdão 3.069/2019-TCU-2ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Francisco Carlos Macedo Tavares ao Acórdão 3.069/2019-TCU-2ª Câmara, e, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo inalterados os termos do **decisum** recorrido;
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante, bem como aos seus advogados legalmente constituídos nos autos, nos termos do art. 179, § 7º, do RI/TCU.
10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12684-43/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12685/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 026.757/2014-1
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: R. Marketing Ltda. - ME (03.770.896/0001-86) e Rodrigo Fragoso Moreda (559.507.604-68).
4. Entidade: R. Marketing Ltda. - ME.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Mário Luiz Delgado Régis (OAB/SP 266.797), Marcio Gomes Pires (OAB/SP 309.350); e Vanessa Mori de Oliveira (OAB/SP 357.710).
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo extinto Ministério da Cultura (atual Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania) contra a empresa R. Marketing Ltda. - ME, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos captados com base no disposto pela Lei 8.313/1991 - Lei do Mecenato ou Lei Rouanet.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas da empresa R. Marketing Ltda. - ME e do Sr. Rodrigo Fragoso Moreda, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas **a** e **b**, e 19, **caput**, da Lei 8.443/1992;
9.2. condenar solidariamente os responsáveis acima mencionados ao pagamento das quantias descritas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir das respectivas datas até o dia da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento dos débitos ao Fundo Nacional de Cultura, nos termos do art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno do TCU:

Valor (R$)	Data
200.000,00	26/12/2003
200.000,00	30/12/2003
250.000,00	07/01/2004
250.000,00	16/02/2004
100.000,00	03/03/2004
200.000,00	08/03/2004
100.000,00	29/10/2004
100.000,00	1º/11/2004

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, inciso II, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;
9.4. autorizar desde logo a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;
9.5. enviar cópia deste Acórdão à Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania e à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, com base no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 e no art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU.
10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12685-43/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12686/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.206/2019-0.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: José Raimundo da Silva (189.093.704-59).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa o ato de concessão de aposentadoria a ex-servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em benefício do Sr. José Raimundo da Silva, negando registro ao ato;
9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado indicado no subitem precedente, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3 determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região que:
9.3.1 no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado (subitem 9.1 acima), sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, **caput**, do Regimento Interno/TCU;
9.3.2 dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta Deliberação ao Sr. José Raimundo da Silva, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;
9.3.3. alerte ao interessado de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.4. esclarecer ao órgão de origem que poderá emitir novo ato de concessão, livre da irregularidade indicada neste processo, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018;
9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da medida indicada no subitem 9.3.1 **supra**, representando a este Tribunal, caso necessário.
10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12686-43/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12687/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 031.339/2019-0.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria Helena Santos Baumgartner (668.836.798-04).
4. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa o ato de concessão de aposentadoria deferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios em favor da ex-servidora Sra. Maria Helena Santos Baumgartner.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria em benefício da Sra. Maria Helena Santos Baumgartner e negar-lhe o correspondente registro;
9.2. dispensar a devolução dos valores recebidos indevidamente de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado (subitem 9.1 acima), sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, **caput**, do Regimento Interno/TCU;
9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta Deliberação à Sra. Maria Helena Santos Baumgartner, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;
9.3.3. alerte à interessada de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.4. esclarecer ao órgão de origem que poderá emitir novo ato de concessão, livre da irregularidade indicada neste processo, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018;
9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da medida indicada no subitem 9.3.1 supra, representando a este Tribunal, caso necessário.
10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12687-43/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12688/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-043.387/2018-7.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Anacleto Julião de Paula Crespo (298.723.084-20); Pedro Ricardo da Silva (113.501.304-78); e Instituto de Apoio Técnico Especializado à Cidadania - Iatec (04.174.523/0001-05).
4. Entidade: Instituto de Apoio Técnico Especializado à Cidadania.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - Secex/TCE.
8. Representação legal: Adalberto Antônio de Melo Neto, OAB/PE 24.803.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo contra os Srs. Anacleto Julião de Paula Crespo e Pedro Ricardo da Silva, ex-presidente e ex-tesoureiro, respectivamente, do Instituto de Apoio Técnico Especializado à Cidadania, em face da impugnação total das despesas do Convênio 987/2007, que tinha por escopo incentivar o turismo, por meio da implementação do Projeto intitulado "Festa de Pré-Reveillon de Jaqueira/PE".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **c**, 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos Srs. Anacleto Julião de Paula Crespo e Pedro Ricardo da Silva e do Instituto de Apoio Técnico Especializado à Cidadania, condenando-os solidariamente ao pagamento da quantia de R$ 100.000,00 (cem mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a** do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 19/5/2008 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;
9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;
9.4. encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, consoante previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 e no art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU, bem como ao Ministério do Turismo, para ciência.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12688-43/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12689/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.768/2019-5.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Eliésio Cavalcante de Lima (CPF 662.267.592-91).
4. Entidade: Município de Uiramutã - RR.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor de Eliésio Cavalcante de Lima, como então prefeito de Uiramutã - RR (gestão: 2013-2016), diante da rejeição da prestação de contas dos recursos federais transferidos sob o valor de R$ 76.286,00 no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) durante o exercício de 2013;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Eliésio Cavalcante de Lima nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Eliésio Cavalcante de Lima, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", e 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do débito apurado nos autos, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sob as seguintes condições:

Valor Original (em R$):	Data da Ocorrência:
10.898,00	4/3/2013
10.898,00	2/4/2013
10.898,00	3/5/2013
21.796,00	2/10/2013
10.898,00	5/11/2013
10.898/00	18/12/2013

9.3. aplicar em desfavor de Eliésio Cavalcante de Lima a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, diante do não atendimento à notificação; e

9.6. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado de Roraima, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12689-43/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 12690/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.678/2017-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Aposentadoria).
3. Recorrente: Helena Prestes Lavandoski (CPF 819.353.669-04).
4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS em Curitiba - PR.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal:
8.1. Ingrid Simm (40.226/OAB-PR), entre outros, representando Carmem Maria Busatta Vaz; e
8.2. Marcelo Trindade de Almeida (19095/OAB-PR), entre outros, representando Carmem Maria Busatta Vaz, Helena Prestes Levandoski e Milton Francisco dos Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, no presente momento, tratam de embargos de declaração opostos por Helena Prestes Levandoski em face do Acórdão 3.710/2019 proferido pela 2ª Câmara do TCU no sentido da ilegalidade dos atos de aposentadoria deferidos pela Gerência Executiva do INSS em Curitiba - PR;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração em face do Acórdão 3.710/2019-2ª Câmara para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. determinar que a unidade técnica dote as seguintes medidas:

9.2.1. dê ciência da presente deliberação à embargante; e

9.2.2. promova o envio do presente processo à Serur para a análise dos pedidos de reexame acostados às Peças 42, 43 e 44.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12690-43/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 12691/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.360/2016-7.
1.1. Apenso: TC 032.962/2012-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Aurílio dos Santos Sousa (CPF 014.358.175-91), Luiz Gugé Santos Fernandes (CPF 333.610.025-91) e Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Sócio-Cultural e Ambiental - Fundesf (CNPJ 40.633.554/0001-40).
4. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado da Bahia (Sec-BA).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por força do item 1.8.1 do Acórdão 9.905/2016 proferido pela 2ª Câmara do TCU, no bojo do TC 032.962/2012-6, ao apreciar a auditoria realizada pela então Secex-BA em face de irregularidades perpetradas pela Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Sócio-Cultural e Ambiental (Fundesf), além de Aurílio dos Santos Souza e Luiz Gugé Santos Fernandes, respectivamente, como então diretor-executivo da Fundesf (gestão: 22/9/2009 a 30/1/2013) e como então superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado da Bahia - Incra-BA (gestão: 31/8/2009 a 21/11/2011 e 26/2/2013 a 1º/7/2015), durante a gestão dos recursos públicos inerentes ao Convênio nº 709227/2009 destinado à "*prestação de serviços especializados de articulação multidisciplinar, objetivando assegurar a integração e a supervisão das equipes técnicas multidisciplinares de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES locadas nos diversos Núcleos Operacionais no âmbito do Estado da Bahia, contribuindo para a qualidade do programa*" sob o montante de R$ 6.930.516,44 pelo aporte de R$ 6.299.116,44 em recursos federais e de R$ 631.400,00 em recursos da contrapartida pactuada;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.1.1. promova a solidária citação adicional complementar de Marcos Antônio Silva Nery, Luiz Gugé Santos Fernandes, Alberto Viana de Campos Filho e Aurílio dos Santos Sousa, além da Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Sócio-Cultural e Ambiental (Fundesf), pelo débito decorrente da aprovação e celebração do Convênio nº 709.227/2009, com o seu 1ª Termo Aditivo, pois os valores orçados para o custeio dos serviços de articulação estariam em patamar bem superior aos valores máximos admitidos pelo Manual Operacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) aprovado pela Norma de Execução Incra/DD/78, de 31/10/2008, sob as seguintes condições:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
173.780,32	5/8/2011
1.427,714,92	28/12/2011

9.1.2. efetue a subjacente diligência junto ao Banco do Brasil S.A. para que envie, ao TCU, os extratos bancários completos da conta corrente específica do Convênio 709.227/2009 (Conta 29.252-4 na Agência 3460-6 do Banco do Brasil) e da respectiva conta de aplicação financeira, além das cópias microfilmadas de todos os cheques descontados da referida conta corrente e dos comprovantes dos demais descontos efetuados nessa conta;

9.2. determinar que a Superintendência Regional do Incra no Estado da Bahia conclua a sua análise sobre a prestação de contas final do Convênio nº 709.227/2009 e, por intermédio do órgão competente da CGU, envie a correspondente manifestação conclusiva sobre essa prestação de contas ao TCU, dentro do prazo máximo conjunto de 120 (cento e vinte) dias contados da ciência desta deliberação;

9.3. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.3.1. envie a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Superintendência Regional do Incra no Estado da Bahia, para ciência e adoção das medidas cabíveis, e aos responsáveis, para facilitar a correspondente manifestação nos autos; e

9.3.2. dê prosseguimento ao presente feito, com a devida urgência.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12691-43/19-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 12692/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.982/2019-6.
2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Atos de Admissão.
3. Interessados: Caroline Garcez Folgearini (CPF 967.491.720-91); Diana Moor Bonotto (CPF 780.676.340-68); Mário Fernando Dedeco Cureau (CPF 260.794.610-72); Marlo do Nascimento (CPF 052.833.059-45); Sandra Aparecida Marchi (CPF 922.072.270-49); Thiago Santi Bressan (CPF 001.811.440-77).
4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatos e discutidos estes autos de atos de admissão em prol de Caroline Garcez Folgearini, Diana Moor Bonotto, Mario Fernando Dedeco Cureau, Marlo do Nascimento, Sandra Aparecida Marchi e Thiago Santi Bressanque no quadro de pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, nos termos dos arts. 71, III e IX, da Constituição de 1988 e dos arts. 1º, V, e 39, I, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais os atos de admissão em favor de Mário Fernando Dedeco Cureau (sob o nº 77209/2019) e Marlo do Nascimento (sob o nº 83153/2019), concedendo-lhes o respectivo registro;

9.2. considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de admissão em prol de Caroline Garcez Folgearini (sob o nº 72814/2019), Diana Moor Bonotto (sob o nº 72873/2019) e Thiago Santi Bressanque (sob o nº 73354/2019);

9.3. considerar ilegal o ato de admissão em prol de Sandra Aparecida Marchi (sob o nº 77621/2019), negando-lhe o respectivo registro;

9.4. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha adote as seguintes providências:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.3 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não os eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, diante do não provimento do recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.4.3. oriente a Sra. Sandra Aparecida Marchi sobre a eventual possibilidade de, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação, optar pelo efetivo desligamento do cargo de professora junto à secretaria de educação no Município de Giruá - RS ou do cargo de professora junto à secretaria de educação no Município de Santo Ângelo - RS com vistas a obter o subsequente registro pela legalidade do seu ato de admissão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, diante da indevida acumulação de mais de 2 (dois) cargos de professor em desconformidade com o art. 37, XVI, "a", da Constituição de 1988; e

9.4.4. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de admissão em prol de Sandra Aparecida Marchi, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, **caput**, do RITCU, desde que a interessada apresente a devida comprovação sobre o efetivo desligamento do cargo de professora junto à secretaria de educação no Município de Giruá - RS ou do cargo de professora junto à secretaria de educação no Município de Santo Ângelo - RS, além da comprovação sobre a efetiva compatibilidade de horários perante o aludido cargo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, diante da indevida acumulação de mais de 2 (dois) cargos de professor em desconformidade com o art. 37, XVI, "a", da Constituição de 1988; e

9.5. determinar que a Sefip promova o arquivamento do presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento das determinações proferidas pelos itens 9.4 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12692-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 12693/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.457/2019-2.
2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação.
3. Representante: Fé Intermodal Eireli - EPP (CNPJ 15.216.482/0001-99).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:

8.1. Taísa Oliveira Maciel (118.488/OAB-RJ), entre outros, representando a Petróleo Brasileiro S.A.

8.2. Ricardo Bispo Barreto da Silva (35017/OAB-BA), representando a Fé Intermodal Eireli - EPP.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Fé Intermodal Eireli - EPP sobre os indícios de irregularidade nos Procedimentos Licitatórios 7002227729 e 7002522124 conduzidos pela Petróleo Brasileiro S.A. para as subsequentes contratações, respectivamente, de serviços de operações logísticas portuárias e de serviços de elevação e movimentação de cargas sob os respectivos valores orçados totais de R$ 40.143.646,78 e de R$ 264.578.427,49 (para os três lotes);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, por atender aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VII, do RITCU e no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 1993, prosseguindo com o presente feito para o devido saneamento dos autos;

9.2. indeferir o requerimento de cautelar suspensiva formulado pela ora representante;

9.3. indeferir o pedido de ingresso nos autos como parte interessada formulado pela ora representante, sem prejuízo, todavia, de facultar à referida empresa a eventual obtenção de vista e cópia destes autos, com a exceção para as peças sigilosas, após a manifestação de mérito do TCU, em observância ao princípio do amplo acesso à informação estatuído pelo art. 5º, XXXIII, da Constituição de 1988, com a regulamentação dada pela Lei nº 12.527, de 2011, e pela Resolução TCU nº 249, de 2012;

9.4. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.4.1. promova, nos termos do art. 250, V, do RITCU, a oitiva da Petróleo Brasileiro S.A., além das empresas porventura sagradas vencedoras nos respectivos processos de licitação, para, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, apresentarem os esclarecimentos sobre todas as falhas anunciadas no presente feito e, especialmente, sobre os seguintes indícios de irregularidade:

9.4.1.1. avaliação do Grau de Risco de Integridade - GRI da Fé Intermodal Eireli - EPP, indicando, de forma pormenorizada, os fatores que teria fundamentado as notas atribuídas a cada um dos doze critérios utilizados na análise empreendida no Relatório Complementar DDI, de 22/7/2019;

9.4.1.2. instauração de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) destinado à apuração do ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013, por parte da Guindastes Brasil Óleo e Gás Ltda., informando o TCU sobre os resultados da apuração e as eventuais repercussões no cálculo do GRI da Fé Intermodal Eireli - EPP;

9.4.1.3. coexistência de sistemas (SDDI e Vip Web), tratando do GRI atribuído aos licitantes, com a indicação das eventuais providências adotadas com vistas a evitar a repetição das inconsistências aqui identificadas;

9.4.2. envie a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à SeinfraPetróleo, informando que ela deve atentar para a necessidade de analisar e se manifestar conclusivamente sobre a suscitada impossibilidade de adoção do "Grau de Risco de Integridade - GRI" como requisito para a habilitação nas licitações, por não estar prevista na Lei nº 13.303, de 2016, em processo específico, como determinado pelo Acórdão 1.845/2019-Plenário; e

9.4.3. envie a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à representante, para ciência, e à Petrobras, além das empresas porventura sagradas vencedoras nos respectivos processos de licitação, para facilitar a subsequente manifestação nos autos.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12693-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 12694/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 032.977/2016-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: José Aglailson Querálvares (CPF 001.170.644-91).
4. Entidade: Município de Vitória de Santo Antão - PE.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal:

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) em desfavor, originalmente, de José Aglailson Querálvares, como então prefeito de Vitória de Santo Antão - PE (gestão: 2005 a 14/2/2008), além de Demétrius José da Silva Lisboa (gestão: 15/2/2008 a 31/12/2008) e Elias Alves de Lira (gestões: 2009-2012 e 2013-2016), diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados sob o valor de R$ 181.305,78 em prol do Convênio n.º 524.879 para a "*implantação de um Centro Tecnológico de Inclusão Digital destinado a promover a inclusão social dos jovens na procura do primeiro emprego na Estação Ferroviária de Vitória de Santo Antão - PE*";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. José Aglailson Querálvares, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas de José Aglailson Querálvares, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "c", e 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do débito apurado nos autos, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU) , o recolhimento da dívida em favor do Tesouro Nacional, abatendo-se na oportunidade as quantias já eventualmente ressarcidas, nos termos da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Valor - R$	Data
133.455,78	22/8/2005
47.850,00	9/12/2005

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento da dívida fixada por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial da dívida fixada por este Acórdão, diante do não atendimento à notificação; e

9.5. determinar que a unidade técnica envie a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12694-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 12695/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 005.909/2019-8
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Juscirene Oliveira de Almeida Sousa (CPF 481.838.223-04).

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CNPJ 00.378.257/0001-81).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Jacobina do Piauí/PI.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Igor Martins Ferreira de Carvalho (OAB/PI 5.085) e outros representando Juscirene Oliveira de Almeida Sousa.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em razão de omissão no dever de prestar contas de recursos repassados ao município de Jacobina do Piauí, PI, no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Sistema de Educação de Jovens e Adultos, no exercício de 2014.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, 23, inciso III, 26, 28, incisos I e II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e II, 210, 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Juscirene Oliveira de Almeida Sousa;

9.2. condená-la ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da quantia de R$ 295.213,60 (duzentos e noventa e cinco mil, duzentos e treze reais e sessenta centavos), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados de 3/1/2014 até a data do pagamento;

9.3. aplicar-lhe multa de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pela responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar a responsável de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. enviar cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Piauí, para as providências cabíveis.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12695-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12696/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.217/2016-1
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: José Elton da Silva (CPF 106.845.142-49).
4. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de José Elton da Silva, servidor inativo da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 169, inciso V, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno e ainda no art. 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de José Elton da Silva (10496505-04-2014-000150-8) e autorizar seu registro;

9.2. determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que cientifique o interessado desta deliberação e envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, o comprovante de ciência;

9.3. encaminhar cópia integral desta deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União e à Consultoria Jurídica deste Tribunal, nos termos da questão de ordem aprovada na sessão plenária de 8/6/2011 (Ata 22/2011), para subsidiar o acompanhamento do Processo 0000759-21.2015.5.14.0002, da 3ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO, e da Reclamação 29.323, do Supremo Tribunal Federal;

9.4. determinar a juntada deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao TC 024.008/2014-1, da relatoria do ministro Bruno Dantas, a fim de subsidiar o monitoramento das medidas adotadas para cumprir o Acórdão 7.207/2014 - 1ª Câmara, em especial a avaliação dos reflexos dos julgamentos definitivos das ações judiciais mencionadas no subitem anterior nos pagamentos efetuados ao interessado desde outubro de 2015;

9.5. arquivar estes autos.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12696-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12697/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 022.770/2019-4

2. Grupo II - Classe V - Reforma.

3. Interessados: Aldeir Câmara Levandoski (CPF 313.336.486-34), Antônio Teixeira Pinto (CPF 020.606.802-63), Carlos Henrique do Nascimento (CPF 592.014.607-91), Dinarte Antunes de Castro (CPF 209.186.230-49), Elieser José Pereira (CPF 505.260.307-04), Ney Correa da Silva (CPF 055.246.367-15), Nivaldo Venâncio Torres (CPF 599.418.397-00), Osiel Gomes do Nascimento (CPF 727.968.807-10) e Tomás de Aquino de Carvalho Lima Sampaio (CPF 028.536.477-49).

4. Unidade: Ministério da Defesa.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de reforma de militares do Comando do Exército.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora, e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração de reforma de Antônio Teixeira Pinto, Tomás de Aquino de Carvalho Lima Sampaio e de Ney Correa da Silva e negar-lhes registro;

9.2. considerar legais os atos de reforma de Aldeir Câmara Levandoski, Osiel Gomes do Nascimento, Dinarte Antunes de Castro, Elieser José Pereira, Carlos Henrique do Nascimento e Nivaldo Venâncio Torres, ordenando seu registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelos interessados dos atos considerados ilegais, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar ao Comando do Exército que:

9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação a Antônio Teixeira Pinto, Tomás de Aquino de Carvalho Lima Sampaio e de Ney Correa da Silva, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os eximem da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que Antônio Teixeira Pinto, Tomás de Aquino de Carvalho Lima Sampaio e Ney Correa da Silva tiveram ciência desta deliberação.

9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério da Defesa.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12697-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12698/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 026.531/2017-8

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Fundação Cultural de Canela (CNPJ 90.614.645/0001-07) e Paulo André da Rosa (CPF 595.936.600-20).

4. Unidade: Ministério do Turismo.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.

8. Representação legal: Thaís Schramm Werutsky (OAB/RS 58.746) e outros representando Paulo André da Rosa e Fundação Cultural de Canela.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor da Fundação Cultural de Canela e de Paulo André da Rosa, seu presidente no período de 14/5/2007 a 29/3/2011, em razão da impugnação total das despesas do Convênio 330/2010, que teve por objeto o apoio à realização do projeto intitulado "13º Festejando Parobé", nos dias 13 a 16/5/2010, devido a irregularidades na execução física do ajuste.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "c", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa de Paulo André da Rosa e da Fundação Cultural de Canela e julgar suas contas irregulares;

9.2. condená-los, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional dos débitos indicados a seguir, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora a contar das datas indicadas até o pagamento:

DATA	VALOR (R$)
25/6/2010	500.000,00
29/6/2010	300.000,00

9.3. aplicar-lhes multas individuais de R$ 269.200,00 (duzentos e sessenta e nove mil e duzentos reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até o pagamento, se efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. dar ciência desta deliberação ao Ministério do Turismo e ao procurador-chefe da Procuradoria da República do Rio Grande do Sul.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12698-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12699/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.890/2019-5

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Neide Bisinoti Tonatto (CPF 392.743.141-91).

4. Unidade: Supremo Tribunal Federal.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Neide Bisinoti Tonatto no cargo de técnico judiciário do Supremo Tribunal Federal.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em análise e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Supremo Tribunal Federal que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

9.3.3.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada dele tomar conhecimento; e

9.3.3.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12699-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12700/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.043/2019-0

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessado: Gilberto Santos Meira (CPF 152.120.171-49).

4. Unidade: Superior Tribunal de Justiça.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Gilberto Santos Meira no cargo de Técnico Judiciário do Superior Tribunal de Justiça.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262, do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Gilberto Santos Meira e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, caso os apelos não sejam providos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

9.3.3.1. encaminhe à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomar conhecimento desta deliberação; e

9.3.3.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12700-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12701/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.230/2019-9
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Elza Universina da Silva Oliveira (CPF 266.765.161-87).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Elza Universina da Silva Oliveira no cargo de técnico judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em análise e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

9.3.3.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada dele tomar conhecimento; e

9.3.3.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12701-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12702/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.262/2019-8
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Antônio Roberto Martins de Lacerda (CPF 181.414.044-15).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Antônio Roberto Martins de Lacerda no cargo de analista judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em análise e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

9.3.3.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado dele tomar conhecimento; e

9.3.3.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12702-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12703/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.362/2019-2
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria José de Souza Belchior Costa (CPF 089.523.533-15).
4. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Maria José de Souza Belchior Costa no cargo de analista judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262, do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração de aposentadoria de Maria José de Souza Belchior Costa e negar-lhe o registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, caso os apelos não sejam providos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

9.3.3.1. encaminhe à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomar conhecimento desta deliberação; e

9.3.3.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12703-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12704/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 033.231/2018-4
2. Grupo II - Classe I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Eliane Scherer da Costa (CPF 379.701.000-15).
3.1. Interessadas: Cláudia Maria Corazon Rodriguez (CPF 891.046.330-91) e Eliane Scherer da Costa (CPF 379.701.000-15).
4. Unidade: Gerência Executiva do INSS em Canoas/RS.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto por Eliane Scherer da Costa contra o Acórdão 926/2019 - 2ª Câmara, que considerou ilegal o seu ato de concessão inicial de aposentadoria, com determinação ao INSS no sentido de que fizesse cessar os pagamentos decorrentes.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277 e 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e, no mérito, dar-lhe provimento para considerar legal o ato, ordenando o seu registro;

9.2. determinar à Gerência Executiva do INSS em Canoas/RS que promova a absorção da parcela residual de 6,8% nos proventos de Eliane Scherer da Costa em caso de futuras reestruturações de carreira ou reajustes específicos supervenientes;

9.3. dar ciência da presente decisão à recorrente e à Gerência Executiva do INSS em Canoas/RS.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12704-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 12705/2019 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 040.675/2018-1
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Márcio Juliano de Oliveira (CPF 968.676.630-87) e MOP Produtora Cultural Ltda. (CNPJ 12.497.683/0001-13).
4. Unidade: Ministério da Cultura (extinto).
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.
8. Representação legal: Celso Luiz Schneider (OAB/RS 29.513) e outros representando a MOP Produtora Cultural Ltda. e Márcio Juliano de Oliveira.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este processo de tomada de contas especial instaurada contra MOP Produtora Cultural Ltda. e Márcio Juliano de Oliveira em razão de omissão no dever de prestar contas de recursos captados por força do projeto cultural Pronac 14-10774, intitulado "Meu Paraná é Massa!", que teve como finalidade "apresentar a Música Instrumental em toda a sua diversidade de ritmos e misturas, dando ênfase ao 'fandango', através de plataformas de desenvolvimento em circuito de seis cidades do Paraná".

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 202, § 6º, 214, inciso III, 217 e 275 do Regimento Interno, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela MOP Produtora Cultural Ltda. e as alegações de defesa/razões de justificativa apresentadas por Márcio Juliano de Oliveira;

9.2. julgar irregulares as suas contas e condená-los, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Cultura dos valores a seguir discriminados, atualizados monetariamente e acrescidos de encargos legais das datas indicadas até a data do pagamento:

VALOR ORIGINAL DÉBITO (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
280.000,00	12/5/2015
25.000,00	4/11/2015

9.3. aplicar-lhes multas individuais de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das importâncias acima;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. dar ciência deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 43/2019 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/11/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-12705-43/19-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Augusto Nardes, as Deliberações quanto aos processos relatados pela Ministra Ana Arraes.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 13 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pela Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da 2ª Câmara

Aprovada em 29 de novembro de 2019.

ANA ARRAES
Presidente

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 297, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

Aplica a sanção de impedimento de licitar e de contratar com a União à empresa MUIRAQUITÃ Comércio, Construção, Consultoria e Assessoria Ltda.

O DIRETOR-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXVII do art. 147 da Resolução n° 20/1971,

Considerando que a Muiraquitã Comércio, Construção, Consultoria e Assessoria Ltda., com domicílio na Avenida Pedro Neiva de Santana, 501, Bairro João Paulo II - Imperatriz (MA), inscrita no CNPJ sob o n° 06.913.196/0001-91, deixou de cumprir fielmente as obrigações assumidas, conforme estabelecido no subitem 4.1, alínea "a", do Anexo n° 2 do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 140/2016, configurando a inexecução total do ajuste firmado com a Câmara dos Deputados, conforme relatado no Processo n° 206.810/2018 (ref. Processo n. 122.017/2016), resolve:

Art. 1° Aplicar à empresa a sanção administrativa de impedimento de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo período de 4 (quatro) meses, contados a partir da data de publicação da Portaria n° 181, de 23/7/2019, com o fundamento nos arts. 28 do Decreto n° 5.450/2005 e 7° da Lei n° 10.520/2002.

Art. 2° Fica revogada a Portaria n° 181, de 23/7/2019, publicada no Diário Oficial da União de 5/8/2019.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 605, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre alteração da Resolução CJF n. 4, de 14 de março de 2008, que regulamenta, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, a concessão do auxílio-transporte, do auxílio-alimentação, dos adicionais pelo exercício de atividades insalubres ou perigosas, da prestação de serviço extraordinário e do adicional noturno, da indenização de transporte, da gratificação natalina, do auxílio-moradia, do auxílio pré-escolar, da ajuda de custo, das diárias e consignações em folha de pagamento.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no(a) Processo n. 0000832-27.2019.4.90.8000, na sessão realizada em 22 de outubro de 2019, bem como a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria, resolve:

Art. 1º Alterar o § 2º do art. 5º da Resolução CJF n. 4, de 14 de março de 2008, que passará a ter a seguinte redação:

"Art. 5º [...]

§ 2º O auxílio-transporte destina-se ao custeio das despesas realizadas com transporte, em veículo próprio ou coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual com características semelhantes ao urbano, para deslocamentos entre a residência e o local de trabalho e vice-versa." (NR)

Art. 2º Acrescentar o § 3º ao art. 5º da Resolução CJF n. 4, de 14 de março de 2008, com a seguinte redação:

"Art. 5º [...]

§ 3º Cabe à Administração, na hipótese de o servidor, comprovada e justificadamente, não dispor de meio de transporte elencado no § 2º deste artigo para o deslocamento entre sua residência e o local de trabalho e vice-versa, apreciar, excepcionalmente, a possibilidade de pagamento do auxílio-transporte ao servidor, em função do uso de meios alternativos disponíveis, observando-se os princípios que regem a Administração Pública e a vedação constante do caput deste artigo."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 2.291, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 47, § 1º, inciso II, da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, combinado com o art. 4º da Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º - Abrir ao Orçamento Fiscal e de Seguridade da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R$ 19.804,00 (dezenove mil oitocentos e quatro reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária do Órgão, no valor R$ 19.804,00 (dezenove mil oitocentos e quatro reais), conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMÃO C. OLIVEIRA

ANEXO I

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios									
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal									
ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							27.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							27.000.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							27.000.000
			S	1	1	90	0	100	27.000.000
	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							135.000
		Atividades							
02 061	0567 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							135.000
02 061	0567 4224 0053	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Distrito Federal							135.000
			F	3	1	90	0	100	135.000
TOTAL - FISCAL									135.000
TOTAL - SEGURIDADE									27.000.000
TOTAL - GERAL									27.135.000
ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios									
UNIDADE: 16103 - Justiça da Infância e da Juventude									
ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							255.550
		Atividades							
02 061	0567 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal							255.550
02 061	0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal							255.550
			F	4	2	90	0	100	255.550
TOTAL - FISCAL									255.550
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									255.550

ANEXO II

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							27.135.000
		Atividades							
02 122	0567 20TP	Ativos Civis da União							4.000.000
02 122	0567 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							4.000.000
			F	1	1	90	0	100	4.000.000
02 131	0567 219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública							11.925
02 131	0567 219I 0053	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - No Distrito Federal							11.925
			F	3	2	90	0	100	11.925
02 061	0567 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal							23.123.075
02 061	0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal							23.123.075
			F	3	2	90	0	100	14.123.075
			F	4	2	90	0	100	9.000.000
TOTAL - FISCAL									27.135.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									27.135.000

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UNIDADE: 16103 - Justiça da Infância e da Juventude

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							255.550
		Atividades							
02 061	0567 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal							255.550
02 061	0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal							255.550
			F	3	2	90	0	100	255.550
TOTAL - FISCAL									255.550
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									255.550

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

ATO Nº 44, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o que consta do PROAD Nº 30389/2017, resolve:

Homologar os resultados das Avaliações de Desempenho Funcional dos servidores abaixo relacionados, concedendo-lhes promoção, com efeitos a contar das datas mencionadas:

CARREIRA: ANALISTA JUDICIÁRIO			
NOME	NIVEL ATUAL	NIVEL SEGUINTE	EFEITOS DA PROMOÇÃO
LUCAS FONTES SANTANA	A5	B6	30/10/2019
CARREIRA: TÉCNICO JUDICIÁRIO			
VERUSCHKA ESTHER LEAL MARANHÃO GUEDES DE SENA	A5	B6	12/11/2019

VILMA LEITE MACHADO AMORIM

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RESOLUÇÃO Nº 385, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 43 do Estatuto do CONFEF, e;

CONSIDERANDO o inciso XII do artigo 34 do Estatuto do CONFEF (Resolução CONFEF nº 206/2010) que determina que compete ao Plenário a aprovação do orçamento anual e o plano de trabalho do CONFEF;

CONSIDERANDO a deliberação em reunião do Plenário realizada em 08 de novembro de 2019, nos termos da ata da 431ª Reunião Plenária do Conselho Federal de Educação Física, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao orçamento do Conselho Federal de Educação Física CONFEF, devidamente aprovado, para o exercício financeiro de 2020, que estima a receita em R$ 33.500.000,00 (trinta e três milhões e quinhentos mil reais) e fixa sua despesa em igual importância, conforme a Lei nº 4.320/1964.

Art. 2º - As receitas foram previstas observando o seguinte desdobramento:

6.2.1.1.01 RECEITA CORRENTE

6.2.1.1.01.02 RECEITA - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA R$ 27.630.000,00

6.2.1.1.01.04 EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS R$ 3.470.000,00

6.2.1.1.01.05 FINANCEIRAS R$ 2.400.000,00

TOTAL DA RECEITA R$ 33.500.000,00

Art. 3º - As despesas foram fixadas em observância ao seguinte desdobramento:

6.2.2.1.01.01 DESPESAS CORRENTES R$ 29.496.998,00

6.2.2.1.01.02 DESPESAS DE CAPITAL R$ 4.003.002,00

TOTAL DA DESPESA R$ 33.500.000,00

Art. 4º - Para a abertura de créditos adicionais, conforme estabelecido no Título V da Lei Federal 4.230/64, será exigida, obrigatoriamente, a indicação das fontes de recursos.

§1º - Fica autorizada a abertura de créditos suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total deste orçamento.

§2º - Fica autorizada a abertura de créditos adicionais suplementar superiores ao limite supracitado, no grupo 6.2.2.1.01.02. DESPESAS DE CAPITAL, utilizando o Superávit Financeiro de exercícios anteriores.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

JORGE STEINHILBER

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA

RESOLUÇÃO Nº 624, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Aprova Guia de Política de Governança no Âmbito do CRCBA.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º. Institui-se a Política de Governança no âmbito do CRCBA a fim de garantir a aderência aos princípios, às diretrizes e às boas práticas da Governança Institucional.

Art. 2º. Aprovar o Guia de Política de Governança do CRCBA, instrumento que viabilizará o desenvolvimento de ações relacionadas à governança no âmbito do CRCBA.

Art. 3º. Esta Resolução não elimina as ações de governança realizadas pela administração do CRCBA, até a presente data, estando devidamente validadas.

Art.4º Esta Resolução entrará em vigor a partir da presente data.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO Nº 1.263, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Aprova o Plano de Gestão de Riscos do Conselho Regional de Contabilidade do Estado e São Paulo

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo em vista o que consta da Deliberação do Conselho Diretor nº 48/2019, de 25.09.2019,

CONSIDERANDO o teor da Resolução n.º 1.257/2019, de 26 de junho de 2019, que institui a Política de Gestão de Riscos do CRCSP;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer a metodologia do Processo de Gestão de Riscos do CRCSP, a fim de garantir a correta adoção dos procedimentos, análise de riscos e tomada de decisões;

CONSIDERANDO que a aplicação correta, estruturada e sistemática da gestão de riscos proporciona segurança razoável para o alcance dos objetivos dos programas, projetos e processos e, consequentemente, dos Objetivos Estratégicos do CRCSP;

CONSIDERANDO as disposições da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP n.º 1, de 10 de maio de 2016; do Coso/ERM; das normas ABNT NBR ISO 31000:2018 e das boas práticas de Gestão de Riscos, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Gestão de Riscos do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, nos termos do Anexo a esta Resolução (Disponível no sítio do CRCSP: www.crcsp.org.br), com a finalidade de:

I - orientar as Unidades Organizacionais do CRCSP quanto aos procedimentos a serem adotados para a realização da gestão de riscos;

II - alinhar a gestão de riscos ao planejamento organizacional e estratégico do CRCSP;

III - otimizar o planejamento e a execução de programas, projetos e processos do CRCSP; e

IV - contribuir com a governança institucional do CRCSP.

Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário em especial a Deliberação CRC CSP nº 58/2019, de 26.09.2019.

MARCIA RUIZ ALCAZAR
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 1.264, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Aprovação do Manual de Gestão e de Fiscalização de Contratos de Serviços Terceirizados e Fornecimento de Materiais doCRCSP

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo em vista o que consta da Deliberação do Conselho Diretor nº 47/2019, de 25.09.2019, no uso de suas atribuições regulares, tendo em vista a necessidade de fixar diretrizes para a uniforme aplicação do estudo jurídico das licitações e contratos, compras e alienações, instituída pela Lei Federal nº. 8.666, de 21.06.1993, e demais disposições legais correlatas,

CONSIDERANDO que o disposto nos arts. 58 e 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo V da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar a gestão e a fiscalização de contratos de serviços terceirizados, promovendo a padronização de rotinas e a regulamentação de procedimentos no âmbito do CRCSP, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Manual de Gestão e de Fiscalização de Contratos de Serviços Terceirizados e Fornecimento de Materiais do CRCSP, nos termos do Anexo a esta Resolução (Disponível no sítio do CRCSP: www.crcsp.org.br).

Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário em especial a Deliberação CRC CSP nº 57/2019, de 26.09.2019.

MARCIA RUIZ ALCAZAR
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 1.265, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

Aprova Criação do Fundo para Obras de Manutenção Predial

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, considerando o que consta no Processo "CTB" nº 20/2019, de 26 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO que a edificação do CRCSP necessita de serviços de manutenção corretiva para sua plena funcionalidade e segurança de todos os usuários, internos e externos, e que esse assunto vem sendo tratado no decorrer dos últimos anos, conforme relatório já apresentado pelo responsável do Departamento de Manutenção do CRCSP;

CONSIDERANDO a existência de projetos executivos para execução das obras de manutenção corretiva pelas empresas: Barbosa & Corbucci Arquitetos Associados Ltda.EPP - processo compras nº. 66/2014; Flamma Sistemas Contra Incêndio Ltda. EPP - processo compras nº. 22/2016; Officeplan Planejamento e Gerenciamento Ltda. EPP - processo compras nº. 16/2017; e All Trust Serviços e Consultoria Ltda. - processo compras nº. 23/2018;

CONSIDERANDO que no decorrer no exercício foram abertos processos de contratações para execução dos seguintes serviços: a) obras de estanqueidade; b) obras de integração de sistema de detecção e supressão de incêndio; c) reparos nos sistemas de Proteção de Descargas Atmosféricas e Iluminação de Emergência; d) Reforma dos Elevadores; entre outros, cujo valor de referência para realização é de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

CONSIDERANDO que esses trabalhos vêm sendo gerenciado e acompanhado pelo Grupo de Trabalho constituído para essa finalidade, conforme Portaria CRCSP n.º 41/2018 de 11/07/2018; e,

CONSIDERANDO que há disponibilidade financeira para a criação do fundo, conforme apurado nas demonstrações contábeis, resolve:

Artigo 1º. Aprovar a criação do FUNDO PARA OBRAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, no valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Artigo 2º. Esta Resolução entrará em vigor a partir desta data, após homologação do CFC - Conselho Federal de Contabilidade, ficando revogadas as disposições em contrário.

MARCIA RUIZ ALCAZAR
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 11ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Aprova o relatório da contabilidade, controladoria e da gestão do CREFITO 11, no período específico entre 01 de janeiro de 2019 e 28 de novembro, bem como as projeções de gastos e ações previstas e programadas até o dia 3 de dezembro de 2019.

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 11ª REGIÃO - CREFITO 11 - DF/GO, com fulcro na Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975 e demais institutos normativos afetos;

CONSIDERANDO os princípios que norteiam a Administração Pública vertidos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO os termos do artigo 7º, inciso XIV, da Lei n.º 6.316/75;

CONSIDERANDO as deliberações do Plenário do CREFITO-11, em reunião do dia 22 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO a análise do relatório da contabilidade, controladoria e da gestão do CREFITO 11, no período específico entre 01 de janeiro de 2019 e 28 de novembro, bem como as projeções de gastos e ações previstas e programadas até o dia 3 de dezembro de 2019, último dia da atual gestão;

CONSIDERANDO a aprovação desta Resolução na Plenária do dia 28 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO o Regimento Interno do CREFITO 11, instituído pela Resolução CREFITO n° 01, de 7 de julho de 2012, resolve:

Art. 1° Aprovar, por unanimidade, o relatório da contabilidade, controladoria e da gestão do CREFITO 11, no período específico entre 01 de janeiro de 2019 e 28 de novembro, bem como as projeções de gastos e ações previstas e programadas até o dia 3 de dezembro de 2019, último dia da atual gestão;

Art. 2° Declarar aprovadas as contas e gestão entre 01 de janeiro de 2019 e 28 de novembro, bem como as projeções de gastos e ações previstas, programadas e necessárias até o dia 03 de dezembro de 2019.

Art. 3° Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Diretor-Secretário

BRUNO METRE FERNANDES
Presidente do Conselho

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 14, de 05 de julho de 2019, publicada no DOU nº 168, de 30/08/2019, seção 1, pág. 123 onde se lê: "RESOLUÇÃO N° 14, DE 5 DE JULHO DE 2019, leia-se: "RESOLUÇÃO N° 15, DE 5 DE JULHO DE 2019.

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 350, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 94/13
EMENTA: EXTINÇÃO DO FEITO E CONSEQUENTE ARQUIVAMENTO.V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 94/13, em que é representada a profissional Fisioterapeuta Dra. M. G. B. L., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela extinção do feito e consequente arquivamento. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Eduardo Filoni. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e da Conselheira Suplente que nesta Plenária atua como Efetiva, Dra. Renata Cristina Rocha. Ausências justificadas: Dra. Tatiani Marques Rossini

EDUARDO FILONI
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 356, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 115/16
EMENTA: SUSPENSÃO DO FEITO. QUITAÇÃO DO DÉBITO. EXTINÇÃO.V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 115/16, em que é representada a profissional Dr. R. L. B. B., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela suspensão do feito até a quitação do débito em aberto e posterior extinção. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Elias Ferreira Porto. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e da Conselheira Suplente que nesta Plenária atua como Efetiva, Dra. Renata Cristina Rocha. Ausências justificadas: Dra. Tatiani Marques Rossini.

ELIAS FERREIRA PORTO
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 361, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 129/18
EMENTA: MULTA DE 1 (UMA) ANUIDADE. INFRAÇÃO ÀS RESOLUÇÕES COFFITO 444/12 E 444/14.V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 129/18, em que é representado o profissional Fisioterapeuta Dr. R. A. P., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela repreensão cumulada a multa de 1 (uma) anuidade, visto infração às Resoluções COFFITO 444/12 e 444/14. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Elias Ferreira Porto. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e da Conselheira Suplente que nesta Plenária atua como Efetiva, Dra. Renata Cristina Rocha. Ausências justificadas: Dra. Tatiani Marques Rossini

ELIAS FERREIRA PORTO
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 363, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 107/18
EMENTA: ABSOLVIÇÃO DO REPRESENTADO E EXTINÇÃO DO FEITO.V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 107/18, em que é representado o profissional Fisioterapeuta Dr. L. R. M., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por maioria de votos, pela absolvição do representado e extinção do feito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Elias Ferreira Porto. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Tatiani Marques Rossini, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e da Conselheira Suplente que nesta Plenária atua como Efetiva, Dra. Renata Cristina Rocha.

ELIAS FERREIRA PORTO
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 364, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 84/18
EMENTA: ABSOLVIÇÃO. ADVERTÊNCIA. INFRAÇÃO AOS ARTIGOS, 9º, INCISO II, 10º, INCISOS II E III, 11, 26 E 31 RESOLUÇÃO COFFITO 425/13.V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 84/18, em que são representados os profissionais: Dra. A. S. L., Dra. A. C. T., Dra. E. S. P., Dra. R. N. R., Dra. J. C., Dra. N. A. L. F., Dra. M. L. X. G., Dra. M. R. P., Dra. P. R. A., Dr. W. R. A. L. F. e Dra. E. C. e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela absolvição dos profissionais Dra. A. S. L., Dra. A. C. T., Dra. E. S. P., Dra. R. N. R., Dra. J. C., Dra. N. A. L. F., Dra. M. L. X. G., Dra. M. R. P., Dra. P. R. A., Dr. W. R. A. L. F. e penalidade de advertência a Dra. E. C, visto infração aos artigos, 9º, inciso II, 10º, incisos II e III, 11, 26 e 31 da Resolução COFFITO 425/13. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Eduardo Filoni. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Tatiani Marques Rossini, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e da Conselheira Suplente que nesta Plenária atua como Efetiva, Dra. Renata Cristina Rocha.

EDUARDO FILONI
Conselheiro-Relator

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 120, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

Estabelece a fixação da Anuidade para o exercício de 2020 de Pessoa Física e de Pessoa Jurídica e determina outras providências.

A Presidente em exercício do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS22ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais; e. Considerando a Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências; Considerando a Lei Federal nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral; Considerando as deliberações do 48º Encontro Nacional CFESS/CRESS em Belém/PA, realizado no período de 05 a 08 de setembro de 2019 relativas ao estabelecimento dos patamares mínimo e máximo para a fixação da anuidade de pessoa física e o estabelecimento do valor da anuidade de pessoa jurídica, bem como a fixação dos valores de multas, juros, taxas e todas as demais condições, decorrentes da fixação do valor da anuidade, tudo para o exercício de 2019; Considerando, ainda, a aprovação da presente as deliberações na 2ª Assembleia Geral Ordinária do CRESS/PI, realizada no dia 24 de outubro de 2019; resolve:

Art. 1º - Fixar a anuidade de pessoa física, a ser cobrada pelo Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 22ª Região, no EXERCÍCIO DE 2020, dos/as profissionais assistentes sociais inscritos e a se inscreverem e para as pessoas jurídicas e demais taxas:

EXERCICIO 2020
ANUIDADES
Anuidade de Pessoa Física: R$ 418,34 (Quatrocentos e dezoito reais e trinta e quatro centavos)
Anuidade de Pessoa Jurídica: R$ 602,19 (Seiscentos e dois reais e dezenove centavos)
TAXAS
Inscrição de Pessoa Física (abrangendo a expedição do Documento de Identidade Profissional): R$ 94,63 (Noventa e quatro reais e sessenta e três centavos)
Inscrição de Pessoa Jurídica (abrangendo a expedição do Certificado de Pessoa Física): R$ 118,30 (Cento e dezoito reais e trinta centavos)
Inscrição Secundária de Pessoa Física (abrangendo a expedição do Documento de Identidade Profissional): R$ 94,63 (Noventa e quatro reais e sessenta e três centavos)
Substituição do Documento de Identidade Profissional ou expedição de 2ª via: R$ 70,93 (Setenta reais e noventa e três centavos)
Substituição do Certificado de Registro de Pessoa Jurídica: R$ 47,29 (Quarenta e sete reais e vinte e nove centavos)

Art. 2º - Os prazos para pagamento da anuidade em cota única nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, serão os seguintes, de acordo com a deliberação do 47º Encontro Nacional CFESS/CRESS:31 (trinta e um) de janeiro de 2020 com vencimento do dia 5 ao dia 10 do mês de fevereiro;28 (vinte e oito) de fevereiro de 2020 com vencimento do dia 5 ao dia 10 do mês de março;31 (trinta e um) de março de 2020 com vencimento do dia 5 ao dia 10 do mês de abril;30 (trinta) de abril de 2020 com vencimento do dia 5 ao dia 10 do mês de maio. Parágrafo Primeiro: A anuidade de 2020que for quitada, neste mesmo exercício, em cota única nos meses de janeiro, fevereiro e março terá os seguintes descontos: Janeiro - 15% (quinze por cento); Fevereiro - 10% (dez por cento); Março - 5% (cinco por cento); Abril - valor integral, sem desconto. Parágrafo Segundo: A anuidade de 2020 poderá ser paga em até 6 (seis) parcelas, com valores iguais e sem desconto, cujas datas de vencimento serão: 1ª. Parcela - do dia 5 ao dia 10 de fevereiro de 2020; 2ª. Parcela - do dia 5 ao dia 10 de março de 2020;3ª. Parcela - do dia 5 ao dia 10 de abril de 2020; 4ª. Parcela - do dia 5 ao dia 10 de maio de 2020; 5ª. Parcela - do dia 5 ao dia 10 de junho de 2020; 6ª. Parcela - do dia 5 ao dia 10 de julho de 2020; Parágrafo Terceiro: A anuidade não paga em cota única até o quinto dia útil de maio de 2020, ou parcela não quitada nas datas de vencimento, indicadas artigo 2º, sofrerão os seguintes acréscimos: Multa de 2% (dois por cento) incidente sobre a anuidade; Juros simples de 1% (um por cento) ao mês. Parágrafo Quarto: As anuidades relativas a exercícios anteriores a 2019, não quitadas, sofrerão os mesmos acréscimos mencionados no parágrafo quarto deste artigo, inclusive em relação à incidência da multa de 2% (dois por cento). Parágrafo Quinto: A anuidade não paga em cota única e não parcelada até o 5º dia útil de junho de 2020, poderá ser parcelada em até 06 (seis) vezes, a critério do profissional interessado, sofrendo os acréscimos previstos no parágrafo 4º do presente artigo. Parágrafo Sexto: Os acréscimos referidos no parágrafo 3º do presente artigo devem ser calculados sobre o valor da anuidade, no mês em que for efetuado o pagamento.

Art. 3º - A anuidade a ser paga integral ou proporcional, conforme o caso, pelo profissional, no ato da inscrição perante o Conselho Regional de Serviço Social- CRESS 22ª Região, poderá ser parcelada em até 3 (três) vezes, a critério exclusivo deste, desde que a última parcela não ultrapasse o mês de junho de 2020. Parágrafo Primeiro: O profissional que se inscrever a partir do dia 01 de julho de 2020, deverá efetuar o pagamento da anuidade proporcional, em cota única. Parágrafo Segundo: Fica concedido ao profissional, no ato da primeira inscrição de seu registro profissional, o desconto de 10 % (dez) por cento do valor da anuidade, seja ela integral ou proporcional, que poderá ser acumulado com o desconto previsto no parágrafo primeiro do artigo 2º.

Art. 4º - O Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 22ª Região poderá conceder isenção de anuidade aos assistentes sociais inscritos ou que forem se inscrever, que comprovarem: Possuir idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Resolução CFESS nº 299/1994 e 427/2002; Ter suspendido exercício profissional no país em função de missão ou mudança temporária para outro país; Ter sido acometido por doenças crônico-degenerativa ou incapacitante por mais de seis meses. Parágrafo Primeiro: No caso do inciso II a isenção durará igual período da missão ou estadia em outro país. Parágrafo Segundo: No caso do inciso III a comprovação será feita por meio de laudos médicos especializados. Parágrafo Terceiro: O disposto nos incisos II e III estão previstos na Resolução CFESS nº 582, de 01 de julho de 2010 nos artigos 62 a 67, publicada no Diário Oficial da União nº 125, de 2 de julho de 2010, Seção 1. Parágrafo Quarto: Da decisão de indeferimento, proferida pelo CRESS/PI, caberá recurso ao Conselho Federal de Serviço Social/CFESS, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência da decisão. Parágrafo Quinto: O recurso será protocolizado pelo(a) interessado(a) na sede do CRESS/PI, que se incumbirá de anexá-lo ao expediente original, encaminhando-o, por ofício, a instância recursal.

Art. 5º - Os débitos decorrentes do não pagamento de anuidades, multas, taxas e outros poderão ser parcelados em: 5 (cinco) vezes, na hipótese de o débito se referir a somente um exercício; 10 (dez) vezes, na hipótese de o débito se referir de 2 (dois) a 3 (três) exercícios; Até 20 (vinte) vezes, na hipótese de o débito se referir a 4 exercícios. Parágrafo Primeiro: O parcelamento deverá ser feito mediante acordo entre o CRESS/PI e o profissional devedor, mediante a subscrição de "Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito". Parágrafo Segundo: Fica limitado em até duas vezes, no máximo, o reparcelamento de débitos havidos com o CRESS/PI, sendo admitido, consequentemente, firmar o primeiro parcelamento de dívida com o CRESS/PI e, após reparcelar estes mesmos débitos por mais duas vezes.

Art. 6º - Somente se o débito de um mesmo profissional ultrapassar à R$ 5.000,00 (cinco mil reais) é que passa a ser obrigatória a cobrança judicial de tal valor. Parágrafo único: A faculdade prevista pelo "caput" deste artigo enseja a possibilidade de esgotamento e aperfeiçoamento das vias administrativas, de forma que o devedor seja convencido, nessa fase da cobrança, da relevância do pagamento de seus débitos, em face às atribuições e ações do CRESS/PI.

Art. 7º - O Conselho Regional de Serviço Social - CRESS22ª REGIÃO não executará judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente. Parágrafo Primeiro: O CRESS/PI deverá manter um rigoroso controle administrativo, para que as últimas quatro anuidades de um mesmo profissional sejam cobradas nos prazos legais, após a quarta se tornar débito, de forma a não ensejar prescrição de uma ou mais anuidades. Parágrafo Segundo: Conselho Regional de Serviço Social - CRESS22ª REGIÃO deverá atuar com a necessária e imprescindível agilidade para cumprir os procedimentos legais, previstos à espécie, com a inscrição dos quatro débitos, na Dívida Ativa e propositura da ação judicial no prazo previsto pela Lei de Execuções Fiscais, considerando, inclusive, que a referida inscrição determina a suspensão do prazo prescricional.

Art. 8º - Poderão ser adotadas pelo Conselho Regional de Serviço Social - CRESS22ª REGIÃO, medidas concomitantes, tal como a notificação formal da situação de inadimplência e advertência sobre a necessidade de imediato pagamento, sob pena de serem tomadas medidas coercitivas; a utilização de instrumentos administrativos de cobrança, tais como o protesto e a inscrição na divida ativa; a propositura ação de execução fiscal, aplicação de sanções por violação disciplinar ou como última medida a suspensão do exercício profissional, em conformidade com as Resoluções expedidas pelo CFESS (354/1997).

Art. 9º - A existência de valores (anuidades, taxas, multas e outros) em atraso não obsta o cancelamento do registro profissional a pedido interessado.

Art. 10 - Os eventuais débitos, após a efetivação do cancelamento da inscrição, deverão ser cobrados pelas vias administrativas e/ou judiciais competentes, cessando a sua ocorrência na oportunidade da protocolização do pedido de cancelamento.

Art. 11 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Regional de Serviço Social - CRESS22ª REGIÃO, por deliberação de seu Conselho Pleno.

Art. 12 - Esta Resolução entra em vigor em 01 de janeiro de 2020.

SAMIA CRISITINA PEREIRA DA SILVA
Conselheira Presidente

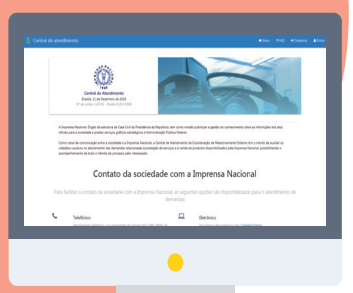
Diário Oficial da União Digital

Cada vez mais acessível e conectado ao cidadão

O portal da Imprensa Nacional oferece:

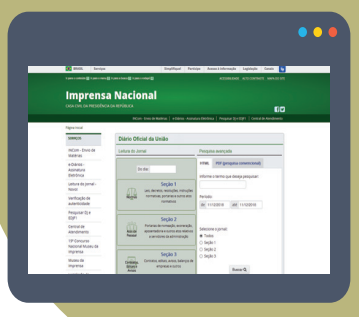
Acesso livre e gratuito às edições do DOU publicadas desde 1990

Versão eletrônica certificada desde agosto de 2009, com validade e autenticidade garantidas pela certificação digital



Busca por palavra ou expressão, incluindo **Pesquisa Fonética**, que proporciona a localização de termos grafados de formas diversas

Filtros por data, órgão e tipo de ato na busca por matéria



Aquisição das edições completas em PDF, pelo serviço de assinaturas **e-Diários**, a partir da publicação, ou, gratuitamente, das 12h às 23h59



IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial
www.IN.gov.br